

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA NÍVEL DOUTORADO

REGINA CELIA COSTA LIMA

**POR CAMINHOS DE TERRA E DE TINTA: A trajetória de Carlota Carvalho, uma
escritora nos sertões maranhenses (séculos XIX e XX)**

São Leopoldo, RS

2021

Regina Celia Costa Lima

POR CAMINHOS DE TERRA E DE TINTA: A trajetória de Carlota Carvalho, uma escritora nos sertões maranhenses (séculos XIX e XX)

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Área de concentração: Estudos Históricos Latino-americanos

Orientadora: Prof^a Dr^a Eliane Cristina D. Fleck

Coorientadora: Prof^a Dr^a Máira Ines Vendrame

São Leopoldo, RS

2021

L732p

Lima, Regina Celia Costa

Por caminhos de terra e de tinta: A trajetória de Carlota Carvalho, uma escritora nos sertões maranhenses (séculos XIX e XX) / Regina Celia Costa Lima. – São Leopoldo, RS, 2021.

343 f. ; il.

Orientadora: Prof^ª Dr^a Eliane Cristina D. Fleck
Coorientadora: Prof^ª Dr^a Máira Ines Vendrame

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2021- Programa de Pós-Graduação em História Nível Doutorado.

1. Escritora maranhense. 2. Sertão maranhense. 3. Carlota Carvalho. I. Título.

CDU 929:94(812.1)

Ficha elaborada pelo Bibliotecário: Raniere Nunes da Silva CRB13/729

Regina Celia Costa Lima

POR CAMINHOS DE TERRA E DE TINTA: A trajetória de Carlota Carvalho, uma escritora nos sertões maranhenses (séculos XIX e XX)

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Área de concentração: Estudos Históricos Latino-americanos

Aprovada em: 07/05/2021

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck (orientadora) – UNISINOS

Profa. Dra. Maíra Ines Vendrame – UNISINOS (coorientadora) – UNISINOS

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira – UNISINOS

Profa. Dra. Luciane Sgarbi Santos Grazziotin – UNISINOS

Profa. Dra. Cassia Daiane Macedo Silveira – UFRGS

Prof. Dr. Raimundo Lima dos Santos - UEMASUL

São Leopoldo, RS

2021

Para

Fernanda e João Amadeu (filhos) que me ensinam e inspiram todos os dias.

Para

Idelzuíte (minha mãe), parentes, amigos e amigas pela paciência e o aguardo.

Pela memória de

Carlota Carvalho, Nice Rejane da S. Oliveira, João Renôr F. de Carvalho e Adalberto Franklin.

AGRADECIMENTOS

Entendendo esse espaço como de maior liberdade de escrita e como oportunidade para, mesmo que sucintamente, falar da experiência vivida, do esforço dedicado à feitura do trabalho e destacar pessoas que, de alguma forma, foram importantes durante essa jornada, aproveito para estender o agradecimento usualmente feito em um trabalho acadêmico para além da formalidade. Nesse sentido trago à memória algumas pessoas e circunstâncias que valem ser registradas, e que acho justo que tenham um lugar nesse trabalho.

Antes, porém, sirvo-me das palavras de Guimarães Rosa, que, diante da grandeza do aprendizado mobilizado em uma produção intelectual, afirma que a escrita de um “livro pode valer pelo muito que nele não deveu caber” (2001, p. 40). Essas palavras de Guimarães Rosa, talvez sejam a medida certa para traduzir o valor de uma produção intelectual, nesse caso, a escrita de uma tese e o aprendizado que ela nos oportunizou. Viajando um pouco pelas palavras de Guimarães Rosa, começo a pensar naquilo que “não deveu caber” na escrita da minha tese, e encontro muita coisa boa que me fez crescer como pessoa e como pesquisadora, uma delas, é a certeza de que a busca do conhecimento é sempre uma tarefa compartilhada e que ao meu esforço se somaram outros esforços para torná-la possível.

Podemos definir uma tese, em poucas palavras, como o resultado de um processo de aprendizado da leitura, da escrita, do diálogo, da observação e de escuta. Porém, vale ressaltar, que boa parte deste universo de aprendizagem não encontra lugar nos espaços de escrita do trabalho, ficando, como diz Guimarães Rosa, na porção daquilo que “não deveu caber”. Nunca é demasiado dizer foram muitas as descobertas e aprendizados, que me deram subsídios para dar cabo a essa caminhada intelectual repleta de desafios e que, apesar de às vezes, ter sido uma caminhada muito solitária, foi também um caminho que possibilitou muitos e frutíferos encontros. Portanto, posso dizer que este trabalho é resultado, sim, de muito esforço pessoal, mas também de muito compartilhamento, de forma que durante esse processo somaram-se ao meu trabalho contribuições de algumas pessoas a quem quero manifestar minha gratidão.

Em primeiro lugar, quero agradecer à minha orientadora, Prof^ª Dr^ª Eliane Cristina Deckmann Fleck, pelo acolhimento e pela atenção. Leitora atenta, historiadora perspicaz, destaco, sempre, que a Prof^ª Eliane, além de orientadora capaz e cuidadosa, foi amiga e companheira nessa jornada, sempre estimulando na busca constante do aprimoramento objetivo da pesquisa. Esse agradecimento se estende, também, à minha coorientadora, Prof^ª Dr^ª Máira Ines Vendrame, pela disponibilidade e pelas orientações bibliográficas sempre muito acertadas.

Interessada e atenciosa, dela recebi apoio e cooperação, através de livros e trabalhos que foram fontes de inspiração. Costumo dizer, que esse trabalho é, também, um pouco delas. Por suas valiosas contribuições e correções minuciosas, atentas a todos os detalhes, muito obrigada!

Meus agradecimentos, também, se estendem aos meus queridos colegas de doutorado, principalmente àqueles e àquelas que têm sido meus companheiros e companheiras desde o início, com os quais mantenho relações intelectuais e afetivas: Aparecida de Lara, Elizeu Arruda, Francisca Campos (Tina), Kleber Aberto, Marinalva Aguiar, Patrícia Santos, Rita Oliveira, Roza Soares, Thiago Silveira, Valdênia Menegon e Ana Elizabeth (*in memorian*). Foi com elas e eles que pude compartilhar os momentos de aprendizado nessa longa jornada do doutorado.

Sou muito grata aos professores e professoras do PPGH da Unisinos, pela dedicação e competência com que encaram a docência e a pesquisa, nessa empreitada, além de professores, foram companheiros de jornada. Esses agradecimentos estendo, também, aos prestativos funcionários da Secretaria do PPGH, em especial, a sempre muito atenciosa Saionara Brazil.

Devo um agradecimento especial aos professores que participaram do meu exame de qualificação, em julho de 2019, a Prof^ª Dr^a Cassia Daiane Macedo Silveira, a Prof^ª Dr^a Luciane Sgarbi Santos Grazziotin e o Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira, que pacientemente leram um material ainda muito imaturo. Suas sugestões foram valiosas e não foram esquecidas, embora, apesar do meu esforço, não tenha conseguido aproveitá-las integralmente.

Sou grata, ainda, aos meus colegas professores do curso de História da UEMASUL, em especial, ao colega Siney Ferraz, que, desde o início, me incentivou a uma maior aproximação com Carlota Carvalho e seu legado, e aos colegas Raimundo Santos, Edimilson Bezerra e Moab César, pelas referências sugeridas. À colega Prof^ª Margarida Chaves, pela disponibilidade com que se colocou para debater várias questões encontradas nos textos de Carlota Carvalho, que por sua convivência sertaneja, conseguiu melhor interpretar. Um agradecimento especial à Prof^ª Dr^a Maria da Guia Taveiro, pela disponibilidade com que leu meus textos e pelo incentivo sempre constante.

Ainda na esteira dos agradecimentos, não poderia deixar de registrar aqui a minha homenagem, mesmo que póstuma, a duas pessoas, que igualmente foram importantes nesse processo, o Prof. João Renor Ferreira de Carvalho e Adalberto Franklin, pois tive a tristeza de perdê-los, ainda no início do meu doutoramento. Estes dois pesquisadores são os maiores responsáveis pela reapresentação de Carlota no cenário historiográfico maranhense, já na virada do século XX para o XXI. Com certeza, ficamos mais pobres com suas ausências.

Nunca foi segredo, a paixão que João Renor nutria pelos irmãos Carvalho, e mais ainda, por Carlota, exibindo com orgulho o fato de ser o depositário do exemplar de “O Sertão” que pertenceu à escritora contendo rabiscos e anotações pessoais para uma, possível, segunda edição, que, infelizmente, a autora não conseguiu viabilizar. Lembro que, ao conversar com João Renor sobre a minha pretensão de escrever sobre Carlota, o quanto ele ficou feliz, pois era um dos seus grandes desejos que alguém enfrentasse esse desafio. Como historiador, via nessa pesquisa um trabalho de ousadia, devido à falta e/ou às desconhecidas informações e indisponibilidade de registros, porém necessária e justa. Tive, ainda, a oportunidade de contar com algumas de suas orientações na feitura do projeto de tese. João Renor morreu pouco tempo depois da notícia de minha aprovação para o doutorado, notícia, que recebeu com entusiasmo e cheio de ideias, já que planejavamos visitar as ilhas Bailique em dezembro, período que, segundo ele, seria o mais favorável. Acredito, que hoje, esteja feliz e surpreso pelas descobertas realizadas por nossa pesquisa!

Não menos importante nessa trajetória foi a presença e o apoio do jornalista Adalberto Franklin. Como entusiasta pelas pesquisas que diziam respeito ao sertão, foi o primeiro a me repassar alguns arquivos referentes à Carlota e sua trajetória na região norte do país, e a me esclarecer que a escritora respondia pelo nome completo de Carlota Olympia de Carvalho. Essa informação foi imprescindível para que eu acessasse os documentos do século XIX referentes à escritora no território paraense. Ao saudoso amigo Adalberto Franklin, o meu eterno agradecimento!

Ainda, nesse espaço reservado aos agradecimentos, não me furto de prestar uma homenagem póstuma à saudosa amiga Nice Rejane da Silva Oliveira, que nos deixou recentemente de forma violenta e prematura. À essa jovem historiadora, que com entusiasmo e dedicação se engajou nas causas sociais e que tanto se empenhou e compartilhou ideias e expectativas em relação à nossa pesquisa, a minha eterna gratidão.

Por fim, agradeço aos parentes e amigos, cuja confiança em mim tem sido um dos principais estímulos para, enfim, vivenciar e seguir o caminho.

[...] reconstruir mundos é uma das tarefas essenciais do historiador, e ele não a empreende pelo estranho impulso de escarafunchar arquivos e farejar papel embolorado – mas para conversar com os mortos. Fazendo perguntas aos documentos e prestando atenção às respostas, pode-se ter o privilégio de auscultar almas mortas e avaliar as sociedades por elas habitadas. Se rompermos todo o contato com mundos perdidos, estaremos condenados a um presente bidimensional e limitado pelo tempo; achataremos nosso próprio mundo (DARNTON, Robert, 1987, p.7).

RESUMO

Esta tese, intitulada *Por caminhos de terra e de tinta: a trajetória de Carlota Carvalho, uma escritora nos sertões maranhenses (séculos XIX e XX)*, tem como objetivo investigar a trajetória da professora e escritora Carlota Carvalho, buscando compreender os elementos que constituíram sua formação intelectual, bem como o significado que sua obra “O Sertão” teve para a historiografia do Brasil e, em especial, para aquela que se debruçou sobre o sul maranhense. Carlota foi uma professora normalista, nascida em meados do século XIX, que atuou no magistério das primeiras letras nos estados do Pará e Maranhão, e sua trajetória docente iniciou-se nas ilhas Bailique, hoje estado do Amapá, nos anos finais do império e no sertão maranhense a partir dos primeiros anos da República. Além de professora, Carlota Carvalho foi autora de importante obra sobre o sertão, e de vários artigos sobre assuntos que diziam respeito ao homem e à mulher sertaneja, divulgados em jornais maranhenses da primeira metade do século XX. Publicado no ano de 1924, “O Sertão” teve, à época, grande repercussão, sendo, ainda hoje, considerado referência para os estudos sobre o sertão do Maranhão, norte do Goiás (Tocantins), Pará e Amapá. Carlota foi também sócia fundadora do IHGM, no ano de 1925, aspecto que foi explorado com o objetivo de discutir as relações que manteve com outros intelectuais do período e os espaços de sociabilidade que frequentou. A perspectiva teórica e metodológica adotada nesse trabalho filia-se à História cultural, estabelecendo um diálogo com a História intelectual, a História das práticas de escrita e de leitura e com a História das Mulheres e das Relações de Gênero. As fontes analisadas foram jornais e periódicos da segunda metade do século XIX e primeira do século XX, além das obras escritas por Carlota e por outros autores e memorialistas que apresentam e analisam o sertão maranhense desse período. A pesquisa revelou uma personagem com forte engajamento no universo cultural sertanejo, que estabeleceu profícuas relações com os intelectuais de seu tempo e que gozou de um significativo trânsito na imprensa na segunda metade do século XX.

Palavras-Chave: Trajetória. Intelectual. Carlota Carvalho. Sertão Maranhense. Mulher Sertaneja. Escritora maranhense.

ABSTRACT

This doctoral dissertation, entitled “*By dirt and ink paths: the trajectory of Carlota Carvalho, a writer in the ‘sertões maranhenses’ (19th and 20th centuries)*”, aims to investigate the trajectory of the teacher and writer Carlota Carvalho, seeking to understand the elements that constituted her intellectual life, as well as the meaning that her oeuvre “O Sertão” had for the historiography of Brazil and, in particular, for this scholar who thought about the south of the Brazilian state of Maranhão. Carlota was a normalist teacher, born in the middle of the 19th century, who worked in the literacy (“teaching of the first letters”) in the states of Pará and Maranhão. Her teaching career began in the Bailique Islands, current Brazilian state of Amapá, in the final years of the empire, and in the “sertão” of Maranhão, since the early years of the Republic. In addition to being a teacher, Carlota Carvalho was the author of an important oeuvre about the “sertão”, and of several articles related to man and woman from “sertão”, in newspapers from Maranhão, from the first half of the 20th century. Published in 1924, her book “O Sertão” had great repercussions at the time, and is still considered a reference for studies on the hinterlands of Maranhão, northern part of the state of Goiás (current Tocantins), Pará and Amapá. Carlota was also a founding partner of IHGM, in 1925, an aspect that was investigated in this work in order to discuss the relationships she maintained with other intellectuals of the period and the spaces of sociability she attended. The theoretical and methodological perspective adopted in this dissertation is linked to cultural history, establishing a dialogue with intellectual history, the history of writing and reading practices, representations, gender and women. The sources analyzed were newspapers and journals from the second half of the 19th century and the first of the 20th century, in addition to the works written by Carlota, other authors and memoirists who discuss the “sertão” of Maranhão of that epoch. The research revealed a character with a strong engagement in the cultural universe of this region of the “sertão”, with fruitful relationships with the intellectuals of her time and with the press in the second half of the twentieth century.

Keywords: Trajectory. Intellectual. Carlota Carvalho. “Sertão Maranhense “. Woman from “Sertão “. Writer from Maranhão.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fotografia do Navio Acre (Rodrigues Alves)	60
Figura 2: Notícia sobre o retorno de Carlota Carvalho ao Maranhão, após viver alguns anos no Rio de Janeiro.	69
Figura 3: Casa em que Carlota Carvalho, teria morado, juntamente como irmão João Parsondas de Carvalho na cidade de Imperatriz (MA).....	70
Figura 4: Informações sobre a Viagem de Carlota para Belém-PA, em janeiro de 1925.....	71
Figura 5: Comarca do São Francisco.....	78
Figura 6: Oeste baiano: delimitação, localização geográfica e principais rios.....	79
Figura 7: Mapa do Sertão de Pastos Bons.....	82
Figura 8: Carta topográfica e administrativa da Província do Maranhão, 1850.....	83
Figura 9: Carta Corográfica Províncias do Maranhão, Piauí e adjacências.....	85
Figura 10: Localização da região de Campo Largo.....	87
Figura 11: Ponte de madeira sob o rio Alpercatas, na via de acesso à antiga região de Campo Largo, entre atuais municípios de Mirador (MA) e Tuntum (MA).....	90
Figura 12: Fotografia de João Parsondas de Carvalho.....	97
Figura 13: Denúncia acerca do inventário de Miguel Olympio de Carvalho.....	100
Figura 14: Recibo de quitação de dívida de Miguel Olympio e Maria Francisca de Carvalho, relacionado à herança dos filhos órfãos.....	105
Figura 15: Árvore Genealógica da Família Carvalho.....	107
Figura 16: Parte do texto “ <i>A rôla ferida</i> ”, de autoria de Carlota Carvalho.....	114
Figura 17: Matérias do currículo da Escola Normal Primária, no Pará.....	125
Figura 18: Convocatória para as matrículas na Escola Normal, no ano de 1884.....	126
Figura 19: Parte do relato que Carlota ouvira de Desidério na sala de aula na ilha de Curuá...	130
Figura 20: Mapa do estado do Amapá.....	134
Figura 21: Mapa do arquipélago do Bailique (ilhas de Bailique e Curuá)	135
Figura 22: Abaixo-assinado dos pais de famílias e moradores de Bailique em apoio à professora Carlota Olympia de Carvalho.....	139
Figura 23: Notícia da revogação do ato de exoneração.....	140
Figura 24: Nota de remoção de Carlota para Veiros (PA).....	141

Figura 25: Nota de remoção de Carlota para Veiros (PA) e nomeação de substituta em Bailique.....	141
Figura 26: Localização da região do Sertão Maranhense.....	143
Figura 27: Fragmento do poema <i>A missão da mulher</i>	147
Figura 28: Antigo utensílio, conhecido no interior do Maranhão, como “regrador”	151
Figura 29: Estado Civil de João Parsondas de Carvalho.....	155
Figura 30: Desavença de João Parsondas de Carvalho com o sogro José Francisco de Araújo.....	156
Figura 31: O trabalho nos seringais do Amazonas.....	168
Figura 32: As condições de trabalho nos seringais e o sistema de endividamento.....	169
Figura 33: Anna de Freitas e o trabalho feminino, pouco rentável.....	172
Figura 34: Joanna Boa, uma vida desprendida.....	188
Figura 35: Igualdade de acesso à educação.....	197
Figura 36: Carlota profere palestra na Escola Normal Rosa Castro em S. Luís, MA.....	211
Figura 37: Criação de uma biblioteca em Porto Franco.....	215
Figura 38: Revista “Sertão”	219
Figura 39: Fundação e composição da primeira equipe de sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, IHGM	224
Figura 40: Divulgação dos capítulos de <i>Factos e Contos</i>	237
Figura 41: Divulgação do texto “Paíz Ideal”	237
Figura 42: Divulgação com inserção na parte final do texto “ <i>Viagens II</i> ”	238
Figura 43: Impressão de <i>Factos e Contos</i>	238
Figura 44: Livro <i>Factos e Contos</i>	239
Figura 45: Jornal <i>Diário de S. Luiz</i>	240
Figura 46: Fotografia de Calota Carvalho.....	243
Figura 47: Crítica ao “O Sertão” pelo crítico literário Agrippino Grieco.....	249
Figura 48: Fragmento de <i>Paisagens</i> , de Carlota Carvalho.....	257
Figura 49: Título e subtítulos de <i>Viagens</i> , de Carlota Carvalho.....	259
Figura 50: Recorte do artigo Carlota carvalho de autoria de Luiz Murat.....	265
Figura 51: Conferência de Parsondas de Carvalho no IHGB.....	267
Figura 52: Conferência de Parsondas de Carvalho sobre o socialismo.....	268
Figura 53: Capa da primeira edição de O Sertão, desenhada por Souza Bispo (1924)	269
Figura 54: Mapa desenhado por Souza Bispo sob a direção de Carlota Carvalho (1924)	271

Figura 55: Chamada para o artigo “Carlota Carvalho”, de autoria de Luiz Murat, no <i>Jornal do Brasil</i>	273
Figura 56: “O Sertão” na Biblioteca da Associação Brasileira de Imprensa	275
Figura 57: Relação de livros recebidas pelo <i>O Jornal (RJ)</i>	276
Figura 58: Divulgação da obra <i>O Sertão</i> nos noticiários do Rio de Janeiro em 1924.....	277
Figura 59: Divulgação da obra no <i>Jornal do Recife (PE)</i>	279
Figura 60: Divulgação de <i>O Sertão</i> no <i>Diário de S. Luiz</i>	280
Figura 61: Fragmento da matéria publicado em <i>A Província (PE)</i>	283
Figura 62: Carlota Carvalho critica o conceito de sertão de Euclides da Cunha.....	299

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Campo Largo, Arraial e Região.....	86
Mapa 2: Localização das ilhas Bailique.....	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Jornais e Periódicos acessados que apresentaram, no período pesquisado, duas ocorrências ou mais.....	47
Quadro 2: Demonstrativo das publicações de Carlota Carvalho.....	230
Quadro 3: Capítulos da obra “Factos e Contos” publicados no jornal <i>Diário de S. Luiz</i>	236
Quadro 4: Publicação de “Factos e Contos”, sem a referência dos capítulos.....	236
Quadro 5: publicações de Carlota Carvalho sobre o sertão maranhense (1924)	256
Quadro 6: Estrutura da obra “O Sertão”	293

LISTA DE SIGLAS

ABI - Associação Brasileira de Imprensa

ABL - Academia Brasileira de Letras

ALB - Associação de Leitura do Brasil

AML- Academia Maranhense de Letras

APEP – Arquivo público do Estado do Pará

BN - Biblioteca Nacional

BPBL- Biblioteca Pública Benedito Leite

IAHGP - Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano

IHGB- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGM- Instituto de História e Geografia do Maranhão

IHGM- Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão

IHGSP- Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

HDB - Hemeroteca Digital Brasileira

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UEMASUL- Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

UFMA– Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

<i>AGRADECIMENTOS</i>	VII
<i>RESUMO</i>	X
<i>ABSTRACT</i>	XI
<i>LISTA DE FIGURAS</i>	XII
<i>LISTA DE MAPAS</i>	XV
<i>LISTA DE QUADROS</i>	XVI
<i>LISTA DE SIGLAS</i>	XVII
1 INTRODUÇÃO	20
2 CARLOTA CARVALHO E SUAS RAÍZES SERTANEJAS	52
2.1 DE UM <i>SURPREHENDENTE ENCONTRO</i> ÀS MARGENS DO <i>SANT'ANNA</i> À VIAGEM ALÉM SERTÃO.....	52
2.1.1. Uma viagem ao Rio de Janeiro, a bordo do Paquete “Acre”	59
2.2 DO SERTÃO BAIANO AO SERTÃO DE PASTOS BONS: a ancestralidade de Carlota Carvalho.....	73
2.2.1 O Oeste Baiano e os caminhos do sertão: como a família de Carlota chegou ao sertão de Pastos Bons.....	76
2.2.2 Campo Largo e “a ruptura da grande curva do São Francisco”	80
2.3 VÍNCULOS FAMILIARES: sobre sua mãe e irmãos.....	93
2.3.1 Miguel Olympio e Maria Francisca de Carvalho: da morte prematura ao drama do inventário	99
2.3.2 Retalhos da infância no <i>Baixão da Colônia</i>	108
3 DA ESCOLA NORMAL AO MAGISTÉRIO DAS PRIMEIRAS LETRAS	115
3.1 A FORMAÇÃO PARA O PROFESSORADO NA ESCOLA NORMAL DO PARÁ.....	120
3.2 AS ILHAS BAILIQUE E O INÍCIO DA DOCÊNCIA.....	127
3.3 A ITINERÂNCIA DA DOCÊNCIA NO SERTÃO MARANHENSE.....	142
3.4 O OLHAR DE CARLOTA CARVALHO SOBRE A MULHER DO SERTÃO MARANHENSE NO ENTRE SÉCULOS (XIX E XX)	157
3.4.1 <i>A jovem Sertaneja</i> : as relações conjugais sob olhar de Carlota Carvalho.....	159
3.4.2 <i>Anna de Freitas</i> : mulher, trabalho e educação sob o olhar de Carlota Carvalho.....	166
3.4.3 <i>A madrinha imposta</i> : relações de compadrio, a partir de Carlota Carvalho.....	181
3.4.4 <i>Joanna Boa</i> : a arte na vida e na profissão.....	186

4. A ESCRITORA CARLOTA CARVALHO.....	202
4.1 UMA INTELLECTUAL BRASILEIRA NOS SERTÕES MARANHENSES.....	202
4.1.1 O Movimento intelectual brasileiro do século XIX.....	206
4.1.2 Uma intelectual engajada	209
4.1.3 O ingresso no Instituto de História e Geografia do Maranhão.....	221
4.2. A PRODUÇÃO INTELLECTUAL DE CARLOTA CARVALHO NA IMPRENSA NO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	229
4.2.1 “Factos e Contos”	234
4.2.1.1 Para além do texto: uma imagem que agrega.....	242
4.3 A AUTORIA FEMININA: desafios da escrita.....	244
4.3.1 As temáticas de interesse.....	251
4.3.1.1 Um lugar chamado sertão.....	252
4.4 “O SERTÃO” DE CARLOTA CARVALHO.....	259
4.4.1 Repercussão da obra “O Sertão”	271
4.4.2 A escrita de “O Sertão”	284
4.4.2.1 “O Sertão”: o livro.....	286
4.4.2.2 A estrutura de “O Sertão”	290
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	301
FONTES DE PESQUISA E ARQUIVOS CONSULTADOS.....	311
REFERÊNCIAS	319



“Sem dúvida o desvendar desse passado será empolgante”

Carlota Carvalho

1 INTRODUÇÃO

Viver não é relatável (...).
Precisarei com esforço traduzir
o desconhecido.

Clarice Lispector

Escrever é muito mais que uma escolha pessoal ou o desejo de se querer descortinar universos. Escrever é "se mostrar", se expor, fazer aparecer seu próprio rosto. É "ocupar-se de si mesmo" (FOUCAULT, 1992, p. 159). Até quando o que se quer é apenas falar de outros, escrever é sempre uma composição de si mesmo que avança em relação ao outro. Nessa perspectiva, a escrita caracteriza-se muito mais como forma de se constituir como sujeito, do que enquanto forma de comunicação e interação com o outro (CORACINI, 2009). Por meio da escrita o "sujeito se diz e não apenas diz, se inscreve e não apenas escreve" (CORACINI, 2009, p. 398). Dessa forma, ao tomar a iniciativa de me incluir na parte inicial desse percurso, parto deliberadamente da necessidade de reivindicar e dar visibilidade ao meu "lugar de fala", o lugar de quem escreve. Isso posto, faço uso das acepções de Djamila Ribeiro (2017), que compreende o "lugar de fala" não como uma determinação de quem pode ou não falar, mas da compreensão de que cada um fala a "partir de um lugar" (RIBEIRO, 2017, p. 84).

Foi com essa compreensão que logo no primeiro momento da escrita dessa tese, que trata da trajetória de Carlota Carvalho, uma professora e escritora, que viveu no sul do Maranhão nas últimas décadas do século XIX e meados do século XX, percebi que seria impossível fazê-la adequadamente sem estabelecer um vínculo com as escolhas feitas durante minha trajetória de vida e atividade profissional. Pois parto do pressuposto de que, de alguma forma, foi a minha história de vida e as escolhas que, substantivamente e de maneira consciente ou não, me levaram ao encontro da temática proposta nesse trabalho. Nasci em Presidente Dutra¹, na região central do estado do Maranhão, lugar que, no passado, chamava-se Curador²

¹ Localizado às margens do riacho Preguiça, subafluente do Mearim. Conhecido antigamente pela denominação de Curador, com a qual, aliás, foi elevado à categoria de município pelo Decreto-Lei nº 820, de 30 de dezembro de 1943. Somente a 18 de dezembro de 1948, pela Lei nº 208, esse topônimo foi substituído, numa homenagem ao Mal. Eurico Gaspar Dutra. Foi desmembrado de Barra do Corda, cuja jurisdição não passava de um distrito distante e esquecido (https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/ma/presidente_dutra).

² Povoado iniciado no século XIX, localizado nas brejeiras de São Bento, São Joaquim do Caxixi e Corrente, hoje pertencentes a Tuntum, os dois primeiros e a Barra do Corda, o último. Um grupo de nordestinos ocupou uma área próxima da embocadura do riacho Firmino com o riacho preguiça, local que mais tarde veio a ser a sede do

e pertencia ao território da Chapada, região que mereceu destaque nos escritos de Carlota Carvalho. Foi a partir desse lugar que tornei-me professora, profissão que desde cedo me inspirou, tanto pelas possibilidades que traz consigo como pelos vínculos que é capaz de construir. Ou talvez, quem sabe, por me sentir convocada desde muito cedo para a tarefa de ensinar, impulsionada pelas muitas vezes que tive que emprestar a minha habilidade de “ledora” e “escrevedora” para os analfabetos do meu lugar! Acredito que as carências e as possibilidades da profissão de professora de alguma forma me mobilizam, pois é a partir dela, assim como Carlota, que construo o meu protagonismo.

Estas palavras iniciais, que em parte, justificam o interesse pelo tema da presente tese, transitam pelos dois sentidos atribuídos à palavra “simpatia”. Mencionada por Sirinelli (2003, p. 239) como requisito importante ao trabalho do historiador, principalmente, da história dos intelectuais, a simpatia, segundo o autor, teria dois sentidos. O *sentido primeiro*, o do interesse ou “atração” por um tema ou “ideia”, e o *sentido comum*, onde “estariam as relações entre as pessoas”, as “afinidades” (SIRINELLI, 2003, p. 239; BARSA, 2003).

Para Sirinelli (2003, p. 239), o *sentido primeiro* do termo “se constitui mesmo a essência do ofício do historiador”, enquanto que o *sentido comum* é um fenômeno do qual não conseguimos fugir. De acordo com ele, ao longo de um trabalho de pesquisa “sem dúvida alguma, simpatias nascem, antipatias crescem, (...). Mais que ocultar o fenômeno, sem dúvida é preciso tomar plena consciência dele, assumi-lo de algum modo, a fim de avaliá-lo” (SIRINELLI, 2003, p. 239). A tão necessária “simpatia” me impulsionou desde o primeiro momento dessa pesquisa, inicialmente, de forma mais “intelectual” e “objetiva”, ligada tão somente aos interesses da pesquisa, associada em maior grau, ao *sentido primeiro* do termo. Porém, aos poucos fui me imbuindo, também, do *sentido comum* do termo, simpatia pela pessoa Carlota Carvalho (SIRINELLI, 2003, p. 239). Dessa forma, também, a identificação e admiração pela mulher e intelectual Carlota me motivaram a adentrar no universo dessa personagem. E, para introduzi-la no texto, trago as palavras de Ubiratan Teixeira³, que assim a define:

Carlota Carvalho é uma entre as dezenas de figuras corajosas e brilhantes que ensinando o a-b-c de povoado em povoado, cantando a tabuada de vila em vila e mostrando como mexer com o paleógrafo ao nosso povo historicamente

município. Dentre os que ali se estabeleceram, um praticava o "curandeirismo", dando origem ao primeiro nome do povoado - Curador (https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/ma/presidente_dutra).

³ Ubiratan Teixeira (1931-2014), jornalista e ficcionista, membro da Academia Maranhense de Letras. Escritor maranhense, tendo publicado ao todo 14 livros, dentre eles, "*Pequeno dicionário de teatro*" e "*Labirinto*". Também foi cronista semanal do jornal O Estado do Maranhão. O texto acima é fragmento do posfácio da terceira edição de "O Sertão" (2011), que vem com o título "A atualidade de Carlota Carvalho".

carente, palmilhando a pé ou no lombo de um jegue nossas terras virgens escreveu a história do Sertão maranhense; sem fantasia ou interferências espúrias.

Carlota Olympia de Carvalho, ou simplesmente Carlota Carvalho, como se fez conhecer no mundo literário, é, sem dúvida, uma daquelas pessoas cuja história de vida precisa ser estudada. Situada nos idos do século XIX e meados do século XX, sua trajetória marcou profundamente a história do sertão maranhense, tanto como professora, quanto como escritora de “O Sertão”⁴, uma das mais densas obras sobre a cartografia geográfica e social do sertão maranhense⁵, “obra bastante rara e de extrema importância para a história da região” (CABRAL, 2008, p. 35).

Ambientada em uma sociedade em que o estudo era um privilégio para poucos, Carlota tornou-se professora e peregrinou pelo sertão adentro, ensinando as “primeiras letras” nos lugares mais distantes da região sul do Maranhão, norte do Goiás⁶ e estado do Pará. Sua itinerância como professora lhe permitiu, ao mesmo tempo, um conhecimento profundo da realidade, não só dos elementos que compunham a paisagem sertaneja, mas, também, do elemento humano que habitava esse espaço territorial. Em seus escritos, seja nos jornais, como o *Diário de S. Luiz*, onde mantinha uma coluna diária, seja em suas obras, a exemplo de “O Sertão”, Carlota Carvalho interage com os problemas e as preocupações do cotidiano sertanejo e com acontecimentos do momento histórico em que viveu.

Seu legado literário dialoga com os aspectos históricos e geográficos da região sul maranhense, apontando para sua grande relevância para a história do Maranhão. Abordando temáticas diversas como educação, cultura, e vida política e social do sertanejo, Carlota consegue, ainda, descrever as populações indígenas existentes na região, bem como o processo de expropriação de seus territórios e culturas, e o processo de alargamento da região de “Pastos Bons”, em consequência das frentes colonizadoras.

A autora de “O Sertão” era oriunda da região da Chapada, um território anteriormente pertencente ao sertão de “Pastos Bons”, hoje denominado de sul do Maranhão. Em um cenário distante dos espaços decisórios da vida nacional, mas, ao mesmo tempo, envolto nas grandes

⁴ “O Sertão: subsídios para a História e Geografia do Brasil”, teve a sua primeira edição publicada em 1924, no Rio de Janeiro, pela Empresa Editora de Obras Científicas e Literárias.

⁵ O Jornal do Comércio do Rio de Janeiro na edição 156, de 7 de abril de 1957, inclui a obra “O Sertão”, na lista dos “Ótimos Livros”. No ano seguinte, o mesmo Jornal na edição 250, de 27 de julho de 1958, inclui a obra na lista de “livros estimados”.

⁶ Norte de Goiás, hoje Estado do Tocantins. Criado em 5 de outubro de 1988, por meio do artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Sua instalação definitiva ocorreu em 1º de janeiro de 1989. Após sua instalação, o Tocantins foi inserido na região norte do Brasil, uma vez que, enquanto pertencente ao Goiás, era parte da região centro-oeste.

questões conjunturais da história política e econômica do Brasil oitocentista, Carlota Carvalho exerceu seu protagonismo.

Filha de migrantes baianos, Carlota nasceu no sertão maranhense e, apesar das idas e vindas, continuou nele até o momento de sua morte, ocorrida na década de 1940 (MOTTA, 2008, p. 130). Conforme noticiado pelo *Diário de S. Luiz*, de 17 de outubro de 1948, a escritora maranhense Carlota Carvalho teria morrido *há pouco tempo no lugar Bacuri, no município de Grajaú* (fls.7-8).

Em relação ao local exato de seu nascimento ainda hoje não há consenso entre os historiadores. Para a maioria dos pesquisadores, o local do nascimento de Carlota Carvalho seria no território da então Vila de Riachão, uma das primeiras povoações do sul do Maranhão. Seu irmão, João Parsondas de Carvalho, teria declarado em juízo, ter nascido em Riachão,⁷ no ano de 1856. Seguindo o mesmo caminho, alguns estudiosos dos irmãos Carvalho atribuem, também, à vila de Riachão como local do nascimento de Carlota. Porém, as fontes acessadas durante a realização da presente pesquisa apontaram Grajaú, a então Vila da Chapada, como sendo o local de nascimento de Carlota Carvalho (O PAIZ, 30 de abril de 1878, p.1).

O jornalista maranhense Cândido Souza Bispo⁸, em matéria intitulada *Grajahú, o prelo de madeira*, publicada em sua coluna diária, do Jornal *Diário de S. Luiz*, datada de 6 de novembro de 1924, afirmava: *Carlota Carvalho (...) rebrilhante autora do O SERTÃO tratando da vida intellectual do município, de cujo seio de perenne verdura e esplendor, é filha*. No *Diário de S. Luiz*, do dia 13 de setembro de 1924, em nota publicada por ocasião do tributo ao jornalista Isaac Ferreira⁹, falecido em 1923, consta a seguinte informação: *fala por nós a inspirada escriptora grajause D. Carlota Carvalho*. Já o *Pacotilha*, em sua edição de 01 de setembro de 1934, quando se refere à criação do *Jornal do Sertão*¹⁰ fez circular nota que reforça a tese de que a escritora Carlota Carvalho teria como terra natal a cidade de Grajaú, pois

⁷ João Parsondas de Carvalho, irmão de Carlota Carvalho, foi um renomado jornalista e intelectual maranhense (sec. XIX e XX), com uma vasta atuação no Maranhão, Pará e Goiás. “Quanto ao local de nascimento de Parsondas de Carvalho, há algumas informações em um processo criminal contra ele, por desacato à autoridade, na cidade de Imperatriz, em 1911. No documento, curiosamente não consta o nome de sua mãe, apenas do pai, assim como o local de nascimento, Riachão, e sua idade, 55 anos, o que leva seu nascimento ao ano de 1856. Hoje, fora dos relatos dos mais antigos, quase nada se tem sobre esse lendário personagem sertanejo de algumas décadas atrás. No que diz respeito a sua infância e adolescência, até o momento nada se sabe. Ele só começa a aparecer na fase adulta, já inserido num conflito político, por liberdade de expressão no Pará” (SANTOS, 2014, p.174).

⁸ Cândido Pereira de Souza Bispo, jornalista, teatrólogo, poeta, advogado, fundador da Academia Maranhense de Letras. Nascido em Grajaú, Maranhão, em 03 de outubro de 1896 e falecido em 15 de julho de 1950. Ele possui uma vasta obra literária, criou e colaborou com vários jornais no Maranhão e fora dele.

⁹ Isaac Ferreira, jornalista maranhense, nascido em 1896 e falecido em 1923, na cidade de Grajaú. Trabalhou em vários jornais da capital e do interior do estado.

¹⁰ Jornal grajause, criado “sob a gerência de Antônio Rocha e tendo como redatores Livino Rezende, Antenor Bogéa e Raimundo Simas Lima”. O jornal tinha como slogan “Órgão Independente” (PACHECO FILHO, 2016, p.173).

nela se lê:

Para a próspera cidade de Grajaú, segue terça-feira, após demorar-se alguns dias nesta capital o nosso inteligente e operoso confrade, Sr. João Rocha, diretor do bem orientado “Jornal do Sertão” que se edita na terra de Militão Bandeira e Carlota Carvalho (PACOTILHA, 1 de setembro de 1934).

Entendo como uma das tarefas do historiador compreender a história do seu meio e de seu tempo. A investigação e interpretação dos acontecimentos, a ampliação e a compreensão da condição humana, faz parte da tarefa do historiador, que é “chamado a prestar contas” (BLOCH, 2001, p. 41). Quando surgiu a possibilidade de realização desta pesquisa de doutorado, fui tomada pelo interesse, desde o primeiro momento, de dar uma pequena contribuição para o melhor entendimento da história da região sul do Maranhão a partir da trajetória de um de seus personagens tidos como fundamentais para essa compreensão.

Estudar a trajetória de Carlota Carvalho significa, por isso, enveredar na história daqueles indivíduos cuja experiência de vida é chave importante para a compreensão de aspectos relacionados a uma temática ou a um determinado período histórico. Ela se inscreve no rol daquelas pessoas cuja existência é testemunho histórico, mas que ainda precisam ser estudadas e compreendidas. Dessa forma, este trabalho se propõe a abordar uma temática que vem causando interesse na academia, e que está associada à trajetória dos sujeitos que construíram o fazer historiográfico da região sul do Maranhão, no século XIX e meados do XX, e a contribuir para a compreensão histórica, geográfica e social da região sertaneja maranhense.

O interesse por essa temática surgiu durante a minha Graduação em história na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), feita no início da década de 1990. Nela, tive a oportunidade de cursar uma disciplina de História do Maranhão, com o professor João Renôr Ferreira de Carvalho. Nesse período, João Renôr, como era conhecido, já se destacava, enquanto docente e pesquisador, sendo uma referência obrigatória nos estudos sobre o sertão maranhense, sobre a Amazônia brasileira e sobre os indígenas do norte e nordeste do Brasil. Considero que aquele foi um momento muito importante da minha formação acadêmica, pois tivemos, eu e meus colegas, uma oportunidade singular de ter aulas com um professor doutor, coisa rara no nosso contexto regional da década de 1980 e início dos anos de 1990. Além disso, ele era um professor pesquisador, preocupado com a produção de conhecimento, e, principalmente, com a nossa história regional.

O Professor João Renôr nos apresentou uma história do Maranhão diferente daquela da perspectiva oficial¹¹, nos proporcionando contato com suas pesquisas sobre o sertão e com os escritos de Francisco de Paula Ribeiro, dos irmãos Carvalho, Carlota e Parsondas, as obras de Dunshee de Abranches e de Maria do Socorro Cabral, entre outros. Obras essas, até então, desconhecidas, até mesmo nos espaços acadêmicos. Alguns desses autores só tiveram seus escritos publicados, ou republicados, pela iniciativa e esforços desse pesquisador apaixonado por esta temática.

Nesse período, década de 1990, começa a se formar a primeira leva de historiadores na região¹², pois foi somente nas últimas décadas do século XX que pudemos assistir a “emergência de uma historiografia profissional maranhense”. Com o surgimento dos cursos de História da Universidade Federal do Maranhão, na década de 1980, e da Universidade Estadual do Maranhão, no início da década de 1990, o Estado começou a vivenciar uma renovação de maior densidade, com investimento na capacitação e titulação de professores (BITENCOURT e GALVES, 2014, p. 11). Com isso, a produção historiográfica maranhense passa a se vincular majoritariamente às universidades. Para Bitencourt e Galves (2014, p.11), “a história, produção dos historiadores, já habitou academias e institutos até encontrar seu lugar próprio nas universidades”, pois, no Maranhão, o trabalho de produção historiográfica tinha a chancela do Instituto de História e Geografia do Maranhão e da Academia Maranhense de Letras, instituições que “foram durante muito tempo o *locus* do conhecimento histórico” (BITENCOURT e GALVES, 2014, p.11).

Foi, também, a partir da década de 1990, que se intensificaram os trabalhos sobre o sertão maranhense. Nesse intento, foi significativo o trabalho da historiadora Maranhense Maria do Socorro Cabral, que publicou o livro *Caminhos do Gado: Conquista e ocupação do sul do Maranhão*. Elaborado como tese de doutorado, pela USP (1992), o livro teve sua primeira edição esgotada rapidamente. Desde então, a obra tem sido um marco na retomada dos estudos sobre sertão, após o lapso temporal deixado pela historiografia sertaneja do século XIX e início do século XX. Sua abordagem transformou-se imediatamente em “referência imprescindível” para os estudos acerca do “processo de conquista do Maranhão” (CABRAL, 2008, p.15).

¹¹ A perspectiva oficial da historiografia maranhense, de acordo com Cabral (2008), tem privilegiado o estudo das regiões de ocupação mais antiga, ligadas à linha litorânea, do século XVI, no período inicial da colonização europeia, escrevendo pouco ou quase nada sobre a outra frente povoadora constituída de vaqueiros e criadores de gado.

¹² Antes desse período em Imperatriz, tínhamos apenas o curso de licenciatura curta em Estudos Sociais, voltado para a qualificação docente.

Maria do Socorro Cabral atuava como professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com pesquisas voltadas para o sertão maranhense, e seu trabalho significou um marco na recente historiografia sul maranhense. Em suas pesquisas acerca do sul do Maranhão, ela usou como referência principal *O Sertão*, de Carlota Carvalho, os escritos, de Francisco de Paula Ribeiro acerca da demarcação do território maranhense, de Militão Bandeira Barros e Parsondas de Carvalho, além das obras de Dunshee de Abranches, todos autores situados no século XIX e meados do século XX.

No contexto da historiografia sul maranhense, ressalta-se o trabalho do pesquisador, Adalberto Franklin¹³, que, em 1991, fundou a Ética Editora, responsável pela publicação, e republicação, de vários títulos sobre a história local e regional. Adalberto Franklin, juntamente com o Professor João Renôr, foram responsáveis pela republicação de importantes obras de interesse da historiografia sertaneja. Nessa empreitada, ressalta-se a segunda¹⁴ e a terceira¹⁵ edições do livro *O Sertão: subsídios para a História e a Geografia do Brasil*, de Carlota Carvalho, nos anos de 2000 e 2011, respectivamente. Tanto a segunda, como a terceira edição da obra estão acompanhadas de notas explicativas e de índices onomásticos assinados pelos referidos pesquisadores, responsáveis pelas reedições do livro.

Outra obra importante para a compreensão do sertão maranhense foi *Francisco de Paula Ribeiro: desbravador dos sertões de Pastos Bons: a base geográfica e humana do sul do Maranhão*, publicada no ano de 2005. Nessa obra, os autores Adalberto Franklin e João Renôr trazem a público “os documentos oficiais relativos a Paula Ribeiro, de 1728 a 1820, garimpados graças à perícia e à arguta capacidade de análise aliadas à persistência incansável”¹⁶ dos dois pesquisadores.

Os escritos de Paula Ribeiro expõem o processo de conquista e, igualmente, os aspectos geográficos do território denominado “Sertão de Pastos Bons”. Ao descrever a importância de se trazer a público os escritos do alferes português, o historiador Luiz Maia da Silva¹⁷, ao prefaciar a obra, observa o caráter antropológico da abordagem de Paula Ribeiro, quando este

¹³ Adalberto Franklin Castro (1962-2017), foi jornalista, historiador, bacharel em Direito e editor literário. Foi também Coordenador de publicações da Ética Editora (Imperatriz, MA). Atuou principalmente nos seguintes temas: história, ciências sociais, desenvolvimento econômico. Entre 1991 e 2013, coordenou a publicação de mais de 500 títulos, pela Ética Editora. Dedicou-se à pesquisa histórica, sobre a colonização dos sertões maranhenses e da pré-Amazônia.

¹⁴ A segunda edição do livro *O Sertão* foi publicada no ano de 2000, pela Ética Editora, resultado de uma ação entre amigos, que fizeram frente às despesas da edição da obra.

¹⁵ A terceira edição, chancelada pela Universidade Federal do Piauí, por meio da EDUFPI, compõe a Coleção Nordestina, que tem por objetivo publicar e republicar obras representativas da produção intelectual do Norte e Nordeste do Brasil.

¹⁶ Luiz Maia da Silva (2005, p. 9). Prefácio da obra *Francisco de Paula Ribeiro: desbravador dos sertões de Pastos Bons: a base geográfica e humana do sul do Maranhão*.

¹⁷ Professor de História do Maranhão da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL

enumera e descreve as várias nações indígenas que povoaram a região e suas lutas pela preservação de seus territórios, quando da chegada dos colonizadores. Para Silva (2005), esse processo de colonização da região sertaneja maranhense, destacado nos escritos de Paula Ribeiro, implicou em “conflitos étnico-culturais pela defesa/conquista do espaço geográfico nos primeiros instantes de ocupação dos sertões que se estendiam do Parnaíba ao Grajaú” (in FRANKLIN; CARVALHO, 2005, p. 9).

Mais recentemente, alguns trabalhos acadêmicos têm explorado o sertão maranhense. Dentre eles, destacam-se as pesquisas do historiador Alan Kardec Pachêco Filho, que, entre outras, publicou a obra *Varando Mundos: navegação no vale do Rio Grajaú*, fruto de sua tese de doutorado (UFF, 2011). Na obra, o autor tem como foco a velha Chapada, atual município de Grajaú, uma das primeiras povoações do sertão maranhense, situada às margens do rio Grajaú, de onde partiram as ligações fluviais com o litoral maranhense, no início do século XIX. Para Pachêco Filho (2016), este município exerceu um importante papel enquanto agente de integração, interposto comercial e como centro de irradiação da cultura e da economia sertanejas, tendo por muito tempo exercido esse papel de liderança na região dos sertões maranhenses.

O trabalho de Pachêco Filho (2016) parte dos registros dos primeiros viajantes intérpretes da região, que, ainda no final do século XVIII e, avançando até as décadas finais do século XIX, apresentaram a cartografia geográfica e social do sertão de Pastos Bons. A obra dialoga com os escritos dos militares portugueses João Pereira Caldas e Francisco de Paula Ribeiro, e com os brasileiros Cândido Mendes, Dunshee de Abranches, João Parsondas de Carvalho, Carlota Carvalho e Maria do Socorro Cabral.

Na mesma linha, destaca-se, ainda, o trabalho da historiadora maranhense Irisnete Santos de Melo, *Palavras nos lábios, armas nas mãos: narrativas, trajetórias e encon(fron)tros no chamado sertão do Maranhão no começo do século XX*, apresentado como dissertação de mestrado na Universidade Federal do Pernambuco, no ano de 2010. Neste trabalho, a historiadora procurou discutir os discursos e representações acerca do sertão maranhense, no começo do século XX, por meio de arquivos de imagens e textos, debruçando-se sobre as narrativas produzidas pela imprensa, pela literatura e pela história oficial na primeira metade do século XX.

Mais recentemente, o historiador Raimundo Lima Santos publicou a obra *A construção da identidade sertaneja maranhense*, como resultado da sua tese de doutorado defendida na Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG. Neste trabalho, Santos buscou o entendimento da construção histórica da identidade sul maranhense, e, para isso, fez a análise de narrativas,

como as memórias de Francisco de Paula Ribeiro, produzidas na segunda década do século XIX, para atender aos interesses da Coroa Portuguesa na região do sertão maranhense. Dentre essas memórias ribeirianas, trabalhadas por Santos (2017), ressaltam-se a primeira, datada do ano de 1815, que relata a viagem do ilustre português à fronteira entre as capitanias do Maranhão e Goiás, e a segunda, “que trata das descrições do território sertanejo, e a terceira, sobre a memória das nações gentias” (SANTOS, 2017, s. p.).

Nessa obra, Santos faz uso do paradigma indiciário, que tem Carlo Ginzburg como principal expoente, para discutir as narrativas ribeirianas com os “letrados” maranhenses da segunda metade do século XIX e início do século XX, “o que se pode chamar de uma geração composta por Parsondas de Carvalho, sua irmã, Carlota Carvalho, e Dunshee de Abranches” (SANTOS, 2017, s. p.). Na presente obra, o autor dedica um subcapítulo do terceiro capítulo intitulado *A ressignificação das percepções ribeirianas e a construção de um novo sertão*, à Carlota Carvalho, sob a denominação de *O olhar de Carlota Carvalho sobre o Sertão*.

Outro trabalho, digno de ser mencionado, é o de autoria da historiadora Wild Muller dos Santos Lima Orlanda, que tem como título *As primeiras letras nos sertões maranhenses: 1824 – 1841*, apresentado como dissertação de mestrado na Universidade Estadual do Maranhão, no ano de 2016. Neste trabalho, a historiadora analisa o modelo formal de educação vivenciado na região sertaneja do Maranhão do período pós independência à primeira metade do século XX, trazendo para o debate o processo de criação e posterior funcionamento das escolas de primeiras letras nos sertões maranhenses. Em sua pesquisa, a autora, além de abordar as medidas tomadas em direção a um “processo de escolarização” da região sertaneja, busca contextualizar o território, hoje conhecido como sul do Maranhão, e traz para o debate a categoria sertão. Buscando explorar “a polissemia que existe no conceito de sertão, para então delinear este espaço como um lugar distante do ponto de vista geográfico, político e administrativo” (ORLANDA, 2016, s. p.), a autora, estabelece um diálogo profícuo com as proposições elaboradas por Paula Ribeiro, Dunshee de Abranches e os irmãos João Parsondas e Carlota Carvalho.

Enfim, não poderia deixar de mencionar o quão relevante foi para a construção dessa pesquisa o trabalho dos historiadores e memorialistas locais, além dos registros realizados pela imprensa, como os jornais e periódicos da época em questão. Dada a ausência de trabalhos que analisam a temática proposta e, por se tratar de um estudo pioneiro acerca da trajetória de Carlota Carvalho, a *garimpagem* de materiais impressos nos jornais e periódicos, espaços privilegiados para os registros nos idos do século XIX e início do século XX, foi imprescindível para a elaboração desse trabalho.

Apesar do significativo avanço, no âmbito da Academia, dos trabalhos relacionados ao sertão e que utilizam Carlota Carvalho como referência, em relação à autora de “O Sertão”, pouco se sabe. Quanto aos aspectos relacionados à sua trajetória, enquanto mulher sertaneja, professora e escritora, há um vazio na literatura regional e local. O que se escreveu ou se escreve sobre Carlota está muito mais cercado de questionamentos, nebulosidades e lacunas do que de produções resultantes de uma pesquisa acadêmica submetida aos critérios de uma análise científica.

Alguns autores mais contemporâneos, que se ocupam de estudar o sertão maranhense, como os historiadores Pacheco Filho (2011) e Raimundo Santos (2017), fazem alusão à escritora em seus trabalhos, porém nada que vá além daquilo que ela mesma tenha escrito sobre si em sua obra *O Sertão*. No campo da Educação, no entanto, destaca-se o trabalho da professora Diomar das Graças Motta¹⁸, que, a partir dos estudos realizados sobre mulheres professoras no estado do Maranhão, tem feito publicações que analisam a memória de mulheres que se destacaram no campo da docência. Em 2008, em artigo de sua autoria, intitulado *Mulheres professoras maranhenses: memória de um silêncio*, a professora Diomar Motta incluiu Carlota Carvalho entre as mulheres ousadas e desafiadoras.

Diomar Motta (2008) ressalta o papel desempenhado por Carlota como “professora de primeiras letras, gramática, geografia e história do Brasil” e como autora de *O Sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil*, publicada no Rio de Janeiro, em 1924 (MOTTA, 2008, p. 130). Obra que seria, segundo a análise da autora, resultante das “inquietações de Carlota” em relação aos “compêndios de sua época” carregados de “distorções geográficas e históricas, as quais considerava seríssimas e prejudiciais à formação do educando”, sendo que nelas também “contestou a visão de sertão de Euclides da Cunha e as informações do IBGE, que subsidiavam as obras didáticas” (MOTTA, 2008, p. 130).

Destaca-se, ainda, dentre os trabalhos sobre as mulheres maranhenses na educação, o artigo intitulado *Uma mulher professora nos sertões maranhenses*, também de autoria da Professora Diomar Motta, no qual Carlota Carvalho, enquanto professora e escritora, é ressaltada por sua “altivez” e pelo “uso da inteligência e os múltiplos usos e desusos da palavra que desabrochou no espaço educacional maranhense” (MOTTA, 2002, p. 3). Nesse artigo, a autora refere a ausência do sujeito feminino nos arquivos públicos do estado do Maranhão, o que poderia explicar o motivo pelo qual “as informações disponíveis sobre Carlota serem as

¹⁸ Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Mulheres e Relações de Gênero – GEMGe, vinculado à linha de pesquisa: Instituições escolares, saberes e práticas educativas, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

acidentais” e que foram registradas em sua obra “O Sertão” e compiladas pela escritora maranhense Maria do Socorro Cabral, em seu livro *Caminhos do gado* (MOTTA, 2002, p. 3). Dessa forma, para compor a trajetória de Carlota, Motta (2008) se apoia apenas em “O Sertão” e nas compilações feitas por Cabral (1992), “que contém a parte inicial da trajetória familiar de Carlota, onde a ênfase está na vida literária de seus integrantes, particularmente os do sexo masculino, ressalva apenas para as bisavós” (MOTTA, 2002, p. 4).

Há, portanto, uma certa urgência em submeter os poucos dados que cercam a vida da professora e escritora ao crivo científico. São muitos os questionamentos que precisam ser respondidos, por meio de um estudo de sua trajetória. A longa vida, de mais ou menos 80 anos, foi cercada de polêmicas diversas, sobretudo, de cunho pessoal. Sua relação com o irmão, João Parsondas de Carvalho, foi no passado, e ainda persiste, um assunto controverso e que gera desconforto nas rodas de discussões acerca dos escritos dos irmãos Carvalho.

Carlota Carvalho conseguiu notoriedade e reconhecimento intelectual no meio acadêmico e literário, por meio do seu livro *O Sertão: subsídios para a história e geografia do Brasil* – “raríssimo até o ano de 2000”. Porém, ao mesmo tempo, há repulsa por parte de “alguns poucos que, sem nenhum indício e com uma boa dose de grosseria, atribuem o trabalho mencionado ao seu irmão Parsondas de Carvalho” (PACHÊCO FILHO, 2011, p. 66). Entre os autores que defendem essa tese, está Sálvio Dino, autor da obra *Parsondas de Carvalho: um novo olhar sobre o sertão*, que chegou a afirmar:

Com todo respeito que se possa ter pela sua memória, não encontramos, inclusive entre pessoas que a conheceram bem de perto, qualquer referência sobre suas origens ou passagens pelo mundo das letras. Até mesmo no baú da memória oral nada. (...). Não existe com ou sem riquezas de detalhes em termos de biografia, dados pessoais, ou qualquer informação ao alcance da pesquisa, capazes de nos levar às primeiras fraldas da solteirona que viveu anos e mais anos inteiramente confinada à sombra do iluminado irmão, escritor festejado, autêntico guardião da cultura de nossos sertões (DINO, 2007, p. 56).

Para Dino (2007, p. 56-74), Carlota “entrou pelas portas dos fundos na história do Maranhão”. Para ele, o verdadeiro autor de “O Sertão” seria o seu irmão João Parsondas de Carvalho, que motivado por uma “relação incestuosa”, teria dado o crédito de autoria da obra à irmã, que, segundo as palavras do autor, é “de mais difícil comprovação, embora haja relatos disso na tradição oral da região”. Dino afirma que se valeu de fontes orais, depoimentos de pessoas que conviveram com os irmãos Carvalho para fazer tal afirmação. Uma dessas pessoas que teriam convivido com Carlota, citadas por Dino, em seu livro *Parsondas de Carvalho*, é o

autor do livro *Abrindo Caminho*¹⁹, Augusto de Oliveira Milhomem, publicado no ano de 1995. O autor, memorialista, afirma que por volta do ano de 1931, quando tinha sete anos de idade, teria sido aluno de Carlota Carvalho. Em forma de depoimento, ele relata fatos do cotidiano vivenciado no seio de sua família e descreve situações ocorridas em sala de aula, que para ele depõem contra a intelectualidade da autora de “O Sertão”, questionando, inclusive, a autoria da obra.

A contestação da autoria de “O Sertão”, descrita por Dino (2017) e Milhomem (1995), embora carente de argumentos comprobatórios e análises substantivas, tem um registro bem anterior à publicação de suas obras. *Diário de S. Luiz*, em matéria datada 17 de outubro de 1948 (fl. 7-8), intitulada “*O Sertão*” e o seu verdadeiro autor, assinada por Antenor Vianna, contesta a autoria da obra e atribui a Parsondas de Carvalho a escrita de “O Sertão”. O texto do *Diário* tem por base o argumento utilizado, mais tarde, por Dino, que consiste na defesa entusiasmada dos escritos de Parsondas de Carvalho, seguido pelo questionamento dos atributos intelectuais de Carlota Carvalho. Na referida matéria, Vianna enumera as qualidades de “O Sertão”, apresentando-a como uma obra de grande valor literário e científico, ao mesmo tempo em que se refere à Carlota como uma *analfabeta na verdadeira acepção do termo*, que teria feito muito mal ao ter roubado o patrimônio intelectual do irmão. Para o autor, Carlota nunca poderia *escrever uma obra desse cunho e nem dissimular o mal que lhe fizera seu irmão, autor legítimo do livro em alusão, em lhe querer dar a glória falsa de autora dessa obra tão importante* (DIÁRIO DE S. LUIZ, 17 de outubro de 1948, fl. 7-8).

Teria Carlota escrito “O Sertão”? Essa pergunta persiste sem resposta há mais de 70 anos, a contar do primeiro questionamento feito acerca da autoria das produções textuais de Carlota a que tivemos acesso. Era preciso, portanto, ir além e responder este questionamento! O certo é que “O Sertão”, assinado por Carlota, é, na avaliação de pesquisadores, a mais consistente obra sobre o sertão maranhense.

Ao investigarmos a trajetória de Carlota, encontramos pouco material nos locais em que ela poderia ter vivido. Quer seja em Grajaú, antiga Vila da Chapada, ou Carolina, Imperatriz, Montes Altos ou Riachão, são poucos os vestígios ou testemunhos que localizamos. Boa parte dessa falta de registros deve-se, também, ao pouco interesse pela guarda documental, que se acentua nos lugares mais distantes dos grandes centros, como o sertão maranhense do século

¹⁹ Escrito em 1995, trata-se de uma publicação de cunho autobiográfico; uma obra de iniciativa familiar construída exclusivamente a partir das memórias individuais do autor, que veio a público quando o autor fez 70 anos. “Resultou exclusivamente dos registros que ainda guardo na memória, concernentes à minha participação, ativa ou passivamente, em acontecimentos verificados durante o lapso de tempo compreendido entre o meu nascimento e os dias que correm” (MILHOMEM, 1995, p. 5).

XIX e dos primeiros decênios do século XX. Devem ser, ainda, consideradas as questões políticas que cercam a vida de Carlota Carvalho, mulher que desafiou, com seu modo de vida, as normas comportamentais de sua época.

Sabe-se que Carlota manteve-se solteira, não teve filhos e vivia na companhia do irmão João Parsondas de Carvalho, uma figura pública, muito conhecida nos meios intelectuais e políticos de sua época, meios esses que, também, desde muito cedo lhe foram facultados. A participação de Carlota nessas rodas da intelectualidade maranhense gerava incômodo para muitos, já que este não era o lugar reservado às mulheres sertanejas do seu tempo.

O fato é que Carlota escreve uma obra de grande envergadura, e para escrevê-la, careceu de muita vivência e andanças, já que a obra trata de assuntos referentes tanto à geografia, quanto à história dos sertões maranhense. É uma obra que versa sobre temas que só uma pessoa com muita leitura poderia tratar, o que faz dela uma pessoa singular, capaz de suscitar questionamentos tanto em relação ao seu processo de formação intelectual, quanto a respeito das relações construídas ao longo de sua trajetória.

De acordo com Rojas (2003), os grandes indivíduos da história estão sempre entrelaçados com a época e o meio. Portanto, torna-se imprescindível reconstituir o itinerário intelectual de Carlota Carvalho, “sem desconsiderar de maneira sistemática os dados de sua vida pessoal que também foram decisivos para elaborar sua concepção de mundo e para objetivá-la no interior de sua obra” (ROJAS, 2003, p.14). Para a reconstituição da trajetória de Carlota Carvalho, nos pautamos nesta recomendação e também por alguns questionamentos, sendo que o primeiro é: Como Carlota se projetou no campo restrito da intelectualidade em pleno sertão nordestino no final do século XIX e início do século XX? A partir da resposta a este questionamento, buscaremos também entender a situação da mulher no sertão maranhense do final do século XIX e início do século XX.

Nosso segundo questionamento consiste em saber o porquê de a obra “*O Sertão*” ter sido publicada no Rio de Janeiro e as razões para que tivesse uma segunda edição somente após 76 anos depois de seu lançamento. Esse questionamento me permitiu investigar e avaliar qual a repercussão que a obra teve à época de sua publicação e quais são os motivos para a tardia segunda edição, bem como seu significado para os estudos sobre o sertão na atualidade.

A partir desses questionamentos, tracei como objetivo geral do nosso trabalho o de investigar a trajetória de Carlota Carvalho, situando-a no contexto temporal e geográfico de sua existência, do segundo quartel do século XIX e primeiras décadas do século XX. Para tanto, busquei compreender os elementos que constituíram sua formação intelectual, bem como o significado que sua obra “*O Sertão*” teve no cenário da historiografia do Brasil interiorano e,

em especial, no sul maranhense. Além desse, elegi, ainda, como objetivos secundários os de investigar a origem familiar de Carlota e sua relação com o sertão maranhense, bem como reconstituir a sua formação intelectual e cidadã, suas andanças e experiências pelo sertão dos Pastos Bons-Belém-Amapá-Sertão sul maranhense. Identificar e discutir a constituição da sua formação profissional docente, os elementos que compuseram a sua formação intelectual e os espaços de socialização, bem como o processo de construção e publicação da obra “O Sertão”, também são objetivos desse trabalho.

A necessidade de analisar o sujeito, inserido na sua realidade temporal e geográfica, me remeteu à busca de um embasamento teórico e metodológico que me permitisse dialogar com as tramas diversas que compõem o universo que me propus a discutir. Apesar de um necessário enquadramento, quanto à teoria e ao método, discorrer sobre as opções teórico-metodológicas que são adotadas neste trabalho, me coloca, antes de mais nada, na condição de ter que tecer considerações sobre as dificuldades desse enquadramento dentro de um único campo de abordagem ou de prática historiográfica.

Em relação à essa dificuldade de enquadramento, Barros (2013, p. 15) observa “que uma abordagem ou uma prática historiográfica não pode ser rigorosamente enquadrada dentro de um único campo”. Continua, ainda, a nos alertar em relação aos perigos causados pelo isolamento e pela compartimentação no campo da pesquisa historiográfica. Assim, ele afirma que:

Todas as dimensões da realidade social interagem, ou rigorosamente sequer existem como dimensões separadas. Mas o ser humano, em sua ânsia de melhor compreender o mundo, acaba sendo obrigado a proceder a recortes e a operações simplificadoras, e é neste sentido que devem ser considerados os compartimentos que foram criados pelos próprios historiadores para enquadrar os seus vários tipos de estudos históricos (BARROS, 2013, p. 15).

Considerando que nenhum fato é exclusivamente político, econômico, cultural ou social, o estudo que apresento dialoga com várias dimensões da realidade social. O estudo sobre a trajetória de Carlota Carvalho pode ser realizado por meio de diferentes dimensões, “já que os objetos históricos chamam para si certas conexões de campos históricos” (BARROS, 2013, p.222). Mesmo querendo fugir de uma possível “etiquetagem”, como nos fala o autor em questão, não posso me furtar de apresentar as dimensões²⁰, os enfoques e as abordagens que

²⁰ “Uma dimensão implica em um tipo de enfoque ou em um ‘modo de ver’ (ou em algo que se pretende ver em primeiro plano na observação de uma sociedade historicamente localizada); uma abordagem implica em um ‘modo de fazer a história’, a partir dos materiais com os quais deve trabalhar o historiador (determinadas fontes, determinados métodos, e determinados campos de observação); um domínio corresponde a uma escolha mais específica, orientada em relação a determinados sujeitos ou objetos para os quais será dirigida a atenção do

adotei neste trabalho. Nesse sentido, Barros (2013, p.58) afirma ser “a História Cultural um dos enfoques possíveis para um historiador que se depara com uma realidade social a ser decifrada (...). Trata-se, no entanto, de uma dimensão múltipla, plural, complexa e que pode gerar diversas aproximações diferenciadas”.

No que concerne ao referencial teórico-metodológico desta pesquisa, torna-se imprescindível, inicialmente, tecer considerações sobre os conceitos que empregamos. Por tratar-se de um estudo de trajetória torna-se imperioso um diálogo com autores que foram fundamentais para a compreensão do nosso objeto e na adoção dos caminhos percorridos no transcorrer da nossa pesquisa.

Nesse sentido, vale ressaltar que o conceito de trajetória passa a ganhar maior visibilidade, a partir da Nova História, em especial, por meio de historiadores que procuraram analisar os acontecimentos de um ponto de vista micro-histórico, sendo que destacamos a contribuição dos historiadores como Carlo Ginzburg, Giovanni Levi e Natalie Zemon Davis, entre outros. Essa ‘prática historiográfica’ ganhou um forte impulso a partir do livro do historiador italiano Carlo Ginzburg *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, que teve sua primeira publicação em 1976. A obra discorre sobre o século XVI, época marcada pelas reformas burguesas, pela efervescência das reformas religiosas, como a Reforma Protestante, e pela difusão da imprensa. Por meio da trajetória do moleiro Menocchio, Ginzburg discute a cultura popular e erudita da época, desenvolvendo a hipótese da influência mútua entre ambas, assim como a circularidade da cultura letrada entre os camponeses. Com base nos processos inquisitoriais, Ginzburg procurou decifrar os pensamentos e os conceitos construídos pelo moleiro.

Por meio de um tema instigante, Ginzburg (1987) consegue ao mesmo tempo fazer uma narrativa de construção do perfil da personagem e abordar suas principais ideias. Afirma o autor no prefácio à edição inglesa, da referida obra:

Graças a uma farta documentação, temos condições de saber quais eram suas leituras e discussões, pensamentos e sentimentos: temores, esperanças, ironias, raivas, desesperos. De vez em quando as fontes, tão diretas, o trazem muito perto de nós: é um homem como nós, é um de nós (GINZBURG, 1987, p.12).

Nesse contexto, outra obra tornou-se fundamental. Refiro-me à *A herança imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, do também italiano, Giovanni Levi. Na mesma linha de Ginzburg, Levi constrói sua narrativa a partir da trajetória do padre exorcista

historiador” (BARROS, 2013, p. 20).

Giovan Batista Chiesa, apresentando as relações sociais, as estratégias de alianças, a relação centro e periferia e o mercado de terras do mundo camponês na Europa do Antigo Regime. Criticou a ideia concebida pela história tradicional de que o mundo camponês do Antigo Regime era inerte e homogêneo e que as mudanças eram apenas o resultado de forças externas. Trabalhou com a hipótese de que existe uma racionalidade específica do mundo camponês e que as comunidades tinham papel ativo em sua transformação (LEVI, 2000).

Não menos importante, nesse campo da produção historiográfica, inscrevem-se os trabalhos da estadunidense Natalie Zemon Davis, que em 1994, lançou a obra *Nas Margens* sobre a trajetória de três mulheres do século XVII: Glikl bas Judah Leib, uma judia negociante de Hamburgo, Marie de l'Incarnation, freira ursulina que fundou a primeira escola cristã para mulheres ameríndias da América do Norte, e a naturalista e pintora protestante Maria Sibylla Merian, que em 1699 se aventura na selva do Suriname (DAVIS, 1997). A obra é precedida de uma rica e intensa pesquisa em arquivos e museus e também bibliográfica, que tornou possível recompor a vida das três mulheres. Recorrendo, principalmente, aos escritos pessoais das mulheres em questão, Davis pôde não apenas reconstruir suas trajetórias, mas desvendar aspectos importante do contexto em que estavam inseridas, o que, segundo a autora, revelam tanto, ou mais, sobre o nascimento do mundo moderno, do que inúmeros documentos oficiais.

Assim como fizeram Ginzburg, com o moleiro Menocchio, Levi, com o exorcista Chiesa, e Davis com a judia Glikl, a freira Marie de l'Incarnation e a protestante Maria Sibylla, a intenção é recompor a trajetória de Carlota Carvalho, que viveu no sertão maranhense do final do século XIX e meados do século XX. Por meio dessa professora e escritora sul maranhense, acredita-se ser possível discutir as questões relacionadas, à sua trajetória enquanto mulher professora e escritora, e ainda, as questões relacionadas ao sertão maranhense no contexto de sua existência.

O estudo sobre indivíduos não é uma novidade no mundo das letras, nesse campo inscreve-se a biografia, que após um longo período de marginalização no campo historiográfico, no século XIX e quase a totalidade do XX, vem ressurgindo, a partir das últimas décadas do século XX, inserida no debate da Nova História. Nessa perspectiva historiográfica, destacamos os trabalhos da historiadora italiana Sabina Loriga, que tem trazido a biografia para a centralidade do debate acadêmico. Em seu artigo *A biografia como problema*, publicado como capítulo da obra *Jogos de escalas: a experiência da microanálise* organizada pelo historiador francês Jacques Ravel (1998), Loriga afirma que a fronteira que separa a biografia da história é imprecisa, e propõe um debate acerca dos gêneros e métodos investigativos que partem das singularidades, de escalas de observação reduzidas.

Sabina Loriga, discorre sobre a biografia enquanto uma possibilidade historiográfica, que apesar de polêmica, está de volta para ocupar um lugar de destaque no cenário historiográfico (LORIGA, 1998): “Após um longo período de desgraça, durante o qual os historiadores se interessavam pelos destinos coletivos, o indivíduo voltou hoje a ocupar um lugar central em suas preocupações” (LORIGA, 1998, p.225).

Os estudos de biografia, assim como os de trajetórias, no pensamento de Loriga, têm o sentido de repovoar a história. Para a autora, a história tem nos últimos dois séculos, passado pela emergência de um movimento de “desertificação do passado”, movimento esse que não se restringiu apenas à História e à política, atravessou outras áreas do conhecimento, como a demografia e a psicologia. Esse processo de desertificação, segundo a autora, estava associado tanto na “despersonalização do passado” como do historiador, o que implicava na ideia de que o historiador deveria apagar a sua própria subjetividade.

Giovanni Levi (1996) ressalta que hoje, “mais do que nunca, a biografia está no centro das preocupações dos historiadores” (p, 167). No entanto, esse movimento de retorno²¹ da biografia no campo histórico pode claramente denunciar suas ambiguidades. Em certos momentos, se recorre à biografia “para sublinhar a irredutibilidade dos indivíduos e de seus comportamentos e sistemas normativos gerais, levando em consideração a experiência vivida”, em outros momentos ela é concebida como “terreno ideal para provar hipóteses científicas” inerentes às práticas e funcionamento efetivo das leis e das regras sociais (LEVI, 1996, p, 167).

Uma das críticas mais incisivas à biografia vem do sociólogo francês Pierre Bourdieu, que, em seu artigo *A ilusão biográfica*, publicado na coletânea *Usos e abusos da história oral* (FERREIRA; AMADO 1996), “definia como ilusória um tipo de retórica, com tradição consolidada na história, que faz associação direta entre uma cronologia unidirecional, um ‘eu’ coerente e constante e ações que excluem as noções de risco e incerteza” (SOUZA, 2012, p.113). Para Bourdieu (1986, p. 183), “a história de vida é urna dessas noções do senso comum que entraram como contrabando no universo científico”.

Ao entrar nesse debate, Giovanni Levi concorda com Bourdieu quanto à *ilusão biográfica*. Ele, no entanto, considera que o que está posto no debate sobre biografia expressa uma crise de paradigmas e um questionamento dos modelos interpretativos aplicados ao mundo social (SOUZA, 2012). Para Levi, o que se colocava para a historiografia, sobretudo a partir da década de 1970, não eram apenas questões que diziam respeito à biografia, mas “às relações com as ciências sociais, ao problema das escalas de análise e das relações entre regras e práticas,

²¹ O gênero biográfico foi por muito tempo deixado a cargo dos literatos. Vivemos a partir das últimas décadas do século XX, o retorno da biografia ao campo historiográfico.

bem como ao debate mais complexo sobre os limites da liberdade e da racionalidade humanas” (FERREIRA; AMADO *apud* SOUZA, 2012, p.114).

Para o historiador Alexandre Karsburg a discussão teórica a respeito de biografias e trajetórias é ampla e complexa. Em artigo intitulado *A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias*, o autor conceitua a biografia e estabelece um diferencial desta em relação às trajetórias. Neste artigo, ele dialoga com outros autores que têm se preocupado em discutir a temática, como SCHMIDT (2000); LEVI (2000; 2006); CERTEAU (2002); BOURDIEU (2006); DOSSE (2009). Para Karsburg (2015), a biografia, em que pesem as diferenças em relação às trajetórias, “ainda que não seja regra, (...) costuma seguir o sujeito do nascimento à morte, ou, ao contrário, da morte ao nascimento”. Portanto, a biografia, no pensamento do autor aborda a totalidade da vida do indivíduo, problematizando os vários momentos da existência. A trajetória, segundo o mesmo autor, “não tem por obrigatoriedade de abordar toda a vida do sujeito; antes, procura centrar as análises num período determinado” (p. 33-34).

Natalie Zemon Davis (1987), ao prefaciар sua obra *O retorno de Martin Guerre*, afirma que a obra estava marcada pela “aventura entre um historiador e uma forma diferente de falar do passado”. As questões que estão por traz da trama de um simples camponês do século XVI, são, segundo a própria autora, “as possibilidades históricas” (DAVIS, 1987, p. 10). Dessa forma, assumimos o desafio de produzir uma tese sobre a trajetória de Carlota Carvalho, conhecendo as dificuldades relacionada à quase inexistência de fontes produzidas. A principal fonte são seus próprios escritos, como a obra “O sertão” e outros escritos, como matérias de jornais da primeira metade do século XX, alguns de sua própria autoria. No entanto, isso não impossibilita que conheçamos a história desta mulher, professora e escritora sertaneja.

No texto intitulado *O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico*, Ginzburg propõe um exercício investigativo baseado no método onomástico, que se fundamenta essencialmente no nome. O nome, para o autor, torna-se “o fio de Ariadna que guia o investigador no labirinto documental” e “é o que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome”. Dessa forma, para Ginzburg, “o nome passa a ser o fio condutor” (GINZBURG, 1989, p. 174 - 175). Fazer do “nome” próprio o fio condutor tem sido uma metodologia de trabalho utilizada por vários pesquisadores de trajetórias. Nessa direção, estão teóricos como Giovanni Levi, Carlo Ginzburg e Carlo Poni, que propõem “que se faça do “nome” próprio, o fio condutor de uma história social diferente”. E, nessa perspectiva, um “marcador mais individual, o menos generalizável” (REVEL, 2010, p. 438).

Por outro lado, a História intelectual ou dos intelectuais tem sido um caminho para complexificar a reconstituição e discussão de trajetórias de sujeitos como o da professora e escritora maranhense Carlota Carvalho. Vale ressaltar que a história intelectual ou dos intelectuais, como tal, começou, somente a partir das últimas décadas do século XX, a conquistar espaços significativos dentro do campo historiográfico. Porém, antes de adquirir autonomia, o estudo dos intelectuais já encontrou abrigo em outros gêneros da historiografia, como a História das ideias, da cultura ou da política. Sem esquecer que a temática dos intelectuais, há muito também já fazia parte do repertório teórico de outras áreas das ciências humanas, como as ciências políticas e a sociologia. Para Dosse (2003 *apud* RODRIGUES, 2004, p. 355), a história dos intelectuais emerge do entrecruzamento da tradicional História das Ideias com a História Cultural e das Mentalidades, ou mesmo da influência da História das Ciências.

Para o desenvolvimento da pesquisa da qual resultou a tese, me pautei, portanto, pelos pressupostos do historiador francês Jean-François Sirinelli, que se insere na chamada História dos intelectuais. Para Sirinelli, nas últimas décadas, a História dos intelectuais tem se constituído enquanto “um campo histórico autônomo que longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural” (SIRINELLI, 2003, p. 232).

Nesse campo historiográfico, as contribuições desse autor têm sido de muita valia, não apenas no sentido da reabilitação da História política e dos intelectuais, deixada no esquecimento, no processo de renovação da história ocorrido desde as primeiras décadas do século XX, mas, sobretudo, pela apresentação de um roteiro metodológico possível para os estudos na área dos intelectuais e da cultura. Sirinelli faz o uso da noção de intelectuais em dois sentidos. No sentido mais *lato*, inclui os chamados criadores e mediadores da cultura, como os jornalistas, escritores, professores, eruditos, e, no sentido mais estreito e qualitativo, propõe a atuação específica dos intelectuais enquanto sujeitos políticos do processo histórico, ou seja, o engajamento em lutas políticas (CORREIA, 2016, p. 270; SIRINELLI, 2003, p. 242). Para esse autor, a categoria dos intelectuais é um conceito de “contornos vagos”, “mutável”, “limites imprecisos”, uma noção de “caráter polissêmico” e “aspecto polimorfo”, além de uma excessiva abundância de documentos e teóricos, fazendo-a um campo de difícil delimitação (2003, p. 234-235). Apesar de problematizar o conceito de intelectual, considerando a sua amplitude e dificuldade de delimitação, Sirinelli defende a possibilidade de autonomia desse campo historiográfico, apresentando uma proposta metodológica de abordagem que envolve as vertentes política e social dos intelectuais de forma convergente, de modo que uma vertente não

exclui a outra. A vertente política, segundo o autor, contempla a pesquisa dos textos produzidos pelos intelectuais, ao passo que a vertente social investiga a análise sistemática de elementos dispersos com finalidades prosopográficas (CORREA, 2015, p. 408).

As abordagens feitas por Sirinelli sobre os intelectuais são apresentadas a partir do emprego de conceitos básicos, como o itinerário, a geração e a sociabilidade, que se constituem nas noções das quais me valho na tese. “A observação e o cotejo de itinerário”, para o autor, prevêem a “elaboração de mapas mais precisos dos grandes eixos de engajamento dos intelectuais” que passam pelos gêneros biográficos, sejam os destinos individuais ou de trajetórias cruzadas (2003, p. 245). Esses procedimentos historiográficos, objetos de severas críticas em décadas passadas, têm experimentado um avançado processo de reabilitação no período mais recente.

Sobre os itinerários e as possibilidades de utilização metodológica do conceito, Sirinelli atenta para as possibilidades “de não nos limitarmos às trajetórias apenas de grandes e reconhecidos intelectuais”, mas de alcançarmos os “extratos intermediários” e até aos chamados “despertadores”. Para ele,

(...) os extratos intermediários dos intelectuais, de menor notoriedade, mas que tiveram importância enquanto viveram, e até à camada, ainda mais escondida, dos “despertadores” que, sem serem obrigatoriamente conhecidos ou sem terem sempre adquirido uma reputação relacionada com o papel real representaram um fermento para gerações intelectuais seguintes, exercendo influência cultural e mesmo às vezes política (SIRINELLI, 2003, p. 246).

A sociabilidade, uma noção de caráter interdisciplinar, que vem sendo utilizada por diversos teóricos de várias áreas do conhecimento, mais especificamente pela sociologia e a antropologia, tem sido de uso recorrente entre os historiadores da cultura. Os estudiosos vêem nesse conceito a possibilidade de discussão de redes e espaços de convivência e de trocas de experiências, aspectos importantes para a compreensão de indivíduos ou grupos. O “meio intelectual constitui, ao menos para seu núcleo central, um pequeno mundo estreito, onde os laços se atam”. E nesses espaços de sociabilidades se constroem “amizades”, “fidelidades”, influências que exercem inclusões e “exclusões - pelas posições tomadas, os debates suscitados e as cisões advindas” (SIRINELLI, 2003, p. 248).

Dessa forma, o estudo do contexto de atuação de Carlota Carvalho e das relações que contribuíram para sua aceitação e inserção na realidade social em que atuou, sejam elas relações familiares, extra familiares e ou espaços compartilhados, são imprescindíveis na construção de sua trajetória. Para tanto, os textos produzidos pela autora publicados na imprensa escrita, em especial, os jornais e periódicos, assim como as obras de sua autoria, a exemplo de “O Sertão”,

são as fontes por excelência desse trabalho, se constituindo, assim, na “pedra fundamental” (KARNAL; TATSCH, 2017, p. 9) da nossa pesquisa.

Assim, para caracterizar a professora e escritora Carlota Carvalho como intelectual, nos valem da concepção de Sirinelli, que compreende o conceito por meio de uma dupla acepção. A atribuição do termo intelectual para Carlota Carvalho se dá pelo entendimento da pertinência de uma análise sob uma perspectiva sociocultural, por se tratar de uma professora e escritora, condição que engloba os chamados “criadores e mediadores culturais”. Por outro lado, o engajamento de Carlota na vida da cidade e seu comprometimento com a realidade social de seu tempo (como assinante de manifesto, produtora de artigos, participante de agremiações culturais e literárias), “como testemunha e difusora de opinião pública”, a caracteriza como intelectual, se consideramos a acepção do referido teórico francês.

Sirinelli concebe os intelectuais como produtores de bens simbólicos, criadores e mediadores culturais empenhados na elaboração e interpretação da realidade social. Carlota, a partir do seu ofício de professora e escritora, engajada, que foi, na vida social, interferiu de forma direta, tanto nas questões do cotidiano, quanto nas proposições relacionadas às temáticas mais abrangentes, pautadas na agenda política e social de seu tempo e lugar.

Nesse sentido, vale a investigação dos espaços de sociabilidade formais compartilhados por Carlota, sendo que podemos destacar, além da imprensa, as agremiações literárias associadas pela autora. Já dentre os espaços informais, pode-se incluir as relações familiares, os ritos e os gestos, os passeios, as conversas triviais, entre outras redes de relações, como as correspondências e relatos. (MOREL, 2005, p.18). Os procedimentos de agregação e de aceitação de Carlota nesses espaços de sociabilidade dos quais participou, os meios de viabilização de acesso e de aceitação, são fundamentais para no estudo de sua trajetória. “Tudo o que ajuda a compor o campo de possibilidades e a delinear o domínio de opções”, no sentido de compreendê-la em “suas circunstâncias de produção e atuação” são de grande valia nesse processo (GONTIJO, 2005, p. 262). Assim, por meio da análise das fontes documentais, procuramos mapear as origens sociais, formação e inserção de Carlota nas redes e grupos de sociabilidade dos quais participou ao longo da sua existência.

O fato de Carlota ser um personagem feminino, que a seu tempo teve que conviver com as questões relacionados a essa condição, seja ao tratar-se de sua própria experiência enquanto mulher, professora e escritora, seja na percepção da realidade vivida por outras mulheres de seu tempo, fez com que essas questões relativas ao gênero fossem também consideradas na tese. Para tanto, contribuíram as reflexões feitas por Michele Perrot, Mary Del Priore, Raquel Sohiet,

Joan Scott, Natalie Zemon Davis, Miriam Moreira Leite e Maria Odila da Silva Dias, entre outras autoras e autores que têm se dedicado a essa temática.

Outro conceito, como o de representação, será empregado para melhor compreender a inserção de Carlota na realidade social de seu tempo. Para Chartier, as representações “também são realidade”, havendo uma intrínseca correspondência entre elas e a realidade. Em suas palavras, “não existe história possível se não se articulam as representações das práticas e as práticas da representação” (CHARTIER, 2011, p.16).

Na mesma linha de Chartier, o historiador estadunidense Robert Darnton, compreende que, apesar das representações possuírem expressões individuais, existe um “idioma geral”, constituído por um conjunto de símbolos que são compartilhados, uma estrutura fornecida por cada cultura no qual essas expressões individuais estão condicionadas. Para o autor, “aprendemos a classificar as sensações e a entender as coisas pensando dentro de uma estrutura fornecida por nossa cultura”, que ao mesmo tempo que cria possibilidades de expressões, também, produz limitações (DARNTON, 1988, p. 13). Para esse historiador, devemos estudar as representações passadas, buscando captar a diferença e os significados inscritos no que quer que sobreviva da visão de mundo desse passado. O historiador deve ser capaz de perceber como as culturas formularam maneiras de pensar, mesmo no caso dos grandes pensadores, que podem até “levar a linguagem aos seus limites, mas, a certa altura”, vão “deparar-se com a estrutura externa da significação” (DARNTON, 1988, p. 14).

Um dos aspectos importantes na trajetória de Carlota Carvalho, que a transformou em uma personagem importante e digna de ser estudada, é o fato de ser de sua autoria, como já referido anteriormente, uma das obras mais instigantes e referenciadas na historiografia sertaneja. Dessa forma, a trajetória de Carlota Carvalho é também marcada pela trajetória de *O Sertão: subsídios para a História e a Geografia do Brasil*. Em razão disso, me vali também de Chartier e Darnton, que se dedicaram a estudar a história do livro e as práticas de escrita e de leitura, para a análise da obra “O Sertão”.

Para Chartier (1994), a necessidade de compreensão dos princípios que governam a “ordem do discurso” nas obras, nos impõe a indispensável tarefa de buscar decifrar os mecanismos que fundamentam os processos de produção, de comunicação e de recepção dos livros e afins. Os estudos de Chartier acerca do livro têm evidenciado tanto a importância dos aspectos relacionados ao suporte material dos livros²², quanto o questionamento acerca da ideia

²² “Os textos não existem fora dos suportes materiais (sejam eles quais forem) de que são veículos. Contra a abstração dos textos, é preciso lembrar que as formas que permitem sua leitura, sua audição ou sua visão participam profundamente da construção de seus significados” (CHARTIER, 2012, p. 61-62).

de que o texto seja portador de um significado primeiro e que o leitor tem uma atitude passiva diante do texto. Para o autor, “a leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados” e que o leitor, a partir dos códigos culturais que dispõe faz a interação com o escrito. Nessa perspectiva, a leitura é uma criação histórica, porém, sujeita às “categorias intelectuais que asseguram sua compreensão” (CHARTIER, 1998, p. 77).

Robert Darnton, em sua vasta experiência com a história do livro e, tendo-o como objeto de estudo em vários de seus trabalhos, preocupou-se em estudá-lo, inclusive, a partir das condições materiais de sua elaboração. Atento ao trabalho dos historiadores e aos seus hábitos de pesquisa, Darnton compreende a experiência literária como uma construção histórica, onde cada historiador reordena o catálogo dos clássicos. Dessa forma, a literatura, para o autor, rejeita as tentativas de imobilização no interior dos esquemas interpretativos, “sempre passível de rearranjos e reorganizações” (DARNTON, 1987, p. 168).

Apresentar as fontes utilizadas para a construção desse trabalho me traz a necessidade de tecer algumas considerações acerca da importância das fontes enquanto suporte imprescindível à pesquisa histórica e do papel do historiador no seu tratamento. Questões, que ao meu ver, antecedem a compreensão quanto ao uso e os critérios de escolha dos documentos, fontes que me serviram de apoio para a escrita dessa tese.

Antes, porém, acho pertinente fazer uso das palavras das historiadoras Carla Bassanezi Pinski e Tânia Regina de Lucas, que afirmam que a “História se utiliza de documentos, transformados em fonte pelo olhar do pesquisador” (2017, p. 7). A assertiva das mencionadas historiadoras, utilizada na apresentação de *O historiador e suas fontes*, obra por elas organizada, nos dá a exata dimensão da importância de se detalhar as fontes, os passos utilizados e o olhar que se deve lançar sobre elas, pois, nas palavras de Karnal e Tatsch (2017), “a categoria documento define uma parte importante do campo de atuação do historiador e a amplitude de sua busca” (in PINSKI; LUCAS, 2017, p. 10).

“Sem documentos não há história”, expressão notável que marca o surgimento da história enquanto ciência. Expressa por Langlois e Seignobos, “os teóricos mais ortodoxos” do positivismo histórico do século XIX, a fórmula se “constitui a profissão de fé fundamental do historiador, que é a base da ciência histórica” (LE GOFF, 2003, p. 105-106). Para além da compreensão de documento pelos teóricos positivistas, para os quais a verdade estava indiscutivelmente submetida, o historiador Le Goff (2003) passa a problematizar a questão a partir do ofício do historiador que, por meio de suas escolhas e das investigações feitas, transforma cartas, mapas, testamentos, certidões em documentos. Neste contexto, em que a

História estava totalmente à mercê do documento, no seu mais estreito e inflexível conceito, prevalecia o silêncio da história (LE GOFF, 2003, p. 108).

O debate acerca das fontes tem ocupado, de forma significativa, o espaço acadêmico desde a primeira metade do século XX, no sentido da ampliação de seu conceito e suporte. Inserido em um contexto bem mais amplo, que é o das transformações no campo da disciplina história, que passa pelo surgimento de novas temáticas, conceitos, campos e métodos de investigação, as fontes, em suas concepções e suportes, também sofreram mutações. Na esteira dessas transformações, podemos considerar que passamos por um processo, que Barros (2013) chamou de “expansão documental”, de alargamento do conceito de documento e das possibilidades do trabalho do historiador, no qual o manuseio das fontes também tem merecido especial atenção dos estudiosos da História, que, cada vez mais, têm descoberto novas possibilidade investigativas da história.

Esse movimento de expansão documental, para Barros, se deu no universo das fontes historiográficas, de forma gradual atingindo, inicialmente, as fontes textuais tradicionalmente registradas e escritas, e avançando para outros tipos de suporte, possibilitando, dessa forma, ao historiador “também trabalhar com as fontes não escritas” (2013, p. 88). No caso das fontes textuais, que são as que mais nos interessam nesse debate, afirma Barros, que ao mesmo tempo que estas avançam na sua “diversificação”, percebe-se, ainda, uma “expansão das fontes com novos tipos de suporte”. Assim, nas palavras do autor, seria uma expansão “que acaba por se voltar sobre si mesmo” (2013, p. 88-89).

Precursor de importantes mudanças no campo da disciplina História, o movimento de expansão do conceito de fonte, aos poucos começou a incluir como meio de investigação histórica, não apenas os documentos oficiais, como leis, testamentos, cartas, mapas etc., como concebia os primórdios da história, mas uma gama maior de escritos-testemunhos passou a ser investigados. É neste contexto que a imprensa escrita passa a merecer a atenção no campo do conhecimento historiográfico.

O alargamento desse conceito de fonte, que inclui a imprensa escrita como documento foi, de acordo com Maria Helena Rolim Capelato (1988), desde o seu início, vista com muito temor pelos historiadores brasileiros, isto porque, “imbuídos na obsessão dos historiadores em busca da verdade”, viam esse tipo de documento como temerário, já que os jornais e a imprensa, como um todo, estão contaminados por interesses ideológicos, comprometendo, dessa forma, a credibilidade da fonte. Esse debate levou os historiadores brasileiros a assumirem, até a primeira metade do século XX, duas posturas distintas em relação ao “documento-jornal”. Por

parte de alguns, o desprezo por considerá-lo fonte suspeita, e, por outros, o enaltecimento por encará-lo como repositório da verdade (CAPELATO, 1988, p. 21).

Portanto, a utilização da imprensa, mais especificamente, o jornal impresso como documento, tem uma aceitação muito recente na pesquisa histórica. Tânia Regina de Luca (2019, p. 111) afirma que, até a década de 1970, era relativamente pequeno, o número de pesquisadores no campo da história que se valiam de jornais e revistas como fonte da história do Brasil. Para essa pesquisadora, apesar da existência de trabalhos focados na escrita da história da imprensa, nesse período era perceptível a relutância em se escrever a história por meio da imprensa, embora, como evidencia Lapuente (2016, p. 14), “já houvessem trabalhos consagrados que utilizaram os jornais impressos como fonte”.

Já Le Goff levanta questões que me parecem cruciais, em se tratando de fontes, sejam elas de qualquer natureza. Para ele, “nenhum documento é inocente”, devendo ser “desestruturado, desmontado” a fim de “ser analisado” criticamente, cabendo ao historiador o dever não apenas “de discernir” e “avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo” (LE GOFF, 2003, p. 110). Outra questão fundamental foi levantada pelas historiadoras Eni de Mesquita Samara e Ismênia Spínola Silveira Truzzi Tupy (2010), de que “nem todo registro escrito é um documento histórico”, tendo por base a análise de seu conteúdo, afirmam que “cada fonte pode ser definida quanto aos seus próprios objetivos e aos objetivos do pesquisador” (p. 69-72). As autoras destacam, ainda, que “a seleção das fontes depende do conhecimento prévio entre os vários tipos de documentos que tratam do tema, e das possibilidades de análise que os mesmos oferecem” (SAMARA; TUPY, 2010, p.73).

Para Lapuente (2016, p. 13), este tipo de documento – as matérias jornalísticas – devem ser utilizados criticamente pelo historiador, a fim de não se correr o risco de se deixar “levar pelo discurso da fonte”, sendo, para tanto, necessário “adotar algumas cautelas”. Nesse sentido, as orientações apresentadas pelo historiador Cláudio Pereira Elmir (2012), em artigo *Uma aventura com o Última Hora: O jornal e a pesquisa histórica*, são oportunas para quem pretende trabalhar com a utilização de jornais como fonte. Para o autor, ao utilizar a imprensa enquanto instrumento de pesquisa, o historiador não pode se eximir de “realizar a indispensável crítica do documento”, o que exige análises criteriosas e leituras diferentes daquelas que são feitas das matérias veiculadas em um jornal, pois é fundamental que o estudo não se dê de forma isolada. A “interpelação da fonte”, que seria em outras palavras, o “estatuto que ela assume no inquérito que lhe dirigimos”, se constitui uma questão metodológica da qual não se pode abrir mão (ELMIR, 2012, p.77).

Apesar de não apoiar-se exclusivamente nos artigos veiculados pela imprensa, a nossa pesquisa utiliza de forma fecunda o jornal escrito. Ao lado de “O Sertão”, obra de autoria de Carlota Carvalho, os jornais foram as fontes mais acessadas na elaboração desse trabalho, o que pode ser justificado *a priori*, por algumas questões. Entre outras, o fato de Carlota possuir grande inserção no meio jornalístico, tendo a imprensa escrita como um meio de divulgação de seus escritos, e, ainda, a escassez de outras fontes que pudéssemos cotejar com a obra “O Sertão”.

Quanto à escassez de fontes sobre Carlota Carvalho, me chamou a atenção um enunciado elaborado pelos historiadores Leandro Karnal e Flávia Galli Tatsch (2017), em artigo intitulado *A memória evanescente*, publicado como capítulo no livro *O historiador e suas fontes*. No texto, os referidos autores fazem alusão a uma narrativa, feita por Capistrano de Abreu, utilizada para referir a importância das fontes para o trabalho historiográfico. Nessa narrativa, segundo os autores, em “tom anedótico”, Capistrano teria encontrado um certo “historiador de moral duvidosa”, que estaria “a queimar documentos para tornar a leitura daquelas fontes imprescindível e definitiva”. A partir deste episódio narrado por Capistrano, e retomado por Karnal e Tatsch (2017), vale discutir a importância do “documento como base para o julgamento histórico”. “Destruídos todos os documentos (...) nada poderia ser dito por um historiador” (KARNAL; TATSCH, 2017, p. 9). Talvez seja exagero falar, literalmente, da queima de documentos, ao tratarmos de Carlota Carvalho, porém a ausência de fontes, o silêncio imposto e as narrativas construídas em torno da professora e escritora, sem qualquer base documental, são, no mínimo, questões a serem estudadas.

Vale destacar que a utilização desse tipo de fonte não foi uma questão dada desde o início desta pesquisa. Confesso que, em alguns momentos, me senti em “apuros”, buscando uma saída para o grande problema que se apresentava na minha frente, isto é, a falta de fontes além da própria obra escrita por Carlota. Isso fez com que eu me desse conta de que estava diante de uma personagem marginalizada pela história, empurrada para o silêncio da história. Percorrer cartórios, arquivos paroquiais e arquivos particulares não foi suficiente para me fornecer documentos ou, até mesmo, informações necessárias para responder as perguntas e os questionamentos formulados nesse trabalho. Foi aí que me deixei conduzir pelo personagem. Deixei que Calota, uma professora que escreveu uma grande obra, que teve uma grande repercussão na época de sua publicação, fosse o “fio condutor”. As pistas deixadas pelas notas, prefácios e posfácios redigidos por figuras de renome da política e da *intelligentsia* brasileira da época, e que estão presentes na obra, foram importantes para essa compreensão. A partir daí, passei a pesquisar também os jornais durante o período de sua existência.

Nesse processo, os arquivos da Biblioteca Nacional, hoje acessíveis por meio do acervo da Hemeroteca Nacional Digital, que se encontram democraticamente disponibilizados por meio de uma plataforma digital, foram de fundamental importância para a elaboração desse trabalho. Por meio dessa ferramenta, pude ter à minha disposição documentos e jornais dos séculos XIX e XX, e que foram fundamentais para a tese. E pude ter a certeza de que estava no caminho certo, pois “a documentação” estava me oferecendo “a oportunidade” e “seria absurdo descartá-la” (GINZBURG, 1989, p. 26).

O trabalho da Biblioteca Nacional/Hemeroteca Digital Nacional tem facilitado e/ou tornado possível o avanço de inúmeras pesquisas, suprimindo, em parte, as deficiências geradas pela precária guarda documental existente em nosso país, possibilitando que “os registros passíveis de serem recuperados nesses materiais” se apresentem como “fonte de informação no cenário acadêmico” (GIORDANO, 2016, p. 20). Afinal, como afirma Giordano (2016, p. 20), “a informação jornalística é extraída do cotidiano, sendo um recorte espaço-temporal da realidade, mesmo que uma realidade parcial, figurando muitas vezes como fonte informacional única”. Dessa forma, a digitalização de documentos da vida nacional, realizado pela Biblioteca Nacional, tem se constituído em uma política pública de acesso a informações e à memória nacional, que precisa ser incentivada e valorizada.

Para a elaboração desse trabalho sobre Carlota Carvalho, foram analisadas matérias jornalísticas divulgadas em 48 jornais brasileiros de grande circulação na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX. No período pesquisado, foi possível ter acesso a 177 ocorrências diretas sobre Carlota Carvalho e a mais de uma centena de outras ocorrências de forma indireta, que dizem respeito à vida da intelectual maranhense e de sua família. Foi possível, ainda, o acesso a outras publicações acerca de personagens e eventos que possuem relação com a trajetória da escritora.

A maioria dos jornais e periódicos pesquisados é maranhense, paraense e do Rio de Janeiro (capital do Império e da República), porém, em uma menor frequência, foi possível, ainda, encontrar ocorrências em jornais de outros estados, como Goiás, Pernambuco e São Paulo. A eles se somaram periódicos, revistas de órgãos de veiculação oficial (Diário Oficial, Publicador Oficial) e de propriedade particular e/ou de ligação direta aos partidos políticos do final do Império e dos anos iniciais da República (Liberal, Conservador e Republicano).

Dentre as matérias selecionadas e analisadas estão artigos de autoria da própria Carlota, matérias assinadas (ou não) por outros autores, alusivas aos escritos da autora ou referentes a ações por ela realizadas, notícias, comunicados e até publicação de documentos oficiais (extrato de inventário, nomeações, transferências, demissões). Algumas matérias dizem respeito aos

personagens da família de Carlota Carvalho, que, de alguma forma, destacaram-se historicamente, em especial, o avô José Joaquim de Carvalho, o pai Miguel Olympio de Carvalho e o irmão João Parsondas de Carvalho. Dos jornais e periódicos acessados nessa pesquisa, alguns apresentaram maior quantidade de ocorrências no período pesquisado, como demonstrado (Quadro 1) abaixo.

Quadro 1: Jornais e Periódicos acessados que apresentaram, no período pesquisado, duas ocorrências ou mais

JORNAIS	PERÍODO	OCORRÊNCIA
A Constituição: Órgão do Partido Conservador (PA)	1874-1886	03
A Imprensa (MA)	1857-1862	02
A Província (PE)	1920-1933	02
A República: Órgão do Club Republicano (PA)	1886-1892	04
Almanack Administrativo Mercantil e Industrial (MA)	1858-1868	04
Boletim da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro (RJ)	1885-1948	03
Brasil (RJ)	1922-1927	03
Brazileia (RJ)	1917-1933	02
Correio da Manhã (RJ)	1920-1949	04
Correio da Tarde: Folha Diária (MA)	1909-1911	03
Correio Official de Goyás (GO)	1837-1921	04
Correio Official: <i>In Medio Posita Virtus</i> (RJ)	1833-1841	03
Correio Paraense (PA)	1892-1894	05
Diário de Belém (PA)	1868-1889	07
Diário de Notícias (PA)	1881-1898	03
Diário de S. Luiz (MA)	1920-1949	47
Diário do Gram-Pará (PA)	1885-1886	02
Diário do Maranhão (MA)	1855-1911	09
Diário do Pernambuco (PE)	1867-1929	02
Folha do Povo (MA)	1923-1927	04
Gazeta de Notícias (RJ)	1920-1929	02
Jornal do Brasil (RJ)	1920-1939	08
Jornal do Comércio (RJ)	1920-1969	05
Jornal do Recife (PE)	1858-1938	05
Notícias (MA)	1933-1934	02
O Constitucional (RJ)	1851-1864	02
O Imparcial (MA)	1926-1946	03
O Jornal (RJ)	1920-1929	03

O Liberal do Pará (PA)	1868-1889	24
O Paíz (MA)	1863-1889	05
O Paíz (RJ)	1920-1929	09
O Publicador Maranhense (MA)	1842-1885	10
Pacotilha (MA)	1910-1929	16
Tribuna Livre (GO)	1878-1884	03

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados dos arquivos da Biblioteca Nacional/Hemeroteca Digital Brasileira²³. [/https://bndigital.bn.gov.br](https://bndigital.bn.gov.br).

A partir das informações do Quadro (1), percebe-se que o período que concentra a maior quantidade de ocorrências é a década de 1920. Esse é o período em que Carlota publica “O Sertão”, obra que, como já ressaltamos, deu muita visibilidade, não apenas à autora, mas também ao sertão maranhense. A maioria das publicações desse período tem “O Sertão” como mote, o que demonstra o sucesso da obra registrado nos jornais, não apenas, do estado do Maranhão e da capital da República, mas de outros estados da federação.

Para a análise das fontes jornalísticas, levamos em consideração as recomendações de Le Goff (2003); Luca (2019) e Elmir (2012), que destacam a necessidade de confrontarmos as informações por elas divulgadas com outras fontes. Outras fontes importantes para esse cotejo com a fonte principal, isto é, a obra “O Sertão”, são as obras de memorialistas regionais, obras literárias e os estudos realizados por pesquisadores e historiadores que tratam da temática, já apresentados na parte introdutória desse trabalho.

Para alcançar seu intento, a tese está estruturada em quatro capítulos. A parte introdutória, que corresponde ao primeiro capítulo, está destinada a apresentação da temática, seguida pela exposição das motivações individuais e da justificativa para a realização da pesquisa, bem como da exposição do problema da investigação e dos objetivos. Nesse primeiro capítulo apresento uma revisão bibliográfica acerca da temática da tese, a fim familiarizar o leitor com o que se tem escrito sobre Carlota e as temáticas de seu interesse. Trata, ainda, do referencial teórico-metodológico e das fontes utilizadas na condução dessa pesquisa.

O segundo capítulo, intitulado *Carlota Carvalho e suas raízes sertanejas*, tem como objetivo expor a trajetória de Carlota Carvalho, situando-a no contexto social e geográfico do sertão maranhense do final do século XIX e início do século XX. Parto, inicialmente, da

²³ O recorte foi feito a partir do universo de 48 jornais e periódicos pesquisados. A composição do Quadro 1 teve como critério de seleção os jornais e periódicos que apresentaram um número de ocorrências acima de 2, dentro do período de busca apresentado na segunda coluna do Quadro. Outros jornais e periódicos pesquisados com menos de duas ocorrências encontram-se listados nas referências.

apresentação do personagem, em um dos momentos importantes de sua trajetória, que é a viagem que fez ao Rio de Janeiro, no ano de 1919, um dos marcos iniciais de sua trajetória enquanto escritora. O segundo passo desse capítulo é discutir a origem de Carlota Carvalho e sua relação com o sertão maranhense, partindo da sua vinculação familiar, explicitando quem foram seus pais e irmãos, e como seus ancestrais [migrantes baianos] chegaram, durante o período de expansão da pecuária nordestina do século XIX e de interiorização do território nacional, na região de Pastos Bons, que viria, mais tarde, a compreender o sul do Maranhão.

Apresento, ainda, nesse segundo capítulo, um estudo da herança familiar de Carlota, tanto do ponto de vista material, quanto intelectual. Seu pai, Miguel Olympio de Carvalho, fazendeiro, pertenceu à elite intelectual da época, legou aos seus filhos uma significativa herança material e uma boa relação com os livros e com a intelectualidade da época. Portanto, o processo de formação de Carlota, tanto no recinto do lar, como fora dele, a relação de sua família com a intelectualidade sertaneja da época, e como essa relação influenciou sua formação foram também alvo de nossa atenção. Faz parte, ainda desse primeiro capítulo o reconhecimento da região de Campo Largo, marco da imigração baiana no início do século XIX, do qual a família Carlota Carvalho é parte. Trato, ainda, da infância de Carlota, período em que conviveu com seus familiares no Baixão da Colônia, território da Chapada.

O terceiro capítulo, denominado *Da Escola Normal ao magistério das Primeiras Letras*, tem como objetivo compreender o processo de formação docente e a itinerância de Carlota Carvalho, enquanto professora das Primeiras Letras, iniciada no estado do Pará e seguida pela longa atuação professoral na região sertaneja do Maranhão. Para tanto, abordo, inicialmente, de sua formação docente na Escola Normal no estado do Pará, nas primeiras anos da década do 1880, para, depois, tratar de sua trajetória nas ilhas Bailique, Pará, hoje estado do Amapá. A itinerância de Carlota, como professora no estado do Maranhão, em especial na região sul maranhense, a partir dos primeiros anos da República terá relevo especial nessa parte do trabalho, onde buscou-se identificar também as dificuldades encontradas para o exercício docente, em uma sociedade patriarcal, que reservou um lugar de subalternidade à mulher. Para a construção desse capítulo, parto de uma análise da situação educacional brasileira, em especial, dos estados do Pará e Maranhão nas últimas décadas do século XIX, a fim de compreender o contexto em que se deu o processo de formação de Carlota, assim como o início da sua carreira profissional docente.

Nesse terceiro capítulo, discuto o lugar da mulher na sociedade sertaneja, do século XIX e início do século XX. Partindo dos escritos de Carlota acerca da temática, buscou-se analisar a situação mulher, em especial, no tocante às relações conjugais, de educação e de trabalho.

Neste capítulo, busca-se situar Carlota no contexto social de sua existência, enquanto personagem feminino.

No quarto capítulo, denominado *De professora à escritora*, analiso a trajetória Carlota Carvalho enquanto uma intelectual engajada na realidade social do momento histórico em que viveu. Para tanto, a atuação de Carlota enquanto escritora, a sua participação como sócia fundadora do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, o seu interesse por causas de interesse coletivo e pelo debate acerca do sertão, da educação e da mulher, entre outros, serão contemplados na análise de sua inserção intelectual no Maranhão da primeira metade do século XX. Para a construção desse capítulo, inicialmente buscamos o entendimento sobre o conceito de intelectual a partir de teóricos como Sirinelli, Bobbio e Charle, que discutem o intelectual a partir do seu engajamento na realidade política e social, como aquele que se interessa pelo debate público.

As relações que a autora manteve com a imprensa no início do século XX são objeto do debate nesse capítulo, assim como as relações com a intelectualidade de seu tempo, os espaços de compartilhamento de ideias e a participação nas questões de interesse coletivo. Os escritos de Carlota são de grande relevância na construção desse capítulo, no sentido, do reconhecimento das suas áreas de interesse, do conteúdo e das formas de intervenção utilizadas pela autora. Além de “O Sertão”, Carlota é autora de outros escritos, tinha relações com a imprensa da época e atuava como colaboradora do jornal *Diário de São Luiz*, onde mantinha uma coluna, na qual publicava notícias do sertão e trechos de seus livros.

Outrossim, é preciso considerar que a obra “O Sertão”, publicada em 1924, no Rio de Janeiro, teve grande repercussão, aspecto que, também, abordo neste capítulo da tese. Considerado pelos intelectuais da época como um trabalho de grande envergadura, a mencionada obra deu visibilidade não apenas à sua autora, mas, também, para o sertão maranhense, tornando-se assunto de discussão nos grandes jornais do período. Discuto, portanto, nesse último capítulo, a obra “O Sertão”, por meio da análise de sua constituição (processo de escrita e o diálogo que sua autora manteve com outros intelectuais do período) e sua importância para a compreensão do sertão maranhense.

Por fim, nas *Considerações Finais*, expresso as minhas motivações para continuar investigando Carlota Carvalho e as temáticas de seu interesse, pois me descobri diante de um trabalho de pesquisa capaz de gerar novas e inquietantes perguntas, isso porque os conteúdos que esse personagem mobiliza extrapolam os limites de um indivíduo. Como diz Clarice Lispector, “o ato criador é perigoso, porque a gente pode ir e não voltar mais” (*apud* GOTLIB, 1995, p. 461). Essas palavras da autora, que, em certa medida, são um demonstrativo do quanto

um trabalho de escrita nos afeta, é ainda bastante sugestivo, quanto às inesgotáveis possibilidades de um trabalho de pesquisa, reforçando o que disse Guimarães Rosa, em *Grande Sertão Veredas*: a gente *aprende mais* é fazendo *outras maiores perguntas* (1967, p. 284).

2 AS RAÍZES SERTANEJAS DE CARLOTA CARVALHO

2.1 DE UM *SURPREHENDENTE ENCONTRO* ÀS MARGENS DO *SANT'ANNA* À VIAGEM ALÉM SERTÃO

*Entretanto, há nessa parte da América, entre o Parnaíba e o Tocantins, muita beleza física na natureza, muito ensinamento moral de uma mesma lei que rege os destinos da humanidade. Se quiserdes vê-las, segui-me.*²⁴

Carlota Carvalho

No dia 6 de março do ano de 1925, o Jornal *Diário de S. Luiz* publicava, em sua segunda página, o texto de autoria de Leônidas Duarte²⁵, intitulado *À insigne escriptora maranhense D. Carlota Carvalho*, e nele, o ex-conde, como costumava assinar seus artigos, apresentava a escritora de *O Sertão*. No referido texto, inserido na coluna que levava o nome de *Reminiscencias*, Leônidas Duarte compartilhava, através de um relato extenso e elucidativo, o *tão surpreendente encontro* com Carlota Carvalho²⁶.

Nas palavras de Leônidas Duarte, o referido encontro se deu no mês de junho de 1918, quando retornava de sua primeira visita à Barra do Corda: *no dia 24 à margem direita do ribeirão Sant'Anna sob a umbella espessa de uma árvore agreste. Era meu companheiro em tão agradável passeio, o syrio Nicolau Moussallem e o nosso pagem Phelippe*. Enquanto aguardava a chegada do seu companheiro de viagem, que se ocupava em *pol-o a poeira de seu 'Bucephalo'*, ele comenta que, ao lançar o olhar *para uma estrada bem cultivada (...) eis que surgia como uma aparição uma senhora cavalgando garbosamente um bello animal, que ao*

²⁴ CARVALHO, 2011, p. 135.

²⁵ Leônidas Duarte, assina como ex-conde, a matéria consta no jornal *Diário de S. Luiz*, p. 2, sexta-feira, dia 25 de março de 1925. Jornalista e escritor, estudioso das questões regionais do sertão maranhense e norte do Goiás (estado do Tocantins). Nascido em São Vicente do Araguaia, Goiás, atual município de Itaguatins, hoje, estado do Tocantins. Carlota faz menção ao seu nome em “O Sertão”, por suas publicações acerca das “descrições regionais publicadas em Jornais”. Sobre as credenciais de Leônidas Duarte, Carlota escreve: “filho de pais pobres e laboriosos, Leônidas Duarte aprendeu a ler e instruiu-se na cidade de Carolina, na escola de Aníbal Mascarenhas, e é o único nome que a histórica comarca de Boa Vista possui para inscrever no seu panteon de glória literária até essa data” IN: CARVALHO, Carlota. *O Sertão*, subsídios para a história e a geografia do Brasil. 3. ed. rev. e ampl. Teresina: EDUFPI, (2011, p. 242). O texto acima, publicado em março de 1925, foi escrito e assinado pelo autor, em 12 de fevereiro de 1925, onde o mesmo aproveita o encontro com a autora de *O Sertão* e faz correções de dados publicados na obra, acerca de sua pessoa e de São Vicente do Araguaia. Entre as correções feitas à obra *O Sertão*, consta sobre a data de fundação da vila, ao afirmar: “S. Vivente não foi fundado em 1875 e sim em data mais recuada; datada de 1871”. Em relação aos seus dados pessoais, ele registra: “outro ponto que preciso esclarecer; fiz meus estudos em S. Vicente com Hermínio Pimentel e João Manoel de Queiroz Camara e não em Carolina com Aníbal Mascarenhas”. Não sou “neto de Vicente Bernardino Gomes, fundador de S. Vicente, mas sim de Mathias Gonçalves da Silva, paraense (...) meu pai casou-se com uma das filhas do fundador da villa” (DIÁRIO DE S. LUIZ, de 25 de março de 1925, p. 2).

²⁶ Ressalta-se que, nas transcrições feitas, optamos por manter a grafia encontrada nas fontes.

avistar me voltou instintivamente desaparecendo na sinuosidade da estrada em meio ao matagal campestre.

Antes de continuar com a narrativa do autor, que considereei apropriada para introduzir a trajetória de Carlota Carvalho, que se autodenominava sertaneja,²⁷ penso ser oportuno tecer algumas considerações sobre as razões para iniciar o texto por essa experiência de Leônidas Duarte. Quando tive acesso a esse texto, tanto quanto ao seu autor, fui surpreendida por este encontro com Carlota Carvalho. Confesso ter sido tocada pela força e sensibilidade transmitida nas palavras do autor. Se “a vida é a arte do encontro”, como nos diz o poeta Vinícius de Moraes, nos significativos versos de “O samba da bênção”²⁸, o ato do encontro é mais do que compartilhar tempo e espaço.

Em sua obra “O encontro marcado”²⁹, o escritor romancista brasileiro, Fernando Sabino (1981) consegue descrever de forma magistral, aquilo que chegou a chamar de “o encontro fecundo”. Para Sabino, o encontro não é um mero contato físico e material, é uma experiência que possibilita “uma conversa, um diálogo” (p. 182), inclusive consigo mesmo (p. 207).

Assim como na obra de Sabino, que apesar de descrever a paisagem que envolve o seu personagem, o ambiente se anula diante das sensações pessoais do protagonista, Leônidas Duarte descreve o cenário em que se deu encontro com Carlota, porém diante do seu “contentamento” por tão “fecundo encontro”, e pela relevância do personagem em questão, a paisagem passa a ser apenas parte da composição do espaço que lhe serviu de cenário. Como um “acontecimento” que deixa marcas profundas na história de uma região ou grupo, a presença de Carlota possui “alto grau de identificação” (POLLAK, 1992, p. 2) com o processo de construção da história regional do sul do Maranhão.

Em se tratando de outros aspectos, Pollak (1992) chama a atenção para o fato de que “a memória é construída por pessoas e personagens”, e que estes não precisam necessariamente pertencer ao mesmo espaço-tempo. Assim, não será necessário ter vivido na época de Carlota para senti-la como uma contemporânea, pois “Além dos acontecimentos e das personagens, podemos finalmente arrolar os lugares” (POLLAK, 1992, p. 2).

²⁷ O ser sertanejo aqui compreendido, a partir da percepção de sertão imposta pelo discurso dos intelectuais do final do XIX e primórdios do século XX. “As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. [...] As percepções do social não são, de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas [...] que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (CHARTIER, 2002, p. 17).

²⁸ *Samba da bênção*, composição de Vinícius de Moraes e Baden Powell (1966).

²⁹ SABINO, Fernando Tavares. **O Encontro marcado**. 34ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1981. A obra teve sua primeira edição em 1956, e desde então não deixou de circular, já tendo alcançado a 100ª edição.

Leônidas Duarte descreve o sertanejo, na sua relação com o meio, embora essa não fosse a intenção primeira de seu texto, e a nossa personagem, Carlota Carvalho surge imersa nesse contexto. O ser sertaneja salta ao texto, como um processo de identificação que vai além de origem, não passando, necessariamente, pelo local de nascimento e ou fixação de moradia, mas de se reconhecer como tal, numa relação de “pertencimento” (HALL, 2006, p. 8).

Para Pollak (1992, p. 200), no sentimento de identidade não é suficiente “o sentido da imagem de si, para si e para os outros”. Para esse autor, a identidade é “um conceito de longa duração”, valendo “a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros” (POLLAK, 1992, p. 205). Para tanto, a defesa do sertão, sua geografia e sua gente, se constitui em elemento importante, e que é reforçado na composição textual de Leônidas Duarte, quando passa a ressaltar os elementos naturais do sertão e as características pessoais de seus interlocutores.

Janaína Amado (1995, p. 145) discute o “sertão” como uma categoria espacial, muito presente no imaginário popular, “preenche de significados, sendo que, sem ele, a própria noção de ‘Nordeste’ se esvazia, carente de um de seus referências essenciais”. A autora defende que o sertão é também uma categoria social e cultural, que, ao longo da história brasileira, tem perdido e incorporado significados. Para essa historiadora, embora a categoria “sertão” tenha sido muito “importante, para a classificação e hierarquização dos espaços durante o império português”, à medida que este império se decompunha, ela foi adquirindo outros sentidos (AMADO, 1995, p.150).

Durante o século XIX, o sertão incorporava o sentido de “interior”, num conceito antagônico ao litoral. Porém, como apontado por Amado, os brasileiros não apenas absorveram todos os significados construídos pelos portugueses a respeito de “sertão”, antes e durante a colonização, como, a partir da Independência, em especial a partir do último quartel do século XIX, acrescentaram-lhe outros significados, transformando “sertão” numa categoria, essencial para o entendimento de “nação” (1995, p.150).

Em função desse entendimento de sertão, próprio do século XIX, muitos intelectuais brasileiros produziram uma literatura que exaltava as características geográficas e humanas do sertão, como forma de autoafirmação. Concomitantemente, havia uma literatura regional ufanista que apresentava um sertão que era cantado em verso e prosa de forma a exaltar sua natureza e sua gente, como se pode observar nos versos do poema “Na roça” de Alípio Bandeira (1915), “O sertão” de Juvenal Galeno (1904) e “Vida sertaneja” de Rocha Moreira (1914), que

apresentam o sertão como um lugar aprazível e “a figura de um sertanejo que tem uma experiência social bastante dinâmica, delineada num cotidiano do qual fazem parte as árvores, as novenas, as festas, os animais domésticos, a família e a alegria de viver” (LACERDA, 2006, p. 207).

Mas, voltando ao encontro *surpreendente* às margens do riacho Santana com o qual iniciamos este capítulo, nele, Leônidas Duarte descreve o quão surpreendente também foi o seu encontro com João Parsondas de Carvalho, irmão de Carlota. Leônidas relata que à frente da comitiva havia *um senhor desconhecido trajando à moda do sertão: roupa de riscado nacional, chapéu de carnaúba; conduzindo duas cargas de mala, bagagens diversas, galinhas papagaios, etc., denunciando, assim a transferência de moradia*. Havia também *um casal de mancebos*. Todos, a cavalo, atravessaram o ribeirão Santana sem receio, sob o olhar do senhor, até então desconhecido, que se apresentava como José Gonçalves da Costa. Já do outro lado da margem do ribeirão, a senhora *rompeu o silêncio que dominava aquelas paragens, com um vulgar “boa tarde”*. Senhora *sympathica*, afirma o autor, *de estatura mediana, gorda, rosto vermelho, talvez queimado pela acção do sol canicular, olhar expressivo, denunciando inteligência e sutileza* (DIÁRIO DE S. LUIZ, 6 de março de 1925, p. 2).

Trocados os cumprimentos pragmáticos, ouvi pronunciar distintamente o meu nome: Leônidas Duarte. Despertou-me a atenção!”. Até então desconhecida, a *sympathica* senhora, nas palavras de Leônidas Duarte, *apea-se do seu cavalo e lhe é apresentada pelo nome de Carlota Carvalho. Mais ainda se volumou meu contentamento*, afirma o autor, acrescentando:

Tornando-se escriptora, graças a sua formosa cultura e capacidade intelectual, Carlota Carvalho tem empolgado o público lêdor com suas bellas produções descriptivas em jornais e com o seu livro “O Sertão”, de leitura agradável e surpehendente. Junto aqui, os meus agradecimentos, pela alusão que faz a minha pessoa, tanto n’ “O Sertão”, como no “Diário de S. Luiz” (DIÁRIO DE S. LUIZ, 6 de março de 1925, p. 2).

Quanto ao suposto *José Gonçalves da Costa*, este veio ao seu encontro apenas quando chegaram ao outro lado do ribeirão, e *se apressou a pedir-lhes desculpas dando o seu verdadeiro nome, João Parsondas de Carvalho*.³⁰ Já sobre o irmão de Carlota Carvalho, João Parsondas de Carvalho, figura conhecida no mundo das letras, ele relata que: *eu que o conheci*

³⁰ João Parsondas de Carvalho, irmão de Carlota Carvalho foi um grande intelectual sertanejo do século XIX e XX. Escritor e conferencista sobre a região no Pará, Maranhão “autor de méritos reconhecidos, prosador elegante, e versado nos clássicos do velho e do novo mundo” (DINO, 2007, s. p). Grande conhecedor da geografia do Maranhão, Pará, Amapá e Goiás. Membro da Sociedade Brasileira de Geografia. Jornalista de profissão escreveu e dirigiu jornais em Belém e foi cronista no Jornal do Brasil, na então capital federal. Foi, também advogado e juiz municipal. Nos últimos anos de vida, recebeu concessão, aprovada pelo Congresso Nacional, para construir uma estrada de ferro do Pindaré até as margens do rio Tocantins.

em 1912 em Carolina, o desconheci ao primeiro golpe de vista. E o autor continua, dizendo que a agudez da minha reminiscência não chegou a penetrar através dos rústicos trages que jocosamente occultavam tão distinto cidadão por reconhecê-lo.

À sombra de uma árvore que protegia do sol das duas horas, tendo o *Sant'Anna* como testemunha, *trocamos ligeira palestra e nos despedimos. Quanto aos illustres viajantes, Leônidas Duarte informa:*

(...) destinavam-se a S. Luiz do Maranhão³¹ e dali ao Rio de Janeiro, onde fixaram residência, e nós, isto é, eu e Nicolau, prosseguimos em demanda do pacato e esquecido S. Vicente, que descança à margem direita do Araguaya, dormindo o sono da esperança (DIÁRIO DE S. LUIZ, 6 de março de 1925, p. 2).

Cabe lembrar que os “textos, visivelmente mais neutros, são de fato mais reveladores, e isto em épocas diversas e contextos diferente” (SIRINELLI, 2012, p. 251). Para além do conteúdo da publicação *Reminiscências* de Leônidas Duarte, vale ressaltar as possibilidades de interpretação dessa matéria. Partindo da fala de Sirinelli, o texto de Leônidas Duarte, à primeira vista, poderia ser classificado como neutro e despretensioso, porém, passados pouco mais de um século que nos separa do diálogo entre os personagens contidos na missiva de Leônidas Duarte, ocorrido às margens do *ribeirão Santana*, sob o abrigo de uma *espessa árvore agreste*, o texto se enche de significado diante do olhar criterioso do pesquisador. Por ser capaz de responder questionamentos diversos e elucidar fatos, o texto de Duarte transforma-se em documento histórico importante, a partir do “sentido que o presente lhe confere” (KARNAL; TATSCH, 2017, p.13).

Vale, aqui, lembrar que, ao fazer referência ao arquivo particular do intelectual Mário de Andrade, e, em especial, a uma carta do ilustre modernista endereçada ao ministro Gustavo Capanema, a historiadora Ângela de Castro Gomes (1998, p. 122) chama a atenção para o “encantamento” que um “historiador [pode sentir] diante dos documentos pessoais, encontrados”. Tanto pela descoberta em si, como por dever do ofício de historiador, a carta de Leônidas Duarte, disponível nos arquivos da Biblioteca Nacional, nos proporciona “encantamentos” e várias possibilidades. Dentre elas, destaca-se a de “conexão direta desse tipo de fonte com a história cultural, particularmente com a das elites culturais, para as quais a correspondência é lugar de sociabilidade, é lugar de troca de ideias, de construção de projetos” (GOMES, 1998, p. 122). Outra a possibilidade é dar visibilidade ao nosso personagem,

³¹ Carlota e Parsondas permaneceram em São Luís por algum tempo. Os jornais da capital dão conta de suas presenças em excursões no interior do estado. Nesse período, até à viagem ao Rio de Janeiro, Parsondas proferiu diversas palestras e exposições acerca do sertão maranhense.

obscurecido por circunstâncias históricas, as quais procuraremos de alguma forma tratar nesse trabalho.

Outra discussão pertinente, sugerida pelo texto em questão, diz respeito à noção de sociabilidade sugerida por Sirinelli (2003). Por meio desse conceito tem sido possível visualizar as relações e práticas socializadoras de construção dessa categoria, por vezes, polimorfa e de limites imprecisos (SIRINELLI, 2003, p. 242). Inserida neste debate acerca do conceito de sociabilidade, Gontijo (2005) apresenta uma noção a partir da acepção de Maurice Agulhon, concebida como ferramenta descritiva e útil para designar a prática social humana de viver em relações públicas, porém, “esses rituais não são necessariamente em organizações formais ou institucionalizadas” (GONTIJO, 2005, p. 259). Já para Morel (2005, p. 18), os “ritos” e os “gestos” também são formas de sociabilidades. É a partir desta compreensão de que os ritos, os gestos, as formas não institucionalizadas de compartilhar projetos e os sonhos, tão bem evidenciados no encontro casual entre os três personagens inseridos na *palestra* que tinha o *Sant’Anna por testemunha*, que passo a discutir alguns pontos que me parecem significativos nesse debate. Em seu texto, Leônidas Duarte apresenta Carlota como aquela que toma a iniciativa no cumprimento daquele ritual de sociabilidade. Além de reconhecer o personagem com quem fala, Carlota ainda se dá a conhecer! Não é pouco para o universo feminino, a atitude de quem *toma a frente e rompe o silêncio*.

Michele Perrot (2005), ao se referir ao silêncio historicamente imposto às mulheres, faz ecoar as palavras do historiador Georges Duby, no prefácio do livro *Images de femmes*, publicado no ano de 1992. Na obra que trata da “avalanche de imagens” do feminino, exposta desde a Antiguidade, Georges Duby sublinha que “a força da iniciativa masculina (...) constrangia as mulheres a serem apenas as espectadoras, com maior ou menor grau de consentimento”. Para este autor, “as mulheres não representavam a si mesmas. Elas eram representadas (...). Ainda hoje, é um olhar de homem que se coloca sobre a mulher” (PERROT, 2005, p.431). O comportamento de Carlota inverte a lógica reinante no contexto sertanejo da Primeira República, ainda submetida sob a lógica do patriarcalismo, e na qual a mulher tinha papel subalterno e submisso, ficando “restrita à esfera do espaço privado muitas delas nasceram, cresceram e morreram sem jamais ter saído de uma fazenda de gado” (FALEI, 2004, p. 221).

Leônidas apresenta Carlota como uma mulher ousada, aquela que saiu do lugar usual das mulheres e tomou para si o direito de falar. Em uma sociedade que entende o diálogo como algo que parte da iniciativa masculina”, que concebe a “linguagem como mecanismo de manutenção de poder” (RIBEIRO, 2017, p. 9), e onde “o verbo é o apanágio dos que exercem o poder” (PERROT, 2005, p.318), Carlota apeia do cavalo, “quebra o silêncio” (PERROT, 2005,

p.364), cumprimenta o desconhecido e o chama pelo nome, despertando, assim, a *atenção* e o *contentamento* do seu interlocutor.

Os arroubos elogiosos do autor, que salienta as prerrogativas intelectuais de Carlota, se sobressaem como um reconhecimento de que, naquele contexto, estas deviam ser as condições necessárias, e possíveis, para se ter voz e espaço. Ter o reconhecimento da capacidade intelectual, para o feminino, seria, portanto, um dos requisitos para se conquistar um lugar social para além do espaço restrito do lar. Nesse contexto, vale trazer à tona as reflexões feitas por Natalie Zemon Davis (1997), ao se referir à alemã Glikl Hameln, um dos personagens femininos de sua obra *Nas margens: Três mulheres do século XVII*, que desafia seu tempo e se atreve a ir além “das atribuições que lhe foram destinadas desde o nascimento”, de uma mulher judia na Europa seiscentista. Sobre essa jovem mulher, viúva e mãe, que se sobressaiu como administradora da herança familiar, que conquistou respeito e escreveu uma autobiografia, indaga Davis: que “recursos culturais podia dispor uma mulher (...) – recursos que ela pudesse utilizar a seu proveito, que lhe fornecessem as notas capazes de fazê-la encontrar sua própria voz?” (1997, p. 17).

Os *ilustres viajantes* permaneceram em São Luís o tempo suficiente³² para participar de estudos e excursões em companhia de estudiosos maranhenses³³. O jornal “Pacotilha”, de 9 de janeiro de 1919³⁴, traz a informação de que, em 2 de janeiro de 1919, Carlota Carvalho esteve a bordo do vapor “Gonçalves Dias”, em excursão pelo rio Mearim, acompanhando o irmão João Parsondas, juntamente com outros excursionistas. As viagens costumavam ser atividades frequentes entre estudiosos e literatos dos séculos XIX e XX. Para Burke (2011, p. 279), esse período “poderia ser designado a Era do Vapor, no sentido das viagens por ferrovias e navios a vapor”³⁵. Carlota foi uma viajante contumaz, sendo bastante frequentes em seus escritos, em

³² “Dá-nos hoje o prazer de sua visita o nosso distinto confrade Sr. Parsondas de Carvalho. Há dias chegado nesta capital e que se acha residindo ao Caminho Grande, nº 251. O ilustre colega veio examinar documentos oficiais sobre a Balaia” (PACOTILHA, 9 de janeiro de 1919, p. 4).

³³ O Jornal Pacotilha de 2 de janeiro de 1919, traz a seguinte nota: “Da Carolina, pelo Grajaú e Arari, chegou hoje, no vapor ‘G. Dias’, o nosso confrade João Parsondas de Carvalho (...) De passagem para o Rio, pretende demorar entre nós cerca de um mês, com o intuito de obter documentos oficiais para concluir a história da Balaia que acaba de escrever”.

³⁴ Pacotilha, 9 de janeiro de 1919, p. 2. Participaram da referida excursão: J. Parsondas de Carvalho, Francisco J. Roiz Abreu, Francisco Carlos Godinho, Abraham Bogéa, Genaro Espósito, Albino Alves Reis, Adão Medeiros, D. Romão Juanith da Costa, José M. Torres, Carlota Carvalho, Raimunda Carvalho, Carmélia Espósito e Noêmia Soares.

³⁵ Para Peter Burke “o longo período do início da Modernidade”, que “se estende de 1500 a meados do século XIX e pode ser descrito como a Era da Comunidade Puxada a Cavalo, uma vez que livros, cartas e os próprios estudiosos dependiam da força de cavalos para viajar” (...). O período que se estende “de 1850 a 1950, poderia ser designado a Era do Vapor, no sentido do uso das ferrovias e navios a vapor”. O período que vai de “1950 até quase o final do século XX, foi a Era do Jato, em que uma “intelligentsia jet set” viajava constantemente pelo mundo. Chegamos agora ao quarto período, a Era Eletrônica, marcado tanto pelas comunicações por e-mail como por sentimentos de culpa acerca da nossa “pegada de carbono” no planeta” (BURKE, 2011, p. 279).

seus textos publicados nos jornais e no “O Sertão” os relatos de viagens realizadas no “lombo de animais” e ou através das vias fluviais, podendo-se dizer que os caminhos do sertão estão marcados pelas pegadas de Carlota. Os jornais da primeira metade do século XX são testemunhas de suas idas e vindas, quase sempre em companhia do irmão João Parsondas de Carvalho.

A historiadora Maria Ester Sartori (2018, p. 40), ao analisar os escritos de Maria do Carmo de Mello Rego, produzidos a partir de suas viagens no Mato Grosso do século XIX, afirma que, ao se inserirem nas viagens, as mulheres “não buscavam só o turismo, mas formação cultural mais ampla, e não apenas como viajante, mas como desenhistas e exploradoras”. Para a autora, apesar da maioria dos relatos de viagens serem majoritariamente masculinos, negar a presença feminina nos deslocamentos, sejam eles marítimos, fluviais, territoriais, intercontinentais e regionais seria um equívoco (SARTORI, 2018, p.73).

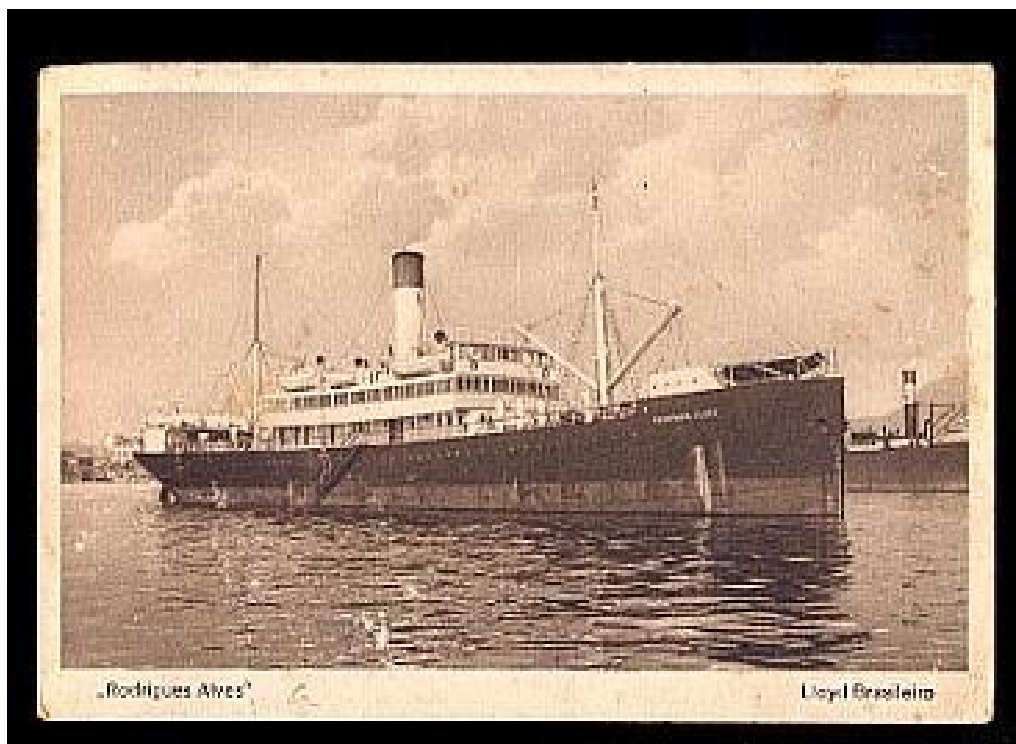
2.1.1. Uma viagem ao Rio de Janeiro, a bordo do Paquete “Acre”

Em “O Sertão”, Carlota reserva o último capítulo da obra para falar da viagem que fez ao Rio de Janeiro, que se inicia *ao cair da tarde de 28 de abril de 1919*, a bordo do Paquete “Acre”³⁶ (Figura 1), partindo do litoral maranhense (CARVALHO, 2011, p. 335). É nessa viagem que Carlota³⁷ leva consigo “o maço de papel escrito”, que se transformara na já referida obra *O Sertão: subsídios para a História e a Geografia do Brasil* (CARVALHO, 2011, p. 82). A pretensão era de que a obra fosse publicada em 1922, por ocasião do centenário da Independência do Brasil, mas, por várias circunstâncias, a publicação ocorreu dois anos depois da data pretendida, somente no ano de 1924.

³⁶ “A embarcação foi lançada em 1906, para a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro e batizada de Acre. Em 1923 foi renomeada de Rodrigues Alves. Em 1937, o armador passa a se chamar Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro (Patrimônio Nacional), mantendo o nome. Em outubro de 1961, foi vendido como sucata. Em 1964 foi demolido”. (NAVIOS & PORTOS – História da Marinha Mercante Brasileira) – Disponível em: <http://www.navioseportos.com.br/site/index.php/uteis/biblioteca-digital/navios/113-rodrigues-alves-1906>

³⁷ Os jornais dão conta de que que Parsondas de Carvalho também viajara para o Rio de Janeiro em 1919. Sua presença na capital federal durante o ano de 1919 é notícia em jornais maranhenses e da capital da República. *O Jornal do Comercio (RJ)*, de 31 de maio de 1919, divulga matéria sobre a reunião ordinária da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) em que consta a presença do sócio João Parsondas de Carvalho. *Jornal (RJ)*, de 14 de dezembro de 1919 dá conta da presença de João Parsondas de Carvalho em sessão do Senado, onde apresenta requerimento naquela casa legislativa, solicitando que “*seja dado andamento, independente das informações do governo, no seu pedido de concessão de uma estrada de ferro do rio Pindaré ao Tocantins*” (p.11).

Figura 1: Fotografia do Navio Acre (Rodrigues Alves)



Fonte: Navios e Portos / História da Marinha Mercante Brasileira.

Durante a viagem, Carlota exerce aquilo que a poetisa Cecília Meireles (1999) tão bem descreve como “a arte de viajar” e como “uma arte de admirar, uma arte de amar”. No relato daquilo que chamou de “notas de viagem” (MEIRELES, 1999, p. 61), Carlota inicia esse intento, ao fazer uma declaração de amor à sua terra, quando afirma sentir muito por não ter podido dizer adeus à famosa Javiré³⁸, “porque dormia em meu camarote, o de número 20” (CARVALHO, 2011, p. 312).

Na perspectiva Ceciliana, a viagem é muito mais do que transferência de lugar, é “ir em peregrinação, participando intensamente de coisas, de fatos, de vidas com as quais nos correspondemos (...). Viaja conosco uma lembrança amorável, que conserva suas cores na sombra da noite e suas vozes no silêncio que desce” (MEIRELES, 1999, p. 61).

Assim, num misto de ansiedade, pelo o que estava por vir, e numa saudade antecipada

³⁸ “Javiré, dominação dada por indígenas e franceses ao porto do Maranhão, no início do século XVII”, termo citado por Carlota nas páginas 112, 270, 292, 312, 314, 316, 317, 318, 322, 331, 335 e 340 de *O Sertão* (CARVALHO, 2011, p. 417). “Na primeira quinzena de janeiro de 1500, uma flotilha de quatro navios ancorou em um golfinho aberto na parte setentrional de uma ilha coberta de magnífica floresta em que primavam belas palmeiras. No dito golfinho despejam-se dois riachos separados por alto espigão sobre o qual os civilizados podiam edificar uma cidade em comprimento e alargá-la pela declividade das rampas. Habitava a ilha uma população autóctone no grau de civilização do homem primitivo (...). A esta ilha, seus habitantes chamavam de Javiré. Atualmente chamada de Maranhão e os dois riachinhos Bacanga e Anil. (CARVALHO, 2011, p. 312). “(...) a ilha do Maranhão, Javiré dos autóctones” (CARVALHO, 2011, p. 112).

pelo o que vai ficando para trás, a “viajante devaneia sobre a estrada e a travessia, o que vê e o que não vê, o que aprende e o que imagina que sabe, a aparência e a essência, o ser e o devir” (IANNI, 2000, p. 27), são expressas no texto que segue:

De manhã cedo, apressada pelo desejo de ver mais uma vez a terra em que ninguém conhece o frio e as árvores são sempre verdes, levantei-me, saí do camarote, subi a escada que conduz ao convés e fui debruçar-me na amurada do estibordo. Pela vastidão do oceano dilatei a vista. Não mais vi. Há muito sumira no horizonte. De mais fundo, o “Acre” navegava ao largo para distanciar-se dos alongados Baixios do delta do Parnaíba. Ninguém via terra. Só o oceano, profundo, azul ferrete, manso, tranquilo. Na proa, espuma branca aljofrando, levantadas pelo embate da onda no navio. Senti perder a esperança de tornar a ver os campos em que assentam serras altaneiras e deslizam rios e interoguei a mim mesmo: o que há no mundo tão bom e belo como o território entre o Parnaíba e o Araguaia? Que terra possui tantas nascentes de cristalinas e perenes águas, tantas espécies de frutas naturais saborosas e nutritivas, frondosas árvores, palmeiras imensas, aves canoras, clima suave como os pastos bons de outrora. Jamais sentar-me-ia à sombra do bacuri e do pequi, ouviria o cicio das palmeiras nem o cantar melodioso dos bicos-de-brasa, o japiim, tongo e reongo. Profunda tristeza invadiu minha alma e eu teria chorado muito numa nostalgia antecipada se a alegria comunicativa dos oficiais do navio e dos passageiros de 1ª classe não distraísse meu pensamento (CARVALHO, 2011, p. 312).

No relato acima, Carlota demonstra apego às coisas do sertão, às coisas que lhe são essenciais, porque dão sentido ao seu existir, e, de alguma forma, expôs sua forma de ver e interpretar o mundo, isto porque “Sob vários aspectos, a viagem descortina modos de vida, alteridades, histórias particulares que revelam opções de vida, mas também revela histórias coletivas” (MELLO, 2003, p. 185). E como “viajar é ir mirando o caminho” (MEIRELES, 1998, p. 269), cada lugar do trajeto vai ganhando destaque especial no texto da autora.

Carlota anota o que vê, procurando revelar “as sensações e emoções despertadas em cada lugar, o que lhe agrada ou desagrada, o que lhe emociona ou choca, num exercício de revelar a si mesma enquanto revela ao leitor o ‘outro’, o novo ou desconhecido” (MENDES, 2012, p. 99). Nesta circunstância, porém, o texto de Carlota é muito mais revelador de si mesma, pois não se trata “apenas de uma narração ou descrição de perambulações turísticas”. Trata-se do desnudar de um “olhar incansável na busca de uma observação diferenciada, na tentativa de levar até ao leitor essa ‘comunicação sentimental’ com “a realidade circundante em suas mais variadas esferas”, conforme ressalta Martins (2012, p. 29).

Assim como Cecília Meireles, em suas “Crônicas de viagem”, nos relatos de suas incursões pelos diversos países por onde passou e, por meio de seus textos, consegue ir além da mera descrição de lugares e pessoas, Carlota vai escrevendo suas impressões carregadas de sentimento, mas, também, de dados que se relacionam com o sertão – seu ponto de partida.

Nesse contexto, como nos adianta Octavio Ianni (2000, p. 31), “pode-se dizer que o indivíduo e a coletividade são levados a necessitar contínua ou episodicamente da viagem, seja ela real ou imaginária”.

Dessa forma, é perceptível que à medida que a viagem vai acontecendo, quando o Pacote “Acre” vai se aproximando dos portos, ao longo do litoral brasileiro, que antecedem o destino final, o Rio de Janeiro, o texto vai sendo construído com dados recheados com informações dos personagens que fizeram a história do local³⁹. A chegada à Bahia, que acontece *na tarde do dia 7 de maio*, tem uma emoção à parte para Carlota. “Como um plexo de nervos desenvolvidos de um núcleo comum, os capítulos da História do Brasil enfeixam-se na Bahia” (CARVALHO, 2000, p. 270), exclama a autora, ao lembrar que é, também, da Bahia que “partiram para o Oeste em busca do fabuloso Maranhão de Orellana os colonizadores que foram descobrir os ‘Pastos Bons’ e o Tocantins-Araguaia” (CARVALHO, 2000, p. 270). Havia uma intenção inicial de visitar a cidade, mas que foi levada a desistir do intento, por ter sido vencida pelo “temor da febre amarela” que assolava a Bahia⁴⁰ naquele período. A impossibilidade a fez lamentar por não ter podido prestar homenagem à memória dos seus avós baianos (CARVALHO, 2000, p. 270).

Carlota segue descrevendo que “manso continuava o oceano e calmo amanheceu o dia 10 de maio de 1919. Pilotos, maquinistas, foguistas, marinheiros queriam chegar e a marcha do “Acre” aumentou em rapidez” (CARVALHO, 2011, p. 363). Dessa forma, Carlota começa a descrever os primeiros sinais da chegada ao Rio de Janeiro. Cada detalhe da festa do “batizado” daqueles que vieram pela primeira vez “ver capital da República”, que foi solenizada à base de “música e champanhe”, foi relatado por Carlota, que descreve a festa realizada no salão nobre do navio “Acre” como “pomposa e hilariante”. “Ao findar da festa, avistamos o Cabo Frio, salientando no oceano”, logo mais “estariamos à entrada da estreita goela pela qual entra-se na baía Guanabara”, profere Carlota. Era o Rio de Janeiro que guarneceu entre altas montanhas, se apresenta com uma atmosfera densificada de “cor tensa e sombria” (CARVALHO, 2011, p. 363).

³⁹ O Pacote Acre fazia escala em todas as capitais brasileiras na costa atlântica, na rota que vai de São Luís do Maranhão à cidade do Rio de Janeiro. Nas paradas realizadas, nos portos do trajeto, havia sempre, além do embarque e desembarque de passageiros, cargas e descargas de mercadorias as mais diversas. Em Pernambuco, por exemplo, destaca Carlota: “Durante dois dias e noites, tiraram do profundo porão do “Acre” fardos e madeiras do Norte, substituídas por outras cargas” (CARVALHO, 2011, p. 341).

⁴⁰ Em palestra proferida na Faculdade de Medicina da Bahia, o Prof. Prado Valladares, afirma: “Para os que não sofrerem daquela pior cegueira, que é a cegueira dos que não querem ver, não há como fraudar a claríssima verdade: a febre amarela é endêmica na Bahia (...) é verdade de uma evidência violenta e apavorante” A palestra foi publicada sob a forma de artigo no Jornal BAHIA ILLUSTRADA (BA), s.d. abril de 1919. Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Carlota se estabeleceu no Rio de Janeiro por cinco anos, durante o período que vai de maio de 1919 até o ano de 1924. A sua ida à capital da República teve como principal objetivo, a publicação da sua obra, inicialmente intitulada *Subsídios para a História e a Geografia do Brasil*. Acalentava, desde o primeiro momento, o sonho de que sua publicação se desse a tempo de oferecê-la à comissão organizadora da solenidade do centenário da Independência, como uma contribuição histórica à data. Porém, devido a um “incidente” ocorrido quando “mal acabara” a escrita do livro, “e antes do polimento necessário, uma perturbação na saúde impediu que o fizesse”. O incidente foi, na verdade, um acidente sofrido no bonde da Tijuca, que prostrou-a “por onze meses”, impossibilitando-a de “andar e sentar”⁴¹. Relatado tanto nas páginas iniciais da obra “O Sertão”, como nas páginas do jornal *Diário de S. Luiz* (13 de setembro de 1924, p. 4), o tal “incidente”, segundo a autora, foi a causa principal para o atraso na publicação. Fato esse que a impossibilitou de oferecê-lo como contribuição “para a solenização do centenário da Independência”.

*Estou pela segunda vez no Rio de Janeiro*⁴². Com estas palavras Carlota Carvalho inicia o artigo que tem como título *Nos vãos da imaginação*, publicado em 13 de dezembro de 1924, no Jornal *Diário de S. Luiz*, onde relata fatos relacionados com sua estadia no Rio de Janeiro e, em especial, com o acidente que a lesionou por um longo período, o tratamento e processo de recuperação. O texto, traz, ainda, os devaneios de uma *sertaneja solitária*, que viaja na imaginação e escreve sobre a sua percepção acerca da natureza e da realidade sertaneja da primeira metade do século passado, a partir do distanciamento em relação ao Maranhão e do contato com a natureza da cidade do Rio de Janeiro.

*Residia na rua Major da Fonseca o local mais aprazível do Bairro S. Cristóvão*⁴³, nos informa Carlota, revelando, quase que acidentalmente, o seu endereço na cidade do Rio de Janeiro, no início de seu relato sobre o acidente que sofreu no dia 9 de junho de 1920. Segundo Carlota, ele ocorrera no momento em que retornava *de um confortador passeio de uma escola e templo Baptista no bairro da Tijuca, aonde fui assistir aulas de actos religiosos, por convite do venerando amigo Joaquim Nogueira Paranaguá*⁴⁴, quando:

⁴¹ Estas são as páginas iniciais de “O Sertão”, em texto intitulado “Ao Leitor”, assinado pela autora.

⁴² Adalberto Franklin (2011) afirma “que em 1907, Carlota “estivera no Rio de Janeiro, fazendo estudos especiais”. Depois passara a morar em Imperatriz com o irmão Parsondas de Carvalho, na rua 15 de Novembro” (CARVALHO, 2011, p. LXX - perfil biográfico de Carlota Carvalho). Carlota faz referência a essa viagem que fizera ao Rio de Janeiro: “Alguns anos antes (1907), em viagem do Rio para o Norte a bordo do paquete “Maranhão”, eu tinha visto Natal com suas perspectivas de bucolismo a pedir cantos idílicos a Tomás Gonzaga e a Alvarenga Peixoto” (CARVALHO, 2011, p. 339). Pelo relato da autora, portanto, 1907 é o ano do seu retorno ao “norte”, supõe-se, portanto, que a sua estada no Rio de Janeiro, de que trata Adalberto Franklin (2011), seja em anos anteriores a essa data.

⁴³ Trata-se do endereço em que Carlota residiu no Rio de Janeiro entre os anos de 1919 a 1924.

⁴⁴ Joaquim Nogueira Paranaguá (1855-1926), “ex-senador federal, ex-governador do Piauí e atual presidente da

um acidente prostrou-me. Traumatismo sacro-iliaco, diagnosticado nevralgia, por uns, reumatismo muscular, por outros, radiculite, por alguns, deteve-me onze mezes no leito impedida de caminhar. Somente a imobilidade fazia allívio. Tratando-me os médicos me receitaram poderosos sedativos (salicylato de sódio, analgesina, iodureto de potássio, calchico e bromuretos) e o uso destas drogas, actuando no nervo optico, causou uma amblyopia, sem nenhum proveito para dirimir a dor motivante da impossibilidade de andar. Temendo completa amaurose, suspendi a medicação. A fallencia da medicina induziu-me a pedir oráculos ao Espiritismo, e obtive melhor successo. O impedimento de caminhar diminui gradualmente pela acção da natureza. Já caminho pouco e vagarosamente. Não totalmente extinta, a dor sacro-iliaca ameaça recrudesce pela continuidade do movimento. Perdura a fraqueza da vista, melhorando mui lentamente. Através de uma cerração, espécie, de fumaça ou nevoeiro, mais denso quanto mais longe o objecto divisado, vejo pessoas e cousas, leio títulos de jornaes e graúdos ephigraphes. Privada do prazer da leitura que sempre vivificou o meu espirito, não podendo como d'antes trabalhar methodicamente, escrevendo, costurando, fazendo rendas, ou outro serviço; ralada pelo pesar deste estado mórbido e forçada a viver deitada, eu, que sempre amei o trabalho, e senti o prazer em executá-lo (...) (DIÁRIO DE S. LUIZ, de 13 de dezembro de 1924, p. 4).

Além do relato sobre o acidente que havia sofrido, neste artigo, como o próprio título indica, *Nos vôos da imaginação*, Carlota faz uma “viagem” pelo sertão maranhense. Uma viagem denominada pela própria autora de *excursão mental*, feita na tentativa de fugir da solidão imposta pela limitação da saúde, perceptível na afirmação que faz: *para afastar-me da realidade e fugir do leito dei azas ao pensamento e vou, nos vôos da imaginação divagar no meu sertão* (DIÁRIO DE S. LUIZ, de 13 de setembro de 1924, p. 4).

Nessa viagem imaginária que faz pelo sertão, por meio de uma “retórica testemunhal sobre o passado” (SARLO, 2007), Carlota escreve com emoção, de forma poética e com riqueza de detalhes sobre os aspectos naturais da região sertaneja da cabeceira do riacho Posse,⁴⁵ onde

‘Associação Christã dos Moços’” (O DIÁRIO DE S. LUIZ, de 13 de dezembro de 1924, p. 4). Médico e político brasileiro. Começou sua vida política ainda no Império defendendo o fim da escravidão, o que o levou a fundar clubes abolicionistas na Bahia e no Piauí. Defendeu, também, a causa republicana e teve ligações com o Partido Republicano. Foi deputado à Assembleia Provincial do Piauí, na legenda do Partido Liberal, nos períodos 1884-1885 e 1888-1889. Atuou como médico no estado do Piauí, onde foi inspetor sanitário da Santa Casa de Misericórdia de Teresina. Sua atuação política, foi marcada por mandatos eletivos, tanto como deputado constituinte do estado do Piauí, como no Senado Federal, onde foi um dos maiores defensores da mudança da capital federal para o planalto central. No Senado federal fez parte da Comissão de Obras Públicas. Foi também tesoureiro da Imprensa Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB. Membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e Presidente do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (Rio de Janeiro). Foi também um dos sócios fundadores, junto com Olavo Bilac, da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo (<https://cpdoc.fgv.br>).

⁴⁵ CARDOSO, Carlos Magno Marques. *et.al.* Quantificação da matéria orgânica em rios da Amazônia brasileira sob a influência de resíduos da indústria de curtume. *Revista AIDIS de Ingeniería e Ciencias Ambientales: Investigacion, desarrollo y práctica*. Vol.11, nº 2, 1018, p. 153-166. O riacho Posse, afluente do rio Campo Alegre, tributário do rio Tocantins, tem sua nascente localizada no município de Montes Altos (MA). Hoje o Posse tem sofrido um processo agudo de deterioração, principalmente pela ação dos curtumes na região do município de Edson Lobão (MA), município que tem o Posse como limite natural com o município de Montes Altos. De acordo

estava localizada a sua casa, os arredores, serras, riachos de águas cristalinas, e uma diversidade de plantas frutíferas e pássaros e os animais silvestres. É o sertão se descortinando nas palavras da autora:

Na excursão mental percorro paragens por onde andei deliciando-me a contemplar de longe azuladas serras, campos vastos florestas vicejantes, cristalinas águas e lípidos riachos. (...). Visto minha casa, Riachinho na cabeceira do Posse ao lado da formosa serra em que brota esse riacho⁴⁶. Extasio-me entre os altos piquiseiros, cajueiros, laranjeiras e mangueiras que cercam a casa, mangueiras sob cuja sombra eu ia refrigerar o calor dos dias calmosos. Por baixo de seus galhos passa o caminho da fonte em que um olho d'água, irrompendo no leito do riachinho fornece água de menor densidade, - uma curiosidade notável. Suppondo-me lá, vejo o dorso da serra, o talhado vertical de uma de suas pontas e ouço, ao matutino alvorecer, o mugir das vacas no curral, o gorjear dos papagaios e os harmoniosos cantos dos pássaros nos copados das árvores (DIÁRIO DE S. LUIZ, de 13 de dezembro de 1924, p. 4).

A memória evoca factos declara Carlota, ao lembrar o sertão nas suas várias estações, que dão ao lugar uma diversidade de paisagens com pluralidade de cores, aromas e sabores. O sertão, para a autora, é lugar de múltiplas belezas, retratadas na *floração nos campos* do mês de junho, *pela flor vermelha-encarnada do bacuri sobressahindo de sua folhagem verde retinta*, que de longe se reconhece. *Dos piquiseiros e puçás com suas flores brancas; roxas das sucupiras e pau d'arcos e azuis as de caroba e de lyrio*. Na frutificação do caju assegurada pelas *pequenas chuvas*, as “*chuvas do caju*”. Nos currais das fazendas, na fartura de leite e requeijão, *na abundância de frutas nativas como oiti, puçá, mangaba, bacuri, pequi, buriti, bacaba, buritirana, jussara, jenipapo, o carnudo e cheiroso tuturubá, cajá, inharé, jacareatinga, brutos de diversas espécies, guabiraba e macahuba* (DIÁRIO DE S. LUIZ, de 13 de setembro de 1924, p. 4.). Belezas e contradições também encontradas no avançar da estiagem do mês de julho, com suas:

pousadas na beira dos riachos, dormida sob as copas das árvores, céu limpo, o etéreo azul, com lindos focos de nuvens brancas, os astros brilhando com o maior fulgor. No matto, sempre verde e frondoso das cabeceiras brotadas

com relatório do IBAMA (2011 *apud* CARDOSO, 2018) “suas águas sua usadas principalmente para a irrigação. “O curtume Tocantins localizado na mesorregião geográfica Oeste maranhense e microrregião de Imperatriz, zona rural do município de Edson Lobão, despeja seus resíduos no córrego Sem Nome (...), que deságua na confluência com o rio Posse. Este por sua vez é afluente da margem direita do rio Campo Alegre (5° 49’ 1” S/47° 20’ 38W”) afluente do rio Tocantins” (CARDOSO, 2018, p.155). As águas do riacho Posse, servem aos municípios de Montes Altos e Edson Lobão, “principalmente para a irrigação de pequenas lavouras e dessedentação de animais das propriedades da região. De acordo com o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), realizado pelo Instituto do Meio Ambiente e de recursos Naturais – IBAMA, no de despejo, foi observado mudança de característica da água do córrego, passando de límpida, transparente, para uma coloração escura e turva” (IBAMA, 2011 *apud* CARDOSO, 2018, p. 155).

⁴⁶ Riachinho, córrego localizado na cabeceira do riacho Posse, na serra da Mangaba, onde nascem, na época pertencentes ao município de Imperatriz - MA, hoje município de Montes Altos - MA.

em terrenos de areia, o mearim deixa emanar de sua grossa casca perfumoso óleo, nos campos o viajor saboreia o cajuhú ou o caju pequeno e na caatinga o angico derrama preciosa resina (...). Pastagem secas, gados magros, diminuição de águas, escassez de legumes, receio do prolongamento do verão. Quando isso acontece, os grandes prejuízos nos gados mortos, a fome por falta de brotação nas queimadas e até pela sede nos “barros”, terrenos argilosos (DIÁRIO DE S. LUIZ, de 13 de dezembro de 1924, p. 4).

Na sequência, Carlota demonstra a sua preocupação com a devastação acelerada, frequente nos meses de julho a setembro, período do “verão sertanejo”, tempo em que cessam as chuvas e que ocorrem a preparação da terra para o plantio e a renovação dos pastos para o gado. Nessa época do ano, *os caminhos são bons; quase acabada a praga de carrapatos; arbustos cobertos de poeira das estradas. Um período castigado pela queimação dos campos e das roças; destruição das florestas; o incêndio iluminando, à noite, do cimo dos morros e das encostas* (DIÁRIO DE S. LUIZ, de 13 de dezembro de 1924, p. 4).

Chama a atenção a sensibilidade da autora ao descrever, de forma detalhada, as plantas do sertão, enumerando sua exuberância e encantos. Carlota parece falar como quem tem a consciência de que a sua escrita tem um valor político importante, no sentido de “salvaguardar” as espécies nativas do sertão dos perigos eminentes. O primeiro perigo era a devastação, denunciada de forma veemente pela autora, quando condena o desmatamento e as queimadas ocorridas de forma avassaladora, “que destroem os matos secando as nascentes, esterilizando a terra e preparando a seca” (CARVALHO, 2000, p. 151). O segundo perigo era a desvalorização das espécies nativas, e ela faz questão de marcar a sua posição de reivindicação de espaço de preservação e reconhecimento, quando exclama, *se não fossem plantas brasileiras seriam aproveitadas para jardins* (DIÁRIO DE S. LUIZ, de 13 de dezembro de 1924, p. 4).

Com um sentimento nacionalista aguçado, por meio de um “canto em louvor à terra natal” (MELO, 2019, p. 58), Carlota se expressa como quem acha impossível que alguém não se seduza com o que ela vê e descreve, acreditando que só mesmo os preconceitos e os ressentimentos podem explicar o não reconhecimento da prodigiosa natureza sertaneja. Percebe-se na expressão da autora uma forte influência do discurso introduzido pelos viajantes europeus do XIX e pela tradição romântica da literatura brasileira, “onde a natureza era tema corrente nas narrativas vinculadas à compreensão da questão nacional” (MELO, 2010, p. 58). Esses dois elementos influenciaram sobremaneira o sentimento de nacionalidade dos intelectuais brasileiros do Oitocentos, legando “forte carga simbólica ao meio natural”, sentimento esse que começa a sofrer modificações nas últimas décadas do século, com o surgimento da chamada “geração 1870” (MELO, 2010, p. 59). Embora Carlota pertença à chamada “geração 1870”, que alterou sobremaneira “a visão que se tinha sobre a natureza, ao

pensá-la como uma barreira para a modernização do Brasil”, sua escrita sinaliza para uma defesa intransigente da natureza e da vida simples do campo (MELO, 2010, p. 59).

O mês de outubro, com seus *mormaços*, é apresentado por Carlota como o mês da *floração geral*, quando:

Cahem as primeiras chuvas de inverno. O campo reverdece, desaparecem os carrapatos. Os gados pulam e urram de alegria. Com o inverno volta à plaga, a esperança da abundância, a alegria da vida. Tudo reanima. A natureza ri. O mundo cobre-se de flores. Em paragens arenosas como Riachinho e Alpercatas, ao longo do matto do riacho, no campo que abeira, a genciana a rosa do tabuleiro e o capuhí, brotam em seguida às primeiras chuvas. O gapuhi é uma tuberosa. Cresce em haste vertical da qual pendem folhas lancoladas e nervudas como as da quina e da japecanga e brotam botões que vão abrindo flor diariamente. Essa flor tem a forma de um laço de fita, côr lilás com traços rubros, pétalas ocultando uma concavidade de centro amarelo com frangido na borda de cálix. Della emana agradável odor. O suco da batata de gapuhi é o mais eficaz de todos os remédios para moléstias nos olhos. O que chamei de rosa do tabuleiro, é uma planta rasteira, tuberosa, leitosa, floresce em grandes cachos mui bonitos, cor rósea com toques arulados. Os botões não abrem de uma vez, mas paulatinamente. Em poucos dias a flor aberta fica branca, e como há outras recentemente abertas, mostram-se com multiplicidade de cor, brancas e róseas. (...). Quanto é bello o nosso sertão em outubro e novembro! Tanto meteórica como climaticamente é diferente das zonas para além dos trópicos. No nosso sertão, região equatorial 5' a 10' lat. S a germinação e floração é no começo do inverno. Lá no inverno as noites são longas, penosas e tristes. Não são conhecidas, no nosso sertão, os excessos de calor e excessos de frio (...) (DIÁRIO DE S. LUIZ, de 13 de dezembro de 1924, p. 4).

Adélia Prado (1993, p. 99), em seu poema “Para o Zé”, declara que “o que a memória ama fica eterno”, o que se eterniza é aquilo que deixa marcas, sugerindo, assim, uma relação da memória com os sentimentos, e, em especial, com a afetividade. Sendo assim, somos “evocados” pela lembrança, que nos conduz a imagens, sensações, dores (...) e a aquilo que nos deixou marcas. A lembrança é sempre seletiva, “lembro daquilo que me traz sensações. É impossível desvincular a memória de afeto. O que fica é aquilo que possui um significado, o que emerge na memória é o que marcou um momento, uma situação, uma época” (SOUZA, 2017, p. 44).

As paisagens do sertão descritas por Carlota em seu texto são resultantes da sua experiência de sertão, é “a narração da experiência” que “guarda algo da intensidade do vivido” (SARLO, 2007, p. 23). Entendemos que são as relações sociais construídas por Carlota ao longo de sua trajetória que acabam definindo o repertório de suas lembranças, pois, como afirmado por Halbwachs (2003, p. 36), “nossas lembranças, nossos sentimentos e nossos pensamentos mais pessoais, buscam sua fonte nos meios e nas circunstâncias sociais”. Para o mesmo autor:

Por isto, quando um homem entra em sua casa sem estar acompanhado por ninguém, sem dúvida durante algum tempo ‘ele andou só’, na linguagem

corrente – mas ele esteve sozinho apenas em aparência, pois, mesmo nesse intervalo, seus pensamentos e seus atos se explicam por sua natureza de ser social e porque ele não deixou sequer por um instante de estar encerrado em alguma sociedade (HALBWACHS, 2003, p. 42).

Pode-se, portanto, afirmar que o sentimento de pertença de Carlota em relação ao sertão, sua identificação e vinculação afetiva com a linguagem sertaneja,

não se trata apenas de um condicionamento externo de um fenômeno interno, isto é, não se trata de uma justaposição de “quadros sociais” e “imagens evocadas”. Mais do que isso, entende que já no interior da lembrança, no cerne da imagem evocada, trabalham noções gerais, veiculadas pela linguagem, logo, de filiação institucional. É graças ao caráter objetivo, transobjetivo, dessas noções gerais que as imagens resistem e se transformam em lembranças (BOSI, 2003, p. 59).

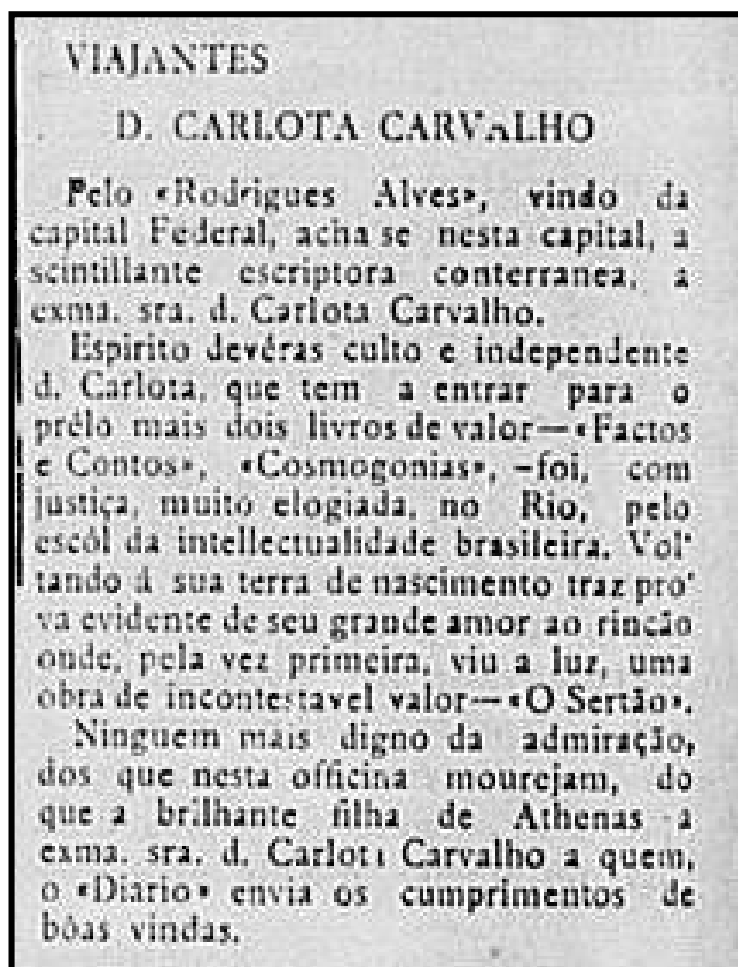
O retorno de Carlota ao Maranhão, depois de um longo período no Rio de Janeiro, foi registrado nos jornais maranhenses de grande circulação. Juntamente com o irmão Parsondas de Carvalho⁴⁷, com quem compartilhou todo esse tempo de residência na capital federal, e que também se encontrava a bordo do navio “Rodrigues Alves”, Carlota aporta na capital maranhense nos primeiros dias de setembro de 1924. Trouxe consigo uma extensa agenda de trabalho junto à imprensa local, que previa a divulgação de sua recém-publicada obra, “O Sertão”, além de participação em missões excursionistas pelo interior do estado.

Além do jornal “Diário de S. Luiz”, que, em sua edição de 13 de setembro de 1924, emitiu nota sobre o retorno da escritora (Figura 2), o jornal Pacotilha também divulgou o retorno de Carlota ao Maranhão. Na edição de 19 de setembro de 1924, neste periódico circulou a seguinte nota: *Encontra-se em nossa capital chegada do Rio de Janeiro a escriptora Sra. D. Carlota Carvalho autora da importante obra “O Sertão”*. Na mesma nota, a editoria do Pacotilha, além de dar as boas-vindas à escritora, salienta que a mesma *é suficientemente conhecedora da nossa terra, que é também sua*, motivo pelo qual *com beleza de estilo, escreveu uma obra que é bem um poema à terra que lhe serviu de berço*. Por fim, o autor da nota deseja sucesso à escritora na excursão que *empreenderá pelo vale riquíssimo do formoso Pindaré*” (PACOTILHA, de 19 de setembro de 1924, p. 4). Já o Diário de S. Luiz informa que Carlota esteve acompanhando o irmão em excursão pelo vale do Pindaré com *empresários cariocas*

⁴⁷ Na mesma edição de “O Diário de S. Luiz” encontra-se uma nota, do também retorno, de Parsondas de Carvalho. “Do Rio, onde se achava desde alguns anos, aportou hontem, nesta capital, vindo pelo ‘Rodrigues Alves’, o distinto publicista e historiador de mérito, nosso confrade J. Parsondas de Carvalho. Em sua companhia viaja o industrial Jorge Jacobsen e o Sr. Maurillo Guilhon, natural de Picos. Ao que sabemos Parsondas de Carvalho viajará com o Sr. Jacobsen pelo vale do Pindaré a serviço d’uma importante empresa carioca empenhada no aproveitamento do côco babassú, uma das mais positivas naturais da terra maranhense. Ao ilustrado escriptor, enviamos o nosso apertado abraço de boas-vindas” (DIÁRIO DE S. LUIZ, 13 de setembro de 1924, p. 2). Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

interessados no aproveitamento do coco babassú (DIÁRIO DE S. LUIZ, de 13 de setembro de 1924, p. 2).

Figura 2 - Notícia sobre o retorno de Carlota Carvalho ao Maranhão, após viver alguns anos no Rio de Janeiro



Fonte: DIÁRIO DE S. LUIZ, de 13 de setembro de 1924, p. 2.⁴⁸

O retorno de Carlota ao Maranhão marca uma nova fase da sua vida. De simples professora das primeiras letras e irmã do renomado jornalista e sertanista João Parsondas de Carvalho, ela passa a ser reconhecida como escritora. Sua presença é constante nos jornais maranhenses desse período, tanto nas notas e editoriais jornalísticos, quanto nas matérias assinada por ela mesma e por intelectuais do período e que escreviam comentários acerca de sua obra. Além da festejada obra “O Sertão”, recém lançada na capital federal, Carlota anuncia à imprensa local, ainda em 1924, a publicação de mais duas obras, “Factos e Contos” e

⁴⁸ Arquivo da Biblioteca Nacional / Hemeroteca Digital Brasileira / Cód.: TRB00146.0170 - Rótulo: 093874 - Ano 1924\Edição 00204 (2). Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093874&pesq=carlota%20Carvalho&pasta=ano%20192>

“Cosmogonias”, como mencionado no Diário de S. Luiz de 13 de setembro de 1924 (Figura 2).

Carlota possuía um estilo peregrino de viver, sendo que há relatos de sua passagem por vários lugares do sertão maranhense, o que se dava tanto em função do ofício de professora itinerante, quanto pelas andanças que fazia acompanhada do irmão João Parsondas. Através delas, teve a oportunidade de conhecer o sertão como poucos e de fixar moradia em diversos lugares. A partir de 1925, seu endereço passou a ser a cidade de Imperatriz, na antiga rua Grande, atualmente Avenida XV de Novembro (Figura 3)⁴⁹.

Figura 3: Casa em que Carlota Carvalho, teria morado, juntamente como irmão João Parsondas de Carvalho na cidade de Imperatriz (MA).



Fonte: Oprogressonet.com. (2018)

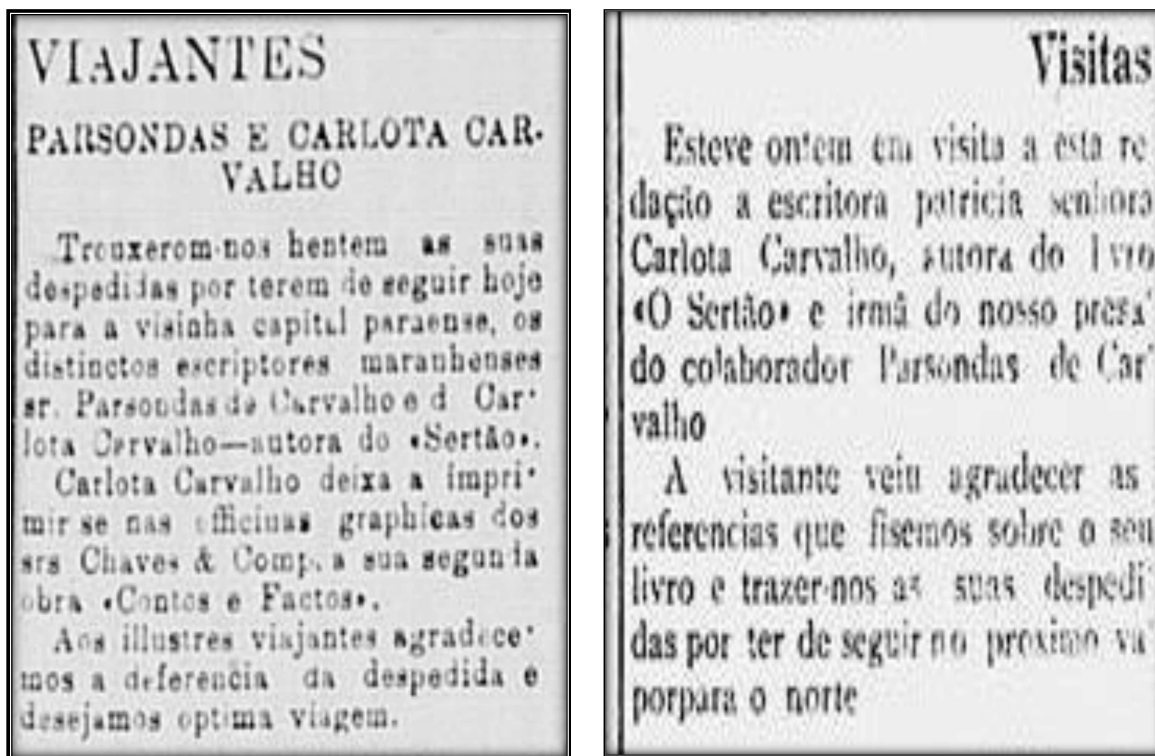
Carlota era, portanto, “uma mulher viajada”⁵⁰ e os jornais são testemunhas de seus diversos deslocamentos. O “Pacotilha” e o “Diário de S. Luiz”, ambos de 27 de janeiro de 1925, divulgam notas dando conta de que, em janeiro de 1925, Carlota partiu para Belém, Pará, cidade onde fixou moradia por muitos anos e viveu na companhia do irmão João Parsondas. Foi no Pará que cursou a Escola Normal e iniciou sua atuação como professora nas ilhas Bailique, hoje estado do Amapá, junto com seu irmão Emygdio Olympio de Carvalho (CARVALHO, 2000, p.

⁴⁹ Imagem publicada no dia 4 de setembro de 2018, no Oprogressonet.com, publicado em “Cidade”, na Edição Nº 16208, matéria assinada pelo jornalista Domingos César. Segundo o texto on-line de Domingos Cezar, Parsondas de Carvalho e sua irmã Carlota Carvalho, teriam morado “por algum tempo” nesta casa localizada na então Rua Grande, hoje Avenida XV de Novembro, na cidade de Imperatriz, Maranhão.

⁵⁰ Expressão utilizada por Marcos Saraiva, já falecido, que fora vizinho dos irmãos Carvalho na velha rua XV de Novembro pelos idos de 1925, citado por de Sálvio Dino em sua obra Parsondas de Carvalho: um olhar sobre o Sertão (DINO, 2007, p. 58).

225).

Figura 4: Informações sobre a Viagem de Carlota para Belém-PA, em janeiro de 1925.



Fonte A: Jornal DIÁRIO DE S. LUIZ (MA), de 27 de janeiro de 1925, p. 4.⁵¹

Fonte B: JORNAL PACOTILHA (MA), de 27 de janeiro de 1925, p. 4.⁵²

Não dispomos de informações precisas sobre o tempo que Carlota permaneceu em Belém. Sabe-se, no entanto, que, no ano de 1926, ela residia numa fazenda localizada na zona rural do município de Imperatriz, hoje município de Montes Altos, no lugarejo chamado Regalo. Segundo Dino (2007, p. 108), Regalo era uma “velha propriedade pertencente a um dos troncos mais tradicionais dos sertões tocantinos: os Miranda” e que nessa época, “pertencia a Felipe Maciel dos Reis e Maria C. Miranda dos Reis” (DINO, 2007, p. 109). Foi neste local, que no dia 26 de julho de 1926, acometido de “impaludismo”⁵³, faleceu, aos 70 anos, João

⁵¹ Arquivo da Biblioteca Nacional / Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00146.017 - Rótulo: 093874 - Ano 1925\Edição 00319 (2). Disponível:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093874&pesq=carlota%20Carvalho>

⁵² Arquivo da Biblioteca Nacional / Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00135.0072 - Rótulo: 168319-02 - Ano 1925\Edição 00022 (1). Disponível:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_02&pesq=carlota%20Carvalho&pasta=ano%201925

⁵³ A malária é doença transmitida pelo mosquito do gênero *Anopheles*, presente nas regiões quentes e pantanosas. É também conhecida como febre intermitente, febre terçã, febre quartã, maleita e outros. É uma doença infecciosa, produzida por protozoários do gênero *Plasmodium*, e se caracteriza por acessos intermitentes de febre, calafrios, cefaléia e sudorese (<http://www.fiocruz.br/bibcb/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=104&sid=106>).

Parsondas de Carvalho, “o famoso escritor sertanejo”, irmão de Carlota, aquele que foi seu companheiro de jornada desde a mais tenra juventude.

E foi deste lugar, Regalo, que o patriarca Veríssimo de Souza Milhomem, foi buscá-la, “a fim de lecionar as primeiras letras a seus filhos, na fazenda Campo Alegre” (DINO, 2007, p. 110), por volta do ano de 1930 (MILHOMEM, 1995, p. 28). Carlota ficou pouco tempo na fazenda Campo Alegre, tendo sido dispensada por volta do ano 1931, meses após a sua contratação (MILHOMEM, 1995, p. 34).

Tendo como companheira a sua ex- escrava Benedicta, sua fiel acompanhante desde os tempos de juventude, Carlota continuou vivendo em Regalo, mesmo depois da morte do irmão João Parsondas. Encontramos menções à Benedicta em vários escritos de Carlota. Em artigo intitulado *Desidério* publicado no jornal Diário de S. Luís, de 8 de dezembro de 1924, no qual menciona suas andanças pelas ilhas Bailique nos anos finais do século XIX, ela informa: *eu embarquei acompanhada da minha escrava Benedicta e uma menina de nome Teodora* (DIÁRIO DE S. LUIZ, de 8 de dezembro de 1924, p. 1). No artigo *A madrinha imposta*, que trata do período em que viveu em São Vicente, vila situada nas margens do rio Araguaia, no estado do Goiás, hoje Tocantins, Carlota também faz referência à Benedicta. Em um artigo publicado no Diário de S. Luiz em 25 de dezembro de 1924, p. 2, ela volta a mencioná-la: *Acompanhada por minha escrava Benedicta, entrei nesse bêco e caminhei em direitura ao riacho, ou ainda, durante a semana em que não podia banhar-me Benedicta ia levar à futura comadre víveres, carne e outras cousas que ella carecia, e agradados para a minha pretendida afilhada.*

Ao se referir à velhice de Carlota, Santos (2017, p. 196) cita o professor João Renôr, que sugere que Carlota passou seus últimos dias de vida “em alguma comunidade de negros, na região de Montes Altos, em que pertencia a sua ex-escrava, depois fiel acompanhante”. Para Renôr “o laço entre as duas perdurou por toda a vida da autora e na aurora de seus dias, sem nenhum parente, teria ido para o convívio dos parentes de sua companheira”. Embora Carlota pertencesse a uma família proprietária de escravos e ela própria os tenha possuído, como se constata nas menções feitas à Benedicta, “disse com certa convicção, que todos os homens são iguais, independente da raça e da condição social e que deveria a humanidade viver em harmonia” (SANTOS, 2017, p. 196, 198). Várias vezes, segundo este autor, teria se pronunciado a favor dos princípios da igualdade e da liberdade, sendo que sua família sempre se apresentou como liberal, filiada ao ideário republicano. Para Santos, Carlota teria simpatia pelo liberalismo inglês implantado nas colônias da América do Norte, e em vários de seus escritos teria feito referência aos Estados Unidos como “um modelo político e social justo, com

base na ciência, o que fazia daquela sociedade um exemplo para o mundo” (SANTOS, 2017, p. 198). Em “O Sertão”, Carlota defende o processo de colonização anglo-saxônica na América do Norte, segundo a qual, o fato de “cada uma das 13 colônias inglesas fundadas na América [tenha tido] sua Constituição”, mostra o caráter “democrático” do modelo colonizador ali implantado. Para a autora, o aparato legislativo com que se deu a organização de cada um dos estados na Nova Inglaterra faz dos Estados Unidos um exemplo a ser seguido. “O princípio da liberdade dos povos de disporem de seus destinos” em uma sociedade administrada e regida “por leis, votadas e promulgadas por ela”, para a autora, é uma forte “afirmação de sua soberania” (CARVALHO, 2000, p. 246). O caráter liberal que impulsionou a colonização da América do norte é descrito por Carlota como exemplo de organização social, regida pelo princípio da “liberdade de consciência e a livre manifestação do pensamento”, que “não tolheu a liberdade industrial nem a espiritual, não proibiu o uso da imprensa”. Esse tipo de colonização que de acordo com a autora, “nem de longe (...) se parece com a do Brasil” que esteve sempre desprovida de “educação política”, o que explica “a incapacidade do povo brasileiro tanto para o desenvolvimento industrial como para governar-se” (CARVALHO, 2000, p. 247). Essa crítica de Carlota ao modelo de colonização brasileira e sua admiração pelo modelo político adotado aos Estados Unidos da América encontra similitudes com o pensamento político de boa parte da intelectualidade brasileira que a partir dos anos finais do século XIX e nos anos iniciais do século XX, via no ideário liberal republicano e expansionista norte americano um modelo a ser seguido.

2.2 DO SERTÃO BAIANO AO SERTÃO DE PASTOS BONS: a ancestralidade de Carlota

*[...] astúcia que têm certas coisas passadas –
de fazer balancê, de se remexerem dos lugares.*

Guimarães Rosa

Pouco se sabe sobre a ascendência familiar de Carlota Carvalho, além daquilo que foi por ela registrado. Partindo de algumas informações dadas por ela mesma e lançando mão de outros documentos aos quais tivemos acesso em nossa pesquisa, pudemos avançar no desvendamento da ancestralidade do nosso personagem.

Em sua peregrinação pelo litoral brasileiro, ao longo do ano de 1919, Carlota experiencia uma viagem rumo à sua ancestralidade, nos fornecendo importantes informações sobre seus ascendentes e sobre suas relações com os acontecimentos históricos da região

sertaneja do Maranhão, tendo a Bahia como ponto de partida (CARVALHO, 2011, p. 348-352). Assim como nas palavras de Guimarães Rosa (1967, p. 128), que constam na epígrafe deste subcapítulo, Carlota faz um “balancê” das “coisas do passado”, e nos oferece, em sua obra “O Sertão”, valiosas informações para a compreensão de sua trajetória familiar, caracterizada pela itinerância nos sertões maranhenses. Dessa forma, através de uma “escrita de si” (GOMES, 2004) e na “aventura de contar-se” (RAGO, 2011), ela faz um esforço no sentido de descrever a sua ancestralidade por meio de uma narrativa na qual evidencia a proatividade dos Carvalho na formação sócio-histórica do sertão maranhense, mediante a sua inserção na intelectualidade e de sua atuação na política local.

Ao intercalar trajetórias pessoais, suas e de seus familiares, Carlota faz uma escrita, na acepção de Ângela de Castro Gomes, que pode ser compreendida como uma espécie de categoria da “sinceridade”, na medida em que suas memórias individuais são inseridas no texto por meio de escrita de si (2004, p. 14). Associando os membros de sua família aos fatos considerados importantes na formação sócio-histórica da região, fica evidente, na escrita de Carlota, uma preocupação com a inscrição familiar no processo histórico regional, e para isso acessa o “arquivo pessoal”, repleto de suas memórias, e seleciona aquilo que deve ser exposto. Para isso, vale dotar de “significados especiais, relacionados com suas próprias vidas, que de forma alguma precisam ter qualquer característica excepcional para serem dignas de serem lembradas” (GOMES, 2004, p. 11).

Ela afirma descender de europeus emigrados para o Brasil no final do século XVIII. De uma francesa e de um português, que se refugiaram no sertão nordestino, em consequência dos conflitos europeus do final daquele século. “O Sertão” revela que sua bisavó paterna era uma nobre francesa, “fugida da França em 1791 ou 1792”, chamada Paula de la Rochambeau, mulher “inteligentíssima, possuidora de cultura intelectual, imaginação fantasiosa e sonhadora de virtudes e utopias” (CARVALHO, 2011, p. 352).

Desterrada da Europa no momento pós-Revolução Francesa, Paula veio para o Brasil, onde conviveu sem casamento com José Marques de Carvalho, “um português ignorante, mas dotado de boa índole, trabalhador e econômico”, estabelecido na Bahia. O casal teve três filhos, Manoel Lourenço, Maria e José Joaquim. Sendo esse último, o mais novo, o avô paterno da personagem aqui analisada. (CARVALHO, 2011, p. 350).

Carlota descreve Paula de la Rochambeau, sua bisavó paterna, como uma mulher possuidora de “um espírito culto, mas imbuído de preconceitos da nobreza, muito fantasista”, que teria vindo para o Brasil “entusiasmada pela agricultura nas selvas americanas” ideias essas, patenteadas por uma literatura carregada de atrativos, que seduziram sua imaginação. Tais

ideias, segundo ela, advindas de leituras de livros norte-americanos, lhe teriam “feito muito mal” (CARVALHO, 2011, p. 350).

Impulsionada por ideias romantizadas, copiadas de personagens de “histórias americanas”, Paula de la Rochambeau se deixou dominar pela ideia de ser agricultora. Comprou 15 escravos e se embrenhou pelo sertão do rio São Francisco, ao lado de famílias sertanejas do interior baiano, com os quais teria estabelecido “simpatias e amizades” para tentar colocar em execução o seu projeto. Porém, a dureza da vida sertaneja, aliada às dificuldades de assimilação dos métodos de agricultura utilizada pelos sertanejos, levou Paula de la Rochambeau a desistir do projeto: “A realidade não se conformou com a fantasia” (CARVALHO, 2011, p. 350)⁵⁴. Libertou os escravos e dedicou-se à docência, passando a “ensinar a ler e a trabalhos de agulha nas casas de família” (CARVALHO, 2011, p. 351).

Foi durante esse novo projeto, “no exercício dessa nova profissão”, que Paula conheceu o português José Marques de Carvalho, “um homem abastado de bens”, que, desde o primeiro momento, mostrou-se um admirador de seus talentos, chegando a lhe propor casamento. Mas, imbuída de preconceitos, rejeitou a proposta, julgando-se impossibilitada de casar-se com um homem, que, apesar de “rico e bom”, não era de “estirpe nobre” (CARVALHO, 2011, p. 351).

A justificativa dada para o impedimento da união legal não foi, contudo, empecilho para que Paula e José Marques convivessem e construíssem família. Não se sabe por quanto tempo viveram juntos, porém, por questões de consciência religiosa, quando o terceiro filho ainda estava no berço, “os escrúpulos de consciência pela união ilegal, sem sanção religiosa e visões sobrenaturais em uma semana santa” levaram Paula de la Rochambeau a abandonar José Marques de Carvalho e a viver reclusa (CARVALHO, 2011, p. 351).

O português José Marques, aconselhado pela ex-esposa Paula de la Rochambeau, casou-se com a “índia educada” chamada Messias. Essa segunda esposa era “uma autóctone arrebatada ainda pequena de uma taba e dada a uma senhora rica e sem filhos, que a criou e a educou na fé católica” e que se tornara “uma mulher neurastênica, dominada por um nervosismo que a fazia irritável, intolerante e intransigente”, segundo Carlota (2011, p. 349). Para ela, seu bisavô, José Marques teria se casado com Messias atraído pela riqueza que ela possuía por herança. Do casamento, resultaram três filhos, “um que morreu menino, outro que suicidou-se na capital da Bahia, por motivos amorosos, e Severiano de Carvalho, que o sucedeu na posse

⁵⁴ “Lá, achou-se em um meio estranho e ante processos agrícolas não conhecidos na Europa. Roças feitas todos os anos e em lugares diversos, destruindo as florestas, esterilizando a terra, secando nascentes, determinando irregularidades de inverno. Fazendo roças onde encontra mato virgem, longe da morada, esse método de agricultura obriga grandes caminhadas diárias, impossíveis à francesa não habituada a esses exercícios” (CARVALHO, 2011, p. 350-351).

dos bens” (CARVALHO, 2011, p. 351). Severiano de Carvalho era, portanto, o avô materno de Carlota e José Marques de Carvalho era seu bisavô paterno e materno. Isso porque seu pai, Miguel Olympio de Carvalho, filho de José Joaquim e neto de José Marques de Carvalho e Paula de la Rochambeau, casou-se com uma filha de Severiano de Carvalho, neta do mesmo José Marques de Carvalho e de Messias, sua segunda esposa.

Para Motta (2002, p. 4), ao apresentar sua família, Carlota privilegia os integrantes do sexo masculino, sendo que “ressalva apenas as bisavós: uma francesa e a outra índia. Mulheres de cultura intelectual diferentes e de comportamentos singulares”. Ao mencionar sua ascendência indígena, ela apresenta uma das questões cruciais do debate, posto pelos intelectuais maranhenses da segunda metade do século XIX, sobre os elementos constitutivos da identidade sertaneja.

Ao tratar da formação da identidade sertaneja a partir dos escritos do alferes português Paula Ribeiro, responsável pelo processo de consolidação dos limites região sertaneja do Maranhão, Santos (2017, p. 22) refere que, para Ribeiro, os indígenas “deveriam ser incorporados ao processo de colonização, assim, deixariam de ser empecilho, para tornarem-se solução em diversos problemas”, dentre os quais “os demográficos e o de controle do território”. Apesar disso, de acordo com o mesmo autor, Paula Ribeiro não atribuiu aos nativos “protagonismo histórico”, enxergando-os como “passageiros e secundários”, ocupando um papel de apenas “auxiliar na construção histórica do sertão sul maranhense” (SANTOS, 2017, p. 19). Contrariamente à essa percepção, o “mestiço”, elemento surgido dessa relação, na visão de intelectuais do XIX, era tido como o forte, habilidoso criador de gado e agricultor, componentes importantes para a formação histórica do território sertanejo. Isto porque “No aspecto cultural, enquanto o indígena desaparece, o sertanejo mestiço passa a representar a própria alma do sertão”, que naquele momento significava a imensa maioria da população sertaneja (SANTOS, 2017, p. 20). Se, por um lado, apresentar-se como mestiça, em função de sua descendência indígena lhe trazia uma maior identificação sertaneja, por outro, Carlota não escondeu o orgulho que sentia de sua avó francesa, mulher intelectual e de espírito libertário.

2.2.1 O Oeste Baiano e os caminhos do sertão: como a família de Carlota chegou ao sertão de Pastos Bons.

O avô paterno de Carlota, José Joaquim de Carvalho, era baiano, de Santa Rita do Rio

Preto⁵⁵, comarca da Barra, localidade situada no Oeste baiano⁵⁶, e, juntamente com sua família e escravos, atravessou o Parnaíba e adentrou o território do sertão maranhense, em meados do século XIX. Para Carvalho (2011), as questões políticas podem ser apontadas como os principais motivadores para a intensa penetração no sertão maranhense em meados do século XIX. A acirrada perseguição das forças imperiais aos insurgentes da Revolução Pernambucana de 1817 e da Confederação do Equador de 1824 acelerou, sobremaneira, nesse período, o processo de alargamento da região sertaneja maranhense. Muitos dos que aportaram na região o fizeram em busca de abrigo o mais longe possível do alcance do estado imperial.

Neste século, segundo Santos (2016), a parte oeste do vale do São Francisco funcionava como centro irradiador para a penetração no sertão do Piauí, Minas Gerais, norte do Goiás e sul do Maranhão. De Santa Rita do Rio Preto, Campo Largo, Angical, Pilão Arcado, Santana do Brejo, Cocos, Carinhanha, entre outras pequenas nucleações pertencentes à comarca de Barra, partiam, seguindo o curso dos rios Preto, Grande e Corrente ou em picadas construídas pelos tropeiros e criadores de gado, que desde o século anterior se movimentavam sertão adentro, aqueles que, por questões políticas, entre outras, em meados do século XIX, se refugiaram no sertão de Pastos Bons.

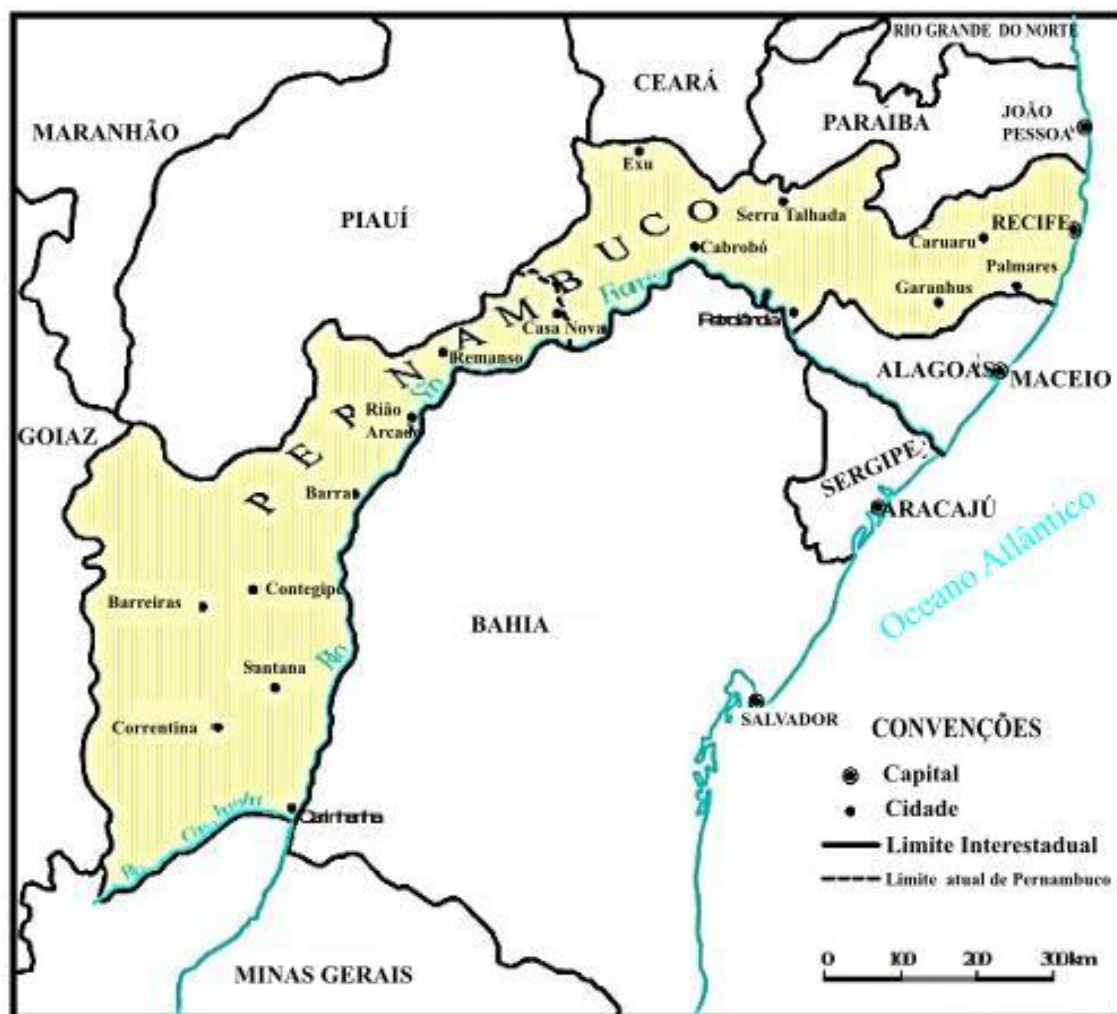
Essa região, cuja economia girava em torno do gado e do sal, mantinha relações comerciais ativas e vantajosas com a região das Minas através do rio São Francisco, em conexão com o rio das Velhas, e com Goiás pela “picada da Bahia”, de onde vieram “as primeiras boiadas de Goiás (MARTINS, 2018, p. 4). Esta área, inicialmente pertencente ao distrito de Cabrobó, Capitania de Pernambuco⁵⁷, compreendia a Comarca de São Francisco, composta por toda a região do oeste do rio São Francisco. Já São Francisco das Chagas da Barra, ou simplesmente Barra – o primeiro núcleo de povoamento da região –, se elevou à categoria de vila, em 1752, quando se desligou de Cabrobó, Pernambuco (SANTOS, 2016, p. 138).

⁵⁵ Atual município de Santa Rita de Cássia (BA), localizado às margens do rio Preto, que até o início do século XIX, fazia parte da Comarca de São Francisco. (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santa-rita-de-cassia/historico>).

⁵⁶ “Para evitar qualquer tipo de confusão, é importante definir que o termo Oeste Baiano não guarda equivalência conceitual com o termo Região Oeste da Bahia” (SANTOS, MARQUES e SOUZA, 2014 p. 420).

⁵⁷ Em 7 de julho de 1824, o imperador D. Pedro I desmembrou de Pernambuco a Comarca do S. Francisco, uma gigantesca faixa de terra de 173 mil km², transferida, a princípio, para Minas Gerais e depois para a Bahia. A medida foi tomada em represália pela Confederação do Equador, revolução com que a então província pernambucana liderou a luta pela República e contra o absolutismo do imperador (DIÁRIO DO PERNAMBUCO, 11 de julho de 2017).

Figura 5: Comarca do São Francisco.



Fonte: MARTINS, 2018, p. 2. Revista CLIO – Revista de Pesquisa Histórica.⁵⁸

Barra localiza-se na porção norte do atual oeste baiano. A povoação surgiu por volta da década de 1670, com a instalação da uma fazenda, de nome “Barra do Rio Grande do Sul”⁵⁹,

⁵⁸ Disponível: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24216>

⁵⁹ Instalada a partir da expansão dos currais da Casa da Torre, de Dias D’Ávila, que implantou nas barrancas do Rio Grande, exatamente onde suas águas se juntam às do rio São Francisco, uma fazenda com o nome de Barra do Rio Grande do Sul (do Rio Grande do Sul para evitar confusão com o Rio Grande do Norte). Junto aos sertanistas vieram os padres para catequizar os índios, onde construiu-se uma capela, a de São Francisco das Chagas, da Barra do Rio Grande do Sul. A fazenda cresceu e virou arraial. Em 1698, o arraial passou a povoação, por determinação de Dom José I, rei de Portugal. Depois disso, o local ficou oficialmente conhecido como Povoação de São Francisco das Chagas, da Barra do Rio Grande do Sul. A povoação transformou-se em vila no ano de 1752 – vila de São Francisco das Chagas, da Barra do Rio Grande do Sul; porém o novo *status* só foi efetivado no ano de 1753. Nessa época, a economia da vila era promovida pela criação de gado, pela lavoura e pelo beneficiamento de carnes e peixes. A população era composta por vaqueiros, lavradores, pescadores, produtores de rapadura, de cachaça, caixeiros viajantes, etc. Por mais de setenta anos a vila de São Francisco das Chagas, da Barra do Rio Grande do Sul, esteve subordinada a Pernambuco e depois a Minas Gerais. Só em 1827, depois que o Brasil se tornou independente de Portugal, Dom Pedro I, Imperador do Brasil, incorporou à Província da Bahia a Comarca do Rio São Francisco com sede na Vila da Barra (<http://barra.ba.gov.br/barra-historia/>).

“localizada na confluência entre os rios Grande e São Francisco” (SANTOS, 2016, p. 138). Seu território se estendia por todo o território do atual oeste baiano, mais uma porção a nordeste, compreendida pela área oeste da margem esquerda do rio São Francisco, nos limites com Piauí, ao norte, Goiás, a oeste, e Minas Gerais, ao sul” (IBGE, 1958).

Figura 6: Oeste baiano: delimitação, localização geográfica e principais rios.



Fonte: CONFINS, Revista Franco-Brasileira de Geografia, n. 23, 2015.⁶⁰

Entrepasto natural importante, Barra, ao longo do século XIX, caracterizou-se por grande movimentação, facilitada por sua volumosa rede fluvial, já bastante utilizada para pequenas e longas distâncias. O rio Grande, afluente da margem esquerda do rio São Francisco,

60A imagem põe em destaque os principais rios afluentes da margem esquerda do São Francisco, na região conhecida como Oeste Baiano. Destaque, ainda, para o município Barra, que desde o século XVIII cumpria um importante papel na ampliação das fronteiras das regiões sertanejas do Piauí, Maranhão e Goiás. Era a partir da Vila da Barra e suas povoações (toda essa região pertencia à Vila da Barra que aos poucos foi se emancipando), seguindo o Rio Grande e seus afluentes, como o rio Preto, que se avançou rumo ao sertão do Piauí e Maranhão. Recorte feito a partir do mapa da “Bacia do Rio São Francisco”, inserido no artigo “Rios nossos que estão no sertão! São Francisco e Parnaíba” de autoria de Gercinair Silvério Gandara (2015, s.p.). Disponível: <https://journals.openedition.org/confins/10150?lang=pt>

cumpria um importante papel como facilitador das comunicações para as vilas de Campo Largo, Santa Rita, entre outras. A navegação pelos cursos d'água do rio Preto e afluentes foi fundamental para a penetração do interior do território sertanejo, a partir do oeste baiano. As povoações de Barreiras, Porto das Pedras e Santa Maria eram “pontos donde partiram as estradas que levaram aos sertões de Goiás, do Maranhão e do Piauí”, tendo a Vila da Barra como centro irradiante (CARRARA, 2001 p.90).

As vias terrestres, apesar de precárias, também foram fundamentais, e, segundo Socorro Cabral (2008), as primeiras estradas remontam ao período colonial. Destas, destacam-se as estradas que ligavam o sertão maranhense ao Piauí, e, de lá, pelas estradas reais, à Bahia, Pernambuco e Goiás. Dentre essas estradas, destaca-se “a da Passagem da Manga”⁶¹, que “serviu para o escoamento das boiadas sertanejas com destino aos centros açucareiros. Por meio dela, demandavam o Piauí, daí seguindo pelas estradas reais” (p. 117).⁶²

2.2.2 Campo Largo e “a ruptura da grande curva do São Francisco”.

Nas cartas dirigidas a João Lúcio de Azevedo, Capistrano de Abreu afirmava não haver questão mais importante para a História do Brasil, do “que a ruptura da grande curva do São Francisco, a passagem dos Cariris e da Borborema, a entrada no Parnaíba, o caminho terrestre do Maranhão à Bahia” (ABREU, 1982 *apud* BEZERRA, 2010, p. 19; CARRARA, 2011, p. 61). Essa região, entre o São Francisco e o Parnaíba, mencionada por Capistrano, corresponde ao sertão do estado do Piauí, a região formada pelos vales dos rios Canindé e Piauí, desde Juazeiro e Petrolina até Oeiras. Na percepção de Capistrano de Abreu, era aí que estaria instalado o nó do Brasil, o lugar do encontro dos baianos e maranhenses, onde estaria situado a centralidade da história sertaneja (CARRARA, 2011, p. 61-62).

A fala de Capistrano refere-se ao movimento bem anterior à questão a que nos reportamos neste momento, porém, não deixa de estar inserido no contexto de expansão sertaneja, tendo o Oeste baiano, a região “sanfranciscana”⁶³, como matriz irradiadora. Portanto,

⁶¹ A “Passagem da Manga” nos remete à Vila da Manga, atual município de Nina Rodrigues (MA), “antigo ponto obrigatório de passagem de boiadas” com destino ao norte do estado do Maranhão e ao estado do Piauí. “Passagem da Manga”, referia-se “a uma estreita passagem para o gado, uma espécie de corredor com paredes de varas que conduz a um rio e que serve para guiar bois”. “O povoado da Vila da Manga do Iguará entrou definitivamente para a história política do Maranhão ao servir de palco para o episódio que deu início à revolta popular conhecida como “Balaçada” (1838 a 1841)” (IBGE, 2017).

Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/nina-rodrigues/historico>

⁶² As vias terrestres que ligavam o sertão maranhense, destacam-se “as duas que ligavam a Vila de Pastos Bons a Caxias, e a que unia aquela vila à Passagem da Manga, às margens do Parnaíba” (CABRAL, 2008, p. 117).

⁶³ “A região do médio São Francisco (...) é tipicamente sanfranciscana, diríamos assim; ela possui mais peculiaridades, mais aspectos particulares ao próprio vale. Por isso ela representa melhor o vale do São Francisco. Não possui uniformidade de paisagem; em compensação é uma unidade antropogeográfica quase perfeita”.

partindo da proposição de Capistrano, mas sem utilizar a mesma rota, isso porque o que nos interessa é a margem esquerda do São Francisco e os vales dos rios Grande e Preto (CARRARA, 2011), onde estão localizados os antigos povoados de Santa Rita do Rio Preto e Campo Largo, núcleos originais da migração baiana, na qual a ancestralidade de Carlota Carvalho estaria inserida.

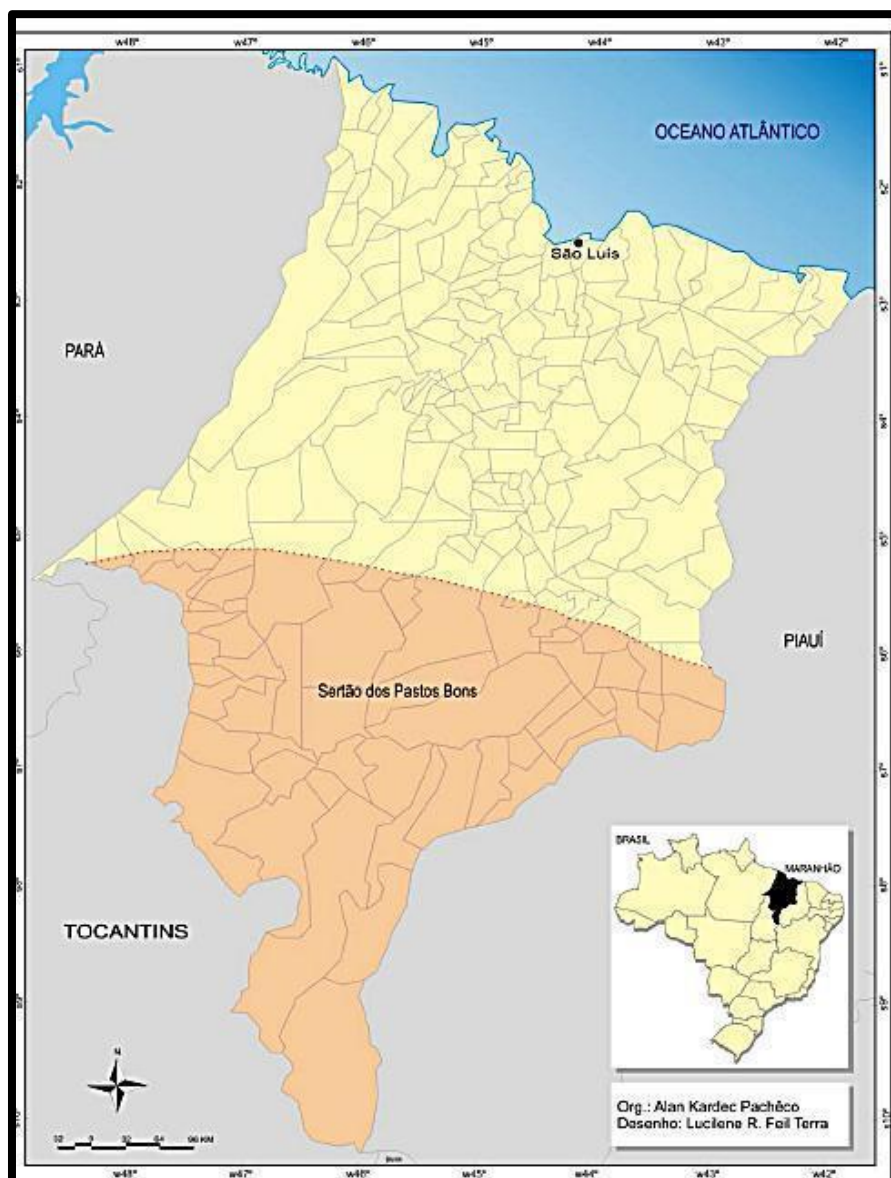
Nessa região, achavam-se estabelecidas diversas articulações regionais, bem como os circuitos mercantis dos sertões mineiros, goianos, tocantinenses, baianos, piauienses, maranhenses e pernambucanos (CARRARA, 2011, p. 61-62). Dela, partiram aqueles que, de acordo com Carlota, “internaram-se no sertão do Maranhão, naqueles ‘Pastos Bons’ dos “empreendedores audazes” que, em caminhada para “o poente”, encontraram-no desde o século anterior, quando transpuseram “o Parnaíba para situar fazendas de gados” (CARVALHO, 2000, p. 67). Para Carlota Carvalho, “os ocupantes, extasiados, vendo o esplendor e a exuberância da plaga, nominaram-na os pastos bons” (2000, p. 67). Os homens que se internaram nos sertões de Pastos Bons, nos anos dezessete e vinte quatro do século dezenove, mesmo que em contexto diferente, estiveram, portanto, imbuídos do mesmo objetivo, que se traduziu, segundo a autora, em um empreendedorismo “audaz” próprio dos pioneiros sertanejos dos “pastos bons” de outrora (CARVALHO, 2000, p. 67).

Socorro Cabral (1992), ao se referir à abertura dos caminhos em busca dos sertões que levou à região de “pastos bons”, afirma que, além da expansão açucareira, podemos associar esse processo a outro fator, que é “a disponibilidade de terras, que favoreceu a internalização do boi”. De Pernambuco e da Bahia, diz Cabral (1992), partiram “as veredas do gado, sob o impulso, em especial da iniciativa particular, que foi um dos traços marcantes do chamado “povoamento dos sertões” (p. 75). Para a mesma autora, o início da dispersão, rumo ao sertão, se deu a partir da Bahia que, “alcançando o rio São Francisco” toma duas direções: “Uma, subindo o rio, teve mais tarde papel importante no abastecimento do mercado das minas. Outra dirigindo-se para o norte, ocupou o interior do Piauí e Ceará, atingindo no início do século XVIII, as campinas sul-maranhenses” (CABRAL, 1992, p.77).

Percebe-se, contudo, que a expansão do gado marcou a ocupação do território sertanejo maranhense, iniciado ainda nos finais do século XVII. Nos dois séculos seguintes, como afirma Santos (2017, p. 78), “o foi sertão cada vez mais devassado por fazendas, roças e povoações, por todos os lados, e isso levou a um novo modo de vida, constituído econômica, social e culturalmente pela pecuária”

(VALVERDE *apud* CARRARA, 2011, p. 67).

Figura 7: Mapa do Sertão de Pastos Bons



Fonte: Pachêco Filho (2011)

É neste contexto, que, por volta dos anos 1822 a 1823, o baiano José Joaquim de Carvalho, o avô paterno de Carlota, juntamente com sua família, adentrou o território de Pastos Bons e se estabeleceu na porção territorial do então município de Riachão, Comarca da Chapada⁶⁴, na região conhecida como Campo Largo⁶⁵, onde havia um arraial e um campo do

⁶⁴ A Comarca da Chapada, era inicialmente composta pelo território da Vila da Chapada, atual Grajaú e da Vila de Riachão, atual município de Riachão. A partir da década de 1850, com a elevação do distrito de Barra do Corda à condição de Vila e sua consequente emancipação (da Vila da Chapada), a Comarca da Chapada passou a ser composta pelos territórios das três vilas; Chapada, Riachão e Barra do Corda (Figura 7).

⁶⁵ Campo Largo, nome dado à região localizada entre os rios Alpercatas e Capim na região centro-sul do estado do Maranhão. Região ocupada por imigrantes baianos vindos do Vale do São Francisco (BA), fugidos das revoltas nativista, como a Revolução Pernambucana e Confederação do Equador. A região baiana de Campo Largo, que inicialmente, pertencia a Santa Rita do Rio Preto, hoje município de Cotegipe (BA) era o ponto de partida da maioria dos fugitivos que chegaram nos sertões maranhenses na primeira metade do século XIX, e fundaram aqui,

mesmo nome. Ali, chegou na condição de refugiado das perseguições impostas pelo Império brasileiro aos combatentes das revoltas nativistas, como a Revolução Pernambucana e a Confederação do Equador.

Figura 8: Carta topográfica e administrativa da Província do Maranhão, 1850⁶⁶.



Fonte: Arquivo Nacional/Portal Ministério da Justiça e Segurança Pública. Memória da Administração Pública Brasileira. Referência da Imagem: ABR_RJANRIO_F2_0_MAP_87).⁶⁷

na Pastos Bons de outrora, o arraial de Campo Largo, no território da Comarca da Chapada, no limite do território da Comarca de Pastos Bons.

⁶⁶ Em 1850, como nos informa a “Carta topográfica e administrativa da Província do Maranhão”, a região sul do Maranhão era composta de duas Comarcas; Pastos Bons e Chapada. Até 1835 todo o território sulmaranhense pertencia à Pastos Bons. Com a elevação do Distrito do Porto da Chapada à categoria de vila com a denominação de Chapada pela lei provincial nº 7 de 29- 04-1835, o território é desmembrado de Pastos Bons, passando a ser sede da Comarca da Chapada. (IBGE, 1959, p.1).

Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/maranhao/grajau.pdf>. Acessado em: 12jun2019.

⁶⁷Disponível: <http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/236-relacao-do-maranhao>.

Assim como os baianos, muitos “liberais do Ceará, Paraíba e Pernambuco – independentes de 1823, fragmentos da Confederação do Equador em 1824”, atravessavam o Parnaíba e “internavam-se no sertão do Maranhão”, fugindo do alcance das milícias imperiais, encarregadas de fazer cumprir o decreto de D Pedro I, de execuções aos insurgentes, qualificada como “morte paternal” (CARVALHO, 2011, p. 149). Dunshee de Abranches (1993) reforça o contexto das perseguições ocorridas:

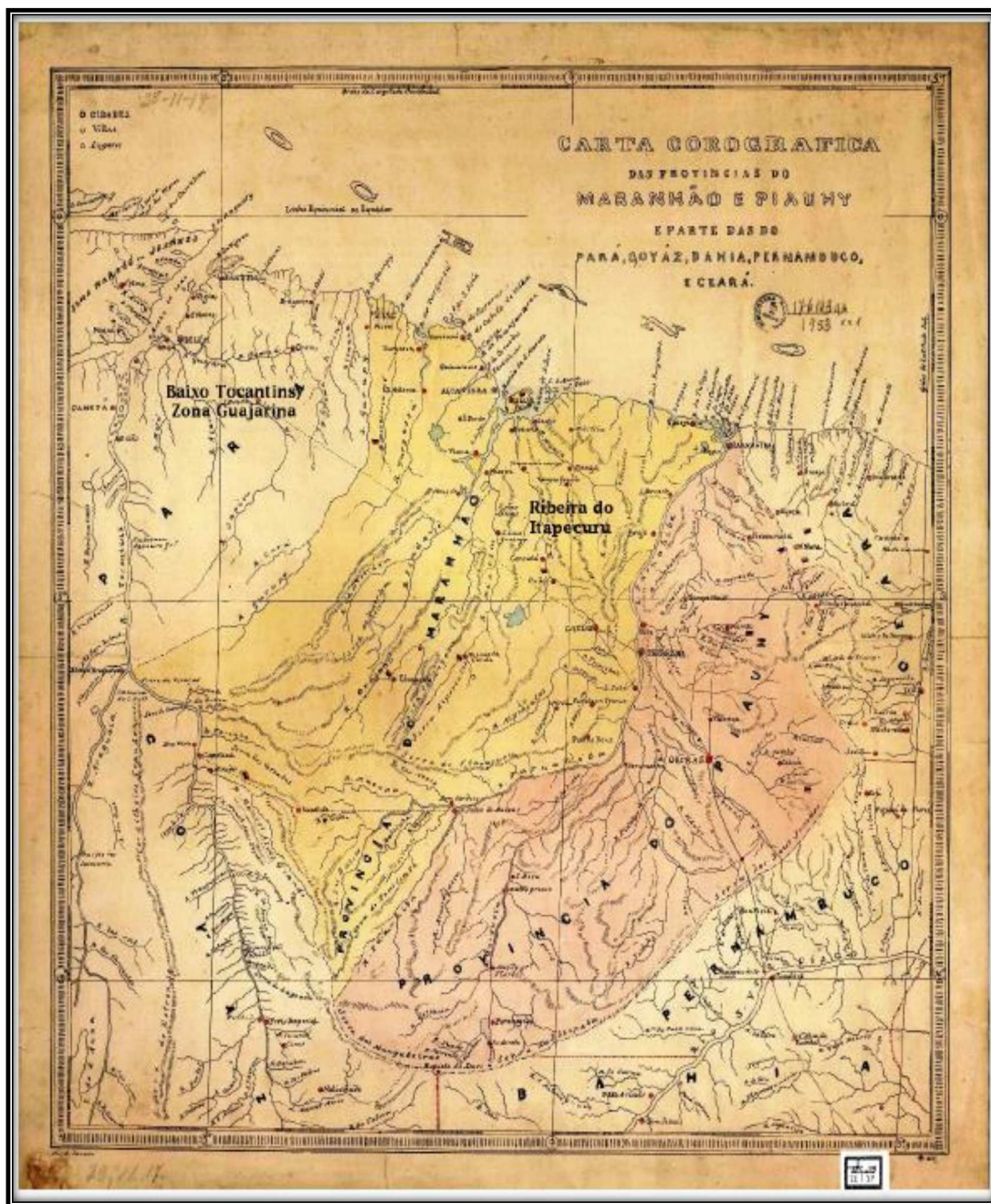
Foram em geral perseguidos atrozmente e tiveram que homiziar-se em Pastos Bons e outros pontos dos altos sertões maranhenses onde muitos se fixaram, constituindo famílias numerosas e honradas. Um desses emigrados, José Joaquim de Carvalho, filho da Bahia, homem culto e probo, estabeleceu-se em Campo Largo [...] (ABRANCHES, 1993, p. 100).

Carlota assegura que a região do arraial de nome Campo Largo era apenas “um dos muitos lugares que os refugiados se domiciliaram”, ficando evidente nas palavras da autora de “O Sertão” que o movimento de ocupação deste território durante esse período foi intenso. Muitos desses fugitivos, afirma Carlota, tinham pertencido à *Coluna Libertadora*,⁶⁸ comandada por José Pereira Filgueira e Tristão de Alencar Araripe, agora proscritos, e tinham vindo no ano anterior libertar o Piauí e o Maranhão”. Portanto, conheciam os caminhos do sertão, já traçados pelos criadores de gado desde o século anterior. Neste contexto, Carlota faz alusão “aos velhos libertadores”, que, passando o Parnaíba, internaram-se no sertão do Maranhão, “naqueles Pastos Bons delícias dos nossos ancestrais”. Eram homens que, portanto, “sabiam os caminhos e conheciam o país onde vinham homiziar-se” (CARVALHO, 2011, p. 149).

Eloy Coelho Netto (1979, p. 199), em conformidade com a abordagem de Carlota, acrescenta que, ao cessarem as últimas resistências à Independência, e “se consumasse o que se chamou a obra de adesão”, “e se liquidasse todas as tentativas dos bemtevis de continuidade da luta e já depois de 1824”, os liberais, “fragmentos da Confederação do Equador, passaram o Parnaíba e internaram-se no sertão do Maranhão. O arraial de Campo Largo era o destino prioritário desses fugitivos ao lado do povoado Leandro, destino principal dos cearenses, “que aí se dedicaram a lavoura, especialmente nas matas que dão entrada à chamada região amazônica do Maranhão” (COELHO NETTO, 1979, p. 199).

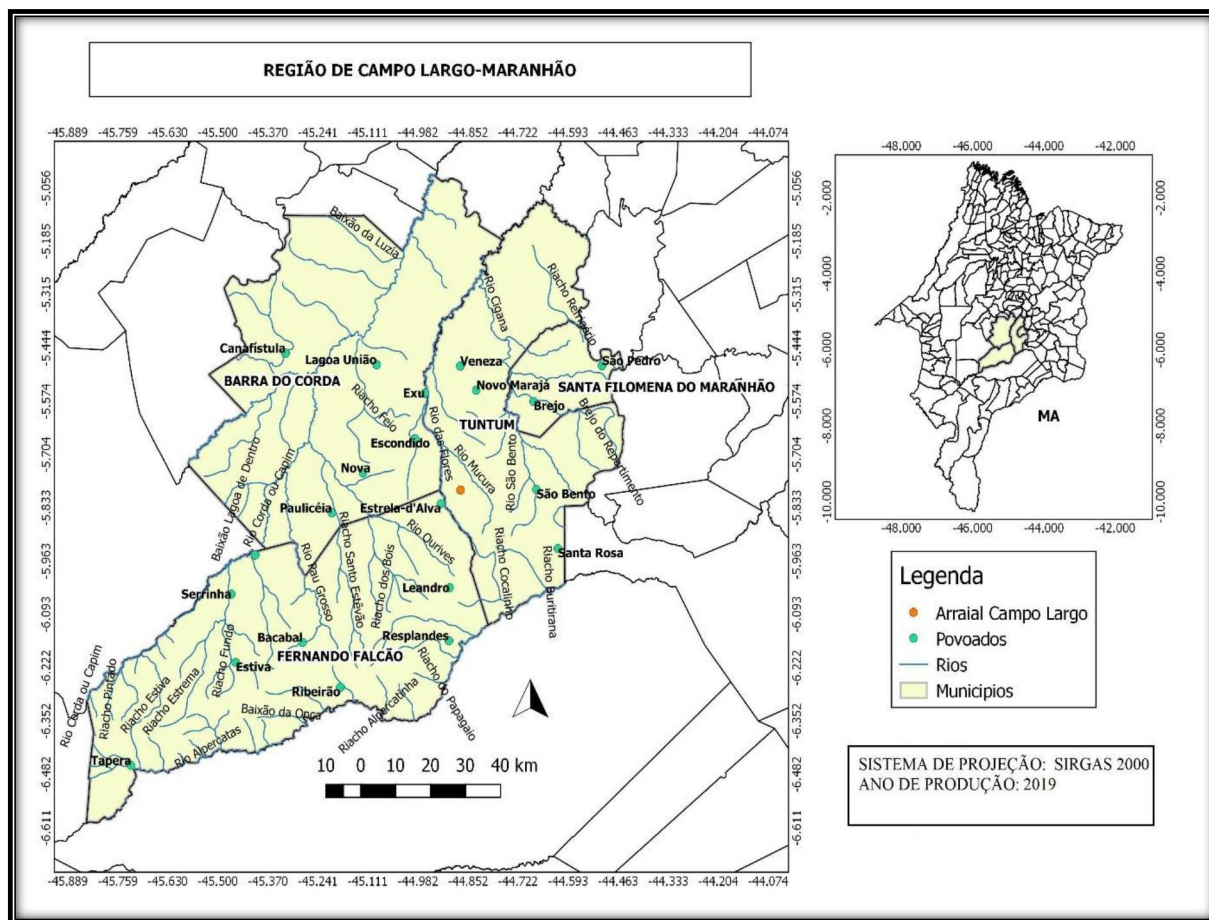
⁶⁸ Movimento comandado pelo tenente-coronel José Pereira Filgueira, chefe das armas do Ceará, que liderou a guerra da Independência nas províncias do Ceará, Piauí e Maranhão. Tendo recebido do Príncipe “o encargo de levantar tropas para forçar as juntas governativas do Piauí e Maranhão a reconhecê-lo Imperador” esse coronel juntamente com “Tristão de Alencar Araripe, Simplicio Dias da Silva, Salvador Corrêa da Silva e Pedro Paulo de Moraes Rego” comandaram o processo de “adesão à independência”, ignorando “o motivo porque os independentes combatiam e ordenou a dissolução dos corpos de voluntários, organizados por populares, e desarmou os liberais” (CARLOTA, 2011, p. 146-148).

Figura 9: Carta Corográfica Províncias do Maranhão, Piauí e adjacências



Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN/RJ, ARC.028,11,017). Carta corográfica das províncias do Maranhão e Piauí e parte das do Pará, Goiás, Bahia, Pernambuco e Ceará. [S. I.]: Rio de Janeiro, 1855.

Campo Largo era localizado “entre os riozinhos Alpercatas e Capim”, o primeiro, principal tributário e formador do rio Itapecuru, enquanto que o segundo era “tributário do Mearim, no qual entra com o nome mudado em ‘Corda’ (CARVALHO, 2000, p. 111).

Mapa 1: Campo Largo, Arraial e Região

Fonte: Baseado nas informações de Carlota Carvalho/ 1924

Elaboração: LabCart – UEMASUL/ 2019

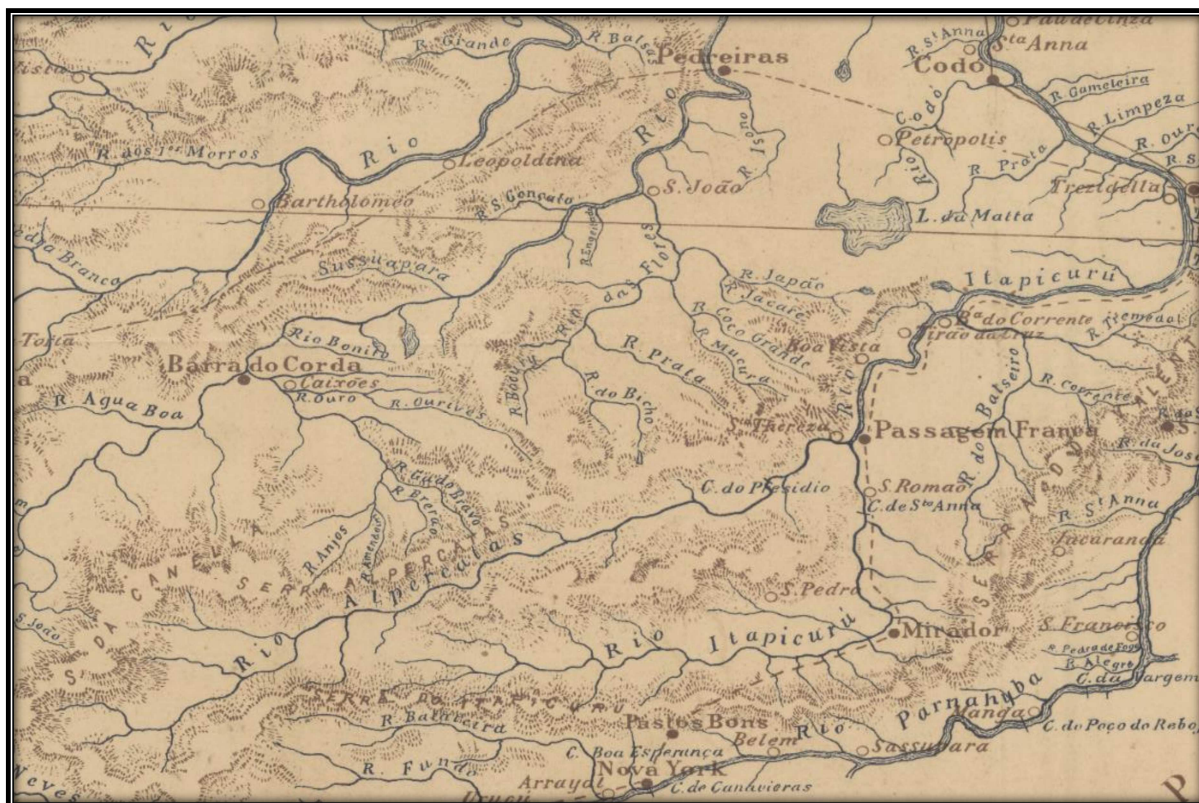
O território de Campo Largo se estendia na região centro-sul do estado do Maranhão, compreendendo atualmente a região sul do município de Tuntum, o município de Santa Filomena, a parte leste do município de Barra do Corda e o nordeste do município de Fernando Falcão, na área de transição entre as duas bacias do Alpercatas e do Grajaú⁶⁹. A sede do Arraial estava localizada na região hoje pertencente ao município de Tuntum (mapa 1), onde existe um riacho de nome Campo Largo, afluente do rio Mucura, um dos formadores do rio das Flores⁷⁰,

⁶⁹ A área de localização Campo Largo pertenceu inicialmente ao território de Pastos Bons, designação dada a toda a região que compreende o sul do Maranhão. Em função das várias subdivisões do território maranhense e, consequente criação de novas unidades administrativas, a área do antigo território de Campo Largo já integrou o território da Vila de Riachão, do Porto da Chapada (Grajaú), seguido de Barra do Corda e Presidente Dutra (antigo Curador). Atualmente, com o surgimento de novos municípios, o território de Campo Largo pode ser localizado nos municípios de Tuntum, Santa Filomena, Fernando Falcão, Barra do Corda e Mirador. A localização do arraial, hoje pertence ao município de Tuntum.

⁷⁰ A nascente do rio das Flores está localizada no povoado Brejo do Cazuza, no município de Fernando Falcão, o qual se limita ao sul e sudoeste ao município de Tuntum. Ver: <https://ecosdetuntum.blogspot.com/2018/>

que, por sua vez, é afluente do rio Mearim. O rio das Flores desenvolvia um importante papel nesse território, sendo que, a partir dele, vários córregos, brejos e riachos, que lhes são tributários, como o Preguiça, o Curador, o Jacaré e o Japão, irrigavam a região, transformando-a em atraente e promissora.

Figura 10: Localização da região de Campo Largo.



Fonte: Arquivo Nacional. A ampliação e recorte feito, a partir da Carta do Estado do Maranhão, sec. XIX⁷¹. O destaque para a região situada ente o rio Alpercatas e o rio Capim (Corda), onde estaria situado o distrito e região de Campo Largo (grifos nossos).

A natureza promissora da região de Campo Largo, que, a partir do rio Alpercatas, exercia a função de portal de entrada para o alto sertão, deu ao Arraial, por um bom tempo, a condição de segundo Distrito da Vila Senhor do Bonfim da Chapada, sendo que perdeu esse posto na segunda metade do século XIX para a recém-criada Missão da Barra do Rio da Corda⁷², surgida logo após as lutas pela Independência.

⁷¹ A partir da Carta do Estado do Maranhão. Disponível: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Maranh%C3%A3o>.

⁷² Cravada no território das tribos Canela, do tronco dos Gê e Guajajara, da linha Tupi. Capitaneado pelo cearense Manoel Rodrigues de Melo Uchoa, que na companhia de escravos e indígenas submetidos, margeou o rio “das Cordas”, entre a Chapada e Pastos Bons, onde são lançadas as bases da povoação. (BIBLIOTECA DO IBGE), Disponível: [Biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/maranhao/barradocorda](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/maranhao/barradocorda) /CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA – MA (<http://barradocorda.ma.leg.br/site/index.php/nossa-historia>).

Desde o primeiro momento, a criação da povoação da Barra do Rio Corda, empreendimento de iniciativa privada e de interesse público iniciado por volta de 1835, contou com os esforços de Campo Largo para a sua efetivação. O Governo do Maranhão, por meio de ordem expressa do presidente da Província, Francisco Bibiano de Castro, editou um comunicado oficial que foi propagado por meio do *Publicador Oficial do Maranhão*, Número 560, de 28 de junho de 1837, p. 4082. O comunicado oficial ordenava que o chefe político de Campo Largo, o Coronel Diogo Lopes de Araújo Salles, prestasse auxílio ao Tenente Manoel Rodrigues de Mello Uchoa para a efetivação do empreendimento por ele projetado, inclusive, com o envio da mão de obra dos indígenas⁷³ submetidos ao poderio desse Coronel.

No mesmo ano, o Governo Provincial do Maranhão, em seu comunicado oficial, datado de 26 de maio de 1837⁷⁴ estabeleceu:

Tendo-se de estabelecer uma Povoação na barra do Rio Corda, sendo esta empresa dirigida pelo Cidadão Manoel Rodrigues de Mello e Uchoa; e convindo auxiliá-la por todos os meios possíveis, attentas as grandes utilidades que dela podem resultar; eu recomendo a V. S. que providencêe convenientemente para que os Índios submetidos á sua direção prestem os socorros que pelo mencionado Cidadão Uchoa forem requisitados para o fim de promover o aumento do estabelecimento por elle projectado, de modo porem que com isso não fiquem os Índios inhabilitados de exercerem as suas principaes occupaões, se a tiverem. Deos Guarde a V. S. Maranhão em 26 de Maio de 1837. – Francisco Bibiano de Castro. – Snr. Diogo Lopes de Araújo Salles. (PUBLICADOR OFFICIAL DO MARANHÃO, Número 560, de 28 de junho de 1837, p. 4082).

De acordo com Coelho Netto (1985, p. 145), Campo Largo deve ser visto como “um marco da penetração e do povoamento” do sertão maranhense, que, sob a orientação de Diogo Lopes de Araújo Salles, o líder conservador e avultado personagem na agitada vida política dos sertões, e, de forma especial, da Chapada, foco de grandes acontecimentos políticos da região sertaneja do Maranhão. Sobre este polêmico personagem da história sertaneja, o Coronel Diogo Lopes de Araújo Salles,⁷⁵ e sobre sua atuação política nos sertões maranhenses, Abranches

⁷³ Desde a implantação da povoação contou-se com insatisfações por parte das populações indígenas, em relação a fixação da missão em seus territórios. Fato de grande repercussão, ligado a esse descontentamento, foi o “Massacre de Alto Alegre”, ocorrido na colônia Alto Alegre pelos indígenas, em 13 de março de 1901. CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA – MA (<http://barradocorda.ma.leg.br/site/index.php/nossa-historia>).

⁷⁴ O Publicador Oficial do Maranhão, Número 560, de 28 de junho de 1837, p. 4082 – Comunicado do Presidente da Província do Maranhão Francisco Bibiano de Castro dirigido ao Coronel Diogo Lopes de Araújo Salles, Chefe político de Campo Largo em maio de 1837.

⁷⁵ O PUBLICADOR MARANHENSE, de 3 de outubro de 1838, publica o ato de nomeação, com o seguinte teor: *O Presidente da Província atendendo aos merecimentos e mais partes que concorrem na pessoa do cidadão Coronel Diogo Lopes de Araújo Salles, há por bem nomeá-lo como Pagador do Destacamento que se vai estacionar no sertão de Pastos Bons na paragem denominada - Campo Largo. Palácio do Governo do Maranhão, 13 de agosto de 1838. Camargo.*

afirma:

Emigrado de sua província natal (o Ceará), estabeleceu-se este em Campo Largo, região que mais tarde faria parte da Comarca da Barra do Corda. Audacioso e possuidor de certa instrução, enriquecera rapidamente; e, abrindo aí uma escola para os seus escravos e conterrâneos que nessas terras vieram se fixar fugindo das secas, torna-se rival do chefe da Chapada⁷⁶. E as rusgas partidárias não tardariam a degenerar as rixas odientas entre famílias, servindo a política de pretexto para vinganças pessoais, assassinios e depredações de propriedades” (ABRANCHES, 1993, p. 117).

A partir do arraial de Campo Largo, pertencente, inicialmente, ao território de Pastos Bons e, em seguida, à Comarca da Chapada, o cearense Coronel Diogo Lopes de Araújo Salles⁷⁷, Cavaleiro do Império e chefe político da região, exerceu um poder de comando que ia além de Campo Largo. O coronel era ainda proprietário das fazendas como a “San’Marcos” e “Santa Maria do Japão”, ambas localizadas nas proximidades de Campo Largo, na região conhecida como Japão⁷⁸, que ficava nas imediações dos riachos Japão e Jacaré, ambos afluentes do rio das Flores. Conservador devotado, Araújo Salles exerceu a liderança política dos coronéis fieis ao Império.

O Correio Oficial (RJ), de 28 de agosto de 1838, faz alusão à estrada construída do Alpercatas ao Mearim, cuja abertura foi contratada por Diogo Lopes de Araújo Salles: *a estrada tem a largura regular de 30 a 40 palmos, como também as pontes necessárias para o atravessamento dos riachos que o cortão* (CORREIO OFFICIAL(RJ), 28 de agosto de 1838, p. 190). Essa estrada⁷⁹ foi, sem dúvida, a grande facilitadora das comunicações de Campo Largo com o Mearim e o Alto Sertão.

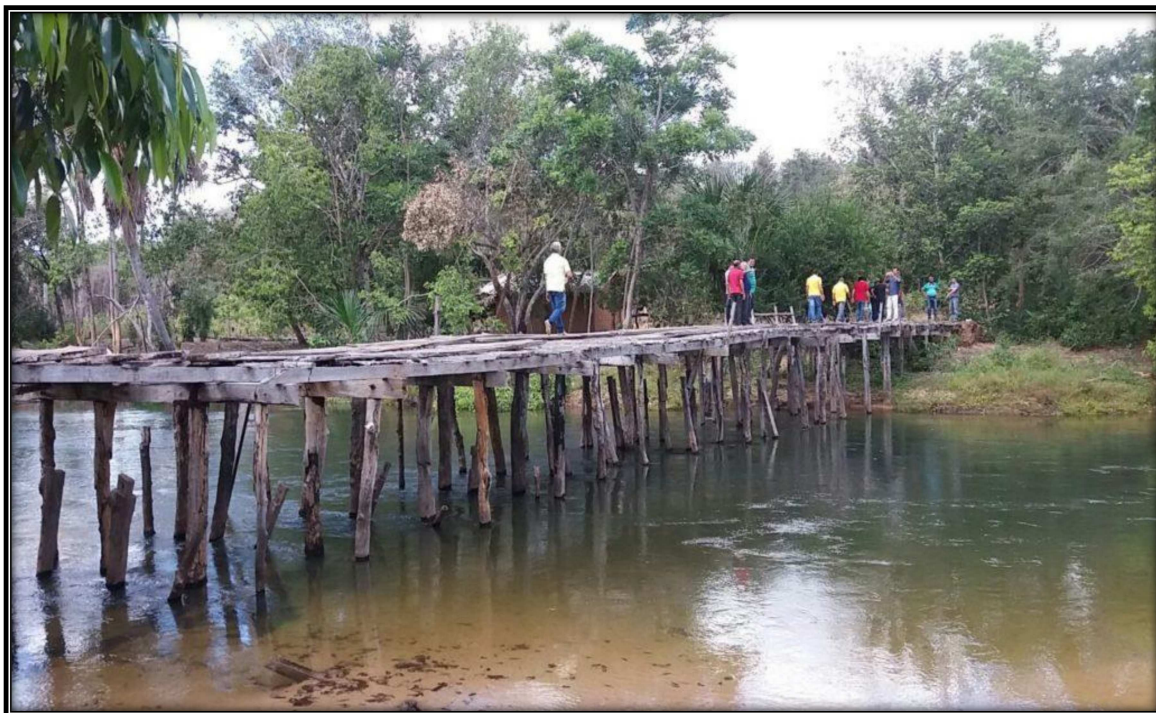
⁷⁶ Militão Bandeira Barros, líder Republicano da Chapada, que declarou a República dos Pastos Bons. Aprisionado por Diogo Lopes, então líder do Partido Conservador da Chapada, acusado de ter assassinado o vigário de Senhor do Bonfim da Chapada (CHRONICA MARANHENSES, vol. II, nº 134, de 16 de maio de 1839, p. 540). O acirramento da disputa se deu durante o movimento da Balaiada, quando Diogo Lopes, um dos principais comandantes socós (conservadores), rechaçara os Bem-te-vis, que no sertão tinham Militão Bandeira Barros como sua maior expressão.

⁷⁷ Diogo Lopes foi nomeado Chefe da Legião de Guardas Nacionais de Pastos Bons (PUBLICADOR MARANHENSE, 22 de fevereiro de 1843).

⁷⁸ Área contígua a Campo Largo, assim chamada em alusão ao riacho Japão. O riacho Japão situado mais ao norte da região de Campo Largo, deu à região o adjetivo, ainda hoje corrente, de “região do Japão”. “A grande zona fértil, cognominada de Japão, assim chamada pelos primeiros sitiantes e povoadores, (...), a qual enchia os olhos dos pioneiros desbravadores, longe das vilas existentes naqueles tempos, cujo início desta epopeia se dera no transcorrer dos levantamentos da primeira estrada de Campo Largo, no Rio Alpercatas até a confluência do Rio das Flores com o Mearim”. (Creomildo Carvalhedo Leite, em 07 de outubro de 2017). Disponível: https://ecosdetuntum.blogspot.com/2017/10/japao-e-jacare-afluentes-do-rio-flores_8.html

⁷⁹ Essa estrada por muito tempo foi a mais importante via de afluência à região do Mearim e do Alto-Sertão, perdendo essa condição após a criação da rodovia 226.

Figura 11 – Ponte de madeira sob o rio Alpercatas, na via de acesso à antiga região de Campo Largo, entre atuais municípios de Mirador (MA) e Tuntum (MA).



Fonte: <http://blogdopedrojorge.com.br/2017>

De acordo com Carlota, entre 1823 e 1825, o povoado de Campo Largo já era populoso. Relata, ainda, que foi sob os auspícios de Diogo Lopes de Araújo Salles, que seu avô José Joaquim de Carvalho, homem letrado, nativista, de vasta cultura literária e espírito libertário, instalou uma escola para o sexo masculino, na qual ensinava a ler e a escrever. Nessa escola eram ministradas as disciplinas de gramática, matemática e latim às crianças e jovens do arraial e das redondezas, e, em especial, aos seus filhos mais velhos: Benício José, José Irineo, Antônio e Miguel Olympio, sendo esse último, o pai de Carlota (CARVALHO, 2011, p. 150).

Em 1827, José Joaquim transferiu-se com a família e bens para perto da vila da Chapada, atual Grajaú, onde instalou, juntamente com os escravos de sua propriedade, uma fazenda agrícola que denominou “São Benedito” (CARVALHO, 2011, p. 150). Na vila da Chapada, José Joaquim de Carvalho, além de professor, também, assumiu o cargo de subdelegado de Polícia, tendo sido nomeado pelo ofício de número 88, no dia 23 de novembro de 1844, a 6º suplente de delegado da região da Chapada⁸⁰. Conforme está assentado na página 5, do “Publicador Maranhense”, de 11 de dezembro de 1844, José Joaquim permaneceu no cargo de subdelegado

⁸⁰ Além do Publicador Maranhense, essa informação pode ainda ser encontrada no ALMANACK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL, de 1859, p. 214 e no ALMANACK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL, de 1860, p. 466. Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

da Chapada até a data do seu falecimento em 04 de novembro de 1865. Com sua morte, é nomeado para lhe suceder ao cargo de subdelegado da Chapada, o Senhor Benício José de Carvalho (PUBLICADOR MARANHENSE, de 6 de novembro de 1865, p. 2), o filho primogênito de José Joaquim de Carvalho.

Além de homem culto e versado nas letras, José Joaquim “não desperdiçava uma boa briga”. O “Publicador Maranhense”,⁸¹ em sua edição de número 980, de 6 de julho de 1850, publica a resposta emitida pelo Governo da Província do Maranhão, dirigida à Câmara Municipal da Chapada, à uma representação impetrada pelo cidadão José Joaquim de Carvalho, junto ao Governo da Província do Maranhão, contra o *professor público de Primeiras Letras Manoel Joaquim de Lima e Silva*, que na Vila da Chapada também exercia os cargos de Vereador e de Procurador da mesma Câmara. A resposta da tal representação está datada de 1º de julho de 1850 e tem o seguinte teor: *ordeno vmces que informe com urgência sobre o conteúdo da dita representação, cumprindo, entretanto, que a câmara nomeie outro Procurador, visto ser incompatível o exercício deste emprego com o de vereador* (PUBLICADOR MARANHENSE, de 6 de julho de 1850, p.1).

O pai de Carlota, Miguel Olympio de Carvalho, também teve grande inserção na vida intelectual e política sulmaranhense da segunda metade do século XIX. Na juventude, foi membro da “roda de amigos”⁸², o famoso círculo literário da Chapada, liderado pelo juiz de Paz Militão Bandeira Barros⁸³, ao lado de quem foi militante liberal e republicano.

Miguel Olympio de Carvalho foi, ainda, advogado provisionado com efetivo

⁸¹ Jornal “Publicador Maranhense”, fundado em julho de 1842. Era um órgão oficial do governo provincial e saía três vezes por semana até 1862, quando se tornou diário. Ao longo de sua existência estiveram em sua redação diversos jornalistas de prestígio e com variada tendência política, como João Francisco Lisboa, que foi redator até 1855, e Sotero dos Reis, que assumiu a sua redação em 1856, permanecendo até 1861. O Publicador Maranhense; um jornal que defendia o *modus operandi* da política de conciliação entre Liberais (no poder) e Conservadores (ARAÚJO, 2014, p. 362; 365).

⁸² O círculo literário Roda de Amigos se constituiu em uma das bases para a formação do grupo político ligado aos liberais, que originou o partido Bem-te-vi, que apoiou a Balaiada ocorrida nessa província na década de 1830 (MEDEIROS, 2013, p.15)

⁸³ Negro, rico, líder dos “independentes”, grupo político alinhado com os liberais e que deu origem ao revolucionário partido Bem-te-vi e apoiara os “balaies”, promotores da grande revolta popular entre 1838 e 1841, a Balaiada. Militão Bandeira Barros, filho bastardo do capitão-mor Antônio Bandeira. Em 1835, foi nomeado juiz de paz na Vila da Chapada (atual Grajaú). Imortalizou-se com a criação da Roda de Amigos, grupo de estudos sobre a política, a geografia e a história do Brasil e da região, iniciativa que ensejou a formação de uma elite intelectual no sertão maranhense do século XIX. Foi ativista nas lutas pela independência do Brasil, admirador dos conceitos de liberdades constitucionais republicanas, propagou entre a população e os políticos da região, estes ideais, conseguindo o apoio que desejava junto aos sertanejos do sul do Maranhão, para a proclamação da República dos Pastos Bons, no ano de 1835. A declaração de 1835 formulou uma república nacional e democrática, que incluía a região, hoje, correspondente ao sul do Maranhão, sul do Piauí, o atual estado do Tocantins (na época norte do Goiás) e sudeste do estado do Pará, mas não passou de idealização.

desempenho na Comarca da Chapada,⁸⁴ atuando como tal, tanto em Riachão⁸⁵ como em Barra do Corda, onde mantinha os cargos de promotor público interino, juiz de Paz e diretor parcial de índios na região do Alto-Pindaré, província de Barra do Corda. Exerceu o cargo até 13 de novembro de 1867, quando foi exonerado por haver se *mudado do respectivo districto* (PUBLICADOR MARANHENSE, de 18 de novembro de 1867, p. 1)

Juntamente com seu compadre Raimundo Teodoro Mota, Miguel Olympio foi contratante, junto ao Governo do Estado do Maranhão, da estrada⁸⁶ que saía da vila de Santa Teresa a Monção,⁸⁷ a primeira a possibilitar a ligação dos sertões do Maranhão à parte navegável por vapores que do Mearim chegavam ao litoral, contratada em 1864, pelo então juiz de Direito da Comarca da Carolina, Manoel Jansen Ferreira, genro da lendária matrona, maranhense Ana Jansen⁸⁸ (FRANKLIN *in* CARVALHO, 2011, p. LXIX). Subcontratada por Miguel Olympio e seu compadre Raimundo Teodoro, a estrada fora construída apenas pela mão de obra indígena Guajajara (CARVALHO, 2011, p. 273).

Acometido de complicações renais, Miguel Olympio de Carvalho⁸⁹ faleceu aos 50 anos

⁸⁴ A Comarca da Chapada compreendia a área correspondente à Vila da Chapada (Grajaú), Riachão e Barra do Corda.

⁸⁵ Consta que por sua influência junto ao promotor público de Riachão, Cândido José Pereira e do Juiz, Dr. Leonardo Marcolino de Lemos, a sua irmã, Francisca Rosalina de Carvalho fora absolvida de um processo crime, do qual iria a júri popular em Riachão no ano de 1855 (Jornal O GLOBO, de 27 de abril de 1855, p. 3).

⁸⁶ Carlota faz menção à construção desta estrada, realizada por seu pai Miguel Olympio. Concluída em agosto de 1866. Uma estrada de mais de 60 léguas, “transitável por cargas e boiadas, como por carros se estes fossem usados no interior do Maranhão” (CARVALHO, 2011, p. 273).

⁸⁷ Vila de Santa Teresa, atual cidade de Imperatriz.

⁸⁸ Ana Joaquina Jansen Pereira (1787-1869), a “Donana”, foi uma das mais destacadas lideranças políticas maranhenses do século XIX, sendo chamada de “Rainha do Maranhão”. Proprietária de terras e comerciante de carne e couro, consolidou-se, ainda, como uma das maiores produtoras de algodão e cana-de-açúcar do Império, além de possuir o maior número de escravos da região. Por décadas monopolizou o sistema de distribuição de água na cidade de São Luís, lucrando muito com essa atividade. Reconhecidamente liberal, Ana foi uma figura central nas decisões políticas no Maranhão do segundo império, porém, “Política habilidosa, costurava acordos nos bastidores, e chegou a financiar os exércitos do duque de Caxias durante a Balaiada” (<https://www.infoescola.com/biografias/ana-joaquina-jansen-pereira/>). Ainda hoje a figura de Ana Jansen continua viva no imaginário popular do Maranhão, em especial na ilha de São Luís, não apenas pela força política que representou, por dar nome a monumentos e logradouros públicos ou pela forte presença de seus descendentes na sociedade maranhense, mas sobretudo, pelas lendas em que está envolta. Entre as tantas lendas criadas em torno de Ana Jansen, destaca-se a da carruagem. “De acordo com esta lenda, por maltratar seus escravos, Ana Jansen teria sido condenada a vagar perpetuamente pelas ruas da cidade numa carruagem assombrada. O coche maldito partiria do cemitério do Gavião, em noites de quinta para sexta-feira. Um escravo sem cabeça conduziria a carruagem, puxada por cavalos também decapitados, ou por uma puxada por uma mula-sem-cabeça em outras versões” (<https://oimparcial.com.br/entretenimento-e-cultura/2019/05/causa-da-morte-da-filha-de-ana-jansen-e-descoberta>). Não são poucas as testemunhas de que uma velha senhora de coque na cabeça vaga pelas ruas estreitas de São Luís numa carruagem puxada por mulas ensandecidas. Muitos já ouviram “o rangido dos parafusos e o arrastado das correntes pelos paralelepípedos”, ou viram a tal carruagem conduzida por negros ensanguentados (<https://www.altoastral.com.br/rainha-maranhao-ana-jansen/>).

⁸⁹ Miguel Olympio de Carvalho, era maranhense, de acordo com as informações constantes na nota de seu falecimento divulgada no Jornal “Diário do Maranhão”, de 7 de outubro de 1874. As evidências indicam que o nascimento de Miguel Olympio tenha sido no Arraial de Campo Largo, no ano de 1824, já que a nota de falecimento afirma que o mesmo era maranhense e que teria morrido aos 50 anos. Na época Campo largo pertencia ao território da vila de Riachão, Comarca da Chapada. Miguel Olympio era filho de José Joaquim de Carvalho e

de idade. Conforme publicação no Jornal *Diário do Maranhão*, seu falecimento se deu no dia 07 de outubro de 1874, na Santa Casa de Misericórdia, em São Luís, Maranhão, e a causa de sua morte teria sido *hydropesia* (DIÁRIO DO MARANHÃO, de 07 de outubro de 1874). Meses depois do falecimento de Miguel Olympio, os jornais publicaram uma nota, dando conta da morte de sua esposa, do que resultavam órfãos sete filhos, sendo quatro meninas e três meninos.

2.3 VÍNCULOS FAMILIARES: sobre sua mãe e irmãos

Uma questão que tem causado estranhamento entre os pesquisadores é a completa falta de menções à mãe nos textos escritos por Carlota. Assim como seu irmão João Parsondas de Carvalho, que jamais se referiu à figura materna, mesmo quando inquerido em juízo sobre a sua filiação, ocasião em que refere apenas o pai Miguel Olympio de Carvalho, omitindo o nome de sua genitora, os escritos de Carlota se caracterizam pela quase inexistência de menções ou informações. Como já referimos, em “O Sertão”, Carlota traz pouquíssimas, porém importantes informações sobre sua ancestralidade, dando maior destaque aos seus avós e bisavós baianos. Na obra, o nome de sua mãe sequer é citado, constando apenas a informação de que ela seria filha do baiano Severiano de Carvalho, portanto, neta de José Marques de Carvalho e da indígena Messias, sua segunda esposa.

O jornal *Diário do Maranhão*, em matéria publicada em 19 de abril de 1876, põe fim a esse mistério. Ao noticiar a morte de Miguel Olympio de Carvalho e de sua esposa, o periódico acaba por revelar a identidade da mãe de Carlota. Diz o “*Diário do Maranhão*”: *falleceu nesta villa Miguel Olympio de Carvalho e em poucos mezes sua viúva Maria Francisca de Carvalho, procedendo o inventário dos bens deixados* (DIÁRIO DO MARANHÃO, 19 de abril de 1876).

Com a morte de seu pai Miguel Olympio e de sua mãe Maria Francisca de Carvalho Carlota e seus irmãos, por serem menores de idade, passaram a ser tutelados (O PAIZ, de 30 de abril 1878, p.1), pelo negociante da Chapada, Francisco Duarte Avelino⁹⁰, a quem coube

D. Carlota Joaquina Menezes de Carvalho.

⁹⁰ Morador da Chapada, Francisco Duarte Avelino, mantinha comércio com outras cercanias, além de exercer o cargo de vereador na Comarca da Chapada, na *Freguezia do Senhor do Bonfim da Chapada (Villa)* (ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO MARANHÃO, 1866, p. 350). O Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Maranhão, datado do ano de 1860, mantém o nome de Francisco Duarte Avelino como um negociante incluso no rol dos proprietários de *Casas de Negócios, de seccos, molhados e fazendas* (ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO MARANHÃO, 1860, p. 467). O Jornal maranhense “O Estandarte” na edição de 8 de fevereiro de 1855 dá conta de que pelo rio Grajaú, a gambarra *S. José do Triumpho* vinda de Anajatuba, tinha como passageiro *Francisco Duarte Avelino* com uma *carga de 24 bois* (JORNAL “O ESTANDARTE”, 8 de fevereiro de 1855). O Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Maranhão, no ano de 1860, mantém o nome de Francisco Duarte Avelino como negociante incluso no rol dos proprietários de *Casas de Negócios, de seccos, molhados e fazendas* (ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO MARANHÃO, 1860, p.467). Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

administrar os bens deixados pelo casal, pertencentes, agora, por direito, aos legítimos herdeiros.

De acordo com o inventário⁹¹ de Miguel Olympio de Carvalho e de Dona Maria Francisca de Carvalho, datado do ano de 1886, portanto, dois anos após o falecimento dos inventariantes, na vila da Chapada, Comarca de Grajaú, os seguintes filhos do casal eram os legítimos herdeiros: Lídia Olympia de Carvalho, Carlota Olympia de Carvalho⁹², Lucrécia Olympia de Carvalho, Emygdio Olympio de Carvalho, Filinto Olympio de Carvalho, Antônia Olympia de Carvalho e Anna Olympia de Carvalho.

Apesar da numerosa família, há uma total ausência de informações sobre os irmãos de Carlota. Não conseguimos localizar em nenhum outro documento, além do inventário de Miguel Olympio, publicado n'O Paiz (1878), qualquer informação sobre seus irmãos e irmãs ou sobre seu convívio com eles. A exceção é a menção que Carlota faz ao seu irmão Emygdio Olympio de Carvalho, ao informar, na obra "O Sertão", que cursaram juntos a Escola Normal em Belém, no Pará, e que, em seguida, foram nomeados professores nas ilhas Bailique, hoje estado do Amapá, na época pertencentes ao estado do Pará.

As evidências apontam que Emygdio Olympio de Carvalho dedicou-se por pouco tempo ao magistério, pois atuou como militar e, inicialmente, como Delegado de Polícia da vila de Muaná, por meio de nomeação feita pelo irmão João Parsondas de Carvalho, quando este exercia o cargo de juiz naquela vila, no estado do Pará. A nomeação do jovem Emygdio foi publicada nos jornais o Diário de Belém e n'O Liberal do Pará, em 4 de setembro de 1886 (fl.2), e, neles, se lê a seguinte nota: nomeia-se o *cidadão Emygdio Olympio de Carvalho, para o cargo de delegado de Polícia de Muaná (...)* (O LIBERAL DO PARÁ, 4 de setembro de 1886, fl.2). A nomeação do jovem Emygdio, de apenas 20 anos, por interferência do irmão juiz, causou repercussão na imprensa paraense da época, a ponto de o Presidente da Província emitir nota, publicada no *Diário de Belém*, de 21 de outubro de 1886, dirigida ao Chefe de Polícia do município de Bragança, solicitando informações. No jornal *A Constituição*⁹³ encontramos a seguinte manifestação em relação à nota emitida pelo Presidente da Província:

(...) acerca da asserção contida no Liberal do Pará de 15 do corrente, sob a epígrafe – A Polícia de Bragança-, e se o Delegado de Polícia de Muaná é menor de 21 annos e se é irmão do juiz municipal d'aquele termo, João Parsondas de Carvalho, como diz o "Província", da mesma data e seu artigo de fundo (A CONSTITUIÇÃO, 18 de setembro de 1886).

⁹¹ Trata-se de um extrato do inventário de Miguel Olympio de Carvalho Jornal publicado pelo O PAIZ, N° 98, ANNO XVI, Maranhão, 30 de abril 1878, p.1.

⁹² Consta que no ano de 1876, Maria Lídia Olympia de Carvalho e Carlota Olympia de Carvalho, tinham idade superior a 12 anos (Jornal O PAIZ, N° 98, ANNO XVI, Maranhão, 30 de abril 1878, p.1).

⁹³ Órgão do Partido Conservado do estado do Pará.

Os jornais do estado do Pará dão conta de que Emygdio Olympio de Carvalho fez carreira militar na infantaria e na artilharia. O *A República (PA)*, de 9 de junho de 1892, na (fl. 2)⁹⁴, divulgou nota informando de que o sargento Emygdio Olympio de Carvalho foi transferido do 35º batalhão de infantaria para o 4º de artilharia, após ter sido *aprovado no exame prático de armas em infantaria*, conforme o *Diário de Notícias (PA)*, de 8 de março de 1892. Emygdio de Carvalho chegou a servir na capital da República (JORNAL DO COMÉRCIO - RJ, 27 de abril de 1892), porém, logo retornou ao Pará. Em 1911, o Jornal *O Norte* se refere a Emygdio de Carvalho como 1ª tenente (O NORTE, de 3 de dezembro de 1911). O Jornal Imparcial (MA), de 16 de dezembro de 1930 (p. 7), traz a informação de que Emygdio de Carvalho desembarcara na capital maranhense, vindo de Belém, a bordo do paquete Rodrigues Alves, o que nos faz crer, que Emygdio Olympio de Carvalho se encontrasse estabelecido no estado do Pará, tendo viajado para o Maranhão somente para visitar parentes.

Acredita-se que a não menção a João Parsondas de Carvalho no inventário de Miguel Olympio e Maria Francisca de Carvalho se deva ao fato de ser meio-irmão, por parte de pai, de Carlota. Por essa razão, não foi considerado “legítimo herdeiro” do casal, pois eram considerados legítimos herdeiros⁹⁵ apenas os filhos nascidos no matrimônio.⁹⁶

Santos (2017, p. 178) chama a atenção para o fato de que no documento de João Parsondas de Carvalho, gerado em Imperatriz, no ano de 1911, por ocasião do processo-crime a que fora submetido por desacato à autoridade, “não constar o nome da mãe, apenas pai”, Miguel Olympio de Carvalho, o que parece reforçar a hipótese de que João Parsondas e Carlota Carvalho não tinham a mesma mãe.

A relação de proximidade entre Carlota e João Parsondas e os outros membros da família, com exceção de Emygdio, foi encontrada uma única vez na documentação pesquisada. Esta menção é feita por ocasião do retorno de João Parsondas ao Maranhão, após temporada no estado do Pará, local onde residiu e prestou trabalhos jornalísticos e assumiu cargos no campo

⁹⁴ A mesma nota está, também, divulgada no *Correio Paraense*, de 9 de junho de 1892 (fl.4).

⁹⁵ “Do ponto de vista do direito sucessório, a transmissão de patrimônio no mundo luso-brasileiro era regida pela legislação consolidada nas Ordenações Filipinas de 1603, especialmente, nas disposições contidas no Livro IV daquele livro, somadas a todos os diplomas legais baixados posteriormente. No Brasil, o processo de Independência não levou à ruptura com o marco institucional português, uma vez que, ao ser instaurado o novo Império, em 1823, adotou-se a legislação civil portuguesa. Tal marco legal permaneceu em vigor no país, com sutis alterações, até a promulgação do Código Civil em 1916” (MELO, 2001 p. 3). Tinham direito à herança “os filhos legítimos nascidos no matrimônio e os filhos reconhecidos de uniões anteriores, sem discriminação entre varões e mulheres” (MELO, 2001 p. 3).

⁹⁶ Reconhecer filhos de outras uniões, para habilitá-los como herdeiros, não era um processo fácil. Dependia da condição do pai, da condição jurídica e social da mãe, e sobretudo, da natureza da sucessão, se testamentária ou abintestado. Também influía se o (a) filho (a) era “natural”, fruto de parceiros livres, ou “danado e punível coito” filho adúltero, incestuoso ou sacrílego (SILVA, 1993 *apud* MELO, 2001 p. 3).

jurídico. De acordo com o Jornal *O Diário do Maranhão*, de 29 de outubro de 1896 (p. 2): *No pacote Brasil chegou hoje, o nosso illustrado conterrâneo, João Parsondas de Carvalho, que por alguns annos occupou vantajosa posição na imprensa paraense. Veio acompanhado de sua exma. Irmã, cunhado e dois irmãos.*

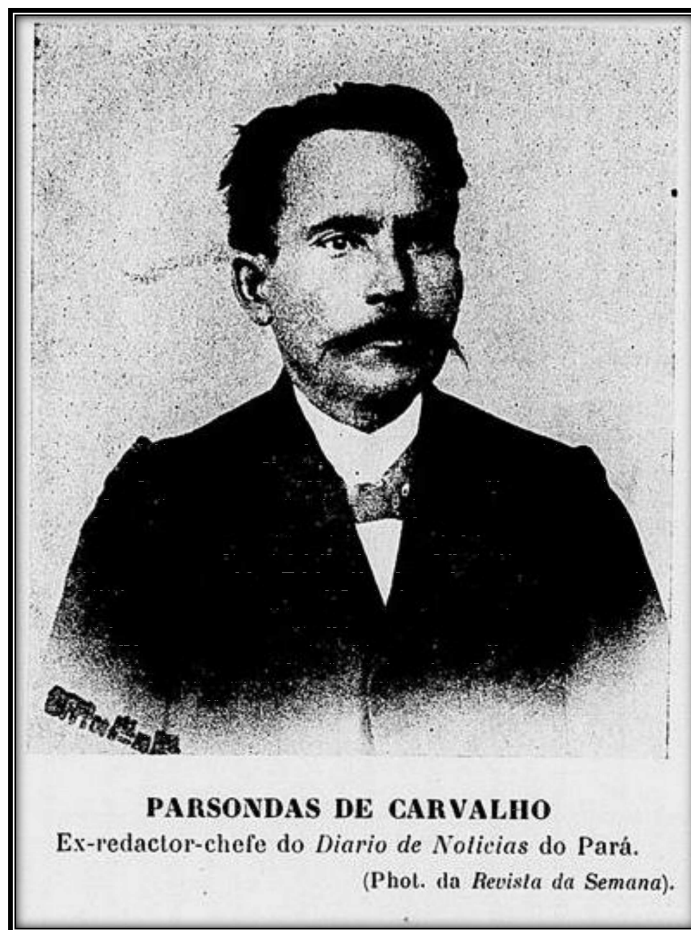
Pela considerável diferença de idade entre João Parsondas de Carvalho e seus outros irmãos, acredita-se que o mesmo possa ter sido fruto de uma relação anterior ao casamento de Miguel Olympio com Maria Francisca de Carvalho. Com base em depoimentos e em duas fotos disponíveis, Santos (2017, p. 196) retoma os questionamentos acerca da tese, levantada pelo historiador João Renôr Ferreira de Carvalho, de que os irmãos Carvalho seriam filhos de uma nativa da nação Guajajara, à semelhança da bisavó Messias ou da própria mãe, com a qual não teriam convivido. Mas, considerando que apenas Carlota Carvalho era filha legítima de Miguel Olympio de Carvalho e de sua esposa, Dona Maria Francisca de Carvalho, a tese dos historiadores João Renôr e Raimundo Santos (2017) pode ser aplicada apenas a João Parsondas de Carvalho, aquele que se ressentia de que “sempre vivera sem o calor de mãe” (DINO, 2007, p.103), e a quem Dunshee de Abranches (1993, p. 101) se referia como “um mestiço de belo talento”⁹⁷.

As fontes informam que Carlota não conviveu com seu irmão João Parsondas de Carvalho durante sua infância. Até meados da década de 1880, conforme Franklin (2011), Parsondas morou em Boa Vista de Goiás⁹⁸. “Comerciante de castanhas, fazia frequentes viagens a Belém, e exímio navegador nas temerosas cachoeiras de Itaboca” (FRANKLIN *in* CARVALHO, 2011, p. LXX). Nesse período, João Parsondas já despontava como estudioso do sertão e com destacável espírito de liderança. Sua atuação política, inteligência e aguçado espírito crítico, associados ao talento para a escrita, lhe renderam a admiração por parte de alguns e, ao mesmo tempo, grandes desafetos e consequentes perseguições. Em Bela Vista, de acordo com *O Paiz* de 10 de dezembro de 1880, foi, por diversas vezes indiciado, em processos-crime ocasionados por seus escritos em jornais.

⁹⁷ “José Joaquim de Carvalho, filho da Bahia, homem culto e probo (...). Há poucos dias um dos seus netos, Parsondas de Carvalho, um mestiço de belo talento, passava por aqui esfarrapado e exausto de recursos: escapou milagrosamente dos punhais assassinos dos esbirros que os políticos da capital mantem para nos exterminar” (ABRANCHES, 1993, p. 101).

⁹⁸ Localizada à margem esquerda do rio Tocantins, Boa Vista do Goiás, é o atual município de Tocantinópolis, no estado do Tocantins, limitando-se com o município de Porto Franco, Maranhão.

Figura 12: Fotografia de João Parsondas de Carvalho⁹⁹



Fonte: REVISTA DA SEMANA, RJ, n. 542/65, 11 ago. 1901, p.6

Em 1882, passou a residir em Belém, período em que sua irmã Carlota se encontrava frequentando o curso Normal. Na capital paraense, ele trabalhou como jornalista no *Diário do Grão-Pará*, *Jornal do Comércio*, *Correio Paraense* e *Diário de Notícias*, sendo que, nestes dois últimos, como redator-chefe. “Em Belém, granjeou fama por sua postura de índole socialista, ao lado de Bento Aranha, Juvenal Tavares, Eugênio Ataliba e os poetas Natividade Lima e João Nilson”¹⁰⁰. No Pará e no Amapá, atuou também como advogado provisionado. Sua crítica destemida e os embates que promovia pelos jornais rendem-lhe a perseguição do

⁹⁹ “Publicamos hoje o retrato deste velho jornalista e valente excursionista que a dias chegou a esta cidade [Rio de Janeiro]. O sr. Parsondas fez a viagem da vila da Imperatriz, no Maranhão, até à estação do Sítio da E. F. Central, a cavalo, tendo partido daquela vila no dia 28 de janeiro do corrente ano. É maranhense, tendo residido muitos anos no Pará, onde redigiu o *Diário do Grão Pará*, o *Correio Paraense* e o *Diário de Notícias*, do qual foi redator-chefe” (REVISTA DA SEMANA, Edição semanal ilustrada do JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n. 542/65, 11 ago. 1901, p. 6). Disponível: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/revista-semana/025909>

¹⁰⁰ Adalberto Franklin, no prefácio da 3ª edição de “O Sertão” (CARVALHO, 2011, p. LXX).

governador Lauro Sodré, fazendo com que deixasse o Pará, “indo depois para o Rio de Janeiro, onde trabalhou no Jornal do Brasil ao lado de Rui Barbosa” (FRANKLIN *in* CARVALHO, 2011, p. LXX).

Em outubro de 1895, devido a uma ação movida na Comarca de Imperatriz, foi preso em Belém e extraditado para julgamento no Maranhão, onde ficou preso durante quase quatro meses, tendo sido solto por *habeas corpus* concedido pelo Tribunal Superior de Justiça, no Rio de Janeiro. Libertado, em fevereiro de 1896, volta para Belém, mas, em outubro do mesmo ano, deixa o Pará e retorna para o Maranhão, período em que Carlota também volta ao Maranhão.

Há registros de que foi nesse período que Carlota passou a acompanhar seu irmão João Parsondas de Carvalho, que atuava como jornalista e advogado provisionado no Amapá e em Belém. O *Correio Paraense*, de 23 de dezembro de 1893 registra, na primeira página, a chegada de Parsondas e Carlota a Belém, ambos presos e escoltados por dez praças, a mando do subcomandante da fortaleza de São José de Macapá, sem justa causa. Ficaram detidos no 4º Batalhão de Artilharia e foram colocados em liberdade no dia 29, sete dias depois, isentos das acusações. Carlota teria estado também em Muaná, município localizado no sul da ilha de Marajó, onde Parsondas advogou e exerceu o cargo público de juiz municipal (O LIBERAL DO PARÁ, de 10 de outubro de 1885, p. 1).

Escrevendo sobre João Parsondas de Carvalho, Santos (2017, p. 174) afirma que, por meio de sua escrita, esse intelectual “tornou-se influência para muitos de sua geração, bem como das seguintes”. Sua atuação militante, como jornalista em grandes jornais da região e do país, e seu engajamento pessoal, fizeram de João Parsondas de Carvalho “um dos intelectuais que ajudou a perpetuar uma imagem positiva da região, iniciada por Paula Ribeiro¹⁰¹” (SANTOS, 2017, p. 174).

Para além das qualidades intelectuais bastante ressaltadas pelos letrados que conviveram com esse “ilustre sertanejo”, Dino (2007), ao escrever *Parsondas de Carvalho: um olhar sobre o sertão*, resalta algumas características individuais de João Parsondas de Carvalho, coletadas de relatos de pessoas que conviveram com o jornalista e que o descreveram como um “poeta boêmio”. “Conversador e falante”, “chegado a rodadas”, geralmente acompanhadas de uma cachaça da região, era dono de “uma educada e espirituosa prosa, que intercalava toques

¹⁰¹ O alferes português Francisco de Paula Ribeiro recebeu a tarefa de fixar os limites da região sertaneja de Pastos Bons. Em 1819, ao descrever a região sertaneja do Maranhão, o território de Pastos Bons afirma: “a natureza de uns e de outros terrenos, excessivamente pródiga na sua vegetação, é que talvez adquiriu para todo este distrito o nome de Pastos Bons. Os seus campos nutridores, o seu ar cômodo, preciosas águas, grande fertilidade seguida ao mais pequeno cultivo e a sua nunca interrompida verdura, são circunstâncias que fazem com que o este país seja mais abundante e delicioso” (DESCRIÇÃO, 1819 §7 *in* FRANKLIN; CARVALHO, 2005).

peçoais de sabedoria”, “pilhéria e graça que encantava a todos”. “Arredio” e de “espírito indomável, o neto do professor Joaquim de Carvalho”, foi figura marcante na época em que viveu (DINO, 2007, p. 400). Em relação à fisionomia de Parsondas, Dino afirma que era:

Incansável andarilho. Não se preocupava com aparência. Vestia roupa de vaqueiro, não tirava a barba, talvez pelo hábito das andanças sem fim, ora tangendo gado, ora tropa de burro, ora navegando de canoa ou barco. Nessas viagens sempre carregava umas malas de couro: seus livros e manuscritos, dos quais tinha zelo e ciúme que chegavam às raízes do exagero (DINO, 2007, p. 104).

João Parsondas de Carvalho é retratado, ainda, como um autodidata, que se destacou em várias áreas do conhecimento. Não tendo alcançado a instrução acadêmica formal, por falta de condições financeiras, investiu nos estudos por conta própria, chegando a ser um destacado jornalista e geógrafo, atuou em áreas como do Direito, tendo exercido advocacia e cargos públicos como juiz e promotor (IHGM *apud* SANTOS, 2017, p.179).

Para Santos (2017), Parsondas sempre esteve envolvido em estudos na área das ciências humanas com foco na Sociologia e na História. Assim como o avô, o pai, a irmã Carlota e o irmão Emygdio, exerceu a docência, tendo contribuído na “fundação de escolas no interior maranhense”, além de ter atuado “em favor dos indígenas, na fundação de um Instituto de proteção dos nativos” (SANTOS, 2017, p.179). Em suas conferências e artigos publicados em jornais, no Maranhão e no Rio de Janeiro, sempre se colocava em defesa do sertão e de seu povo, especialmente dos mestiços” (SANTOS, 2017, p.179).

2.3.1 Miguel Olympio e Maria Francisca de Carvalho: da morte prematura ao drama do inventário

O Jornal *Diário do Maranhão*, na edição de número 1317, de 27 de dezembro de 1877, faz circular matéria assinada por Epaminondas¹⁰², que versou sobre a morte de Miguel Olympio de Carvalho e de sua esposa D. Maria Francisca de Carvalho. A matéria, sob a forma de denúncia, aponta problemas envolvendo a condução do processo de inventário dos bens do casal, os quais, segundo o jornal, teriam causado prejuízos à herança dos filhos dos inventariantes. De acordo com a nota publicada no *Diário do Maranhão*: *procedendo-se o inventário dos bens deixados, ficarão os órfãos na miséria e quase todo o gado está com o ferro de Francisco Araújo Costa*. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 27 de dezembro de 1877, fl.2)

¹⁰² Magalhães (2009) afirma que era comum encontrar nos jornais “A Pacotilha” e “Diário do Maranhão” do final do século XIX e início do XX uma série de artigos escritos por pessoas que se utilizavam de pseudônimo. “Os autores se identificavam por pseudônimos, como Golias, Epaminondas ou Al-arab (MAGALHÃES, 2009, p. 84).

Figura 13: Denúncia acerca do inventário de Miguel Olympio de Carvalho

Tendo fallecido neste termo d. Carlota, mãe de José Irineo de Carvalho, procedendo-se o inventario, José Irineo, homem pobre, vendeu a legitima que lhe havia pertencer, a seu irmão Miguel Olympio de Carvalho, mais que por certa conveniencia mandou passar a letra directamente a Francisco de Araujo Costa, este aproveitando o ensejo, mandou passar a letra como dinheiro de emprestimo, e a José Irineo documento nenhum lhe passou; fallecendo Miguel, Costa cobra a letra contando juros, que só por conta dos juros já recebeu 36 bois e 30 vaccas, tudo escolhido a sua satisfação, e ainda os orphãos são devedores segundo a estratagemma d'aquelle Costa, toda importancia da predita letra o que diz José Irineo de Carvalho, protestar como de facto protesta perante o publico de propôr em tempo a acção competente para haver da mão de Francisco Costa a importancia de sua herança com juros desde o dia em que o fallecido Miguel quando vivo passou a letra a Francisco Costa.

Chapada, 28 de novembro de 1877.

O Epaminondas.

Fonte: DIÁRIO DO MARANHÃO, de 27 de dezembro de 1877, p. 2.¹⁰³

O jornal do Comércio do Maranhão, O PAIZ, em sua edição de número 98, *Anno XVI*, de 30 de abril do ano de 1878¹⁰⁴, publicava nos termos da lei, documentos provenientes da província da Chapada e da lavra de Cyriaco Fernandes d'Assumpção¹⁰⁵, *serventuário vitalício*

¹⁰³ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00110.0170 - Rótulo: 720011 / Ano 1877\Edição 01317 (1). Disponível:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&pesq=miguel%20olympio%20de%20carvalho&pasta=ano%20187>

¹⁰⁴ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00203.0171 - Rótulo: 704369 / Ano 1878\Edição 00096 (1). Disponível:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&pesq=miguel%20olympio%20de%20carvalho&pasta=ano%20187>

¹⁰⁵ Tabellião e escrivão de execuções interino dos Órphãos da Comarca de Grajahú. Comarca de Grajahú - 1ª Entrância, Dec. Nº 5410, de 17 de setembro de 1873 (ALMANAK ADMINISTRATIVO DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO, 1874, p. 352). Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

do 1º *Offício da Comarca de Grajaú*, que se referiam ao inventário de partilha de bens de Miguel Olympio de Carvalho. Os autos de inventário e partilha de bens deixados por ocasião do falecimento da viúva de Miguel Olympio de Carvalho, Dona Maria Francisca de Carvalho¹⁰⁶, datam de 1876, tendo sido lavrados na Comarca de Grajaú, da então Villa da Chapada, em ato assinado e selado no 1º *Offício da Comarca de Grajaú*.

De acordo com as informações levantadas nesse documento, o casal morreu num lapso temporal muito curto, pois, conforme registrado n’*O Diário do Maranhão* de 27 de dezembro de 1877, a diferença foi de “poucos meses” (p.2). Em 1876, data do inventário, dos sete filhos deixados pelo casal, apenas as duas filhas mais velhas, Lídia Olympia de Carvalho e Carlota Olympia de Carvalho eram maiores de doze anos, tendo, portanto, na presente data e de acordo com a legislação vigente, a maioria jurídica necessária para assinar a documentação. Os demais filhos do casal, Lucrécia Olympia de Carvalho, Emygdio Olympio de Carvalho, Filinto Olympio de Carvalho, Antônia Olympia de Carvalho e Anna Olympia de Carvalho eram menores de idade e se faziam representar por seu tutor Francisco Duarte Avelino.

O cargo de tutor, de acordo com Cardozo (2013, p. 139), era concedido por meio de “nomeação feita pelo Juizado de Órfãos, em até 30 dias, a contar do dia em que o menor havia ficado órfão (Ord. Fil. liv.4º, tit. 102§7)”. A função de tutor, considerada uma função social, só poderia ser exercida por “pessoas adultas, para cuidarem de um menor, pobre, rico ou mesmo exposto” (Ord. Fil. liv.1º, tit. 88)”, sendo que a ausência dos pais, seja por morte ou declarado incapaz era motivo suficiente para a nomeação de pessoas idôneas para zelar pelo menor (CARDOZO, 2013, p. 139-140). Para o mesmo autor, de acordo com a Ordenação de Filipinas (liv.4º, tit. 102§1, 5 e 7)”, a tutela podia ser testamentária, legítima ou dativa (2013, p.140). No caso do Francisco Duarte Avelino, tutor dos filhos do casal Miguel Olympio de Carvalho e Maria Francisca de Carvalho, ambos falecidos, trata-se da tutela testamentária determinada em testamento pelo pai dos menores. Cabia ao tutor, de acordo com Júlio (2016, p. 65) o “cuidado com os órfãos e seus bens” a garantia da “alimentação, do vestuário, da saúde e da educação, conforme sua ‘qualidade e condição’”, isto é, zelando para que os órfãos aprendam “os ofícios semelhantes aos de seus pais: filhos de oficiais mecânicos e lavradores seriam introduzidos nessas ocupações”.

No Jornal “O PAIZ”, em sua folha de número 1, encontra-se o documento publicado por Cyriaco Fernandes de Assumpção, que, na condição de tabelião público da Chapada, recebera

¹⁰⁶ Dona Maria Francisca de Carvalho, a mãe de Carlota Olympia de Carvalho, era filha de Severiano de Carvalho, portanto neta de José Marques de Carvalho e da “índia” Messias. Severiano foi o único filho que “vingou”, da relação de José Marques com sua segunda esposa.

um requerimento verbal da parte do Major Francisco d'Araújo Costa¹⁰⁷, *Sr. Dr. Juiz d'Órphãos Adhoc*, naquela comarca de Grajaú, na Vila da Chapada. Nesse ato, Araújo Costa cobrava dos herdeiros do finado Miguel Olympio de Carvalho, pagamento de valores referentes ao empréstimo a ele concedido para que este realizasse a compra da parte da herança pertencente a seu irmão José Irineo de Carvalho, pela ocasião da morte de seus pais José Joaquim de Carvalho e D. Carlota Joaquina Menezes de Carvalho, constante em inventário.

Certificada pelo referido tabelião da Chapada, o senhor Cyriaco Fernandes, encontra-se nos autos do inventário de partilha de bens, na folha de número quarenta e dois, *a letra do theor* seguinte, de autoria de Miguel Olympio de Carvalho, que atestava ter contraído o referido empréstimo e as devidas condições de pagamento:

Devo, que pagarei, ao Sr. Major Francisco d'Araujo Costa, ou a sua ordem, a quantia de oitocentos mil réis, moeda corrente, que me fez o favor de emprestar, cuja quantia lhe pagarei quinhentos mil réis no dia quinze do corrente e trezentos mil em setembro próximo vindouro, e não pagando os ditos tempos correrá os juros de dous por cento ao mez até real embolso em firmeza mandei passar o presente em que me assigno – Chapada 9 de agosto de 1873. Miguel Olympio de Carvalho (O PAIZ, de 30 de abril de 1878, p.1).

O requerimento do Major Francisco d'Araújo Costa, presente nos autos do processo, dizia respeito à cobrança da quitação da dívida aos legítimos herdeiros, sem a qual não poderia ser efetuada a transferência de bens aos legítimos herdeiros de Miguel Olympio de Carvalho e sua esposa D. Maria Francisca de Carvalho. O requerimento verbal de Francisco de Araújo Costa, datado de 3 de abril de 1878, transcrito e selado pelo tabelião Cyriaco Fernandes de Assunção, traz a seguinte informação:

Que tendo falecido no termo da Chapada D. Carlota, mãe de José Irineo de Carvalho, procedendo o inventário, José Irineo, homem pobre, vendeo a legítima que lhe havia pertencer a seu irmão Miguel Olympio de Carvalho, mas que para certa conveniência mandou passar a letra diretamente a mim, não passando eu documento algum a José Irineo; e que falecendo Miguel Olympio, cobre a letra contando juro por tal forma que só por conta deste recebi 36 bois e 30 vacas, ficando ainda os órfãos, segundo a minha estratégia devendo toda a importância da predita letra, o que fez José Irineo protestar, como de facto protestou, de propor em tempo contra mim, acção competente para haver a importância de sua herança com juros. Dos seguintes documentos mostra-se que José Irineo de Carvalho, vendeo a seu irmão, quando vivo, sua herança paterna e materna, passando nessa ocasião uma escritura particular; que retificou depois da morte de seu irmão por uma escritura pública, na qual declarou achar-se pago e satisfeito, o que corrobora as mais com o recibo que passou para o tutor dos órfãos, Francisco

¹⁰⁷ Major Francisco de Araújo Costa, deputado da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão nos biênios de 1877-1879 (PUBLICADOR MARANHENSE, de 20 de dezembro de 1877, p. 2) e 1880-1881 (PUBLICADOR MARANHENSE, de 21 de dezembro de 1879, p. 3.) Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Duarte Avelino, no qual declarou achar-se pago e satisfeito, recibo que também vai publicado. Estes documentos destroem por tal forma a calúnia, que seus autores deveriam ficar corridos. Maranhão 3 de abril de 1878. Francisco de Araújo Costa. (O PAIZ, de 30 de abril de 1878, p.1)

Tendo Dona Maria Francisca de Carvalho ido a óbito, provavelmente entre dezembro de 1874 e os primeiros meses do ano de 1875, haviam se passado pouco menos de quatro anos do falecimento do casal, sem que os verdadeiros herdeiros tivessem tido acesso aos bens de herança devido à transação comercial firmada entre os dois irmãos Miguel Olympio e José Irineo de Carvalho, que teve o Major Francisco d'Araújo Costa como envolvido de forma bastante questionável. Isto pode ser comprovado n'O Diário do Maranhão, de 27 de dezembro de 1877, à página 2, por declaração feita pelo próprio Major Francisco d'Araújo Costa, em seu requerimento de 3 de abril de 1878, que confirma o teor da denúncia apresentada no referido jornal.

Nas folhas 94 dos autos do testamento encontra-se o traslado da escritura, com o seguinte teor:

Saibão quantos este público instrumento de escriptura virem, que sendo no anno de Nosso Senhor Jesus Christo de hum mil oitocentos setenta e seis , aos vinte e quatro dias do mez de abril do dito anno nesta Villa da Chapada, Comarca de Grajahú, da provincia do Maranhão, em meu escritório compareceram partes havidas , e contratadas , como vendedor José Irineo de Carvalho e como comprador o finado Miguel Olympio de Carvalho, representado por seus filhos: Dona Lídia Olympia de Carvalho e Carlota Olympia de Carvalho, maiores de dose anos, e Lucrécia Olympia de Carvalho, Emygdio Olympio de Carvalho, Filinto Olympio de Carvalho, Antonia Olympia de Carvalho e Anna Olympia de Carvalho, menores daquela idade, e todos esses menores representados por seu tutor Francisco Duarte Avelino, do que dou fé, e pelo dito vendedor José Irineo de Carvalho, foi dito perante as duas testemunhas, abaixo nomeadas e assignadas, que tinha vendido a seu irmão, o dito Miguel Olympio de Carvalho, quando vivo, a herança que pertencia a elle vendedor; e que produzisse dos bens deixados por falecimento de seus pais , José Joaquim de Carvalho e D. Carlota Joaquina Menezes de Carvalho, constante do inventário que pelo juízo d'órphaõs deste termo está sendo processado, e que fez por escriptura particular, para ractificar a mesma venda por meio de escriptura publica, cuja herança que lhe couber no referido inventário dos bens dixados por falecimento de seus mencionados pais, possuo livres de embargos, penhora ou qualquer outro ônus, sedão o que fica acima mencionados, a tem vendido de hoje para sempre com todos os seus fructos que até aqui passam ter; ao dito seu finado irmão, hoje aos seus legítimos filhos, herdeiros e representantes acima mencionados, pelo preço e quantia de oitocentos mil réis, pela moeda corrente, cuja quantia declarou já ter recebido, pelo que dava plena e geral quitação de pago e satisfeito, aos referidos herdeiros representantes, para mais não lhes ser pedida por si e nem por seus herdeiros, e desde já transfere nas pessoas dos herdeiros do finado comprador todo o domínio, direito, acção e posse que nos bens que compõe a dita herança terem tido, e suas pretenças e servidões activas. Tudo cede e transpassa para as mesmas pessoas dos compradores, que poderão dispor

como lhes convier todos os ditos bens da mencionada herança, em a qual declarou não existir bens de raiz. – Pela mulher do vendedor Jose Irineo de Carvalho, Cândida Joaquina de Carvalho que n'este acto também foi presente, foi declarado que pela mesma forma que seu marido demite de si toda a posse, domínio e senhorio que tem nos bens da herança acima mencionada, também o faz, aceita e consente nesta venda. Disserão mais o vendedor e sua mulher que por suas pessoas e bens se obrigão a fazer esta venda boa e defender dos compradores quando eles os chamar a autoria. (O PAIZ, 30 de abril de 1878, p. 1).

Neles, consta ainda a informação de que no ato, o tutor dos menores, o senhor Francisco Duarte Avelino, apresenta o *talão do conhecimento do pagamento da transferência de propriedade, devidamente sellado*. O recibo de pagamento do imposto de transmissão da propriedade, de número trinta e três, assentado na Coletoria da Chapada, está datado dos anos de 1875 e 1876, e tem o seguinte texto:

Imposto de transmissão de propriedade. Reis quarenta e oito reis. Recebido de Francisco Duarte Avelino como tutor dos órfãos dos falecidos Miguel Olympio de Carvalho e de sua mulher D. Maria Francisca de Carvalho, quarenta e oito mil réis moeda corrente procedente da herança a José Irineo de Carvalho, que no inventário e partilha dos bens deixados por falecimento de seus pais José Joaquim de Carvalho e D. Carlota Joaquina Menezes de Carvalho, tem direito e que vende ao dito Miguel Olympio de Carvalho nas pessoas de seus herdeiros filhos, correspondente a quantia de oitocentos mil réis, por quanto foi vendido a mesma herança. O escrivão Severino. – Pagou em vinte e quatro de abril de mil oitocentos setenta e seis, O collector. – Alves. Depois de escripta esta, eu tabelião a li perante eles que reciprocamente a ortogarão e aceitarão, e eu, como pessoa pública, a ortoguei e aceitei em nome dos ausentes e de quem mais a deva ser. Testemunhas a tudo presentes tenente Manoel Joaquim de Lima e Silva e Alípio Gonçalves Lima, moradores nesta vila, e todas essas pessoas do meu conhecimento; a rogo da vendedora por dizer que não sabia escrever assigna o alferes Odorico Ferreira de Carvalho, com o vendedor, os dous herdeiros maiores, o respectivo tutor com as mesmas testemunhas, reconhecidas de mim Cyriaco Fernandes de Assumpção, tabelião que escrevi e assigno. Deste oito mil réis – O tabelião Cyriaco Fernandes d'Assumpção. – José Irineo de Carvalho. – Antonio Odorico Ferreira de Carvalho. – Lídia Olympia de Carvalho. – Carlota Olympia de Carvalho. – Francisco Duarte Avelino. – Manoel Joaquim de Lima e Silva. – Alípio Gonçalves Lima. Assim se contem e declara a escriptura acima fielmente transcripta, a cujo livro e folha me reporto e dou fé. Eu Cyriaco Fernandes d'Assumpção, tabelião que escrevi e assigno aos 29 de abril de 1876, em publico e razo. Está o signal publico, em testemunho de verdade. – O tabelião – Cyriaco Fernandes d'Assumpção – Estava sellado – confere. Chapada, 27 de fevereiro de 1878. O escrivão, Cyriaco Fernandes d'Assumpção. (O PAIZ, de 30 de abril do ano de 1878, p.1).

No ato, Francisco d'Araújo Costa apresenta documento, na forma de recibo de pagamento (Figura 14), que fora passado por José Irineo Carvalho, e que comprova a quitação da última parcela da dívida do casal, Miguel Olympio e Maria Francisca de Carvalho, realizada pelo tutor dos órfãos, o senhor Avelino Duarte, na data de cinco de julho de 1876. O recibo fora

reconhecido em conformidade com os autos, em 27 de fevereiro de 1878, pelo tabelião da Chapada, Cyriaco Fernandes d'Assumpção (Figura 14).

Figura 14: Recibo de quitação de dívida de Miguel Olympio e Maria Francisca de Carvalho, relacionado à herança dos filhos órfãos



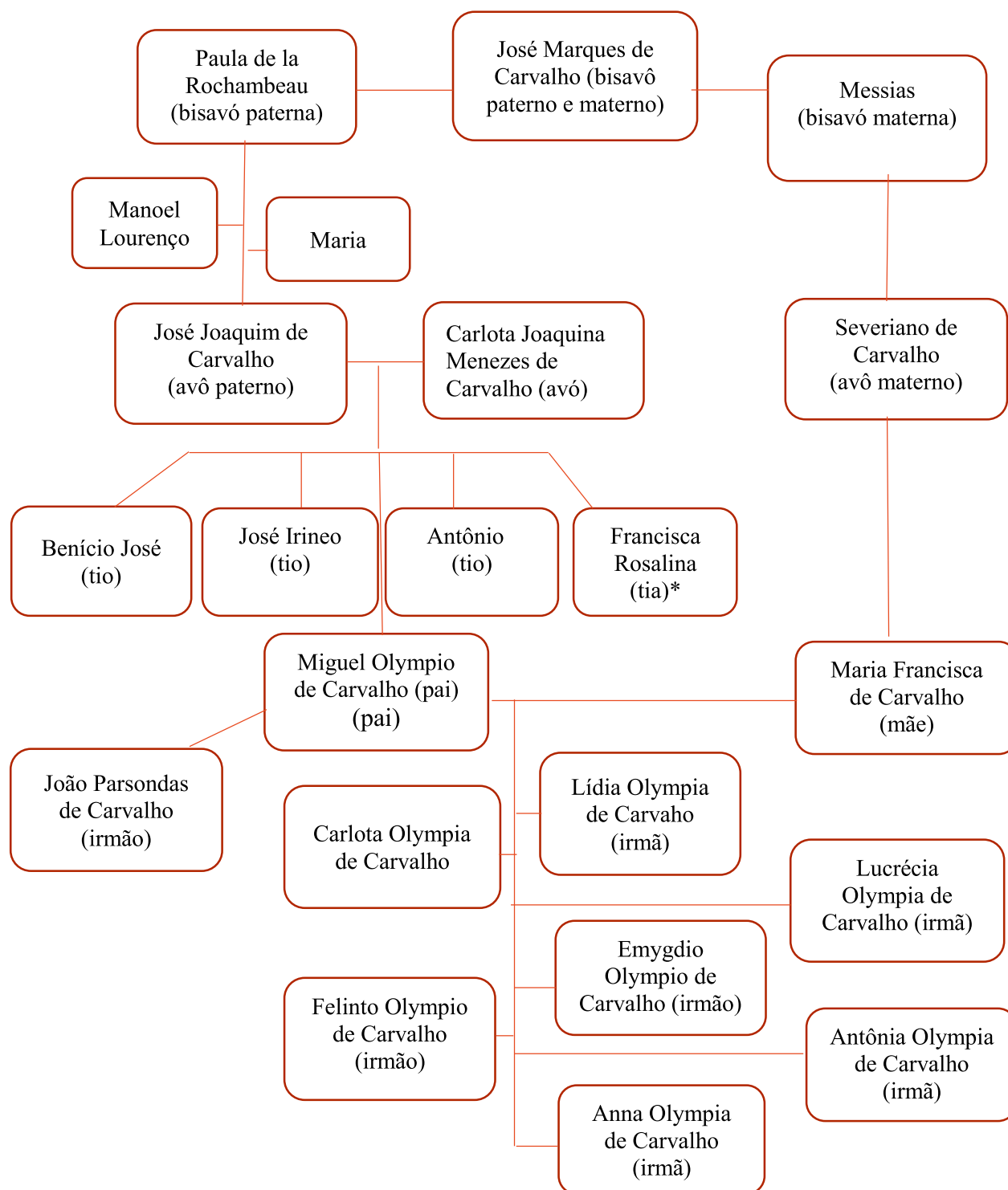
Fonte: O PAIZ, Nº 98, ANNO XVI, Maranhão, de 30 de abril 1878, p.1.¹⁰⁸

¹⁰⁸ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00203.0171 - Rótulo: 704369/ Ano 1878\Edição 00096 (1). Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&pesq=miguel%20olympio%20de%20carvalho&pasta=ano%20187>

O documento não tem uma importância em si, “mas é um *link* que estabelecemos com o passado”, como afirmam Karnal e Tatsch (2017, p. 13), em *A Memória evanescente*, artigo em que discutem “o documento enquanto pedra fundamental do pensamento histórico”.¹⁰⁹ Eles prosseguem destacando que “O documento, não é um documento em si, mas um diálogo claro entre o presente e o documento” (KARNAL; TATSCH, 2017, p. 12). Assim como a *Carta de Caminha* – documento que foi analisado pelos dois historiadores –, que, após séculos de esquecimento, do caráter aleatório de sua conservação e as releituras possíveis, necessitou das mudanças conjunturais para o seu reconhecimento, respeitando, é claro, as devidas proporções quanto à importância e ao alcance entre os dois documentos, o excerto do inventário de Miguel Olympio de Carvalho, possui uma extraordinária relevância. Passados quase dois séculos, eis que ele surge para “trazer dados que nenhum outro traz e criar uma nova visão”, dando lugar a uma leitura histórica que diverge das verdades construídas, em especial quanto aos membros da família Carvalho (Figura 15). O inventário de Miguel Olympio e Maria Francisca de Carvalho é, por isso, revelador, cria “importâncias que contaminam outros documentos” (KARNAL; TATSCH, 2017, p. 23).

Para Karnal e Tatsch (2017), os documentos têm um “valor oscilante” e “variam também os agentes que o lêem” (p. 12), e, dessa forma, o documento só responde a partir dos questionamentos que lhes são formulados. Para além da possibilidade de revelar as intenções primeiras de sua construção, entranhado na realidade social e jurídica de seu tempo, os documentos publicados n’O PAIZ, referentes ao inventário de Miguel Olympio são de grande significação, por possibilitarem respostas a alguns questionamentos cruciais para a compreensão dos laços familiares dos Carvalho. Guimarães (2007, p. 31) afirma “que o passado só adquire efetiva existência” a partir da “interrogação do presente”, portanto, em relação à Carlota Carvalho e sua família, a dinâmica social e política foi capaz de tecer vários questionamentos ao longo dos anos, os quais, somente através da interrogação do passado, fomos capazes de responder.

¹⁰⁹ Para desenvolver essa afirmação, os referidos historiadores tomam por base a *Carta de Caminha*, que relata o descobrimento do Brasil, e que hoje, alçada à condição de “documento histórico”, exibe o *status* de “certidão de nascimento do Brasil”. Ficando por mais de duzentos anos “sem que ninguém demonstrasse interesse específico por ele”, a carta de caminha era apenas um papel nos arquivos da Torre do Tombo em Portugal. Apenas em 1773, afirmam os historiadores, “um funcionário chamado José e Seabra da Silva mandou tirar cópias do texto e quase meio século depois, em 1817, ele seria publicado pela primeira vez na *Corografia Brasileira ou Relação Histórico-geográfica do reino do Brasil, pelo padre Manuel Aires de Casal*” (KARNAL E TATSCH, 2017, p. 10).

Figura 15: Árvore Genealógica da Família Carvalho

Fonte: elaborada pela autora com base na bibliografia consultada para a elaboração da tese.

*Além de Francisca Rosalina de Carvalho, Carlota faz menção à existência de “tias”, porém a documentação consultada não foi capaz de revelar os nomes destas tias.

2.3.2 Retalhos da infância no *Baixão da Colônia*

*Mas há! Eu sinto-me altas tradições
De antes de tempo e espaço e vida e ser ...*

Fernando Pessoa

Sobre a infância de Carlota são raras as informações de que dispomos. Em seus escritos, ela eximiu-se de tratar de sua infância. A partir das informações contidas em O PAIZ, de 30 de abril 1878, p.1, é possível concluir que o nascimento de Carlota Carvalho ocorreu por volta do ano de 1864, provavelmente, “nos sertões entre o Grajaú e o Riachão, território em que seu avô, pais e tios se fixaram desde as primeiras décadas do século XIX” (FRRANKLIN, 2011 *in* CARVALLHO, 2011, p. LXIX).

Seu nome, como no fragmento em epígrafe, extraído do poema o *Emissário de um rei desconhecido*, do poeta Fernando Pessoa, contido na famosa obra *Cancioneiro*, traz as marcas da tradição. O desejo parental atribuiu-lhe, *antes de tempo e espaço e vida e ser*, uma posição no grupo social e familiar. Ao nascer, recebera o nome de Carlota Olympia de Carvalho, o primeiro nome em homenagem à sua avó paterna, Dona Carlota Joaquina Menezes de Carvalho (O PAIZ, de 30 de abril 1878, p.1), e o segundo nome em homenagem ao pai Miguel Olympio, que legou seu nome a todos os filhos nascidos do matrimônio com Maria Francisca de Carvalho. As mulheres recebiam o nome de “Olympia” e os homens, “Olympio”, demonstrando dessa forma, como nas palavras de Jean-Gabriel Offroy (2013, p. 127), “um narcisismo parental” indicando um desejo de que “as crianças devem identificar-se com as projeções do pai que o nomeou”.

A avó paterna, Dona Carlota Joaquina Menezes, matriarca dos Carvalho, era herdeira por direito, não apenas do patrimônio material, mas, acima de tudo, do patrimônio moral e histórico da família. Ao lado do esposo José Joaquim, foi protagonista de uma trajetória de triunfo dos pioneiros sertanejos baianos que adentraram ao território de Pastos Bons e, ali, se tornaram peças importantes na construção histórica da região interiorana maranhense. Uma trajetória de ostentação do pioneirismo que, aliás, muito orgulha Carlota em seus textos. Nessa perspectiva, receber o nome de um familiar de importância social e política, para Offroy (2013), tem o significado simbólico da “perpetuação da linhagem. “O prenome indica um projeto social e familiar para a criança, que visa à reprodução de uma ordem, mas que experimenta também processos de historicidade” (OFFROY, 2013, p. 119).

Para Offroy (2013, p. 120), “o prenome é um componente essencial de nossa identidade,

é como se estivesse colado à nossa pele”, sendo que o nome inscreve o indivíduo na comunidade e na sua história, inserindo-o na cadeia das gerações. Ao colocar o nome na criança, a família indica caminhos e exprime uma posição a ser ocupada por esse indivíduo, fixando “um lugar no grupo social familiar” (OFFROY, 2013, p. 121). Também o escritor Mia Couto (2015), em *Mulheres de cinzas: as areias do imperador*, nos lembra que “atribuir um nome é um ato de poder, a primeira e mais definitiva ocupação de um território alheio” (COUTO, 2015, p. 17).

As pesquisas de Jean-Gabriel Offroy identificam que, em algumas culturas, há uma ordem a ser seguida nas homenagens parentais, onde “a primogênita das meninas vai receber o prenome de sua avó materna”, e “a segunda o de sua avó paterna” (OFFROY, 2013, p. 122). Não se sabe se esse foi o critério, porém Carlota era a segunda filha do casal Miguel Olympio de Carvalho e Maria Francisca de Carvalho, na sequência dos seis irmãos com os quais partilhou a infância na velha Chapada, a Grajaú oitocentista, local onde viveu até a adolescência.

O convívio de Carlota com os pais foi curto, porém intenso, dadas às menções que faz em seus escritos, principalmente, à figura paterna, por quem faz questão de aludir seu orgulho e apreço. Em seus escritos, Carlota demonstra satisfação com a assistência familiar que teve na sua vida e na dos irmãos, e de como, desde pequenos, foram acolhidos com “ensinamentos morais” que se tornaram importantes para seu crescimento intelectual e cidadão. Em “*O Sertão*”, ela faz alusão ao convívio familiar, sobre “a memória dos fatos” e conversações ouvidas no recesso do lar, as quais, segundo a autora, são como “fotografias dos acontecimentos, e o receptor de vozes”, que fielmente reproduz em seus escritos como se pessoalmente os tivera assistido. Essas passagens evidenciam a convivência doméstica por ela experienciada, enquanto espaço educativo, de inserção dos mais jovens na realidade social e do contato com a memória de sua ancestralidade, como sendo uma prática comum na família Carvalho. Reporta-se às suas tias, que, também, desde “meninas, guardaram memórias dos fatos e das conversações ouvidas” no recesso do lar (CARVALHO, 2011, p. 150-151). É a “memória dos que envelhecem (e que transmite aos filhos, aos sobrinhos (...), lembrança dos pequenos fatos que tecem a vida de cada indivíduo e do grupo com que ele estabelece contatos, correlações, aproximações, antagonismos, afeições, repulsas e ódios) é o elemento básico na construção da tradição familiar” (NAVA, *apud* GUIMARÃES in ABREU, GONTIJO e SOIHET, 2007, p. 25).

São narrativas transmitidas por gerações, guardadas e repassadas no espaço familiar “não como uma história aprendida”, mas como “história vivida”, na qual “se apoia nossa memória” (HALBWACHS, 1990, p. 60). Ressalta os “colóquios” do “pai, tias e tios desenvolvendo recordações” de fatos históricos, como os “da guerra da independência e dos fatos a ela ligados por elos morais até a revolta dos bem-te-vis (1838-1841)”. Segundo Carlota,

“são testemunhos verdadeiros, por serem dados no íntimo da família, despretensiosa, quase confidencialmente e sem preocupação de favorecer ou hostilizar alguém” (CARVALHO, de 2000, p.112). Tais memorações estariam associadas, como nos orienta Halbwachs (1990), no primeiro plano da memória de um grupo, na qual destacam-se “as lembranças dos acontecimentos e das experiências que concernem ao maior número de seus membros e que resultam quer de sua própria vida, quer de suas relações com os grupos mais próximos, mais frequentemente em contato com ele” (HALBWACHS, 1990, p. 45).

Certamente alfabetizada no seio familiar, como era costume na época e lugar, em se tratando de uma família culta por várias gerações, Carlota e seus irmãos tiveram acesso à educação formal desde muito cedo, o que fica demonstrado no processo do inventário de seus pais, já que, apesar de muito jovens, ela e sua irmã Lídia Olympia já sabiam ler e assinaram o processo de transferência da propriedade. Diz o recibo de transferência, o documento no qual assinaram *a rogo da vendedora* Cândida Joaquina de Carvalho, esposa de José Irineo, *por dizer que não sabia escrever assigna o alferes Odorico Ferreira de Carvalho, com o vendedor; os dous herdeiros maiores*. Consta que assinaram o referido documento *as seguintes pessoas: José Irineo de Carvalho. – Antonio Odorico Ferreira de Carvalho. – Lídia Olympia de Carvalho. – Carlota Olympia de Carvalho. – Francisco Duarte Avelino. – Manoel Joaquim de Lima e Silva. – Aypio Gonçalves Lima*. (O PAIZ, de 30 de abril de 1878, p.1).

Foi criada em uma família de professores autodidatas, uma vez que seu avô e pai exerceram o ofício da docência por longos anos, legando, assim, aos filhos o gosto pelo saber. É nesse universo que “Carlota Carvalho cresceu, entre os livros, num ambiente que respirava cultura e em que se discutiam os principais acontecimentos, do Brasil, do Maranhão e do mundo” (PACHÊCO FILHO, 2011, p. 84). Um ambiente de convívio com a intelectualidade sertaneja da época e de acesso desde cedo à “biblioteca do pai”, um dos letrados do sertão oitocentista, que lhe conferiu “uma sólida formação humanística” (PACHÊCO FILHO, 2011, p. 87).

Em seus escritos, Carlota menciona alguns lugares nos quais teria vivido em seu tempo de infância, um desses lugares seriam “as fertilíssimas terras que marginam o Pindaré” (CARVALHO, 2011, p. 276), “o rio mais piscoso do Maranhão” (CARVALHO, 2011, p. 275). Em “*O Sertão*”, Carlota faz referência ao “lugar Sapucaia”, localizado na “riba direita do Pindaré, três léguas abaixo da foz do Buriticupu”, onde seu pai teria instalado uma fazenda de “gado vacuum necessário para o consumo e muares para o trabalho”. Foi a partir desse lugar que seu pai teria estabelecido a sede da fazenda e da direção dos trabalhos de construção da estrada da Vila de Santa Tereza à Monção, que teria contratado para construí-la, juntamente com o sócio Raimundo Mota. Concluída em 1866, três meses após sua contratação, a estrada era transitada

por cargas e boiadas (CARVALHO, 2011, p. 273), sendo que o investimento para sua construção e suas instalações mereceram destaque no Dicionário Histórico-Geográfico do Maranhão, de César Marques (SANTOS, 2017, p. 196).

Além da criação de gado *vacum*, seu pai também investiu na plantação de algodão. Carlota afirma que a “produção foi grandíssima” e que a conjuntura foi favorável, pois “foi no tempo da Guerra de Secessão dos Estados Unidos, o algodão alcançou um preço nunca visto antes; meu pai ganhou muito dinheiro” (CARVALHO, 2011, p. 275).

Sapucaia, segundo Carlota, era um campo “em forma de fundo de prato, inundável no inverno, cercado por mata, um rio sem largura quase escondido sob a ramagem das árvores; um quadrilátero de casas cobertas de palhas de anajá ou de pindova”, território, originalmente, pertencente aos Guajajara. Saindo desse lugar, seu pai fixou residência no Baixão da Colônia, região localizada entre os rios Grajaú e Zutiua¹¹⁰, na zona de transição entre as bacias do Mearim e o Pindaré. Foi de Sapucaia, que seu pai trouxe, ainda pequenina, a Guajajara Sabina, “que nos serviu de aia fiel e dedicada como são os autóctones”, afirma Carlota (CARVALHO, 2011, p. 276).

A adoção de crianças indígenas não era incomum no Brasil do século XIX, menos comum ainda era o processo de subjugação. Em muitos momentos, como nos informa Sartori (2018, p. 25), “envolvia casos de retiradas arbitrárias e violentas” dessas crianças e jovens de suas famílias e comunidades, inclusive por decisão de agentes e instituições do estado, que viam essas ações como parte do processo civilizatório. O sequestro de crianças indígenas para que fossem “utilizadas como barganha, intérpretes ou escravas, impulsionava a adoção, fazendo com que essas crianças e jovens fossem afastadas do convívio junto da comunidade e do grupo a que pertenciam”, e assim deixassem de ser “selvagens” (SARTORI, 2018, p. 25).

No entanto, a subtração de Sabina do seio de sua comunidade de origem Guajajara é descrita por Carlota de forma tranquila, como um ato natural e comum, sendo, inclusive, digno de elogio o fato de que, na condição de aia, servia com fidelidade e dedicação, da forma “como são os autóctones”. Percebe-se com isso, que, apesar da formação humanística e de ter se colocado contrária à violência do processo colonizador em sua obra, “seu olhar estivesse ainda atado às amarras do colonizador” (SARTORI, 2018, p. 26).

O Jornal *Diário de S. Luiz*, de 10 de outubro de 1924, traz a parte conclusiva de um

¹¹⁰ Principal afluente do rio Pindaré. A sub-bacia do rio Zutiua, com um pouco mais de 1.000.000 de hectares, segue por 270km das nascentes na Terra Indígena Araribóia até o ponto de confluência com o rio Pindaré. (TANNÚS, 2012, p. 14). Esta sub-bacia é uma região de transição entre os ecossistemas de Cerrado e Amazônia sendo provavelmente um local de alta diversidade biológica e de grande importância ecológica a nível regional (IBAMA; SEMATUR, 1991 *apud* TANNÚS, 2012, p. 26).

artigo de autoria de Carlota Carvalho, que tem como título *A rôla ferida* (DIÁRIO DE S. LUIZ, de 10 de outubro de 1924, p. 2). No referido artigo, a autora trata, entre outras questões, de episódios ocorridos na sua infância, durante a qual, juntamente com seus irmãos e outras crianças da velha Chapada, compartilhou brincadeiras e traquinagens próprias das crianças sertanejas da época e lugar.

Em relação a certos episódios da infância de Carlota, presentes no artigo *A rôla ferida*, publicado muito tempo depois dessas vivências, vale tecer algumas considerações quanto à intencionalidade da autora no momento de sua reconstituição. Nele, Carlota demonstra sua preocupação com a natureza, fazendo um discurso em favor das plantas e animais, apontando para a necessidade da educação ambiental a partir de uma intervenção e participação da família, como se pode observar nessa passagem:

Corria mês de junho, em uma manhã de frio intenso, foi assentar-me, à porta da casa para aquecer-me aos raios do sol. Vi aparecer um grupo de meninos, munidos de laços, feitos de talos de palhas de buriti, para caçarem lagartixas, enquanto outros armavam arapucas para pegar passarinhos. Debalde tentei persuadir-os. Uma boa mulher, Maria Neves, tem filhos que nos fazem lembrar circunceliões; torcem, quebram as plantas, torturam pequenos animais, tudo isto porque a mãe, acha coisa muito natural e não os repreende (DIÁRIO DE S. LUIZ, de 10 de outubro de 1924, p. 2).

Tais fatos, segundo Carlota, lhe trouxeram à mente evocação do passado, lembranças de dias que não voltam, recordações da infância, de quando era menina na fazenda de seus pais, de nome *Mauá*, localizada no *Baixão da Colônia*,¹¹¹ na Chapada, a Grajaú de outrora¹¹², quando acompanhava seus irmãos e outras crianças em seus *cruéis divertimentos*, de matar passarinhos e *enforçar lagartixas*, muito mais no intuito de *subtrahi-las à crueldade*. Para conseguir participar desses divertimentos, Carlota afirma que *fingia solidariedade, obtinha a concessão de as estrangular e dava-lhes a liberdade. Notando que as soltava, não queriam mais dar-me outras. Não sendo atendida, atirava-me sobre eles e quebrava os laços e as libertava*. Certa vez, a intervenção foi em favor das rolinhas que *ajuntavam em roda do pilão de descascar arroz catando os grãos que caíam no chão* (DIÁRIO DE S. LUIZ, de 10 de outubro de 1924, p. 2). Dando sequência à reconstituição de certos eventos de sua infância, Carlota nos conta que (Figura 16):

¹¹¹ Situada entre os rios Grajaú e Zutiua, na zona de transição entre as bacias do Mearim e o Pindaré, sendo que o rio Grajaú é tributário do rio Mearim e o Zitiua, também conhecido em boa parte do seu percurso, como Gentil, é o principal afluente do Pindaré.

¹¹² Região situada nos limites dos municípios de Grajaú, Arame e Amarante do Maranhão.

Figura 16: Parte do texto “*A rôla ferida*”, de autoria de Carlota Carvalho

Um dia, entretida com bonecas, tardei em seguir os meninos e cheguei ao lugar depois de ter sido atingida, por pedrada, uma rôla, que teve a aza quebrada.

A custa de pedidos e instancias obtive a rôla ferida. Trouxe-a para casa e tratei-a com desvello. O primeiro curativo consistiu em agua fria e o segundo na applicação de folhas de mastruço bem trituradas, sem duvida o mais poderoso agente therapeutico em casos de fractura ossea.

Guardei-a em gaiola collocada a salvo dos gatos, alimentei e zelei-a por muito tempo.

Bôa e gorda, a rôla prêsa parecia insatisfeita. Tinha cantos magoados que me enterneciam.

No som gemente de sua voz eu percebia queixumes, eu idealisava protestos eu comprehendia a legitima aspiração á Liberdade.

Mas eu amava-a e sentia a dôr da separação. Fez-se o choque da minha pretensão de conservá-la e o pesar de tê-la encarcerada.

Venceu a consciencia do justo. Resolvi restituir a liberdade.

Num domingo, muito cêdo, minha mãe sahiu á passeio com alguns dos meus irmãos.

Tirei a rôla da gaiola, beijei-a ternamente e solteia-a debaixo de frondosa limeira, onde outras rulavam.

Em pé, de parte, vi a recepção. Ella metteu-se entre as outras,

Fonte: DIÁRIO DE S. LUIZ, de 10 de outubro de 1924, p.2.¹¹³

Neste artigo, que relata eventos de sua infância, Carlota nos ajuda a elucidar fatos,

¹¹³ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00146.0170 - Rótulo: 093874 - Ano 1924\Edição 00229 (1). Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093874&pesq=carlota%20Carvalho&pasta=ano%20192>

mencionando localidades, esclarecendo acontecimentos, revelando personagens e desvendando relações, trazendo um testemunho de si enquanto defensora intransigente da vida, uma causa, que, segundo ela, foi cultivada desde a mais tenra idade.

Neste exercício de evocar a memória, Carlota utiliza “quadros” que coloca à sua disposição “para classificar suas lembranças”, que são, por um lado, utilizando as palavras de Halbwachs (2006), “noções emprestadas da vida prática”, e, por outro lado, “um quadro histórico ou coletivo”. Construídas, reconstruídas e conservadas nas memórias individuais (HALBWACHS, 2006, p.62), as lembranças de Carlota não estão fechadas exclusivamente nas percepções de sua infância, “pois que seu pensamento comanda agora perspectivas inteiramente novas, e onde ela sabe muito bem que não está só a vagar seus olhares”, ela reelabora e seleciona. Essas preocupações vindas de fora, nos lembra Halbwachs (2006), interessam sempre e não são estranhas à nossa vida pessoal.

Dessa forma, pelo que foi discutido nesse capítulo, que tratou da vida familiar e da infância de Carlota, consegue-se perceber que, para a autora, o maior legado dos Carvalho era o fato de terem constituído uma família de letrados e professores. Essa era a condição a que Carlota sempre se referiu com muito orgulho, a de ter pertencido a uma família que valorizava a educação e de ter facultado aos filhos esse privilégio. É, portanto, a partir dessa condição que ela se percebe e fala, e que a leva a dar continuidade aos estudos e dedicar-se à docência.

As fontes consultadas informam que Carlota permaneceu com a família na região da Chapada até a juventude, quando transferiu-se “para Belém” para cursar o Normal (CARVALHO, 2011, p. LXIX). O *Diário de S. Luiz*, de 21 de novembro de 1924 (fl. 2), traz na parte introdutória do artigo *A madrinha imposta*, de autoria de Carlota, a informação de que no ano de 1884, acompanhada pelo irmão Emydio Olympio de Carvalho e pela escrava Benedicta, que recebera como herança dos pais, deixaram a terra natal e emigraram para o Pará, na cidade de Belém, onde, juntamente com o irmão, ingressaram no curso Normal, a fim de prepararem-se para o professorado (O DIÁRIO DE SÃO LUÍS, 21 de novembro de 1924, fl. 2).

No próximo capítulo, nos dedicamos à trajetória docente de Carlota Carvalho, que se inicia com a formação na Escola Normal na cidade de Belém, no Pará, onde também se deu o ingresso na profissão. A partir de sua atuação docente, abordamos o papel desempenhado pelas professoras de *Primeiras Letras* e refletimos sobre a inserção das mulheres no mundo do trabalho na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

3 DA ESCOLA NORMAL AO MAGISTÉRIO DAS PRIMEIRAS LETRAS

Fomos os primeiros professores que o Brasil enviou
à terra em que só tinha terçado armas guerreiros
portugueses, holandeses e ingleses no século XVII.

Carlota Carvalho

Em “O Sertão”, Carlota dá algumas informações sobre sua trajetória docente, que se iniciou com a Escola Normal, cursada na cidade de Belém, no estado do Pará, em meados da década de 1880. Na capital paraense, ainda de acordo com “O Sertão”, Carlota concluiu o curso Normal juntamente com o irmão Emygdio, e, em seguida, por meio do “Ato de 5 de janeiro de 1887”, assinado pelo então “presidente da Província do Pará, desembargador Joaquim da Costa Barradas”, foram nomeados professores do distrito de Bailique¹¹⁴, município de Macapá (CARVALHO, 2000, p. 225).

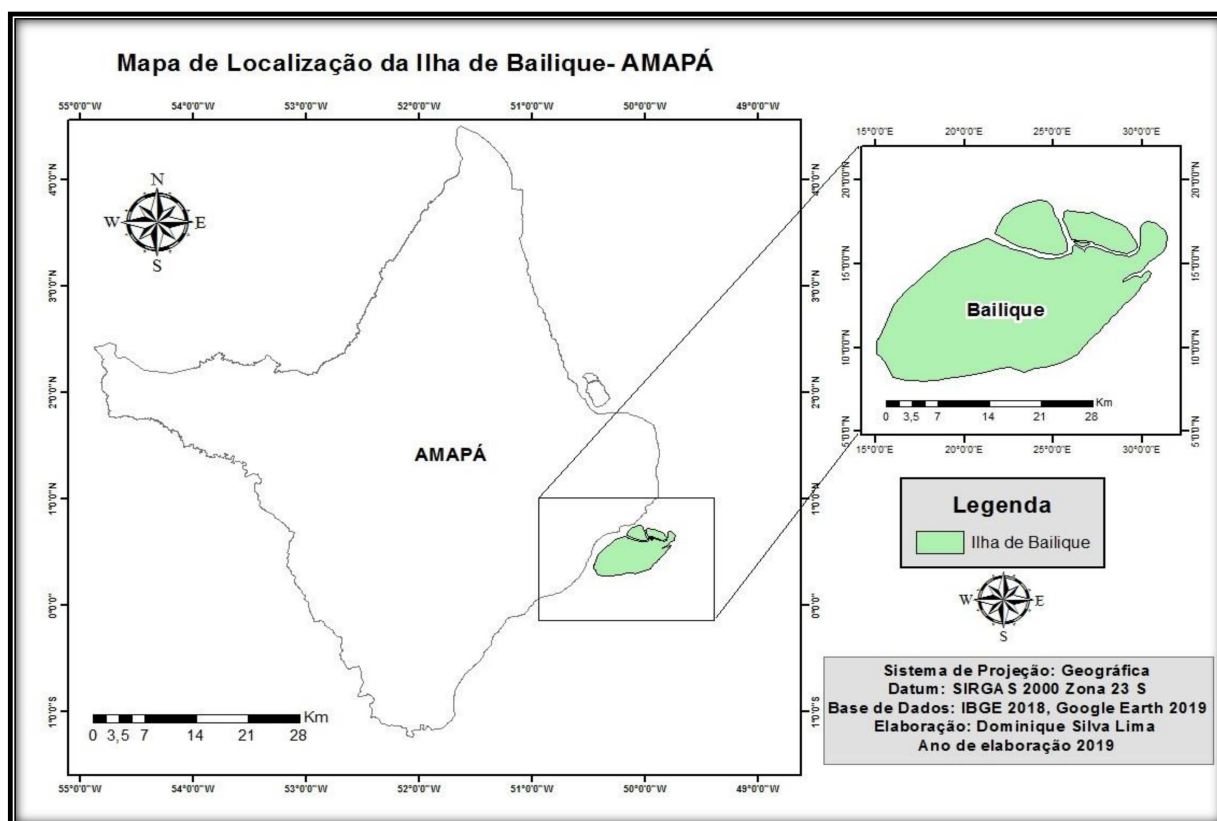
No jornal *Diário de Belém*, de 9 de março de 1888 (fl.2), consta que Carlota iniciou as atividades como professora nas ilhas Bailique no dia 29 de janeiro de 1887, logo após à assinatura do termo de nomeação junto à Secretaria do Tesouro estadual do Pará. Em relação à nomeação, o jornal *Diário de Notícias* divulga, em sua edição de 21 de janeiro de 1887, a convocatória da Secretaria do Tesouro Estadual do Pará, para o comparecimento dos professores Carlota Olympia de Carvalho e Emygdio Olympio de Carvalho ao “*contencioso e à contadoria para os devidos fins*” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS - PA, 21 de janeiro de 1887, fl. 2). Embora os aspectos burocráticos referentes à nomeação tenham sido concluídos meses depois, como se constata na referência feita à postergação da “entrega dos respectivos títulos” (CARVALHO, 2011, p. 293), dado confirmado pelo *Diário de Notícias*, em suas edições de 21 de janeiro e de 25 de março de 1887, Carlota e o Emygdio iniciaram as atividades docentes ainda em janeiro de 1887, data da abertura do ano letivo naquela localidade.

¹¹⁴ O arquipélago de Bailique está localizado no estado do Amapá, a aproximadamente 180 km de Macapá. O acesso às ilhas se dá quase que exclusivamente por meio de embarcações e com viagens em torno de 12 horas, dependendo da potência do motor, maresias e dos ventos que, por sua vez, variam de acordo com a estação. Trata-se de um lugar que pode ser denominado “mundo das águas”, pois a região possui forte influência do regime das marés, qual seja, suas ilhas são banhadas pelo Rio Amazonas. Além disso, os rios e igarapés fazem parte do cotidiano dos bailiquenses. Etimologicamente, Bailique, supostamente, significa local das “ilhas que bailam”, devido ao movimento de sedimentação intensa e formação rápida de praias e pequenas ilhas. É composto por oito ilhas, quais sejam: ilha do Bailique propriamente dito, Brigue, Curuá, Faustino, Franco, Marinheiro, ilha do Meio e ilha do Parazinho (PENA, 2014, p. 36).

Por meio dessa nomeação, Carlota Olympia e Emygdio Olympio deram início à sua atuação docente nas recém-criadas escolas do ensino primário do distrito de Bailique, comarca de Macapá, Pará, território que, hoje, pertence ao estado do Amapá (CARVALHO, 2000, p. 225). Conforme o texto em epígrafe, eles foram “os primeiros professores” (CARVALHO, 2000, p. 225) nessa região de fronteira entre o Brasil e as Guianas Francesa, Holandesa e Inglesa (PACHECO FILHO, 2014, p. 44).

Essa iniciativa de nomeação dos professores, de acordo com Carlota, era parte do “conjunto de medidas governamentais então sugeridas” pelo governo provincial, que, por meio da “Lei Provincial nº 1.285, de 13 de dezembro de 1886, criou no distrito de Bailique duas escolas de ensino primário, prevendo aulas de Gramática, Geografia e História do Brasil e de Aritmética e “duas cadeiras de professorado”, sendo uma para o sexo feminino e outra para o sexo masculino, que foram entregues à ela e ao seu irmão, respectivamente (CARVALHO, 2000, p. 225).

Mapa 2: Localização das ilhas Bailique



Elaboração: LabCart – UEMASUL/2019

O conjunto de medidas, ao qual se refere Carlota, está inserido em um contexto bem maior, e em consonância com as mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas na

sociedade brasileira nas últimas décadas do século XIX, que previam a ampliação do atendimento escolar como uma demanda conjuntural necessária. Conforme Maria Luísa Santos Ribeiro (2000, p. 47), a ideia de “surgimento da nação brasileira impunha exigências à organização educacional”, embora as contradições internas impusessem grandes obstáculos a um eficiente atendimento escolar. Entre as contradições apontadas por Ribeiro (2000), estão as de cunho social, tributárias de uma sociedade de base escravocrata e de padrões aristocráticos, que, quando muito, exigia a ampliação do nível elementar de educação (p. 47).

Para Trindade e Menezes (2009, p. 133), a ideia da “popularização” de uma escola elementar no Brasil surge apenas após a Independência, e se estende pela primeira metade do século XX, portanto, em período bem posterior ao que se deu nos países europeus, que têm esse movimento fincado nas bases do ideário iluminista. Desta forma, de acordo com Trindade e Menezes (2009), os debates acerca da “generalização” e “universalização” de uma instrução elementar para todos, que situa a escola no centro dos processos de transformação social e cultural, atingiram o Ocidente ao longo dos séculos XIX e XX (p. 133). No caso do Brasil, para essas autoras, esse movimento iniciou-se com o advento da República e estendeu-se às primeiras décadas do século XX, repercutindo intensamente no modelo educacional, “gerando discussões e debates em torno da precariedade do ensino, da organização escolar, do atraso nos métodos e dos processos de ensino, com vistas a promover iniciativas de reformas na educação” (TRINDADE; MENEZES, 2009, p. 133). De acordo com Souza e Grazziotin (2016), é nesse período, século XIX e anos iniciais do século XX, que se desencadeia o processo de “institucionalização da educação” enquanto “tarefa do Estado” (p. 263), por meio da ocorrência de uma “lenta afirmação do lugar do Estado como principal provedor da educação.” (LOPES; GALVÃO *apud* SOUZA; GRAZZIOTIN, 2016, p. 263). Para esses pesquisadores, esse processo se deu em meio a um intenso debate acerca da ampliação dos níveis de escolarização da população brasileira e de um necessário alargamento das condições de acesso à educação elementar.

A historiadora Ângela Alonso (2002) observa, entre outros, dois aspectos importantes a serem considerados nesse processo de ampliação do acesso à educação elementar, o da emergência do processo de urbanização e o do discurso político inspirado nas ideias do movimento burguês europeu presentes no cenário brasileiro pós Independência. Esses dois aspectos, de acordo com a mesma autora, a partir das últimas décadas do século dezenove, impuseram ao país uma nova agenda, que incluía o trabalho e a educação. Assim, a necessidade de mão de obra mais qualificada para atendimento do mercado, ao lado das aspirações de uma elite intelectual, que se formara no país, o chamado “movimento intelectual da geração 1870”,

colocam a educação no centro do debate de nação, apontando para a urgência na ampliação do acesso à instrução do nível elementar (ALONSO, 2002, p. 21).

Esse movimento intelectual, do qual trata Alonso (2002, p. 22), foi, segundo ela, o responsável pela “divulgação das novas ideias europeias de pensamento”. Formado por intelectuais, o movimento carrega consigo o peso da composição “das obras de ‘interpretação do Brasil’, amalgamado às explicações da formação do estado e da sociedade nacionais” (ALONSO, 2002, p. 22). A historiadora Emília Viotti da Costa (1999) enxerga esse momento como singular, na história política do Brasil, pois “pela primeira vez, a política saía dos limites estreitos dos conchavos familiares para a praça pública (p. 15). Os políticos falavam às populações urbanas. Os poetas e escritores voltaram a falar do povo, redescobrimo-o, como fonte de inspiração” (COSTA, 1999, p. 15).

Esse pensamento de que a instrução era a promotora da ordem social e da civilização, de acordo com Malheiros e Rocha (2016, p. 209), era compartilhado, também, pela elite política conservadora, que se formara na segunda metade do século XIX. Para essa elite política, “a difusão da razão na sociedade, por meio da instrução pública, resultaria na constituição de um espírito de associação, bem como pela adesão, por parte desta mesma sociedade, aos projetos políticos da corte” (MALHEIROS; ROCHA, 2014, p. 229).

Para Saviani (2008), o avanço dos movimentos de cunho liberal, da segunda metade do século XIX, repercutiram nos campos político, econômico e social brasileiro e, com isso, as reformas no âmbito da instrução pública, pela primeira vez, ocuparam destaque na legislação. Porém, afirma o autor, “embora os debates do final do império apontassem na direção da construção de um sistema nacional de ensino colocando-se a instrução pública, com destaque para as escolas primárias”, a Constituição de 1824 se fazia “omissa quanto à responsabilidade sobre o ensino primário” (SAVIANI, 2008, p. 12). Dessa forma, as modificações existentes no campo da gestão da instrução pública brasileira, nos meados do segundo reinado, ficaram por conta de leis e atos adicionais ao texto constitucional em vigor.

No entanto, muito embora, a existência da Lei de 15 de outubro de 1827, que determinava a criação de “escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império”, e o estabelecimento de “exames de seleção para mestres e mestrás”, visando à popularização da instrução elementar, foram poucos os avanços concebidos (TANURI, 2000, p. 62). Além disso, apesar das providências do Governo central quanto ao provimento do preparo dos docentes para atuarem no ensino de primeiras letras, em conformidade com a referida lei, pouquíssimos resultados foram alcançados (TANURI, 2000, p. 63). Os efeitos da lei não se efetivaram, pois, por meio do Ato Adicional de 1834, o ensino

primário brasileiro se desloca da esfera de competência da União, ficando “sob a jurisdição das províncias” (SOUZA; GRAZZIOTIN, 2016, p. 266).

Para Saviani (2008), a partir do Ato Adicional de 1834, passou a vigorar no país uma espécie de delegação de competência, por parte da União, para que os “estados”, passassem a “legislar e prover esse nível de ensino” (SAVIANI, 2008, p.12), “renunciando, assim, a um projeto de escola pública nacional” (SAVIANI, 2006, p.17). É nesse contexto, que, de acordo com Carlota, se deu a criação das duas escolas nas ilhas Bailique, no estado do Pará, no ano de 1886, inserida nesse projeto de ampliação da oferta da instrução elementar em nível de país, a partir da iniciativa dos estados (CARVALHO, 2011, p. 293).

Zichia (2008) destaca que, a propósito de um processo de “descentralização do poder estatal”, o Ato Adicional de 1834, passou a responsabilizar as províncias pela “tarefa de administração do ensino primário e secundário” (p. 45). Porém, esse processo não determinou um avanço da educação elementar no conjunto da nação brasileira, visto que “os sistemas provinciais se concretizavam como sistemas carentes de recursos e, com a omissão formal do Estado” (ZICHIA, 2008, p. 46). Ademais, esse instrumento legal, ao mesmo tempo que proporcionou um incremento para a instrução elementar nas províncias, com mais recursos financeiros e projetos voltados para a implantação da instrução primária e secundária, para as províncias de poucos recursos a instrução primária e secundária de ensino permaneceu apenas como uma promessa (MARTINS, 2007, p. 52). Assim, como afirma Saviani (2006, p. 17), o Ato Adicional “ao descentralizar o ensino, transferindo para os governos provinciais a responsabilidade pela educação popular, apenas legalizou a omissão do poder central nessa matéria”.

Outro aspecto fundamental nesse processo de ampliação da educação elementar no Brasil, de acordo com Saviani (2009), foi a questão do preparo dos professores. Para esse autor, a preocupação com a formação docente vai emergir de forma explícita no Brasil, apenas no período pós Independência, quando se cogita a organização da instrução popular. É nesse contexto, que as Escolas Normais brasileiras vão ser criadas, a exemplo da França e Itália, além de países como Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, que, também, foram instalando, ao longo do século XIX, suas Escolas Normais (SAVIANI, 2009, p. 143).

O Brasil criou a primeira Escola Normal no ano de 1835, em Niterói, estado do Rio de Janeiro, seguindo-se as dos estados de Minas Gerais, Bahia, São Paulo, Pernambuco e Piauí, que criaram suas Escolas Normais ainda na década de 1840 (TANURI, 2000, p. 64). No entanto, de acordo com Saviani (2009), somente nas últimas décadas do século XIX, é que o Brasil conheceu uma significativa expansão das Escolas Normais, o que, segundo o autor, trouxe,

como consequência, uma substancial evolução no que tange à formação de professores (SAVIANI, 2009, p. 145).

Nesse aspecto, o mesmo autor destaca que esse avanço não foi apenas quantitativo, caracterizando-se por melhorias na qualificação dos professores, que, a partir de um modelo baseado na tradição e imitação, passou a adotar critérios de racionalidade em conhecimentos teóricos e prática profissional. É nesse contexto que Carlota, com formação na Escola Normal de Belém, e, ainda muito jovem, com apenas 23 anos, se tornou professora, assim como o irmão Emygdio, que contava com 21 anos. Os irmãos, portanto, iniciaram juntos a profissão docente nas ilhas Bailique, no estado do Pará.

3.1 A FORMAÇÃO PARA O PROFESSORADO NA ESCOLA NORMAL DO PARÁ

O preparo específico de professores no Brasil, no âmbito da formação escolar, como já foi dito, está ligado ao processo de “institucionalização da instrução pública no mundo moderno” (TANURI, 2000, p. 62). É a partir desse contexto da modernização, que a formação docente da segunda metade do século XIX deve ser compreendida, tanto em relação à urgência de ampliação da oferta da educação elementar como à necessidade de qualificação dos conteúdos educacionais. Questões estas que têm implicações diretas com o processo de formação docente, que, de acordo com Taunuri (2000, p. 62), se deu, a partir da “implementação das ideias liberais de secularização e extensão do ensino primário a todas as camadas da população”.

Dessa forma, como afirma Saviani (2009), o investimento na formação de professores, por parte do Estado brasileiro, está umbilicalmente atrelado à política de enfrentamento do “problema da instrução popular” (SAVIANI, 2009, p. 143; TANURI, 2000 p. 62), que tem a Escola Normal como a mais relevante instituição. Sua relevância no contexto educacional brasileiro na segunda metade do século XIX, para além de responder pelo alargamento da oferta de professores qualificados para a atuação na educação elementar, se faz presente no papel histórico desempenhado no processo de institucionalização da formação docente (TANURI, 2000 p. 62). Por meio desse processo de institucionalização, acontece o controle do Estado sobre o corpo profissional docente, que envolve questões como o “quem” e “como” ensinar. Nesse sentido, Villela (1990) observa que, a partir da criação das escolas normais, esse controle estatal é marcado por um duplo movimento:

A institucionalização da formação dos professores pelo Estado Imperial, ao mesmo tempo em que promoveu a profissionalização, tornou-os controlados e vigiados pela inspeção e pelos exames que deveriam prestar durante o curso

e mesmo para reger escolas posteriormente, fato ocorrido não sem resistências por parte dos professores (VILLELA, 1990, p. 49-50).

Embora a criação das primeiras Escolas Normais tenha acontecido algumas décadas antes, foi a partir de 1870 que o Brasil conheceu uma expansão significativa, a partir de suas implantações nas diversas províncias, entre estas, a do Pará, no ano de 1871. No meio de um conturbado debate entre liberais e conservadores acerca da necessária ampliação do atendimento da educação primária no estado, o Pará cria a sua Escola Normal, que nasce associada à ideia de se “alinhar a Província (...) ao que se entendia enquanto moderno e civilizado” (MALHEIROS; ROCHA, 2015, p. 33). Para tanto, segundo Malheiros e Rocha (2015, p. 33-34), seriam necessárias não apenas as reformas urbanísticas, mas, também, investimentos no sistema de instrução pública, mais diretamente na formação de professores comprometidos com um modelo de instrução empenhado “em modelar os cidadãos aos hábitos considerados civilizados”.

Como nas demais províncias, a formação de professores para a atuação nas Primeiras Letras, no estado do Pará, nasce umbilicalmente vinculada ao Liceu (O LIBERAL DO PARÁ, 30 de março de 1883). Uma instituição tradicionalmente destinada à formação das elites masculinas, os Liceus abrigaram as Escolas Normais para os homens nas primeiras décadas de suas implantações, por meio da cessão de parte de suas estruturas (KULESZA, 1998, p. 64). Dessa forma, já nas primeiras décadas de sua implantação, o Liceu paraense abrigou o curso Normal masculino nas suas dependências, enquanto que “a Escola Normal feminina, funcionava no Colégio N. Sra. do Amparo” ¹¹⁵(KULESZA, 1998, p. 69). Esse colégio, pelo regulamento de 1869, tinha por fim proteger as meninas órfãs pobres e desvalidas e as expostas, proporcionando-lhes a conveniente educação e ensino (MOACYR, 1939 *apud* KULESZA, 1998, p. 69).

Considerando-se Belém, no estado do Pará, cidade onde Carlota Carvalho teria cursado a Escola Normal, nos valem de alguns apontamentos referentes ao processo de sua formação, que são necessários para o entendimento de sua atuação como professora, profissão que exerceu

¹¹⁵ Criado em 1804, pelo bispo Dom Manuel de Almeida de Carvalho, como asilo feminino, a fim de educar as meninas desvalidas. Tornou-se Escola Normal em 1874, e seu atual edifício foi erguido entre 1893 e 1899 durante os governos de Lauro Sodré e José Paes de Carvalho. No ano de 1897, por meio do decreto do governador do Paes de Carvalho passou a denominar-se Instituto Gentil Bittencourt. Em 1904, sob a administração da congregação religiosa das irmãs italianas Filhas de Sant'Ana, passou a funcionar como internato para mulheres. A hoje, de educação básica, Gentil Bittencourt, mantém o status de instituição educacional brasileira mais antiga em funcionamento ininterrupto (SABINO, 2012).
(<http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/9332/1/DissertacaoAssistenciaEducaoMeninas.pdf>);
(<https://www.gentilbittencourt.com.br/o-gentil>).

durante toda vida. No *Diário de S. Luiz*, de 21 de novembro de 1924 (fl. 2), Carlota informa que, no ano de 1884, deixou a sua terra natal e, juntamente com o irmão Emygdio Olympio de Carvalho, transferiu sua moradia para Belém, para que ingressassem no curso normal, onde receberam a formação para o professorado.

Sobre o ingresso na Escola Normal em Belém, segundo informa *O Liberal do Pará*, de 15 de janeiro de 1884 (fl. 2), os *exames de suficiência para os aspirantes à matrícula do 1º anno* ocorreram nos dias 16 a 23 de janeiro de 1884. Os exames constavam de provas orais e escritas, ocorrendo, simultaneamente, no *Lyceu* para os *alunos* e no *Collegio N. Sra, do Amparo* para as *alunas* (O LIBERAL DO PARÁ, 15 de janeiro de 1884, fl. 2).

Carlota ingressa na Escola Normal, no auge do debate acerca da feminização¹¹⁶ da educação, ocorrido a partir do século XIX, com a ampliação do ingresso das mulheres nas escolas de Primeiras Letras. De acordo com Ferreira (1998, p. 43), esse momento da história da educação marca, também, “o despontar do feminino para vida pública, como, também, o início de uma trajetória de lutas e conquistas, desse gênero, na sociedade brasileira”. Nesse período, as escolas normais se constituíram em um importante espaço de promoção de oportunidade para as mulheres na “continuidade aos seus estudos e de ingressar em uma carreira profissional, favorecendo alterações no seu destino de mulher-esposa e mudando a configuração de uma profissão, até então, exclusivamente masculina” (FERREIRA, 1998, p. 43).

O ingresso feminino nos espaços educacionais no estado do Pará se tornou preponderante a partir dos anos iniciais da década de 1880. De acordo com *O Liberal*, de 28 de janeiro de 1880 (fl. 1), nesse ano, de 1880, a Escola Normal do Pará já apresentava uma avolumada adesão de mulheres. Amparada pelo discurso da vocação feminina para o *cuidado*, a profissão docente das Primeiras Letras foi, cada vez mais, se feminizando. *O Liberal* informa, que entre os matriculados e as matriculadas, no ano de 1880, na Escola Normal do Pará, *34 eram allunos e 82 allunas, 8 allunas ouvintes e 6 allunos ouvintes* (O LIBERAL DO PARÁ, 28 de janeiro de 1880, fl. 1), e que, até o ano de 1886, ano em que Carlota concluiu o curso, a adesão feminina foi crescente, enquanto que a masculina foi proporcionalmente inversa. De acordo com o mesmo jornal, no ano de 1881, foram matriculados na Escola Normal paraense

¹¹⁶ Para Yannoulas (2011), o conceito de feminização é aplicado na compreensão do peso qualitativo da ocupação da mulher no mundo do trabalho e o significado e valor social de uma profissão ou ocupação. Para tanto, o exemplo mais clássico para definir o conceito, segundo a autora, são os históricos processos de feminização do magistério. Para a autora, essa reflexão se faz necessária no contexto dos estudos de gênero e dos estudos do trabalho, bem como suas inter-relações, pois o debate (quanto a essa categoria) ainda se encontra em aberto (YANNOULAS, 2011, p. 271-274).

um total de 110 estudantes, sendo *18 alunnos e 92 alunnas* (O LIBERAL DO PARÁ, 2 de maio de 1882, fl. 1). No ano de 1882, frequentaram a instituição de ensino, um total de *18 alunnos e 101 alunnas* (O LIBERAL DO PARÁ, 20 de fevereiro de 1883, fl. 1), enquanto que no ano de 1884, matricularam-se *16 alunnos e 110 alunnas* (O LIBERAL DO PARÁ, 2 de julho de 1885, fl. 1).

Essa crescente presença feminina nas Escolas Normais, e a consequente atuação das mulheres no magistério de Primeiras Letras, foi motivo de muito debate nos jornais paraenses do período em questão. O jornal *O Liberal do Pará*, de 2 de maio de 1882 (fl. 1) traz na íntegra a *Falla de João José Pedrosa*, o Presidente da Província, realizada durante a abertura da 1ª Sessão da 23ª Legislatura da Assembleia Legislativa da Província do Pará em 23 de abril de 1882. O texto de *João José Pedrosa*, que *O Liberal* reproduz, é bem representativo do pensamento dominante na época. Para *Pedrosa*, o fato de a Escola Normal ser *mais procurada pelas senhoras que pelos homens*, devia-se às poucas vantagens que o magistério permite aos moços, preferindo elles empregar sua actividade em outros misteres mais lucrativos, que abundão na província (O LIBERAL DO PARÁ, 2 de maio de 1882, fl. 1). O discurso do Presidente da Província é bem ilustrativo da desvalorização das profissões tidas como ofícios femininos. Concebido como um ofício essencialmente feminino, o magistério das Primeiras Letras estava associado muito mais a uma missão, reforçando, dessa forma, a ideia de que a docência deve ser percebida mais como um ‘sacerdócio’ do que como uma profissão (LOURO, 2004, 474).

Assim, embalado por um discurso que legitimava a entrada das mulheres na docência, as palavras do Presidente da Província são mais um exemplo da corrente narrativa que tinha como justificativa associar o magistério às características tidas como “tipicamente femininas”. Para o Presidente da Província, Sr. João José Pedrosa:

Este facto, porém, longe de contristar-nos, ao contrário, ser-nos muito agradável. Podemos confiar todo magistério primário à mulher, convenientemente preparada, que um grande passo teríamos dado no desenvolvimento do ensino. Conheceis, sem dúvida, o quanto devem os Estados Unidos da Norte América à influência da mulher na instrução. O menino não aprenderia mais pelo temor do mestre, mas fará progressos maravilhosos, graças a amabilidade, a ternura da mulher (O LIBERAL DO PARÁ, 2 de maio de 1882, fl. 1).

Joan Scott (1995), em o “*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*”, propõe que o estudo sobre gênero deve considerar o “leque de papéis e de simbolismos sexuais vividos nas diferentes sociedades e períodos, e encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la” (SCOTT, 1995, p.72). A partir da acepção de

Scott, Ferreira afirma que o movimento de feminização do magistério deve ser visto como uma construção social acerca dos papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade, sendo, portanto, “fruto de uma relação de poder entre os gêneros” (FERREIRA, 1998, p. 57). Assim, o discurso da mulher mãe e terna, vocacionada para *educar crianças, inspirar-lhes sentimentos nobres* (O LIBERAL DO PARÁ, de 2 de maio de 1882, fl. 1), presente no século XIX, e traduzido na fala do presidente da Província, criou a professora das Primeiras Letras e atribuiu à ela um perfil devidamente ajustado ao pensamento de educação enquanto missão.

Em 1882, o Presidente da Província ressaltava que a mulher:

Com seu espírito menos ocupado com interesses materiaes, ella ensina facilmente aos outros a prezar, sobretudo, o interesse moral: branda, a mulher comunica às crianças na sua brandura, a pureza. Ella conhece melhor a natureza mysteriosa das almas juvenis, ou pelo menos, um instinto seguro a faz adivinhal-a (O LIBERAL DO PARÁ, 2 de maio de 1882, fl. 1).

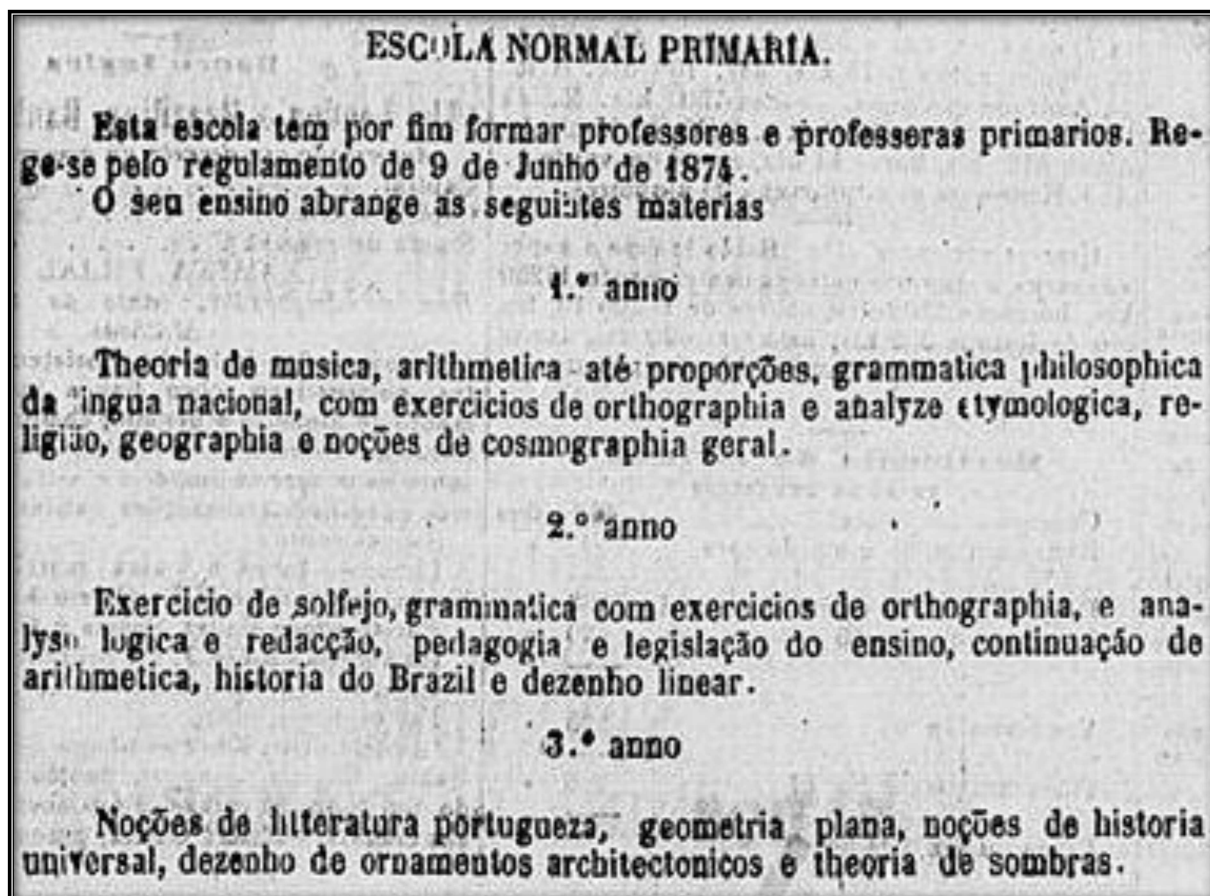
Dessa forma, à medida em que se dava a ampliação do acesso feminino à escolarização, se avançava no processo de feminização da profissão docente nas escolas do ensino elementar, processo, que, de acordo com Morgade (1992), “marcou um importante momento na existência e na representação simbólica das mulheres” (*apud* YANNOULAS, 2011, p. 274). Para a autora, a profissão docente, apesar de não ser a única, foi, “do ponto de vista simbólico e político”, a maior representante do processo de feminização profissional, nos recém-constituídos Estados nacionais latino-americanos, pois, nas mãos do corpo docente feminino foi depositada a tarefa de reproduzir os fundamentos da nova identidade nacional (MORGADE, 1992 *apud* YANNOULAS, 2011, p. 274).

Dessa maneira, o currículo da Escola Normal feminina se diferenciava do currículo da Escola Normal masculina. Para Ferreira (1998, p. 47), a maioria das “críticas feitas à escola normal daquele período voltam-se contra a presença de um currículo diferenciado e, portanto, contra a transmissão de conteúdos julgados desnecessários para o exercício da profissão, prática observada desde a sua fundação.

Sendo bem representativo daquilo que se esperava da mulher no desempenho de atividades educativas, o currículo da formação das professoras de Primeiras Letras procurava inserir o estudo de conteúdos que concorriam para incutir a ideia do cuidado e da educação enquanto missão. Uma visão claramente estereotipada do profissional docente feminino, no desenvolvimento de um papel mais relacionado à “maternagem, que naturalmente lhes fornece atributos como paciência, meiguice, doçura e bondade” (FERREIRA, 1998, p. 49).

O período de formação na Escola Normal no estado do Pará, de acordo com Regulamento de 9 de junho de 1874, abrangia o estudo das seguintes matérias (O LIBERAL DO PARÁ, 17 de fevereiro de 1882, fl.1), assim distribuídas:

Figura 17: Matérias do currículo da Escola Normal Primária, no Pará



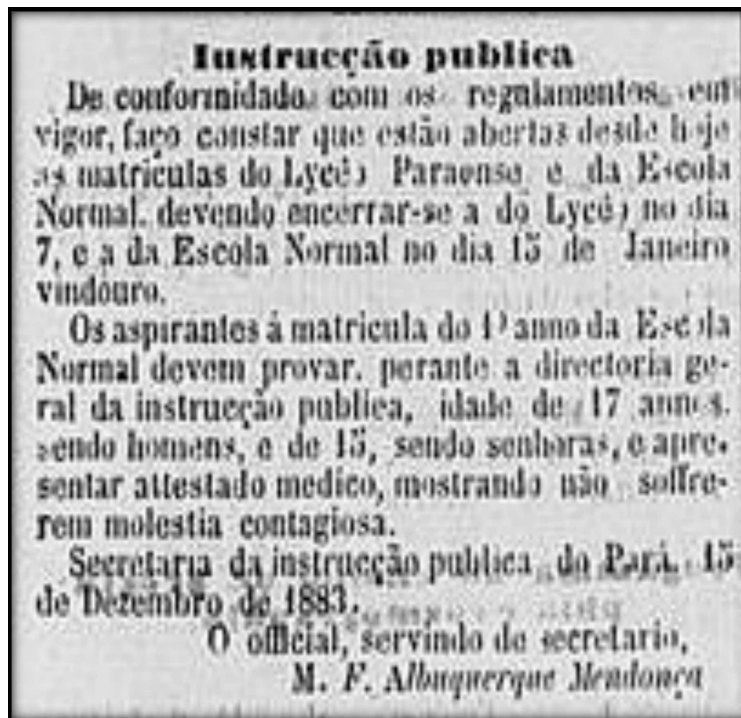
Fonte: O LIBERAL DO PARÁ, 17 de fevereiro de 1882 (fl.1)¹¹⁷

De acordo com França (2012), o Regulamento da Escola Normal, consubstanciado na Portaria de 9 de junho de 1874, garantia “a duração do curso em três anos, além de reiterar que a destinação da instituição era para a formação de professores e professoras para as escolas primárias públicas” (p. 38). Embora o regulamento de 1874 considerasse como idade mínima para o acesso à Escola Normal, 17 anos para os homens e 16 anos para as mulheres (FRANÇA, 2012, p. 38), a Secretaria da Instrução Pública do Pará, para o ano de 1884, ano em que Carlota ingressou na Escola Normal, aceitava uma idade menor para os ingressantes do sexo feminino. O Edital de convocação para as matrículas, datado de 15 de dezembro de 1883, publicado no

¹¹⁷ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00020.0170/Rótulo: 704555
 Nome: O Liberal do Pará (PA) - 1880 a 1889 /Ano 1882\Edição 00039 (2). Disponível:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704555&PagFis=14305&Pesq=%22escola%20normal%2>

Liberal do Pará, de 17 de dezembro daquele ano, definia uma idade de 15 anos para as mulheres e 17 para os homens, como pode-se conferir na figura 18.

Figura 18: Convocatória para as matrículas na Escola Normal, no ano de 1884.



Fonte: O LIBERAL DO PARÁ, 17 de dezembro de 1883 (fl. 2)¹¹⁸

(Transcrição)

Instrução publica

De conformidade com os regulamentos em vigor, faço constar que estão abertas desde hoje as matrículas do Lycêo Paraense e da Escola Normal, devendo encerrar-se a do Lycêo, no dia 7, e a da Escola Normal no dia 15 de janeiro vindouro.

Os aspirantes à matrícula do 1º anno da Escola Normal devem provar, perante a directoria geral da instrução publica, idade de 17 annos, sendo homens, e de 15, sendo senhoras, e apresentar attestado medico, mostrando não soffrem moléstia contagiosa.

Secretaria da instrução publica do Pará, 15 de Dezembro de 1883.

O official, servindo de secretaria,
M. F. Albuquerque Mendonça

¹¹⁸ Arquivo da Biblioteca Nacional/Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00020.0170/Rótulo: 704555
Nome: O Liberal do Pará (PA) - 1880 a 1889 /Ano 1883\Edição 00285 (1). Disponível:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704555&PagFis=14305&Pesq=%22escola%20normal%2>

Para França (2012, p. 38), os alunos aprovados em todos os anos do curso seriam admitidos como professores das escolas de Primeiras Letras, independente de concurso público. A necessidade de professores para atuar na educação elementar fazia dos egressos da Escola Normal profissionais da educação, prioritariamente inseridos no professorado, gozando, como afirma o Diretor Geral da Instrução Pública, Sr. José Félix Soares, de *preferência sobre quaisquer outro, para reger cadeiras da Instrução Primária e Secundária no Império* (O LIBERAL DO PARÁ, 14 de abril de 1885, fl. 2). Assim, a alta demanda e a preferência por professores egressos da Escola Normal explica a imediata admissão de Carlota no magistério daquele estado. Tão logo concluiu a Escola Normal, em “outubro de 1886” (FRANÇA, 2012, p. 39), Carlota assumiu, em janeiro de 1887, a Escola do distrito de Bailique, (DIÁRIO DE S. LUIZ, 8 de dezembro de 1924, fl. 1; DIÁRIO DE BELÉM, de 9 de março de 1888, f 1.2; CARVALHO, 2000, p. 225).

3.2 ILHAS BAILIQUE E O INÍCIO DA DOCÊNCIA

Eu era professora pública de Bailique, distrito judiciário de Macapá, cujo território era as “ilhas de fora”¹¹⁹ do Maranhão¹²⁰ ou Amazonas (DIÁRIO DE S. LUIZ, 8 de dezembro de 1924, fl. 1). Essas palavras podem ser lidas na parte conclusiva do artigo de Carlota Carvalho, que se intitula *Desidério* e foi publicado nas páginas do jornal *Diário de S. Luiz*, em 8 de dezembro de 1924 (fl. 1). Embora a matéria esteja situada nos anos finais do Império brasileiro, *Desidério* trata do cotidiano vivido pela autora nas ilhas Bailique, estado do Pará, território pertencente atualmente ao estado do Amapá. Neste artigo, Carlota aborda várias questões relacionadas à descrição física da região (nome das ilhas que compõem o arquipélago, rios, riachos e demais recursos naturais), dos aspectos históricos do processo de ocupação daqueles territórios e das relações humanas estabelecidas pela autora. Descreve, ainda, o período em que atuou como professora nas ilhas Bailique desde o momento de sua chegada à região (DIÁRIO DE S. LUIZ, 8 de dezembro de 1924, fl. 1).

¹¹⁹ “Para distinguir as ilhas que são de dentro do rio Amazonas das que são de fora dele. Barrando ou obliterando a foz, chamam, a estas, Ilhas de Fora” (CARVALHO, 2000, p. 221).

¹²⁰ Maranhão, nome originário do rio Amazonas (CARVALHO, 2000, p. 222). “Mará nhon – mará, briga; nhon, gênio oceânico, gênio saído do mar, entidade terrível. Foi essa definição, ouvida por Vicente Pinzón”, dos primitivos “autóctones” da região, que fora aplicada na denominação do rio, cujo fenômeno do encontro das águas com a maré, causava uma agitação em grandes proporções. Gerado pelo alto volume de águas, advindas de vários rios da Guiana e do Brasil, acumulando sobremaneira o rio principal, no momento seguinte de sua desembocadura no oceano Atlântico, os primitivos supunham “entes terríveis que brigavam”. É nesse ponto, que se localizam “as fozes de todos os rios em todos os que acontecem o encontro das duas forças” do encontro das águas continentais com o oceano (CARVALHO, 2000, p. 226-229).

O título dado ao artigo, *Desidério*, é uma homenagem a um destemido “mameluco nascido na Vigia ou Coruçá, no Pará. Trabalhador infatigável, mas espírito aventureiro” (DIÁRIO DE S. LUIZ, 6 de dezembro de 1924, fl. 1). Barqueiro e pescador, que, primeiramente, pescou no Piratuba¹²¹ e trabalhou na borracha, nas “ilhas de fora”, comercializava pescados, tartarugas e tracajás, na região de Araguari¹²² (DIÁRIO DE S. LUIZ, 6 de dezembro de 1924, fl. 1).

Desidério José da Costa, o personagem central do texto de Carlota, antes de tudo, serviu como denúncia contra a violência e a arrogância dos representantes do estado contra a população humilde da região insular do norte do Pará, nas últimas décadas do século XIX (DIÁRIO DE S. LUIZ, 8 de dezembro de 1924, fl. 1). Segundo Carlota, *Desidério* teve barco e pescados apreendidos, foi espancado, além de ter sido conduzido à prisão por descumprir uma lei, cujo teor só foi tomar conhecimento no dia do ocorrido (DIÁRIO DE S. LUIZ, 6 de dezembro de 1924, fl. 1).

Ao longo do artigo, que foi publicado em três partes sequenciadas, nas páginas do jornal *Diário de S. Luiz*, nos dias 5, 6 e 8 de dezembro de 1924, Carlota não apenas percorre a região da foz do rio Amazonas, do arquipélago de Bailique e da Ilha de Marajó, descrevendo os espaços, como também destaca momentos históricos marcantes da região:

A quem, entra na foz do Araguari e do Maranhão – (Amazonas) salienta-se uma ponta chamada Cabo do Araguari. Aquém, isto é, a Sul desta ponta, a costa é cavada por funda enseada em que estão as “ilhas de fora” do Maranhão, ou Amazonas, Bragança, Curauá, Marinheiro, Faustino, Porcos, Porquinhos, Brigue, Franco, Bailique, o Jacuná. Nesta os moradores criam bom gado vacum. Abaixo, na margem esquerda existem as ruínas dos estabelecimentos agrícolas fundadas pelos jesuítas e, de suas plantações, ainda existem o mesmo “Cacoal do Rei”¹²³.

O paiz entre o Araguari e o Oiapok foi conhecido pela denominação “O Contestado”¹²⁴ (DIÁRIO DE S. LUIZ, 6 de dezembro de 1924, fl. 1).

¹²¹ Localizada no estado do Amapá, na região norte do Brasil, a Reserva Biológica do Lago Piratuba é uma área de proteção natural. Com o bioma predominante da Floresta Amazônica, a Reserva possui uma área de 392.474,85 hectares. Criada pelo Decreto nº 84.914, de 16 de julho de 1980/Decreto nº 89.932, de 10 de julho de 1984. (<https://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/amazonia/unidades-de-conservacao-amazonia/2001-rebio-lago-piratuba>).

¹²² Araguari é um rio brasileiro que banha o estado do Amapá. Tem sua nascente na Serra Lombarda, norte do estado, e atravessa várias povoações, como as cidades de Porto Grande (cujos primeiros habitantes chegaram por ele), Ferreira Gomes e Cutias do Araguari. Por fim, o Araguari deságua no oceano Atlântico, na fronteira entre os municípios de Amapá e Cutias do Araguari, formando ondas que dão origem a uma pororoca, utilizada para campeonatos de surfe. ([https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Araguari_\(Amap%C3%A1\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Araguari_(Amap%C3%A1))).

¹²³ A obra *Amazônia* de José Veríssimo, publicada em 1892, traz a seguinte afirmação: “O chamado cacoal do rei, depois imperial e hoje, naturalmente, nacional, quasi em frente á cidade de Óbidos, foi plantado há mais de um século por ordem do governo colonial, e ainda produz. Acha-se, graças ao desleixo e incúria nossos, consideravelmente reduzido. Dos quarenta mil pés que primitivamente teve, não restarão talvez mais que mil e tantos a dous mil” (VERÍSSIMO, 1892, p. 45). Óbido é um município do oeste paraense, fundada pelos portugueses no período colonial brasileiro.

¹²⁴ “A imprecisão da fronteira definida entre o Brasil e a Guiana francesa, próximo do rio Amazonas, provocou

Na composição textual de *Desidério*, Carlota escreve sempre na primeira pessoa, expondo, entre outros, fatos relacionados com o início da sua docência no estado do Pará, ocorrido na penúltima década do oitocentos. Sob a forma de uma autoapresentação, o texto de Carlota nos remete à dimensão autobiográfica pensada por Foucault (1992), e adotada por outros pesquisadores, a exemplo das historiadoras brasileiras Magareth Rago (2011) e Ângela de Castro Gomes (2004), que pensam a autobiografia como uma “escrita de si”.

A “escrita de si”, para Foucault (1992, p. 159), é uma maneira de se apresentar “no desenrolar da vida cotidiana”. Corroborando com Foucault, Rago (2013, p. 265) afirma, que a “escrita de si” concorre para a “constituição de subjetividades”, que mantém o individual e se abre ao coletivo, destacando-se como um meio de “abertura para o outro”. Dessa forma, o texto de Carlota, nos remete à afirmação feita por Rago (2013), que diz que a escrita “não se destina a si”, “não se trata de uma confissão” ou anotações que devem ser guardadas. Carlota “escreve para o outro” (RAGO, 2013, p. 264). A autora faz relatos importantes da sua chegada na região e das relações ali estabelecidas. Numa dimensão autobiográfica, lança o olhar sobre si, “e constrói sobre si mesma” uma narrativa “capaz de revelar-se” (RAGO, 2013, p. 258), por meio de uma “escrita auto- referencial” (GOMES, 2004, p. 9)

A escrita autorreferencial, ou escrita de si, para Ângela de Castro Gomes, “integra um conjunto de modalidades do que se convencionou chamar produção de si no mundo moderno ocidental”, podendo ser entendida, sobretudo, a partir das ideias que sustentam as relações “entre o indivíduo moderno e seus documentos” (2004, p.10). Essa forma de escrita, segundo Gomes, está consensuada na literatura, como uma modalidade, cuja prática se dá a partir do século XVIII, quando, deliberadamente, indivíduos “comuns” passaram a produzir uma memória de si. Esse processo alcança o apogeu no século XIX, período marcado pela “emergência da figura de um cidadão moderno, dotado de direitos civis (no século XVIII) e políticos (no XIX)” (GOMES, 2004, p.11).

Assim, para Ângela de Castro Gomes, a “escrita de si”, entendida como os registros pessoais, a exemplo das cartas, diários e escritos diversos construídos, em sua maioria, no “espaço privado (...) de forma alguma elimina o público, que avultam em importância” por meio das práticas de uma escrita de si. Para essa autora, a escrita em si pode ser entendida, não

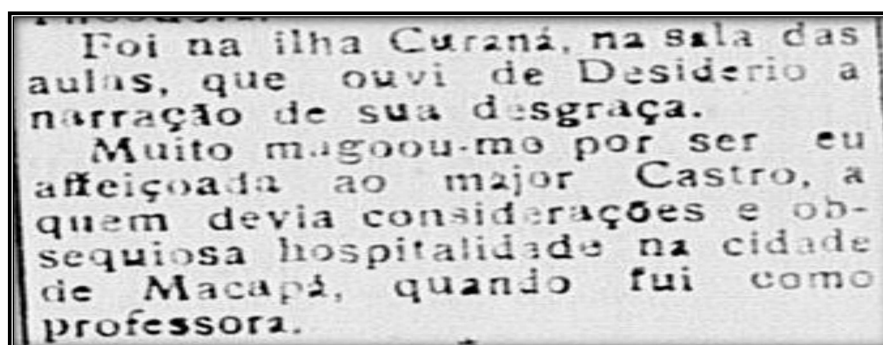
três séculos de rivalidade” (GRANGER, 2012, p. 21). Em função disso, essa região foi denominada de ‘O Contestado’. Em 1840, os franceses construíram um forte na margem direita do Oiapoque, isto é, em território oficialmente brasileiro, para proteger a Guiana francesa dos tumultos decorrentes da revolução da Cabanagem, no Pará. O Brasil reagiu com a implantação da colônia militar D. Pedro II na margem do rio Araguaia, que os franceses reclamavam como limite, o que foi considerado como uma agressão (GRANGER, 2012, p. 23). Em 1900, a arbitragem internacional interviu favoravelmente ao Brasil.

apenas como “práticas de produção”, ligadas diretamente à escrita, mas também como práticas da constituição da “memória em si”, ligadas a objetos pessoais e fotografias que povoam os espaços privados, que têm sido fundamentais para os estudos de indivíduo ou grupos de uma certa época e lugar.

Ainda, de acordo com Gomes, os registros do cotidiano, que dão testemunho e materializam a história do indivíduo e dos grupos a que pertencem, são também escritas de si, já que são capazes de evidenciar a relevância e de “dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas, que de forma alguma precisam ter qualquer característica excepcional para serem dignas de serem lembradas” (GOMES, 2004, p. 11). Portanto, a partir da perspectiva de Gomes, a escrita autorreferenciada de Carlota, construída no contexto dos anos finais do XIX e iniciais do XX, pode ser um exemplo de um tipo de escrita que embora focada no indivíduo, privilegia as relações deste indivíduo com o grupo. Esse tipo de escrita põe em evidência, não apenas os personagens do texto, mas também a própria autora.

Como quem “se apropria de si mesmo e torna-se sujeito da sua vivência”, Carlota compõe um texto que “apresenta uma ‘visão’ de si mesmo, do mundo e do outro e das suas relações recíprocas” (REIS, 2006, p. 22). Para além das outras temáticas trabalhadas em *Desidério*, que foram, em parte, trazidas para contextualizar o espaço e as condições em que se deu o início de sua atuação docente, o texto deixa claro que o “ser professora” para Carlota se estendia para além do espaço fechado da sala de aula. Foi como professora que ela pode entrar em contato com a realidade regional do norte do Pará e foi na sala de aula que teve acesso à história de *Desidério*, como nos informa o fragmento do texto apresentado na figura 19.

Figura 19: Parte do relato que Carlota ouvira de Desidério na sala de aula na ilha de Curuá



Fonte: DIÁRIO DE S. LUIZ, 8 de dezembro de 1924, fl.1¹²⁵

¹²⁵ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00146.0170-Rótulo: 093874/ Nome: Diário de S. Luiz (MA) - 1920 a 1949 /Ano 1924\Edição 00278 (1). Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&pesq=miguel%20olympio%20de%20carvalho&pasta=ano%20187>

Nos relatos de Carlota, como se observa no artigo *Desidério* e em sua obra “O Sertão”, ela menciona que nos períodos de férias escolares eram realizadas viagens e excursões para conhecimento do território, dos fatos históricos e da diversidade da região, a exemplo da viagem ao Tartarugal¹²⁶, que fez juntamente com o irmão Emygdio, Sua percepção sobre o espaço escolar fica evidente nesta passagem, na qual afirma: as “pinturescas informações dos campos do Tartarugal e da região dos lagos, ouvimos dos moradores das ‘Ilhas de Fora’, durante o ano letivo” (CARVALHO, 2000, p. 229).

Desidério, assim como alguns outros “pescadores e profissionais nos lagos”, foi aluno de Carlota (CARVALHO, 2000, p. 230; DIÁRIO DE S. LUIZ, 8 de dezembro de 1924, fl.1). Em “O Sertão”, ela faz questão de descrever esses moradores do lugar, como grandes conhecedores do território do interior, dos lagos à costa marinha, “o trançado dos canais que sarjam a terra mole e os parcéis do Cabo Norte; outros viajavam em barcos que subiam o Araguari nos quartos lunares para buscarem bois no Apurema e saíam em outro quarto lunar” (CARVALHO, 2011, p. 299). Esses “assuntos das conversações com que entretinham, durante as horas de folga” despertaram a “nossa curiosidade” e “sentimos desejo de ver as maravilhas de que davam notícias” (CARVALHO, 2011, p. 299; DIÁRIO DE S. LUIZ, 8 de dezembro de 1924, fl.1). Em relação aos relatos aos quais teve acesso, e que descreviam um paraíso recheado de beleza e poesia, afirma Carlota:

Diziam-nos que existiam grandezas e belezas naturais escondidas à vista e à cobiça do homem detrás da terra baixa e paludosa do Cabo Norte. Que lá, nessa passagem encantadora, existiam, desafiando estudos de geólogos e o estro de poetas, lagos grandes, profundos, cheios de água doce, boa, límpida, transparente em que se espelham os astros e as nuvens do céu. Que esses lagos são dispersos na vastidão de um campo de verde capim matizado de florzinhas e refrescado por brisas constantes. Que nesses lagos despejam-se rios, Tartarugal, Frexal, da serra, e deles saem para o oceano, águas volumosas em forma de rio por onde entram barcos grandes com velas abertas (CARVALHO, 2011, p. 299).

Assim, “nos últimos dias de novembro de 1887”, início das “férias escolares”, que se estendiam “até 31 de dezembro” (...), “num bom barco movido por duas velas grandes e uma bujarrona (...), navegamos em busca do Araguari”. “E lá fomos num entusiasmo de moços” (CARVALHO, 2011, p. 300), movidos pela curiosidade acerca dos relatos recebidos

¹²⁶ Localizada no, hoje município de Tartarugalzinho, estado do Amapá. Na região do Tartarugal, o rio brasileiro, famoso por suas quedas d’água, deu nome ao primeiro povoado, que ficava às margens de um rio com o mesmo nome. No entanto, o fato desse rio apresentar dificuldades de navegação fez com que alguns moradores se mudassem para outro lugar, que denominaram de Tartarugalzinho, por se tratar de um afluente do rio Tartarugal Grande, onde as dificuldades de transporte, tanto dos moradores quanto do gado via fluvial, estavam equacionadas (<https://www.portal.ap.gov.br/conheca/tartarugalzinho>; <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tartarugalzinho>).

relacionados à “Guyana brasileira”¹²⁷ (DIÁRIO DE S. LUIZ, 5 de dezembro de 1924, fl.1). E, também, se perguntava:

Como explicar a existência desses grandes depósitos de água doce, “sem travo de sal tão perto do oceano? Como seria o campo de Tartarugal? Teria o aspecto dos campos do sertão do Maranhão e Goiás ou a natureza desdobrara-o com feição diferentes? E a multidão de porcos, de veados, de onças a vaguearem sem medo? (CARVALHO, 2011, p. 300).

Em *Desidério*, Carlota narra momentos de generosa e afetiva acolhida, fazendo referência ao professor Leopoldino Cacella, sua esposa Zola e família, moradores de Chaves¹²⁸, que a conduziram até sua morada e *deram-me um tratamento fidalgo*, quando estive de passagem pela ilha de Marajó. Sobre os momentos de lazer na aprazível Chaves, afirma Carlota, que *em companhia da esposa e cunhadas do meu colega Leopoldino Cacella, passei nas praias de Chaves, banhei-me na água do Atlântico e apanhei cajus* (DIÁRIO DE S. LUIZ, 8 de dezembro de 1924, fl.1). Faz *menção especial ao presidente da Câmara Municipal, Amâncio Spíndola e sua família, que muito me obsequiaram* (DIÁRIO DE S. LUIZ, 8 de dezembro de 1924, fl.1). Refere-se, ainda, à hospitalidade recebida na cidade de Macapá quando foram, ela e o irmão Emygdio, tomar posse como professores de Bailique, após as nomeações ocorridas em janeiro de 1887, afirmando que:

Em Macapá, onde o “Viseu”, demorava 24 horas, fomos hospedados e obsequiados pelo comandante da fortaleza, major Castro, que voltava da Guerra do Paraguai ornado por distinção por atos de bravura. Acompanhados por ele que nos serviu de cicerone, vimos a cidade e admiramos a beleza natural. Dele ouvimos a menção da dança seringador, que ele disse ser um “costume nacional da Pinzônia”¹²⁹ (DIÁRIO DE S. LUIZ, 8 de dezembro de 1924, fl. 1).

Mais tarde, devido à violência praticada contra Desidério e ao povo humilde da região de Bailique por parte do Major Castro, o comandante militar do presídio D. Pedro II, e seus

¹²⁷ A expressão Guyana brasileira é utilizada por Carlota em relação ao Amapá, por se tratar do significado etimológico da palavra “terra de muitas águas” na língua “aruaque”. Até o século XIX, essas terras correspondentes ao estado Amapá eram conhecidas com “Guiana brasileira” e no período colonial, “Guiana portuguesa” (CWIK, 2015, p. 173). A região conhecida, até o século XIX, como “Costa do Cabo do Norte foi o foco de conflitos militares entre portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e ingleses, pelo controle da entrada e saída do rio Amazonas. Outro motivo foi a riqueza dos recursos naturais, principalmente, a madeira, as resinas, os frutos corantes, os óleos vegetais, além dos produtos de pesca, mas o recurso mais cobiçado foi o ouro” (CWIK, 2015, p. 174).

¹²⁸ “Chaves é uma villa edificada junto a praia do Atlântico e estende as ruas abeirando a praia. Campo vasto superficiando a planície da ilha com a altura pouco superior ao nível do oceano, orla e villa” (DIÁRIO DE S. LUIZ, 8 de dezembro de 1924, fl.1).

¹²⁹ Pinzonía, nome dado à região da foz do rio Amazonas. “Descoberta em janeiro de 1500 por Vicente Pinzón, que navegara à vista da costa desde o Cabo de Santo Agostinho (...), essa região foi cobiçada por quantos procuravam a Fonte de Rejuvenescimento e o Eldorado” (CARVALHO, 2000, p.224).

comandados, Carlota se posiciona:

(...) voltou da Guerra do Paraguai coberto de distinções por actos de bravura, o que significa actos de crueldade e perversão de sentimentos humanitários. De facto o soldado recebe educação análoga a que é dada à fera ensinada a matar. Começa-se a incutir o dever da obediência passiva, sem reflexão, sem consciência do acto e a conclue despojando-se de todos os sentimentos bons. O mérito está na crueldade e na inconsciência. Quanto mais fere, mais sanguinário, mais louvável. Mata a quem não conhece, nunca lhe fez mal, não tem motivo para odiar e é, como elle, igualmente forçado a matar; a quem não conhece nem tem motivo para odiar. Por lei reguladora dos destinos da humanidade só conhece a força e só preconiza a brutalidade da força. (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 6 de dezembro de 1924, fl.1).

Ela continua, destacando que:

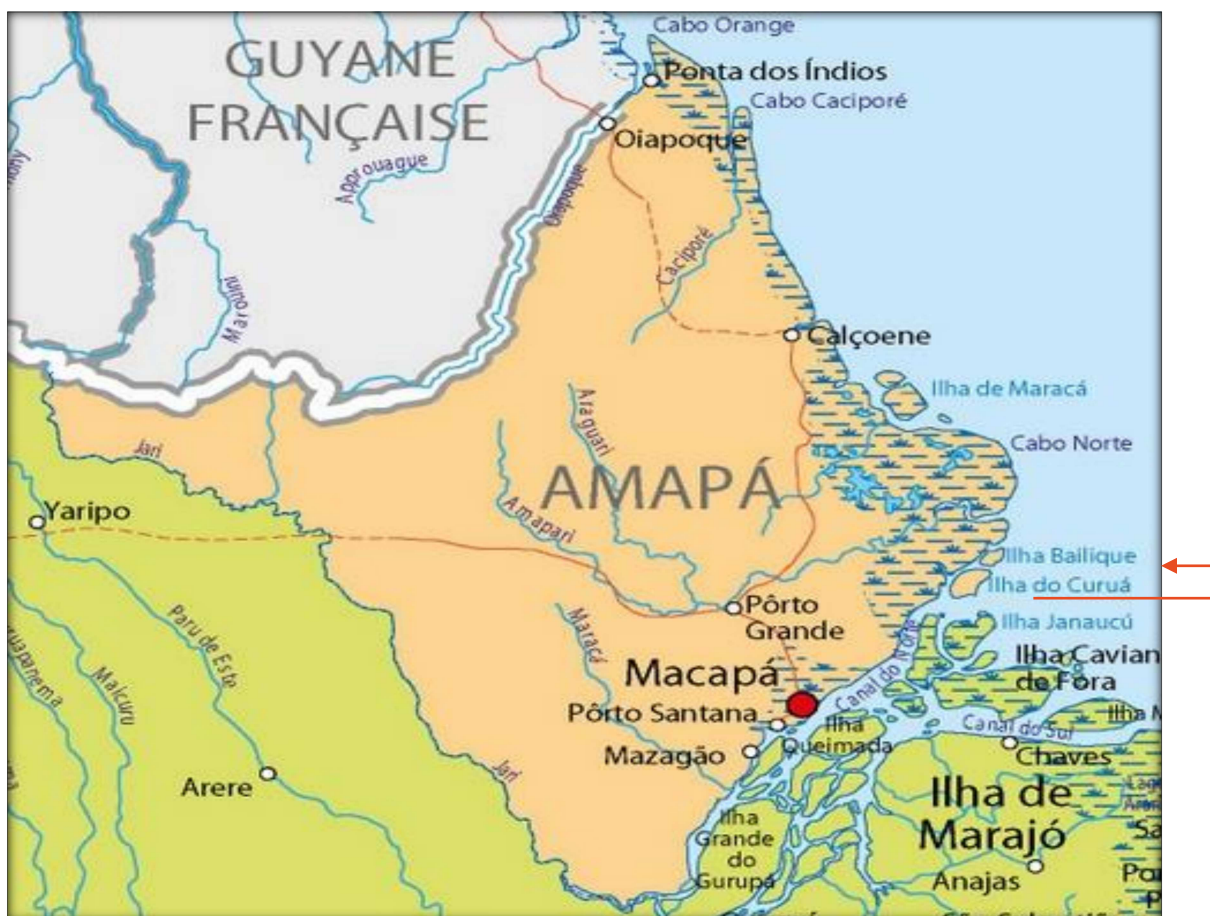
Para o militar não existe a força abstrata do direito. Elle concretisa-a na violência e arbítrio. E quanto mais violento mais adorado pelos soldados educados pela disciplina militar. Homem sem cultura intelectual e educado na guerra cruel e horrorosa feita no Paraguai, o major Castro, simples voluntário que ganhou postos por “actos de bravura”, aprendeu a norma do governo peculiar do regime militar e gostou da violência (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 8 de dezembro de 1924, fl.1).

No contato com Desidério, no espaço de sala de aula, Carlota pôde ter acesso à história do lugar, a partir de outra perspectiva, diferente da inicialmente oportunizada através do contato com o major Castro e sua família. Nesse sentido, aproximou-se do que Jim Sharpe (1992), em “A História vista de baixo”, propôs, ao “explorar a história, do ponto de vista do soldado raso, e não do comandante”, dando voz ao soldado britânico William Wheeler, que vivenciou o ataque da batalha de Waterloo, em junho de 1815. Por meio de uma carta à sua esposa, William Wheeler, narra o ataque descrevendo “a partir de outra perspectiva, a experiência de suportar o fogo da artilharia francesa, seu regimento destruindo um corpo de couraceiros inimigos (...) o espetáculo de montes de corpos queimados” (SHARPE *in* BURKE, 1992, p. 39-40). O exemplo clássico do referido soldado britânico, segundo Sharpe (1992), tem levado vários historiadores a se conscientizarem da possibilidade de exploração de outras perspectivas do passado. Sobre a história vista de baixo, Sharp (1992) cita também Thompson (1965), que afirma estar “interessado em resgatar o pobre descalço, o agricultor ultrapassado, o tecelão (...), o artesão” (*in* BURKE, 1992, p. 41). Dessa forma, Carlota, mesmo que inconscientemente, por meio do artigo *Desidério*, nos conta a história do lugar a partir de um personagem que a historiografia tradicional não destacaria.

No estado do Pará, a professora Carlota teve uma experiência docente intensa e dinâmica. Atuou, como já informamos, nas ilhas Bailique, hoje pertencentes ao estado do Amapá, e teve

uma breve passagem por Veiros, também conhecida como vila de Maruá, na margem direita do rio Xingu. Documentos publicados em jornais, como o *Diário de Belém*, o *O Liberal do Pará* e o *Diário de Notícias do Pará* dão conta de nomeações, transferências, demissões e, até, abaixo-assinado da população local em favor da professora. Carlota permaneceu no estado do Pará como professora até os primeiros anos da República, quando retornou ao Maranhão.

Figura 20: Mapa do estado do Amapá.



Fonte: https://www.portalbrasil.net/estados_ap.htm¹³⁰

Logo após sua chegada em Bailique, ilha que leva o mesmo nome do arquipélago, Carlota se depara com vários inconvenientes para o funcionamento da escola, em um lugar que, naquela ocasião, possuía apenas duas casas sem acesso à água potável, dando-se conta da inexistência de *casas para instalação das escolas* (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 8 de dezembro de 1924, fl.1). “À vista do exposto”, afirma Carlota, que “foi levado ao conhecimento do presidente da Província e do Diretor da Instrução Pública”, acerca da transferência da “sede da

¹³⁰ Destaque para o conjunto de ilhas localizadas entre o estado do Amapá e a ilha de Marajó-PA (*Grifo nosso*)

escola para a ilha de Curauá¹³¹, grande e muito habitada, onde o português Domingos Mourão pôs à nossa disposição duas casas boas na riba do igarapé Limão¹³²” (CARVALHO, 2000, p. 226).

Figura 21: Mapa do arquipélago do Bailique (ilhas de Bailique e Curuá)



Fonte: <http://casteloroger.blogspot.com/2013/09/imagens-de-limao-do-curua-bailique.html>.
(www.google.com.br) / Destaque para Limão do Curuá, local onde Carlota sediou a escola.

As disputas políticas em torno dos cargos públicos, próprios da demarcação de poder, num momento de acirradas contendidas entre liberais e conservadores¹³³, monarquistas e republicanos, chegam à professora Carlota Carvalho. Foi neste contexto que a irmã de João Parsondas de Carvalho, pessoa influente nas fileiras dos liberais paraenses, teve seu cargo de professora pública das ilhas Bailique reivindicado por um senador, correligionário da presidência da província, no auge do domínio do Partido Conservador na província do Pará.

¹³¹ “Curauá, é uma planta nativa da região amazônica, da família das bromeliáceas, sendo o seu nome científico *Ananás erectifolius*”. Muito comum na região, utilizada na produção de fibras, essa planta, dá nome à ilha, hoje mais conhecida por Curuá. (SANTOS. 2013, p. 32). “Curauá ou Curuá” (...) de superfície plana pouco acima do nível do oceano (...) é a maior desse lado do canal grande, é redonda, tem uma légua de comprimento e quase igual largura” (CARVALHO, 2000, p. 221-222).

¹³² “Pelo lado banhado pelo canal grande, nela penetram, até mais da metade, pois grandes regos, o igarapé do Limão e o Igarapé grande, navegável de maré cheia, os quais dão bons ancoradouros a barcos dentro de suas fozes” (CARVALHO, 2000, p. 222).

Essa contenda política entre conservadores e liberais no estado do Pará, embora refletisse o cenário de disputa política dos anos finais do Império, tomavam uma proporção ainda maior nas províncias onde se faziam sentir os interesses individuais dos políticos regionais. Visando à uma melhor compreensão acerca da situação político-partidária dos anos finais do Império brasileiro, faremos uma breve caracterização dos partidos na segunda metade do século XIX.

O cenário político brasileiro do Segundo Reinado, de acordo com Alonso, foi marcado pelas disputas entre duas forças políticas, notadamente entre dois partidos políticos, o Liberal e o Conservador, também conhecidos como os *Luzias*¹³⁴ e os *Saquaremas*¹³⁵. Para essa historiadora, a existência de dois partidos no cenário político, por si, “atesta uma diferenciação regional de interesses econômicos e de programa” (2002, p. 66). De acordo com José Murilo de Carvalho (1980), esses dois partidos se solidificaram durante o Segundo Reinado, a partir de características mais ou menos distintas, mesmo que a linha ideológica que os definia como tal nem sempre tenha sido determinante para filiação nessa ou naquela agremiação partidária. Ou seja, na prática, pouco se diferenciavam, além de ser muito comum a troca de partido. Embora as dificuldades de alinhamento ideológico, pode-se afirmar que o Partido Conservador era lugar de concentração dos “burocratas e donos de terra de áreas de agricultura de exportação e de colonização antiga, sobretudo no Rio de Janeiro”, enquanto que o Partido liberal, “era composto de profissionais liberais e proprietários que produziam para o mercado interno em áreas de Minas Gerais, São Paulo e Rio grande do Sul. Ambos tinham enraizamento na Bahia e em Pernambuco” (CARVALHO *apud* ALONSO, 2002, p. 66).

Ao tratar da política partidária dos anos finais do século XIX, Schwarcz chama a atenção para a existência da política de unidade nacional estabelecida durante o Segundo Reinado em torno da figura do jovem imperador D. Pedro II. Esse empreendimento, de acordo com essa autora, até certo ponto, fora bem sucedido, sobretudo, pela integração federativa das províncias em torno da Corte e pelo Ministério da Conciliação, que previa, segundo Schwarcz (1998, p.

¹³⁴ Luzias, alcunha dada aos liberais, em referência ao local de uma derrota militar, sofrida em 1842. Nessa derrota ocorrida na vila mineira de Santa Luzia, os liberais protestavam de armas em mãos contra o fechamento da Câmara liberal por D. Pedro II. A eleição para essa Câmara ficou conhecida como “eleição do cacete” em virtude do recurso a atos de violência ocorridos durante o pleito. “Tomando-se o intervalo de tempo decorrido entre o fim das Regências e a conclusão do movimento praieiro, que agitou a província de Pernambuco de 1845 a 1848, pode-se vislumbrar uma política dos luzias que tendia mais para a descentralização provincial”. (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 361)

¹³⁵ Saquaremas, apelido dos conservadores em razão de seus principais líderes serem fazendeiros da região que tinha esse nome e localizava-se no norte do Rio de Janeiro, conhecido como o reduto dos chefes conservadores, com grande parentela naquela localidade. A rápida expansão do termo Saquarema, por sua vez, pode ser explicada, segundo Mattos, pelo predomínio liberal entre 1844 e 1848. Carregando também um sentido maledicente, já que lembrava “protegido” ou “favorecido”, o nome mais se parecia com um revide dos Luzias — tão estigmatizados por seu apelido — que arriscavam associar Saquarema à ideia de “sacar” (SCHWARCZ, 1998, p. 172)

166), que “os dois partidos se revezariam no poder”. Assim:

Os conservadores triunfaram nas eleições de 1836, governando de 1837 a 1840. Nesse ano a oposição liberal - que assumiu o governo aliada a alguns conservadores - torna-se vitoriosa e permanece no poder até 1841. Mais uma vez os conservadores, de 1841 a 1844; liberais, de 1844 a 1848; conservadores, de 1848 a 1853, e é em 1853 que se inaugura a “conciliação”, misturando representantes dos dois partidos nacionais e marcando uma nova orientação na política imperial (SCHWARCZ, 1998, 166).

Dessa forma, ainda, de acordo com Schwarcz, a partir de 1858, esses partidos continuaram separados, porém, governando alternadamente. No entanto, ressalta-se, que mesmo separados, mantiveram-se sob constante manipulação de D. Pedro II, que se aproveitava das oscilações políticas para estar à frente de todos, numa descarada “política de clientelismo” (1988, p. 166). Sobre essa manipulação Graham (1997), citado por Schwarcz, afirma que “de 1840 a 1889, d. Pedro II sempre aconselhado pelo Conselho de Estado, dissolveu o Congresso onze vezes” e que, durante o Segundo Reinado, somente “sete congressos cumpriam seu mandato completo de 4 anos”, diante de um “total de 18 eleições nacionais durante seu reinado” (Graham *apud* Schwarcz, 1988, p. 848).

Para Duarte (2016, p. 97), essa política de conciliação funcionou graças à habilidade do monarca e à ação do Ministério da Conciliação, que equilibrou a presença de liberais e conservadores na composição dos ministérios do Império, resultando, assim, em uma estabilidade política até então nunca alcançada no país. Porém, de acordo com essa autora “a deflagração da Guerra do Paraguai, as restrições internacionais ao tráfico negreiro e questionamentos à administração imperial de parte dos setores eclesiástico e militar revelaram que alguns pontos de conflito permaneciam em aberto” (DUARTE, 2016, p. 97). Essas tensões, geradas, em especial a partir das últimas décadas, ainda, segundo Duarte, foram cruciais para a criação e ascensão do Partido Republicano e a Proclamação da República em 1889. (2016, p. 97).

A instrução pública, de acordo com Duarte, embora houvessem divergências quanto aos seus rumos, pelo menos nos discursos, tinha um lugar de destaque na agenda das autoridades públicas nesse momento da história nacional, se constituindo, contudo, em objeto de disputa no interior das províncias (2016, p. 97). Dessa forma, não raro ocorriam intervenções político-partidárias nos espaços educacionais e, até no trabalho docente, como ocorreu com a professora Carlota Carvalho, durante o exercício da docência no estado do Pará.

O *Diário de Belém*, de 2 de março de 1888 (fl.2), traz a nota endereçada à Diretoria Geral da Instrução Pública do Pará, solicitando a exoneração da professora Carlota Olympia de

Carvalho do cargo de professora pública do distrito de Bailique. A nota parte de uma solicitação oficiada pelo senador Siqueira Mendes¹³⁶, do Partido Conservador, redigida em 7 de fevereiro de 1888, e tem o seguinte teor:

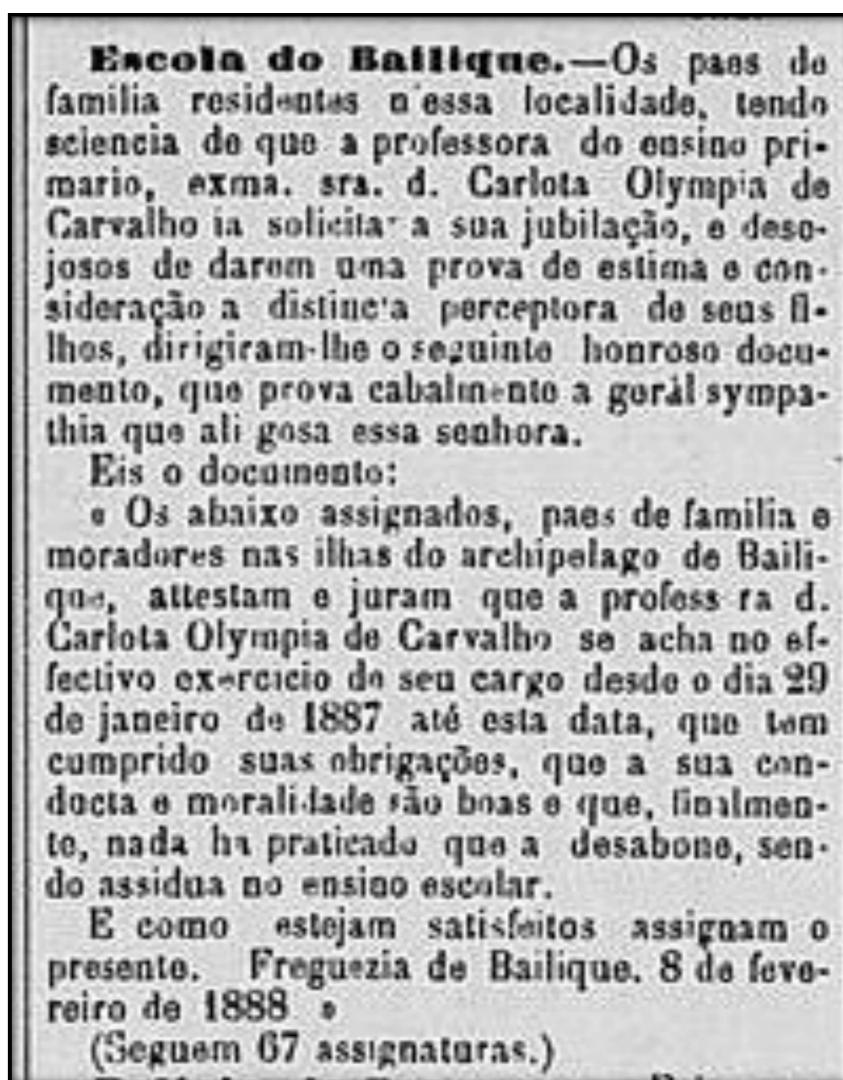
Illm. e exmo. Sr. – Chegando ao meu conhecimento que a professora de 1º grão da freguesia de Bailique, d. Carlota Olympia de Carvalho, NÃO RESIDE NESSA LOCALIDADE HÁ MAIS DE SEIS MEZES, SEM MOTIVO JUSTIFICADO, proponho a v. exc. a sua exoneração, e a nomeação da normalista d. Silveria Maria de Nazareth Loureiro, para substituí-la. – Deus guarde, etc. (DIÁRIO DE BELÉM, de 2 de março de 1888 (fl. 2).

A ação política, encabeçada pelo senador Siqueira Mendes, gerou reações por parte da população local, que se manifestou contrária à exoneração da professora Carlota. A comunidade se manifestou por meio de um abaixo-assinado, que teve a adesão das famílias moradoras das diversas ilhas do arquipélago de Bailique, cujos filhos eram atendidos na escola na ilha de Curauá pela professora Carlota.

A manifestação da comunidade foi decisiva para a manutenção da professora na ilha. O *Diário de Belém*, de 9 de março de 1888 (fl. 2), publica a seguinte nota (figura 22) referente ao posicionamento da comunidade, que contou com um total de 67 assinaturas dos pais de família do arquipélago de Bailique.

136 Manuel José de Siqueira Mendes (1825 -1892), sacerdote católico e político brasileiro. Foi professor de Teologia e Moral do Seminário e de latim no Liceu Paraense. Foi um dos fundadores do Colégio Santa Cruz em Belém, que mais tarde passou a chamar-se Colégio Paraense. Em Cametá, fundou outra instituição de educação, também chamada de Colégio de Santa Cruz. Iniciou sua vida política junto ao Partido Liberal, mas rapidamente passou para o Conservador, onde em pequeno espaço de tempo, impulsionado por seus ideais e sagacidade, passou a desempenhar papel de destaque, tornando-se a partir da década de 70, um de seus indiscutíveis chefes. Uma década depois era chamado de o chefe único do Partido Conservador do Pará. Por diversas vezes foi eleito para a Assembleia Provincial, onde em alguns mandatos, desempenhou a função de presidente da casa. As disputas entre liberais e conservadores, sempre marcaram a política paraense, chegando-se a afirmar que dentro da província não existiam partidos políticos, mas sim interesses pessoais alimentados pelas presidências. Eram verdadeiras brigas pessoais, onde todos eram atacados tanto no âmbito público como privado. O cônego em nenhum momento esteve distante deste tipo de política regional, sofrendo freqüentes ataques de seus opositores e no início da década de 70, tendo que enfrentar uma cisão dentro de seu partido, o que levou a criação de uma sociedade opositora a sua liderança e ao nascimento do partido Católico, liderado por Dr. Pinheiro e o futuro Barão de Igarapé Miry. Foi deputado provincial, deputado geral, vice-presidente de província e senador do Império do Brasil de 1886 a 1889 (<https://sib1888.files.wordpress.com/2016/07/siqueira-mendes.pdf>).

Figura 22: Abaixo-assinado dos pais de famílias e moradores de Bailique em apoio à professora Carlota Olympia de Carvalho



Fonte: DIÁRIO DE BELÉM, 9 de março de 1888¹³⁷

Os dois documentos, tanto a solicitação do senador Siqueira Mendes como o abaixo-assinado da população de Bailique, vieram a público no mês de março de 1888, porém ambos foram elaborados em 8 de fevereiro de 1888, com diferença de apenas um dia entre eles. Percebe-se com isso a existência de um conflito bem anterior às datas de elaboração dos referidos documentos e sua consequente publicação, o que demonstra que a trajetória da professora Carlota Carvalho, no estado do Pará, foi atingida por disputas político-ideológicas.

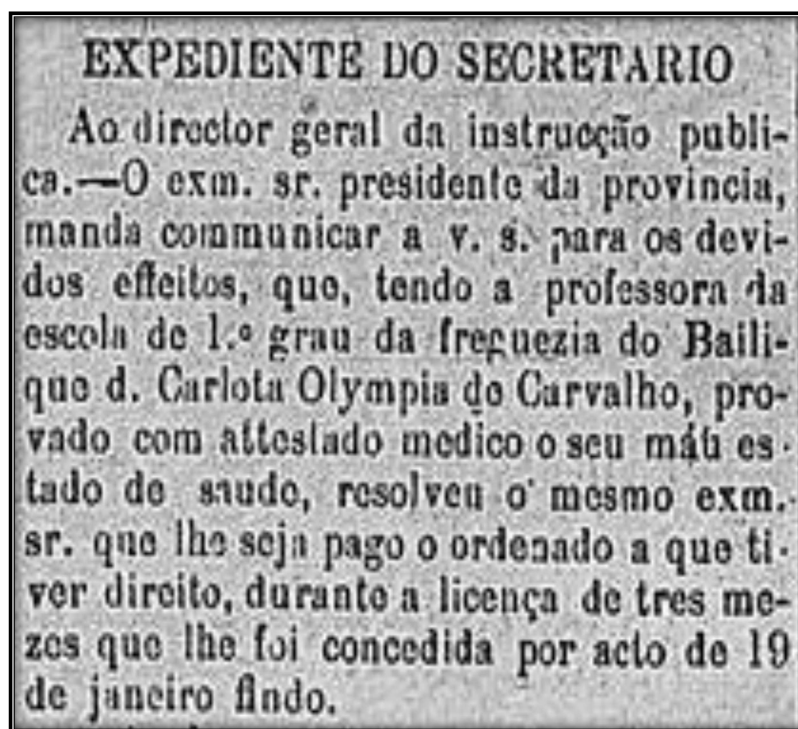
Em *Desidério*, Carlota menciona um episódio que lhe fez ausentar-se da escola por um

¹³⁷ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00009.0170 - Rótulo: 222402 Ano 1888\Edição 00056 (1). Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222402&pesq=carlota%20olympia%20de%20carvalho&pasta=ano%20188>

período de três meses. Quando sentiu-se doente, “*com problemas de desarranjos de estômago, mau funcionamento do baço, algumas visitas de febre intermitente, resquício de sezão, apanhado no Jacundá, abaixo do ‘Ita óca’*. *Pedi licença de três mezes para ir tratar-me na capital*” (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 8 de dezembro de 1924, fl.1). A licença da professora gerou um processo de pedido de exoneração por abandono do trabalho. Porém, a apresentação dos documentos comprobatórios referentes ao seu estado de saúde e de cópia do ato de concessão da referida licença, assinada por quem de direito, foi motivo suficiente para o acatamento do recurso, por ela impetrado, e houve a revogação da demissão anunciada.

O jornal *O Liberal do Pará*, de 19 de julho de 1889 (fl.1), na coluna “Expediente do Secretário”, publica uma nota endereçada ao diretor geral da Instrução Pública do Pará, para que a exoneração da professora fosse revogada e lhe fossem ressarcidos os meses de salários indevidamente não pagos.

Figura 23: Notícia da revogação do ato de exoneração



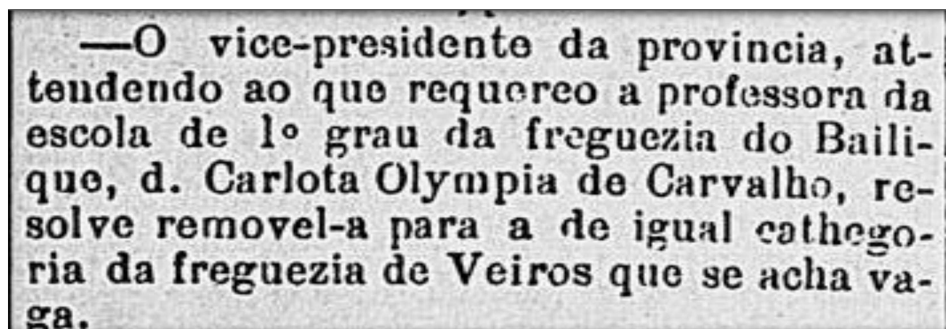
Fonte: O LIBERAL DO PARÁ, 19 de julho de 1889, p.1. ¹³⁸

No ano de 1889, Carlota foi transferida para Veiros, conforme a nota publicada no jornal *O Liberal do Pará*, em 22 de agosto de 1889, fl. 1 (figura 23). Por ordem de ofício do Diretor

¹³⁸ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00009.0170 - Rótulo: 22240 / Ano 1889\Edição 00160 (1). Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222402&pesq=carlota%20olympia%20de%20carvalho&pasta=ano%20188>

Geral da Instrução Pública do Pará, no dia 7 de junho de 1889, ela irá assumir *a vaga de docência na escola de 1º grau*, (O LIBERAL DO PARÁ, 23 de agosto de 1889, p. 2) *de igual categoria da freguezia de Veiros* (O LIBERAL DO PARÁ, 22 de agosto de 1889, fl. 1).

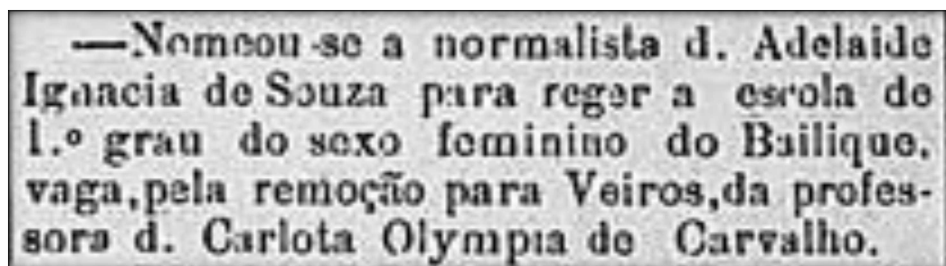
Figura 24: Nota de remoção de Carlota para Veiros (PA)



Fonte: O LIBERAL DO PARÁ, 22 de agosto de 1889, fl. 1¹³⁹

A portaria de transferência da professora Carlota Olympia de Carvalho para Veiros está datada de 4 de junho de 1889. O ato procedia do gabinete do então vice-presidente da Província do Pará, o conservador João Policarpo dos Santos Campos, que no exercício interino da presidência, assina a Portaria de transferência e dá publicidade na coluna “Expediente do Governo”, do jornal *O Liberal do Pará*, de 9 de junho de 1889, fl. 1.

Figura 25: Nota de remoção de Carlota para Veiros e nomeação de substituta em Bailique



Fonte: O LIBERAL DO PARÁ, 9 de junho de 1889, fl. 2¹⁴⁰

Em setembro do mesmo ano de 1889, Carlota teve sua demissão publicada na coluna “*Parte Official*” do jornal *O Liberal do Pará*, de 21 de setembro de 1889, por ato do então vice-presidente da Província do Pará, José de Araújo Roso Danin, que a exemplo de seu

¹³⁹ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00009.0170 - Rótulo: 704555 / Nome: *O Liberal do Pará* (PA) - Ano 1889 - Edição 00188 (1). Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222402&pesq=carlota%20olympia%20de%20carvalho&pasta=ano%20188>

¹⁴⁰ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00009.0170 - Rótulo: 704555 / Nome: *O Liberal do Pará* (PA) - Ano 1889 - Edição 00129 (1). Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222402&pesq=carlota%20olympia%20de%20carvalho&pasta=ano%20188>

antecessor, estava no exercício interino da Presidência (de 18 de junho a 24 de julho de 1889). O referido ato, de acordo com o que consta na Portaria de exoneração, tem por base as solicitações via *offícios* 210 e 269, de 3 de maio do ano em curso, da parte do *director geral da Instrução Pública do Pará (...)* e do *parecer do Conselho* (O LIBERAL DO PARÁ, 21 de setembro de 1889, p. 1).

A portaria de exoneração da professora Carlota Olympia foi publicada no Jornal *O Liberal do Pará*, de 21 de setembro de 1889, e está datada de 23 de julho de 1889. Assinada pelo vice-presidente provincial José de Araújo Roso Danin, um dia antes deste ser substituído na Presidência da Província pelo liberal Antônio José Ferreira Braga, que, por sua vez, permaneceria no cargo de 2 de agosto de 1889 a 16 de novembro de 1889, quando seria deposto pela recém instaurada República, no dia 15 de novembro de 1889.

Segundo consta em *O Liberal do Pará*, de 21 de setembro de 1889, nessa data, 23 de julho de 1889, o vice-presidente provincial José de Araújo Roso Danin assinou muitos atos de transferências e demissões. Entre estes atos, consta a demissão de Emygdio Olympio de Carvalho da vaga de professor do sexo masculino de Bailique e de Anna Pereira do Livramento, professora do sexo feminino de Mazagão, sendo que, segundo consta no extrato da Portaria publicada n' *O Liberal*, a exoneração baseava-se no fato de os referidos professores terem sido nomeados sem concurso (O LIBERAL DO PARÁ, 21 de setembro de 1889, p. 1). Tais atos, praticados pelo vice-presidente, um dia antes de deixar o cargo não deixam de ser interpretados como decisões motivadas por questões político-partidárias derivadas das disputas político-ideológicas existentes entre conservadores, liberais e republicanos, às vésperas da Proclamação da República. Depois desse episódio, Carlota permaneceu mais alguns anos no Pará, antes de retornar ao Maranhão.

3.3 A ITINERÂNCIA DA DOCÊNCIA NO SERTÃO MARANHENSE

O Jornal *Diário do Maranhão*, de 29 de outubro de 1896 (fl. 2), dá conta da volta de Carlota ao Maranhão, em companhia de irmãos e de um cunhado. Diomar Motta (2002, p. 6) afirma que, ao retornar ao mencionado Estado, Carlota passa a residir durante algum tempo na cidade de Carolina, lugar considerado pela autora como o centro intelectual do sertão maranhense no período. Nesse lugar, Carlota teve o privilégio de conviver e aprender com homens e mulheres que “estudam e aprendem pelo gosto de saber”, onde “o amor às letras e ao útil desenvolvimento do raciocínio é comum a ambos os sexos” (CARVALHO, 2000, p. 86). Em “O Sertão”, Carlota faz registros sobre as oportunidades que teve de conviver com pessoas

que, como ela, se dedicavam ao saber e à docência, tais como Josyna Ayres, professora, poetisa e oradora, e Maria Luiza Chrisantina, todas pertencentes ao círculo intelectual de Carolina (CARVALHO, 2000, p. 86).

No sertão maranhense, Carlota exerceu a docência de Primeiras Letras em vários municípios da região centro-sul e sul do estado. Em “O Sertão” e nos jornais, apesar de encontrarmos informações sobre a educação da região, a atuação de professores e professoras e as instituições de ensino do sul do Maranhão e norte do Goiás, Carlota pouco fala de sua atuação como docente.

Figura 26: Localização da região do Sertão Maranhense



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Maranh%C3%A3o_do_Sul

Por outro lado, os escritos de Carlota sobre a realidade educacional do sertão maranhense nas últimas décadas do século XIX e primeira metade do século XX demonstram seu grande conhecimento sobre a realidade vivida pelos maranhenses. Seu acurado senso crítico se faz perceber no momento em que, apesar de reconhecer o aguerrido e abnegado trabalho de homens e mulheres que se arriscaram na nobre missão de educar, ela expõe as condições de trabalho em que esses docentes e letrados, que se dedicavam ao saber e à cultura, atuavam, quando afirma: “Conduz livros através de florestas e imerge-se no sublime dos ideais, esquecido

do precário de sua existência sob um teto de palhas, mal vestido, descalço e mordido por mutucas e muriçocas, tendo um livro na mão” (CARVALHO, 2000, p.150).

Por meio da sua escrita, Carlota denuncia o abandono educacional a que a população sertaneja estava submetida, com um baixíssimo número de leitores e uma total inexistência de políticas educacionais para enfrentamento dessa realidade. Afirmava que as tentativas individuais e particulares não eram capazes de vencer o problema, pois “infelizmente, essas tentativas não foram secundadas pelo concurso espontâneo de leitores, que poucos eram em uma população analfabeta de pais em que o ensino é mentira oficial para justificar despesas orçamentárias” (CARVALHO, 2000, p.150).

Os registros apontam que, no sertão maranhense, Carlota não foi professora pública, mas a exemplo de seu irmão João Parsondas, passou a se dedicar à função de professora itinerante, categoria docente muito presente na realidade sertaneja do século XIX e meados do século XX. Os professores itinerantes foram figuras importantes no contexto educacional do sertão maranhense e sua presença foi crucial para levar educação, em especial, das primeiras letras, aos lugares mais distantes, onde o estado não chegava.

As escolas eram criadas por iniciativa particular, sendo que o pai, geralmente, das famílias abastadas, contratava professores para escolarizar os filhos, e estes, uma vez contratados, por um certo tempo, passavam a morar nas dependências da propriedade rural, onde os filhos do contratante e de outros proprietários do entorno se dirigiam para receber os ensinamentos. As aulas se davam em salas multisseriadas, que acolhiam alunos com idades diversas. A escola, geralmente, consistia em um cômodo improvisado nas dependências da propriedade rural, como ressalta Milhomem (1995), ao descrever a escola da propriedade de sua família, na qual Carlota, já com idade avançada, contando com 67 anos, teria trabalhado. Foi nessa escola, que ele, no ano de 1931, teria sido aluno de Carlota Carvalho:

Instalada a escola, como era de praxe, os alunos sentados nos longos bancos de madeira, em volta do salão; a professora no canto que dava para a janela, perto da porta de entrada; e no centro para os ditados, uma grande e alta mesa, em volta da qual ficavam as cadeiras, algumas altas outras mais baixas, para possibilitar aos meninos muito baixinhos, uma posição satisfatória para a escrita (MILHOMEM, 1995, p. 32).

A metodologia de ensino utilizada por Carlota para a alfabetização, de acordo com Milhomem (1995), tinha uma sequência, sendo que começava-se pelo “A, B, C, em letras de imprensa e manuscrita; a minúscula ao lado maiúscula correspondente” e as “lições eram seguidas da primeira e a mais simples lição, contendo, as letras iniciais das principais palavras” (p. 32). A identificação das letras era o primeiro passo, seguida da soletração e posterior

pronúncia das palavras. “Era divertido”, afirma o autor, “e não demorou muito para que dominássemos a leitura”. Na cartilha, “quase sempre, vinha uma figura ou retrato do objeto ou animal que encerrava o motivo central da lição” (MILHOMEM, 1995, p. 32-33). As lições de aritmética consistiam em “decorar a tabuada” (MILHOMEM, 1995, p. 33).

Para a turma iniciante, tudo corria às mil maravilhas. Logo começamos a cobrir, com tinta, as letras desenhadas a lápis, pela professora, que por sinal, tinha a letra bonita e fácil de cobrir. Em seguida, o livro-texto foi-nos apresentado. Era o PRIMEIRO LIVRO, de Felisberto de Carvalho¹⁴¹, então usado pelos professores do sertão, como base para o curso inicial. Depois tinha o SEGUNDO LIVRO, bem mais difícil; e, por fim, o TERCEIRO, que continha ensinamentos muito importantes, especialmente de botânica e outras ciências, utilizado, somente pelos alunos considerados bem adiantados (MILHOMEM, 1995, p. 32).

A historiadora Edelvira Marques de Moraes Barros (1996), em seu livro “Imperatriz, memória e registro”, ao tratar da educação na região sertaneja do Maranhão, em especial, na Vila de Imperatriz, afirma que no sertão, em diversas fazendas, as escolas começaram a existir, bem antes de 1896, ano da criação da primeira escola particular na sede da Vila. Para essa autora, algumas dessas escolas sertanejas ficaram bem famosas, a exemplo da instalada na “Fazenda São João do Retiro, de João José Milhomem”, que “funcionou por muitos anos com ótimos professores, como por exemplo, o professor João da Matta, depois deputado provincial, eleito por Carolina” (BARROS, 1996, p. 47). Estas escolas, de iniciativa particular, se espalhavam pelas fazendas e sede das principais vilas, sempre ancoradas no nome dos professores, que, geralmente, utilizava-se das múltiplas funções que exerciam, além da docência, para atrair alunos. Afirma Barros (1996):

Outra escola que deu ótimos frutos foi o da Fazenda Boa Esperança, de Juvenal do Rego Barros; seu mais ilustre professor foi João Pereira Lima, que na sede da Vila exerceu vários cargos públicos: foi escrivão, juiz de Direito substituto, vereador e presidente do Conselho de Intendentes. Na sede da Vila, distinguiu-se muitos bons mestres como Manoel de Sousa Lima, escritor louvado; Manoel Rodrigues Bandeira, formado em Coimbra; professora Perpétua Sampaio e, mais tarde, Vital Álvares Pereira. (BARROS, 1996, p. 47).

Na região sertaneja do Maranhão, era comum as famílias mais abastadas trazerem professores de longe para exercerem a função nas fazendas e nas vilas distantes. Essa falta de professores, de acordo com Barros (1996), era, por vezes, compensada pela

¹⁴¹ Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho, normalista, formado na Escola Normal de Niterói em 1870. Fez parte da denominada ‘Geração da década de 1870’. Esta geração ficou reconhecida como formuladora de uma nova pedagogia brasileira, com novos métodos, metodologia e livros didáticos. Felisberto foi autor de várias obras didáticas (VILLELA, 2004).

atuação de pessoas letradas do lugar, como o padre, o juiz, o bacharel em direito, o médico ou o promotor que, também, exerciam a docência. Como exemplo, a autora cita a escola paroquial da Vila de Santa Teresa da Imperatriz, criada pelo padre Domingos Elias da Costa Moraes, o segundo vigário da vila. A escola estava amparada pela “Lei provincial nº 717, de 11 de julho de 1867, que criou para a Vila de Imperatriz duas cadeiras do Curso Fundamental, uma para meninos e outra para meninas. Passando a funcionar em outubro de 1867, o “ensino era gratuito e toda a responsabilidade estava a cargo do padre Domingos Moraes” (BARROS, 1996, p. 47).

Para Barros, na sede das vilas, a falta de escolas era comum, fazendo da alfabetização das crianças uma tarefa familiar, geralmente iniciada em casa por alguém que dominasse a leitura. Para a autora, a Vila de Imperatriz “só foi dispor de uma Escola em sua sede, quinze anos depois de fundada, por todo esse tempo o aprendizado das letras dependeu sobretudo do interesse e determinação de cada família” (BARROS, 1996, p.47).

Augusto Milhomem afirma que, para muitas famílias sertanejas, “a iniciação educacional sempre se constituía um problema de mais difícil solução para os chefes de família, naquelas plagas [pois era] preferível deixar para quando toda a prole estivesse em idade escolar”. Para o autor, isso acarretava um problema, como o das famílias numerosas, já que, inevitavelmente, acontecia de “homens de mais de vinte anos” começarem a estudar “junto com meninos de seis”, quase sempre ajudados por professores muito despreparados, e, ainda, por um período reduzidíssimo (MILHOMEM, 1995, 29). Em *Abrindo Caminhos*, Milhomem (1995) narra as dificuldades de sua família para dar a educação das primeiras letras para os filhos. Ele relata que na fazenda de seus pais, a escola foi fundada por seu irmão mais velho, e que os pais haviam feito o esforço de encaminhá-lo desde cedo para estudar em Carolina, morando na casa de parentes, e este, por sua vez, na época das férias, na fazenda, dava aula para os irmãos mais novos. “Outros parentes de longe, vieram estudar na escola do Newton, pois a oportunidade não poderia ser perdida” (MILHOMEM, 1995, p. 30).

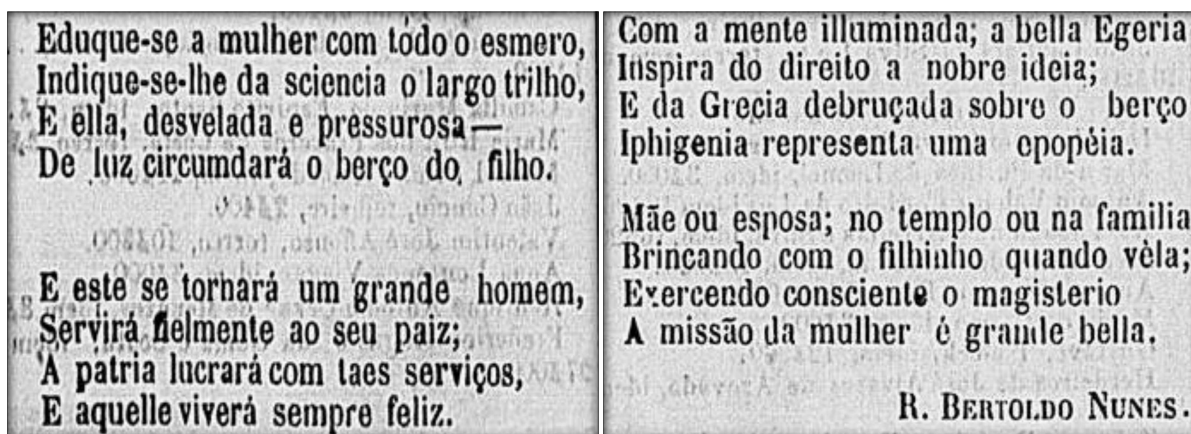
A atuação de Carlota na Fazenda Alto Alegre, de propriedade da família Milhomem, ocorreu em 1931, e segundo Augusto Milhomem (1995), não teria sido bem sucedida. Pelo relato do autor, desde o primeiro momento da contratação, houve uma antipatia por Carlota, que seria descrita como a “grandalhona professora”, “gulosa”, que “gostava de capão ao molho pardo (...) glutona senhora (...) de pernas bem curtinhas”, que dizia não gostar de alho, e, sabendo disso, “as cozinheiras, de propósito, carregavam no tempero com alho” (MILHOMEM, 1995, p. 33). Percebe-se que essas percepções não se restringiam aos elementos masculinos da família, mas se estendiam aos personagens femininos, inclusive, às serviçais da cozinha.

Hostilidade prenhe de discursos misóginos por parte de pessoas que não conseguiam conceber uma mulher compartilhando espaços destinados aos homens.

Para a historiadora Maria Aparecida Moraes Silva, as regras morais impostas às mulheres eram rígidas, e aquelas que as “infringiam” eram “faladas”, isto é, estigmatizadas. Para Silva (2004), “a mobilidade das mulheres era vigiada tanto no espaço do trabalho, nas atividades lúdicas, como no espaço doméstico” (p. 597). Vale lembrar que vivenciava-se “A naturalização das mulheres presas a seus corpos”, reduzidas “à sua função reprodutora materna e doméstica, e excluídas da cidadania (...) traz uma base biológica ao discurso paralelo e simultâneo da utilidade social” (PERROT, 2005, p. 470).

Nesse período, a docência na região sertaneja maranhense “contempla[va] poucas mulheres” (MOTTA, 2002, p. 7), o que pode ser justificado pelo fato de, historicamente, com raras exceções, as mulheres estarem ausentes dos espaços de erudição à época. A educação feminina se restringia ao mundo doméstico, na sua preparação para ser mãe e esposa, “o pilar de sustentação do lar, a educadora das gerações do futuro (...) ou, na linguagem republicana, na função de formadora dos futuros cidadãos” (LOURO, 2004, p. 470), como se pode observar no poema *A missão da mulher*, de autoria do poeta paraense Bertoldo Nunes, publicado nas páginas de *O Liberal do Pará*, em 28 de novembro de 1880, fl. 1 (figura 27)

Figura 27: Fragmento do poema *A missão da mulher*.



Fonte: O LIBERAL DO PARÁ, 28 de novembro de 1880 (fl. 1)¹⁴²

A educação feminina era pensada e justificada, a partir da função social que lhe havia sido destinada no e pelo mundo dos homens. Apesar dos avanços ocorridos a partir da segunda

¹⁴² Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00203.0171- Rótulo: 704369 / Nome: *O Liberal do Pará* (PA) - Ano 1880/Edição 00281 (1). Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader>.

metade do século XIX, com a “feminização do magistério”, em consequência do potencial crescimento das escolas normais, e o aumento da presença feminina nessas escolas (LOURO, 2004, p. 487), nos espaços mais distantes dos grandes centros, como o sertão maranhense, esses avanços foram pouco perceptíveis.

O tom depreciativo e hostil que observamos nas observações feitas sobre a professora Carlota, presentes no texto de Augusto Milhomem (1995), também pode ser encontrado nos textos de Dino (2007), nos quais o autor reproduz descrições colhidas em depoimentos de alguns contemporâneos da escritora, que a descreviam como “gorducha, baixa, olhos graúdos, castanhos claros, cabelos mais para crespos do que para liso, e que gostava de uns vestidos largos e compridos (...) não era feia (...), meio graúda”, “de pouca conversa com os vizinhos” (p. 57), que vivia “amancebada” com o irmão, esse, sim, o verdadeiro guardião da nossa cultura (p. 58). Uma mulher “que à época se trajava bastante demodê” (p. 67).

Dino (2007), assim como o de Milhomem (1995), se referem à professora sempre como “a solteirona”, a “analfabeta” e a “bizônia”, representações que não podem ser entendidas fora das discussões de gênero. Elas apontam para a violência cometida contra as mulheres e contra Carlota Carvalho, tanto nos espaços privados como públicos nos quais conviveu, quer por meio de expressões materiais ou simbólicas. Para Bourdieu (2003), a forma como se impõe uma narrativa, que incorpora a violenta demonização do indivíduo, é uma forma de violência simbólica, que “se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (BOURDIEU, 2003, p. 7-8).

A historiadora Guacira Lopes Louro (2004), em artigo intitulado *Mulheres na sala de aula*, suscita uma discussão acerca do jogo das representações, ao citar a educadora e escritora gaúcha Ana Aurora do Amaral Lisboa¹⁴³, que teria afirmado que a decisão de ser professora foi o acontecimento principal de sua vida. Sobre esse acontecimento, que viria influenciar toda a sua vida, diz a professora e escritora oitocentista que, para compreendê-lo, se fazia necessário entender que ao “considerar-se muito feia e até defeituosa, muito desconfiada e retraída em minha adolescência”, a educação e o magistério era um meio possível de

¹⁴³ Ana Aurora do Amaral Lisboa [1860-1951], professora, poetisa, ativista política e escritora brasileira. Considerada a primeira feminista do Rio Grande do Sul, defendeu publicamente ideias liberais, abolicionistas e republicanas. Publicou livros, além de artigos em jornais, no próprio nome, e com os pseudônimos José Anselmo e Aura Lys. Deixou o magistério já com avançada idade, tendo morrido aos 91 anos (LOURO, 2004). Os inúmeros escritos na imprensa e a postura politizada de Ana Aurora, transformou-na, possivelmente, na primeira referência do feminismo no Rio Grande do Sul” (DIAS, 2012, p. 14).

visibilidade naquela sociedade, onde o matrimônio era o objetivo central da vida das mulheres (LOURO, 2004, p. 488).

Possivelmente, para Ana Aurora, como para muitas outras moças, de acordo com Louro (2004), “o magistério se apresentava como a alternativa mais viável ao casamento. Provavelmente para ela, como para muitas pessoas, a professora estava associada à imagem da mulher pouco graciosa, da solteirona retraída” (p. 488). Tomando por base o pensamento de M. Pollack, Louro afirma que no jogo das representações da realidade, algumas delas adquirem uma autoridade maior, a “autoridade do óbvio, do senso comum e da autoevidência”, de tal modo que chega-se a esquecer seu “*status* de representação” (LOURO, 2004, p. 488). Dessa forma, as representações de mulher e de mulher professora, na sociedade brasileira, “tiveram um papel ativo na construção da professora, elas ‘fabricaram professoras’, elas deram significado e sentido ao que era e ao que é ser professora” (LOURO, 2004, p. 489).

Um dos pontos cruciais, relatados por Milhomem (1995), e que ecoa fortemente junto àqueles que advogam contra as capacidades intelectuais de Carlota Carvalho, é o caso do “regador”, que foi utilizado como uma prova irrefutável de sua pouca “cultura”, e, conseqüentemente, a desqualificou enquanto professora e autora de “O Sertão”. Diz o autor, nas páginas de *Abrindo Caminhos*, que, por volta de 1931, seu pai teria contratado a professora Carlota Carvalho para dar aulas aos seus filhos na fazenda de sua propriedade, e que, no momento da condução da professora, “bagagem pronta para partida, lembrou a viajante de que seu REGRADOR¹⁴⁴ havia ficado, solicitando que o objeto fosse levado” (MILHOMEM, 1995, p. 31). De acordo com o autor de *Abrindo Caminhos*, Carlota desconhecia o nome correto do objeto “regador”, com o qual se rega as plantas, sendo, portanto, uma ignorante.

Ao fazer a leitura do texto de Milhomem, pareceu-nos estranho a insistência da professora em trazer consigo um regador, uma vez que regar plantas não era algo indispensável para o exercício de seu ofício de professora e para o qual estava sendo contratada. Pareceu-nos, desde o primeiro momento, que Carlota e Milhomem não estivessem falando do mesmo objeto, e/ou, em razão disso, estaríamos diante de mais um caso de desconstrução moral por meio dos “discursos da irracionalidade feminina” (CASSOL; SILVA; DINARTE, 2018, p. 814). Discursos que concorrem para a manutenção dos estereótipos tradicionalmente construídos em relação à mulher, enquanto um ser incapaz e não habilitado a exercer outra função a não ser as que lhes foram historicamente conferidas de “mãe, esposa e submissa” (CASSOL; SILVA; DINARTE, 2018, p. 815). Nesse sentido, como afirma Bobbio (2002, p. 117), “costuma-se

¹⁴⁴ O grifo é do autor referenciado.

comparar a casa – onde a mulher foi por séculos relegada – a uma espécie de gueto, que marcou física e espacialmente a marginalização social da mulher”.

Vale ressaltar que o caso do “regrador” foi apenas mais um dos episódios utilizados na tentativa da desconstrução da imagem de Carlota enquanto professora e intelectual. Ao comentar o episódio do “regrador” com algumas mulheres de ambiência sertaneja, estas descreveram o objeto, como um antigo aparelho de higiene pessoal, geralmente utilizado para a assepsia “das partes íntimas”, sendo que sua utilização está ligada tanto às questões de higiene como às práticas curativas. Supõe-se que tenha sido esse o motivo pelo qual Carlota respondeu de forma lacônica ao seu interlocutor, quando este tentou corrigi-la quanto à pronúncia do termo em questão. Vale ressaltar que os assuntos relacionados à intimidade feminina, especialmente “entre homens e mulheres”, eram cercados de restrições que marcavam uma sociedade bastante afetada pelos valores morais, e que enfrentava de forma demasiada o “tabu do corpo” (VENÂNCIO, 2004, p. 214).

“Ela tinha um regrador?!” me perguntou, com surpresa, a colega professora Margarida Chaves¹⁴⁵, que, na sequência, me informa que o “regrador” é objeto de uso frequente no ambiente sertanejo. Quem o possuía guardava certa discrição, por ser destinado, especialmente, à higiene feminina, além de ser usado para a prática do “enema” ou “clister”. O regrador é, segundo ela, cercado por um certo tabu, devido à sua destinação, o que não impedia que através dele se exercesse a solidariedade, pois quem o possui o disponibiliza para uso em certas práticas curativas, como aquelas que requerem lavagens intestinais. Depois dessa conversa, a professora Margarida Chaves me enviou uma imagem de uma das versões do referido utensílio¹⁴⁶ (Figura 28).

¹⁴⁵ Professora do curso de História da UEMASUL.

¹⁴⁶ O “regrador” ou “regador” (numa linguagem mais atualizada) era também um aparelho muito utilizado tanto para higiene pessoal das mulheres no período de suas “regras” (período menstrual), como nas práticas curativas antigas, que incluía costumeiramente as lavagens intestinais. Conhecido antigamente, como enema ou clister, hoje essa prática é conhecida por colonterapia. Existem muitos modelos de “regrador” ou “regador”, porém o modelo da Figura 20 era mais comum nas famílias no período em que Carlota viveu. Já de acordo com o *Dicionário-Enciclopédico Luso-Brasileiro*, REGRADOR - o mesmo que regradeira – é a “régua com que se fazem pautas ou se traçam linhas no papel para se escrever sobre ele” (LELLO UNIVERSAL. *Novo Dicionário-Enciclopédico Luso-Brasileiro*. Vol. 4. Porto: Lello & Irmão, s/d., p.853) – vem de regar – “fazer regras em, pautar, acomodar à regra, alinhar, dirigir, moderar, uniformizar (Dicionário da Língua Portuguesa de Cândido Figueiredo. Volume II. 11ª edição. Lisboa, Livraria Bertrand, 1951, p. 874).

Figura 28: Antigo utensílio, conhecido no interior do Maranhão, como “regrador”.



Fonte: <http://flaveiltonoliveira.blogspot.com/>

Outras narrativas sobre a atividade docente de Carlota podem ser encontradas em Santos (2017), que, em *A construção da identidade sertaneja*, contesta os relatos de Dino (2007) e de Milhomem (1995), a partir de informações obtidas com o professor João Renôr. A narrativa de Renôr, segundo Santos (2017, p. 176-177), tem por base os “relatos de seu padrinho Raimundo Braúna, que teria chegado aos 27 anos de idade em Fortaleza dos Nogueiras, como professor”, e mais tarde se tornara o primeiro prefeito da cidade (SANTOS, 2017, p. 177).

Em 1929, Braúna teria hospedado Carlota em sua casa, já na vizinha cidade de Riachão, quando a professora se encontrava de passagem. A impressão que o político teve de Carlota foi a de era de “uma mulher inteligente, mas retraída, não falava muito. O prefeito teria conhecido Arthur Coutinho, ex-aluno de Carlota, que também a via, como uma mulher de destacado saber, uma ótima professora” (SANTOS, 2017, p. 177). Foi, no entanto, de Arthur Coutinho que partiu o relato acerca da sexualidade de sua professora, que tinha sempre “uma aluna preferida na sala e quando ia ao rio lavar roupa, muitas vezes era acompanhada por essa ‘pupila’”, (...) “só voltavam do rio, quando todos partiam, para elas ficarem a sós. Em todas as turmas, costumava haver uma preferida, mas sempre com muita discrição” (*apud* SANTOS, 2017, p. 177).

Os comentários sobre a sexualidade de Carlota nestas produções são recorrentes. No entanto deve-se ressaltar que esses comentários partem de pessoas do sexo masculino, que se enquadram em pelo menos uma, se não em todas as características de homens públicos, professores e políticos, o que demonstra claramente a necessidade de discussão dessas percepções, considerando o campo de atuação de Carlota Carvalho. De certo, afirma Fernandes (2006, p. 91), que na existência humana, partilhamos com os outros espaços idênticos e

atividades semelhantes, e esse envolvimento se dá de forma cooperativa e concorrente, assim “o mundo social transforma-se num universo político – como domínio da *polis*”. (FERNANDES, 2006, p. 41). Assim, os comentários que surgiam em relação a Carlota Carvalho, que procuravam desqualificá-la tanto no exercício de sua profissão docente, quanto de escritora, podem ser vistos como provas de sua proatividade nesses campos de atuação, devendo-se, portanto, inserir esta discussão no discurso do campo político.

Para Bourdieu, o campo político é o “lugar em que certo número de pessoas, que preenchem as condições de acesso, joga um jogo particular do qual os outros estão excluídos”. Bourdieu lembra, ainda, “que o universo político repousa sobre uma exclusão, um desapossamento” (2011, p. 197). Nesse campo, o uso da acusação “lançada contra os profanos que desejam se meter nesse espaço sagrado” é uma forma de deslegitimar aqueles considerados estranhos a esse espaço. Nesses espaços que, para o autor, “tem em si próprio o princípio e a regra de seu funcionamento (BOURDIEU, 2011, p. 195), não há como suportar “a intrusão dos profanos no círculo sagrado dos políticos. Eles os chamam à ordem do mesmo modo que os clérigos lembravam aos leigos à sua ilegitimidade” (BOURDIEU, 2011, p. 197). Por ocasião da Reforma religiosa, afirma Bourdieu (2011), quando algumas mulheres quiseram compartilhar alguns espaços, como “oficiar missa ou dar extrema-unção”, enfrentaram grandes problemas nesse campo político marcadamente masculino. Citando Max Weber, Bourdieu afirma que os clérigos defendiam o “monopólio da manipulação legítima dos bens de salvação”, denunciando “o exercício ilegal da religião” (BOURDIEU, 2011, p. 197). Dessa forma é possível pensar as maledicências dirigidas à Carlota Carvalho como próprias do jogo político e da demarcação de espaços no campo de disputa. Porém, para além desse debate que se enquadra perfeitamente no discurso do “campo político” proposto por Bourdieu, dada a relevância conferida a esses comentários, e que, ainda, repercutem fortemente na biografia de Carlota Carvalho, vale levantar alguns pontos propostos por Santos (2017) a partir de sua pesquisa, os quais considero relevantes face à persistente polêmica da sexualidade dos irmãos Carvalho.

Para Santos (2017, p. 174), há, por parte de Renôr, o entendimento de que “os irmãos moravam juntos para esconder a sexualidade proibida” e que “o incesto seria menos rejeitado do que a homossexualidade, por isto teriam facilitado tal imagem”. Apesar de “não se ter relatos de casos envolvendo o irmão” e a documentação refutar o fato de que João Parsondas sempre tenha vivido na “solteirice”, a suposta relação incestuosa pesava apenas sobre Carlota (SANTOS, 2017, p. 174). Fato, que para Santos (2017, p. 174), é prova suficiente, da “antipatia à intelectual sertaneja por parte de alguns contemporâneos”, e que a rigidez dos valores morais

castigava de forma impiedosa as mulheres, isentando os homens da exposição, da culpa e da execução pública.

A discussão em torno da sexualidade de Carlota ainda repercute na atualidade, sendo comumente utilizada como forma de diminuí-la moralmente, e, assim, facilitar a disseminação da ideia de uma “menoridade racional¹⁴⁷” (CHAUÍ, 1984, p. 60), de uma pessoa tutelada, “inteiramente confinada à sombra do iluminado irmão” (DINO, 2007, p. 56). Para Chauí (1984), a “menoridade racional” parte da ideia de que as pessoas são seres racionais conscientes e capazes de conhecer as coisas e a si mesmas, assim como conhecer esse conhecimento (CHAUÍ, 1984, p. 60). Essa consciência racional para Chauí (1995) guarda diferentes texturas: uma psicológica, uma moral e uma epistemológica (*apud* COSTA, 1998, p. 58). Para a autora, possuem “a maioridade racional os que têm direito ao uso público da razão (constituindo o espaço da opinião pública) e os que estão na menoridade racional, devendo ser guiados e conduzidos pelos primeiros até as luzes” (CHAUÍ, 1984, p. 60-61).

Seja na acusação de incesto ou de assédio às alunas, a sexualidade de Carlota, e, por extensão, a sexualidade das professoras, “sempre foi objeto de preocupação” (LOURO, 2004, p. 361). Na verdade, afirma Louro (2004, p. 361), a sexualidade das professoras “ocupava o imaginário de todos”, podendo ser representada como homossexualidade qualquer gesto de afetividade ou conversas reservadas. Em razão disso, “A sexualidade de algumas professoras, principalmente das solteiras e das viúvas, foi alvo de condenação quando dirigida a outras mulheres e, de modo especial, às próprias estudantes” (LOURO, 2004, p. 362). Para a mesma autora, a professora e escritora Nísia Floresta¹⁴⁸ também foi alvo de ataques dessa natureza. Os comentários ofensivos dirigidos à sua atividade profissional e às suas ideias liberais e feministas foram expostos em jornais. Peggy Sharpe-Valadares (1989) afirma, na introdução da obra *Opúsculo humanitário*, da escritora norteriograndense, que os comentários, quase sempre,

¹⁴⁷ O conceito de “menoridade racional”, utilizado por Chauí, parte do conceito kantiano de menoridade, segundo o qual “a menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu próprio entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a sua causa não estiver na ausência de entendimento, mas na ausência de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem” (KANT *apud* PUJOL in CADERNOS DE ÉTICA E FILOSOFIA POLÍTICA/USP, 2014, p. 141).

¹⁴⁸ Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto. Educadora, escritora e poetisa brasileira, nascida no Rio Grande do Norte, mas viveu diferentes estados brasileiros e na Europa, sendo considerada a primeira feminista brasileira. Seu primeiro livro, *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, foi escrito aos 22 anos. No decorrer dos anos, até seu falecimento em 1885, escreveria outras 14 obras, hoje prestigiadas mundialmente, defendendo os direitos das mulheres, dos índios e dos escravos. Nísia também participou ativamente das campanhas abolicionista e republicana. Fortemente influenciada pelo positivismo de Augusto Comte, com quem conviveu durante suas viagens à Europa, Nísia Floresta entendia as mulheres como importantes figuras sociais, dotadas de uma identidade fundamental para o crescimento das sociedades. No Brasil imperial do século XIX, foi a primeira educadora a defender o direito à educação científica para as meninas (<https://educacaointegral.org.br/reportagens/nisia-floresta/>).

“vinham acompanhados de ataques caluniosos” (*in* FLORESTA, 1989, p. XII). Os comentários que Adaauto da Câmara dirigiu à Escola Nísia Floresta, por exemplo, foram carregados de ofensas de cunho pessoal à sua diretora, ao afirmar que a “mera presença” da professora “na sociedade carioca incitou à publicação de artigos que aludiam a envolvimento amoroso dela, tanto com amantes masculinos quanto com suas alunas” (VALADARES *in* FLORESTA, 1989, p. XII).

A ousadia das mulheres tem, historicamente, provocado a construção de narrativas de desconstrução da figura feminina, como as contidas nas palavras de Dino (2007), dirigidas à Carlota Carvalho:

No imaginário popular fixou-se a figura da pessoa inculta, de duas caras transgressora das regras morais de seu tempo. Meus conhecimentos registram três pérfidas Carlotas na história da humanidade. Uma perigosa quenga que portando de uma faca afiada, tirou a vida do impetuoso Marat da Revolução Francesa. A segunda, célebre rainha, que no jardim da Corte, plantou um pé de galhos, na cabeça de D. João VI. A outra a amada amante que, com a arma da mentira, vem ao longo dos anos apunhalando, pelas costas, o legendário irmão, o inconfundível autor de O Sertão (p. 74).

Para Michele Perrot (2005), os homens sempre tiveram medo do protagonismo das mulheres:

Em todos os tempos, os homens tiveram medo das mulheres. A Mulher é a Outra, a estrangeira, a sombra, a noite, a armadilha, a inimiga. A Mulher é Judite ou Dalila, que se aproveita do sono do homem para cortar-lhe os cabelos: a sua força. Este medo ancestral, primitivo, ligado talvez à sexualidade (e que a: psicanálise tanto expressa quanto tenta elucidar), encontra, em cada época, sua expressão própria (PERROT, 2005, p. 265).

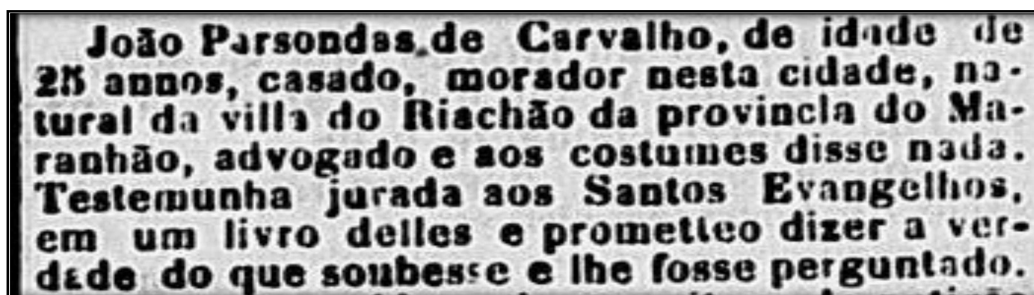
Para a historiadora francesa (2005, p. 266-267), esse medo se alimenta, em parte, “das conquistas femininas do século XIX”, que foi o “século de ruptura e de modernidade quanto à diferença dos sexos”, mas foi, também, “o século de seu mal-estar”, provocado pelo impulso contínuo do protagonismo das mulheres em todos os domínios, onde “o feminismo é apenas a expressão mais aguda”. Todas essas conquistas de espaço das mulheres, afirma Perrot, foram seguidas de uma “crise de identidade sexual dos homens despossuídos de suas prerrogativas” (2005, p. 267). Esta crise, segundo a autora, “recorrente, mas que atinge, sem dúvida, um paroxismo no início do século 20”, provocando “uma dupla reação: de misoginia tradicional (obscenidade, derrisão, sarcasmo, caricatura são suas formas mais banais) e de anti-feminismo ponderado” (PERROT, 2005, p. 267).

Assim, segundo Perrot, é necessário “limitar e canalizar o poder das mulheres” (2005, p. 268). Citando o Parsifal de Wagner, para quem “A salvação consiste em exorcizar a ameaça

que a mulher representa para que uma ordem dos homens triunfe”, ela afirma que “impor silêncio às mulheres; ou bem torná-las cúmplices dos homens exaltando a Mulher”, como propõe Balzac, para quem “a mulher é uma escrava que é preciso frequentemente colocar no trono” (2005, p. 208) são as duas soluções que historicamente se apresentam.

Quanto ao estado civil de Carlota Carvalho, não foi localizada nenhuma evidência ou indício de envolvimento afetivo, ao contrário de seu irmão João Parsondas, que teria contraído matrimônio em Boa Vista do Tocantins, onde viveu durante a juventude. O jornal *O Paiz*, de 10 de dezembro de 1880, traz a notícia assinada por José Cavalcante Maranhão, de 1º de novembro de 1880, sobre a atuação política de João Parsondas de Carvalho em Boa Vista do Tocantins. Para além do conteúdo e do contexto em que o documento é redigido, ele é bastante revelador do estado civil de Parsondas de Carvalho, que teria, na juventude, casado com a filha de José Francisco de Araújo, que se tornara seu inimigo político, como nos informa o fragmento da matéria do referido jornal, *O Paiz* (Figuras 29 e 30).

Figura 29: Estado Civil de João Parsondas de Carvalho



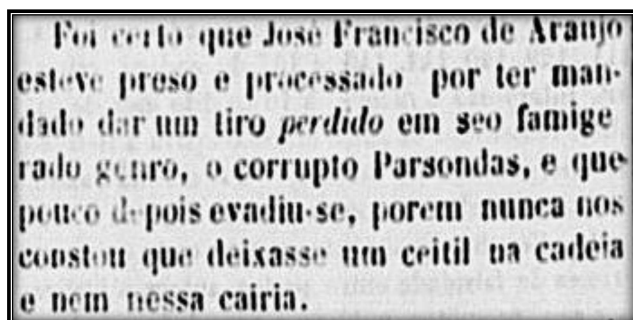
Fonte: O PAÍZ, 11 de janeiro de 1878 (fl. 2)¹⁴⁹

(Transcrição)

João Parsondas de Carvalho, de idade de 25 annos, casado, morador nesta cidade, natural da villa do Riachão da província do Maranhão, advogado e aos costumes disse nada. Testemunha jurada aos Santos Evangelhos, em um livro delles e prometteo dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado.

¹⁴⁹ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00203.0171- Rótulo: 704369 / Nome: *O Paiz* (MA) /Ano 1878\Edição 00131 (1). Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader>

Figura 30: Desavença de João Parsondas de Carvalho com o sogro José Francisco de Araújo



(Transcrição)

Foi certo que José Francisco de Araújo esteve preso e processado por ter mandado dar um tiro *perdido* em seu famigerado genro, o corrupto Parsondas, e que pouco depois evadiu-se, porém nunca nos constou que deixasse um cetil na cadeia e nem nessa cairia.

Fonte: PAÍZ, de 10 de dezembro de 1880 (fl.1)¹⁵⁰

Ao discutir a trajetória intelectual de Carlota Carvalho, Santos destaca que sua obra “Os Sertões” é condizente com sua formação. Para o autor, “em termos de formação acadêmica, parece claro que foi autodidata como o irmão, mas diferente dele, teve caminho mais solitário” (2017, p. 197), e que a sua condição de intelectual feminina contribuía para essa solidão. O modo retraído de Carlota, reiteradas vezes apontado como incapacidade de se relacionar com os vizinhos e, por vezes, utilizado como prova de sua pouca capacidade intelectual, parece encontrar respaldo nas palavras de Perrot, quando ela afirma que “negar a igualdade de sexo impede troca intelectual” (2005, p. 374).

Para Perrot, o espaço público “é uma reserva masculina” (2005, p. 374), os “círculos e cafés” são “locais de sociabilidade masculina, e até mesmo as bibliotecas públicas” (PERROT, 2005, p. 34), são espaços essencialmente masculinos. Carlota era uma mulher e “vosso título de mulher impede que se discutam vossas opiniões com ‘toda a liberdade’” (PERROT, 2005, p. 374). Assim como para Flora Tristan, a pesquisadora francesa, que, em 1840, publicara *Passeios em Londres*, “ser mulher era tanto predisposição como obstáculo” (PERROT, 2005, p. 366), para Carlota não era diferente. “Ali, ela encontra ceticismo e recusa, sarcasmos e calúnias. Ela recebe homens? Diz-se que são seus amantes? Sua presença nos cafés em que os jornalistas passam seus dias, provoca espanto” (PERROT, 2014, p. 374). Como diz Flora, reagindo aos comentários recebidos, e que poderiam muito bem ser ditos por Carlota: “Para mim, eis a causa deste ódio que todos os homens me dedicam. Ciúme do homem para a mulher. Não querem dar a ela o crédito da ‘maternidade’ de seu ‘livrinho’: ele é considerado bem escrito demais, bem pensado demais para ser obra de uma mulher” (*apud* PERROT, 2014, p. 375).

¹⁵⁰ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00203.0171- Rótulo: 704369 / Nome: *O Paiz* (MA) - 1863 a 1889 /Ano 1880/Edição 00281 (1). Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader>.

3.4 O OLHAR DE CARLOTA CARVALHO SOBRE A MULHER DO SERTÃO MARANHENSE NO ENTRESSÉCULOS (XIX e XX)

Além do sertão, também a mulher foi um dos assuntos de interesse de Carlota Carvalho. Em, pelo menos, três dos artigos que publicou no ano de 1924, a questão feminina esteve na centralidade das discussões da autora, além de mais duas outras matérias que escreveu nesse mesmo ano, nos quais, também, insere a mulher no debate.

Considerado um assunto complexo e cercado de restrições, o debate acerca da mulher, até meados do século XX, se encontrava privado de legitimidade e parecia desnecessário (SCOTT, 1992, p. 84), dada à marginalização do tema, evidenciada “pela dificuldade de se construir a história das mulheres, mascaradas que eram pela fala dos homens e ausentes que estavam do cenário histórico” (DEL PRIORE, 2004, p. 10). Esse debate, até mesmo nos espaços mais intelectualizados, era extremamente marcado pela ausência do feminino, tanto física, quanto em termos de discussão.

Como afirma Perrot (2005, p. 78), “ser mulher nunca é fácil, sobretudo naquele século 19”. Para essa autora, apesar de “sua racionalidade triunfante”, foi o século XIX que “provavelmente levou a seu paroxismo a divisão sexual dos papéis e dos espaços, definido o ‘lugar das mulheres’ com um rigor apoiado no discurso científico” (PERROT, 2005, p. 79). É nesse cenário político e social, extremamente marcado pelo patriarcalismo estrutural, que Carlota Carvalho, enquanto professora e intelectual, se atreveu a construir uma trajetória para além “das tarefas frequentemente autoimpostas” (LEITE, 2000, p. 133-134).

Sua obra é testemunho suficiente de uma mulher que foi “além dos espaços femininos prescritos” (DIAS, 1983, p. 41). Preocupou-se com a condição de vida das mulheres de seu tempo e, por meio da escrita, denunciou a violência física e moral à qual estavam submetidas. Por meio de artigos publicados nos jornais maranhenses da primeira metade do século XX, em especial no *Diário de S. Luiz*, em textos que tratam da mulher da região sertaneja, onde, prioritariamente, exerceu o seu protagonismo, foi possível perceber o envolvimento da Carlota com a causa feminina.

Embora não haja, nas fontes acessadas, nenhum indício de filiação de Carlota Carvalho aos movimentos feministas que se formaram no cenário político brasileiro do início do século 20, é possível afirmar que ela não esteve alheia ao debate e que seus escritos estiveram suficientemente conectados com os conteúdos que marcaram o período. Ademais, é nesse momento histórico, em que, notadamente, nos grandes centros urbanos do país, ocorreu a emergência de um debate sobre a questão feminina, provocado, em especial, pelos movimentos

de luta das mulheres pelo acesso ao espaço público, da política, da educação e do trabalho, que foi possível acessar os escritos de Carlota que tratam da questão feminina.

Os textos de Carlota que versam sobre a questão feminina abordam o cotidiano de algumas mulheres sertanejas com as quais teve contato, sendo que algumas delas serão tratadas na sequência desse capítulo. Ao tratar de temas como as relações conjugais, a educação e o trabalho, Carlota se esforçou para, em meio a um contexto de lutas e de avanços de importantes conquistas femininas, através de sua escrita, denunciar violências e reivindicar espaços. São textos que, apesar de não terem, à época em que foram escritos, conquistado a notoriedade que mereciam, por tratarem de questões, geralmente, naturalizadas no interior daquela sociedade, hoje são reveladores tanto da realidade vivida pelas mulheres das últimas décadas do século XIX e primeira metade do século XX, quanto da própria autora.

Por tratar-se de uma escritora extremamente marcada por sua condição feminina, ao escrever sobre as mulheres de seu tempo, Carlota lança também um olhar sobre si própria. Na maioria de seus escritos sobre a mulher, recorrentemente, ela se inclui nos percursos feitos pelas personagens que aborda, escrevendo, assim, sobre a própria experiência, em uma espécie de “aventura” em “contar-se”. (SELIGMANN-SILVA *in* RAGO, 2013, p. 16). Assim como afirma Rago em *Aventura de contar-se: feminismo, escrita de si e subjetividade*, “escrever é inscrever-se”, Carlota fala de si, enquanto trata de outras mulheres (2013, p. 32). Essa capacidade reveladora da escrita de si, que imprime ao texto um novo personagem e constitui-se em aspecto muito presente nos escritos de Carlota, é ressaltada pelo escritor Márcio Seligmann-Silva, no prefácio da obra *Aventura de contar-se*, quando refere-se à autora Margareth Rago como “uma oitava carta nesse baralho” (SELIGMANN-SILVA *in* RAGO, 2013, p. 17). Isto porque, ao tratar das sete mulheres feministas que viveram nas décadas de 50-60, a autora passa a ser, no pensamento de Seligmann-Silva, “uma outra vida que se mistura à vida dos personagens” (SELIGMANN-SILVA *in* RAGO, 2013, p. 17).

Embora tenha nascido e convivido numa época e lugar em que a condição de subordinação da mulher era a regra, em uma “sociedade patriarcal (...) em que se evidencia o silêncio e a reclusão feminina” (QUEIROZ, 2006, p. 48), Carlota Carvalho construiu uma trajetória diferenciada em relação à maioria das mulheres de seu tempo. Uma trajetória de mulher, que como tal, apesar do silenciamento imposto, contrariou regras, transpôs barreiras e, por isso, sofreu discriminações, falatórios e malquerenças, colheu desafios e distanciamentos, mas, também, afetos e aproximações.

Para Pacheco Filho (2016, p. 84), a constituição familiar foi um importante diferencial na construção da mulher e intelectual Carlota Carvalho. Nascida em uma família de intelectuais

autodidatas, além da bisavó francesa, Paula de la Rochambeau, pôde contar com o avô José Joaquim de Carvalho e seu pai Miguel Olympio de Carvalho, que foram professores de escrita, aritmética latim e gramática, e garantiram aos filhos o gosto pelo saber. A convivência familiar “entre os livros” e os “debates literários” no recesso do lar (PACHECO FILHO, 2016, p. 84) foram “estímulo à prática da leitura solitária” e aos “hábitos sociais de conversação” (GONTIJO, 2004, p. 180), fundamentais para a sua formação cidadã. Na ausência dos pais, a convivência, desde muito cedo com o irmão João Parsondas de Carvalho, reconhecido por suas qualificadas intervenções na realidade social e política, proporcionou à Carlota o compartilhamento dos espaços sociais de erudição, de viagens, estudos e debates diversos (PACHECO FILHO, 2016, p. 84-85), fundamentais para a sua formação política e literária.

A familiaridade com os livros e o acesso, desde muito cedo, às discussões sobre os acontecimentos históricos do Brasil, do Maranhão e do mundo, além do estudo na Escola Normal, “deram à Carlota uma sólida formação intelectual e uma inegável consciência crítica” (PACHECO FILHO, 2016, p. 84). Todo esse trânsito nos espaços das letras e da cultura fez de Carlota uma mulher privilegiada, pois, embora sua procedência familiar fosse oriunda dos círculos da elite intelectual e política da região sul do Maranhão, não era comum nesse tempo e lugar, que as mulheres tivessem acesso ao estudo para além das primeiras letras. Mesmo nas famílias abastadas, muitas mulheres, mantendo-se analfabetas, jamais puderam “expressar-se por escrito e tiveram de depender de outros para fazer solicitações, negociar ou lutar por seus bens e de seus filhos por ocasião de processos de inventário” (FALEI, 2004, p. 265).

Preparadas, desde muito cedo, para desempenhar o papel de mãe, a educação feminina com raras exceções, estava restrita às chamadas “prendas domésticas”, reduzindo-se ao cuidado dos filhos, cozinhar, costurar e bordar, o aprendizado dessas habilidades “aliava-se o alto índice de analfabetismo”. Vale lembrar que, em muitas regiões, “uma mulher alfabetizada era considerada verdadeira aberração” (QUEIROZ, 2006, p. 14).

3.4.1 *A jovem Sertaneja*: as relações conjugais sob olhar de Carlota Carvalho

Entre os escritos de Carlota Carvalho sobre a questão feminina, o artigo “*A Jovem Sertaneja*”, publicado no jornal *Diário de S. Luiz*, datado de 20 de novembro de 1924 (fl. 2), chama a atenção pela forma como refere-se à “coisificação”¹⁵¹ da mulher no ambiente sertanejo

¹⁵¹ Esse termo pode ser definido como: transformação de conceitos, ideias etc. em objetos concretos (coisas). Redução de alguém à condição de objeto: coisificação do corpo feminino. Ação de coisificar, de atribuir aspecto ou forma de coisa a algo ou alguém (Dicionário Online de Português). Disponível: <https://www.dicio.com.br/coisificacao/>.

maranhense dos finais do século XIX e início do século XX. Por meio desse artigo, Carlota faz uma denúncia contundente contra a violência que impregnava, de forma naturalizada, o universo das relações matrimoniais no território sertanejo do Maranhão.

Na matéria, que, segundo a autora, compunha o *capítulo VI, do livro inédito “Factos e Contos”*, Carlota fala de *Lenilha*, uma jovem sertaneja que vivia na Comarca de Imperatriz. *Uma bela jovem, filha única de paes abastados, que muito cedo foi abalada pelo pezar da prematura morte de sua mãe, sendo criada pela avó* (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 20 de novembro de 1924, fl. 2). Para além da saga individual de *Lenilha*, que segundo a autora, *não recebera nenhuma ilustração literária como acontece à mocidade sertaneja, esta mimosa jovem (...), não cuidava nem pensava se não no casamento* (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 20 de novembro de 1924, fl. 2), Carlota descreve as perspectivas de vida e os sonhos da mulher sertaneja do período em questão, afirmando que:

Desde o berço, ouvindo falar em casamento como o único objetivo da ambição feminina, educada nas praxes do geneceu e conformadas no direito da Antiga Roma pelo qual a mulher só conhece o dever da passividade, as ingênuas moças sertanejas não são culpadas da preocupação incutida em seu espírito pelos paes, que as iniciam, dizendo-lhes desde meninas, minha filha é noiva de Fulano, minha filha é para casar com Sicrano (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 20 de novembro de 1924, fl. 2).

“Na verdade, o grande objetivo das mulheres é casar”, afirma Vainfas (2004, p. 132), ao se referir à luta das famílias, durante o período colonial e imperial, para garantir às filhas um bom casamento. Para esse autor, a menina ou a mulher candidata ao casamento era extremamente bem cuidada, e trancafiada nas casas (VAINFAS, 2004, p. 196), com o objetivo claro de “preservar a pureza sexual – virgindade da moça, castidade da mulher” (FONSECA, 2004, p. 555), cuidando, desde muito cedo, para que a mulher domesticasse e abafasse seus sentimentos, tarefa que incluía vigiar “de perto gestos, atos, sentimentos e até sonhos” (ARAÚJO, 2004, p. 52).

Lenilha, muito cedo contraiu matrimônio com *Lourenço*, um mestiço, filho de *Casemiro*, homem preto, que enriqueceu e casou com uma mulher branca e pobre. *Dizem que matara a esposa com maus tratos e aconselhava os filhos a maltratarem suas mulheres* (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 20 de novembro de 1924, fl. 2). Apesar da procedência familiar do candidato, *Lenilha* contrariou a família e se arriscou a unir-se a *Lourenço*, apelando para a “fuga”, recurso altamente reprovável na sociedade sertaneja, que era tratado como “rapto”.

Embora fosse uma forma muito comum de os jovens sertanejos transgredirem a autoridade paterna no momento dos arranjos matrimoniais, *Lenilha* escapa de casar-se com

Marcelino, o pretendente escolhido pelo pai, recorrendo à fuga, ato irremediável e considerado um escândalo que manchava profundamente a moral feminina (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 20 de novembro de 1924, fl. 2). Miridian Falei, ao escrever sobre a *Mulher Nordestina do século XIX*, afirma que o recurso da “fuga” utilizado pelos jovens enamorados no Piauí, no final daquele século, foi bastante alto, “a ponto de gerar uma longa série de ‘causos’ e anedotas” acerca dos “raptos” de moças e consequentes “casamentos forçados” (FALEI, 2004, p. 280). Por meio desses recursos, as jovens alargavam seu campo de escolha. Essa estratégia, muito utilizada na região sertaneja nordestina, era uma forma de forçar a aceitação de uniões matrimoniais fora das escolhas realizadas pelos pais (FALEI, 2004, p. 279). Nestes casos, afirma a autora, nem é preciso dizer que o escolhido pela noiva era sempre alguém de “fora” da família ou da oligarquia, e o futuro genro imposto pelos pais era um tio velho ou um primo sem maiores encantos”, ou, como no caso de *Lenilha*, que considerava *Marcelino* muito feio (FALEI, 2004, p. 280).

Os laços matrimoniais eram escolha familiar, e sobre eles pesava a origem do pretendente, além das questões patrimoniais e morais. Numa “sociedade fundamentada no patriarcalismo”, como a região sertaneja do Maranhão, “altamente estratificada entre homens e mulheres, entre ricos e pobres”, entre “brancos”, negros e “caboclos” as questões étnicas tinham um peso na escolha (FALEI, 2004, p. 253). Ao destacar a negritude de *Lourenço* e de seu pai *Casemiro*, Carlota deixa claro o quanto tais questões eram consideradas um valor nas relações matrimoniais, em uma sociedade patriarcal e racista, marcada pelo recente fim do modelo escravagista e bastante preocupada com o “branqueamento da população” (PEDRO, 2004, p. 309).

Eram comuns os casos de relações matrimoniais baseados no critério do “branqueamento da família”, como “sinal de distinção social”. “Casar a filha com homem branco” era a “primeira condição de importância” em uma “sociedade altamente miscigenada” (FALEI, 2004, p. 254). Para Miridan Falei (2004, p. 254), a decantada “miscigenação”, por vezes, interpretada como sinal de superação das tensões raciais não corresponde à verdade. Para a autora, as inúmeras uniões inter-raciais na região sertaneja, ao contrário do que afirma uma ultrapassada historiografia, não significou que aquela sociedade se pautasse pela existência de maior solidariedade e menor tensão social.

Em uma sociedade em que “a virgindade feminina era um requisito fundamental”, que funcionava como um dispositivo indispensável “para se manter o *status* da noiva como objeto de valor econômico e político, sobre o qual se assentaria o sistema de herança de propriedade que garantia linhagem da parentela” (D'INCAO, 2004, p.196), ao “fugir”, a moça apostava na

irreversibilidade do casamento, caso contrário, ficaria indigna para contrair enlace com outra pessoa, já que havia, naquela sociedade, a supremacia de um consenso quanto “a concepção da virgindade como um atributo mais que relevante para arranjar o casamento das filhas” (VAINFAS, 2004, p. 107). Em qualquer um dos casos isso significava, quase sempre, um corte definitivo dos laços com a família de origem, pois, como afirma Falei (2004), “casar sem o consentimento da família significava uma ofensa muito grande”, fato que geralmente causava a exclusão da “solidariedade familiar”, às moças que se casavam sem esse consentimento paterno (p. 215). No caso de *Lenilha*, foi isso o que aconteceu, *esquecida pelo pai e sua avó desgostosa, pouco viveu* (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 20 de novembro de 1924, fl. 2).

Custódio Barbosa, pai de *Lenilha*, *era um próspero comerciante, na época em que corria dinheiro em jorros em Marabá e Imperatriz, era um dos fornecedores de víveres a estes dois empórios de comércio de então* (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 20 de novembro de 1924, fl. 2). Vale lembrar que, como mandava o costume da época e lugar, principalmente nas famílias abastadas, o casamento dos filhos era um degrau de ascensão social ou uma forma de manutenção do *status* (D'INCAO, 2004, p. 239).

Ao arranjar os casamentos das filhas, além do desejo de encontrarem um “bom partido”, capaz de lhes assegurar o futuro (RAGO, 2004, p. 612), os pais levavam em consideração também o *status* do pretendente, geralmente escolhido dentro do mesmo grupo social, a fim de garantir a manutenção do padrão econômico, social e político (D'INCAO, 2004, p. 240; PEDRO, 2004, p. 323). É nessa condição, de próspero comerciante, que *Custódio* já tinha escolhido *Marcelino* como esposo da filha, pois, além de *branco*, era um homem de posses e que vinha *de uma família que tratava bem as mulheres* (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 20 de novembro de 1924, fl. 2). À época, os casamentos entre as famílias abastadas envolviam, ao mesmo tempo, aliança política e econômica, por isso, a rigidez e o controle dos pais em relação às filhas solteiras, que consistia em mecanismo de manutenção do sistema de casamento (D'INCAO, 2004, p. 245).

Carlota descreve o matrimônio como uma tragédia na vida das mulheres sertanejas, devido ao confinamento, à vida repleta de obrigações e à servidão ao marido e aos filhos, sem contar que “uma vez casadas, as mulheres tinham de lidar com a decepção, não raro com os maus-tratos” (VAINFAS, 2004, p. 133). Diante desta triste realidade, pode-se supor que, de forma até inconsciente, Carlota estivesse referindo-se às suas escolhas e percepções e estivesse buscando justificá-las. Para ela, o matrimônio submetia as mulheres ao cumprimento das vontades do marido, sendo pouco comuns os casos em que as esposas eram respeitadas por seus

companheiros. No caso de *Lenilha*, como diria Michele Perrot (2005, p. 138), ela havia sido “tragada pelo casamento”.

Seguindo viagem rumo à cidade de Carolina, Carlota relata que *no findar do inverno que termina de abril até maio, quando os caminhos, as ruins passagens dos riachos e a abundância de carrapatos são empecilhos para qualquer viajante*, a fim de desviar as dificuldades do trajeto, trilhando por caminhos diversos, “arranchamo-nos” na fazenda “Logrador” (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 20 de novembro de 1924, fl. 2). A fazenda *Logrador era a propriedade e moradia de Lourenço (...), que vaqueano, conhecedor dos melhores atalhos (...), ofereceu-se para guiar-nos se adiássemos a viagem para outro dia. Aceitamos.* (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 20 de novembro de 1924, fl. 2).

Foi nessa oportunidade que Carlota conheceu *Lenilha*, que a conduziu para o interior da casa e pediu desculpas por não ter ido ao seu encontro enquanto se encontrava arranchada sob as mangueiras em frente da sua residência, porque *seu marido não gostava que ella se mostrasse aos olhares de homens* (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 20 de novembro de 1924, fl. 2).

Eu conhecia a sua história e a fama de sua beleza, mas nunca a tinha visto. Estava na idade de 20 anos e já parecia ter 30, notava-se, ainda, os traços de sua formosura, os seus grandes olhos de brilho fulgurante estavam opacos pelas muitas lágrimas vertidas, o seu rosto oval emagrecido, sua tez de um moreno fino estava cheio de manchas e tostada pelo sol, e suas mimosas mãozinhas estavam calejadas e grossas pelo pelar arroz, restava sua vasta madeixa de cor castanho escuro e seu porte elegante (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 20 de novembro de 1924, fl. 2).

Foi “na cosinha que serve, ao mesmo tempo de sala de jantar e de visitas femininas”, “lugar de conspiração” (PERROT, 2005, p. 624), que “*Lenilha revelou-me toda a sua vida passada e presente*” (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 20 de novembro de 1924, fl. 2). É importante lembrar que à “imagem piegas da jovem mãe realizada necessariamente feliz, que se repete no discurso oficial” se “opõe a imagem de uma mulher cansada, fatigada (...), presas e solitárias” (PERROT, 2005, p. 82). Além disso, “Havia um intenso nível de violência nas relações conjugais no sertão. Não violência física exclusivamente (surras, açoites), mas violência do abandono, do desprezo, do malquerer” (FALEI, 2004, p. 281). Porém, para Carlota, a violência moral era a mais devastadora, e para exemplificar, faz referência à *Lenilha*, que teria afirmado que *dos infortúnios, o que mais sentiu (...), foi uma vergonha que o marido a fez passar*. Para a violência moral que aniquila a autoestima, ela usa a expressão *calcou-a aos pés...!* (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 20 de novembro de 1924, fl. 2).

Disse ella: mandou-a buscar o seu cavalo, que estava peado no pateo e quando ella estava a despear, ouviu o tropel de um cavaleiro, olhou, era

Marcelino, que tanto gostava d'ella, occultou-se numa moita, Lourenço viu, apesar da distância, porque estava tudo limpo, e gritou: “Traz o cavalo desgraçada, sae da moita, vem já”. Com o rosto baixo e os olhos no chão, despeou e trouxe o cavalo. Marcelino passou e ella não sabe se elle a olhou (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 20 de novembro de 1924, fl. 2).

Mary Del Priore (2004, p. 9) afirma que “a história das mulheres não é só delas, é também aquela da família, da criança, do trabalho (...) do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos”. Dessa forma, o sofrimento de *Lenilha*, segundo Carlota, se estendia à família, e alcançava o filho. *Tive o desgosto de presenciar, nesta tarde, que passamos juntas, uma acção repugnante deste mau marido (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 20 de novembro de 1924, fl. 2):*

Indo Lenilha buscar água à fonte, deixou dormindo, um filho de dois ou trez mezes de idade. Na sua ausência acordou a criança e, como ninguém fosse tirá-lo da redinha, poz-se a chorar e por muito tempo. Vendo o pae se fazer de surdo, fui dar-lhe parte, elle carregando os sobrolhos e com feroz semblante, entrou no quarto e sahiu logo, mas o menino dobrou o choro mais alto. Esperei alguns instantes, para ver se elle voltava a ver o filho, mas eu o ouvia conversar na sala mui tranquilamente. Não pude conter-me. Apesar da repugnância que tenho de entrar no aposento reservado de casal, entrei no quarto. Oh! Que lástima, que mau pae, o pobre menino estava sendo mordido pelos cupins. Não querendo elle limpar o filho, tirou da parede da palha de pindoba, um pano que estava cheio de cupins e cobriu o menino. Os insetos espalharam-se pelo corpinho da criança, mordendo-o. Limpei-o e trouxe para fora, mas a dor das mordeduras não o deixava calar. Supondo não ser longe o manancial, tomei o caminho, levando o pesado menino nos braços, e muito andei para chegar à tal fonte, onde encontrei Lenilha já de sahida, entreguei-lhe o filho. Depois dela ter dado maminha, tomei-o de novo e voltamos; ella trazia uma cabaça com água. Durante o transito ella contou-me os seus sofrimentos e parava de vez em quando, para mostrar-me lugares onde o marido ia, quase sempre, esperal-a de volta da fonte, e, fingindo ciúme, diria ter visto os seus amantes, e com a ponta aguda de uma faca tutucava todo o seu corpo. A torcer-se de dor, sem poder correr por ter na cabeça uma cabaça cheia de água; aconteceu muitas vezes cahir e quebrar a cabaça. Este prejuízo de pouca importância piorava a sua situação, porque as vezes havia falta de vasilhas para buscar água e teria de ir muitas vezes a tão longe fonte e de péssimo caminho para conduzir agua em pequenos vasos. Na manhã seguinte, quando despedia, ella pediu-me fizesse com que o seu marido lhe comprasse um remédio para umas dores internas que supunha ser no útero, porque começou desde o parto. Apesar da antypathia que sentia por elle, pedi e insisti, dizendo que a moléstia podia causar a morte dela. Com um sorriso selvagem, elle respondeu que mulher era pau de porteira, morria uma e metia-se outra. De Carolina tomamos a estrada real que passa por muito longe de Logrador e nunca mais vi Lenilha. (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 20 de novembro de 1924, fl. 2).

O medo da traição povoava o imaginário masculino daquela sociedade, onde “os homens eram bastante dependentes da imagem que suas mulheres pudessem traduzir para o restante das pessoas de seu grupo de convívio” (D'INCAO, 2004, p.191). Dessa forma, “a

vigilância sobre o comportamento das mulheres, especialmente das pertencentes às camadas populares”, era constante, no sentido de garantir a restrição das mulheres aos papéis de esposa, mãe e dona de casa (FALEI, 2004, p. 253). Cabia ao marido vigiar e corrigir comportamentos desviantes da esposa e filhas, devendo a essas, jamais esquecer, que “corriam perigo de severa punição” (ARAÚJO, 2004, p. 55).

Já o peso da vigilância sobre as mulheres era muito maior em relação às bonitas, pois, além de serem acoissadas pelos ciúmes, por parte de seus companheiros, eram sempre objeto de muita “desconfiança por parte de outros homens e mulheres”, pois “a beleza poderia despertar traição ou desejo de outros homens” (FALEI, 2004, p. 219). Carlota descreve *Lenilha*, como uma moça muito bonita, que *nas festas, único divertimento sertanejo, ela aparecia o brilho dessa formosura atrahia os rapazes* (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 20 de novembro de 1924, fl. 2). De acordo com Miridian Falei, os atributos de beleza para as mulheres casadas eram causa de maior sofrimento, pois eram motivo de redobro da vigilância, pois como aconselha a quadrinha sertaneja: “Bezerro de vaca preta / Onça pintada não come.../ Quem casa com mulher feia / Não tem medo de outro home. Ou ainda: Meu fio, muié bonita / De duas faia uma tem: / Ou qué bem a toda gente / Ou não gosta de ninguém” (SILVA *apud* FALEI, 2004, p. 219).

As palavras de *Lourenço*, em relação à viuvez masculina, e a facilidade de substituição das mulheres, quando *morria uma e metia-se outra*, segundo Carlota, retratam bem o grau de “coisificação” feminina naquela sociedade. Dada à facilidade de reposição, a mulher não passava de um objeto, nas palavras do próprio *Lourenço*, era tal qual um *pau de porteira* (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 20 de novembro de 1924, fl. 2). A historiadora Joana Maria Pedro (2004, p. 323), ao tratar dos arranjos matrimoniais, afirma que a imprensa do século XIX, ao mesmo tempo em que disseminava a ideia da mulher vocacionada para as funções domésticas, “atividades femininas ligadas à família – e, portanto, dependentes do casamento”, apontava para a expectativa de cumprimento desta vocação por parte pelas mulheres, as criticava “por buscarem essa única carreira a elas destinada” (PEDRO, 2004, p. 323).

Para Pedro (2004, p. 323), nestes jornais e periódicos, não raro “as mulheres eram retratadas como estando sempre à espreita para agarrar um marido”, e para isso valia tudo, desde que o homem tivesse dinheiro para sustentá-la, como fica evidenciado nesta afirmação publicada no jornal *República*, de 1892: “As mulheres não têm gosto. Não há monstro de tolice ou fealdade que se conserve solteiro, por falta de mulher que o queira, desde que tenha ele duzentos contos de renda” (REPÚBLICA, 1892 *apud* PEDRO, 2004, p. 323).

Já, para os homens, de acordo com Pedro (2004), “o casamento aparecia como incômodo, e o ‘espertalhão’ era aquele que não casava” (p. 323). Neste sentido, de acordo com

a autora, os mesmos jornais que depreciavam a figura feminina, divulgavam textos que reforçavam a ideia do casamento como um peso na vida dos homens. A piada divulgada nas páginas do jornal *República*, de 1896, é um bom exemplo desse pensamento: “Perguntando-se um espertalhão porque não casava, ele respondeu: Por quatro razões: se a mulher é feia, aborrece; se é formosa, dá trabalho a guardar; se é rica, temos que sofrê-la; se é pobre, que sustentá-la” (REPÚBLICA, 1896 *apud* PEDRO, 2004, p. 323)

3.4.2 *Anna de Freitas*: mulher, trabalho e educação sob o olhar de Carlota Carvalho

Outro importante artigo de autoria de Carlota Carvalho e que trata da questão feminina é *Anna de Freitas*, publicado no jornal *Diário de S. Luiz*, em quatro fascículos, nos dias 3, 4, 5 e 6 de novembro de 1924, respectivamente. São textos, que, de acordo com a autora, compõem o capítulo XVII do *Livro inédito - Factos e Contos*, no qual Carlota trata de uma jovem senhora, oriunda do sertão piauiense, que havia vivido na capital maranhense, em companhia de seu esposo, nos anos finais do Império e início da República.

Escrito provavelmente nos anos iniciais da República, esse artigo tem como personagem central *Anna de Freitas*, uma mulher que após longos anos de adoecimento do esposo tornara-se viúva, ficando só no mundo, com a única fortuna que possuía, *uma casa na rua do Ribeirão ou Fonte das Pedras*, em São Luís, que perdera para o Estado, por não ter conseguido pagar os impostos (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 5 de novembro de 1924, fl. 2). O artigo trata de questões cruciais na vida das mulheres, em especial daquelas pobres, como o trabalho e a educação, no período da transição do Império brasileiro para a República. Porém, antes de tratar especificamente da vida de *Anna de Freitas*, relacionada aos embates que travou junto à estrutura burocrática do estado, vale situar a personagem a partir dos dados trazidos por Carlota em seu texto.

O artigo está situado em dois momentos importantes da história do Brasil. Inicialmente, a autora discute as frentes de trabalho relacionadas ao ciclo da borracha, na ocasião em que muitos brasileiros, em especial, os sertanejos do Nordeste, se embrenharam nas matas amazônicas para o trabalho nos seringais, contexto esse em que *Anna de Freitas* e sua família estiveram inseridas. Em seguida, o artigo aborda o espaço urbano da capital maranhense na última década do século XIX, momento em que a autora discute o processo de burocratização do período republicano nascente.

Cabe, portanto, ressaltar que as questões relacionadas à *Anna de Freitas* e sua família, trazidas por Carlota em seu texto, estão relacionadas diretamente à conjuntura política brasileira do período inicial da República, marcadamente com o processo migratório do final do século

XIX e início do século XX. Segundo Furtado (*apud* ANTONIO FILHO, 2010, p.192), esse período conheceu um deslocamento populacional para a região amazônica, que “não seria inferior a meio milhão de pessoas”, nordestinos cujas vidas passam pelo interior do Ceará, do Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas.

Neste momento crucial da história política brasileira, a trajetória de *Anna de Freitas* e de sua família se confunde com a de muitos outros brasileiros e brasileiras. De acordo com Carlota, Anna e família, como tantos outros, foram vítimas das *endemias, do desprezo e da ganância* (...) que *se concretiza no interesse pessoal que explora a desgraça no proveito de alguns* (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 3 de novembro de 1924, fl. 2).

Com o objetivo de situar a personagem, Carlota escreve, primeiramente, sobre a família de *Anna de Freitas*, seus pais e o esposo *Cosme*, e de como estes chegaram aos seringais do Amazonas, para ali trabalharem, por anos a fio, em frentes de trabalho relacionadas à extração da borracha. Um trabalho penoso que, de acordo com a autora, era *desumano e insalubre* e expunha os trabalhadores a uma rotina extenuante de labores sem nenhum retorno que lhes garantisse alguma dignidade. Nessas condições de trabalho, *Anna de Freitas* perdeu o pai e a mãe, que muito inchados de “*impaludismo*¹⁵²” e “*sezão*¹⁵³” não resistiram à exposição da doença, associada à fraqueza e à inanição, não conseguindo escapar da morte anunciada (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 3 de novembro de 1924, fl. 2).

Sobre o esposo de *Anna*, *Cosme Alves de Freitas*, Carlota nos informa que era um *cearense de Quixeramobim ou Buretana*, que fora *tangido pela seca de 1863, elle, muito jovem ainda, e muitos outros emigraram com as respectivas famílias para o afamado sertão de Pastos Bons*, na região sul do estado do Maranhão. Em terras maranhenses teria trabalhado no cultivo do algodão, seguindo rumo ao Pará, *seduzido pela fama da facilidade de adquirir riqueza no Amazonas mediante a extracção da borracha* (...). *Engajou-se numa “leva” de seringueiros do Purus e Juruá, onde devia perder a saúde* (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 3 de novembro de 1924, fl. 2).

¹⁵² Doença contagiosa causada por um protozoário parasito dos glóbulos vermelhos do sangue, do gênero *Plasmodium*, sendo transmitida por um mosquito das regiões quentes e pantanosas, o anófele; malária. (<https://www.dicio.com.br/>).

¹⁵³ Acesso de febre, intermitente ou periódica, precedido de frio e de calafrios. “Sezão” in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (<https://dicionario.priberam>)

Figura 31: O trabalho nos seringais do Amazonas

Pela manhã, o seringueiro fere a árvore, colhe o leite e coa-o e leva ao patrão, que recebe e cota por alto valor «nominal» mas fornece-lhe os gêneros de alimentação e vestuário por preços de alto valor «real».

A alimentação é cara e péssima. Carne grossa do Rio Grande do Sul, velha e rançenta e farinha do Maranhão com anos de armazém.

Ha quem aconselhe o uso da cachaça para preservativo da sezão e produz efeito diametralmente oposto.

Naquele clima quente, a cachaça faz um mal imenso ao baço e ao fígado.

Comidas indigestas concluem a obra e o indivíduo succumbe ao impaludismo e feridas que resultam da péssima alimentação, dos gêneros em decomposição.

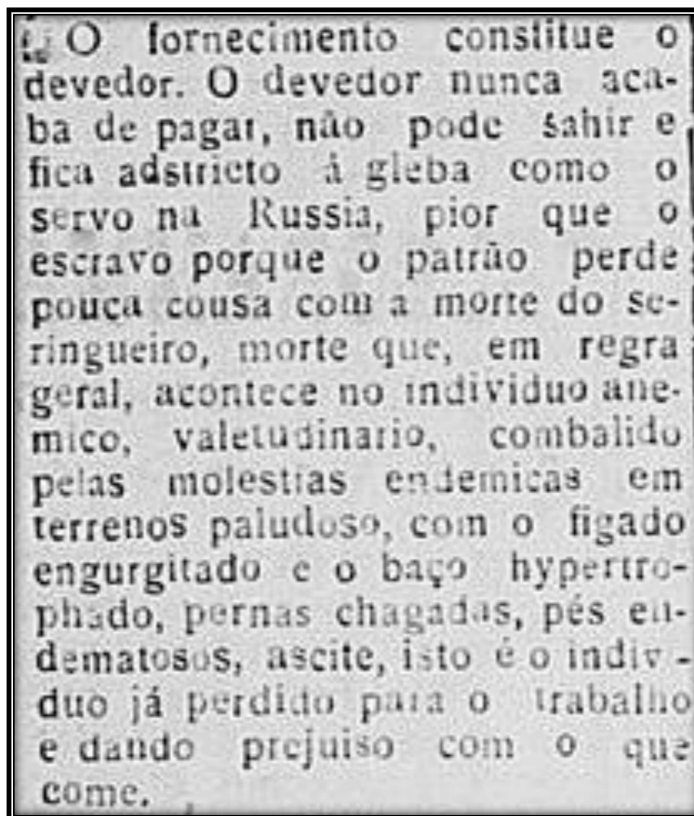
Fonte: DIÁRIO DE S. LUÍZ, 4 de novembro de 1924(fl.2)¹⁵⁴

Nos seringais do Amazonas, de acordo com Carlota, os trabalhadores e trabalhadoras tinham vida curta. A longa jornada e as condições de trabalho, a fraqueza em consequência da parca e má qualidade da alimentação, a exposição às doenças e a precariedade das moradias, somando-se à exploração e à submissão, faziam do trabalho com a borracha uma atividade em que a brevidade da vida fosse uma regra. As relações de trabalho eram as piores possíveis, o endividamento era constante, dada à pouca valorização do trabalho de seringueiro e ao alto custo dos gêneros fornecidos no armazém do patrão, e a mobilidade do trabalhador era cerceada

¹⁵⁴ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00146.0170 - Rótulo: 093874/ Nome: *Diário de S. Luiz (MA)* /Ano 1924\Edição 00249 (1). Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader>

(DIÁRIO DE S. LUÍZ, 4 de novembro de 1924, fl.2). Ao retratar as condições de trabalho nos seringais, Carlota faz a seguinte descrição sobre o sistema de endividamento (figura 32):

Figura 32: As condições de trabalho nos seringais e o sistema de endividamento



Fonte: DIÁRIO DE S. LUÍZ, 4 de novembro de 1924(fl.2)¹⁵⁵

Para ela, o trabalho nos seringais lembrava os tempos da antiga escravidão ou a servidão medieval, e incluía mulheres e crianças. Evidenciando sua condição de leitora e apontando para o acesso que teve a certas obras literárias, Carlota diz: *só quem leu a “Vida Amazônica” de*

¹⁵⁵ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00146.0170 - Rótulo: 093874/ Nome: *O Diário de S. Luiz* (MA) /Ano 1924\Edição 00249 (1). Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader>

José Veríssimo¹⁵⁶ e “A Margem da História” de Euclides da Cunha¹⁵⁷ (...) pode fazer juízo de quanta miséria e quanto horror há nos seringais do Amazonas, Purús, Juruá, etc. (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 4 de novembro de 1924, fl.2). Ao referir-se ao endividamento dos trabalhadores nos seringais, José Veríssimo (1892), em sua obra *Vida Amazônica*, citado pela autora, afirma:

Assim, pagará muitas vezes o kilogramma de assucar por 4\$ ou 5\$, o de café por igual ou superior preço, e a farinha, seu principal alimento, por vinte e mais mil reis o alqueire. Elle terá familia, mulher, filhas e filhos que o ajudarão, como tantas vezes succede; a sua colheita será avultada, e ainda assim no fim de quatro, seis, dez e mais annos, não conseguirá sequer equilibrar o seu Deve e o seu Haver (p. 37-38).

Como se pode observar, Veríssimo (1892) afirma que as atividades nos seringais envolviam toda a família, incluindo mulheres e crianças. No artigo *Anna de Freitas*, percebe-se a preocupação de Carlota em expor a situação de exploração em que a personagem e sua família estavam submetidas, dando visibilidade aos sujeitos femininos, sugerindo, assim, uma forma mais abrangente do debate em torno do trabalho que elas desempenhavam naquela sociedade. Dessa forma, para além do detalhamento das condições de trabalho, Carlota propõe uma discussão que extrapola os personagens masculinos, como acontece na maioria dos textos “estatísticos” do século dezenove, que invisibilizavam o trabalho feminino (PERROT, 2005, p. 11).

O trabalho das mulheres e crianças não era contabilizado, pois entrava na contagem do trabalho do “chefe da família”, que é sempre uma figura masculina (PERROT, 2005, p. 11). O

¹⁵⁶ José Veríssimo Dias de Matos (1857-1916), jornalista, professor, educador, crítico e historiador literário. Um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, juntamente com Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Visconde de Taunay, Lúcio de Mendonça, entre outros. Ocupante da cadeira nº 18, que escolheu como patrono João Francisco Lisboa. Dedicou ao magistério e ao jornalismo, a princípio como colaborador do *Liberal do Pará* e, posteriormente, como fundador e dirigente da *Revista Amazônica* (1883-84) e do Colégio Americano. Estudioso da Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica, sobre o homem de Marajó e a antiga história da civilização amazônica. Sobre a rica Amazônia são também os ensaios sociológicos que escreveu nessa época, *Cenas da vida amazônica* (1886) e *A Amazônia* (1892). Foi professor na Escola Normal (atual Instituto da Educação) e no Ginásio Nacional (atual Colégio Pedro II), dos quais foi também diretor. Fundador da *Revista Brasileira*. Como escritor, a sua obra é das mais notáveis, destacando-se os vários estudos sociológicos, históricos e econômicos sobre a Amazônia e as suas séries de história e crítica literárias. Na Introdução à sua *História da literatura brasileira* tem-se uma primeira revelação de todas as vicissitudes por que havia de passar uma literatura que se nutriu por muito tempo da tradição, do espírito e de fórmulas de outras literaturas, principalmente do que lhe vinha de Portugal e da França. Disponível: (<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa455729/jose-verissimo>).

¹⁵⁷ Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha (1866-1909) foi um escritor modernista brasileiro, professor, filósofo, historiador, sociólogo, jornalista, engenheiro, geógrafo, dentre outros. Foi Patrono da cadeira nº 7 da Academia Brasileira de Letras (ABL), eleito em 1903. Formou-se em Engenharia Militar, bacharelou-se em Matemática e Ciências Físicas e Naturais. Foi colaborador do jornal O Estado de São Paulo. Foi membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Trabalhou na cadeira de Lógica do Colégio Pedro II, em 1909. Escreveu romances, ensaios, artigos. Algumas de suas obras mais relevantes: *A guerra no sertão* (1899); *As secas do Norte* (1900); *O Brasil no século XIX* (1901); *Os Sertões* (1902); *Civilização* (1904); *Contrastes e Confrontos* (1906); *Peru Versus Bolívia* (1907); *Castro Alves e o Seu Tempo* (1908); *A Margem da História* (1909) (<https://www.todamateria.com.br/euclides-da-cunha/>).

trabalho da mulher, descrito por Carlota, envolve aquilo que Michele Perrot (2005, p. 11) identifica como um “continente perdido”, o território, no qual, historicamente, “a vida das mulheres são tragadas pelo esquecimento”. Para a autora, “os relatos que não as incluem”, não apenas anulam “a presença da mulher nos vários espaços”, como apontam para o “costume de servir-se de um masculino universal, de estereótipos globalizantes” (PERROT, 2005, p.11).

Sob essa perspectiva, a presença de *Anna de Freitas*, de sua mãe e de tantas outras mulheres inseridas nas atividades dos seringais pode ser considerado um “exemplo de opacidade” do feminino, gerado pelo fenômeno “contemporâneo das estatísticas”, quase sempre “assexuadas” (PERROT, 2005, p. 11). De acordo com a mesma autora:

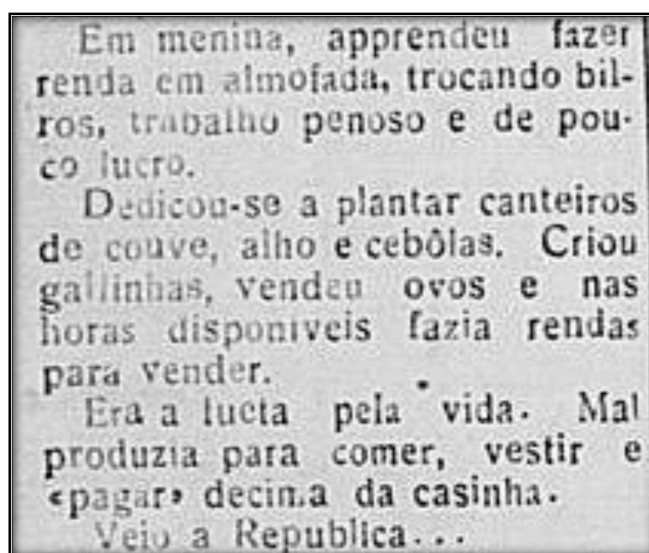
As estatísticas agrícolas enumeram os "chefes de exploração" sem detalhar o sexo, que se supõe obrigatoriamente masculino, como o dos "trabalhadores diaristas": entre os quais havia tantas serventes. As mulheres de agricultores ou de artesãos cujo papel econômico era considerável, não são recenseadas, e seu trabalho, confundido com as tarefas domésticas e auxiliares, torna-se assim invisível. Em suma, as mulheres não “contam” (PERROT, 2005, p. 11).

Perrot ressalta, ainda, que “o trabalho feminino é inseparável da história da família, das relações entre os sexos e de seus papéis sociais” (2005, p. 244). Tal qual no artigo *A jovem sertaneja*, em *Anna de Freitas*, Carlota põe em discussão a situação da mulher do período em que viveu, levanta pontos importantes como a dependência, os sonhos, a profissão e a formação da mulher, evidenciando a dupla violência à qual estava submetida, a da *ignorância* e a dos *maus-tratos* (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 20 de novembro de 1924, fl. 2). Os dois artigos têm em comum a preocupação da autora com a educação feminina, que, além de não preparar a mulher para o exercício de uma profissão, deixava-a totalmente refém, a uma vida entregue à ignorância e à exploração, exposta à violência do matrimônio e/ou do estado.

Numa sociedade que educa a mulher para “respeitar ao pai e ao marido, cuidar da educação dos filhos e do lar” (PEDRO, p. 319), *Anna* não fugia à regra. Criadas no confinamento das casas, “estando sob a tutela e na dependência do homem, pelo ... casamento” (PERROT, 2004, p. 422), limitadas ao ambiente do lar e às tarefas domésticas, a educação dada às mulheres, em geral, de acordo com Carlota, não era suficiente para lhes conceder autonomia financeira e desenvoltura no trato com a liturgia do espaço público (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 5 de novembro de 1924, fl. 2). Sujeitas à figura masculina, inicialmente dos pais e, em seguida, dos maridos, sem profissionalização e sem estudo as “mulheres sós, solteiras ou viúvas” e pobres, como no caso de *Anna de Freitas* eram reduzidas a uma condição de vida miserável, “caracterizado por um mínimo vital e declinante” (PERROT, 2005, p. 235).

Em *Anna de Freitas*, Carlota continua a insistir na escolarização feminina como uma forma de conferir-lhes autonomia (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 5 de novembro de 1924, fl. 2). Considera que a ignorância é um empecilho à dignidade feminina, sendo a grande “responsável pelas dificuldades que encontra na vida e cria um círculo vicioso: como não tem instrução, não está apta a participar da vida pública, e não recebe instrução porque não participa dela” (TELLES, 2004, p. 427). Afirma que, com a viuvez, *Anna* teve que *enfrentar a vida sem ter aprendido antes que a habilitasse a instituir profissão nem se fizera funcionária do estado* (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 5 de novembro de 1924, fl. 2). Sabia cortar borracha, habilidade adquirida pelos anos de trabalho nos seringais do Amazonas. *Quando menina teria aprendido trabalhos com bilros e plantar canteiros, atividades, pouco rentáveis que mal dava para a sua sobrevivência* (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 5 de novembro de 1924).

Figura 33: Anna de Freitas e o trabalho feminino, pouco rentável.



Fonte: DIÁRIO DE S. LUÍZ, 5 de novembro de 1924(fl.2)¹⁵⁸

Apesar das grandes dificuldades da vida de viúva pobre e sem instrução, do duro e pouco rentável trabalho, *o marido* de Anna, Cosme, *deixou-a numa casa della*, e, temeroso de morrer e deixar a esposa desamparada, investiu todo o recurso que adquiriu trabalhando nos seringais do Amazonas, na compra de uma casinha. Porém, com a *República*, afirma Carlota, *anno a anno o imposto cresceu, augmentou, triplicou, quadriplicou para fazer grande Receita (...) e*

¹⁵⁸ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00146.0170 - Rótulo: 093874/ Nome: *O Diário de S. Luiz* (MA) /Ano 1924\Edição 00250 (1). Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader>

Anna de Freitas não pode mais pagar o imposto predial (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 6 de novembro de 1924, fl. 2).

Ao se referir à falta de habilidade de *Anna* para um emprego público, muito mais do que uma constatação, Carlota estava fazendo uma crítica, que não era só dela, mas de muitos intelectuais de sua geração, que enxergavam no emprego público, uma forma de viver às custas da “máquina do Estado”, como acontecia na “aristocracia de corte, que simplesmente perdeu sentido na ausência de um rei”, mas que vinha dando sinais de continuidade na República nascente. Com a República, a burocracia estatal se recompõe a partir de novos atores, que, como afirma Alonso, “arrodeados de militares, muitos deles membros do movimento reformista da geração 1870, (...) acharam no novo regime o poder e o prestígio que tanto demandaram ao velho” (2016, p. 36).

O serviço público, no limiar da República, se caracterizava como um espaço privilegiado e disputado pelos letrados, que, não raro, eram exercidos juntamente com outras atividades intelectuais. Com o acesso, geralmente, ligado muito mais às indicações do que ao mérito, o funcionalismo público foi alvo de debate, principalmente por parte dos literatos, a exemplo de Machado de Assis e Lima Barreto. José Murilo de Carvalho, em *Os bestializados*, faz referência ao discurso de Alberto Sales e Silvio Romero, dirigido aos liberais seus contemporâneos, no qual faziam uma crítica muito usual naquele período, em relação à “excessiva dependência em relação ao Estado como regulador da atividade social”, ao mesmo tempo em que se observava a “obsessiva busca do emprego público” (1987, p. 150).

No segundo momento do texto *Anna de Freitas*, Carlota centra-se na relação que *Anna* manteria com a burocracia do recém-implantado estado republicano brasileiro na cidade de São Luís, Maranhão (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 6 de novembro de 1924, fl. 2). Essa realidade, para Carlota, em nada se assemelha com a República idealizada pela “maior parte dos republicanos históricos”, que “ficou desiludida com a forma como o novo regime” foi estruturado (FERREIRA, 2004, p. 1).

Percebe-se em *Anna de Freitas* um grande descontentamento de Carlota com os rumos dados à República pela qual tanto ela quanto seus contemporâneos haviam sonhado e lutado. Uma República que tinha como marco orientador os princípios iluministas, decorreu de um golpe militar e que pouco se diferenciava daquilo que tanto haviam buscado se distanciar. Esses descontentamentos de Carlota, tão presentes em *Anna de Freitas*, são marcantes no texto de um dos destacados intelectuais republicanos, Dunshee de Abranches (1993), que na obra *A esfinge do Grajaú*, em capítulo intitulado *República de mentira*, denunciou os atos de traição ao ideário republicano patrocinado pela Junta Provisória encarregada de implantar o novo regime em

terras maranhenses. Além de situar os leitores sobre a situação em que se encontrava a cidade de São Luís logo após a Proclamação da República, Abranches afirma que “o bárbaro morticínio de populares indefesos manchava para sempre de sangue no nascedouro uma República” (1993, p. 198).

Em seu texto, Abranches fala do “profundo desgosto” com que a população recebeu as notícias desalentadoras sobre “os desatinos”¹⁵⁹ da Junta Governativa instituída logo após o golpe republicano. De acordo com o autor, a Junta Provisória no Maranhão, fora “composta de indivíduos iletrados e inexpertos, uns e outros sem compostura nem idoneidade moral”. Como consequência, veio a repulsa popular a esses “pseudogovernantes sem escrúpulos e conveniência” (ABRANCHES, 1993, 198-199). Não raro, eram narrados episódios envolvendo esses personagens, que denotam bem a “conduta desse governicho”, afirma Abranches, expondo um dos muitos relatos que envolviam esses personagens. Diz Abranches, contam que:

Ao sair de um almoço opíparo e bem regado, um grande boêmio, que se proclamava o cérebro entre os colegas do Governo, fazia parar um bonde, ordenava que o movessem em sentido contrário na direção do Palácio, e dava voz de prisão aos condutores dos outros veículos que fora encontrando e que tiveram também de retroceder até o ponto inicial. E ficou célebre mesmo a frase com que esse mesmo intelectual justificara todos esses despautérios ao ser interpelado pelo primeiro Governador do estado, dizendo-lhe: “Que queria você que eu fizesse, meu colega, se vivia em Palácio entre a ignorância e espada? A única coisa que pude fazer foi salvar a gramática...” (ABRANCHES, 1993, 198-199).

O relato de Abranches, para além de demonstrar a extensão do descontentamento com os rumos da república, dá uma noção da violência que caracterizou a implantação da República no Maranhão logo após 15 de novembro de 1889. Esta reação pode ser também percebida nas palavras do escritor Antônio Batista Barbosa de Godóis¹⁶⁰, na sua famosa obra *História do*

¹⁵⁹ Esses desatinos dos quais fala Abranches diziam respeito, em especial, às atitudes de autoritarismo, em parte, motivado pelo protesto de ex-escravos monarquistas, cerca de quatrocentas pessoas, ocorrido em 17 de novembro de 1889, contra o jornal republicano *O Globo*, propriedade de Paula Duarte. O referido jornal teria, no dia anterior, anunciado a derrocada do Império. “Decretos de fuzilamento e deportação foram expedidos com o fito de intimidar a ação populista dos monarquistas junto ao povo. A contenda às portas do teatro São Luís, que virou um misto de fato, boato e finalmente piada, pertence a essa conjuntura turbulenta que marcou profundamente a memória política maranhense do advento da República como um período de terror e violência” (JESUS, 2012, p. 138).

¹⁶⁰ Antônio Batista *Barbosa de Godóis* (1860-1923) formou-se Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, em 1884 e exerceu as funções de procurador da Justiça Federal no Maranhão. Foi também professor, promotor público, jornalista, deputado, funcionário público, homem de governo. Mas o que o imortalizou foi a renovação educacional, do qual resultou a reforma da Escola Normal e o funcionamento da Escola-Modelo do Maranhão, onde exerceu o magistério. Integrou-se ao movimento cultural que visava tirar o Maranhão do torpor em que se afundava, colaborando ativamente na imprensa e publicando monografias sobre educação. Embora não se lhe atribua talento poético, Barbosa de Godóis compôs a letra do Hino Maranhense, musicada pelo maestro Antônio Rayol. Patrono e fundador da Cadeira nº 1 na Academia Maranhense de Letras. Entre suas obras de maior destaque e importância, pode-se citar a “História do Maranhão”, em 2 volumes, publicada em 1904 (<http://www.academiamaranhense.org.br/antonio-batista-barbosa-de-godois/>).

Maranhão, obra publicada no ano de 1904, citadas pelo historiador Matheus Gato de Jesus (2012), no artigo *Tempo e melancolia: República, modernidade e cidadania negra nos contos de Astolfo Marques (1876-1918)*. Barbosa Godóis assim descreve o alvorecer da República em território maranhense:

Trêfega e irrequieta, longe de consagrar os ânimos, para que todos cooperassem no regime que se inaugurava, precedeu com exclusões, numa terra em que não passavam uma meia dúzia os republicanos históricos e procurou aproveitar-se da eventualidade que lhe pusera o governo nas mãos, para atirar-se à faina de formar elementos políticos que servissem aos planos de domínio de um só dos seus membros, que tinha pretensão a chefe do partido. Acorde com esse pensamento, a polícia cometida na própria capital a pessoas as menos idôneas para exercerem-na, por conhecida falta de critério, tratou aí mesmo de se impor pelo medo, efetuando prisões a torto e a direito, castigando com palmatoadas as pessoas do povo d'um e outro sexo e raspando-lhe à navalha as sobrancelhas e metade do cabelo na cabeça. Ninguém se reputava seguro numa tal emergência, em que a liberdade individual estava em perigo permanente. Não houve escala de violência que a junta não tocasse, chegando até a tentar deportações e fuzilamentos e isto sem que houvesse o menor indício que fosse de resistência a nascente forma de governo. A República, logo nos seus primeiros passos, sofrera, portanto, com aquele governo coletivo, a influência perniciosa de uma impressão verdadeiramente desgraçada, aliando-se seu advento na Província à prática de tropelias em ordem a gerarem no espírito popular a ideia de que o novo regime, em vez de garantir a ordem e os direitos dos cidadãos, fazia periclitar a primeira e investia contra os segundos (GODÓIS *apud* JESUS, 2012, p. 137-138).

De acordo com Jesus (2012), o movimento republicano maranhense é muito tardio, só veio se tornar mais expressivo entre a “elite após a lei de 13 de Maio de 1888”. Para esse autor, as promessas não cumpridas de “indenização aos senhores pela expropriação da mão de obra escravizada” e os projetos de “imigração estrangeira” não levados a termo podem ser considerados motivos suficientes para a adesão (JESUS, 2012, p. 136). Ademais, ainda, segundo esse autor, tal conjuntura pode justificar o motivo pelo qual “as notícias conhecidas acerca de conferências republicanas em São Luís datem já do derradeiro ano de 1889, nas quais, por vezes, manifestantes populares irrompiam, sobretudo ex-escravos, em defesa da monarquia e da Princesa Isabel, *A Redentora*” (JESUS, 2012, p. 136). Essa realidade acerca do movimento republicano no Maranhão de que fala esse autor refere-se à parte norte do estado, pois “na porção sul do Maranhão, pouco integrado ao centro administrativo litorâneo até meados do século XX, concentravam-se as cidades e vilas de maior agitação republicana local” (JESUS, 2012, p. 136-137). Nesse contexto, segundo Abranches (1993), Barra do Corda desponta como

centro propulsor do movimento (p. 198), sob a liderança de Isaac Martins¹⁶¹, o chefe do Partido Republicano dos sertões do Maranhão (ABRANCHES, 1993, p. 162).

Em artigo que trata da *Decomposição e recomposição: querelas e intrigas nas tramas dos novos partidos no Maranhão (1889 - 1894)*, o historiador Luís Alberto Ferreira, constata aquilo que ficou conhecido como “republicanos de 16 de novembro”, devido ao grande número de adesão ao novo regime, a maioria destes vindos “dos partidos Liberal e Conservador”. Esse movimento de adesão, de acordo com o autor, foi tamanho que “deixou incomodado um conjunto de republicanos idealistas”, que passaram a se manifestar pela imprensa; muitos desiludidos, porque viam nos que estavam governando, os mesmos a quem combatiam no passado recente (FERREIRA, 2014, p.1). A própria composição da Junta Governativa foi quase que absolutamente composta por monarquistas e militares, a exceção era o republicano, Francisco de Paula Belfort Duarte¹⁶², mais conhecido como Paula Duarte, que, segundo Dunshee de Abranches (1993), era um “boêmio incorrigível” (p.168).

Essas adesões ocorreram de forma tal, que, de acordo com Ferreira (2014), o *Pacotilha* de 18 de novembro de 1891, ao fazer “a avaliação dos dois primeiros anos de República, afirma que, tão logo fora nomeada a Junta Governativa, em 18 de novembro de 1889, tornou-se difícil encontrar monarquistas no Maranhão” (FERREIRA, 2014, p.1). Essas adesões foram ocorrendo em todo o estado e, de acordo com o mesmo autor, à medida que elas avançavam, novos partidos iam surgindo. Para Ferreira, a exceção foi apenas do Partido Republicano, que manteve-se com

¹⁶¹ Isaac Martins dos Reis (1856-1898) foi promotor público, juiz, professor e político maranhense. Integrante do Partido Liberal, muito antes do memorável 15 de novembro de 1889, fez a sua profissão de fé republicana. Envolveu-se nas lutas políticas no sertão maranhense, merecendo o respeito e a admiração, até dos seus adversários. Em 1888, após a abolição, que dia a dia pregava, sustentando formidáveis campanhas que ficaram memoráveis na história do Maranhão, publicou um manifesto republicano com Rocha Lima e Dunshee de Abranches, e com este seguiu por todo sertão a serviço de propaganda, fundando clubes e organizando o partido histórico que, meses mais tarde, empenhava-se nos pleitos eleitorais. Fundador do jornal “O Norte”, a primeira folha de propaganda republicana no Maranhão, ocupando o lugar de redator-chefe. Como jornalista, magistrado e político, professou sempre as ideias as mais adiantadas. Foi de Senador no Congresso Constituinte, onde ocupou o lugar de 1º Secretário. (<http://www.barradocorda.com/noticias-barra/120-anos-sem-isaac-martins/>).

¹⁶² Francisco de Paula Belfort Duarte (1784-1855) formou-se Bacharel em Direito na Universidade de Coimbra. Foi deputado geral pela província do Maranhão, defensor da causa republicana, após a proclamação da República e integrou a primeira junta governativa do Maranhão, que assumiu o poder em 18 de novembro. A junta era presidida pelo tenente-coronel João Luís Tavares e integrada ainda pelo capitão-tenente Cândido Floriano da Costa Barreto, pelo tenente Augusto Frutuoso Monteiro da Silva, pelo capitão João Lourenço da Silva Milanez, pelo tenente-coronel Francisco Xavier de Carvalho e pelo civil José Francisco de Viveiros. Foi substituída em 17 de dezembro seguinte pelo presidente nomeado Pedro Augusto Tavares Júnior, que, em uma de suas primeiras medidas, dissolveu a Câmara Municipal de São Luís e, em seu lugar, criou a Junta Municipal para gerir negócios e interesses do município. Francisco de Paula Belfort Duarte presidiu a nova junta, composta também por Augusto Olímpio Gomes de Castro, José da Silva Maia, Manuel Bernardino da Costa Rodrigues e Joaquim de Sousa Andrade. Foi juiz, desembargador e ministro do Supremo Tribunal de Justiça. No campo jornalístico, colaborou com os periódicos *A Tribuna* e *O Liberal* e dirigiu *O Publicador Maranhense* e *O Globo*. <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/DUARTE,%20Francisco%20de%20Paula%20Belfort.pdf>

a mesma orientação programática. Oriundo “da parte mais progressista dos liberais” e da ala dos “republicanos históricos, bastante representativo tanto na Ilha de São Luís, quanto no Alto Sertão, liderado pelo liberal-republicano Manuel Bernardino da Costa Rodrigues, que passou a controlar o jornal Pacotilha” (FERREIRA, 2014, p.3).

Nickel identifica nesse alargamento das relações políticas, ocasionadas pelo “festival adesionista”¹⁶³ às possibilidades de composição política com vistas a resultados eleitorais. Assim, na perspectiva dessa autora, aquilo que Uricoechea (1978) chamou de “a dimensão de cálculo político” que havia nessa “política de conciliações” passou a ser crucial para a organização partidária nesse momento da política maranhense. Para a autora, isto se deu “graças à cooptação”, pensando no melhor proveito nos resultados eleitorais que se redefiniram a organização partidária, e na própria organização administrativa (*apud* NICKEL, 2010, p. 36).

Dessa forma, como afirma Carvalho, a República consolidou-se com base na “exclusão do envolvimento popular no governo (...). As propostas alternativas de organização do poder, a do republicanismo radical, a do socialismo e mesmo a do positivismo, derrotadas, foram postas de lado” (1987, p.161). Quanto à esta exclusão de que nos fala o autor, Carlota a percebe nas dificuldades de acesso das camadas populares ao Estado republicano.

A partir da luta travada por *Anna* para garantir a posse do único bem que possuía, após anos de trabalho, dela e do esposo, Carlota identifica na excessiva carga burocrática do Estado republicano nascente uma brutal violência contra os pobres. Com um atendimento sempre dificultado, por meio de adiamentos diversos, exigências formais, por vezes descabidas e desproporcionais, além do excesso de departamentos a percorrer e pagamentos de taxas para qualquer requerimento, a busca por justiça era um peso para qualquer um, e o seu acesso, um privilégio para poucos (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 6 de novembro de 1924, fl. 2). Carlota relata o percurso que *Anna de Freitas* fez com o propósito de garantir a posse de sua casa:

Por não ter pago o executivo dentro de 24 horas, Anna viu sua casa - o preço da vida do seu marido - o resultado de anos de trabalho no seringal, penhorada pela “Fazenda Pública” e exposta a venda em edital publicado. Aconselhada que fosse ao dr. Prefeito, e ella foi à prefeitura, foi na casa de morada e em nenhuma parte o doutor quis ouvil-a. Disseram que fosse ao juiz e ella foi falar com o doutor juiz de execuções. O magistrado limitou-se a dizer que requeresse. Anna de Freitas procurou um conhecido, pessoa inteligente e culta, que fizesse por favor o requerimento de dispensa do pagamento, a vista de sua indigência e ser a casa o seu único abrigo. Compadecido o dono da venda da esquina, homem de muita cultura e sólida instrução literária (...) redigiu o requerimento nos termos mais expressivos e convincentes, deu o sello, almoço e conforto de palavras cariciadoras.

¹⁶³ Termo utilizado pelo historiador Luís Alberto Ferreira, ao se referir ao grande número de adesões de monarquistas e liberais à República de 15 de novembro de 1891, no Maranhão (FERREIRA, 2014).

Animada, Anna levou o requerimento ao dr. Juiz das execuções. O juiz não tomou conhecimento do alegado, porque a petição não estava assinada por bacharel. Ao escrevente do requerimento é defesa conhecer as leis. Não era doutor. Paradoxo! (...) . Anna de Freitas vendeu a derradeira joia, teve o dinheiro, procurou o advogado bacharel. O doutor consultou livros, achou onde enquadrar o recurso, requereu o embargo de execução, entregou o requerimento, recebeu o pagamento. Anna correu ao juiz, que despachou mandando juntar aos autos. Recebendo a petição, o escrivão informou que teria de ser ouvido o doutor procurador da Fazenda e ella teria que depositar o valor da execução. Sentiu morrer a derradeira esperança. Se tivesse a importância dos impostos não deixaria penhorar a casa para pagar mais as custas. Debilitada pela escassa alimentação, extenuada por fadigas moraes e físicas, cansada Anna andando, teve que passar pela porta da casa da audiência. Ouviu...o porteiro fazia os pregões de estylo, um licitante arrematava a casa que seu marido deixara-lhe. Estava tudo acabado, nada mais possuía. Teve uma vertigem e cahiu. Estava morta. Uma syncope cardíaca tinha apagado aquela luz. (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 6 de novembro de 1924, fl.2)

O critério é a receita, observa Carlota, portanto, a cobrança é regulada por fórmulas que impossibilitam a defesa. O fisco é inexorável. Não atende a súplica, não olha a desgraça. Tem hypoteca sobre os bens dos lançados. Toma, sequestra, penhora e vende com maior rapidez (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 6 de novembro de 1924, fl. 2). Dessa forma, após longas e decepçionantes tratativas, Anna é tragada pela organização social (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 6 de novembro de 1924, fl. 2).

Os efeitos dessa burocracia do estado republicano ganharam também destaque nas palavras de Lima Barreto. Em sua obra *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, por meio de uma crítica irônica, ele põe em debate a inutilidade de boa parte das intervenções burocráticas. Aqui, vale trazer o diálogo travado entre Xisto Beldroegas, bacharel em direito e seu colega de repartição Gonzaga de Sá, narrado por Augusto Machado. É ele quem nos conta que “Gonzaga de Sá contava coisas bem engraçadas do seu colega bacharel”, que era um funcionário “apaixonado pela legislação, vivia obcecado com avisos, portarias, decretos e leis”, enfim, era fixado por “resolução em papel oficial de tudo e todas as coisas” (LIMA BARRETO, 1919, p. 165). Beldroegas não podia compreender o motivo pelo qual certas coisas não estavam regulamentadas, como o porquê de o número de dias em que chove no ano não estar fixado. Para ele:

(...)se ainda não o estava, em Aviso ou Portaria, era porque o Congresso e os ministros não prestavam. Se fosse elle... Ah! ... O movimento dos astros, o crescimento das plantas, as combinações químicas, toda a natureza, no seu entender, era governada por avisos, portarias e decretos, emanados de certos congressos, ministros e outras espécies de governantes que tinham existido há muito tempo. Não acreditava que outras vontades ou forças mais poderosas do que as dos membros ostensivos do poder político governassem. Eram elles,

só elles, o voto... Tolice! ... (...) Apesar de enfronhado na legislação, não tinha uma idéia das suas origens e dos seus fins, não a ligava à vida total da sociedade. (...) Para o doutor Xisto Beldroegas, a lei era ofensiva, inimiga da parte. Ninguém tinha direito em presença dela; e todo pedido devia ser indeferido, não logo, mas depois de mil vezes informado por vinte e tantas repartições, para que a máquina governamental mais completamente esmagasse o atrevido. (BARRETO, 1919, p. 166).

Assim, por meio do personagem Xisto Beldroegas, Lima Barreto dirige uma crítica ao excesso de burocracia e às minúcias que os funcionários tinham que observar, o que pouco contribuía para a melhoria social. Assim como Lima Barreto, com o seu personagem Xisto Beldroegas, Carlota por meio de *Anna de Freitas*, tece duras críticas ao modelo republicano que se implantara no Brasil. Um modelo que, segundo a autora, por não ter compromisso com a democracia e estar distante dos ideais liberais da Revolução Francesa, tornou-se um peso, pela ampliação exagerada da burocracia e pelos impostos que recaíam mais duramente sobre os mais pobres. Para Carlota, o Regime republicano brasileiro:

Não fora precedido de nenhuma educação democrática e menos ainda de qualquer propaganda de ideias liberaes, probidade e austeridade de costumes como a propaganda a que precedeu a Revolução Francesa, acontecida a cem annos antes, na qual a pobreza e a virtude emergiam com méritos individuais. Os protagonistas da nossa visaram o fausto e a opulência. A única classe nobilitada, foi a burocracia. Por isto todos quizeram ser burocratas e o número de funcionários municipaes, estaduaes e federaes augmentaram como se tivesse havido uma “geração espontânea” em séries e espécies múltiplas (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 5 de novembro de 1924, fl.2).

Esse momento histórico da política brasileira se caracterizava, segundo Carlota, por um *crescimento exagerado* do Estado. *Esse crescimento*, que segundo a autora, *produziu a carestia de todos os gêneros de consumo*, foi impulsionado por um aumento brutal da carga tributária, onde *novos impostos foram inventados tiveram nomenclaturas bizarras, os já existentes foram augmentados, juntos pesaram rudemente sobre as classes produtoras* (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 5 de novembro de 1924, fl. 2). Essa política de tributação exagerada havia provocado um efeito danoso sobre os mais pobres, que, sem nenhuma proteção do Estado e sem emprego formal, estavam pagando o preço do aumento da burocracia estatal.

Para Raimundo Palhano (2017) o traço mais marcante do estado republicano brasileiro foi a sua “transgressão” em relação à “função pública do Estado”. Organizado sob a “influência do clientelismo, do nepotismo e do empreguismo”, a República muito pouco se diferenciava do antigo Estado Imperial que ela suplantou. Para esse autor, a natureza “cartorial” do Estado brasileiro durante a Primeira República reduziu a “produção e a gestão do serviço público”,

basicamente, a um eficiente “mecanismo de manipulação das clientelas eleitorais destinado a perpetuar os privilégios de classe dominante” (PALHANO, 2017, p. 98).

Dessa forma, ainda segundo Palhano (2017), o serviço público não estava voltado ao “atendimento das necessidades coletivas, mas, sobretudo, ao atendimento de um “público” especial: “a clientela dos grupos dirigentes” (PALHANO, 2017, p. 98-99). Nesse sistema, para esse autor, a natureza do estado, enquanto promotor da contrapartida dos serviços coletivos era corrompida, pois “se organizava e funcionava principalmente para proporcionar empregos e favores à clientela”.

Tomando por base os gastos públicos no estado do Maranhão nas primeiras décadas da República, Palhano (2017) considerando os orçamentos referentes ao período de 1889-1930, com destaque para as despesas efetuadas, revela que as ações governamentais do Estado nesse período estavam centradas “primeiramente na manutenção e fortalecimento do aparelho burocrático e da força e segurança e, em segundo lugar”, na “criação, manutenção e fortalecimento da infraestrutura econômica”. Sendo assim, as despesas do estado do Maranhão nos dez primeiros anos da República evidenciavam que:

(...) os dispêndios com força e segurança ocuparam o primeiro lugar, com exceção a apenas de 1900, quando ficaram um pouco aquém em relação aos gastos com magistratura, que ocuparam, no mesmo período, o segundo lugar. Só as despesas com força e segurança consumiram mais de 20% do orçamento, chegando a 28% no ano de 1896. Somando-se as despesas com força e segurança e com a magistratura, vê-se que comprometiam mais de 40% do orçamento, a ponto de atingirem 46,3% no ano de 1896. Os gastos com obras públicas, por outro lado, eram pequenos, girando, no período, em torno de 2% do orçamento geral. O volume máximo foi atingido em 1897, 3,6%, quando foram gastos Rs 63:560\$000, de uma despesa geral de Rs 1.734:613\$000. Em 1900 foi atingido o volume mínimo de gastos em obras públicas, 1, 8% do total das despesas públicas. Deve ficar claro que o item “obras públicas” não se confundia com serviços públicos de infraestrutura urbana, mas, ao contrário, representava as despesas governamentais com infraestrutura econômica. Grosso modo, até 1900, referia-se a gastos com a construção e conservação de pontes de pequenas estradas no interior. Neste mesmo período, o orçamento da Capital jamais atingiu, por exemplo, o montante dos gastos com força e segurança. Em 1900, quando a receita de São Luís atingiu cerca de 400 contos, a maior desde 1889, o volume de despesa do Estado com força e segurança era de cerca de 439 contos. Ao longo deste período, os gastos com a iluminação, limpeza e obras públicas de melhoramentos da cidade eram cerca de duas vezes menores que os gastos com força e segurança no Estado. Em 1895 o município gastou com aqueles serviços de infraestrutura urbana cerca de 150 contos, enquanto os gastos estaduais com força e segurança correspondiam a aproximadamente 485 contos, portanto 222% superiores aos primeiros (PALHANO, 2017, p. 362-363).

Os estudos de Palhano (2017) em relação aos gastos públicos no Maranhão nas primeiras décadas da República dão conta de uma considerável diminuição dos recursos destinados às obras e limpeza pública. Para o autor, esses recursos, “chegaram, no fim da década, a um nível inferior ao do começo do século, justamente em uma fase crítica dos problemas de insalubridade caracterizados pela afluência das epidemias” que assolaram o país no início do século XX (PALHANO, 2017, p. 368). Somavam-se a isso, a precariedade dos serviços públicos existentes, além do aumento exagerado do valor de acesso a esses serviços, a exemplo da autorização de 31% de aumento no valor do abastecimento de água, na cidade de São Luís, no ano de 1894, “em relação ao preço em vigor em 1893” (PALHANO, 2017, p. 199). Ademais, a verba pública do Estado do Maranhão, ao longo da primeira fase Republicana, esteve subordinada quase que exclusivamente à manutenção e reprodução dos aparelhos burocráticos do estado (PALHANO, 2017, p. 369).

Como procuramos demonstrar, um aspecto importante trazido por Carlota em seu artigo *Anna de Freitas* é o significado real que a República nascente teve para a população pobre, em especial, no tocante às demandas sociais. Em relação a este mesmo tema, o escritor Lima Barreto afirmou que “da passagem da Lei de 13 de maio ainda tenho vivas recordações; mas da tal história da proclamação da República só me lembro que as patrulhas andavam nas ruas armadas de carabinas e meu pai foi, alguns dias depois, demitido do lugar que tinha. E é só. [...]”. Estas palavras de Lima Barreto, destacadas pela historiadora Lilian Schwarcz, em sua obra *Lima Barreto: triste visionário*, nos dão uma dimensão do significado da mudança do regime político na vida das pessoas. Mesmo tendo dito “e é só!”, Lima Barreto se tornou um personagem imprescindível para se compreender a Primeira República brasileira. Para Schwarcz (2017), a Primeira República brasileira prometeu a igualdade, mas entregou a exclusão social para largas partes da população”, se transformando, assim, em “palco para muitas revoltas e manifestações a favor dos direitos sociais e civis” (SCHWARCZ, 2017, p. 9).

3.4.3 A madrinha imposta: relações de compadrio, a partir de Carlota Carvalho

Além dos dois artigos em que Carlota nos traz a história de vida de *Lenilha* e *Anna de Freitas*, há, ainda, um outro texto no qual ela trata da questão feminina. Ele tem como título “*A madrinha imposta*”, e, nele, Carlota é também uma das personagens do episódio relatado. Escrito, provavelmente, na última década do século XIX e publicado em cinco fascículos, nas edições do jornal *Diário de São Luís*, dos dias 21, 22, 24, 25, e 26 de novembro de 1924, respectivamente, o texto, segundo a autora, compõe o *capítulo VI, do Livro inédito - Factos e Contos*.

No referido artigo, Carlota trata, entre outros assuntos, da sua passagem na região de São Vicente do Araguaia, hoje município de Araguaatins, no estado do Tocantins. O texto, situado temporalmente nos primeiros anos da década do 1880, trata de questões históricas e geográficas do antigo território goiano da região Araguaia/Tocantins. Logo nas primeiras notas do texto, publicado na edição do *Diário*, de 21 de novembro de 1924 (fl. 2), Carlota expõe as circunstâncias de sua passagem pela região do *imponente Araguaia*, que havia se dado no ano de 1884, momento anterior à sua transferência para o estado do Pará, na cidade de Belém, quando por lá fixou moradia, para cursar a Escola Normal (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 21 de novembro de 1924, fl. 2).

Em *A madrinha imposta*, além de si, Carlota trata de *Belsina* e de *Izabel*, duas mulheres sertanejas, de condições sociais distintas, enredadas numa trama envolvendo o compadrio, uma relação muito valorizada na região sertaneja. Pela importância social e política que essa instituição confere às pessoas que são alçadas à condição de padrinhos e madrinhas, alargar os laços de compadrio era uma questão de prestígio que possibilitava trocas e benefícios mútuos (VENDRAME, 2016, p. 178). A primeira, *Belsina Bastos*, era uma mulher da classe dominante do lugar, *casada com Manuel Dias Martins, filho do extinto capitão Constâncio e cunhado de Vicente Bernardino*, o fundador e chefe político do lugar; a segunda, *Izabel*, era uma pobre e jovem senhora, que morava numa choupana às margens do Araguaia, com o esposo e uma filhinha, ainda bebê, com quem Carlota estabeleceu relações e, por algumas vezes, socorreu em suas necessidades (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 25 de novembro de 1924, fl. 2).

A partir dessas duas mulheres, Carlota mostra como se davam as relações de compadrio na região sertaneja. Geralmente marcado por relações de poder, o apadrinhamento era uma extensão familiar, que, por vezes, servia como substituto à complicadíssima e burocrática adoção legal (VENÂNCIO, 2004, p. 229). Ter muitos afilhados era sinal de importância e favorecia a sustentação política de quem apadrinhava, que, geralmente, utilizava desse expediente para alargar o seu raio de influência, pois, como afirma Stuart Schwartz (1988), são laços criados dentro da Igreja, mas que conseguem transpor seus muros e estendem-se pela vida secular (*apud* ANDRADE, 2017, p. 18).

Tendo “caído nas graças” de Izabel, Carlota é convidada para “amadrinhar” sua filhinha, fato que desagradou profundamente *Belsina* (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 26 de novembro de 1924, fl. 2). Movida pela insatisfação e sentindo-se preterida, *Belsina* passou a ameaçar a pobre senhora, que queria ter como comadre. Afirmar Carlota:

Antes da minha chegada, a orgulhosa Belsina havia se oferecido para madrinha da menina, e Izabel nada tinha respondido porque não

sympathisava com Belsina e temia ofender seu exagerado amôr-próprio. Sabendo que Izabel me havia convidado para madrinha da filha, julgou-se desconsiderada e “fula de raiva”, intimou que lhe desse a menina para ser madrinha sob pena de mandar prendê-la por soldados porque jamais suportaria a afronta de tal desconsideração.

Deixar de dar a ella, membro da família poderosa do lugar, para oferecer a uma viajante à tôa!

- Prender por que? Perguntei.

“Porque eu devia 13 mil réis e não podia pagar”, respondeu Izabel.

- E por que não foi a meu rancho buscar esta mesquinha quantia, para pagar Belsina? Retruquei.

“Acanhei-me em ir pedir dinheiro a snra, que tanto me tem dado e a imposição de Belsina, nora do capitão Constâncio, aterrou-me. Obedeci por medo” (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 26 de novembro de 1924, fl. 2).

Apadrinhar é muito mais que um ato religioso e colaborativo na criação do afilhado, é um ato de “construção de vínculo” e “utilizado como mecanismo para formação de redes de sociabilidade” (GUIMARÃES; ROCHA, 2011, p. 1). A escolha dos padrinhos, de acordo com Schwartz (2001), podia envolver relações diversas, como “reforçar laços de parentescos já existentes, ou solidificar relações com pessoas de classe social semelhante, ou estabelecer laços verticais com indivíduos socialmente desiguais” (*apud* GUIMARÃES; ROCHA, 2011, p. 3).

O compadrio, para além do papel social desempenhado, era um sinal de importância e prestígio para quem apadrinhava. Quanto maior o número de afilhados, maior o raio de influência, e mais prestígio político. Assim, a disputa por afilhados, para *Belsina*, estava associada à necessidade de reconhecimento e manutenção de *status*, além da construção de vínculos e consequente ampliação de redes de influência, pois naquele universo ser “convidado para batizar expressava inegável prestígio social” (FARINATTI; MATHEUS, 2015, p. 99). O compadrio, nesse contexto, estava para além da conveniência social, pois se “constituía parentesco simbólico legitimado pela doutrina cristã que, por sua vez, podia ser utilizado para agregar e coordenar interesses diversos” (VENDRAME, 2016, p.178).

Além disso, compadrio, na região sertaneja, era reconhecidamente um vínculo de extensão familiar. Para Fonseca (2004), por vezes, inspirados pelo sentimento da caridade, muitos padrinhos e madrinhas recolhiam afilhados órfãos em seu lar, sendo também comum, a disputa entre “parentes e madrinhas” pelo direito de recolher os menores órfãos (FONSECA, 2004, p. 565). “Para se ter ideia da abrangência do vínculo, basta dizer que todos os parentes do padrinho e da madrinha, colaterais, ascendentes e descendentes, até o quarto grau, passavam a ter oficialmente algum tipo de ligação familiar com a criança” (VENÂNCIO, 2004, p. 229).

Para Mattoso (1990), como de costume, as relações de compadrio se davam através de relações de solidariedade (*apud* GUIMARÃES; ROCHA, 2011, p. 3), especialmente no caso das madrinhas que ajudavam, inclusive, na criação do afilhado, tanto em termos de

aconselhamento, como de amparo nas dificuldades materiais e afetivas. Carlota relata que, por diversas vezes, enviou a sua *escrava Benec dita, levar à futura comadre viveres, carne e outras cousas; de que ella carecia e agra dos para minha pretendida a filha da* (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 25 de novembro de 1924, fl. 2).

Carlota, de acordo com a fala de *Belsina*, não era uma pessoa qualificada para ser a madrinha da filha de Izabel. Considerada *uma viajante a tóa*, o comportamento de Carlota não condizia com o comportamento esperado das madrinhas, que, alçadas à condição de mães espirituais, auxiliares na criação e/ou substitutas no caso da ausência das mães, deveriam exercer “um papel maternal na vida” dos afilhados (FERREIRA, 2004, p. 252). O fato de manter-se solteira e o fato de “a maternidade [ser] uma das poucas possibilidades femininas de reconhecimento social”, faziam de Carlota uma mulher fora do modelo ideal (SARTORI, 2018, p. 32). Somava-se a isso, ainda, o seu estilo de vida, viajante e de relações sociais não restritas ao universo feminino, em uma sociedade que “suprimia das mulheres o direito de serem reconhecidas como indivíduos dotados de autonomia, liberdade e igualdade” (SARTORI, 2018, p. 32). Assim, independentemente da forma artilosa utilizada por Belsina para se impor como madrinha da filha de Izabel, sua estratégia ganhava força devido ao estilo de vida de Carlota, que a distanciava das qualidades exigidas para o amadrinhamento numa sociedade patriarcal, como a existente na região sertaneja nos anos finais do século XIX.

Para as famílias dominantes, ter muitos afilhados era um dos papéis políticos, por excelência, a ser desempenhado pelas mulheres casadas, que, por meio do amadrinhamento, aumentavam o seu “capital relacional” (VENDRAME, 2016, p. 186), ao mesmo tempo em que ampliavam o raio de dominação e o capital político dessas famílias. No caso de Belsina, fica evidente o quanto as mulheres da classe dominante tinham uma importância crucial na demarcação, ampliação e manutenção dos espaços de dominação e controle. De acordo com Vendrame, alguns “estudos vêm demonstrando a importância de mulheres casadas como protagonistas de estratégias sociais e familiares, principalmente na questão relacionada ao aumento das redes sociais” (2016, p. 186).

Geralmente, nenhuma pessoa se negava ou recusava um convite para formar laços de compadrio com alguém. Antes de tudo, ser convidado para apadrinhar ou amadrinhar, era um privilégio, tido como um sinal de amizade ou de reconhecimento da importância política e econômica. Para Andrade, “os vínculos de batismo possibilitavam a formação ou mesmo a extensão de redes de clientelismo, pois eram compromissos de auxílio mútuo, que se firmava diante da pia” (2017, p. 106). Esses laços de compadrio na região sertaneja, onde a ausência do Estado se dava de forma bastante acentuada, ganharam uma importância bem singular, na

medida em que possibilitaram o tão necessário estabelecimento de redes e de ajuda mútua. Ademais, em torno do compadrio, estratégias de mando e de sobrevivência conviveram lado a lado. Muitas famílias, para se manterem no poder, faziam uso desse instrumento, ao mesmo tempo em que, para os mais pobres, a “esperança de ver sus filhos assistidos” levava-os a escolher um padrinho ou madrinha em meio à população de *status* social superior a deles (ANDRADE, 2017, p. 76).

Dada a necessidade de proteção e amparo, essa instituição funcionava como uma das redes mais eficiente de amparo e proteção mútua, a ponto de se fazer presente até mesmo quando a Igreja oficial se fazia ausente. Na região sertaneja, a pia batismal era lugar para selar compromissos de compadrio, especialmente, no mês de junho, pois os batismos ocorriam sob a proteção de Santo Antônio, São João e São Pedro. Sobre essa forma de selar compromisso de compadrio, bastante usual na região sertaneja, *O Diário do Nordeste*, de 21 de Junho de 2008, traz uma matéria sob o título *Compadrio firmado na fogueira junina*, na qual é abordada a “prática do compadrio e do apadrinhamento”, que, no sertão nordestino, “extrapola[va] os muros das igrejas católicas e ating[ia] a comunidade”.

Vale ressaltar que o compadrio selado sob as fogueiras, embora não intermediado pelo apadrinhamento de filhos e filhas, tem valor igual ao compadrio instituído na pia batismal, lugar onde se selam compromissos de “solidariedade e fortalecem a amizade” (O DIÁRIO DO NORDESTE, de 21 de Junho de 2008). Nas cerimônias juninas, o apadrinhamento se dava através de um ritual, no qual, de mãos dadas, padrinho e afilhados repetiam, por três vezes, a frase: “São João disse/ São Pedro confirmou/ Eu sou seu padrinho/ Que São João mandou”. Vale ressaltar que boa parte dos apadrinhamentos na região sertaneja se dava a partir desse compromisso de respeito e lealdade, difícil de ser mensurado, dada as “variantes” formas de se constituir o compadrio, e por boa parte delas estar fora dos registros oficiais (LANNA, 2000, p. 11-12).

Embora essa prática de compadrio tenha arrefecido, de acordo com Sousa (2018), “ainda resiste aos tempos modernos e ao processo de secularização”. De acordo com esse autor, mesmo não ocorrendo com a mesma frequência como acontecia no passado, esse ritual ainda resiste em várias regiões do nordeste. Em Santa Cruz – PB, onde fez sua pesquisa, Sousa constatou que não havia “alguém que não tenha um padrinho ou madrinha de fogueira ou que não conheça alguém que seja padrinho ou madrinha de fogueira”. Os laços de respeito que caracterizam esse ritual, “são tão legítimos quanto os estabelecidos na cerimônia do sacramento do batismo”. Nesse tipo de ritual, a relação de “compadrio se estabelece devido ao fato do padrinho/madrinha

se comprometerem de proteger o afilhado(a) nas diversas condições da vida cotidiana, selando a responsabilidade, até a morte” (SOUSA, 2018, p. 90).

3.4.4 *Joanna Boa: a arte na vida e na profissão*

Outra figura importante, nas reflexões que Carlota faz sobre a mulher sertaneja maranhense, é *Joanna Boa*. No artigo que tem como título *Joanna Boa*, o mesmo nome da protagonista da matéria, Carlota trata de uma mulher que viveu no sertão maranhense na segunda metade do século XIX, e que tinha sua vida e sua profissão ligadas à arte. Em dois fascículos, publicados nas páginas do *Diário de S. Luiz*, nos dias 12 e 13 de novembro de 1924, respectivamente, ela nos apresenta a dramática e singular história de vida de *Joanna Boa*, além de dar visibilidade à mulher no mundo da arte no universo sertanejo.

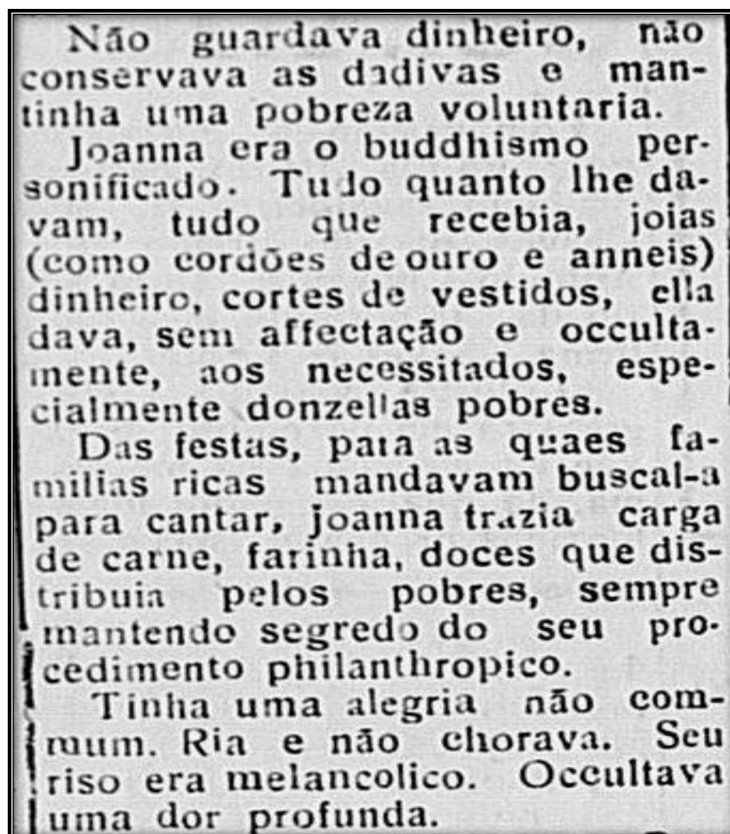
O artigo, provavelmente escrito nos anos finais do século XIX, segundo a autora, compõe o *capítulo I, do livro Factos e Contos*, obra que, infelizmente, não localizamos. Ao iniciar a apresentação da personagem, Carlota diz: *Quando menina vi o seguinte*. Esta afirmação nos remete à Ângela de Castro Gomes, que, em “Escrita de si, escrita da história”, ressalta que o historiador deve ficar atento à “ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa” (2004, p. 15). Na perspectiva historiográfica da escrita de si, “o documento não trata de ‘dizer o que houve’, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento” (GOMES, 2004, p.15) Dessa forma, ao informar que tratava-se de seu testemunho sobre a trajetória de *Joanna Boa*, Carlota produz um discurso marcado pelo “excesso de sentido do real pelo vivido” (GOMES, 2004, p.15). Assim, por meio de *Joanna Boa*, ela, não apenas, nos dá uma noção temporal da existência da personagem, que viveu na segunda metade do século XIX, como coloca-se como testemunha da existência e ação de *Joanna*, e dá visibilidade às mulheres e ao movimento que visava à ocupação de espaços tidos como restritos ao mundo masculino, a partir de meados do século dezenove.

Em uma sociedade na qual existiam severas restrições intelectuais às mulheres, que, por estarem distantes da educação formal, mantinham-se, em sua maioria, analfabetas e, no caso das exceções, a leitura resumia-se aos “livros de orações” (QUEIROZ, 2006, 48), Carlota traz à tona, por meio de *Joanna*, a inserção feminina no mundo da leitura e da arte. *Joanna Boa*, de acordo com ela, além de *poetisa*, era uma *inimitável improvisadora, repentista admirável, trovadora em festas para as quais era buscada com empenho, acolhida com carinho e premiada com valiosas dádivas* (DIÁRIO DE S. LUIZ, 13 de novembro de 1924, fl. 2). Carlota enaltece os talentos de *Joanna*, como uma forma de reivindicar espaços e valorizar as capacidades femininas:

Como os bardos cantava as alegrias domésticas e bellezas bucólicas e como os menestréis louvava os senhores e as senhoras sempre em versos bem rimados, sem repetições, e cantados ao som de uma viola, que dedilhava com maestria. Sem ser em festas, fazia-o em casas bem conceituadas a pedido dos respectivos donos e era sempre generosamente premiada pelos louvados (DIÁRIO DE S. LUIZ, 13 de novembro de 1924, fl. 2).

Doralice Alves de Queiroz, em *Mulheres Cordelistas: Percepções do universo feminino na Literatura de Cordel*, ao discutir as razões da ausência da autoria feminina na literatura de cordel, afirma que “durante muito tempo, os sentimentos, as visões do mundo, as aspirações femininas foram recalcadas na escrita, e, salvo algumas exceções, foi, talvez, na oralidade e no âmbito doméstico que a voz feminina pôde dar sua contribuição artística e poética” (2006, p. 13). Essa falta de representatividade, ou, até mesmo, a exclusão da mulher na manifestação literária sertaneja “deve-se em parte às funções que deveriam ser exercidas pela mulher numa sociedade patriarcal de passado colonial, em que se evidencia o silêncio e a reclusão tanto no cenário público da vida cultural quanto no registro das histórias da nossa literatura” (QUEIROZ, 2006, p. 13).

Joanna, além de ser *muito requisitada nas festas sertanejas*, tinha significativa inserção comunitária, podendo ser considerada um exemplo de desprendimento e generosidade. Carlota a descreve como uma mulher que *vivia só e pobremente em casa humilde, não bebia líquido alcoólico e sua alimentação era frugal*, e que era *sóbria, honesta e caridosa* (DIÁRIO DE S. LUIZ, 13 de novembro de 1924, fl. 2). Sem apego aos bens materiais, Joanna era desprendida, dada à reflexão e à uma vida simples e contemplativa. *Não guardava dinheiro, não conservava as dádivas* recebidas pelos trabalhos prestados, sendo que deles se apropriava apenas e simplesmente do indispensável. (Ver Figura 34) Carlota acrescenta, ainda, que era mulher reconhecidamente adepta da religião budista. E, dado o pouco conhecimento dos potenciais leitores sobre essa religião, Carlota inicia o artigo com uma breve exposição sobre o budismo, para, em seguida, discorrer a trajetória de Joanna, marcada por encantos e desencantos.

Figura 34: Joanna Boa, uma vida desprendida

Fonte: DIÁRIO DE S. LUIZ, 13 de novembro de 1924, fl. 2)¹⁶⁴.

Carlota descreve Joanna como uma personagem singular, não apenas por ser uma mulher sozinha, numa sociedade que conferia um “espaço bastante limitado” às mulheres (QUEIROZ, 2006, p. 25), mas, sobretudo, por ter se dedicado à literatura e às artes, ocupando um espaço incomum para as mulheres na época. Na juventude, teria vivido na condição de amante de um rico fazendeiro, que lhe deixou bens. Anos depois, após um mau casamento ter lhe subtraído todos os bens e, por pouco, não ter lhe tirado a vida, Joanna procurou conduzir a vida com arte e leveza (DIÁRIO DE S. LUIZ, 13 de novembro de 1924, fl. 2). Dedicando-se à arte para sobreviver, Joanna integrava o rol de tantas outras mulheres que foram mantidas no anonimato.

Constituindo-se em espaço notadamente masculino, a atuação feminina no mundo das artes do século XIX foi marcado pelas restrições. De acordo com Queiroz, mesmo que entre as classes sociais mais elevadas fosse admitida a participação das mulheres em “reuniões ou saraus, em que acontecia a leitura em voz alta dos romances e a declamação de poesias,

¹⁶⁴ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00146.0170 - Rótulo: 093874/ Nome: Diário de S. Luiz (MA) /Ano 1924\Edição 00257 (1). Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader>

contribuindo para formação de leitoras”, eram raríssimas as expressões da autoria feminina (2006, p. 48). Em meados do século XIX, de acordo com essa mesma autora, o período em que registra-se o aparecimento dos primeiros livretos de cordel no Brasil, percebe-se que:

a autoria dos folhetos impressos é, então, exclusiva dos homens, não se levando em conta a participação feminina na elaboração das estórias. Poderíamos dizer que as mulheres ficaram na oralidade primária (em que ainda não houve contato, ou só houve contatos muito superficiais com a civilização da escrita), considerando que faziam parte de um grupo social mais isolado e na sua grande maioria formada por analfabetas (QUEIROZ, 2006, p. 12).

No caso de Joanna Boa, de acordo com Carlota, além de cantar, declamar poesias e tocar instrumentos musicais, ela também compunha poesias e cordéis da melhor qualidade. De acordo com Queiroz, muitas mulheres tiveram que recorrer a disfarces ou pseudônimos para ter seus trabalhos reconhecidos. Este foi o caso de Maria das Neves Batista Pimentel, que, sob o pseudônimo de Altino Alagoano, publicou, no ano de 1938, *“O violino do diabo ou o valor da honestidade”*, o primeiro cordel de autoria feminina no Brasil (QUEIROZ, 2006, p. 57). De acordo com Maristela Barbosa de Mendonça (1993), Maria das Neves Pimentel recorreu ao pseudônimo, recurso muito utilizado na literatura, para vender seus folhetos, e, dessa forma, fugir da “censura à mulher que ousava escrever” (MENDONÇA *apud* QUEIROZ, 2006, p. 57; TELLES, 2004, p. 444).

Vale ressaltar que a cordelista Maria das Neves Pimentel era casada com Altino de Alencar Pimentel, e que partiu dele, segundo a autora, a ideia do pseudônimo Altino Alagoano. Esse fato nos aponta para outra questão: a da mulher enquanto um ser tutelado, na medida em que os créditos de sua criação foram repassados ao marido (MENDONÇA *apud* QUEIROZ, 2006, p. 57), numa demonstração clara daquilo que Perrot chamou de “utilização da penumbra”, observável no contexto das relações familiares (2005, p. 500). Sobre essa divisão de tarefas em família, a mesma autora observa, que “o marido tem a voz preponderante e a mulher é definida como sua primeira companheira, (...) sua primeira sócia, ou mais ainda, a parte integrante dele mesmo” (2005, p. 172-173).

Nesse contexto da autoria feminina, outro aspecto relevante e que envolve a autora Maria das Neves Batista Pimentel e, em especial, as estratégias de publicação de suas obras, merece destaque sua filiação. Além do fato de ter assumido uma identidade masculina, como uma estratégia de aceitação, a escritora “era filha do conhecido poeta e editor Francisco das Chagas Batista” (QUEIROZ, 2006, p. 57). Portanto, para trazer suas obras a público, Maria das Neves Batista Pimentel pôde contar com o apoio de seu pai. Sobre esse fato, a autora, em entrevista

concedida à pesquisadora Maristela Barbosa de Mendonça (1993), afirmou: “todos os folhetos que foram vendidos na Livraria de meu pai ou que foram impressos, tinham nome de homem, eram homens que faziam, não existia naquele tempo, folheto feito por mulher” (MENDONÇA *apud* QUEIROZ, 2006, p. 57).

Vale destacar, ainda, outro artigo escrito por Carlota. Trata-se de *Paiz Ideal*, publicado no *Diário de S. Luiz*, em 8 de novembro de 1924 (fl.2), no qual ela revela sua posição em relação às ideias que circulavam nas últimas décadas do século XIX. Em o “*Paiz Ideal*”, Carlota faz uma espécie de manifesto político, tecendo considerações sobre temas os mais diversos. Ao iniciar o texto, ela afirma que *no devanear da imaginação, seu pensamento criou um paiz de acordo com seu desejo* (DIÁRIO DE S. LUIZ, 8 novembro de 1924, fl.2), demonstrando, dessa forma, a intenção de utopicamente idealizar uma sociedade, que seria a sociedade da liberdade, da igualdade e da fraternidade preconizada pela Revolução Francesa. Nesse texto, ela defende alguns princípios clássicos do Liberalismo e do Positivismo vigente entre os intelectuais de sua “geração”, marcadamente nas décadas finais do século XIX e iniciais do século XX, tais como a laicidade do estado e a liberdade de pensamento.

O avanço dessas ideias liberais e positivistas no Brasil, para Alonso (2002), ocorreu, mais significativamente, nos anos finais do século XIX, por meio do movimento de intelectuais, conhecido como “geração 1870”, que ocupou os espaços do debate público no país. Esse movimento, profundamente inspirado nas ideias europeias em desenvolvimento a partir da segunda metade do século XVIII, marcou sobremaneira a produção intelectual brasileira da segunda metade do século dezenove e anos iniciais do vinte.

Focado no debate nacional, a partir dos discursos europeus em destaque na conjuntura pós-revolução, numa tentativa de adaptação dessas ideias à realidade brasileira, esse movimento introduziu no país uma “versão das correntes europeias, passando a interpretá-las em termos de gênese e desenvolvimento de ‘doutrinas’ ou ‘escolas’” (ALONSO, 2002, p. 22-23). De acordo com Gontijo, esse movimento teve um papel decisivo na conjugação de dois empreendimentos que são indissociáveis, “a apropriação e a divulgação do pensamento científico europeu e o desenvolvimento de reflexões e práticas políticas voltadas para a crítica às instituições imperiais” (GONTIJO, 2006, p. 272).

Para Alonso, esta versão historiográfica que interpreta o movimento de 1870 enquanto um “movimento de ideias novas” está mais ligada à “da história das ideias”, que o analisa, “a partir da filiação de correntes de pensamentos nacional a similares europeias, donde deriva sua própria mediação como cientificismo, positivismo, spencerianismo, darwinismo social, novo liberalismo” (2002, p. 23). As ideias relacionadas ao movimento da “geração 1870”, que

trataremos mais detidamente no próximo capítulo desta tese, marcaram profundamente a história das ideias do país por meio da inserção dessas correntes de pensamento na intelectualidade brasileira desse período. Contudo, vale ressaltar que o fato de os textos produzidos por Carlota Carvalho dialogarem com as ideias próprias deste movimento evidencia seu acesso a estes autores e a estas novas correntes de pensamento. Nesse sentido, torna-se relevante entender como a sertaneja Carlota Carvalho teve acesso a essas ideias introduzidas no Brasil ao final do século XIX.

Carvalho, ao tratar do acesso à informação no Brasil das últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, afirma que o país, naquela conjuntura, se apresentava como “uma ilha de letrados num mar de analfabetos” (CARVALHO, 2003, p. 23). Para esse historiador, o acesso à educação no Brasil era o grande problema a ser enfrentado numa realidade em que estudar era privilégio da elite. Assim, a circulação de ideias no país se via comprometida pela falta de preparo mínimo da maioria da população, enquanto que, para a minoria de letrados, havia fluidez dessas informações.

A historiadora Lillian Schwarcz, em sua obra *O espetáculo das raças*, nos apresenta o importante papel das agremiações e centros de pesquisa para a circulação de ideias científicas no país nesse período. Nesse sentido, ao tratar do “Museu de História Natural e Etnographia da foz do Amazonas”, o “Emílio Goeldi”, a historiadora reforça o significado para a cidade de Belém, “sedenta em transformar-se em um centro de poder”, do estabelecimento de um centro de pesquisa que correspondesse à “pujança que a borracha trazia consigo” (1993, p. 68). Uma importância, que segundo a autora, estava para além da função interna ao mundo dos museus. O “Emílio Goeldi” era um “abrigo seguro para os viajantes que chegavam do estrangeiro sem qualquer familiaridade”, além de um “entreposto para a troca de coleções preciosas” (SCHWARCZ, 1993, p. 68). Entre os serviços oferecidos pelo museu paraense, Emílio Goeldi¹⁶⁵ (1897), estavam:

¹⁶⁵ Emílio Goeldi (1859-1917) foi um naturalista e zoólogo suíço-alemão. Estudou na Alemanha com Ernst Haeckel, e chegou ao Brasil em 1880 para trabalhar no Museu Nacional Brasileiro no Rio de Janeiro, indo posteriormente trabalhar no Museu Paraense, em Belém, onde permaneceu até 1907. Durante o século XIX houve grande movimentação de naturalistas estrangeiros em solo brasileiro. Em seu trabalho pioneiro, no museu paraense, foi ajudado por vários outros pesquisadores estrangeiros, como o botânico suíço Jacques Huber, zoólogo Emilie Snethlage, os geólogos Friedrich Katzer e Karl Alexander von Kraatz -Koschlau, e Adolpho Ducke, entomologista, etnógrafo e botânico. Em 1902, o “Museu Paraense de História Natural e Etnografia” foi renomeada em sua homenagem. Enquanto zoólogo descreveu várias novas espécies brasileiras de aves e mamíferos. Como epidemiologista estudou o mecanismo de transmissão da febre amarela e defendeu a importância de combater o mosquito como vetor da doença. Sua extensa pesquisa científica sobre a geografia, geologia, flora, fauna, arqueologia, etnografia e as condições socioeconômicas da região, hoje de Amapá foi muito importante para acabar com o Contestado litígio territorial entre França e Brasil, cedendo o território ao Brasil em 1900, por decisão do tribunal internacional de Berna. (<https://www.portalsaofrancisco.com.br/biografias/emilio-goeldi>).

De um lado nos pedem informações sobre esse animal, de outro querem material sobre aquella planta, um etnografo deseja informações sobre essa tribo indígena, e logo chega-nos uma carta de um anthropologista implorando o nosso auxílio para obter crânios de certos índios (*apud* SCHWARCZ, 1993, p. 68).

As palavras do naturalista Emílio Goeldi, um dos cientistas mais respeitados do país e responsável por atrair ao Brasil cientistas e pesquisadores de renomadas universidades e centros de pesquisa europeias, nos dão uma certa noção de como ocorria a circulação de ideias entre a elite letrada do período. Porém, há de se considerar que essa circulação estava mais restrita aos grandes centros urbanos do país e a uma minoria letrada, branca e do sexo masculino. As mulheres ainda eram uma excepcionalidade no debate público e no acesso à ciência e às informações. Apesar do século XIX ter admitido à mulher o acesso à educação, este, geralmente, era raso e limitado aos conhecimentos necessários ao desempenho das funções que política e socialmente lhe eram permitidas.

Porém, graças a estudos que têm privilegiado os “espaços femininos conquistados e não os proscritos”, ou ainda, os que se mantêm, em grande parte, “calados ou omitidos nos documentos escritos”, têm-se alcançado grandes avanços quanto à percepção dos espaços ocupados pelas mulheres nesse período (DIAS, 1983, p. 41):

Os papéis propriamente históricos das mulheres podem ser captados de preferência nas tensões sociais, mediações, intermediações: nas relações propriamente sociais, que integram mulheres, história, processo social e que os historiadores podem resgatar das entrelinhas, das fissuras e do implícito nos documentos escritos. Por isso, requer uma leitura paciente, um desvendar criterioso de informações omissas ou muito esparsas, casuais, esquecidas do contexto ou da intencionalidade formal do documento (DIAS, 1983, p. 41).

Apesar da existência de uma rica literatura acerca da limitação dos espaços femininos e das regras de comportamento adequado às mulheres, no século XIX e primórdios do século XX, é possível perceber uma profícua circulação de informações e exemplos de mulheres que se destacaram em alguns espaços tidos como espaços femininos. Silveira (2016, p. 239), em artigo que trata de *Mulheres e vida pública em Porto Alegre no século XIX*, chama a atenção para aquilo que Michele Perrot afirma ser “a profunda diferença entre os discursos e as práticas que uma pesquisa mais próxima dos atores sociais pode revelar”, ao tempo em que observa uma intensa participação pública por parte de mulheres no período em questão, objeto de sua pesquisa.

Em seu artigo, Silveira apresenta um estudo sobre o protagonismo feminino em Porto Alegre nas últimas décadas do século XIX, mais especificamente, sobre a atuação política da

professora pública Luciana de Abreu, por meio do uso da palavra e da participação no debate público. Além de professora, ela frequentava os saraus do *Parthenon*¹⁶⁶ na condição de sócia. Foi em uma dessas oportunidades que Luciana proferiu discurso convidando “as mulheres presentes a pensar sobre sua condição e explanava sua própria posição: era desejável que as mulheres se instruissem e fundamental que elas pudessem, assim como os homens, fazer um curso superior” (SILVEIRA, 2016, p. 247).

Percebe-se que as palavras proferidas por Luciana de Abreu se aproximam das de outras mulheres que, nesse período, inspiradas no debate que surgia, em especial, na Europa, com as iluministas do final do século XVIII e da primeira metade do século XIX, reclamavam a ausência feminina nos espaços educacionais. Esse discurso, que tem, entre outras, uma pauta comum, isto é, o acesso à educação como meio de proporcionar a emancipação das mulheres e sua integração no debate público, fazia parte também das ideias defendidas por Carlota Carvalho e de Nísia Floresta. A professora potiguar, em suas obras e artigos divulgados nos jornais, tratava da “ausência da mulher no mundo, dos limites impostos pelos homens à sua educação (...). Essas são ideias que até o final do século podem ser encontradas na obra de algumas escritoras brasileiras” (TELLES, 2004, p. 428).

As trajetórias dessas três mulheres têm pontos que são comuns. Luciana de Abreu, Carlota Carvalho e Nísia Floresta foram professoras e publicaram artigos em jornais, nos quais defenderam a educação feminina, entre outros temas. Tiveram, ainda em comum, o acesso a um processo formativo que incluía não apenas a educação formal, mas a participação em espaços de socialização do conhecimento e a leituras diversas.

Quanto à Carlota Carvalho, por ter nascido em uma família de letrados, pôde ter acesso à uma educação enciclopédica, comum entre os intelectuais de sua geração e, na companhia do irmão Parsondas de Carvalho, frequentou espaços de divulgação do conhecimento científico, compartilhou a leitura de livros e realizou viagens. Em seu processo de formação, aprendeu a se comunicar nos idiomas de maior destaque entre os intelectuais desse período, o que lhe possibilitou o acesso privilegiado a certas informações (SANTOS, 2017, p. 198).

¹⁶⁶ Com o nome inspirado no famoso templo grego, a Sociedade Partenon Literário foi um agrupamento de homens e mulheres que se interessavam pela literatura e pelas artes em geral. Surgiu em Porto Alegre, em 1868, perdurando até meados da década de 1880. Entre as atividades da associação, estavam a promoção de saraus literários, bailes, palestras e aulas noturnas, e a manutenção de um museu, de uma biblioteca e de um órgão divulgador das ideias dos integrantes, a Revista Mensal da Sociedade Partenon Literário (circulou de 1869 a 1879), que contava com os principais nomes da literatura do Rio Grande do Sul da época. A revista divulgava poesias, contos, romances, peças de teatro, críticas literárias e notas sobre a movimentação cultural de Porto Alegre. As ideias abolicionistas, republicanas e de emancipação feminina da maioria do grupo também ganhavam espaço nas páginas do periódico partenonista (<https://biblioteca.pucrs.br/curiosidades-literarias/voce-sabe-o-que-foi-o-partenon-literario/>).

Em relação às viagens que realizou, é preciso ressaltar que Carlota esteve no Rio de Janeiro em outras oportunidades, como nos informa n' "O Sertão". As viagens realizadas à capital do Brasil podem ter garantido o "acesso à maioria das obras que a influenciaram, inclusive as de caráter liberal e republicana". O fato de Carlota conhecer a língua francesa e a inglesa, como se pode constatar nas citações feitas nessas línguas em "O Sertão", também facilitava o contato com as obras que circulavam no período (SANTOS, 2017, 197), uma vez que, em sua maioria, eram publicadas e circulavam na língua de suas edições originais. Em "O Sertão", Carlota menciona o "senhor Araújo, o artista primoroso", que encontrou a bordo do "Acre", em sua viagem rumo ao Rio de Janeiro em 1919. Este teria lhe confidenciado que teria aprendido a língua inglesa no Brasil e que não entendia o inglês dos Estados Unidos, somente por escrito. Ela, por sua vez, nos informa: "Este último me tocou, fiquei certa que, se me ouvissem pronunciar inglês na Inglaterra, suporiam ser esperanto ou volapuck" (CARVALHO, 2000, p. 278). No último capítulo de "O Sertão", no qual descreve a viagem que fez ao Rio, Carlota não apenas menciona as pessoas com as quais estabeleceu diálogos, como também enumera alguns dos autores lidos, tanto por ela, quanto pelas pessoas que conheceu durante a viagem. Entre eles, estão clássicos como Tolstói, Máximo Gorki e Nietzsche, e os alemães "Luís Büchner, Ernest Haeckel, o historiador como Teodor Mommsen, um exegeta como Strauss, um idealista como Kant ou um poeta como Schuller", entre outros (CARVALHO, 2000, p. 274).

Nesse artigo, escritora faz também a defesa de outras questões caras nesse momento, como a laicidade do estado e a liberdade de pensamento, defendidos pelos pensadores iluministas, que sustentaram ideologicamente a Revolução Francesa. Para Carlota, um *paiz ideal* seria o construído sob a égide do *estado de civilização, onde não tem sacerdotes e nem outra classe parasitária e que a liberdade de pensamento e a faculdade de discernimento não soffrem constrangimento* (DIÁRIO DE S. LUIZ, 8 de novembro de 1924, fl.2). Ela se coloca categoricamente contrária ao discurso de *embuste e mystificação da "salvação da honra nacional" que consiste em o povo pagar o que não comeu nem bebeu e somente enriqueceu meia dúzia de exploradores*. Defende, ainda, enfaticamente *a crença na verdade scentífica*, como sinal de avanço civilizatório (DIÁRIO DE S. LUIZ, 8 de novembro de 1924, fl.2).

Essa crença na ciência, de acordo com Schwarcz, não era uma especificidade do Brasil, "na verdade, resumia uma tendência da época que via na ciência não apenas uma profissão, mas uma espécie de sacerdócio; que valorizou a moda intelectual em detrimento da produção" (p. 25). A esse respeito, vale lembrar a afirmação do historiador inglês Eric Hobsbawm (1997),

para quem “esse mundo da ciência que em finais do XIX andava para frente nos seus próprios trilhos intelectuais” (*apud* SCHWARCZ, 1993, p. 25). Na verdade,

viveu-se nesse período uma política de especialização e valorização inusitadas, já que o grande modelo de análise — a partir da teoria da evolução — será a biologia. Esse é o momento em que se desmembram as então denominadas ciências naturais (geologia, botânica e zoologia), assim como surgem novos ramos do conhecimento, profundamente vinculados às novas investidas científicas. É no início do século atual que o alemão Max Planck estabelece as bases da mecânica quântica, assim como o botânico holandês Hugo de Vries elabora as teorias das mutações — questionando a compreensão anterior sobre o processo evolutivo das espécies biológicas — e a área da neurologia toma impulso com as novas descobertas e refinamentos na concepção do aparelho psíquico nervoso humano. Guardadas as especificidades de cada disciplina, o que se pode afirmar é que em todos os lados reformulavam-se concepções científicas arraigadas e faziam-se das pesquisas e experimentações procedimentos de contestação às antigas concepções (SCHWARCZ, 1993, p. 25)

O Brasil chegava em finais do século XIX mais como “consumidor dos modelos evolucionistas e social-darwinistas” do que produtor de uma “ciência de tipo experimental, ou a sociologia de Durkheim ou de Weber”. Esses modelos consumidos no país foram “popularizados enquanto justificativas teóricas de práticas imperialistas de dominação” (SCHWARCZ, 1993, p. 26). Nesse período, o país vivia muito mais um momento de uma “certa ética científica, uma ‘cientificidade difusa’ e indiscriminada” do que um “avanço científico, entendido enquanto incentivo a pesquisas originais”. Questão que se revela pelo maior consumo de “manuais e livros de divulgação científica” do que pela divulgação de “obras ou relatórios originais” (SCHWARCZ, 1993, 26). Foi, em razão disso, promotor de “famosas exposições”, além de ter se tornado um lugar privilegiado para a “visita dos viajantes naturalistas”. A responsável pela divulgação das ideias científicas no Brasil foram, porém, a imprensa e a literatura. Os jornais divulgavam cotidianamente a prática de cientistas europeus, como Darwin, Spencer e Comte, e os romances naturalistas faziam “larga utilização e divulgação dos modelos científicos deterministas”. Para essa autora “o cientificismo entra no país por meio da literatura e não da ciência mais diretamente” (SCHWARCZ, 1993, 26).

Pensando em um “país ideal”, Carlota defende a educação escolar como um direito, que deveria, portanto, alcançar a todos e em todos os lugares indistintamente. Para ela, um país livre era um país sem alfabetos. Além disso, para ela, a educação era uma ferramenta indispensável para a construção de uma sociedade sem *explorados* e, a leitura, um exercício necessário tanto para o fortalecimento do espírito como para o preparo individual ao trabalho, a fim de assegurar ocupações *lícitas* para homens e mulheres. A educação, para Carlota, tinha que se basear na

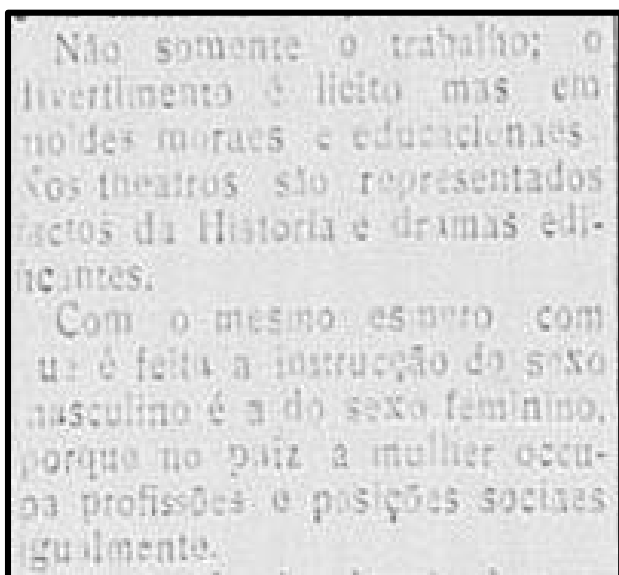
instrução verdadeira e na busca do *conhecimento* que pudesse conferir dignidade ao cidadão. Em seu *paíz ideal*,

Em todas as cidades e villas há escolas nas quaes é dada a todos igualmente uma instrucção verdadeira, baseada no conhecimento exacto da verdade, da natureza das cousas e phenômenos phísicos. Não há analphabetos. Iguaes em capacidade mental para discernir os homens não são explorados por outros homens, prezam a liberdade, distinguem o justo e sabem libertar autoridade, direitos e deveres sociaes (...) Todos trabalham e, dividindo methodicamente o tempo, lêem, fortalecem o espirito e praticam a verdadeira philanthropia (...). Homens e mulheres têm aoccupações lícitas e honestas. (DIÁRIO DE S. LUIZ, 8 de novembro de 1924, fl.2).

O debate em torno da questão educacional, que ganha destaque na produção intelectual de Carlota, passa pela defesa de direitos, os mais elementares, como a alfabetização e a dotação de escolas, e isso não é pouco em uma realidade na qual a educação era privilégio de poucos. Contudo, a situação das mulheres era vista pela autora como a mais preocupante, pois eram consideradas seres inferiores e mantidas distantes dos espaços educacionais, ou quando tinham acesso, este era diferenciado. Carlota, pode-se dizer, pode ser enquadrada nas constatações feitas por Constância Duarte, para quem algumas escritoras desse período reconheciam, em seus textos, “que faziam parte de uma reduzida elite de mulheres letradas, e que a educação era importante para a valorização social do gênero feminino” (2010, p. 11), por isso, propunham uma educação universal que considerasse homens e mulheres igualmente.

Em razão disso, Carlota criticava o modelo educacional que negava às mulheres uma educação garantidora de oportunidades profissionais e defendia que a *instrução do sexo feminino deve ser feita com o mesmo esmero com que é feita a do sexo masculino* (DIÁRIO DE S. LUIZ, 8 de novembro de 1924, fl.2). A educação deveria ser instrumento de capacitação profissional, condição imprescindível para ocupação de espaços sociais e deveria ser facultado a todos, sem distinção. Para Carlota, *a mulher deve ocupar posições sociais igualmente* (DIÁRIO DE S. LUIZ, 8 de novembro de 1924, fl.2).

Neste mesmo artigo, *Paiz ideal*, Carlota defende *o trabalho, o lazer* e a *educação* como elementos fundamentais para a formação de um estado democrático, como ferramenta de cidadania que deveria ser acessada por homens e mulheres indistintamente. Neste sentido escreve:

Figura 35: Igualdade de acesso à educação.

(Transcrição)

Não somente o trabalho; o investimento é lícito mas em moldes moraes e educacionaes. Nos theatros são representados actos da Historia e dramas edificantes.

Com o mesmo esmero com que é feita a instrução do sexo masculino é a do sexo feminino, porque no paiz a mulher occupa profissões e posições sociaes igualmente.

Fonte: DIÁRIO DE S. LUIZ, 8 de novembro de 1924, (fl.2)¹⁶⁷.

Em *Paiz Ideal*, percebe-se, mais claramente, a conexão de Carlota com o pensamento de outras escritoras do período, ao incluir questões relacionadas com a reivindicação de acesso à educação pelas mulheres. Dentre as escritoras que a inspiraram estava a francesa Olympe de Gouge¹⁶⁸ (1748-1793), contemporânea da Revolução Francesa e que deixou muitos escritos acerca da emancipação feminina e a construção de uma sociedade de base iluminista. Outra importante inspiração foi a inglesa Mary Wollstonecraft¹⁶⁹ (1759-1797), que defendeu o direito das mulheres, em especial, o acesso à educação universal. Além dessas, merece destaque

¹⁶⁷ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00146.0170 - Rótulo: 093874/ Nome: O Diário de S. Luiz (MA) /Ano 1924\Edição 00257 (1). Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader>

¹⁶⁸ Olympe de Gouges (1748 - 1793) era o pseudônimo da francesa Marie Gouze, uma dramaturga, ativista política, feminista e abolicionista francesa, que engajou-se politicamente nas disputas durante a Revolução Francesa. Em 1791, redigiu *La Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*, desafiando a autoridade masculina e lutando pela equiparação entre homens e mulheres. Em um de seus panfletos mais conhecidos, a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, conclamava à ação: “Ó mulheres! Mulheres, quando deixareis vós de ser cegas?”. Era uma referência direta à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, documento símbolo da Revolução Francesa, mas que pouco dizia sobre os direitos do sexo feminino. Foi presa por questionar “valores republicanos” e, sem direito a advogado, condenada à morte. Antes de ser executada, repetiu uma frase que já tinha divulgado em panfleto: “Se a mulher tem o direito de subir ao cadafalso, ela deve ter igualmente o direito de subir à tribuna”. (<https://www.geledes.org.br/pioneira-do-feminismo-que-foi-parar-na-guilhotina/>).

¹⁶⁹ Mary Wollstonecraft (1759-1797) foi uma escritora e filósofa inglesa do século XVIII, defensora dos direitos das mulheres. Escreveu romances, tratados, uma narrativa de viagem, uma história da Revolução Francesa, um livro de boas maneiras e livros infantis. Seu trabalho mais conhecido é *Uma Reivindicação pelos Direitos da Mulher* (1792), no qual, argumenta que as mulheres não são, por natureza, inferiores aos homens, mas apenas aparentam ser por falta de educação e escolaridade. Abolicionista, lutou contra a escravidão e pelos direitos das mulheres (https://pt.wikipedia.org/wiki/Mary_Wollstonecraft; https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000100375).

especial a brasileira Nísia Floresta (1810-1885), que, acredita-se tenha sido a principal porta de entrada no país, das ideias das pensadoras europeias em destaque. “Apontada como precursora, no Brasil, das ideias de igualdade e independência da mulher” (FALEI, 2004, p. 264), essa autora, é tida como a brasileira que mais influenciou o debate feminino no século XIX. Como educadora, dedicou-se ao magistério nos lugares em que viveu, como Recife, Porto Alegre e Rio de Janeiro, e, ao mesmo tempo, escreveu para alguns jornais, sempre em defesa das ideias republicanas e abolicionistas, além de uma firme defesa do acesso feminino a uma educação universal. Escreveu algumas obras importantes em defesa da emancipação feminina, cujas proposições se filiam às ideias da feminista inglesa Mary Wollstonecraft. Viveu muitos anos na Europa, onde pôde conviver com algumas “figuras de renome, como o escritor português Alexandre Herculano e com o sociólogo francês, proponente da doutrina positivista, Augusto Comte” (TELLES, 2004, p. 427).

De acordo com Louro (2004), o século XIX foi marcado por debates em torno da educação. Logo após a Independência, o discurso acerca da “necessidade de se construir uma imagem de país que se afastasse do seu caráter marcadamente colonial, atrasado, inculto e primitivo”, ganhou corpo. “Ao menos como discurso oficial”, a ideia seria de investimento na educação que respondesse minimamente a esse anseio (LOURO, 2004, p. 467). Porém, nos vários discursos políticos em torno da educação nesse século, a educação feminina aparece como um dos elementos cruciais desse debate, dada à tarefa que lhes era delegada. Como parte importante desse debate, a voz de Nísia Floresta se fez ouvir na parte introdutória de sua obra *Opúsculo Humanitário*, publicada em 1853, oportunidade em que denuncia “a condição de submetimento em que viviam as mulheres no Brasil e reivindicava sua emancipação, elegendo a educação como o instrumento através do qual essa meta seria alcançada” (LOURO, 2004, p. 267). Nele, ela afirma:

Enquanto pelo velho e novo mundo vai ressoando o brado – emancipação da mulher –, nossa débil voz se levanta na capital do império de Santa Cruz, clamando: educai as mulheres! Povos do Brasil, que vos dizeis civilizados! Governo, que vos dizeis liberal! Onde está a doação mais importante dessa civilização, desse liberalismo?

(Nísia Floresta, em 1853)

O pensamento de Carlota, que relaciona o acesso ao trabalho e à educação como condição importante para a independência feminina, encontra sintonia no pensamento de algumas outras mulheres que, neste século dezenove, imprimiram um discurso a favor da emancipação feminina, tendo a educação como o principal passaporte. Pelas ideias defendidas, é plausível supor que Carlota, de alguma forma, tenha tido acesso aos escritos de Nísia Floresta,

por meio das obras e matérias jornalísticas. Apesar das “limitações de distribuição e divulgação de opiniões na época, a obra de Nísia Floresta teve muita repercussão, sendo mencionada como exemplo por escritoras até o final do século XIX” (TELLES, 2004, p. 428).

Em *Paiz Ideal*, é possível ver as similaridades entre as proposições de Carlota Carvalho, e as de Nísia Floresta que, a partir de suas obras, fez ecoar, no Brasil do século XIX, os reclames emitidos por mulheres europeias que a antecederam, a exemplo de Mary Wollstonecraft, a quem Nísia se reportava em seus escritos, em especial, na obra *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, publicado em 1832. Este, de acordo com Constância Duarte, seria “o primeiro passo nessa trajetória, ou plantada a primeira semente que germinaria em diversos outros escritos” (2010, p. 12). Nas palavras de Nísia, esta obra seria uma “tradução livre de *Vindications of the rights of woman*, de Mary Wollstonecraft”, na qual ela trata dos direitos das mulheres à instrução e ao trabalho, e exige que as mulheres sejam consideradas inteligentes e merecedoras de respeito pela sociedade” (*apud* DUARTE, 2010, p.12).

Em 1989, ao prefaciар *Opúsculo Humanitário*, Sharpe-Valadares afirma que nesta obra, Nísia Floresta, assim como Wollstonecraft, concebe como a grande causa da miséria da mulher a sua dependência em relação aos homens e que a educação seria o passo mais importante para a sua independência. A solução, para ambas, “seria habilitar todas as mulheres para saírem ao mundo, proporcionar-lhes a oportunidade de desenvolvimento do intelecto, para ganharem dignidade pessoal”. O propósito de Mary Wollstonecraft, bem como para Nísia, era “criar um novo sujeito social”, na medida que a mulher “se constitui a si mesma, como alguém que busca realizar-se” (SHARPE-VALADARES, 1989, p. XVII).

Em artigo intitulado *Mary Wollstonecraft e a reflexão do pensamento iluminista a respeito dos direitos das mulheres*, Miranda afirma que, para essa autora setecentista, a educação devia preparar as mulheres para serem independentes economicamente, a fim de livrá-las “do ‘amargo pão da dependência’” na medida que “possibilitaria às mães e viúvas organizar suas vidas e levar seus assuntos de maneira mais racional” (2010, p. 160). É com esse pensamento que Carlota, ao analisar a situação de *Anna de Freitas*, afirma que a miséria que se abateu sobre ela devia-se, entre outras razões, ao fato de não ter *aprendido antes que a habilitasse instituir profissão* (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 5 de novembro de 1924, fl.2), ou, ainda, em *A jovem sertaneja*, quando se refere a Lenilha, que sem nenhuma instrução, *a mulher só conhece o dever da passividade* (DIÁRIO DE S. LUÍZ, 20 de novembro de 1924, fl. 2). Essa forma “utilitarista” de pensar a educação apresentada por Carlota, própria da “tradição do feminismo liberal”, também se faz presente escritos de Nísia Floresta, publicados tanto no Brasil, quanto na Europa, nos quais “ressalta a preocupação pelo ensino, que ela acreditava capaz de, mudando

as consciências, mudar a vida material e concreta das mulheres” (SHARPE-VALADARES, 1989, p. XVIII).

A partir dessa perspectiva, Carlota sugere uma discussão que vai além do debate em torno da universalização da educação, tão presente nesse período, e que discutia o acesso à instrução, inclusive para as mulheres, percebendo-o como uma forma de prepará-las para as funções que lhes haviam sido ideologicamente definidas. Este debate esteve necessariamente acompanhado de uma discussão do processo curricular-formativo, que incluía o “que” e o “como” ensinar às mulheres, a partir do pressuposto de que, naquela sociedade, o “sexo influenciava suas oportunidades profissionais” (CHIES, 2010, p. 525).

Quanto à constituição familiar, motivo de preocupação de Carlota, dada a maneira abusiva como esse vínculo se dava, a autora fala da necessidade do cultivo de valores de compromisso e solidariedade (DIÁRIO DE S. LUIZ, 8 de novembro de 1924, fl.2). Vale lembrar que neste período, a relação conjugal não era compreendida como um ato de “solidariedade afetiva e material”, que deveria, necessariamente, envolver parceria e responsabilidade mútua (FIGUEIREDO, 2004, p. 190). Para Carlota, a constituição familiar era um ato que devia ser concebido mediante um *compromisso obrigatório da solidariedade durante a vida e o trabalho*, celebrado por meio de *um acto solene rodeado por seus parentes e amigos e em presença de um magistrado com compromissos firmados e assinados* perante a comunidade (DIÁRIO DE S. LUIZ, 8 de novembro de 1924, fl.2). Percebe-se, no pensamento de Carlota, que, para além da conceber a vida conjugal baseada na solidariedade e nas responsabilidades compartilhadas, havia uma evidente filiação à ideia de “laicização” do enlace matrimonial. Esse processo, que ocorreu entre o final do século XVIII e o XIX, resultou dos conflitos iluministas com a Igreja, da difusão do raciocínio científico e das transformações técnicas que caracterizaram o período (MIRANDA, 2012, p. 105 - 106).

Assim, os escritos de Carlota que versam sobre a mulher estão totalmente conectados com os problemas vivenciados pelas mulheres de seu tempo. A partir de personagens como Lenilha, Anna de Freitas, Izabel, Belsina e Joanna Boa, mulheres com as quais conviveu e pôde compartilhar experiências, Carlota transmitiu a sua compreensão sobre várias questões que faziam parte do cotidiano feminino da época. As questões abordadas, no entanto, não dizem respeito exclusivamente ao cotidiano das mulheres, mas de toda a sociedade, na medida em que, através destas mulheres, podemos visualizar a vida política e social do sertão maranhense das últimas décadas do século XIX e primeiras do XX. Podemos, ainda, visualizar uma “escrita de si”, através da qual Carlota se expôs, caracterizando o que Gomes (2004, p. 16) chamou de

uma “produção do eu”, na qual ela se aproxima, se identifica ou se distancia das personagens dos artigos que publicou.

Vale ressaltar que o ser professora para Carlota, em nenhum momento foi desvinculado de um intenso sentimento de preocupação com vida da comunidade. As fontes que consultamos nos mostram a professora Carlota Carvalho tomada por uma inquietude constante diante da necessidade de investimento na educação, e, mais ainda, do que se deveria estudar e o como estudar. Por isso, em seu tempo, discutiu problemas educacionais e propôs soluções.

Neste capítulo, no qual buscou-se reconstituir o percurso formativo e a experiência docente de Carlota Carvalho, procuramos demonstrar que sua atuação como professora das Primeiras Letras nos estados do Pará e do Maranhão pode ser percebida como um ato político. Sua trajetória como professora, não apenas possibilitou discutir a educação vigente no Brasil à época, como também tratar da sociedade sertaneja, da condição feminina e de momentos conturbados da história do nosso país e também mundiais, sobre os quais Carlota se manifestou em artigos publicados na imprensa regional.

No último capítulo da tese, avançamos na trajetória de Carlota Carvalho, privilegiando sua condição de intelectual que dedicou-se à escrita, publicando livros e artigos, participando intensamente dos debates próprios do período em que viveu. Para ser reconhecida como intelectual em uma sociedade patriarcal, na qual a inteligência estava associada ao gênero, Carlota precisou construir relações e contar com o apoio de outros intelectuais para contornar preconceitos. É sobre estas questões que trata o próximo capítulo.

4 DE PROFESSORA À ESCRITORA

4.1 UMA INTELLECTUAL BRASILEIRA NOS SERTÕES MARANHENSES

Para esta senhora ilustre chamo a atenção de quantos desejam estabelecer relações com os ornamentos de nossa cultura intelectual. Seu espírito lúcido, admiravelmente aparelhado por longos estudos positivos, não exagera o que descreve, analisa ou recompõe, em preciosas sínteses históricas, nas quais as conclusões religiosas ou filosóficas são rigorosas, ao ponto de vista do filosofismo corrente.

As palavras em epígrafe podem ser encontradas no “Juízo Crítico” de “O Sertão”, tendo sido emitidas, no ano de 1924, pelo intelectual brasileiro, Luíz Murat¹⁷⁰, que, na condição de presidente da Academia Brasileira de Letras, recomendava a publicação da obra. Nos apontamentos feitos por Luiz Murat e registrados no referido “Juízo Crítico”, Carlota é apresentada como uma pessoa “ornada de cultura intelectual”, dado o seu desempenho como escritora, função na qual, segundo o autor, “tem demonstrado lucidez e sínteses históricas coerentes, do ponto de vista da filosofia em curso” (MURAT *in* CARVALHO, 2011, p. 73).

As palavras de Murat, um dos grandes nomes da intelectualidade brasileira da primeira metade do século XX, colocadas como epígrafe deste capítulo, possibilitam a discussão em torno de algumas questões que são cruciais para o entendimento de Carlota Carvalho enquanto intelectual. A inserção de Carlota, enquanto escritora, no momento histórico brasileiro entre os séculos (XIX e XX), período de grandes mudanças tanto no campo das ideias e da ciência, como da política brasileira, bem como a sua relação com os letrados do seu tempo, são essenciais para a compreensão de sua trajetória. Porém, antes de apresentar Carlota como uma intelectual, me deterei no conceito de intelectual, refletindo sobre quem são, onde estão e o que fazem os intelectuais.

O termo intelectual é historicamente recente. Embora muitos historiadores evoquem o termo em períodos históricos anteriores, como os intelectuais na Grécia Antiga e na Idade

¹⁷⁰ Luiz Norton Barreto Murat (1861-1929) foi jornalista, poeta, filósofo e político brasileiro. Fundador da Cadeira nº 1 da Academia Brasileira de Letras. Foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, e atravessou várias legislaturas. Foi também secretário geral do governo fluminense e escrivão vitalício da provedoria da cidade. Demonstrou oposição a Floriano Peixoto, recebendo ordem de prisão, mas os privilégios parlamentares o pouparam. Começou a escrever, então, para o jornal *O Combate*, atacando veementemente o presidente. “Na literatura, Murat foi também testemunha de profundas modificações: do Realismo de influência positivista e inspiração europeia (francesa, sobretudo) ao Modernismo vanguardista do início do século XX, muito embora não tenha assimilado nem muito menos compreendido este último. Desde o início, ligou-se à geração realista, compondo o conhecido grupo de literatos, boêmios e jornalistas (quase todos eram tudo isso ao mesmo tempo) que animaram as confeitarias e restaurantes cariocas na virada do século XIX para o XX” (<https://mafua.ufsc.br/2010/luiz-murat-e-bocage>; <https://www.academia.org.br/academicos/luiz-murat/biografia>).

Média, o termo intelectuais tem sua origem na conjuntura política europeia do século XIX (LECLERC, 2005, p. 9). Para Leclerc (2005, p. 9), é “lugar comum entre a maior parte dos especialistas, que os intelectuais só surgiram por ocasião do Caso Dreyfus (anos 1894-1906, ou 1887-1899)”. Na compreensão do referido autor, o termo só passa a ser “utilizado enquanto rótulo no debate público” por “ocasião do ‘Caso Dreyfus’”, portanto, falar de um intelectual em momentos anteriores da história, como “a época das Luzes”, por exemplo, é considerado “um anacronismo que, mesmo sendo mínimo, pode e deve ser explicado” (LECLERC, 2005, p. 9).

Contudo, a historiadora Carlota Boto (2005), em seu artigo “O professor primário português como intelectual: ‘eu ensino, logo existo’”, no afã de melhor identificar quem são, onde estão e o que fazem os intelectuais, tendo como referência as palavras de Le Goff (2003), retrocede ao século XIX, período que Charle (1997) identifica como o do nascimento dos intelectuais. Boto (2005, p. 3) afirma ser possível, a partir da perspectiva de Jacques Le Goff, estudar a categoria em momentos bem anteriores, como a Baixa Idade Média, mais precisamente, quando nasceram as Universidades. Dessa forma, há uma elasticidade temporal no conceito, em especial, quando se considera que o interesse “são os modelos intelectuais e não a evolução do pensamento” (LE GOFF, 2003, p. 76).

Rubens Arantes Correa (2015), ao tratar das questões históricas que envolvem o surgimento da categoria intelectuais, em artigo que se intitula “Os Intelectuais: questões históricas e historiográficas: uma discussão teórica”, estabelece um debate sobre a conjuntura europeia do século XIX, na qual se insere “o fato da suposta traição por parte do oficial francês Alfred Dreyfus durante a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871)”. O episódio, que ficou conhecido como o *affaire Dreyfus*, é considerado um marco fundador da “história dos intelectuais e da própria definição mais corrente de intelectual, que vincula o termo a ideia de engajamento nas causas da vida pública” (CORREIA, 2015, p. 395). Para além do desfecho do processo do “Caso Dreyfus”, o fato ganhou notoriedade pela capacidade mobilizadora dos “homens das letras da França”, que, sob os mais diferentes argumentos, defendiam ou atacavam, através de “manifestos e artigos pela imprensa, os articuladores do processo judicial” que envolvia o caso do oficial francês (CORREIA, 2015, p. 395).

Segundo Jean-François Sirinelli (1998), em se tratando do Caso Dreyfus, “o raciocínio tinha a sua lógica”, já que estamos diante de um debate intenso em que letrados buscam destaque diante de um “dossier judicial baseado em peças escritas litigiosas: campo de competência e campo de intervenção cívica” (p. 263). Esse caso concreto de intervenção dos intelectuais “criava um precedente: por uma espécie de evolução, numerosos intelectuais julgar-se-ão futuramente habilitados a destacarem-se em muitos pontos que dividiam os seus

concidadãos” (SIRINELLI, 1998, p. 263).

Para Norberto Bobbio (1997, p. 11), todas as sociedades em diversos tempos e lugares, empregaram o termo intelectual com outras nomenclaturas, como “sábios, doutos, philosophes, literatos, gens de lettre, ou mais simplesmente escritores, e, nas sociedades dominadas por um forte poder religioso, sacerdotes e clérigos”, sempre associada àqueles indivíduos que exercem atividades ligadas ao “pensamento, da cultura e da escrita” (LECLERC, 2005, p. 15), tais como eram os “escribas, sábios, filósofos, sacerdotes, homens de letras, literatos” (CORREIA, 2015, p. 395). Correia, no entanto, afirma que:

Mais que diferenças de nomenclaturas a acepção moderna tomou o termo intelectual e o empregou no sentido específico do indivíduo não só produtor de ideias como, também, um ator social envolvido com as questões políticas de seu tempo – o engajamento como condição social do intelectual – e, assim definido, é possível pensar o “intelectual” como um fenômeno típico da modernidade (CORREIA, 2015, p. 395).

Para Christophe Charle (2003), o “caso Dreyfus” é apenas um fio condutor, devendo ser considerado um marco revolucionário no campo intelectual, que “pode servir de espectro para discernir as transformações sociais que afetaram os intelectuais na segunda metade do século XIX” (p. 142). Para esse mesmo autor,

(...) conferir a um acontecimento virtudes teleológicas e tomá-lo a finalidade do período anterior, mas parece-me que, no caso presente, é através dos debates provocados por esse acontecimento, que podemos compreender os movimentos de longa duração da história intelectual e que, inversamente, se não recolocarmos esse caso nessa perspectiva, perderá toda significação independente da anedota político judiciária (CHARLE, 2003, p. 142).

As mudanças ocorridas no campo intelectual, a partir da segunda metade do século XIX, tais como o avanço da “urbanização, a elevação do nível de instrução primária, secundária e superior, a explosão da imprensa e da edição”, foram cruciais na “origem da mudança dos modos de ação utilizados pelos intelectuais”. O poder político ligado aos intelectuais, que era, desde o século XVIII, “monopolizado por algumas individualidades ou grupos cuja notoriedade fugia da norma, colocando-os fora das pressões do poder”, deu lugar a uma nova concepção de intelectual (CHARLE, 2003, p. 143). O termo propagou-se para exprimir a nova consciência social das categorias antigamente designadas por vocábulos especializados, como homens de letras, cientistas, escritores, universitários, etc. (CHARLE, 2003, p. 147).

Bobbio, por sua vez, defende que uma das questões cruciais para o estudo sobre os intelectuais se concentra na necessária delimitação do campo de discussão, dada a urgência de se estabelecer “de quem e sobre o que querem discutir e de que modo”. Essa delimitação evita

as tão frequentes e deploráveis confusões de plano de discursos. De acordo Bobbio, esse debate não diz respeito nem à sociologia e nem à história dos intelectuais, embora pressuponha um e outro, devendo considerar a “ética e à política dos intelectuais”, que se vincula “a concepção à respeito de quem são, o que são e o que fazem os intelectuais” (1997, p. 69).

Para Bobbio (1997, p. 80-81), “a primeira tarefa dos intelectuais deveria ser a de impedir que o monopólio da força se torne também monopólio da verdade. Assim, tendo por base a problematização e o debate, o autor compreende o intelectual como aquele que se distingue “pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões de mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra” (BOBBIO, 1997, p. 11). Para o mesmo autor, a discussão em torno da função dos intelectuais se dá sempre no campo da atuação política, na medida em que se considera a ação destes sujeitos, bem como suas relações, inseridas nos acontecimentos de seu tempo.

Dessa forma, tomando por base Murat, que afirma que a escrita é a ferramenta central no ofício dos intelectuais e que Carlota demonstrava lucidez e capacidade de análise da realidade, é possível refletir, ainda, para além dos seus escritos, sobre o trânsito que a autora possuía entre outros intelectuais de sua geração. Esse trânsito é perceptível nas palavras de Murat, quando tece considerações, não apenas sobre a obra “O Sertão”, mas, sobretudo, sobre a autora, ao afirmar que ela “não exagera o que descreve, analisa ou recompõe” por meio do “rigor positivo” (CARVALHO, 2011, p. 73). Essa afirmação de Murat, compartilhada por vários outros intelectuais do período, que também expressaram seu apreço por Carlota Carvalho, parece explicar a inserção da autora nos espaços de sociabilidade compartilhados pela intelectualidade de seu tempo.

Ademais, se consideramos a compreensão de Bobbio de que o intelectual é aquele ou aquela que se destaca pelo debate público e pela “produção de ideias”, as palavras de Murat acerca da produção intelectual de Carlota ganham bastante relevo nos estudos sobre a produção intelectual de sua geração. Para Murat, Carlota estava “admiravelmente aparelhada por longos estudos”, e que efetivamente, realizou “preciosas sínteses históricas”, nas quais “as conclusões religiosas ou filosóficas são rigorosas, ao ponto de vista do filosofismo corrente” (MURAT *in* CARVALHO, 2011, p. 73). Esse diálogo que Carlota manteve com o “filosofismo corrente”, fundamental para o debate público, foi crucial para o seu trânsito nos espaços da intelectualidade. Vale aqui, evocar a convivência familiar e os espaços de formação e de protagonismo que moldaram sua forma de atuar no mundo. Assim, no sentido de compreender a trajetória intelectual da escritora, se faz necessário tomá-la enquanto um sujeito inserido na realidade política e cultural do seu tempo. Torna-se, dessa forma, relevante discutir o

movimento intelectual da chamada “geração 70” para entender o processo de formação dos sujeitos que empreenderam os discursos correntes no final do século XIX e primeiras décadas do XX. Esse debate contribuiu para a compreensão da intelectual Carlota Carvalho que tem seu processo de formação mediado pelas leituras que fez, pelos diálogos que travou com outros intelectuais e pela circulação em espaços de sociabilidade próprios deste contexto.

4.1.1 O Movimento intelectual brasileiro do século XIX

Inspirado no movimento intelectual europeu do século XIX, em especial no caso francês, “o Brasil viu florescer uma gama significativa de intelectuais”, que a partir, da segunda metade do oitocentos, se ocupou em discutir o país (ALONSO, 2002, p. 21). Um movimento com forte presença na literatura, centrado na conjuntura política e econômica dos anos finais do Império e anos iniciais da república brasileira. Amparado teoricamente nos discursos vigentes na Europa oitocentista, esse movimento fez repercutir no país (entre os séculos XIX e XX) os debates teóricos “como o evolucionismo social, o positivismo, o naturalismo e o social-darwinismo” (SCHWARCZ, 1994, p. 24).

Difundidos no país a partir dos anos 70, do século XIX, as referidas ideias, de acordo com Lília Schwarcz, tinham como “horizonte de referência o debate sobre os fundamentos de uma cultura nacional em oposição aos legados metropolitanos e à origem colonial” (1994, p. 24). Ademais, elas traziam consigo o discurso do progresso e da ciência, enquanto “sinônimo de civilização”, do “primado da racionalidade e da dignidade do trabalho”. Tais ideias, por sua vez, se constituíram na “antinomia deste conjunto, que se apresenta como ‘desordem-atraso-colônia-barbárie’, [que] é rejeitado, pois aparece como subproduto das paixões e da ociosidade” (EWALD, 2001, p 64).

Esse movimento intelectual dos anos finais do século XIX, também chamado de “geração 1870”, foi identificado por Alonso como um “fenômeno”, que tem sido objeto de análise “há mais de um século”. A maioria dos estudos tem destacado sua perspectiva “cognitiva”, no sentido da sua capacidade de “gerar teorias sociais, situando-o no plano da história das ideias”, como na perspectiva “prática”, capaz de caracterizá-lo como um “movimento produtor de ideologia modernizadora para novos grupos sociais, particularmente uma nova classe média” que se formara, sobretudo, no ambiente urbano brasileiro das últimas décadas do século XIX (ALONSO, 2002, p. 22). Em sua obra *Ideias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*, Alonso afirma que estas ideias se encontram amalgamadas às explicações da formação do estado e da sociedade nacionais, inserida na “atmosfera do

oitocentos”, marcada por um certo “espírito de época” (ALONSO, 2002, p. 22).

A associação desse movimento às ideias europeias do período é considerada uma das fortes características da chamada “geração 70”, que fora “detectado pelos próprios contemporâneos (Lemos & Teixeira Mendes, 1874; Machado de Assis, 1879; Veríssimo, 1883), que associaram sua constituição à divulgação de novas escolas europeias de pensamento” (ALONSO, 2002, p. 21). Para Gontijo (2006, p. 272), a apropriação e divulgação do pensamento europeu, associada ao papel decisivo desse movimento a conjugação do desenvolvimento de reflexões e práticas políticas, voltadas para a crítica das instituições imperiais, podem ser considerados os dois principais empreendimentos desse importante movimento de reflexão sobre os problemas nacionais, que marcou a conjuntura de crise do Brasil-Império.

A vinculação desse movimento intelectual ao pensamento europeu rendeu críticas diversas, como as de “imitativos e deslumbrados com as modas europeias” (ALONSO, 2002, p. 21), legando, conseqüentemente, à “história intelectual do país ‘um tecido de vicissitudes da importação de ideias’” e a busca da adequação das “novas doutrinas às condições brasileiras” (EWALD, 2026, p. 64), além de dar lugar a uma diversidade de interpretações. Assim, longe de se constituir um grupo uníssono, esses letrados, de acordo com Alonso (2002, p. 21-22), agiram de formas distintas, e que, apesar de adotarem um “caos teórico”, forjaram um movimento capaz de imprimir no Brasil a ideia de intelectual.

Embora tardiamente em relação à Europa, onde tais ideias se desenvolveram em décadas anteriores, no caso brasileiro, os “anos 70” serviram de palco para uma série de fenômenos que conviveram de forma tensa, a exemplo das lutas pela república, pela abolição da escravidão e o anticlericalismo. Para além dos conflitos de natureza política, econômica e social, próprios do contexto brasileiro da segunda metade do XIX, a década de 70, nas palavras de Schwarcz (1994, p. 22), deve ser “entendida como um marco para a história das ideias no Brasil, uma vez que representa o momento de entrada de todo um novo ideário positivo-evolucionista em que os modelos raciais de análise cumprem um papel fundamental”.

Nesse sentido, vale discutir a origem desses homens das letras, ou seja, de onde vinham e a partir de onde falavam esses intelectuais. Lília Schwarcz afirma que até a década de 1850, esses intelectuais apresentavam “um perfil bastante homogêneo em termos de formação e carreira, com vínculo mais direto às elites econômico-financeiras do país”. A composição do grupo se dava, geralmente, por meio da vinculação acadêmica à universidade de Coimbra (ou mais raramente em outra universidade europeia) e à uma carreira burocrática (SCHWARCZ, 1993, p. 22). É a partir da criação das universidades e institutos nos principais centros urbanos,

que o país passa a ser, também, a opção para a formação dos filhos da elite. Essas instituições, de acordo com a referida autora, cumpriram um papel preponderante na formação e no conagraçamento dos intelectuais da segunda metade do século XIX, além do delineamento e “especializações profissionais diretamente a elas associados” (SCHWARCZ, 1993, p. 22).

A formação desses intelectuais estava quase sempre ligada a dois campos específicos da formação, o do direito e da medicina, espaços clássicos do debate intelectual do século XIX e primeira metade do século XX. As palavras de Fernando Azevedo, uma das reservas intelectuais dessa geração, espelham, em síntese, os avanços intelectuais e o papel das instituições nesse período:

(..) em um período em que as ciências matemáticas tomam novo impulso com Otto Alencar, entra em atividade o Museu Paraense fundado por Emilio Goeldi, em 1855. Hermann von Ihering é chamado a dirigir o Museu Paulista em 1893, que lhe dá alto cunho científico; Barbosa Rodrigues reorganiza o Jardim Botânico e Nina Rodrigues empreende na Bahia pela primeira vez um estudo rigorosamente científico de parte considerável de nossa população constituída pelo elemento afro-americano. Além do Museu Nacional que passa por grande transformação sob a impulsão de Batista Lacerda (AZEVEDO *apud* SCHWARCZ, 1993, p. 22)

Somam-se, ainda, outros importantes espaços de formação intelectual, as “faculdades de direito de São Paulo e Recife”, instituições centrais na condução do debate acerca da “elaboração de um código nacional”. Um debate intenso que deu lugar a “interpretações diversas: enquanto que em São Paulo majoritariamente adotavam-se modelos liberais de análise, no Recife predominava o socialdarwinismo de Haeckel e Spencer”. Na área da medicina, ressalta-se a atuação do instituto Manguinhos, que sob a liderança do sanitarista Oswaldo Cruz, “transformava-se em um importante centro de pesquisas, principalmente no que se refere ao problema da febre amarela e da sanitização das cidades” (SCHWARCZ, 1993, p. 23).

Assim, a chamada geração de 1870, de acordo com Schwarcz (1993, p. 23), seria mais diversificada do que a geração de intelectuais que a havia antecedido, a de 1850, tanto quanto a origem como na atuação. Sobre esses intelectuais, a autora considera a coexistência de duas linhas de análise, a primeira com base nos estudos de “Prado Jr., 1945; Nogueira, 1977”, segundo os quais, destacadamente, essa elite possuía liames com grupos da “aristocracia agrária e ao Estado monárquico”. Outros estudos têm apresentado o grupo dos intelectuais ainda ligados a “novos segmentos urbanos bastante opostos à burguesia tradicional proprietária de terra” (SCHWARCZ, 1993, p. 23). A partir dos estudos de Schwarcz, pode-se afirmar que esses intelectuais eram, em sua maioria originária das camadas mais elevadas da sociedade, embora não se possa afirmar que fossem totalmente porta-vozes exclusivos dos interesses das classes

dominantes (1993, p. 23). Embora certos intelectuais se mantivessem presos por laços de parentesco às famílias de proprietários de terra, sua atuação se dá em um contexto urbano, o que já os diferencia de seu grupo de origem.

É nesse período que Carlota constrói seu pensamento político e define sua filiação e influências teóricas. A obra “O Sertão” dialoga com os acontecimentos de seu tempo e está em sintonia com o debate estabelecido por seus contemporâneos. Portanto, tomando por base as reflexões de Sirinelli, para pensarmos o lugar que Carlota Carvalho ocupou como intelectual, a partir da produção e de sua atuação, consideramos importante discutir seu engajamento “como ator do político”, e das redes de sociabilidade que garantiram o próprio trânsito nesse campo (SIRINELLI, 2003, p. 242 - 243).

4.1.2 Uma intelectual engajada

A noção de intelectual associada ao engajamento na vida da cidade, tanto por “testemunha” quanto por “consciência” é, na acepção de Sirinelli (2003, p. 243), uma “abordagem extensiva do feudo intelectual”, e se “constitui uma faceta do estudo dos intelectuais”. De “natureza sociocultural”, esta noção depende do reconhecimento da comunidade. A notoriedade é marcada pela qualidade “do debate que o intelectual põe a serviço da causa que defende” e sua “especialização” ao ser reconhecida pela sociedade em que vive, “legítima e mesmo privilegia sua intervenção no debate da cidade” (SIRINELLI, 2003, p. 243).

Neste sentido, o conceito de intelectuais é aplicável, também, aos sujeitos que, envolvidos nas causas de interesse social, passam a intervir na vida da comunidade e tem em contrapartida, por parte dessa mesma comunidade, o reconhecimento da relevância dessa intervenção. Esse engajamento no entendimento do autor se dá de diversas formas, quer por meio de assinatura de manifestos, participação em agremiações literárias, quer como conferencista e entre tantas outras formas de intervenção.

A partir dessa compreensão, é possível pensar o modo como Carlota se insere, política e intelectualmente no Maranhão, nos fins dos oitocentos e início dos novecentos, e as relações que ela estabeleceu com outros intelectuais. É nas décadas de 1920 e 1930 que se dá o maior reconhecimento público de Carlota, enquanto escritora e intelectual, e que está mais associado à escrita de “O Sertão”. Nesse período, ela passou a ser percebida como “mulher inteligente”, e como tal, orientou a sua prática a partir de “toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente situadas” (SCOTT, 1990, p. 14-15). Apesar das resistências encontradas por parte de alguns intelectuais, conseguiu galgar espaços e

reconhecimentos na seleta *escol* da intelectualidade maranhense. Com uma significativa produção jornalística e uma obra, tida como de grande envergadura, Carlota Carvalho circulava nos espaços de sociabilidade da *intelligentsia* de sua época, participando de atos políticos, juntamente com outros nomes de escritores já consagrados em diversas áreas.

É nessa condição, de intelectual engajada nas pautas da cidade, que Carlota tem seu nome envolvido no caso da *Carta aberta a um jornalista piauiense*. Datada em 28 de julho de 1927 e publicada no jornal *O Imparcial* de 9 de agosto de 1927 (fl.6), o fato que lhe confere o reconhecimento da comunidade, que “legitima e privilegia sua intervenção”. A referida “carta aberta” é uma resposta a um jornalista piauiense que teria publicado artigo “*aventando a mudança do nome da Avenida Maranhão em Therezina*” para homenagear um “*clínico piauiense*”, chamado “*João Virgílio*”. Para o jornalista piauiense, “*o nome de Avenida Maranhão não tinha nenhuma significação de importância*”.

Fazendo menção a intelectuais maranhenses, do passado e do presente, o jornalista Urbano Martins redige e assina a carta-manifesto, na qual defende a importância do Maranhão no cenário nacional e sua contribuição histórica em vários campos do saber. Dentre os ilustres, são mencionados João Lisboa, Gonçalves Dias, Sotero dos Reis, Dias Carneiro, Theophilo Dias, Gomes de Souza, Sousândrade, Aluísio Azevedo, Raymundo Corrêa, Cesar Marques, Silva Maia, Arthur Azevedo, Odorico Mendes, Joaquim Serra, Frei Custódio Alves Serrão, Mendes de Almeida, Franco Sá, Benedito Leite, D. Luiz de Britto, Vespasiano Ramos, Urbano Santos. São também referidas personalidades da literatura, da poesia, do teatro e da música, contemporâneos de Carlota, como Coelho Netto, Catulo da Paixão Cearense, Humberto de Campos, além de Apolônia Pinto, Verdi de Carvalho, Viriato Correia, Dunshee de Abranches e Graça Aranha. São também mencionados Godofredo Viana, Astolpho Serra, Nascimento Moraes, Magalhães de Almeida, assim como a escritora Carlota Carvalho (O IMPARCIAL, 9 de agosto de 1927, fl. 6).

“Os intelectuais, cujos nomes são citados, são apenas uma pequena minoria, aquela que é visível social e culturalmente”, que se manifesta publicamente e se faz representar em “manifestos e petições”, “que escreve a maioria dos artigos e livros, que constitui uma rede, que fala em nome do conjunto dos intelectuais” (LECRERC, 2004, p. 74). O nome de Carlota Carvalho, ladeando intelectuais maranhenses consagrados, reforça uma posição e seu pertencimento a um grupo, que lhe conferem reconhecimento público. De acordo com LECRERC (2004, p. 73-74), um engajamento se caracteriza pelo envolvimento nas causas de interesse coletivo, ou seja, pela “vontade de dar peso coletivo a uma iniciativa”, mesmo que, inicialmente, pudesse ser de interesse individual.

Demonstrando o prestígio desfrutado pela escritora, várias foram as demonstrações de apreço e de reconhecimento de Carlota Carvalho, dentre as quais está a forma como foi recebida na escola Normal “Rosa Castro”, quando visitou a instituição no ano de 1924. De acordo com o jornal *Diário de S. Luiz*, de 11 de outubro de 1924 (fl.1), a visita foi seguida de sua participação em ações pedagógicas junto à renomada escola, como confirma a figura 36.

Figura 36: Carlota profere palestra na Escola Normal Rosa Castro em S. Luís, MA



(Transcrição)

**ESCOLA NORMAL
PRIMARIA**

Esteve, hoje ás 9 horas, em visita a este importante estabelecimento escolar, a distincta escriptora Carlota Carvalho.

Sua directora d. Rosa Castro mostrou' se lhe sobremaneira gentil, levndo a illustrada scientista maranhense ás varias dependencias da Escola Normal.

Em seguida conduzindo-a ao salão de honra, ahi estiveram em palestra largo tempo, concluindo por assentarem que, na edicção da 'A Escola'— orgam es' tudantal, será augmentado o formato para conter licções de Historia e de Geographia em forma de apostillas que possam ser encadernadas.

Dessa parte ficou encarregada a es' criptora do 'O Sertão'.

Fonte: DIÁRIO DE S. LUIZ, 11 de outubro de 1924, p.1 ¹⁷¹

A instituição de ensino “Rosa Castro” foi referência na formação docente do estado do Maranhão, tendo sido instalada em fevereiro de 1916, na cidade de São Luís. Essa Escola Normal, mantida pela iniciativa privada, conforme informa Motta (2008, p. 8), “nos anos de

¹⁷¹ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00146.0170 - Rótulo: 093874 / Ano 1924\Edição 00230 (1). Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093874&pesq=carlota%20Carvalho&pasta=ano%201924>

1920 a 1940, foi a responsável pela formação de quase todos os professores e professoras, que lecionavam no interior do Estado”.

Diretora da escola, a professora normalista Rosa Castro (1891-1976) foi uma destacada intelectual maranhense, com forte atuação na causa da educação, durante a maior parte do século XX, em especial, na formação inicial docente. Além de ter sido diretora e proprietária de escola, “concomitantemente, lecionava na Escola Normal do Estado” e “no curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (Criadas em 1959)”. Ela também foi “membro do Conselho Estadual de Educação, desde a sua fundação, em 11 de janeiro de 1963, atuando como vice-presidente, até 1970” (MOTTA, 2011, p. 7).

Durante a visita de Carlota à escola Normal “Rosa Castro”, segundo o *Diário de S. Luiz*, de 11 de outubro de 1924 (fl.1), a “*distincta escriptora*” foi recebida pela professora Rosa Castro, que a conduziu pelas dependências da instituição, a fim de que a “*illustrada scientista*” conhecesse a escola, para, em seguida, participarem de uma larga palestra acerca da instrução maranhense (DIÁRIO DE S. LUIZ, de 11 de outubro de 1924, fl.1).

Percebe-se que esse encontro entre as professoras Carlota Carvalho e Rosa Castro teve como foco uma das grandes preocupações de Carlota, a instrução elementar. A busca incessante de Carlota por avanços educacionais, como afirma Motta (2008, p. 130), “sempre lhe causou grande inquietações”, uma vez que os materiais e conteúdos didáticos eram deficientes e não tinham compromisso com a verdade (CARVALHO, 2011, p. 82).

A obra “O Sertão” nasce dessa preocupação, que era a de oferecer subsídios para os estudos da História e da Geografia do Brasil, sem perder o foco local e regional, pois, segundo ela, havia “fatos importantes da História do Brasil ainda não conhecidos ou suficientemente esclarecidos e informações geográficas e geológicas necessárias para a organização de um mapa que seja de verdade” (CARVALHO, 2000, p. 55). Dessa forma, a obra “O Sertão: subsídios para a História e a Geografia do Brasil” resulta de sua inquietação em relação aos compêndios didáticos de sua época, que possuíam distorções geográficas e históricas, as quais Carlota considerava “seríssimas e prejudiciais à formação do educando” (MOTTA, 2008, p. 130).

Essa preocupação de Carlota em relação aos compêndios didáticos, em especial, daqueles que tratavam de História e Geografia, é recorrente em toda a sua obra. As críticas feitas pela autora, por vezes de forma dura, estão presentes tanto em “O Sertão”, como em suas publicações nos jornais. Em “O Sertão”, ela chega a afirmar de forma bastante enfática que “nenhum outro povo conhece menos a sua história” (CARVALHO, 2011, p. 147). Nesse caso, em especial, faz referência a adesão do Maranhão à Independência, como um exemplo de falseamento histórico, quando “os compêndios didáticos, dizem que nesse dia o Maranhão

aderiu gloriosamente à Independência (...). É nessa data, 28 de julho”, afirma Carlota, “que o povo inconsciente e o Maranhão oficial comemoram como glória nacional” (CARVALHO, 2011, p. 147). Em relação ao conhecimento geográfico, ela não foi menos dura nas suas observações, criticando os mapas que eram feitos sem o devido cuidado e citando o caso da serra da “Desordem, que ligada indissolivelmente a um fato histórico, não pode andar passeando até o Gurupi, a capricho de um lápis” (CARVALHO, 2000, p. 145).

Essa mesma preocupação em relação aos livros, Carlota demonstra em seu artigo “Porto Franco”, publicado no *Diário de S. Luiz*, em 8 de janeiro de 1925(fl.4), no qual faz alusão à criação de uma biblioteca naquele município. No artigo, Carlota inicia, fazendo um resgate histórico da formação da povoação, listando as primeiras famílias do lugar, com os quais teve contato em 1905, quando visitou pela segunda vez a localidade. Nesse momento, afirma a autora, que ali esteve em passagem para a vizinha cidade goiana de Boa Vista, hoje Tocantinópolis, estado do Tocantins. Naquela ocasião, tendo demorado por quatro dias na povoação maranhense, fez amigos e se interessou pela história do lugar (DIÁRIO DE S. LUIZ, 8 de janeiro de 1925, fl.4).

Sobre Porto Franco, Carlota afirma que, por muito tempo, essa povoação disputou com a povoação de *Santa Theresa da Imperatriz* o domínio político regional. Sobre essa longa e conflituosa disputa, afirma Carlota:

(...) desencadeou uma lucta entre os que queriam a sede em Porto Franco, chefiados por Leonardo, e os que queriam a sede em Sta Theresa, chefiados por Amaro, lucta que tomou feições política e teve por epílogo o execrado assassinato de Jorge Gonçalves da Silva, genro e substituto de Leonardo em novembro de 1899, na vila de Sta. Thereza da Imperatriz (DIÁRIO DE S. LUIZ, 8 de janeiro de 1925, fl.4).

Sobre essa violenta disputa Carlota declara que, *diante do desfecho dessa insana disputa*, “ninguém lembrou o expediente de se criar duas villas conciliando opiniões, dirimindo a divergência” (DIÁRIO DE S. LUIZ, 8 de janeiro de 1925, fl.4). Assim, se posiciona ao lembrar, que *entre Porto Franco e Imperatriz, em igual distância, corre o caudaloso Lageado Grande, fazendo divisa natural, e que só agora este expediente foi adoptado* (DIÁRIO DE S. LUIZ, 8 de janeiro de 1925, fl.4). *Hoje, Porto Franco é villa, é sede de município e começa brilhantemente*, uma vez que uma biblioteca estaria sendo inaugurada naquela cidade, evento que lhe enchia de contentamento (DIÁRIO DE S. LUIZ, 8 de janeiro de 1925, fl.4).

Ângela de Castro Gomes (1993, p. 65, 68) aponta as correspondências como um importante “lugar de sociabilidade” e de prolongamento dos “encontros dos salões, das viagens e dos festivais, constituindo-se no cotidiano da vivência intelectual em distinção aos seus

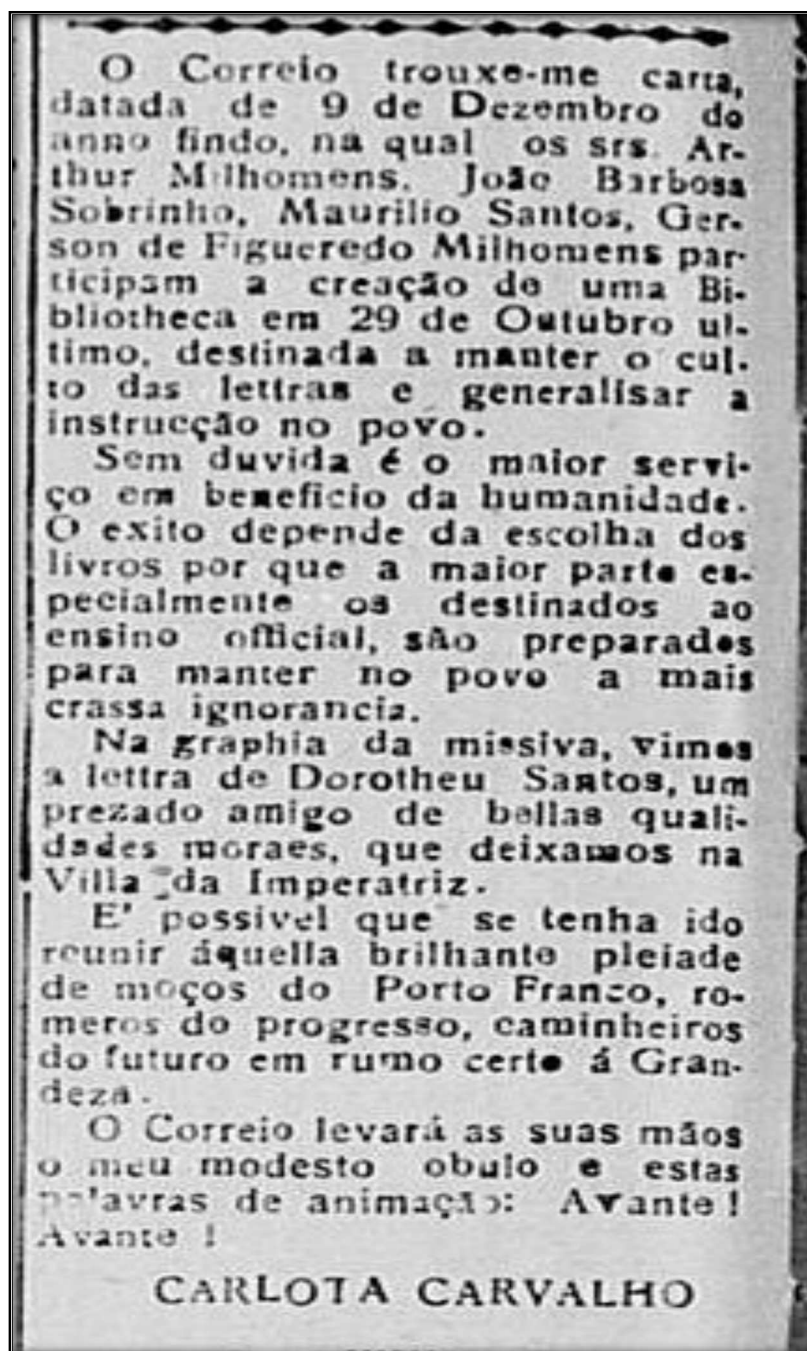
momentos mais extraordinários”. As frequentes trocas de cartas entre intelectuais eram fundamentais não apenas para o debate de ideias, mas para troca de afetos e reforço de amizades.

As correspondências entre intelectuais, como reforça Venâncio (2004, p. 114), foram veículos intensos e cruciais para encurtar distanciamentos físicos, favorecer as trocas de “ideias e afetos, construir projetos mútuos ou discutir planos opostos, estabelecer pactos ou polêmicas e organizar ações”. Nelas, pode-se e deve-se “recortar não só vínculos de amizade/cumplicidade e de hostilidade/rivalidade, como, também, a marca de uma certa sensibilidade produzida e cimentada por evento, personalidade ou grupo especiais” (GOMES, 1993, p. 65). Em relação à prática da troca de cartas, chama a atenção o fato de Carlota reconhecer a *graphia da missiva do prezado amigo Dorotheu Santos*, apontando para o contato por correspondência entre os dois letrados da região.

São vários os exemplos na história, em que os vínculos de amizade entre intelectuais, regados por correspondências, renderam valiosas discussões e ricas análises que vêm se transformando em importantes fontes de pesquisa. De acordo com Gontijo (2006), as correspondências escritas por Capistrano de Abreu para João Lúcio de Azevedo, Mário de Alencar ou Paulo Prado se configuram em exemplo clássico do contato entre intelectuais. As missivas foram também muito comuns entre literatos, “como Alceu Amoroso Lima, Luís da Câmara Cascudo, Carlos Drummond de Andrade, Otto Lara Resende, mas, em termos de produção epistolar, Mário de Andrade é o que mais se destaca”, ao ponto de o poeta pedir desculpas ao amigo Carlos Drummond de Andrade pela “longuidão de carta. ‘Eu sofro de gigantismo epistolar’” (BETTIOL, 2016, p. 228).

A instalação da biblioteca na vila de Porto Franco, tema das correspondências trocadas entre Carlota com Arthur Milhomens, João Barbosa Sobrinho e Gerson de Figueredo é percebida como um grande acontecimento, dada a sua contribuição para a disseminação da *cultura das letras*. Para a autora, disponibilizar livros é *o maior serviço em benefício da humanidade*, pois, incutir o gosto pelo conhecimento é essencial para instruir o povo (DIÁRIO DE S. LUIZ, 8 de janeiro de 1925, fl.4). Para além da importância das bibliotecas na comunidade, que, no pensamento de Carlota, concorriam para fomentar “*o progresso*” e “*generalizar a instrução do povo*”, elas se constituíam em significativo espaço de circulação de ideias para o debate da cidade, pois “não há meio intelectual sem a existência de um espaço público de debates, ou ao menos de um modelo de espaço público” (GONTIJO, 2005, p. 260).

Figura 37: Criação de uma biblioteca em Porto Franco



Fonte: DIÁRIO DE S. LUIZ, 8 de janeiro de 1925, fl.4¹⁷²

Nesse contexto, as bibliotecas, tanto as privadas, quanto as destinadas ao público, eram sempre um motivo de regozijo entre os intelectuais, como Carlota Carvalho. Ter e ler livros era algo que fundamentava o *status* de um intelectual. Não raro, as conversas entre a elite letrada

¹⁷² Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00146.0170 - Rótulo: 093874 / Nome: Diário de S. Luiz (MA)/Ano 1925\Edição 00303 (1). Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093874&pesq=carlota%20Carvalho&pasta=ano%20192>

desse período, giravam em torno do número de obras que cada um possuía, em especial, as consideradas raras. Para Gomes (2014, p. 12), foi nesse momento da vida nacional, que os empresários da cultura, os donos de editoras, buscaram capitalizar para si dividendos dessa ideia disseminada de que o livro seria o “alimento da alma”, como afirmava Monteiro Lobato. Essa metáfora da leitura como “nutrição”, muito comum nos discursos de intelectuais da primeira metade do século XX, fez com que autores e editoras absorvessem “o papel de produtores de bens culturais de dimensão material e simbólica” (GOMES, 2014, p. 12). Dessa forma, era muito comum, entre os intelectuais do período, os discursos girarem em torno da vulgarização do livro.

A pesquisadora Josiane Reis (2010), em seu trabalho *Instâncias formativas, modos e condições de participação nas culturas do escrito: o caso de João Gumes (Caetité-BA, 1897-1928)*, chega a afirmar que a presença os livros no cotidiano das famílias durante o século XIX eram motivo de orgulho, sendo que faziam questão de exibi-los. A autora pôde identificar que nas residências havia “vários livros do final do século XIX e início do século XX, bem como livros franceses; vê-se, também, um móvel que foi especialmente produzido para acomodar os livros” (REIS, 2010, p. 100).

A preocupação de Carlota com a educação, a ampliação do número de leitores e a disseminação da cultura letrada na região sertaneja do Maranhão é uma das marcas da sua produção literária. Seus escritos trazem indicações acerca das iniciativas voltadas ao desenvolvimento daquilo que n’“O Sertão” ela chamou de “Vida intelectual”, como se pode constatar nas menções que faz à “roda de amigos” (CARVALHO, 2000, p. 142). Ao tratar sobre ela, Carlota faz referência a um letrado “bem-te-vi de 1838, balaio proscrito em 1840 - 41” Militão Bandeira Barros, que era “naquele tempo e naquele meio (..), o homem de maior cultura intelectual e bem desenvolvida inteligência”, que “tinha o gosto pelas letras, possuía muitos livros (...)” (CARVALHO, 2000, p. 142-143). Barros fundou em pleno sertão uma agremiação literária, conhecida como “roda de amigos”, com encontros diários, em sua residência, para leituras e debates de assuntos referentes a economia, a indústria, a geografia, a história, a geologia, a política etc. “Nessa roda de amigos a palestra tinha assuntos hauridos em livros e havia disputas sobre o mérito dos escritores lidos e sobre as teses, teorias e fatos pelos autores expendidos” (CARVALHO, 2000, p. 143). De cunho liberal, a “roda de amigos” contribuiu sobremaneira para a divulgação das ideias liberais e republicanas no sertão maranhense. A exemplo de seu líder maior, Militão Bandeira Barros, muitos dos participantes influíram politicamente nos vários movimentos que marcaram o Maranhão da segunda metade do século XIX.

Para Pacheco Filho (2014, p. 37), “a tertúlia”, que ficou conhecida em todo sertão maranhense como “roda de amigos”, trazia homens dos municípios vizinhos que apreciavam a cultura, e que, não raro, enfrentavam as longas distâncias, deslocando-se até Grajaú para participarem da “roda de amigos”. Essa organização literária, apontada por Carlota em “O Sertão” e comentada por Pacheco Filho (2014), encontra similitude, guardando as devidas proporções, com as agremiações literárias europeias setecentistas, em especial, as existentes na França.

Maurice Agulhon, ao destacar as transformações ocorridas no âmbito da sociedade civil na França iluminista, traz para o debate a importância dos novos espaços de sociabilidade e/ou a ampliação dos já existentes, a exemplo dos cafés e dos clubes literários, que exerceram papel importante na disseminação das ideias em curso na Europa pré-revolucionária. Nesse contexto, as associações literárias surgem, de acordo com Agulhon (1989, p. 54), como “uma associação voluntária de homens que se conhecem, se escolhem e se organizam para terem juntos um lugar onde possam comentar e ler publicações”.

Em “O Sertão”, Carlota afirma “que as agremiações literárias são preservativas dos maus costumes” (CARVALHO, 2011, p. 191), e exibe o orgulho da herança recebida por esse movimento. Seu pai, Miguel Olympio de Carvalho, era membro da “roda de amigos”, e assim como os demais membros dessa agremiação literária, possuía uma pequena biblioteca e tinha “o costume de ler e o prazer de conversações sobre história e sobre literatura” (CARVALHO, 2000, p. 143-144). Para Carlota, essa tradição de se relacionar com os livros, próprio da família Carvalho, e que também se estendeu a outras famílias sertanejas, produziu uma elite cultural dada à leitura e as “conversações úteis e edificantes” (CARVALHO, 2011, p. 190), na região sul do Maranhão.

Para Gomes (1993, p. 64), os processos de criação e transmissão cultural estão sempre se referindo “a uma tradição intelectual seja como seu herdeiro ou como seu filho pródigo”. Por vinculação ou por ruptura, os intelectuais “estão sempre ligados ao patrimônio de seus antecessores, ao estoque de trabalhos que integra o manancial simbólico que irão sustentar ou transformar com maior ou menor intensidade” (GOMES, 1993, p. 64). Dessa forma, seja pela herança familiar, como pelo convívio com os letrados do seu tempo, Carlota se sentia parte dessa tradição intelectual, na qual sua família estava inserida, favorecendo seu contato com livros e intelectuais desde a mais tenra idade.

O jornalista Souza Bispo, em matéria publicada no *Diário de S. Luiz*, em 6 de novembro de 1924 (fl.4), por ocasião da inauguração do “*prelo de madeira*”, em Grajaú, se refere aos escritos de Carlota e sobre à “Roda de Amigos”, como algo de muita relevância na construção

do sentimento de valorização da cultura sertaneja. Em relação à “Roda de Amigos”, descrita por Carlota na obra “O Sertão”, Souza Bispo (1924) afirma que ela inspirava *rapazes cheios de querer e vontadosos, que instituíram numa ‘república’ em torno duma mesinha tosca com alfarrábios lidos e relidos, a roda de escrevedores...*, que estavam *sequenciando uma tradição de construção de jornais naquele município, que agora não [são] mais manuscritos* (DIÁRIO DE S. LUIZ, de 6 de novembro de 1924, fl. 4).

Sobre o movimento literário existente na Chapada em meados do oitocentos, e que agrupou em torno da leitura diária vários homens daquele lugar, Souza Bispo (1924) o apresenta como um *marco miliário que assignala a época, feita do convívio dos bons livros e optimos camaradas que lhe iam às tardes à cidade alta, sob as copadas das mangueiras do largo da matriz, levar o conforto e a admiração sinceras* (DIÁRIO DE S. LUIZ, de 6 de novembro de 1924, fl. 4). A “Roda de amigos” pode ser, portanto, entendida como “um evento fundador”, que marcou “uma geração, delimita os contornos de um meio intelectual, mesmo que a evolução posterior de seus integrantes siga caminhos muito diferenciados”. (GOMES, 1993, p. 66)

Outro importante espaço de circulação de ideias da intelectualidade maranhense frequentado por Carlota é a Revista “*Sertão*”. Fundada pelos jornalistas Cândido Souza Bispo e Isaac Ferreira (DIÁRIO DE S. LUIZ, 31 de março de 1922, fl. 2; PACOTILHA, 5 de março de 1925, fl. 2), a Revista “*Sertão*” circulou por mais de uma década, colaborando não apenas como espaço político de debate das questões relacionadas ao sertão maranhense, mas como lugar de sociabilidade, de encontro e elaboração intelectual (SILVA, 2013, p. 252).

Editada a partir da capital do estado, tendo como principal foco a região sertaneja do Maranhão, o *Diário de S. Luiz*, de 2 de março de 1925, fl. 2, descreve o “*Sertão*” como uma revista de *brilhante aspecto e forte colaboração literária e política*, com contribuições de intelectuais maranhenses, tais como: Dr. José Guimarães, Isaac Ferreira, Matta Roma, Padre Arias Cruz, João Caldas, Parsondas de Carvalho, Demosthenes Braga, A. Moura Pinto, Nascimento Moraes e Carlota Carvalho. De acordo com o *Diário de S. Luiz*, de 27 de março de 1925, o número da revista que circulou em abril de 1925, fazia menção a Carlota Carvalho na capa (figura 38).

Figura 38: Revista “Sertão”



Fonte: DIÁRIO DE S. LUIZ de 27 de março de 1925 (fl.1)¹⁷³ (grifo nosso)

A participação no debate público, de acordo com Sirinelli (1998, p. 264), confere “aos letrados um papel de primeiro plano”, trazendo “coloração”, o que, por consequência, nos permite “concluir pela existência de uma influência profunda desses intelectuais” sobre os

¹⁷³ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00146.0170 - Rótulo: 093874 / Nome: Diário de S. Luiz (MA)/Ano 1925\Edição 00372 (1). Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093874&pesq=carlota%20Carvalho&pasta=ano%20192>

“tons” dos discursos. “Os letrados raciocinam de maneira endógena”, afirma Sirinelli (1998, p. 265), porém “o ruído dos seus pensamentos ressoa no exterior”, e na repercussão do pensamento desses intelectuais os jornais e as revistas têm um papel fundamental.

O Jornal *Folha do Povo*, de 10 de outubro de 1924 (fl. 1), em matéria assinada pelo intelectual maranhense Aldeman Correia¹⁷⁴, trata dos debates travados em torno da mudança da capital da República para o planalto central, fazendo “ressoar” as palavras de Carlota Carvalho acerca do tema. Afirma o autor que *conforme prometera, estaria procedendo a leitura do “Sertão” da Sra. d. Carlota Carvalho a fim de transmitir aos leitores considerações acerca da obra, como as colhidas com a leitura dos tópicos referidos ao decantado planalto central do Brasil* (FOLHA DO POVO, de 10 de outubro de 1924, fl. 1).

Esse debate, que ocupou a atenção de boa parte dos intelectuais da política brasileira, é tratado por Carlota em “O Sertão”. Embalado pelas análises de intelectuais e políticos da época, o assunto dividia a opinião pública entre partidários ou não. Vale ressaltar que a referida proposição encontrava abrigo na própria Constituição Federal (1891), que em seu artigo 3º, estabelecia como propriedade da União, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados no planalto central, que oportunamente deveria ser demarcada, para nela ser implantada a futura Capital federal. *A Sra. d. Carlota desfaz a mentira e mostra quanto a burla usaram os membros da Comissão*, afirma Aldeman, se referindo ao capítulo II, de “O Sertão”, intitulado Physiographia, no qual a autora expõe, com riqueza de detalhes, as características da região do planalto central destinada à edificação da nova capital da república brasileira (FOLHA DO POVO, de 10 de outubro de 1924, fl. 1). Sobre a contribuição de Carlota para o debate público acerca da matéria, afirma Aldeman Correa:

Todos nós, leigos estávamos com os comentadores de nossa lei magna e os que sobre o assumpto dedicaram grande parte do seu precioso tempo, consumiram tinta, pena e papel. Felizmente a nossa illustrada patricia, veio com suas luzes, pôr às claras a escuridade em que permanecíamos, no seu livro “O Sertão”, em que fornece na sua modéstia- subsídios para a história e a geografia do Brasil (FOLHA DO POVO, 10 de outubro de 1924, fl. 1).

Para Leclerc (2004, p. 97), o engajamento do intelectual não deve ser confundido com a atividade militante. Para esse autor, ele se manifesta em formas de ação que têm a ver mais

¹⁷⁴ Adelman Brasil Correa (1884-1947) foi jornalista, advogado e escritor maranhense. Professor de alemão do Liceu, dono de cartório, músico e versado em literatura e ciência do Direito. Apaixonado pela escrita e pelo som da flauta. Enquanto jornalista foi editor do Jornal Diário do Povo, entre suas obras destaca-se: “Os meus dias de cadeia / Origem e memória”, lançado em 1926, uma obra autobiográfica. “Bem-sucedido no jornalismo, tornou-se um panfletário temido, atacando sem disfarce de pseudônimos, comum nos séculos 19 e 20, logo quem... O governador Godofredo Viana, pouco avesso a livre manifestações de pensamento”, foi violentamente perseguido, preso “e a família entrou no rol dos perseguidos”. Sebastião Jorge, 30 de Janeiro de 2017/ O IMPARCIAL. (<https://oimparcial.com.br/noticias/2017/01/leia-flauta-e-pena-do-jornalista-sebastiao-jorge/>).

diretamente com a relação íntima que o intelectual mantém com a escrita, uma vez que “O militante vende os números do jornal que o intelectual escreve e concebe”. Dessa forma, de acordo com LECRERC (2004, p. 91), “o intelectual é um autor cujo engajamento aqui e agora no acontecimento conta tanto, se não mais, quanto o futuro póstumo de sua obra”. A partir dessa perspectiva, de que a escrita de um intelectual é um “engajar-se no e em favor do presente” (LECRERC, 2004, p. 92), vale compreender a ação de Carlota enquanto escritora como testemunho de engajamento nas pautas contemporâneas. O interesse da escritora Carlota Carvalho pelos “acontecimentos” do presente, que é marca constante em sua obra, cabe também na concepção de intelectual que tem Sartre¹⁷⁵ como referência, para a qual “a escrita é ação, e não promessa de obra” (LECRERC, 2004, p. 92). Nessa perspectiva, as questões conjunturais, trabalhadas por Carlota Carvalho em sua obra, a exemplo do que expõe Aldeman Correia em seu texto, colocam-na no rol dos intelectuais engajados. Sua contribuição para o debate acerca da polêmica em torno da criação da nova capital da república no planalto central, ao lado de outras questões, passa a ser marca recorrente, não apenas na obra da autora, mas da sua própria trajetória. A participação de Carlota em agremiações, como o IHGM, é exemplo disso.

4.1.3 O ingresso no Instituto de História e Geografia do Maranhão

“Os espaços de sociabilidades consistem, por excelência”, em um “pequeno mundo estreito no qual os intelectuais vinculam-se uns aos outros, por uma série de laços e afinidades, em torno de lugares de sociabilidade” (SILVA, 2013, p. 254). Um desses espaços, por excelência, de agregação dos intelectuais no Brasil, foi, sem dúvida, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que “amparado na noção de elite como grupo detentor de um certo poder e/ou como produto de uma seleção social” (GONÇALVES *in* OLIVEIRA e ARAÚJO, 2012, p. 226) se constituiu, em meados do século XIX, em um importante espaço de debate, de convivência e de legitimação das falas dos homens das letras, da nascente nação brasileira.

“A nação recém-independente precisava de um passado do qual pudesse se orgulhar e que lhe permitisse avançar com confiança para o futuro” (REIS, 2003, p. 25), e, é a partir dessa premissa que se formatam as bases para a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, no ano de 1838/39. Para Gonçalves (2012), a ideia de nação, capaz de gerar no povo

¹⁷⁵ Em Sartre, o presente “é o que realmente importa”, ou seja, “é a significação que a obra teve para os seus primeiros leitores, contemporâneos do autor”. Para ele, “o intelectual busca agir, por meio de sua própria escrita, sobre o mundo que é seu enquanto ator vivo, e não por meio da influência hipotética que pode esperar depois de sua morte, graças aos trabalhos deixados por suas obras que o farão eventualmente um ‘clássico’ ou um ‘imortal’” (LECRERC, 2004, p. 92).

brasileiro “o sentimento de pátria” com vistas a “formar o povo”, “ordeiro e trabalhador” para o “progresso do país”, ficou mais “evidente a partir da fundação de diversas instituições, como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o Real Colégio Pedro II e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a agremiação mais significativa entre os intelectuais brasileiros do século XIX” (OLIVEIRA e ARAÚJO, 2012, p. 227).

Depositário de uma importância capital para a constituição da história brasileira, criado ainda no momento da composição do segundo reinado brasileiro, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) atravessa todo o período do Segundo Império, chegando até meados do século XX como a principal instituição de agregação da intelectualidade brasileira (REIS, 2003, p. 25). Nascido no bojo do processo de consolidação do Estado Nacional, de acordo com Manoel Guimarães (1988), a criação do IHGB, logo nas primeiras décadas do pós-Independência, se organiza a partir da necessidade de viabilizar “um projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada” (GUIMARÃES, 1988, p. 6).

Para Guimarães (1988), embora o IHGB tenha cogitado, desde o momento de sua criação, descentralizações a partir de institutos provinciais vinculados ao Instituto Brasileiro, isto não se consolidou nas primeiras décadas de sua existência. Por muitos anos, foi uma instituição centralizadora, como a única fonte produtora de saber histórico no Brasil (GUIMARÃES, 1988, p. 5). Esse monopólio é parcialmente quebrado, apenas em 1862, com a criação do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, de foco regional e, posteriormente, com outros institutos de foco local, como o de São Paulo, em 1894, e o Mineiro, em 1907 (CALLARI, 2001, p. 60).

No Maranhão, a criação do Instituto é considerada tardia, em relação a outros estados mais tradicionais. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, em edição eletrônica de agosto de 2009, em matéria intitulada “Elitismo no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão”, assinada pelo sócio Leopoldo Gil Dulcio Vaz, apresenta um estudo da trajetória do Instituto a partir do marco inaugural de 2 de dezembro de 1925. Neste trabalho, o autor, por meio de um estudo feito nos arquivos do Instituto, apresenta o contexto de criação do IHGM e os intelectuais envolvidos na criação da agremiação. De acordo com o relato feito por Antônio Lopes da Cunha¹⁷⁶ (apud VAZ, 2009) acerca das mobilizações em torno da criação

¹⁷⁶ Antônio Lopes da Cunha (1889-1950) foi advogado, literato maranhense. Professor de Literatura Brasileira no Liceu Maranhense e de Filosofia do Direito na Faculdade de Direito do Maranhão. Marcando sua atuação com uma vasta erudição Jornalista, redigia “A Pacotilha” e “O Imparcial”. Em 1938, fundou com Mauricio Jansen e Urbano Pinheiro o “Diário do Norte”, folha que exerceu grande influência na mocidade intelectual de São Luís, pois acolhia generosamente aos jovens poetas e escritores. Foi um dos fundadores da Faculdade de Direito de São Luís (1918), ao lado de Fran Paxeco, Henrique Couto, Domingos Perdigão e outros (VAZ, 2009, p. 5-6).

do IHGM, Carlota é apresentada como a única mulher arrolada entre os intelectuais maranhenses inseridos no processo, galgando o *status* de sócia fundadora do Instituto:

Em 1925, tomei a iniciativa de reunir alguns homens de boa vontade na livraria do Wilson Soares, expondo-lhes a ideia de se comemorar o centenário de D. Pedro II com a inauguração, nessa capital, de um Instituto de História e Geografia. Os que prestaram apoio à ideia foram: Justo Jansen, Ribeiro do Amaral, José Domingues, Barros e Vasconcelos, Domingos Perdigão, José Pedro Ribeiro, José Abranches de Moura, Arias Cruz, Wilson Soares e José Pereira Gomes. Mais tarde incorporou-se a esse grupo João Braulino de Carvalho. Ausentes de São Luís, apoiaram calorosamente a ideia, Raimundo Lopes, Fran Pacheco, Carlota Carvalho e Antônio Dias, que também foram considerados sócios fundadores do Instituto (LOPES DA CUNHA apud VAZ, 2009, p. 128).

De acordo com a Revista do Instituto de História e Geografia do Maranhão (1926)¹⁷⁷, em 1925, foram criadas 30 cadeiras para sócios efetivos e 30 para sócios por correspondência. No entanto, apenas 13 para cada uma das modalidades foram preenchidas no ato de sua criação. “Após a nomeação de cada sócio efetivo, há uma pequena biografia de cada um com sua produção científico-literária” (REVISTA TRIMESTRAL DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO MARANHÃO, 1926 apud VAZ, 2009, p. 130). O irmão de Carlota, o jornalista João Parsondas de Carvalho é aceito como sócio efetivo no ano de 1926, juntamente com Virgílio Domingos da Silva, Domingos Américo de Carvalho e os sócios correspondentes Oliveira Lima¹⁷⁸ e Francisco Guimarães¹⁷⁹ (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO MARANHÃO, 1948 apud VAZ, 2009, p. 130).

O Jornal *Pacotilha*, de abril de 1938, (fl. 6), por meio do artigo, que tem como título “*Reverberas*”, assinado Raul de Oliveira, trata da política de estado e da reconstrução da

¹⁷⁷ Criado em 1926, o Instituto de História e Geografia do Maranhão que na sua renovada formação, em 1951, passaria a se chamar Instituto Histórico e Geográfico Maranhense (BORRALHO, 2011, p. 22).

¹⁷⁸ Manoel de Oliveira Lima (1867-1928) foi um escritor, crítico literário, diplomata, historiador e jornalista brasileiro. Representou o Brasil em diversos países e foi professor-visitante na Universidade Harvard. Membro-fundador da Academia Brasileira de Letras. Apaixonado por livros, colecionou-os ao longo de sua vida e montou o terceiro maior acervo sobre o Brasil, perdendo somente para a Biblioteca Nacional do Brasil e para a biblioteca da Universidade de São Paulo. A Biblioteca Oliveira Lima, situada na Universidade Católica de Washington, Estados Unidos, tem 58 mil livros além de correspondência trocada com intelectuais, mais de seiscentos quadros e incontáveis álbuns de recortes com notícias de jornais. Publicou numerosas obras de história, entre elas: *Memória sobre o descobrimento do Brasil*, *História do reconhecimento do Império*, *No Japão*, *Secretário Del-Rei*, *Dom João VI no Brasil*. (https://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel_de_Oliveira_Lima).

¹⁷⁹ Francisco Guimarães (?-1946) foi um jornalista e dramaturgo brasileiro, um dos cronistas mais populares de sua época. Sua data de nascimento é incerta, tendo ocorrido por volta do final da década de 1870, ou começo da de 1880. Filho de trabalhadores negros, representa um dos muitos descendentes de escravos que, na capital, procurou novas formas de sustento e afirmação após o fim da servidão. Trabalhou em vários jornais, onde registrou os costumes e a cultura de negros e mestiços que viviam no Rio de Janeiro, do qual o samba veio a ser o mais visível símbolo. Nos seus escritos assinava sob o pseudônimo de Vagalume, e quando trabalhando para o Jornal do Brasil lançou uma coluna pioneira a divulgar notícias sobre o carnaval que, em seguida, foi imitada pelos demais jornais (https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Guimar%C3%A3es).

economia maranhense. No presente artigo, o autor tece considerações para o que chamou de “*sector cultural*”, no qual o Maranhão, segundo o redator, não podia ser apenas uma sombra do passado. Referindo-se à inatividade por parte do IHGM naquele momento da conjuntura política do estado, Raul Oliveira afirma que *há uma instituição que merece ser restaurada, porque a sua inexistência constitui para os maranhenses motivos de pesar, que é o Instituto de História e Geographia do Maranhão* (PACOTILHA, de abril de 1938, fl. 6). Ainda, de acordo com o mesmo autor (1938), compuseram a equipe de sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, IHGM, os seguintes intelectuais (figura 39):

Figura 39: Fundação e composição da primeira equipe de sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, IHGM

Fundado a 2 de Dezembro de 1925, o Instituto teve como socios fundadores os srs. dr. Antonio Lopes da Cunha, padre Arias Cruz, Abranches de Moura, des. Barros e Vasconcellos, prof. Domingos de Castro Perdigão (fallecido), dr. José Domingues da Silva, padre José Ferreira Gomes, José Pedro Ribeiro (fallecido), dr. Justo Jansen Ferreira (fallecido), prof. José Ribeiro do Amaral (fallecido), Wilson da Silva Soares; como socios effectivos : eng. Antonio Dias, <u>d. Carlota Carvalho</u>, dr. Fran Paxeco, prof. Raymundo Lopes da Cunha, cel. Virgilio Domingues da Silva fallecido), des. Domingos Americo de Carvalho; como so-	cios correspondentes : dr. João Traulino de Carvalho Filho (Amazonas), dr. Abdias Neves (Piauhy), Barão de Stuart (Ceara), dr. Mario Aello (Pernambuco), J. Capistrano de Abreu, Rocha Pombo, dr. Viveiros de Castro; dr. Rodolpho de Azevedo, general Tasso Fragoso, dr. Dunshee de Abranches, dr. Jax Fleuiss, dr. Nogueira da Silva, dr. Alcides Bezerra (Rio de Janeiro), dr. Paulo Prado (S. Paulo), dr. Miranda Carvalho (Santa Catharina), dr. Oliveira Lima (Estados-Unidos), dr. J. Lacerde Azevedo (Portugal).

Fonte: PACOTILHA, s.d. de abril de 1938, p. 6¹⁸⁰ (*grifo nosso*)

A presença feminina na composição de sócios fundadores do IHGM no ano de 1925 se restringiu a Carlota Carvalho, sendo que a inserção de outras mulheres no Instituto maranhense

¹⁸⁰ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00135.0072 - Rótulo: 168319_02 Ano1938\Edição01113(2). Disponível: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_02&PagFis=32276&Pesq=carlota%20Carvalho

só veio a ocorrer algumas décadas depois. Dentre as mulheres que passarão a posteriormente integrar o IHGM, estão Maria José Freitas¹⁸¹, que, em 1956, seria eleita sócia efetiva e fundadora da cadeira 38 e, também, Rosa Mochel Martins¹⁸² que integrou a Academia na condição de sócia efetiva em substituição ao sócio fundador Rubens Ribeiro Amaral, falecido em 1956 (VAZ e REINALDO, 2013, p. 36-40). Outro nome é o de Ariceya Moreira Lima da Silva, bibliotecária do Instituto, desde 1951, e que passou a assumir a cadeira 34 em substituição ao Monsenhor Ladislau Papp, em 1984. Foi nesse período, década de 1980, que muitas mulheres conseguiram ingressar no Instituto, a exemplo de Laura Rosa dos Reis¹⁸³ (1984), que se tornaram sócias na condição de membros correspondentes, como Clara Pandolfo (PA)¹⁸⁴, Vera Pandolfo Ribeiro (PA), Rita Violeta Germana (RJ), Edelvira Marques de Moraes Barros (MA) (VAZ e REINALDO, 2013, p. 42).

No quadro de sócios por correspondência, constata-se a presença feminina desde a década de 1940. Na lista de sócios divulgada pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (1948 apud VAZ e REINALDO, 2013, p. 24), constam os nomes de Heloísa Torres¹⁸⁵ e Lúcia Miguel Pereira¹⁸⁶, ambas eleitas em 15 de setembro de 1947 e de Virgínia

¹⁸¹ Embora a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (2013) apresente Maria José Freitas como a sócia fundadora da cadeira 38, em 1956, José de Ribamar Seguins (Mulheres no Comando, s.d., p.111), afirma: “Duas mulheres de destaque intelectual da terra formam indicadas e tiveram os seus nomes aprovados para fazer parte do IHGM, as professoras Rosa Castro e Maria Freitas, mas não assumiram as suas cadeiras por motivos que justificaram” (apud VAZ e REINALDO, 2013, p. 133).

¹⁸² Rosa Mochel (1919-1985), foi a primeira mulher a formar-se em engenharia agrônoma pela então escola de agronomia do Maranhão, hoje, integrada a UEMA, era bacharel em história e geografia, foi professora de geografia de escolas da educação básica de São Luís e da Universidade Federal do Maranhão, além de ter ocupado cargos de assessoria técnica em vários órgãos do estado. Como geógrafa, participou na elaboração da “nova Carta do Estado”. Rosa, ainda executou estudos das linhas divisórias e demarcações de vários municípios maranhenses. Publicou vários trabalhos sobre agronomia, folclore, geografia e história, mas o mais conhecido é a proposta didática “Conheça o Maranhão” de 1971. (O IMPARCIAL, 29 de Maio de 2019).

¹⁸³ Laura Rosa dos Reis (1884-1976), professora, conferencista e escritora maranhense do século XIX. Com o pseudônimo de Violeta Campos adentrou ao mundo da literatura na década de 1920, escrevendo crônicas e poesias. Em 1943, abalizada pela obra “Promessa”, tornou-se a primeira mulher a ocupar cadeira na Academia Maranhense de Letras (<https://imirante.com/namira/maranhao/noticias/2014/03/08>).

¹⁸⁴ Clara Pandolfo (1912-2009), química paraense com vasta atuação em pesquisas sobre a Amazônia brasileira. Desenvolveu pesquisas tecnológicas sobre matérias primas regionais. Por mais de 20 anos exerceu atividades nos laboratórios locais como Química dos Laboratórios de Bromatologia e de Hipodermia da Diretoria de Saúde Pública do Pará e do Laboratório de Biologia da Santa Casa de Misericórdia do Pará, neste organizando e dirigindo, por vários anos, uma Seção de Hipodermia e Produtos Injetáveis. Durante esse período realizou também estudos sobre espécies oleaginosas da Amazônia. Exerceu o magistério secundário e superior, como professora de Química, na Escola de Enfermagem do Pará e na antiga Escola Superior de Química do Pará, de onde foi professora fundadora e, por vários anos, Diretora, posteriormente incorporada à Universidade Federal do Pará (<https://www.recantodasletras.com.br/biografias/2732886>)

¹⁸⁵ Heloísa Alberto Torres (1895-1977) foi uma antropóloga brasileira, reconhecida pelo estudo de cerâmicas marajoaras. Foi diretora do Museu Nacional e compôs o Conselho Nacional de Proteção ao Índio que chegou a presidir, instituição que foi substituída pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o qual colaborou com a criação. Tornando-se a primeira mulher a ingressar como professora da Divisão de Antropologia e Etnografia e uma das primeiras mulheres funcionárias do museu (https://pt.wikipedia.org/wiki/Helo%C3%ADsa_Alberto_Torres).

¹⁸⁶ Lúcia Miguel Pereira (1901 - 1959), crítica literária, romancista, ensaísta, tradutora e biógrafa brasileira. Chamada de “Madame du Staël do século XX” pela importância de sua produção intelectual no Brasil, tendo

Rau¹⁸⁷ como sócia correspondente de Portugal no IHGM, nos anos 1954-1956. A primeira mulher a dirigir o Instituto maranhense foi Eneida Vieira da Silva Ostria Canedo, no período de 2006-2010 (VAZ e REINALDO, 2013, p. 31).

Vale destacar a presença pioneira de Carlota no Instituto maranhense, uma vez que o IHGB só “passou a contar com a participação feminina” no seu quadro social em 1965. De acordo com as informações contidas no site do IHGB (2019)¹⁸⁸, “a primeira mulher a ser admitida” no quadro do Instituto foi “a historiadora Virginia Rau”, na qualidade de “correspondentes portugueses”, enquanto que “A primeira brasileira a fazer parte do quadro social foi a professora Isa Adonias, eleita em 1968”. Já a professora Cybelle Moreira de Ipanema foi a primeira mulher a integrar a Diretoria no período de 1986-1987.

De acordo com Edney Christian Thomé Sanchez (2003), o IHGB foi, durante todo o século XIX, uma associação exclusivamente masculina, sendo que essa exclusão do feminino em suas fileiras resistiu até meados do século XX. Nesse período, as mulheres não tiveram espaço de participação na agremiação “entre os sócios efetivos, honorários ou sequer entre os correspondentes”, apesar da ocorrência de tentativas, como o caso da proposta para a admissão da poetisa mineira, Beatriz Francisca de Assis Brandão, em 25 de outubro de 1850 (SANCHEZ, 2003, p. 41).

O caso de Beatriz Francisca de Assis Brandão se tornou emblemático, não apenas por ter sido a primeira proposta de admissão feminina, mas, em especial, pelo debate que causou em torno da participação da mulher em espaços de produção intelectual. Para além do resultado da análise do pedido, expedido pela comissão composta pelos acadêmicos Antônio Gonçalves

ajudado a consolidar a geração de prosadores modernos da década de 1930 por meio de ensaios e artigos de jornal. Escreve crítica propositiva, que estabelece diálogo com as obras assim que são publicadas. Colaborou com periódicos, escreveu para O Estado de S. Paulo, Correio da Manhã, Gazeta de Notícias, Revista do Brasil, Boletim de Ariel, A Ordem e Lanterna Verde. Participou da formação de algumas revistas, entre estas a Movimento. Coordenou a biblioteca do museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Traduziu O Tempo Redescoberto, parte da obra Em Busca do Tempo Perdido, do escritor francês Marcel Proust (1871 - 1922), publicada em 1958 pela Editora Globo (<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa6362/lucia-miguel-pereira>).

¹⁸⁷ Virgínia Roberts Rau (1907-1973) foi professora catedrática da Universidade de Lisboa durante vinte anos, fundou, em 1958, o Centro de História da Universidade de Lisboa, então Centro de Estudos Históricos). A sua obra como historiadora, transversal cronológica e geograficamente, é balizada por um lado pela formação medieval do reino e por outro pelo seu processo moderno de atlantização. É autora de uma vasta obra historiográfica, como: *Dona Catarina de Bragança, rainha de Inglaterra*, Coimbra Ed., 1941; *Subsídios para o estudo das feiras medievais portuguesas*, Lisboa, [1943] (tese de licenciatura, reeditada pela Presença, 1982); *Sesmarias medievais portuguesas*, Lisboa, [1946] (tese de doutoramento, reeditada pela Presença, 1982); *A casa dos Contos*, Coimbra, 1951; *A exploração e o comércio do sal de Setúbal*, Lisboa, 1951; *Elementos para a história bancária de Portugal (1797-1820)*, Lisboa, 1963; e *Portugal e o Mediterrâneo no século XV: alguns aspectos diplomáticos e económicos das relações com a Itália*, Lisboa, 1973 (<http://www.centrodehistoria-flul.com/virginia-rau.html>).

¹⁸⁸ Disponível: <https://www.ihgb.org.br>.

Dias¹⁸⁹ e Joaquim Manuel de Macedo¹⁹⁰, que votaram pelo indeferimento, usando o argumento de que a candidatura da poetisa não era apropriada ao Instituto que, segundo eles, tinha seu interesse restrito aos estudos Geográficos e Históricos (SANCHEZ, 2003). Vale ressaltar que os argumentos utilizados para o indeferimento partem de uma comissão formada por dois literatos, sendo que se estes critérios fossem realmente aplicados, os dois renomados poetas também não teriam assento no IHGB.

Para além das questões de gênero que o caso revela, Sanchez destaca duas questões que parecem suficientemente relevantes nesse debate acerca da candidatura de Beatriz Brandão para as fileiras do IHGB, na qualidade de sócia honorária. A primeira delas é que a candidata em questão era prima de Maria Joaquina Dorotéia de Seixas Brandão,¹⁹¹ o que fazia de Beatriz Brandão uma candidata natural, sendo que seu nome gozava de prestígio nos espaços acadêmicos de então. A indicação de Beatriz Brandão à classe dos sócios honorários sugere que ela possuía certo renome, pois esta categoria era reservada “às pessoas que, por sua avançada idade, consumado saber e distinta representação, estejam no caso de dar credito ao Instituto”, conforme os Estatutos em vigor (ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, 1839 *apud* SANCHEZ, 2003, p. 42). Portanto, a origem familiar e as relações com o mundo literário tinham muita significância na indicação para sócio honorário.

A outra questão de relevância nesse debate, apontada por Sanchez, trata-se da indicação e também de sua defesa entre os pares. Beatriz Brandão fora indicada por Joaquim Norberto de

¹⁸⁹ Antônio Gonçalves Dias (1823-1864) foi um poeta, professor, jornalista e teatrólogo brasileiro. É lembrado como o grande poeta indianista da Primeira Geração Romântica. Deu romantismo ao tema índio e uma feição nacional à sua literatura. Maranhense da cidade de Caxias, formado em Direito pela Universidade de Coimbra, Gonçalves Dias foi um dos mais destacados poetas líricos da literatura brasileira. É Patrono da cadeira nº. 15 da Academia Brasileira de Letras. Autor do famoso poema "Canção do Exílio", do épico *I-Juca-Pirama* e muitos outros poemas nacionalistas e patrióticos. Foi um ávido pesquisador das línguas indígenas e do folclore brasileiro. (<https://www.ebiografia.com/goncalvesdias>).

¹⁹⁰ Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882) foi um escritor brasileiro. A Moreninha, sua obra-prima, deu origem ao romance romântico brasileiro. Foi preceptor dos netos do Imperador Pedro II. É Patrono da cadeira nº. 20 da Academia Brasileira de Letras. Joaquim Manuel de Macedo nasceu em Itaboraí, Rio de Janeiro. Formou-se em Medicina em 1844, e no mesmo ano publicou o romance “A Moreninha”, que foi muito apreciado pelo público da época. Em 1849 fundou a “Revista Guanabara”, juntamente com Gonçalves Dias e Porto Alegre (https://www.ebiografia.com/joaquim_manuel_de_macedo).

¹⁹¹ Maria Joaquina Dorotéia de Seixas Brandão (1767-1853) foi uma das mulheres envolvidas na Inconfidência Mineira e noiva do inconfidente, jurista e poeta Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810). Apontada por alguns autores como sendo Marília, personagem presente na obra de Tomás Antônio Gonzaga *Marília de Dirceu*, uma das obras mais emblemática do arcadismo luso-brasileiro, publicado em 1792. Consta que após o exílio de Tomás Antônio, Maria Dorotéia jamais se recuperou do desfecho infeliz, permanecendo solteira, vagando pelas ruas da cidade até morrer aos 85 anos de idade. Mesmo assim, acabou virando a “noiva da Inconfidência”. A história de Dorotéia Brandão, inspirou muitos mitos acerca das mulheres envolvidas na inconfidência, o mais popular é que as mulheres envolvidas na rebelião acabaram enlouquecidas, isoladas do mundo e em extrema pobreza. (<https://www.todamateria.com.br/marilia-de-dirceu/>; <https://www.oselo.com.br/artigo/maria-doroteia-joaquina-de-seixas-brandao/>;

Sousa e Silva, João José de Sousa Silva Rio e Luiz Antônio de Castro, que não estavam entre os nomes de maior prestígio dentro do Instituto. Dessa forma, para o autor “a proposta para a admissão de D. Beatriz Brandão nasceu sem grandes padrinhos” (SANCHEZ, 2003, p. 44).

A participação de Carlota nas fileiras do IHGM, ao lado de figuras de renome, se constitui um sinal claro do reconhecimento de sua inteligência, além, é claro, de evidenciar o bom relacionamento que a autora de “O Sertão” mantinha com os letrados da época em questão. O caso que envolve a indicação e a não aceitação de Beatriz Brandão às fileiras do IHGB, para além das questões que envolvem a importância do nome e as redes de relações na qual se inseria o/a indicado/a, traz à tona as barreiras impostas às mulheres nos espaços de erudição. Apesar da significativa distância temporal entre Beatriz Brandão e Carlota Carvalho, a questão que destacamos pode ser bem ilustrativa, não apenas dos limites impostos às mulheres nesses espaços, mas, também, dos critérios e dos esforços mobilizados para ingresso nas agremiações acadêmicas. No caso de Carlota, na condição de sócia fundadora do IHGM, ganha bastante relevo, não apenas pela superação das barreiras relacionadas ao gênero, mas pelos critérios quanto ao cabedal intelectual da indicada, que foram válidos para Beatriz Brandão e continuavam fortes quanto a ocupação nos espaços das agremiações.

A indicação de Beatriz Brandão ao IHGB evidencia a importância do nome, da origem e da rede de relações na qual o candidato se insere. Mas deve-se também considerar quem indica, o conteúdo da defesa, e o capital político acumulado por quem propõe, pois “não existe o intelectual isolado” (LECLERC, 2004, p. 73). Para Leclerc (2004, p. 73), a importância da comunicação entre os colegas é uma forma de conferir notoriedade e dar visibilidade ao papel da palavra pública enquanto forma de engajamento intelectual.

Robert Darnton (1987), ao tratar da carreira Jean-Baptista-Antoine Suard, faz referência às características individuais e às relações sociais enquanto atributos importantes para a ascensão do filósofo iluminista no seleto espaço dos letrados da Paris do final do século XVIII e início do XIX. Para o historiador, o iluminista Suard saíra de sua província com 20 anos, chegando em “Paris exatamente a tempo de participar do entusiasmo que cercava a *Encyclopédie* na década de 1750”. Possuidor “de três virtudes: boa aparência, boas maneiras e um tio parisiense. Tinha também cartas de apresentação para amigos de amigos. Seus contatos sustentaram-no por alguns meses, enquanto aprendia inglês o bastante para aguentar-se como tradutor”. Conheceu e “cativou abbé Raynal, que o inseriu na elite sócio-cultural, conhecida como *le monde*” (DARNTON, 1987, p. 15 -16). Indicado por Raynal tornou-se preceptor de crianças bem nascidas, e redator de ensaios sobre os heróis do dia – Voltaire, Montesquieu,

Buffon. Passou a frequentar os *salons*, a concorrer a prêmios nas academias provincianas e a publicar fragmentos literários no *Mercure* (DARNTON, 1987, p. 16).

Essa forma de indicação também pode ser observada nas agremiações de intelectuais brasileiros do XIX e início do século XX, segundo Guimarães (1988, p. 5). Para o autor, em tais instituições o espaço não está sujeito à competição acadêmica, próprio das Universidades europeias, porém a escolha se dá a partir das relações sociais, bem nos moldes das academias ilustradas que conheceram seu auge na Europa nos fins do século XVII e início do século XVIII.

Em 1925, ano da fundação do IHGM, o prestígio de Carlota no mundo das letras estava em alta. A obra “O Sertão”, recém lançado, era objeto de comentários tanto no meio intelectual maranhense, como na capital da república, ocupando espaços privilegiados em importantes jornais. Além disso, ela se encontrava inserida nas relações pessoais do irmão João Parsondas de Carvalho. Parsondas era reconhecido como intelectual, tinha envolvimento nos espaços editoriais de jornais, era membro da Associação Brasileira de Imprensa e ministrava com frequência conferências acerca dos assuntos políticos, históricos e geográficos. Com boas relações no campo literário e jornalístico tanto no estado do Maranhão, como fora dele, Carlota contou com o prestígio suficiente – e requisitado – para integrar à equipe de intelectuais construtores do Instituto Histórico e Geográfico Maranhense em 1925.

4.2 A PRODUÇÃO INTELECTUAL DE CARLOTA CARVALHO NA IMPRENSA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

No que se refere à produção intelectual, Carlota Carvalho escreveu vários artigos em periódicos, a maior parte deles no jornal *Diário de São Luiz*, com o qual colaborava. Escreveu sobre assuntos relacionados à política, à cultura, à história e à educação, tratando de temas sobre o sertão, sua natureza e sua gente. Além dos fatos históricos e geográficos que haviam marcado e caracterizavam a região sertaneja do Maranhão, seus escritos trataram de questões relacionadas ao cotidiano do homem e da mulher sertaneja do período em que viveu.

Os artigos de Carlota Carvalho, localizados em periódicos maranhenses da primeira metade do século XX, possuem um apelo social muito forte, refletindo uma forte preocupação com os problemas da realidade de seu tempo. A maioria dos artigos, segundo ela, além de terem sido publicados em jornais, compunham o livro “Factos e Contos”, que permanece inédito porque não foi ainda localizado.

Quadro 2: Demonstrativo das publicações de Carlota Carvalho

ARTIGO	EDIÇÃO Nº	PUBLICAÇÃO
O medo do diabo: Recordações da infância (parte 1)	214	Diário de S. Luiz, 25 set.1924
O medo do diabo: Recordações da infância (parte 2)	216	Diário de S. Luiz, 26 set.1924
Deus não vê: um prodígio da fé (parte 1)	222	Diário de S. Luiz, 2 out.1924
Deus não vê: um prodígio da fé (parte 2)	223	Diário de S. Luiz, 3 out.1924
A Rôla Ferida (parte 1)	226	Diário de S. Luiz, 7 out.1924
A Rôla Ferida (parte 2)	228	Diário de S. Luiz, 9 out.1924
A Rôla Ferida (parte 3)	229	Diário de S. Luiz, 10 out.1924
Uma Boiada	233	Diário de S. Luiz, 16 out.1924
O Sertão	243	Folha do Povo, 18 out.1924
Anna de Freitas (parte 1)	248	Diário de S. Luiz, 3 nov.1924
Anna de Freitas (parte 2)	249	Diário de S. Luiz, 4 nov.1924
Anna de Freitas (parte 3)	250	Diário de S. Luiz, 5 nov.1924
Anna de Freitas (parte 4)	251	Diário de S. Luiz, 6 nov.1924
Paiz Ideal	253	Diário de S. Luiz, 8 nov.1924
Joanna Boa (parte 1)	256	Diário de S. Luiz, 12 nov.1924
Joanna Boa (parte 2)	257	Diário de S. Luiz, 13 nov.1924
A paisagem (parte 1)	261	Diário de S. Luiz, 18 nov.1924
A paisagem (parte 2)	262	Diário de S. Luiz, 19 nov.1924
A jovem Sertaneja	263	Diário de S. Luiz, 20 nov.1924
A madrinha imposta (parte 1)	264	Diário de S. Luiz, 21 nov.1924
A madrinha imposta (parte 2)	265	Diário de S. Luiz, 22 nov.1924
A madrinha imposta (parte 3)	266	Diário de S. Luiz, 24 nov.1924
A madrinha imposta (parte 4)	267	Diário de S. Luiz, 25 nov.1924
A madrinha imposta (parte 5)	268	Diário de S. Luiz, 26 nov.1924
A Lucta pela Vida	271	Diário de S. Luiz, 28 nov.1924
A Lucta pela Vida	272	Diário de S. Luiz, 29 nov.1924
Desidério (parte 1)	276	Diário de S. Luiz, 5 dez.1924
Desidério (parte 2)	277	Diário de S. Luiz, 6 dez.1924
Desidério (parte 3)	278	Diário de S. Luiz, 8 dez.1924
Nos Vãos da Imaginação	283	Diário de S. Luiz, 13 dez.1924
Viagens I: A Cinta. Estradas que cruzam. O Flores e Burity dos Barros. Uma floresta de bacurizeiros. Opulência da natureza. O pau-ferrado. Crimes inéditos.	289	Diário de S. Luiz, 20 dez.1924
Viagens II: A Cinta. Estradas que cruzam. O Flores e Burity dos Barros. Uma floresta de bacurizeiros Opulência da natureza. O pau-ferrado. Crimes inéditos.	291	Diário de S. Luiz, 23 dez.1924
Viagens III: A Cinta. Estradas que cruzam. O Flores e Burity dos Barros. Uma floresta de bacurizeiros	292	Diário de S. Luiz, 25dez.1924

Opulência da natureza. O pau-ferrado. Crimes inéditos.		
Porto Franco	303	Diário de S. Luiz, 08 jan.1925

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos dos jornais *Diário de S. Luiz* e *Folha do Povo* (1924-1925)¹⁹².

As fontes apontam que a produção jornalística de Carlota Carvalho, ocorreu, em sua maioria, na década de 1920, especialmente no ano de 1924, período em que, de volta ao Maranhão, após uma temporada no Rio de Janeiro, onde acompanhou a publicação do livro “O Sertão”, passou a se dedicar à divulgação da obra e a frequentar o ambiente das redações dos jornais.¹⁹³ É nesse período que Carlota adquire reconhecimento enquanto escritora da comunidade letrada, passando a escrever nos jornais e a frequentar com assiduidade os espaços de circulação da intelectualidade maranhense. Os jornais foram o *locus* privilegiado para a publicação de seus artigos, a divulgação de suas teses e elaboração de debates.

Para Miceli (2001, p. 17), “em termos concretos, toda a vida intelectual” da primeira metade do século XX “era dominada pela grande imprensa, que constituía a principal instância de produção cultural da época, e que fornecia as maiores gratificações e posições intelectuais”. Pode-se dizer que as “engrenagens por onde se efetiva o meio intelectual está na criação e produção da imprensa – jornais, revistas, etc.” (FRAGA, 2017, p. 35), se constituindo, não apenas como espaços de criação, mas também como locais de sociabilidades, onde os intelectuais, em “torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver”, transformam o ambiente dos jornais em espaços de convivência (SIRINELLI, 2003, p. 248).

No século XIX e nas primeiras décadas do XX, escritores e literatos tinham os jornais como o espaço privilegiado do debate público. Para a historiadora Ângela de Castro Gomes, os periódicos eram espaços, por excelência, de circulação das ideias. Foram também os “principais canais de divulgação da produção cultural brasileira, quer ela assumisse a forma de romance, contos ou ensaios”. (2014, p. 9).

Embora desenvolvessem profissionalmente outras funções, era na escrita, mediada pelos jornais e periódicos, que os intelectuais se inseriam no debate público. Nesse sentido,

¹⁹² Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira /Diário de S. Luiz (MA),1924-1925.

Disponível:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093874&pesq=carlota%20Carvalho&pasta=ano%20192>

¹⁹³ Conforme demonstra o Quadro 2, é possível afirmar que Carlota praticava, com frequência, a escrita nos jornais. Por meio dessa pesquisa, localizamos uma quantidade razoável de artigos, contos e ensaios de sua autoria nos periódicos, que podem nos dar uma noção dos temas de preocupações, leituras e diálogos.

Schwarcz (1993) remete a Sevcenko (1983), que, ao analisar dois autores desse período, Lima Barreto e Euclides da Cunha, observa a correlação entre a figura do intelectual e do jornalista, durante a Primeira República”. Dessa forma, introduzindo a figura do “intelectual missionário”, o autor refere-se àquele intelectual que “nesse momento sai de seus recintos mais protegidos de produção intelectual para alcançar os jornais e as esferas públicas de debate (SCHWARCZ, 1993, p. 197-198).

De alguma forma a presença desses intelectuais nos jornais se configurava como algo que somava às suas tão diversificadas atuações. Muitos intelectuais eram multifuncionais, mantinham a ação jornalística como forma possível de se alcançar o debate público e da convivência com os pares. De acordo com Schwarcz (1993):

Era comum a circulação de intelectuais em diferentes instituições. Silvio Romero, por exemplo, era membro da Faculdade de Direito de Recife, do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, e da Academia Brasileira de Letras (além de colaborar numa série de jornais); Von Ihering, diretor do Museu Paulista, publicava seus artigos com frequência nas revistas do Museu Goeldi, do Instituto Historico e Geographico de São Paulo, e da Faculdade de Direito de São Paulo (p.186)

Segundo Gomes (2014, p. 9), a despeito da efemeridade da escrita jornalística e da dificuldade de se localizar e preservar, com o passar do tempo, esse tipo de fonte tem sido essencial para as pesquisas¹⁹⁴ acerca “das histórias da literatura e do pensamento social brasileiro que vêm cada vez mais reconhecendo e valorizando a escrita que se fazia nesses periódicos”. O número de autores, consagrados ou não, que escreveram sistematicamente ou contribuíram para esse tipo de veículo, reforça a ideia da “imprensa como vetor cultural”, da mesma forma que “são numerosos os romances e ensaios que primeiro ocuparam as folhas de jornais ou revistas – como os conhecidos folhetins – para só depois ganharem o suporte do livro. (GOMES, 2014, p. 9). Nesse rol de escritores, segundo Gomes (2014), se inserem alguns, de fama indiscutível, dentre os quais “vale mencionar”:

José de Alencar publicou *O Guarani*, em 1857, nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro* e Machado de Assis usou *O Globo* como veículo para seus romances *A mão e a luva* e *Helena*, antes da Editora Garnier publicá-los. Lima Barreto também se serviu dos jornais, tanto como suporte material (em vários sentidos), quanto como forma de inspiração para seus romances e crônicas. Alberto Torres, político fluminense reconhecido nos anos 1930 como pensador nacionalista, foi sistemático colaborador de jornais, que considerava veículos de propagação de ideias novas. Foi de um conjunto de artigos

¹⁹⁴ O fato de os jornais se constituírem em bases privilegiadas da produção e circulação de ideias nos anos finais do império e primeira metade do século XX tem cada vez mais aproximado as pesquisas que tratam desse período, dos periódicos. Essa aproximação tem elevado sobremaneira o *status* dos periódicos enquanto fonte para os estudos acerca dos intelectuais do período em questão.

inicialmente publicados na imprensa que ele selecionou material para dois de seus livros: *Vers la paix* e *Le problème mondial*. Capistrano de Abreu, o grande historiador, publicou, na *Gazeta de Notícias* (...). Por fim, Monteiro Lobato, o maior nome na inovação do mercado do livro e da literatura infantil nas primeiras décadas do século XX (GOMES, 2014, p. 9).

Dessa forma, os textos de Carlota, publicados nas páginas dos jornais na primeira metade do século passado, faziam parte de uma prática comum entre os escritores do período. Essa lógica estava totalmente inserida no campo das estratégias utilizadas pelos intelectuais que prioritariamente usavam desse expediente para a divulgação, em “primeira mão”, de seus escritos, que podiam ser em forma de encarte ou não. Apesar da “fragmentação” desse tipo de produção, comum aos intelectuais do final do século XIX e primeira metade do século XX, “em grande parte efêmera (devido aos meios de sua divulgação)”, esse tipo de escrita “também ajudou a legitimar nomes e obras”, conforme afirma Gontijo (2006, p. 51).

A escrita nos jornais e periódicos, para os intelectuais desse período, era a forma possível, de se tornar conhecido e de fazer as ideias circularem mais rapidamente. Para além das dificuldades na publicação de livros, soma-se o fato de os periódicos serem mais acessíveis, constituindo-se no meio mais eficiente de colocar-se na pauta do debate público. Ademais, o livro era um artefato “raro e caro”, sendo o seu acesso um privilégio para poucos (GOMES, 2014, p. 9). As publicações de livros, segundo Velasques (2000) acabavam sofrendo com o número reduzido de editoras e os altos custos das edições. Não raro foram os casos em que os próprios escritores tiveram que bancar as edições de suas obras, “o que exigia recursos e coragem” (GOMES, 2014, p. 9).

As poucas editoras existentes estavam geralmente localizadas no Rio de Janeiro. As mais famosas, como a Guarnier, Briguiet e Francisco Alves, publicavam, normalmente, autores consagrados (VELASQUES, 2000, p. 161-162). Para a publicação de livros era necessário contar com uma forte rede de influência, ou já ser um nome conhecido, como no caso de alguns literatos famosos cujas publicações contribuíam para o sucesso das editoras (VELASQUES, 2000, p. 162). Exemplos disso são os escritores “Olavo Bilac e Coelho Neto”, que de tão famosos, além de aliados dos modelos “entendidos como manuais cívico-patrióticos”, muito utilizados como compêndios educacionais nas primeiras décadas do século XX, gozavam da preferência editorial. Algumas “casas editoras, como a Francisco Alves, do Rio de Janeiro, se interessaram em publicá-los e até mesmo a encomendá-los” (GOMES, 2014, p.10).

Para a inserção nas redes de influência, os jornais e periódicos eram os espaços fundamentais para a aproximação e diálogo entre intelectuais, “para o desenvolvimento de suas ideias e sensibilidades” e “(...) de seus projetos político-culturais” (GOMES, 2014, p. 8).

Para escrever, pintar, compor, o intelectual precisa estar envolvido em um circuito de sociabilidade que, ao mesmo tempo, situa-o no mundo cultural e permite-lhe interpretar o mundo político e social de seu tempo. Intelectuais são, assim, homens cuja produção é sempre influenciada pela filiação a associações e instituições, e pelo pertencimento a uma série de grupos e “lugares de sociabilidade”, que podem ser mais ou menos formais, além de marcados por práticas culturais tanto de oralidade como de escrita (GOMES, 2014, p. 8).

Essa rede de sociabilidades, necessária para o sucesso no mundo das publicações, seja sob a forma de livros ou de artigos de jornal, era fundamental para a inserção no mundo dos homens de letras e para o respeito, sendo, por isso, apropriada a expressão recorrente entre os historiadores de que “se escreve para os pares”. Os jornais eram as grandes tribunas nas quais eram travados os intensos debates, onde eram anunciadas as críticas que as publicações haviam recebido dos pares. Quase sempre, perpassadas por afetos e desafetos, as publicações expunham os escritores, dando a eles visibilidade por meio de um debate público sobre suas ideias.

Nesse quesito, em que a escrita está quase sempre endereçada à crítica audaz dos desafetos, vale ressaltar que a preocupação com o “outro” é, também, uma marca no mundo das produções entre os intelectuais. Ao tratar daquilo que chamou “influência da sensibilidade”, Sirinelli traz à tona as palavras redigidas por Sartre por ocasião da morte de Camus. De acordo com o autor, Sartre dizia: “Estávamos brigados, ele e eu: uma briga não é nada – mesmo que não se veja nunca mais um ao outro -, apenas uma outra maneira de viver junto e sem se perder de vista no pequeno mundo estreito que nos foi dado”. As “brigas” existentes entre Sartre e Camus evidenciam uma nova forma de convivência que marcou suas vidas, pois, embora havendo adversidade na relação, a escrita e ambos havia sido, em parte, abalada por essa polêmica. O distanciamento entre os dois, de acordo com Sartre, não o havia impedido de pensar em Camus, “de sentir seu olhar na página do livro, no jornal que ele lia, e de me dizer: O que será que ele diz disso? Que será que ele está dizendo disso neste momento?” (SIRINELLI, 2003, p. 252).

4.2.1 “Factos e Contos”

“Uma cidade sem jornal é como uma fonte sem água”. Com estas palavras, de autoria do viajante Antônio Bezerra, Marta Emísia Jacinto Barbosa e Jorge Luiz Ferreira Lima (2008), em artigo intitulado “História, imprensa e redes de comunicação”, introduzem o debate sobre a palavra escrita na região sertaneja, mais especificamente na região do sertão cearense. De acordo com os autores, as anotações feitas pelo viajante oitocentista Antônio Bezerra,

registradas em sua obra *Notas de Viagem*, são cruciais para o entendimento da circulação de ideias na região sertaneja do estado do Ceará, mas que também pode ser estendida para a compreensão da propagação de notícias e da leitura nos anos finais do século XIX e primeira metade do século XX.

Segundo Barbosa e Lima (2008), nos caminhos dos sertões também circulavam jornais e, para o viajante Bezerra, “o jornal é o livro do povo”. Onde o livro não chegava, o jornal se apresentava de forma quase absoluta (BARBOSA; LIMA, 2008, p. 38). Essa afirmação de Bezerra, feita em um momento da história do Brasil em que o número de leitores era insignificante, a princípio pode soar estranho. Porém, a partir de sua experiência, como nos sugerem Barbosa e Lima (2008), é possível, não apenas, pensar sobre como se constituiu um circuito de materiais de escrita e leitura”, em especial num momento em que o número de analfabetos era demasiadamente presente (BARBOSA; LIMA, 2008, p. 39). Embora não seja essa a intenção, isto é, o aprofundamento das questões a que se propuseram Barbosa e Lima em relação às afirmativas de Bezerra, suas palavras nos dão uma noção do papel desempenhado pelo jornal na propagação das notícias, na divulgação da palavra escrita, na circulação de ideias no período em debate e para fazer ecoar aos escritos de Carlota. Os textos que compõem a obra “Factos e Contos”, foram publicados no jornal maranhense de maior circulação, ao longo da segunda década do século XX, sendo cruciais para ampliação do que se sabe acerca da intelectual Carlota.

Embora não tenhamos conseguido localizar a obra “Factos e Contos”, foi possível ter acesso a algumas informações sobre ela. O Jornal *Diário de S. Luiz*, em uma das matérias jornalísticas, publicada em 12 de dezembro de 1924 (fl.2), dá conta do já citado retorno da escritora Carlota Carvalho que, após uma longa temporada no Rio de Janeiro, retornava ao Maranhão. Nesta ocasião, além de parabenizar a escritora pelo sucesso da obra “O Sertão”, que, segundo o *Diário de S. Luiz*, fora muito bem recebida pela crítica jornalística, o jornal anunciava outras publicações da autora. Diz o *Diário*, que a escritora de “O Sertão”, teria “*mais dois livros de valor para entrarem no prelo, ‘Factos e Contos’ e ‘Cosmogonias’*” (DIÁRIO DE S. LUIZ, 12 de dezembro de 1924 (fl.2). Diferentemente de “Factos e Contos”, não conseguimos ter acesso a quaisquer informações, mesmo indiretas, sobre a obra “Cosmogonias” nos jornais e periódicos da segunda década do século XX.

“Factos e Contos” foi bastante noticiada no *Dário de S. Luiz* no ano de 1924. E através da consulta a alguns de seus números, pudemos ter acesso à boa parte do conteúdo do livro e também a anúncios de sua publicação, bem como comentários feitos por outros autores. Entre os artigos publicados por Carlota ao longo do ano de 1924 e que seriam, segundo ela, capítulos

da referida obra estão os que apresentamos no quadro abaixo.

Quadro 3: Capítulos da obra “Factos e Contos” publicados no jornal *Diário de S. Luiz*.

ARTIGO	CAPÍTULO
Joanna Boa	Cap. I
Deus não vê: um prodígio de fê	Cap. III
O medo do diabo (Recordações da infância)	Cap. IV
A rôla ferida	Cap. V
A madrinha imposta	Cap. VI
A jovem sertaneja	Cap. VI
A paisagem	Cap. VI
A luta pela vida	Cap. VII
Paiz Ideal	Cap. XVII
Anna de Freitas	Cap. XVII

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos dos jornais *Diário de S. Luiz* (1924)¹⁹⁵.

Localizamos outros artigos que, apesar de referenciados por Carlota como fazendo parte da obra “Factos e Contos”, não trazem a informação sobre o capítulo da obra ao qual corresponderia. Estes artigos foram identificados e relacionados no quadro abaixo.

Quadro 4: Publicação de “*Factos e Contos*”, sem a referência dos capítulos.

Desidério
Nos Vãos da Imaginação
Viagens I
Viagens II
Viagens III

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos dos jornais *Diário de S. Luiz* (1924)¹⁹⁶.

Os capítulos da obra “Factos e Contos”, publicados sob a forma de artigos no *Diário de S. Luiz*, traziam, ao final, a informação de que eram, nas palavras de Carlota, parte constitutiva “Do livro inédito – “*Factos e Contos*””. A Figura 40 exemplifica bem a forma e o teor dessas

¹⁹⁵ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira /Diário de S. Luiz (MA),1924-1925.

Disponível:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093874&pesq=carlota%20Carvalho&pasta=ano%20192>

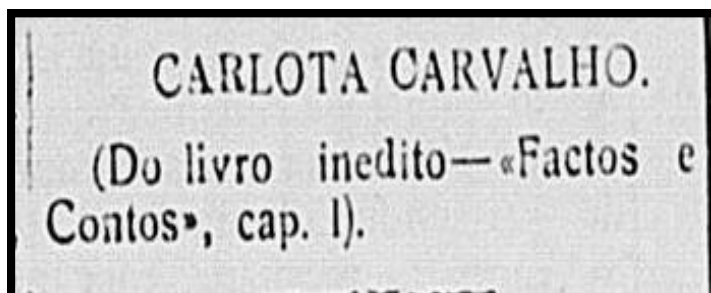
¹⁹⁶ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira /Diário de S. Luiz (MA),1924-1925.

Disponível:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093874&pesq=carlota%20Carvalho&pasta=ano%20192>

anotações, nesse caso, aquelas que constam ao final do artigo “*Joanna Boa*”.

Figura 40: Divulgação dos capítulos de “Factos e Contos”



Fonte: DIÁRIO DE S. LUIZ, 13 de novembro de 1924, fl. 2)¹⁹⁷

Além da publicação da obra sob a forma de encarte ou de matérias inseridas no corpo do jornal, encontramos também chamadas de divulgação que vinham sempre com o título do artigo em caixa alta, como demonstra a Figura 41, da divulgação de *Paiz*.

Figura 41: Divulgação do texto “Paiz Ideal”



Fonte: DIÁRIO DE S. LUIZ, 23 de dezembro de 1924, fl. 2)¹⁹⁸

A pesquisadora Antônia Pereira de Souza (2017, p. 174), em estudo realizado sobre o lugar que a prosa ocupava nos jornais e periódicos maranhenses nos anos finais do dezenove, observou neles o grande número de anúncios de obras. A presença de anúncios de livros na imprensa maranhense pode ser vista tanto como uma forma de incentivar a leitura de determinados livros, quanto de oportunizar, através de fascículos, uma leitura agradável àqueles que não podiam adquiri-los. Este expediente foi muito utilizado para o livro “Factos e

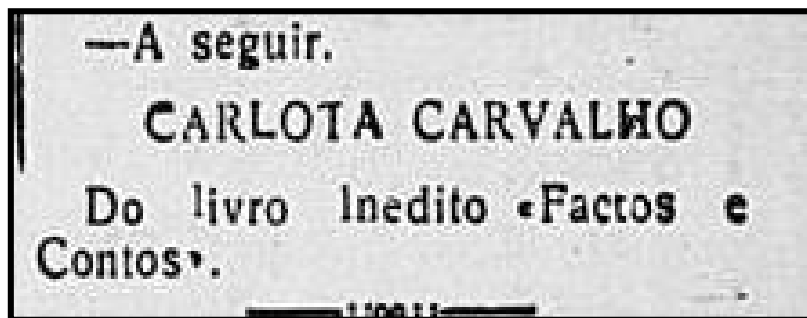
¹⁹⁷ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00146.0170 - Rótulo: 093874/ Nome: O Diário de S. Luiz (MA) /Ano 1924\Edição 00257 (1). Disponível:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093874&pesq=carlota%20Carvalho&pasta=ano%201924>

¹⁹⁸ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00146.0170 - Rótulo: 093874/ Nome: O Diário de S. Luiz (MA) /Ano 1924\Edição 00257 (1). Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader>

Contos”¹⁹⁹. O jornal, neste caso, preparava os leitores para a versão completa da obra. Já os artigos publicados nas páginas do *Diário de S. Luiz*, não apenas situavam e anunciavam novos capítulos, como também a própria obra que estava por vir, como se observa na Figura 42:

Figura 42: Divulgação com inserção na parte final do texto “*Viagens II*”



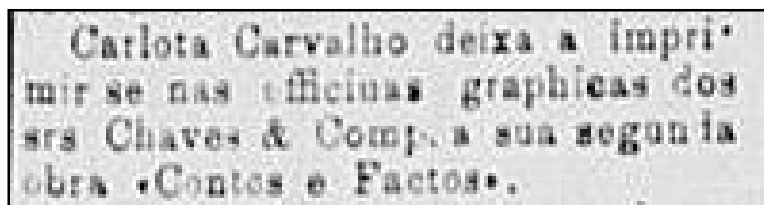
Fonte: DIÁRIO DE S. LUIZ, 23 de dezembro de 1924, fl. 2)²⁰⁰

A circulação dos escritos, segundo Souza (2017, p. 181), comumente, se dava pelos variados suportes disponíveis nesse período, constituindo-se, portanto, em estratégia que concorria para o fortalecimento da obra e, consequentemente, para a construção do valor enquanto produto, “uma vez que os torna mais conhecidos e desejados como um objeto cultural”. Embora os anúncios nem sempre viessem acompanhados dos preços dos livros, divulgá-los era fundamental, na medida em que possibilitavam “transformar em livros os romances que acabavam de publicar” (BARBOSA *apud* SOUZA, 2017, p. 182).

No caso de “Factos e Contos”, o *Diário de S. Luiz*, além de sua divulgação, também se incumbiu de sua publicação, que ocorreu em suas oficinas gráficas. Esta informação pode ser encontrada na edição de 27 de janeiro de 1925 (fl. 4) do *Diário de S. Luiz*, que informa que naquele ano, de 1925, a obra de Carlota havia sido publicada pela editora *officinas graficas dos srs Chaves & Comp.*, como se pode observar na figura abaixo:

Figura 43: Impressão de Factos e Contos

(Transcrição)



Carlota Carvalho deixa a impri'
mir se nas officinas gráficas dos
srs Chaves & Comp. a sua segunda
obra ‘Contos e Factos’.

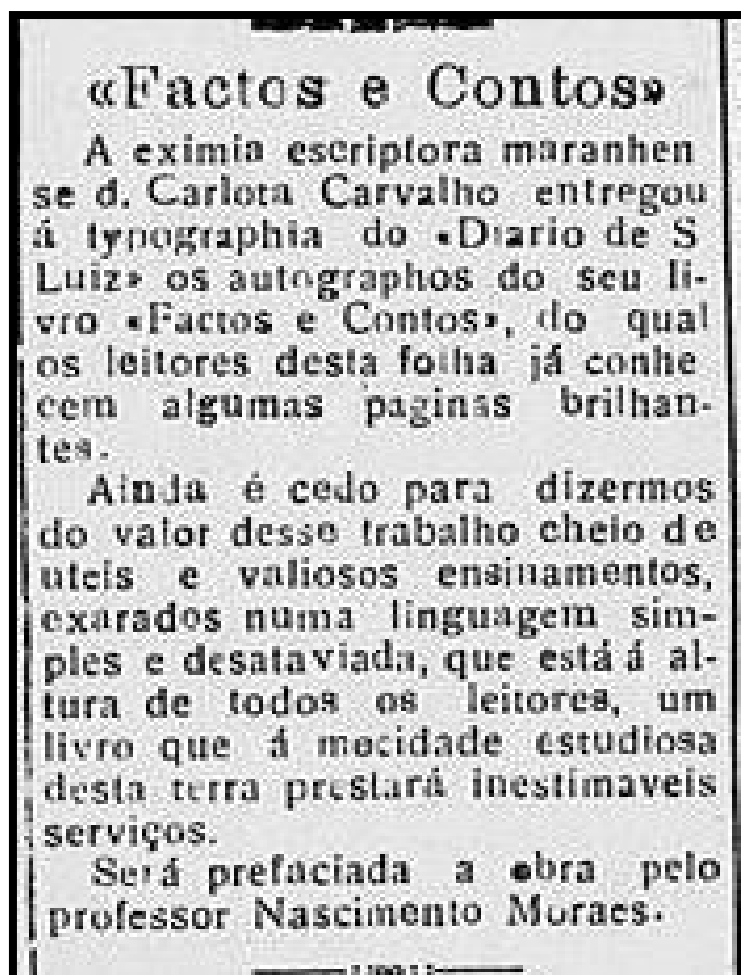
Fonte: DIÁRIO DE S. LUÍZ, de 27 de janeiro de 1925 (fl. 4)²⁰¹

²⁰⁰ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00146.0170 - Rótulo: 093874/ Nome: O Diário de S. Luiz (MA) /Ano 1924\Edição 00257 (1). Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader>

²⁰¹ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00146.0170 - Rótulo: 093874/ Nome: O Diário de S. Luiz (MA) /Ano 1925\Edição 00319 (1).

A nota divulgada pelo *Diário de S. Luiz*, 10 de dezembro de 1924, (fl.1), dá conta de que a escritora maranhense Carlota Carvalho teria depositado, para fins de impressão, a obra “Factos e Contos” na *typographia* do jornal *Diário de S. Luiz*, tendo, inclusive, feito a entrega dos *autógrafos*. Nessa nota (figura 44), além de destacar o fato de o público leitor do *Diário* já conhecê-la, em razão da publicação em pequenas doses da obra em suas páginas, alude às qualidades da escrita da autora, tanto pelo valor do conteúdo, quanto pela *linguagem simples e desataviada*. As qualidades e relevância da obra são ressaltadas, embora, ainda julgassem cedo para atribuir valor ao trabalho.

Figura 44: Livro “Factos e Contos”



Fonte: DIÁRIO DE S. LUIZ, 10 de dezembro de 1924, fl.1²⁰²

A impressão do livro *Factos e Contos* foi realizada na *typographia* do *Diário S. Luiz*, o

Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader>

²⁰² Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00146.0170 - Rótulo: 093874/
Nome: O Diário de S. Luiz (MA) /Ano 1924\Edição 00280 (1).
Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader>

que não deve causar estranheza, já que Carlota Carvalho era colaboradora do jornal *Diário de S. Luiz*, no qual havia publicado parte da obra, sob a forma de artigos ou fascículos ao longo do ano de 1924. Soma-se a isto, o fato de que as primeiras décadas do século XX se caracterizavam pela falta de um parque gráfico (COUTO, 2006, p. 35). A produção de livros no Brasil é relativamente recente, sendo que, de acordo com Gomes, nos anos iniciais do século XX havia “poucas editoras e os editores, sendo muitos deles estrangeiros. Era usual ter um livro impresso fora do Brasil, em geral na França” (2014, p. 9). Já Couto, em sua pesquisa acerca da produção de livros no Brasil, identifica que só a partir de 1917, por iniciativa de Monteiro Lobato, é que foi montada “a primeira empresa com equipamentos adequados à produção de livros numa época em que as gráficas ainda estão ligadas à impressão de jornais, revistas e almanaques, ocupando-se de livros apenas no tempo ocioso” (COUTO, 2006, p. 36).

No Maranhão não era diferente, o *Diário de S. Luiz*²⁰³, o jornal no qual Carlota atuou como colaboradora e publicou a maior parte de seus artigos, foi, de acordo com o Catálogo dos Jornais Maranhenses do Acervo da Biblioteca Benedito Leite (1821-2007), fundado em 1920, tornando-se, ao longo da década, o mais expressivo veículo de notícias do estado do Maranhão. A importância do jornal *Diário de S. Luiz*, como difusor da cultura maranhense, não se deu apenas por agregar destacados intelectuais, como o diretor-chefe de jornalismo, José Nascimento Moraes, e importantes nomes da história do jornalismo maranhense, tais como Souza Bispo e Isaac Ferreira, mas, também por se apresentar com a melhor estrutura gráfica e maior circulação. As oficinas gráficas dos jornais constituíram-se, portanto, na forma possível de editar livros neste período.

²⁰³ Periódico noticioso, crítico e de propaganda. O jornal trazia um programa de luta e de propaganda da luta e de reivindicações democráticas no sentido do bem público. Dispunha de serviços telegráficos; criticava as obras públicas e a politicagem. Teve como diretores. W. Pires & Cia. de 1920 (ano de sua fundação) até abril de 1923, quando o jornal passava a ser de propriedade dos comerciantes Wilson Soares, Antônio Chaves e Oswaldo Soares, formando a Sociedade Soares & Chaves. A partir de novembro de 1923, passou a contar com Nascimento Moraes, como diretor-chefe e, como gerente, Arthur Paraíso, sendo sucedido por Avelino Rezende. Em 1946, recebe o subtítulo Órgão do Partido Democrático. Afastou-se do cenário jornalístico em 1925, retornando em 1945, em uma segunda fase. (Catálogo dos Jornais Maranhenses do Acervo da Biblioteca Benedito Leite, 1821-2007) (<http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>; <https://www.passeidireto.com/arquivo/47440241/catalogo-de-jornais-maranhense>).

Figura 45: Jornal *Diário de S. Luiz*



Fonte: DIÁRIO DE S. LUIZ, 27 de março de 1925, fl.1²⁰⁴

Outro aspecto de grande relevância em relação à publicação de “Factos e Contos” é o fato de o livro ter sido prefaciado por Nascimento Moraes,²⁰⁵ um dos expoentes da literatura maranhense na primeira metade do século XX. O referido escritor foi a maior expressão no cenário cultural maranhense daquele período e sua atuação intelectual se fazia sentir em vários espaços, em especial, na produção literária, no jornalismo e na educação. Por ter contado com a participação de referido escritor no livro “Factos e Contos”, Carlota consegue, não apenas conferir reconhecimento e legitimidade à sua obra, mas demonstrar a sua inserção no espaço restrito da elite intelectual maranhense do período. Cabe ressaltar que o autor do prefácio era o editor-chefe do jornal que publicou a obra. Chartier (1998, p. 50), ao discutir o papel do editor na produção de livros e suas relações com os autores, afirma que, “desde 1830, fixa-se a figura do editor que ainda conhecemos”. A relação entre editor e autor é sempre “de natureza intelectual e comercial que visa buscar textos, encontrar autores, (...) controlar o processo que vai da impressão da obra até a sua distribuição”, segundo Chartier (1998, p. 50). Entendemos que, ao realizar a publicação de parte dos textos de “Factos e Contos”, por meio de fascículos ao longo do ano de 1924, de fazer a divulgação da obra e, posteriormente, a impressão do livro na tipografia, a editoria do *Diário de S. Luiz* revele seu interesse de associar sua imagem à dos

²⁰⁴ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00146.0170 - Rótulo: 093874/ Nome: Diário de S. Luiz (MA) /Ano 1925\Edição 00372 (1).

Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader>

²⁰⁵ José do Nascimento Moraes (1882-1958) foi um escritor, poeta, romancista, cronista, ensaísta e jornalista brasileiro. Marcou espaço na imprensa maranhense, desde os primeiros anos do século XX, destacando-se por suas obras jornalísticas e literárias e “manifestando-se por meio de contos, poesias, crônicas, além de, por muitas vezes, ter-se envolvido em polêmicas literárias e raciais. Era um defensor da promoção, pelos poderes públicos, da escolarização para os pobres, e constantemente debatia os problemas políticos, sociais e educacionais maranhenses” (CRUZ, 2016, p. 210). Foi professor do Liceu Maranhense e presidente da Academia Maranhense de Letras. Na literatura, (...) abordou de maneira crítica a temática do preconceito racial, sendo que seu livro de maior destaque, *Vencidos e degenerados*, primeiramente publicado no Maranhão em 1915, discute as consequências do 13 de Maio de 1888. O romance faz uso do registro jornalístico para realizar uma espécie de retrato sociológico da sociedade maranhense do pós-abolição, entre o final do século XIX e o início do século XX, expondo sua face decadente” (<http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/339-nascimento-moraes>).

intelectuais em destaque a partir de meados da década de 1920.

Esse interesse fica também evidenciado no prefácio escrito pelo jornalista e editor-chefe do jornal. Em artigo intitulado *Os elementos paratextuais das obras de Eça de Queiroz*, Rodney Caetano (2005, p. 103) destaca que prefaciador tem um significado crucial para uma obra, pois, ao anteceder o próprio texto, estabelece um primeiro contato do leitor com a obra propriamente dita. Portanto, um prefaciador, desempenha, nas palavras desse autor, o papel de mediador editorial entre o leitor e o texto, que possui a importante “função catalítica de arrastar o leitor para dentro do cerne essencial da obra, ou por outra variante, introduzir o leitor nas motivações implícitas do autor e do texto” (CAETANO, 2005, p.103).

Assim, a escolha do prefaciador de uma obra não é uma tarefa simples, sempre envolve algumas questões que são cruciais para o autor, dentre as quais estão as de natureza técnica e de natureza política, que envolve um reconhecimento relacionado à competência e ao renome. Ao lado da competência, aliada ao conhecimento, um critério não menos importante é o de natureza política, o que implica dotar a obra de condições de trânsito e de maior fluidez na circulação. Neste sentido, também importa quem é e o que faz o prefaciador. Sendo assim, o prefaciador é percebido como aquele que pode julgar a obra e avalizá-la, conferindo à ela prestígio e reconhecimento.

4.2.1.1 Para além do texto: uma imagem que agrega

De acordo com Telma Campanha de Carvalho Madio (2007), a utilização da fotografia nos jornais na primeira metade do século XX inaugurou uma fase importante do jornalismo empresarial brasileiro, de forma que o seu uso acumulou uma maior qualidade visual e popularização dos periódicos. Nesse empreendimento jornalístico, em franco desenvolvimento no país, os colaboradores dos jornais se configuravam como importantes trunfos dos jornais na disputa de mercado e prestígio. O jornal *O Estado de São Paulo*, por exemplo, diz Madio, contava, entre os seus colaboradores, com os maiores literatos do país, “que tinham nas crônicas, críticas e reportagens publicadas seu grande sustento” (MADIO, 2007, p. 64). Dessa forma, segundo a autora, “o prestígio e reconhecimento alcançados pelos que escreviam para *O Estado de S. Paulo* eram enormes, devido ao grande número de leitores, à divulgação nacional e à credibilidade do periódico” (MADIO, 2007, p. 64). Por outro lado, a colaboração dessas figuras públicas, intelectuais e escritores de renome nas páginas dos jornais era, também, garantia de sucesso da empresa jornalística.

O jornal *O Estado de S. Paulo* não é, no entanto, um caso isolado, uma vez que no início

do século XX, “parte considerável da vida intelectual gravitou em torno da imprensa, encarada como uma atraente oportunidade para os homens de letras” (DE LUCA, *apud* MADIO, 2007, p. 67), e associar essas figuras à imagem dos jornais era uma prática recorrente. O jornal *Diário de S. Luiz* teve, desde o momento de sua fundação na segunda década do século XX, associados a ele importantes nomes da literatura e do jornalismo maranhense. A divulgação de fotografias de seus colaboradores favorecia a associação desses intelectuais que gozavam de credibilidade e sucesso à imagem do jornal. Um dos números do *Diário de S. Luiz*, o de 16 outubro de 1924, traz estampada a única fotografia de Carlota Carvalho que localizamos. Trata-se de uma fotografia em “preto e branco”, que vem acompanhada da seguinte nota: “D. Carlota Carvalho – Brilhante autora do ‘Sertão’ e colaboradora do ‘Diário’”. (Figura 46).

Figura 46: Fotografia de Calota Carvalho



Fonte: JORNAL DIÁRIO DE S. LUIZ, 16 de outubro de 1924, fl. 3²⁰⁶

²⁰⁶ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00146.0170 - Rótulo: 093874/ Nome: Diário de S. Luiz (MA) /Ano 1924\Edição 00233 (1). Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader>

Dubois (2011, p. 15) afirma que “A foto não é apenas imagem” (...), “uma representação de papel que se olha simplesmente em sua clausura de objeto finito”, é (...) “algo que não se pode conceber fora de suas circunstâncias”. A partir dessa perspectiva, vale apresentar o contexto em que se deu a divulgação da foto de Carlota, exibida nas páginas de o *Diário de S. Luiz*, e qual o momento que vivia esta mulher.

A fotografia, enquanto um “dos modos de representação do real” carrega consigo a pretensão documental de conferir nitidez e produzir “credibilidade”, dando “um peso real” às narrativas. Com “o poder de impressionar seu ouvinte (...) percebida como uma espécie de prova, ao mesmo tempo necessária e suficiente, que atesta indubitavelmente a existência daquilo que mostra” (DUBOIS, 2011, p. 25). A fotografia em questão retrata Carlota no ano de 1924, uma senhora que já adentrava a fase sexagenária de sua existência. Uma foto que, como a própria legenda indica, foi feita no momento em que desfrutava de prestígio como escritora, o que justifica o interesse do jornal na divulgação de sua imagem. Face à repercussão do livro “O Sertão” no cenário nacional e local, Carlota tem o seu nome sempre associado à obra. Assim, o jornal destaca o fato de tê-la como colaboradora, ao mesmo tempo em que procura obter notoriedade vinculando-se à ela.

Vale ressaltar que nessa edição do *Diário de S. Luiz*, de 16 de outubro de 1924, fl. 3, Carlota é a única mulher com textos publicados e tem sua fotografia divulgada a exemplo dos demais colaboradores, todos do sexo masculino, que também tiveram matérias publicadas no mesmo número do jornal. Isto parece atestar o reconhecimento de sua capacidade intelectual e o do papel que desempenhava na sociedade maranhense da época. Sua fotografia foi divulgada junto ao artigo intitulado *Uma boiada* (DIÁRIO DE S. LUIZ, 16 de outubro de 1924, fl. 3). Nele, Carlota trata da criação de gado na região sul do Maranhão, uma atividade bastante comum no cenário sertanejo dos séculos XIX e primeira metade do XX, destacando o árduo trabalho realizado pelos vaqueiros e boiadeiros da região ganadeira do Maranhão, sua terra de origem.

4.3 A AUTORIA FEMININA: desafios da escrita

Embora os artigos de Carlota tenham sido publicados a partir dos meados da década de 1920, eles tratam de fatos bem anteriores às datas de suas publicações. Isto leva a crer que seus textos sejam resultantes de uma prática bastante comum entre as mulheres letradas do período, que registravam suas memórias e faziam anotações de suas experiências cotidianas. A escrita de “diários íntimos” era uma prática recomendada e percebida como uma forma através da qual

tinham controle sobre si mesmas (PERROT, 2005, p. 35). Esta “arte da existência e do exame de consciência” difundida no século XVIII chegará ao “século XIX como uma das formas de registro pessoal e de escrita de si possíveis no momento em que encerravam em suas páginas, revelações íntimas, reflexões cotidianas e os desejos proibidos de quem os escrevia” (SARTORI, 2018, p. 115). Mas, não raro os escritos e anotações do cotidiano eram esquecidos ou destruídos, por vezes, marcados pela indiferença, agravada pelo caráter subalterno da escrita feminina (PERROT, 2005, p. 35-36). Isto parece se confirmar nas palavras escritas por Carlota nas páginas iniciais de “O Sertão”, quando faz referência a “um maço de papel escrito (...) e abandonado” (CARVALHO, 2000, p. 55), e que:

(..) abandonado ficaria se o doutor Manoel Nogueira da Silva, bibliotecário da associação de Imprensa, e Irineu Veloso, tesoureiro, da mesma, não entendessem, depois de ler, que o trabalho deveria ser aproveitado visto existir fatos da história do Brasil ainda não conhecido ou suficientemente esclarecido (CARVALHO, 2000, p. 55).

Independente da rede de sociabilidades que Carlota evidencia neste trecho, e que foi fundamental para que a publicação da obra fosse possível, este trecho é também um indicativo do quanto as produções de mulheres gozavam de subalternidade, sendo olhadas com desconfiança e dependentes de uma análise masculina mais acurada para ser ou não publicada.

Para além deste aspecto, é preciso mencionar a desconfiança que sempre pairou sobre a autoria de seus escritos, questão que atravessou décadas e continua a ser discutido nos dias atuais. Não são raras as dúvidas quanto à capacidade feminina de ir além dos “cadernos goiabada”, de que nos fala a escritora Lygia Fagundes Telles, ao se referir “aos cadernos onde as mocinhas escreviam pensamentos e estados de alma” que, esquecidos após o casamento, davam lugar ao “caderno do dia a dia, onde, em meio a receitas e gastos domésticos, ousavam escrever uma lembrança ou ideia” (TELLES, 2004, p. 430). Portanto, a discussão em torno da existência ou não de uma “escrita feminina”, objeto de debates em torno da “sexualização” da escrita das mulheres” (SILVA, 2010, p. 30), parece ser um bom pretexto para analisar mais detidamente a produção da escritora Carlota Carvalho.

Vanilda Salignac Mazzoni, em artigo intitulado “*A escrita feminina: em busca de uma teoria*”, traz para o debate os cânones literários, enquanto espaço de validação daquilo que é percebido – ou não – como uma escrita de “qualidade”. O valor da escrita, para Mazzoni (2008, p. 11), para as sociedades ocidentais, tem se pautado por um conceito de “qualidade” totalmente apartado de “qualquer outro alinhamento externo ao estético, selecionado como universal e atemporal”. Dessa forma, segundo a autora, não há espaço, nos cânones estabelecidos a partir da modernidade, para a inclusão e a diversidade (MAZZONI, 2008, p.12).

Esse modelo de cânone, construído a partir da modernidade, excluiu escritores e favoreceu “a cristalização de modelos da escrita (...), caracterizando, principalmente, escritores que hoje podem ser configurados como um grupo específico: branco (ou que se aproxime por ideias no caso das colônias), masculino, burguês e ocidental” (MAZZONI, 2008, p.12). As consequências desses modelos, de acordo com a mesma autora, são graves, pois além de legar ao esquecimento muitos escritores e escritoras, por serem considerados de “menor valia”, ainda estabelecem uma espécie de seleção das “produções que devem ser passadas para as outras gerações” por meio das “instâncias de poder: compêndios, universidades e escolas, desconhecendo as transformações que a própria sociedade sofre”. Ao longo do século XIX, a escrita das mulheres, apesar de ser vasta, não foi legitimada e, conseqüentemente, foi esquecida. (MAZZONI, 2008, p.11-12).

Foi a partir da primeira metade do século XX que, com o avanço do feminismo e, sobretudo, das obras da escritora inglesa Virgínia Woolf,²⁰⁷ que houve a proposição e a defesa de condições mínimas para que as mulheres superassem a fronteira física e psíquica da criação literária, tais como uma renda própria “e o próprio quarto”, para que pudessem exercer a “liberdade e a coragem de escrever” (WOOLF, 1990, p. 138). Entre as razões apontadas por Woolf para a ausência e pouca participação das mulheres no mundo das letras, estava a vida a que elas estavam submetidas. Em uma de suas reflexões sobre a pouca expressão feminina no mundo das letras, Woolf relata que enquanto esperava ser atendida em um restaurante londrino, passou a folhear um jornal que fora esquecido em uma das mesas. Em pouco tempo ela confirmou, ao ler as páginas do noticiário, que, com a exceção da neblina que caía sobre a capital inglesa naquele momento, tudo estava “sob o domínio de um patriarcado”. Para ela, “ninguém de posse de suas faculdades poderia deixar de detectar a dominação” masculina estampada nas páginas daquele jornal (WOOLF, 1990, p. 42), pois:

Dele eram o poder, o dinheiro e a influência. Era ele o proprietário do jornal e seu redator e redator-assistente. Ele era o ministro do Exterior e o juiz. Era o jogador de críquete, era o proprietário dos cavalos de corrida e dos iates. Era o diretor da empresa que paga duzentos por cento a seus acionistas. Deixava milhões para instituições de caridade e universidades que ele mesmo dirigia. Ele suspendia a atriz de cinema no ar. Ele irá determinar se os fios de cabelo no cutelo são humanos; é ele quem irá absolver ou condenar o assassino, e

²⁰⁷ É autora, entre outras, da célebre obra *Um teto todo seu* (*A Room of One's Own*), publicado em 1929 e editado no Brasil pela Nova Fronteira no ano de 1985. Segundo o escritor Mauro Rosso (2004, s.p.), em artigo publicado no portal Carta Maior (www.cartamaior.com.br), na obra *Um teto todo seu*, Woolf (1990) “discute as razões que então levavam a mulher a privilegiar os gêneros “memórias”, “diários” e “cartas””, buscando, assim, “esconder seus escritos dos olhares, e da zombaria, familiares e de circunscreverem suas experiências ao universo do mundo privado”. Essa era uma prática corrente entre as mulheres.

enforcá-lo ou dar-lhe a liberdade (WOOLF, 1990, p. 43).

Para Silva (2010), a exclusão feminina nos espaços de erudição pode ser a chave para o entendimento do pouco espaço ocupado pelas mulheres na escrita, ou, ainda, da existência de uma escrita feminina de caráter privativo e intimista. As mulheres, ao longo da história de domínio dos homens, não escreveram ou escreveram pouco, usaram pseudônimos, algumas, tiveram, ainda, seus escritos apropriados por maridos, irmãos, entre outros (SILVA, 2010, p.32). De acordo com Woolf, a pouca inserção da mulher no mundo da escrita pode ser atribuída ao restrito acesso às condições materiais “para que elas fossem, instruídas”. As mulheres foram, historicamente, confinadas aos espaços privados, domésticos, sem a vivência dos homens que circulavam pelas ruas, pelos cafés, iam à guerra e não foram concedidas as mesmas oportunidades de educação, e de escrita dada aos homens (WOOLF *apud* SILVA, 2010, p.32).

Assim, a partir da acepção de Woolf, é possível afirmar que a pouca presença das mulheres nos espaços públicos, em especial nos espaços de erudição, como as bibliotecas e universidades, legou às mulheres a ausência nos debates e o predomínio de temáticas que abordavam as vivências da mulher no seu dia-a-dia.

Embora o termo tenha sido cunhado apenas na década de 1960, vale ressaltar, que a “escrita feminina” tem suas raízes fincadas nos séculos XIX e XX, período da emergência dos movimentos de mulheres pelo acesso ao mundo das letras e pela sua inclusão na história. A partir da década de 1970, a “escrita feminina ganhou corpo (e forma) na literatura” ficcional ou não (ROSSO, 2006, s. p.), amparada no discurso da autonomia da escrita de autoria feminina, no sentido de se criar “voz própria, estilo próprio, linguagem própria e temáticas próprias”. Contudo, o termo evoluiu a ponto de significar muito mais do que um estilo e uma escrita realizada por mulheres, na medida em que ela “não se encerra nas mulheres, podendo ser perceptível na escrita de homens”. Assim, o conceito de “escrita feminina”, assim como o de “escrita masculina”, não se resume à exclusividade textual realizada por pessoas do sexo feminino ou masculino. Se é possível conceituar a escrita feminina ou a escrita masculina, devemos associá-la ao estilo, às temáticas e às linguagens.

O surgimento de mulheres escritoras no Brasil, de acordo com Rosso, “ocorre principalmente a partir do século XX, no contexto da crescente importância da imprensa e do início dos movimentos em prol dos direitos da mulher” (2006, s. p). É nesse ambiente, marcado pela defesa da ampliação da participação das mulheres na vida pública, de discursos acerca da “qualidade” da escrita e de uma severa observação aos critérios filosóficos da teoria positivista, que Carlota Carvalho faz suas primeiras publicações. Essa tão propalada qualidade, geralmente,

estava mais associada ao estilo de escrita e ao olhar masculino, por meio do controle das academias e dos editoriais de jornais e periódicos, cujo interesses giravam em torno de uma agenda pública e de reafirmação da história política brasileira focada em um projeto de nação.

Contudo, apesar de todas as dificuldades para a inclusão feminina no elitizado mundo das letras, algumas mulheres “superaram os obstáculos escrevendo e publicando, num flagrante desafio à ordem que as restringia à esfera privada”. As dificuldades, no entanto, não se encerravam na publicação, pois havia, ainda, o enfrentamento de público e crítica, normalmente pouco receptivos a livros de autoria feminina. Mesmo para aquelas que contavam como o incentivo de suas famílias, uma educação sólida e a oportunidade de publicar, a crítica se encarregava de mostrar que aquele não era seu lugar (DUARTE, 1997, p. 90). Essas críticas, muitas vezes, estavam mais dirigidas às autoras do que à própria obra, a exemplo das que foram dirigidas pelo crítico literário *Agrippino Grieco*²⁰⁸ à Carlota Carvalho, no ano de 1924. Na coluna intitulada *Vida literária d'O jornal (RJ)*, de 25 de setembro de 1924(fl.1), Grieco afirma que o livro recém publicado, “O Sertão”, colocava em destaque a narrativa intimista da autora, como podemos constatar na Figura 47.

²⁰⁸ Agripino Grieco (1888-1973) foi poeta, crítico e ensaísta brasileiro nascido no Estado do Rio de Janeiro, que notabilizou-se pela verve satírica e o fez admirado e também temido por suas críticas ferinas. Foi professor de História da Literatura na antiga Universidade do Brasil. Escreveu sátiras para as revistas ABC e Hoje, que, mais tarde, foram reunidas no livro *Fetiches e fantoches* (1921). Produziu estudos literários que foram agrupados no livro *Caçadores de símbolos* (1923), o que o colocou em contato com Tristão de Ataíde (1893-1983), então crítico literário de *O Jornal*. Agripino chegou a substituí-lo, por algum tempo, como crítico literário nesse mesmo jornal. Escreveu *Evolução da poesia brasileira* em 1932 e *Evolução da prosa brasileira* em 1933. Fundou em 1933, com Gastão Cruls (1888-1959), o periódico *Boletim de Ariel*, que durou sete anos. Trabalhou, entre outros, na *Gazeta de Notícias*, jornal de grande prestígio que circulou de 1875 até 1942. Entre 1940 e 1945, realizou conferências pelo Brasil, divulgando seus conhecimentos literários (<https://brasilecola.uol.com.br/biografia/agripino-grieco.htm>; <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/personagens-periodicos-literatura/agripino-grieco>).

Figura 47: Crítica ao “O Sertão” pelo crítico literário *Agrippino Grieco*

O SERTÃO, de Carlota Carvalho.

A autora abre o livro com a seguinte declaração: “Querendo contribuir para a solenização do centenario da Independencia, escrevi estes subsidios para a Geographia e Historia do Brasil, que pretendia offerrecer á respectiva commissão directora. Mal acabara e antes do polimento necessario, uma perturbação na saúde impediu que o fizesse. Depois de um incidente em bonde da Tijuca, uma dor prostrou-me onze mezes, impossibilitada de andar e sentar. Diagnosticado o mal — uma nevralgia por uns, rheumatismo muscular e radiculite por outros medicos e medicas, — fui submettida a um tratamento sedativo composto de iodureto de potassa e de soda, salicylato de soda, analgesina e colchico em grandes doses e continuamente”. Em consequencia do tal incidente e, talvez, de tanto remedio junto, esteve a sra. Carvalho “ameaçada de paralyisa no nervo optico”, e so recorrendo ás sociedades espiritas conseguiu que a vista lhe voltasse aos poucos. Deante de tudo isso, apenas um conselho podemos dar á operosa escriptora: deixe de escrever, não martyrise os olhos no “polimento necessario” á palavra escripta. Afinal, os seus livros não são indispensaveis aos leitores e a sua vista essa lhe será absolutamente indispensavel...

(Transcrição)

O SERTÃO, de Carlota Carvalho.

A autora abre o livro com a seguinte declaração: “Querendo contribuir para a solenização do centenario da independência, escrevi estes subsidios para a Geographia e Historia do Brasil, que pretendia offerrecer á respectiva comissão directora. Mal acabara e antes do polimento necessario, uma perturbação na saúde impediu que o fizesse. Depois de um incidente em bonde da Tijuca, uma dor prostrou-me onze mezes Diagnosticado o mal — uma nevralgia por uns, rheumatismo muscular e radiculite por outros medicos e medicas, — fui submettida a um tratamento sedativo composto de iodureto de potassa e de soda, salicylato de soda, analgesina e colchico em grandes doses e continuamente”. Em consequência do tal incidente e, talvez, de tanto remedio junto, esteve a sra. Carvalho “ameaçada de paralyisia no nervo optico”, e so recorrendo ás sociedades espiritas conseguiu que a vista lhe voltasse aos poucos. Deante de tudo isso, apenas um conselho podemos dar á operosa escriptora: deixe de escrever, não martyrise os olhos no “polimento necessario” A palavra escripta. Afinal, os seus livros não são indispensáveis aos leitores e a sua vista essa lhe será absolutamente indispensavel...

Fonte: O JORNAL (RJ), de 25 de setembro de 1924, fl.1²⁰⁹

Agrippino Grieco (1924), em sua crítica à obra “O Sertão”, refere as dificuldades enfrentadas por Carlota na fase final de publicação da obra, que a princípio, deveria ter ocorrido em 1922, ano do centenário da Independência do Brasil, informando que, por problemas de saúde, ela teve que adiar o lançamento para o ano de 1924. Chama a atenção a forma agressiva

²⁰⁹ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00177.017- Rótulo: 110523_02 Nome: O Jornal (RJ) - 1920 a 1929 / Ano 1924\Edição 01761 (1). Disponível: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_02&Pesq=%22Carlota%20carvalho%22&pagfis=17822

com que se dirigiu à autora, invalidando sua obra e recomendando que Carlota deveria parar de escrever, pois sua escrita não fazia falta e seus *livros não são indispensáveis* (O JORNAL, de 25 de setembro de 1924, fl.1). Vale lembrar que, como afirma Duarte (1997, p. 90), “a crítica literária, domínio quase que exclusivamente masculino, até meados do século XX”, tinha também a função de desestimular a mulher que pretendesse se dedicar ao exercício da literatura e da escrita.

Uma rápida pesquisa revela como essa crítica masculina de até meados do século via um texto de mulher e assinala a recorrência de algumas posições, como a atribuição de um estatuto inferior à mulher-escritora — com raras exceções —, o constrangimento em apreciar textos escritos por mulheres; a recomendação de formas literárias mais “adequadas” à “sensibilidade feminina”, como os romances sentimentais e os de confissão psicológica; a surpresa diante da representação da figura masculina em determinados textos, em tudo diferente do estereótipo do homem viril, forte e superior dos escritos de autoria masculina; e a denúncia de uma certa tendência das mulheres em confundir vida pessoal com literatura, que levou, inclusive, alguns críticos a afirmar que as escritoras pareciam incapazes de se afastar da experiência vivida para entrar no ponto de vista, na psicologia e na linguagem de um outro. (DUARTE, 1997, p. 91)

Tendo em vista as críticas feitas por Grieco, resgatamos as palavras da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis, que, no ano de 1859, publica a primeira obra ficcional brasileira de autoria feminina. No prólogo da obra, a autora consegue descrever os desafios que enfrentavam as mulheres que se atreviam a enveredar pelo desafiante caminho das letras:

Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume. [...]. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem; com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo (REIS, 2019, p. 21).

Embora distantes mais de meio século, as palavras de Maria Firmina dos Reis e de Carlota Carvalho que destacamos neste tópico reiteram as dificuldades enfrentadas pelas mulheres escritoras. Se, por um lado, as palavras de Maria Firmina dos Reis apontam para uma certa resignação, por outro, Carlota parece admitir que seus textos teriam ficado abandonados, se o doutor Manoel Nogueira da Silva, bibliotecário, e Irineu Veloso, tesoureiro da Associação Brasileira de Imprensa, não tivessem entendido que ali existiam “fatos da história do Brasil ainda não conhecidos ou suficientemente esclarecido” (CARVALHO, 2000, p. 55).

4.3.1 Temáticas de interesse de Carlota Carvalho

Carlota sempre se declarou uma “sertaneja”. Sua obra é coerente com esse sentimento, no sentido de demonstrar pertencimento e a defesa e o prazer de conviver com aquilo que o sertão representava. Ao se apresentar como uma sertaneja, Carlota, não apenas expõe uma vontade, mas um sentimento identitário, imbuído de sentido político e cultural (HALL, 2006, p.47-48). As identidades, segundo Hall (2006, p. 48), “não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas, transformadas no interior da representação”. Dessa forma, ser sertaneja passa a ser uma construção que gera sentimentos de identidade e de pertença que, não necessariamente, cabem nos limites geográficos impostos pela cartografia. Ainda, segundo Stuart Hall,

as identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos (HALL, 2000, 109)

Vale lembrar que, de acordo com Hall (2000, p. 109), nossas escolhas e relações tem a ver menos com “quem somos ou de onde viemos” e muito mais com “‘quem nós podemos nos tornar’, como ‘estamos sendo representados’ e (...) como podemos representar a nós mesmos”. Nessa perspectiva, embora a origem e filiação de Carlota sejam importantes para a construção de sua identidade sertaneja, no contexto das representações essas são questões menos relevantes. Com base nas palavras de Hall, é a forma como podemos ser representados e como essas representações sensibilizam as maneiras de representarmos a nós mesmos, que fazem mais sentido. Um processo de identificação, de acordo com o autor, se dá por meio de um sistema simbólico que produz sentidos, “que influencia e organiza tanto as nossas ações como a concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 2006, p. 50). Ele prossegue, afirmando que é “da relação com aquilo que não é, com aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu exterior constitutivo” que as identidades são construídas (p. 110). Dessa forma, ressalta-se que os contatos que Carlota manteve com as “diferenças”, seja por meio das viagens, estudos realizados e convívio com outras realidades, se tornaram cruciais para a construção da sua identidade, pois, de acordo com esse mesmo autor, é da relação com o “Outro” que se dá o reconhecimento identitário (HALL, 2000, p. 110).

Os escritos de Carlota, apesar de tratarem de movimentos políticos e acontecimentos históricos nacionais, os quais, segundo ela, precisavam de uma urgente revisão (CARVALHO, 2011, p. 77), não se desvinculam do sertão e de sua gente. Seus textos discutem a situação da

mulher, do indígena e do boiadeiro do sertão, assim como do pescador das ilhas Bailique, do seringueiro do Amazonas, da educação e da cultura maranhense e, ainda, da geografia do sertão.

Tomando por base a ideia de que a nossa forma de olhar o mundo tem a ver com o “lugar que nós ocupamos” (VELÁSQUEZ *apud* FLORES, 2003, p. 141), é válido afirmar que os escritos de Carlota Carvalho são testemunhos de sua forma de estar no mundo e de como ela queria ser representada. Carlota viveu no sertão, entre o sul do Maranhão e o norte de Goiás, e a sua escrita demonstra que sua vivência nesses espaços foi significativa para a elaboração da sua forma de ver e estar no mundo. Tomando por base o pensamento de Cormineiro (2013), pode-se afirmar que a pluralidade de experiências vividas por Carlota permitiu que ela, ao mesmo tempo, elaborasse representações da realidade e da paisagem sertaneja. Essas representações, segundo a mesma autora, não necessariamente estão relacionadas diretamente com aquelas experiências vividas, estando, porém, submetidas à forma de pensar do momento histórico no qual viveu (CORMINEIRO, 2013, p. 2). Isso porque, ainda de acordo com Cormineiro (2013), “a representação do mundo e das coisas do mundo tem a ver mais com a forma de olhar, de perceber e de conceber o mundo, do que o próprio mundo em si representado” (p. 2). Assim, as temáticas de interesse e proposições elaboradas por Carlota Carvalho são antes de tudo históricas, por estarem sujeitas às “interpretações segundo categorias próprias do sujeito histórico em questão” (FLORES, 2003, p. 35), sendo a sua forma de pensar um diálogo profícuo com as percepções compartilhadas por seus contemporâneos. Nessa perspectiva, busca-se na sequência, apresentar apontamentos acerca da concepção de sertão disposto pela autora a partir de seus escritos na primeira metade do século XX.

4.3.1.1 Um lugar chamado sertão

No livro *A invenção do cotidiano*, Michel de Certeau (1998, p. 199) nos lembra que o lugar e o espaço são construídos por narrativas. Em sua obra, o historiador e filósofo francês usa a frase “Quem criou a humanidade foi a narração”, do cientista francês Pierre Janot, como epígrafe para mais um de seus instigantes textos sobre espaço e lugar (1998, p. 199). As reflexões de Certeau são fundamentais para refletirmos sobre a compreensão que Carlota tinha de sertão e o lugar e significado que ele ocuparia na sua produção intelectual.

Para Janaína Amado (1995), a ideia de sertão foi construída por narrativas, primeiramente, pelos colonizadores portugueses, ao longo do processo de colonização. Para a referida autora, o sertão é “uma categoria carregada de sentidos negativos, que absorveu o significado original conhecido dos lusitanos desde antes de sua chegada ao Brasil”. No contexto

colonial brasileiro, sertão, vai significar qualquer espaço amplo e despovoado ou pouco habitado, espaços vazios, desconhecidos e longínquos (AMADO, 1995, p.148). Os marcos divisórios do que seria “litoral” e o que seria “sertão” se tornaram mais nítidos à medida que a colonização avançava (AMADO, 1995, p. 148). Nesse processo, de acordo com Janaína Amado (1995, p. 148), “litoral” e “sertão” foram se configurando como “categorias opostas e complementares”. Geograficamente, o litoral representava toda a região da costa atlântica, ao passo que o sertão seria o não litoral. O “espaço conhecido, delimitado, colonizado ou em processo de colonização, habitado por outros povos (índios, negros), mas dominado pelos brancos, um espaço da cristandade, da cultura e da civilização” estava em oposição ao outro (AMADO, 1995, p. 148).

Dessa forma, o sertão seria o oposto, o outro, aquele que não era. E passa a significar não apenas os espaços do interior da colônia, inacessíveis, isolados, atrasados, representando também espaços “perigosos, dominados pela natureza bruta, e habitados por bárbaros, hereges, infiéis, onde não haviam chegado as benesses da religião, da civilização, da cultura” (AMADO, 1995, p. 149). Na perspectiva da mesma autora, as duas categorias “litoral” e “sertão” são complementares: “Uma foi sendo construída em função da outra refletindo a outra de forma invertida, a tal ponto que, sem seu principal referente (litoral, costa), ‘sertão’ esvaziava-se de sentido, tornando-se ininteligível e vice-versa” (AMADO, 1995, p. 150).

Já João Renôr Ferreira de Carvalho, no prefácio do livro *Varando Mundos: Navegação no Vale do Rio Grajaú*, de Pachêco Filho (2016), afirma que se trata de temática “endêmica milenarmente no espírito de todos os aventureiros portugueses, desde que começaram a deslocar-se da costa em busca de novos espaços de conquista”. Para ele, a palavra sertão faz parte do vocabulário brasileiro desde os primórdios da colonização, sendo um conceito em permanente evolução, sendo, por isso, empregado com significados distintos e diferentes configurações, nos campos da percepção espacial e temporal (SANTOS, 2012, p.120).²¹⁰

Contudo, ainda segundo a mesma autora, é só após a Independência que o termo “sertão” passou a ser ressignificado, passando a ser compreendido como elemento básico para o entendimento de “Nação”. Esse entendimento levou os estudiosos brasileiros a imaginar “a conquista do sertão como de responsabilidade da gente local, reforçando a ideia de ruptura com

²¹⁰ No processo de expansão da colonização brasileira rumo ocupação interiorana, de acordo com Sandra Santos (2011, p. 2), os termos “litoral” e “sertão”, foram empregados para designar regiões antagônicas sob vários aspectos. No período colonial brasileiro, esse conceito de sertão enquanto lugar ermo e incivilizado e terra de ninguém, “havia impregnado não apenas as autoridades da colônia, como também os viajantes estrangeiros que nos visitavam, quando queriam referir-se às regiões distantes do litoral” (SANTOS, 2011, p. 2).

os antepassados europeus, na expansão pelo sertão”. Assim, a conquista da região sertaneja passa a ser vista como crucial para a nacionalidade brasileira (SANTOS, 2011, p. 2).

Esse debate sobre a construção de um novo conceito de sertão foi introduzido na literatura sul maranhense a partir da segunda metade do século XIX, quando alguns intelectuais procuraram implementar um outro tipo de narrativa com o propósito de valorizar as riquezas naturais da região e as virtudes do homem sertanejo. Entre esses intelectuais que se empenharam na construção de uma nova caracterização de sertão, destacam-se Francisco de Paula Ribeiro, o ilustre português que foi encarregado de estabelecer as fronteiras do sertão sul maranhense, o jornalista João Parsondas de Carvalho e os escritores Dunshe de Abranches e Carlota Carvalho.

Sobre a narrativa desses intelectuais, mais notadamente, aquelas produzidas nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, Raimundo Santos observa que a expressão “Pastos Bons” foi cunhada pelos colonizadores que adentraram no território e aqui encontraram a rica e infindável pastagem (SANTOS, 2017, p. 219). Ele afirma, ainda, que “juntamente com a riqueza das águas, das florestas” a fartura e a variedade de animais silvestres, também estão presentes nos textos do português Paula Ribeiro, sendo vistos como “o principal recurso dos mais pobres do sertão” (SANTOS, 2017, p.167).

Aproximando-se da de Paula Ribeiro, a definição de sertão de João Parsondas de Carvalho, irmão de Carlota, foi a que mais contribuiu para a divulgação da ideia de sertão associada às suas riquezas naturais. Com uma atuação marcante no cenário jornalístico do final do Império e da primeira República, Parsondas de Carvalho proferiu conferências e publicou textos em vários jornais brasileiros do período, nos quais reafirmou que durante o processo de alargamento do território sertanejo, *“os invasores” “encantavam-se” com a natureza ridente da plaga, a superabundância de nascentes de águas perenes, a ótima qualidade das pastagens e a grande quantidade de frutas nutritivas e saborosas, como pequi, bacaba, bacuri, mangaba e outras* (PACOTILHA, 21 de janeiro de 1925, fl.1). Também para Carlota Carvalho (2000, p. 98), até os quintais ganhavam relevo, sendo “extensões da flora sertaneja”, numa representação de beleza e fartura para os moradores. Essa era, sem dúvida, uma narrativa que inaugurava um outro sertão, diferente daquele descrito nos primeiros séculos da colonização brasileira. Esse discurso da natureza prodigiosa, trazido por Parsondas e Carlota Carvalho, está ancorado na teoria de que é “o meio do ambiente natural que vai dar cor ao elemento humano e às estratégias de luta e devoção ao meio físico”, um discurso muito presente no meio intelectual daquele momento histórico. Nessa narrativa, “a natureza assume importância substantiva”, sendo que

“a ação humana sobre a natureza ocorreu em conformidade com a natureza privilegiada que seduziu, acolheu e possibilitou a ação dos bandeirantes” (MELO, 2010, p. 58).

Dentre os estudiosos que difundirão esta nova concepção de sertão ocorrida na virada do século XIX para o XX, estão Capistrano de Abreu (1907) e Oliveira Viana (1938), que trouxeram valiosas contribuições acerca da ocupação dos sertões, reveladoras da intensa “movimentação das correntes povoadoras na consolidação da unidade nacional”. Contudo, vale ressaltar que nesses estudos sobre o sertão é recorrente a percepção de uma interpretação romântica, na qual, para além do enaltecimento das riquezas do território, se evidenciavam os valores da cultura sertaneja. Valores próprios dos “desbravadores nordestinos que plantaram nessas plagas a civilização da pecuária, ou os honrados patriotas que no sertão se refugiaram das perseguições políticas” (SANTOS, 2011, p. 4). Esse discurso também pode ser percebido na obra de Dunshe de Abranches (1993), que afirma:

O homem do sertão (...) era apegado visceralmente ao solo: sadio, altivo e trabalhador, cioso de sua independência e dos seus haveres; lavrando bravamente as roças; tratando com carinho os rebanhos; sonhando eternamente com um Brasil maior, porque, para ele, o Brasil do seu tempo ainda era colônia, ainda não era Brasil (p. 155).

Esse lugar, chamado sertão, presente na narrativa de Carlota e de seus contemporâneos, é bem perceptível no texto *A boiada*, publicado em o *Diário de S. Luiz*, de 16 de outubro de 1924 (fl. 3). Nele, Carlota mostra de forma detalhada a vida dos boiadeiros e vaqueiros na região sertaneja do Maranhão, como indicam os fragmentos abaixo:

Ao longe, sons melodiosos de um canto que se aproxima, despertam a atenção. Como surdindo da terra, um ruído aumenta num crescer contínuo. Percebe-se o estrondear de pisadas de pesados corpos a caminhar pela estrada (...) Montado em possante cavallo, caminha adiante a guia, cuja voz melodiosa convida a boiada a sigui-l-o. Sem versos, sem rimas, esse canto exqu岸ite tem modulações que enternecem (...) Logares há apropriados para a sôlta, porque teem “incostos” de serras ou barrancos de rios invadiáveis para deterem a boiada (...). (DIÁRIO DE S. LUIZ, de 16 de outubro de 1924, fl. 3).

Seja em “O Sertão”, ou nos artigos e textos jornalísticos da primeira metade do século passado, a escrita de Carlota Carvalho se filia à ideia de um sertão prodigioso, de natureza dadivosa e de uma gente honesta e trabalhadora ligada à terra e ao gado. Em especial, nos artigos que denominou *Paisagens* e *Viagens*, Carlota se dedica, de forma especial, aos aspectos naturais da região sertaneja do Maranhão. Na verdade, trata-se de duas séries de textos dedicados aos aspectos naturais da região sul do Maranhão.

Quadro 5: publicações de Carlota Carvalho sobre o sertão maranhense (1924)

ARTIGOS		Nº	PUBLICAÇÃO	DATA
Paisagens	I	261	Diário de S. Luiz	18 de novembro de 1924
	II	262	Diário de S. Luiz	19 de novembro de 1924
Viagens	I	289	Diário de S. Luiz	20 de dezembro de 1924
	II	291	Diário de S. Luiz	23 de dezembro de 1924
	III	292	Diário de S. Luiz	25 de dezembro de 1924

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos dos jornais *Diário de S. Luiz* (1924)²¹¹.

Na primeira série de textos, *Paisagens*, composta de duas partes (*Paisagens I e Paisagens II*), Carlota trata, mais especificamente, da formação vegetal do sul do Maranhão, passando por sua rica hidrografia, identificando rios e nascentes. Para a discursão, a autora se apoiou em *Luiz Buchner*,²¹² autor de *Força e Matéria*, na teoria da evolução de *Carlos Darwin*²¹³ na '*Origem das Espécies*', no biólogo *Ernesto Haeckel*,²¹⁴ na *Maravilhas da Vida e do botânico Hugo Mohl*,²¹⁵ que definiu em 1846 a noção do *protoplasma*, e, depois deste, *Oscar Hertwig*²¹⁶ (DIÁRIO DE S. LUIZ, 19 de novembro de 1924, fl.2). No destaque (Figura 48),

²¹¹ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira /Diário de S. Luiz (MA),1924-1925. Disponível:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093874&pesq=carlota%20Carvalho&pasta=ano%20192>

²¹² Büchner, Friedrich Karl Christian Ludwig (1824-1899) foi um dos mais conhecidos materialistas dos meados do século XIX. Estudou medicina e foi, durante algum tempo, encarregado de curso e médico assistente em Tübingen. Tendo sido demitido por causa de seu livro *Kraft und Stoff*, (Força e matéria): Foi, a seguir, médico em Darmstadt. Um dos fundadores e líder da Liga dos Livre-Pensadores Alemães. Suas obras muito contribuíram para a difusão dos conhecimentos das ciências naturais entre as massas populares. Sua principal obra de vulgarização, *Força e matéria* (1855, 21.ª ed. alemã em 1904), tornou-se conhecida no mundo inteiro e foi traduzida para todas as línguas civilizadas (<https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/b/buchner-fkcl.htm>).

²¹³ Charles Darwin (1809-1882) foi um naturalista inglês, autor do livro "A Origem das Espécies". Formulou a teoria da evolução das espécies, anteviu os mecanismos genéticos e fundou a biologia moderna. É considerado o pai da "Teoria da Evolução das Espécies" (https://www.ebiografia.com/charles_darwin/).

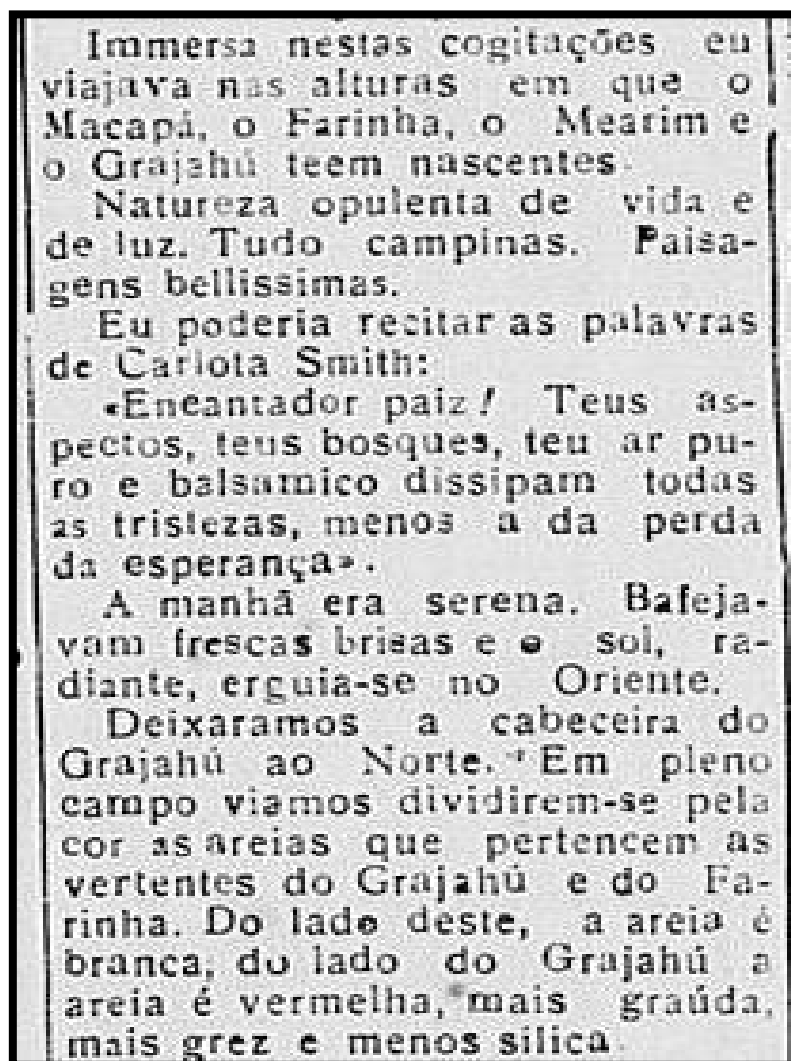
²¹⁴ Ernst Heinrich Philipp August Haeckel (1834 - 1919) foi um zoólogo, naturalista, filósofo, médico, professor anatomista e artista alemão muito importante para a história recente da biologia e teoria da evolução. Embora fosse um excelente anatomista de espécies de invertebrados seu trabalho mais famoso foi com o grupo *Radiolaria*, focado em biologia marinha. Muitos conceitos atuais da biologia foram cunhados por ele, outros, especulativos que ele defendeu, hoje são considerados incorretos. Como artista e ilustrador, ajudou a popularizar o trabalho de Charles Darwin, e foi um representante assíduo do cientificismo. Descreveu e nomeou várias espécies novas, e elaborou uma árvore de relacionamentos evolucionários incluindo todas as formas de vida conhecidas em sua época. (<https://netnature.wordpress.com/2018/05/22/ernst-haeckel-sua-importancia-para-a-historia-recente-da-biologia/>).

²¹⁵ Mohl, Hugo Von (1805-1872) foi um botânico alemão conhecido por suas pesquisas sobre a anatomia e fisiologia das plantas células. Formado em medicina tornou professor de botânica na Universidade Tübingen em 1835 e lá permaneceu até sua morte. Como resultado de seus estudos com a célula vegetal, desenvolveu a ideia de que o núcleo da célula estava dentro do material coloidal granular que constituía a substância principal da célula. Em 1846 ele chamou esta substância *protoplasma*, palavra inventada pelo fisiologista tcheco Jan Evangelista Purkinje com referência ao material embrionário encontrado nos ovos. Von Mohl também foi o primeiro a propor que novas células são formadas por divisão celular, um processo que ele observou na alga *Conferva glomerata*. Em 1851, ele propôs a visão agora confirmada de que as paredes secundárias das células vegetais têm uma estrutura fibrosa (<https://www.britannica.com/biography/Hugo-von-Mohl>).

²¹⁶ Wilhelm August Oscar Hertwig (1849-1922) foi um dos fundadores da ciência da hereditariedade e um dos mais brilhantes embriologistas e anatomistas comparativos da Alemanha. Foi professor de anatomia geral e

chama a atenção a parte conclusiva do texto *Paisagens*, no qual Carlota ressalta as belezas e riquezas naturais da região sertaneja do Maranhão em um texto carregado de sentimentos de amor pelo sertão e pelo país, ao recitar as palavras da poetisa e romancista inglesa Carlota Smith:²¹⁷

Figura 48: Fragmento de *Paisagens*, de Carlota Carvalho



Fonte: DIÁRIO DE S. LUIZ, de 19 de novembro de 1924, fl.2²¹⁸

embriologia em Berlim e Instituto Anatômico-Biológico. Descobriu em 1875 do processo de fertilização no ouriço-do-mar e sua observação em 1890 do primeiro caso de partenogênese no reino animal - em uma estrela do mar. Por vários anos, editou o *Archiv fur Mikroskopische Anatomie* (<https://www.nature.com/articles/163596a0>).

²¹⁷ Charlotte Turner Smith, (1749- 1806) foi uma poetisa e romancista romântica inglesa. Ela iniciou um renascimento do soneto inglês, ajudou a estabelecer as convenções da ficção gótica e escreveu romances políticos de sensibilidade. Foi uma escritora de sucesso, publicou dez romances, três livros de poesia, quatro livros infantis e outras obras variadas ao longo de sua carreira. Ela se via como poetisa antes de mais nada, poesia naquele período sendo considerada a forma mais exaltada de literatura. Os estudiosos agora atribuem a ela a transformação do soneto em uma expressão de sentimento lamentável (https://en.wikipedia.org/wiki/Charlotte_Turner_Smith).

²¹⁸ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00146.0170 - Rótulo: 093874

Nome: Diário de S. Luiz (MA) - 1920 a 1949 / Ano 1924\Edição 00261 (1). Disponível:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093874&Pesq=%22Carlota%20carvalho%22&pagfis=51>

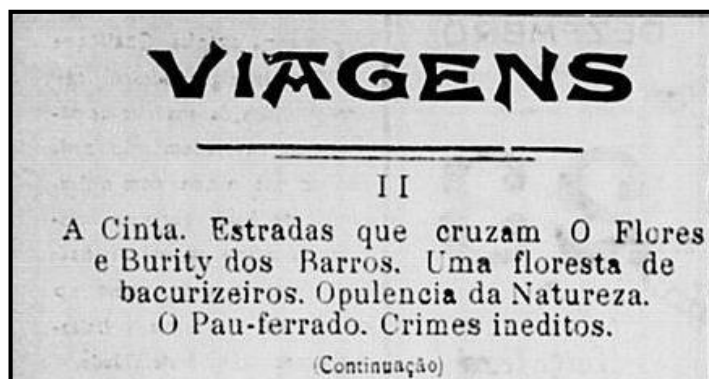
O texto de Carlota Smith, citado por Carlota Carvalho no texto *Paisagem*, não é a única referência que nos remete ao livro *Inocência* (1872), de Alfredo d'Escagnolle Taunay²¹⁹, o Visconde de Taunay. Em seu texto, ela recorre às reflexões feitas por Taunay no primeiro capítulo de *Inocência*, incluindo citações do autor. As indagações que Carlota faz no fragmento da Figura 48 dizem respeito à vida das plantas. Ela se perguntava sobre a possibilidade de existir um espírito garantidor do *fluido que é a vida, o qual tem a propriedade de conservar unida a matéria que se dissolve depois que o fluido evola-se*. Nessa reflexão, Carlota recorre a Goethe que, em *Fausto* afirma que *Todos vós bem sentis a acção secreta / Da Natureza em seu governo eterno, / E, de íntimas camadas subterrâneas, / Da vida, o início à superfície emerge* (DIÁRIO DE S. LUIZ, de 19 de novembro de 1924, fl.2). A menção que Carlota faz a Goethe, remetendo às possibilidades de existência de forças secretas na natureza que conspiram constantemente e agem sobre a existência humana evidencia sua sintonia com o debate em torno da formação da nação do século XIX e início do XX.

Na segunda série *Viagens (I, II e III)*, um pouco mais extensa, a autora compartilha registros da geografia e da história da região, citando lugares e percursos das viagens, como o próprio título da série sugere.

08

²¹⁹ Alfredo Maria Adriano d'Escagnolle Taunay (1843-1899) foi um escritor, militar e político do império brasileiro. Monarquista e grande admirador de D. Pedro II, com ele manteve uma longa correspondência quando o ex-imperador foi exilado do país. De família aristocrata, seu avô, o pintor Nicolas Antoine Taunay, veio para o Brasil com a Missão Francesa, em 1816. O romance "Inocência" publicado em 1872 é considerado o melhor romance sertanejo do Romantismo, onde retrata a vida rústica do sertanejo: a paisagem, os hábitos, os costumes, a naturalidade dos diálogos, os tipos humanos com pouca dose de idealização e fantasia. O romance tornou-se um clássico do fim do romantismo, obteve extraordinária popularidade e foi traduzido para diversas línguas. Foi presidente da província de Santa Catarina e da província do Paraná de 1885 a 1886. Presidiu a Sociedade Central de Imigração que promoveu a chegada dos primeiros imigrantes alemães e italianos para o sul do Brasil. Foi um dos mais dedicados partidários da abolição da escravatura. Dedicado às suas múltiplas atividades, Visconde de Taunay destacou-se também como jornalista músico e pintor, além de ter sido administrador da floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro. Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e da Academia Brasileira de Música, onde ocupou a cadeira n.º 13. Taunay foi oficial da Ordem da Rosa, Cavaleiro da Ordem de São Bento, da Ordem de Aviz e da Ordem de Cristo (https://www.ebiografia.com/alfredo_taunay/).

Figura 49: Título e subtítulos de *Viagens*, de Carlota Carvalho



Fonte: DIÁRIO DE S. LUIZ, 23 de dezembro de 1924, fl.2

Além dos registros relacionados à rica e prodigiosa natureza sul maranhense, Carlota também traz importantes informações sobre lugarejos, pessoas, conflitos, debates travados, encontros e aconchegos. Em *Passagens* e *Viagens*, a ideia de sertão exposta por Carlota se aproxima da concepção de “lugar” para Certeau, de um sertão enquanto “lugar praticado” (...), “o tabuleiro das identidades” (...), “o jogo do sistema dos lugares definidos”. Cada nome dado às várzeas, aos rios e às serras do sertão “evocam as ‘autoridades locais’ ou ‘superstições’”, entre outras riquezas culturais (CERTEAU, 1998, p. 186-187). Tudo isso, no dizer de Certeau, é o que transforma o território em lugar, na medida em que:

Estamos ligados a este lugar pelas lembranças (...) É pessoal, isto não interessaria a ninguém, mas, enfim é isso que faz o espírito do *lugar* [grifo nosso]. Só há lugar quando frequentado por espíritos múltiplos, ali escondidos no silêncio, e que pode “evocar” ou não. Só se pode morar num lugar assim povoado de lembranças (CERTEAU, 1998, p. 189)

Dessa forma, estar ligado ao lugar significa habitar o lugar, partindo-se “da ideia importante para Certeau, segundo a qual habitar não é somente situar-se em um território, mas habitar uma língua e expressá-la por um discurso” (DOSSE, 2013, p. 95). A partir dessa perspectiva, é possível perceber que o discurso sobre o sertão de Carlota e de seus contemporâneos está articulado com a ideia de nação presente na conjuntura do final do século XIX e início do XX.

4.4 “O SERTÃO” DE CARLOTA CARVALHO

Nos meus tempos de ginásiano, quando se falava em “O Sertão”, era como se falasse de um monstro sagrado. Só existia na estante ou no baú de poucos. Com sua edição esgotada, quem possuía o guardava como se fosse um diamante raro e cobiçado.

De autoria do escritor maranhense Sálvio Dino (2007, p. 47-48), as palavras em epígrafe nos revelam que a obra “O Sertão” atravessou a quase totalidade do século XX envolta em uma espécie de penumbra histórica, tida como obra rara, mas relegada à pouca visibilidade, assim como sua autora. Essa peculiar condição levou a escritora Maria do Socorro Cabral, autora de *Os Caminhos do Gado: Conquista e ocupação do sul do Maranhão*, de 1992, oito anos antes da segunda edição de “O Sertão”, a destacar a inexistência de outras obras que tratassem sobre o sertão maranhense e sua gente. De acordo com Cabral (2008, p. 35), depois da obra “Carolina”, de Cândido Mendes, publicada em 1852, e que trata da fixação de limites entre as províncias do Maranhão e de Goiás, tem-se somente a obra “O Sertão” de Carlota Carvalho (1924), que se apresenta como uma “obra bastante rara e de extrema importância para a história da região”.

A atribuição de livro-monumento que alguns autores conferiram ao “O Sertão”, dando-lhe “significação” para além do que “sua função original previa” (SANTIAGO JÚNIOR, 2015, p.256), caracterizou o período de 76 anos compreendido entre a primeira e a segunda edição. Desde seu lançamento, a obra foi tida como “de grande imponência, suntuosidade ou grandiosidade”, que por sua condição de monumento cercado de afetividade “afronta o tempo vivido” (CHOAY, 2006 p.26). Ao ser comparada a outras grandes obras, como “Os Sertões” de Euclides da Cunha, “O Sertão” de Carlota é descrito como livro impregnado do “cientificismo dominante à época” (DINO, 2007, p. 46), talhado nos “estudos positivos”, com precisas sínteses históricas e “conclusões” (...) “rigorosas, ao ponto de vista do filosofismo corrente” (MURAT in CARVALHO, 2000, p. 49). Estas características dão à obra o sentido de monumento histórico, que mesmo não sendo criado para esse fim, posteriormente, foi sendo valorado com esta função por indivíduos das gerações seguintes (RIEGL, 2014 *apud* BRAGA, 2019, p. 3).

Darnton (1990), ao se referir à exploração das obras de Rousseau feitas por Starobinski, em “Jean-Jacques Rousseau: transparência e obstáculo”, afirma que “qualquer obra que se cristaliza como um clássico pode sofrer de um endurecimento das artérias. Pode matar um objeto esgotando-o, e pode se tornar um monumento a um empreendimento intelectual no passado, ao invés de um estímulo para maiores esforços no futuro” (DARNTON, 1999, p. 274). Embora esse caráter monumental, ao qual se refere Darnton, tenha sido conferido à obra “O Sertão” ao longo da sua existência, temos assistido nas últimas décadas, para além do “poder afetivo” que cercam os monumentos históricos, “novos usos educativos, científicos e práticos” (LE GOFF, 2003, p.119) que vêm sendo dados ao livro escrito por Carlota. Vale lembrar que não obstante a “transparência e o obstáculo”, como afirma Darnton, “O Sertão” é um documento “que certamente traz as marcas da época em que foi escrito” (1990, p. 274).

Tratar do livro “O Sertão” não é uma tarefa fácil, pois vai além do conteúdo que ele aborda. Há muita polêmica²²⁰ em torno desta obra, que, na opinião de estudiosos do sertão maranhense, seria uma obra de grande envergadura, constituindo-se em referência para os estudos sobre o território, o homem e os eventos históricos da região sertaneja. Embora não seja a nossa intenção nesta tese tratar da trajetória da obra “O Sertão”, não é possível falar de Carlota Carvalho sem tecer considerações sobre seu principal livro, aquele que a projetou no rol dos intelectuais maranhenses da primeira metade do século XX.

Ler um livro sem saber nada sobre as circunstâncias da sua publicação, como diz Chartier (1998, p. 128), “não é a mesma experiência”. Para o autor, ao estudar uma obra, o historiador deve considerar “o estudo da produção, da transmissão e da apropriação dos textos” (CHARTIER, 1998, p. 18). A trajetória da obra “O Sertão”, por vezes, é confundida com o percurso da autora Carlota Carvalho. Portanto, conhecer os atores e os fatos envolvidos no processo de publicação de um livro parecem cruciais para compreensão não apenas de sua construção, mas as relações nas quais a autora se inseria, que se tornaram cruciais para a publicação e divulgação do trabalho que conferiu à ela maior visibilidade. Partindo da produção e criação textual da obra “O Sertão”, nos apropriamos da assertiva de Chartier (1998) que entende não haver distinção entre texto e impresso, já que os autores não escrevem livros, mas textos. Esses são transformados em livros, que são pensados e arquitetados por uma equipe editorial. Portanto, para Chartier (1998, p. 18), “todos os atores e processos” dessa construção são importantes para que “o texto se transforme em livro”, o que vale pensar, inicialmente, no trajeto que fez tornar possível a materialização da obra “O Sertão”.

Para além do conteúdo textual, a rede de relações acionada pela autora durante o processo de sua publicação foi significativa para o sucesso da iniciativa e da obra. Neste sentido, como afirma João Renôr, na apresentação da 2ª edição, “a entourage da qual a autora de “O Sertão” se cercou no Rio de Janeiro, em 1924, era o mais exponencial da época”. Esta

²²⁰ Em especial, as relacionadas à sua autoria. Se “O Sertão” é ou não uma obra de autoria feminina talvez não seja a mais relevante polêmica que cerca a trajetória do livro. Esta é, contudo, a que mais incomoda ou a chave para um profícuo debate acerca da escrita feminina, que passa por Carlota Carvalho e tantas outras mulheres que se aventuraram ao uso da “palavra pública”. Num momento histórico em que o uso da palavra era um “santuário masculino”, onde para a mulher “somente o uso desta [...] já coloca um problema”, traz as discussões relacionadas à escrita de mulheres e as questões de gênero para o debate da autoria de “O Sertão”. “Eu detesto as mulheres que escrevem, sobretudo aquelas que disfarçam as fraquezas de seu sexo num sistema”, escreve Tocqueville, 1848, ao se referir à escritora George Sand, que segundo ele tinha, “uma maneira de homem político” (PERROT, 2005, p.382).

rede estava composta pelos intelectuais “Manoel Nogueira da Silva²²¹, Irineu Veloso²²² e Raul Pederneiras²²³, respectivamente bibliotecário, tesoureiro e presidente da Associação Brasileira de Imprensa, além do doutor Luiz Murat, membro da Academia Brasileira de Letras, dentre outros” (CARVALHO, 2000, p. XI), juntamente com outros intelectuais.

Dentre os intelectuais de destacada presença no cenário brasileiro com os quais Carlota se relacionava, ela faz questão de mencionar o renomado intelectual Tobias Monteiro,²²⁴ que se interessou e entrevistou positivamente pela publicação da obra. Por meio de uma carta subscrita “em 2 de fevereiro de 1924”, Tobias Monteiro solicita da Academia Brasileira de Letras, na pessoa do seu presidente Luiz Murat, informações sobre trabalho da escritora maranhense. De acordo com a missiva de Tobias Monteiro, foi com base nas informações contidas nos textos publicados por Murat, em sua coluna no *Jornal do Brasil*, que surgiu o desejo de adquirir a obra, para qualificar seus estudos sobre o Maranhão. Na apresentação da obra “O Sertão”, intitulada “Ao Leitor”, Carlota estende os agradecimentos “ao Exmo. Sr. Senador Tobias Monteiro, visto o interesse demonstrado pela seguinte carta endereçada ao presidente da Academia Brasileira de Letras”. A referida carta tem o seguinte teor (CARVALHO, 2011, p. 83):

221 Manoel Nogueira da Silva (1880 – 1943) foi jornalista, cronista literário e crítico de arte. Autor maranhense, que escreveu entre outras, a obra *Pequenos Estudos sobre Arte, Pintura, Escultura* (1926) e era considerado um dos melhores comentadores da obra do escritor Gonçalves Dias (Gazeta de Notícias, 28 de janeiro de 1940). Ocupou a cadeira 23 da Academia Carioca de Letras e trabalhou nos jornais *Gazeta de Notícias* e *A Notícia* (<http://brasilianafotografica.bn.br/?tag=manoel-nogueira-da-silva>).

222 Não foi possível encontrar dados sobre Irineu Veloso, além da informação de que foi tesoureiro da Associação Brasileira de Imprensa.

223 Raul Paranhos Pederneiras (1874 - 1953) foi caricaturista, chargista, professor, pintor, escritor e dramaturgo. Formado em direito. Como caricaturista e escritor, trabalhou em vários jornais do Rio de Janeiro. Foi professor de anatomia artística na Escola Nacional de Belas Artes, na mesma cidade, cargo que abandonou em 1938, para se dedicar à docência do direito internacional na Faculdade Nacional de Direito da antiga Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e que exerce até sua aposentadoria. Em 1924, reuniu em um álbum suas caricaturas *Cenas da Vida Carioca*. Fez uma única individual de pintura, sobretudo aquarela, em 1926, no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro. Publicou obras diversificadas, como os desenhos *Figurações Onomásticas* e a comédia *A Boa Haidéa*, ambos de 1928. Do mesmo ano é sua conferência ilustrada sobre *A Caricatura no Brasil*, também impressa. O segundo álbum das *Cenas da Vida Carioca* sai em 1934. Seguem-se a ele, ainda nos anos 1930, dois livros jurídicos de sucesso (<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa4263/raul-pederneiras>).

224 Tobias do Rego Monteiro (1866-1952) foi um jornalista, banqueiro e político brasileiro. Foi senador pelo Rio Grande do Norte de 1921 a 1923, pelo Partido Republicano. Jornalista experiente dirigiu vários jornais, e nessa condição entrevistou Émile Zola acerca do Caso Dreyfus, em 24 de junho de 1898. Como escritor, Tobias Monteiro recebeu o Prêmio Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras, pelo conjunto da obra. Foi secretário do *Jornal do Brasil* e redator político do *Jornal do Comércio* entre 1894 e 1902, colaborou em *A República*, *Gazeta da Tarde*, *Correio Paulista*, *O País* e *Diário de Notícias*. Foi ainda sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Autor de vários livros sobre a História do Brasil, Tobias do Rego Monteiro, foi um dos maiores estudiosos do Império Brasileiro. José Murilo de Carvalho ressalta a importância da sua coleta de documentos sobre o período” (https://livraria.senado.leg.br/index.php?_route_=historia-do-imperio-vol-19;cpdoc.fgv.br > files > verbetes > primeira-republica).

Bela Vista, Petrópolis, E. do Rio, 2 de fevereiro de 1924.

Ilmo. Sr. Luiz Murat

Tendo lido o seu novo artigo a respeito da dona Carlota Carvalho, sinto grande desejo de ler a obra dessa escritora.

Justamente agora estudo o movimento emancipador do Maranhão, que é, talvez, tão importante quanto o da Bahia. E as informações contidas no livro dessa senhora interessa-me muito.

Recorro a V. S.^a para saber onde obter um exemplar e espero não o fazer em vão.

Digne-se a aceitar os protestos de minha alta consideração.

De V. S. Crd. Attº Obº

TOBIAS MONTEIRO

Outra recomendação que Carlota faz questão de assinalar nas páginas iniciais da primeira edição da obra é o apoio recebido pelo presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Raul Pederneiras. Por meio de carta enviada ao redator-chefe do jornal do Brasil, Aníbal Freire,²²⁵ Raul Pederneiras posiciona-se a favor da divulgação da obra por uma questão de “conveniência pública”. Em relação à essa recomendação, Carlota afirma que “deu-me a seguinte apresentação” (CARVALHO, 2011, p 82).

Associação Brasileira de Imprensa – Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1924

Prezado Dr. Aníbal Freire

Saúde e Paz.

Peço vênha para apresentar a distinta professora senhora dona Carlota Carvalho, da qual fiz-me ver o merecimento incontestável de um excelente trabalho sobre Geografia, e História do Brasil, pedindo-lhe a vulgarização do mesmo pelo “Jornal do Brasil”, sob a sua proficiente direção.

O trabalho que tem merecido justos elogios dos competentes, destinava-se a publicação na época do centenário de nossa emancipação política, mas, por fatos independentes de sua vontade, a ilustre professora não realizou seu intento.

Sendo a publicação desse trabalho uma conveniência pública, parece que não deve permanecer desconhecido em razão de ter perdido a dita oportunidade.

Com a bondosa acolhida que por certo dará à minha apresentada, confirmará a proverbial atenção com que muito cativa o

Confrade e amigo,

RAUL PERDENEIRAS

²²⁵ Aníbal Freire da Fonseca (1884-1970) foi jornalista, advogado, promotor, magistrado, professor e político brasileiro, sergipano de nascimento. Ainda estudante, em 1898, começou a fazer jornalismo, profissão a que votaria sempre, com os intervalos de sua carreira de político e suas atividades jurídicas. Exerceu as funções de membro do Conselho Superior de Ensino de 1913 a 1923 e do Conselho Nacional de Educação, de 1934 a 1940. De fins de 1938 a junho de 1940 exerceu o cargo de Consultor Geral da República, de que se afastou, por ter sido nomeado Ministro do Supremo Tribunal, no qual se conservou até maio de 1951, quando foi aposentado, por tempo de serviço. Foi redator da Gazeta da Tarde no Rio, redator principal do Diário de Pernambuco, diretor do Jornal do Brasil. Afastou-se, então, das lides jornalísticas, por haver ingressado no Supremo Tribunal Federal, depois de aposentado do cargo de Ministro, voltou à direção do Jornal do Brasil, em 1951, do qual se afastou, definitivamente, em 1961. Foi presidente e membro da Comissão Permanente do Livro do Mérito e Chanceler da Ordem do Mérito. Foi membro da Sociedade Brasileira de Direito Internacional; sócio efetivo do Instituto Arqueológico Pernambucano; sócio do PEN Clube do Brasil e sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (<https://www.academia.org.br/academicos/anibal-freire/biografia>).

Vale destacar que a primeira edição da obra publicada em 1924, pela *Empresa Editora de Obras Científicas e Literárias*, com sede no Rio de Janeiro, foi realizada sob a expressa recomendação de Manuel Nogueira da Silva, a quem, segundo o próprio, caberia assinalar positivamente pela publicação da obra, na referida editora. Nas páginas iniciais de “O Sertão”, em texto intitulado “Duas palavras” (CARVALHO, 2011, p 79), Carlota compartilha o longo e texto escrito pelo então bibliotecário da Associação Brasileira de Imprensa:

A um acaso devo a aventura de aliar o meu nome ao da ilustre escritora dos *FATOS E CONTOS* e do *O SERTÃO*. Sou dos que entenderam que os trabalhos monumentais dessa brasileira deviam ser publicados.
 A minha tarefa é simples: suspender o reposteiro do pórtico e mostrar.
 À vista desta obra detenhamo-nos um momento.
 O livro que se vai ler não tem nada de comum com o que há publicado sobre o Maranhão e a Amazônia, parceladamente, e sobre o Brasil em geral, seus homens, suas coisas.
 A escritora é visceralmente rebelde às imposições do convencionalismo mentiroso e causa admiração pela coragem de convencida e o desassombro com que narra os fatos e sustenta suas opiniões.
 Por isto é original. E é isto o que assinalará *O SERTÃO* como uma das obras mais notáveis até o presente publicadas.
 (...) O livro é todo sensacional.
 Não faço um prefácio, não escrevo uma crítica.
 Merece ser lido e meditado.
 Suspendo o reposteiro: passai e vede. *Manuel Nogueira da Silva*.
 (CARVALHO, 2011, p 79-80).

Essa rede de relações, que muito contribuiu para a publicação de “O Sertão” pela *Empresa Editora de Obras Científicas e Literárias*, para além de reafirmar o valor da obra, evidencia o bom trânsito da autora de “O Sertão” entre os intelectuais da primeira metade do século XX. Embora a competência da autora e a pertinência da obra “O Sertão” tenham sido os argumentos dados pelos intelectuais para recomendar sua publicação, há de se considerar os trânsitos e rituais que caracterizavam o meio intelectual no período e que asseguraram o êxito do projeto de Carlota. Importa, por isso, reconhecer o papel desempenhado pela rede de sociabilidades na qual Carlota se inseria.

Sirinelli (2003, p. 248), ao analisar os espaços de sociabilidades, informa que os intelectuais organizam-se em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas igualmente determinantes” que “são difíceis de apreender”, mas que não devemos ignorar. O envolvimento da Academia Brasileira de Letras e da Associação Brasileira de Imprensa, duas das mais influentes instituições culturais brasileiras durante os séculos XIX e XX, no processo de publicação de “O Sertão”, é evidência concreta das relações

de influências e de afetos, que contribuíram não apenas a publicação, mas também para a divulgação da obra “O Sertão”.

Essa rede de sociabilidades se torna mais evidente, ainda, quando percebe-se que, no ano de 1924, antes mesmo de sua publicação, “O Sertão” já era notícia nos principais jornais e periódicos do país, tanto sob a forma de anúncios do que estava por vir, quanto por meio de sinopses feitas por intelectuais. Um exemplo delas é a escrita por Luiz Murat, que, em 19 de janeiro de 1924, no *Jornal do Brasil* (fl.5), publica uma matéria de meia página, sob o título “Carlota Carvalho”. Nessa matéria, Murat elenca as qualidades da autora, apresentando-a como uma intelectual ilustre da qual *o sábio alemão Barão Von Paumtegardtten, com quem D. Carlota Carvalho travara interessante polêmica, escreveu: “é a brasileira de maior cultura”*. Em seguida, Murat passa a discorrer sobre pontos que considera relevantes em “O Sertão”, relacionados tanto com fatos históricos, quanto com descrições geográficas e compreensões filosóficas.

Figura 50 Recorte do artigo Carlota Carvalho de autoria de Luiz Murat



(Transcrição)

“JORNAL DO BRASIL”
Rio, 19 de Janeiro de 1924

CARLOTA CARVALHO

Para esta senhora ilustre chamo a atenção de quantos desejarem estabelecer relações com os ornamentos da nossa cultura intelectual.

O sábio alemão Barão de Von Paumtegardtten, com quem D. Carlota Carvalho travava interessante polêmica, escreveu: “é a brasileira de maior cultura”.

Fonte: JORNAL DO BRASIL, 19 de janeiro de 1924, fl. 5²²⁶

²²⁶ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00557.0072 Rótulo: 030015_04 Nome: Jornal do Brasil (RJ) - 1920 a 1929 / Ano 1924\Edição 00017 (1). Disponível: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_04&Pesq=%22Carlota%20carvalho%22&pagfis=27051

Outra matéria, também de autoria de Luíz Murat, foi publicada no mesmo jornal, em 2 de fevereiro de 1924, sob o título *Subsídios para a Geographia e a História do Brasil*. Neste artigo, Murat centra o debate nas questões relacionadas à História do Brasil, em especial, aos aspectos relativos à luta pela Independência. Murat inicia o texto, afirmando:

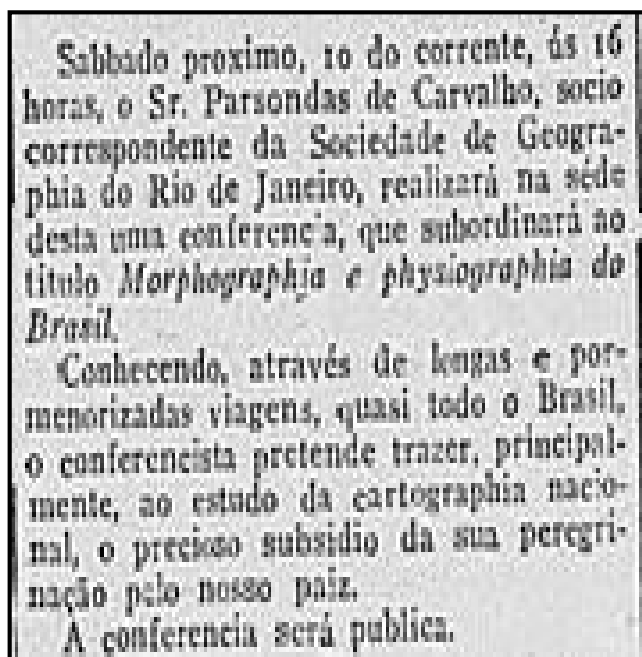
Não preciso de mais nada para avaliar a obra da Sra. D. Carlota Carvalho. A serenidade e a precisão com que detalha os factos nessa época notável da nossa evolução política; o enredo novo e claro no qual são dispostos os factos e o dom de despertar cada vez mais a nossa curiosidade pelo que ocorreu na nossa pátria, nos primórdios de nossa civilização, dão aos “Subsídios para a Geographia e História do Brasil” um realce notável (JORNAL DO BRASIL, 2 de fevereiro de 1924, fl.5).

De acordo com Sirinelli (2003, p. 249), o meio intelectual se constitui em um “pequeno mundo estreito, onde os laços se atam” por meio das “relações de amizade”, e se constrói pelas “fidelidades que arrebanham e as influências que exercem”, em decorrência das posições ideológicas e culturais em comum, os debates suscitados e ou as cisões advindas. Em se tratando de Carlota Carvalho, esse “pequeno mundo estreito” e as “relações de amizades” construídas durante a sua trajetória envolvem necessariamente a origem familiar e relações de parentesco, além, é claro, das escolhas realizadas. Envolve, acima de tudo, as oportunidades que foram facultadas a ela pelo irmão João Parsondas de Carvalho, que, sem dúvida, foi a maior referência e parceria intelectual da autora.

Durante o período em que Carlota viveu no Rio de Janeiro, isto é, de 1919, quando para lá embarcou à bordo do “Acre”, até 1924, teve como companhia o irmão João Parsondas de Carvalho, acompanhando-o em diversas atividades de cunho cultural e político, o que possibilitou um maior contato com figuras ilustres da *intelligentsia* carioca de então. Vale lembrar que neste período, o jornalista João Parsondas de Carvalho trabalhou em destacados jornais da capital, a exemplo de *O Paiz* e o *Jornal do Brasil*, além de ter participado de vários eventos na condição de conferencista. Suas conferências versaram sobre temas relacionados à História e a Geografia do Brasil e foram promovidas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no qual era sócio, sendo que, dentre elas, pode-se destacar *Morfographia e Phisiographia do Brasil* (O PAIZ, 8 de novembro de 1923, fl.4) e o *Maranhão histórico* (O PAIZ, 4 de dezembro de 1923, fl.5).

Figura 51: Conferência de Parsondas de Carvalho no IHGB

(Transcrição)



Sabbado próximo, 10 do corrente, ás 16 horas, o Sr. Parsondas de Carvalho, sócio correspondente da sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, realizará na sede desta uma conferencia, que subordinará ao titulo Morphographia e physiographia do Brasil.

Conhecendo, através de longas e pormenorizadas viagens, quase todo o Brasil, o conferencista pretende trazer, principalmente, ao estudo da cartografia nacional, o precioso subsidio da sua peregrinação pelo nosso paiz.

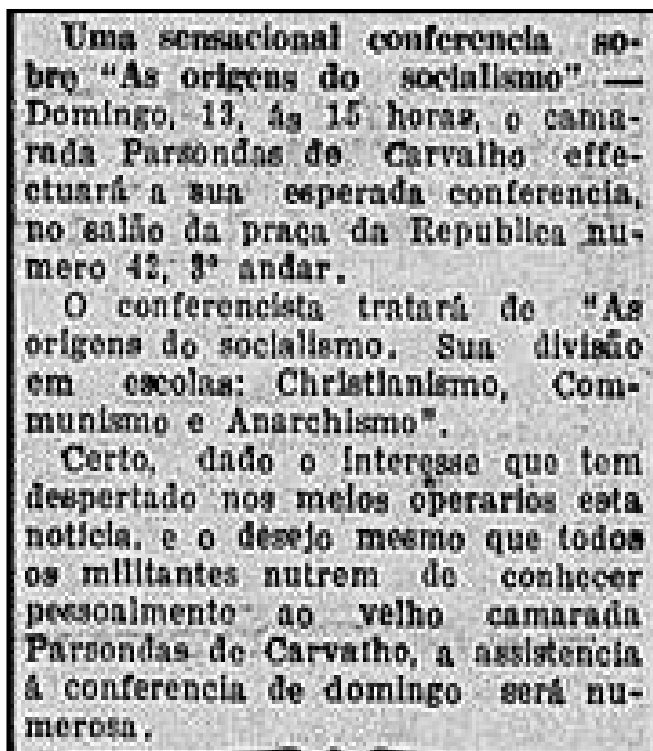
A conferencia será publica.

Fonte: O PAIZ (RJ), 8 de novembro de 1923, fl.4²²⁷

Assim, é possível perceber a partir dos editoriais dos jornais da primeira metade do século XX, a atuação de João Parsondas de Carvalho em uma série de atividades culturais tanto no estado do Maranhão e do Pará, como na capital da República. O nome de Parsondas aparece associado sempre aos de outros intelectuais integrantes das agremiações de intelectuais daquele período, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, a Associação Brasileira de Imprensa, ABI e a Academia Brasileira de Letras, ABL, sendo que nas duas primeiras participava na condição de sócio. Os jornais dão também conta a vinculação de João Parsondas de Carvalho à organização socialista que se formara no país nas primeiras décadas do século XX, como nos informa *O Paiz (RJ)* de 2 de abril de 1924 (fl.6); 6 de abril de 1924 (fl.8); 11 de abril de 1924 (fl.6); 12 de abril de 1924 (fl.7); 13 de abril, de 1924 (fl.8); 17 de abril de 1924 (fl.7) e 20 de abril de 1924 (fl.12). Na Figura 52, encontra-se a divulgação de Conferência “As origens do socialismo”, proferida por Parsondas de Carvalho, que aponta para o seu envolvimento político.

²²⁷ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00132.0072 - Rótulo: 178691_05 Nome: O Paiz (RJ) - 1920 a 1929 / Ano 1923\Edição 14261 (1). Disponível: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&Pesq=%22parsondas%20de%20carvalho%22&pagfis=15184.

Figura 52: Conferência de Parsondas de Carvalho sobre o socialismo



Fonte: O PAIZ (RJ), 11 de abril de 1924, fl.6²²⁸

Ainda a partir da acepção de Sirinelli (2003, p. 248) acerca dos “laços que se atam” e das “relações” entre os intelectuais, vale ressaltar as parcerias construídas entre Carlota Carvalho e o jornalista Souza Bispo, que favoreceram a produção e divulgação de alguns de seus trabalhos. Mais do que uma amizade pelo “gosto de se conviver”, observa-se uma profícua colaboração intelectual entre o jornalista e a escritora, como se pode observar na autoria da capa da primeira edição do livro “O Sertão” no ano de 1924.

Nesse sentido, vale ressaltar que a capa de um livro é sempre um trabalho de muita relevância, pois é o primeiro contato do leitor com a obra, e exige uma criação que possa representar bem o conteúdo que a obra apresenta. Criada a princípio com o objetivo de proteger a obra, a capa, de acordo com Ana Isabel Carvalho (2008), foi ao longo da história do livro recebendo outros significados. A capa, “como a face visível do livro, tornou manifesto o seu uso para cumprir outras funções”, como a de “caráter ornamental”, a fim de “dotar livro de uma aparência digna do seu valor económico e social” (CARVALHO, 2008, p.7). Assim, coube a

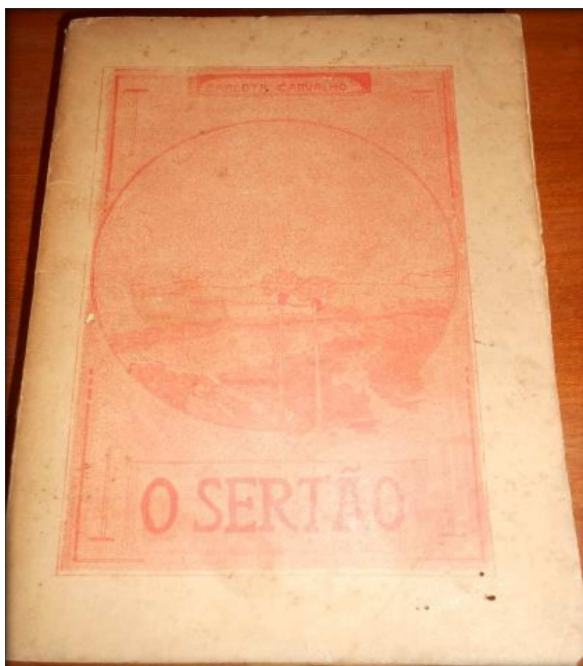
²²⁸ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00132.0072 - Rótulo: 178691_05

Nome: O Paiz (RJ) - 1920 a 1929 / Ano 1924\Edição 14418 (1). Disponível:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&Pesq=%22parsondas%20de%20carvalho%22&pagfis=16854.

Souza Bispo, em função de suas habilidades artísticas, já bastante conhecidas por outros trabalhos executados, a tarefa de desenhar a capa da obra “O Sertão”, que é registrada por Doncri por meio de uma carta publicada no jornal *Pacotilha* (1936).

Figura 53: Capa²²⁹ da primeira edição de “O Sertão”, desenhada por Souza Bispo (1924)



Fonte: <https://www.levyleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=189416>. CARVALHO, Carlota: O Sertão. Empresa Editora de Obras Scientificas e Literarias. Rio de Janeiro. 1924. 19 x 13 cm. 419pp

Sobre a relação entre Souza Bispo e Carlota Carvalho, o jornal *Pacotilha*, de 15 de julho de 1936 (fl. 2), publica o texto intitulado *Carta Antiga à Souza Bispo*, assinada por Doncri. Na referida carta, Doncri faz alusão à relação entre Carlota e o destacado jornalista Souza Bispo, relação marcada pela colaboração em outros trabalhos publicados pela autora. Afirmar Doncri:

Quero dizer algo a vossê Souza Bispo! Vem-me à lembrança de logo aquelle momento radioso. Em que encontrei arremangado, a gaforina esgrouviada, naquele alto quarto do segundo andar de pensão, à rua S. Pedro, no Rio, a desenhar, num papel largo, de sobre uma mesa mole e ampla, feita d'improviso, qualquer paisagem sertaneja para o livro o "Sertão", de D. Carlota de Carvalho (PACOTILHA de 15 de julho de 1936, fl. 2).

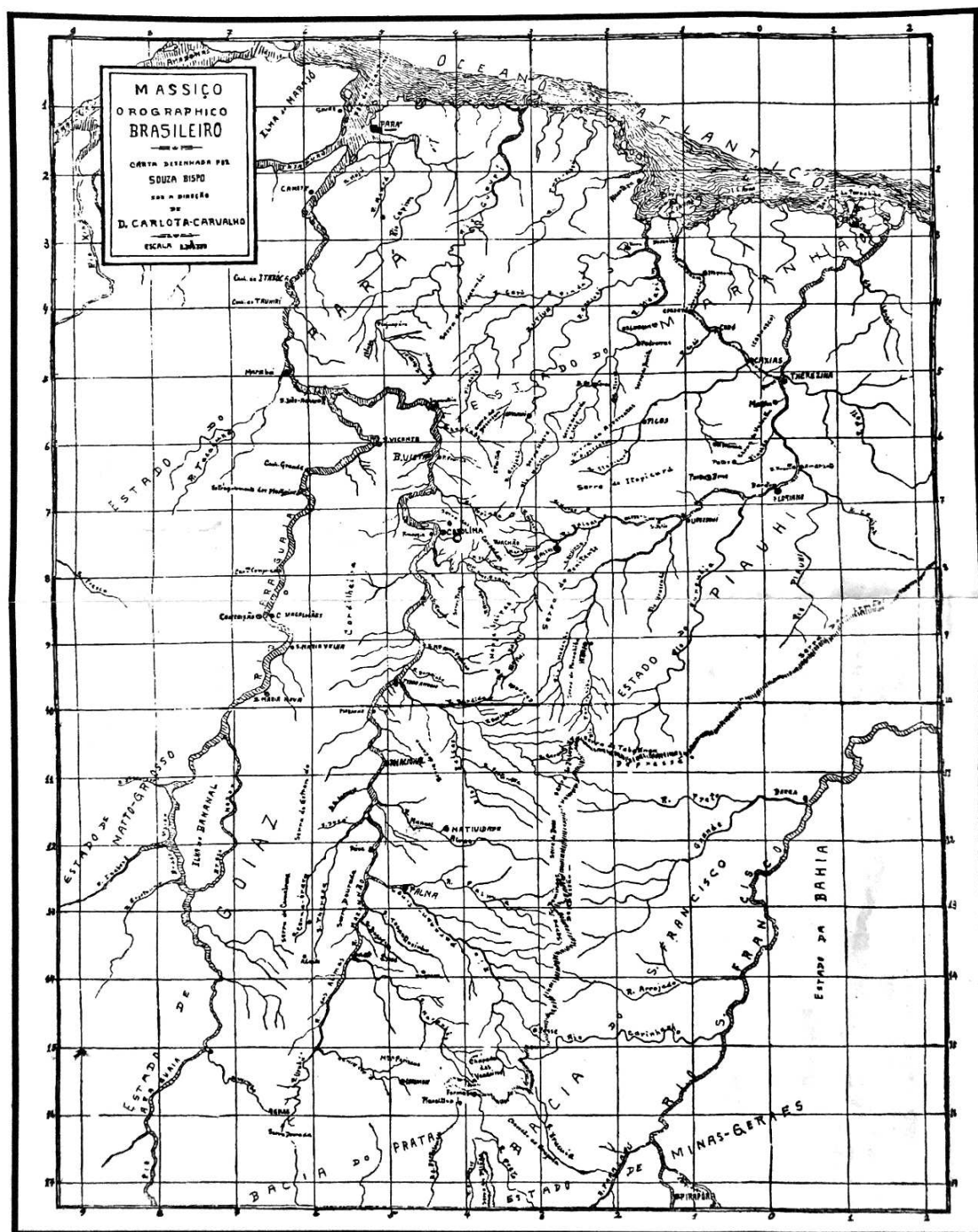
Considerando a profícua parceria entre Carlota e Souza Bispo, vale lembrar que, em estudos de trajetórias pessoais e sociais de intelectuais, é crucial perceber as redes de

²²⁹ Capa da Primeira edição de “O sertão”, publicado pela Empresa Editora de Obras Scientificas e Literarias. Rio de Janeiro. A imagem consta de uma paisagem sertaneja, que apresenta-se com baixa definição, porém foi a única a que tivemos acesso.

significações, que passam necessariamente pelas relações de amizade e até pelas disputas (CIGALES e ENGERROF, 2016, p. 88). A história dos intelectuais está repleta de exemplos de amizades, parcerias frutíferas e debates acalorados sobre o conteúdo de certos livros. A esse respeito, Darnton (2010, p. 22-23) traz à tona dois casos clássicos dessa relação. O primeiro entre Jefferson e Madison, que debatiam tudo, até a “Constituição dos Estados Unidos, que Madison ajudara a redigir na Filadélfia enquanto Jefferson representava a nova República de Paris”. Outro caso clássico foi a disputa entre Voltaire e Rousseau, em especial, a rixa em torno de *O discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Voltaire teria escrito a Rousseau, o autor da obra, dizendo que a leitura do livro provocava gana de passar a andar de quatro”. Cinco anos mais tarde, Rousseau escreveu a Voltaire “Monsieur (...) eu o odeio. Assim, as relações entre intelectuais se constituíam em um “campo de poder composto de posições que competem entre si”, mas também cheio de possibilidades de parcerias criativas (DARNTON, 2010, p. 23).

Dentre os trabalhos que Carlota Carvalho e Souza Bispo realizaram em parceria está a carta do *Massiço Orográfico Brasileiro*, publicada no ano de 1924. Trata-se do mapa do Maranhão feito a bico de pena que deveria ser inserido na obra “O Sertão”. Esse mapa (Figura, 54), além de constar no encarte da segunda edição de “O Sertão”, foi usado como ilustração de capa da obra publicada pela Ética editora, no ano de 2000.

Figura 54: Mapa desenhado por Souza Bispo sob a direção de Carlota Carvalho (1924)



Fonte: CARVALHO, 2000/ encarte e ilustração da capa da 2ª edição de *O Sertão*

4.4.1 Repercussão da obra “O Sertão”

No dia 27 de junho de 1924, o Jornal *Diário de S. Luiz* publicava uma matéria na sua segunda página, na coluna *Bilhetes Cariocas*, endereçada a Freitas Carvalho. Conforme relata

o autor da matéria, Freitas Carvalho teria se mostrado ressentido com a intelectualidade maranhense que estava muito parada, sem oferecer nada de notável. Concordando com Freitas Carvalho, o jornalista do *Diário* e autor da matéria acrescenta que, em conversa com o escritor Humberto de Campos,²³⁰ o mesmo teria, também, manifestado esse sentimento e que nesse sentido já havia *escrito ao eminente Godofredo Viana aventando a ideia de o Estado mandar reimprimir obras de maranhenses notáveis já falecidos, de cuja revisão se incumbiria. E esperava resposta* (DIÁRIO DE S. LUIZ, 27 de junho de 1924, fl.2).

Nesse mesmo texto, o escritor Humberto de Campos demonstrava sua preocupação com os autores que estavam surgindo, *pois eram totalmente desconhecidos do Rio*. Porém, segundo o mesmo jornalista, Humberto de Campos teria comentado *de como não ficaremos de todo perdidos. Aqui vão estreiar cinco maranhenses, enquanto ahí se encolhem homens de talento e de saber* (DIÁRIO DE S. LUIZ, 27 de junho de 1924, fl.2). Dentre as estreias de que fala Humberto de Campos, o primeiro livro a aparecer seria “O Sertão” da ilustre Sra. Dona Carlota de Carvalho, sertaneja maranhense sobre quem o grande Luiz Murat, já escreveu dois artigos(...). *Esse livro irá preencher sensivelmente lacuna*, afirmava Humberto de Campos (DIÁRIO DE S. LUIZ, 27 de junho de 1924, fl.2), como atestavam as agitações em torno da publicação do livro “O Sertão” de Carlota Carvalho.

Esse diálogo entre o jornalista do *Diário de S. Luiz* e o eminente escritor maranhense Humberto de Campos, é um demonstrativo da expectativa que se criou em relação à obra “O Sertão” no meio intelectual maranhense. Sequiosos de novidades editoriais que pudessem tirá-los do marasmo em que se encontravam nas primeiras décadas do século XX, o texto dá uma ideia do nível de preocupação dos intelectuais maranhenses com a produção intelectual do

²³⁰ Humberto de Campos Veras (1886-1934) foi um escritor, jornalista e político brasileiro. Escreveu crônicas, contos, ensaios, poemas e crítica literária. Foi eleito para a cadeira nº 20 da Academia Brasileira de Letras. Trabalhou em vários jornais do país. Em 1910 publicou seu primeiro livro, uma coletânea de versos, intitulado “Poeira”. Em 1912 muda-se para o Rio de Janeiro onde passou a trabalhar no jornal “O Imparcial”, tendo como companheiros de trabalho, Rui Barbosa, Vicente de Carvalho, José Veríssimo, entre outros. Começa a se destacar no meio literário. Nessa época, com o pseudônimo de Conselheiro XX, assina diversos contos e crônicas, que foram publicadas em jornais das principais capitais brasileiras, hoje reunidos em vários volumes. Assinava também com os pseudônimos de Almirante, João Caetano, Giovani Morelli, Justino Ribas, Micromegas, entre outros. Foi inspetor de ensino e Diretor interino da Fundação Casa de Rui Barbosa, pelo Governo Provisório. Em 1928, Humberto foi diagnosticado com hipertrofia da hipófise. Em 1933, com a saúde já abalada publicou o livro que se tornou o mais importante de sua obra, “Memórias”, onde reúne suas lembranças dos tempos da infância e juventude. Humberto de Campos faleceu no auge de sua popularidade. Boa parte de sua obra foi publicada nos anos seguintes a sua morte. Entre suas obras destacam-se: Poeira, poesia (2 séries 1910 e 1917), A Serpente de Bronze, contos (1921), Carvalhos e Roseiras, crítica (1923), Alcova e Salão, contos (1927), O Brasil Anedótico, anedotas (1927), Antologia da Academia Brasileira de Letras (1928), Memórias (1933), À Sombra das Tamareiras, contos (1934), Memórias Inacabadas (1935), Últimas Crônicas (1936), Diário Secreto (1954), entre outros(<https://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D221/biografia>).

estado, a ponto de recomendarem, inclusive, republicações de obras de *notáveis* intelectuais do passado.

Para além das expectativas criadas em torno da obra “O Sertão”, o diálogo entre Humberto de Campos e o jornalista do *Diário* é, ainda, muito revelador das dificuldades, não apenas das obras publicadas na primeira metade do século XX, mas de sua chamada *vulgarização*, em especial, dos estreantes. Para Humberto de Campos, apesar da existência de novos grandes *talentos* no Estado, não havia chances de sucesso, por serem desconhecidos no Rio de Janeiro. Assim, para esse escritor maranhense, só o talento não era o suficiente, era indispensável se fazer conhecido e assim contar com o necessário apoio para a publicação e divulgação de suas obras. De acordo com o escritor, isto podia ser observado em Carlota Carvalho, que contava com o apoio de um dos mais expressivos intelectuais do período, o *grande Luiz Murat*. A Figura 55 reflete as palavras de Humberto de Campos sobre o apoio que Carlota vinha recebendo do presidente da Academia Brasileira de Letras, o renomado escritor Luiz Murat.

Figura 55: Chamada para o artigo “Carlota Carvalho”, de autoria de Luiz Murat, no *Jornal do Brasil*



Fonte: JORNAL DO BRASIL (RJ), 29 de agosto de 1924, fl.1²³¹

A percepção de Humberto de Campos, à qual tivemos acesso através do jornalista, do *Diário*, confirma a afirmação de Gomes (2014, p. 9), para quem o intelectual precisa necessariamente, “estar envolvido em um circuito de sociabilidade”, sendo que, ao mesmo tempo, sua produção deve refletir o pensamento expresso pelas agremiações a que pertencem os agentes da produção intelectual do momento político e cultural em que vivem. O sucesso de

²³¹ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00557.0072- Rótulo: 030015_04 Nome: Jornal do Brasil (RJ) - 1920 a 1929 / Ano 1924\Edição 00017 (1). Disponível: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_04&pesq=%22O%20Sert%C3%A3o%22&pasta=ano%20192&pagfis=27047

publicações fora do centro da República inexistia, já que, de acordo com Humberto de Campos quase nada acontecia nos espaços tidos como a periferia do grande centro cultural do período, o Rio de Janeiro, onde se localizavam as sedes, de quase a totalidade, dos Institutos e Academias, e onde, também, “morava a maior parte dos literatos consagrados” e estavam localizadas “as principais livrarias e as principais casas editoras” (VELASQUES, 2000, p. 24)

De fato, não há como pensar no reconhecimento literário fora do crivo das agremiações, representadas pelos Institutos e Academias, que, na condição de detentoras “do saber oficial”, legitimavam as obras literárias. Assim, a partir dessas agremiações, usando de critérios como as indicações, mediadas pelas chamadas cartas de apresentação, os consagrados intelectuais usavam da influência junto às editoras e aos jornais para indicar e apoiar novos talentos. Essas cartas de apresentação, nada mais eram do que o acionamento concreto das redes de influência e do apadrinhamento intelectual.

Darnton (1987, p. 168), por sua vez, identifica uma outra questão de fundo, ainda mais complexa e que fica expressa na pergunta feita por Daniel Mornet²³² no início do século passado. Perguntava o eminente historiador, “o que os franceses liam no século XVIII?”. Para encontrar a resposta para essa pergunta, o professor pesquisador Mornet, após inventariar os títulos de quinhentos catálogos de bibliotecas particulares na região de Paris, entre 1750 e 1780, “só descobriu um exemplar do *Contrat Social* de Rousseau”. A pesquisa de Mornet constatou “que as bibliotecas do século XVIII continham percentagem surpreendentemente baixa de outros clássicos do Iluminismo” (DARNTON, 1987, p. 168). Por outro lado, as “prateleiras se curvavam ao peso de obras escritas por homens e mulheres que a história esqueceu” (DARNTON, 1987, p. 169).

Em relação ao livro “O Sertão” de Carlota Carvalho, constatamos o inverso do que é descrito acima. Se observamos a lista de livros das bibliotecas e das principais livrarias referentes ao ano de 1924, constatamos que “O Sertão” era uma das obras de destaque. Nada que possa, portanto, ser comparado com o ostracismo que caracterizou as décadas seguintes. Várias bibliotecas possuíam em seus acervos a obra “O Sertão”, a exemplo da Biblioteca da Associação Brasileira de Imprensa, que relaciona o livro de Carlota Carvalho entre os ofertados

²³² Daniel Mornet (1878-1954) foi historiador da literatura francesa e crítico literário. Foi professor no Lycée Louis-le-Grand, de Lanson na Faculdade de Letras de Paris, de literatura francesa na Faculdade des lettres de Paris e foi delegado da École normale supérieure. Foi professor de história da literatura do século XVIII e de História da literatura francesa do XVIII em Sorbonne. Mais tarde, ele se tornou reitor da Faculdade de Letras. Foi presidente da Société d'histoire littéraire e diretor da Revue d'histoire littéraire de la France (1922-1945). Foi nomeado Cavaleiro da Legião de Honra em 1934. Possui o título de *doutor honoris causa* pela Universidade de Bruxelas e pelo Middlebury College. Doutor em letras humanas pela University of Chicago (1950) e membro honorário da Modern Language Association of America (<https://www.wook.pt/autor/daniel-mornet/1489821>).

em agosto de 1924.

Figura 56: “O Sertão” na Biblioteca da Associação Brasileira de Imprensa

(Tanscrição)

Bibliotheca da Associação B. de Imprensa Crescem cada dia as offertas de livros e Bibliotheca da Associação Brasileira de Imprensa. Nestes ultimos dias foram offerecidos os seguintes volumes: “Poesias”, de Manoel Bandeira, pelo autor; “Revista da Academia B. de Letras”, pela Academia; “Grilhetas”, de Albino Forjaz de Sampaio; “Obras Completas”, de Casemiro J. M. de Abreu; “Pan”, de Rocha Moreira; “Vanitas Vanitatum”, de Carlos D. Fernandes, e “Uma tragedia Florentina”, de Oscar Wilde, tradução de Elysio de Carvalho, pelo consocio sr. Alcín Bahia; “A’ Margem das ultimas campanhas”, de Oscar Penna Fontenelle, pelo autor; “Instrucções Gerais sobre o Serviço de Hydrantes da Cidade do Rio de Janeiro”, pelo Corpo de Bombeiros; “Mulheres do Proximo”, de Mario Hora, e “Leão”, pelo consocio sr. Sylvio Leal da Costa; “Iniciando uma campanha”, de Carlos e Edgard Sussekind de Mendonça, pelos autores; “Labaredas”, de Silveira de Menezes, pelo autor; “Sonhar”, de Theodorich Gaspar de Almeida, pelo autor; “Revista do S. Tribunal Federal”, pela redacção; e “O Sertão”, de Carlota Carvalho, pela autora.	Bibliotheca da Associação B. de Imprensa Crescem cada dia as offertas de livros e Bibliotheca da Associação Brasileira de Imprensa. Nestes ultimos dias foram offerecidos os seguintes volumes: “Poesias”, de Manoel Bandeira, pelo autor; “Revista da Academia B. de Letras”, pela Academia; “Grilhetas”, de Albino Forjaz de Sampaio; “Obras Completas”, de Casemiro J. M. de Abreu; “Pan”, de Rocha Moreira; “Vanitas Vanitatum”, de Carlos D. Fernandes, e “Uma tragedia Florentina”, de Oscar Wilde, tradução de Elysio de Carvalho, pelo consocio sr. Alcín Bahia; “A’ Margem das ultimas campanhas”, de Oscar Penna Fontenelle, pelo autor; “Instrucções Gerais sobre o Serviço de Hydrantes da Cidade do Rio de Janeiro”, pelo Corpo de Bombeiros; “Mulheres do Proximo”, de Mario Hora, e “Leão”, pelo consocio sr. Sylvio Leal da Costa; “Iniciando uma campanha”, de Carlos e Edgard Sussekind de Mendonça, pelos autores; “Labaredas”, de Silveira de Menezes, pelo autor; “Sonhar”, de Theodorich Gaspar de Almeida, pelo autor; “Revista do S. Tribunal Federal”, pela redacção; e “O Sertão”, de Carlota Carvalho, pela autora.

Fonte: O BRASIL (RJ), 29 de agosto de 1924, fl. 7²³³

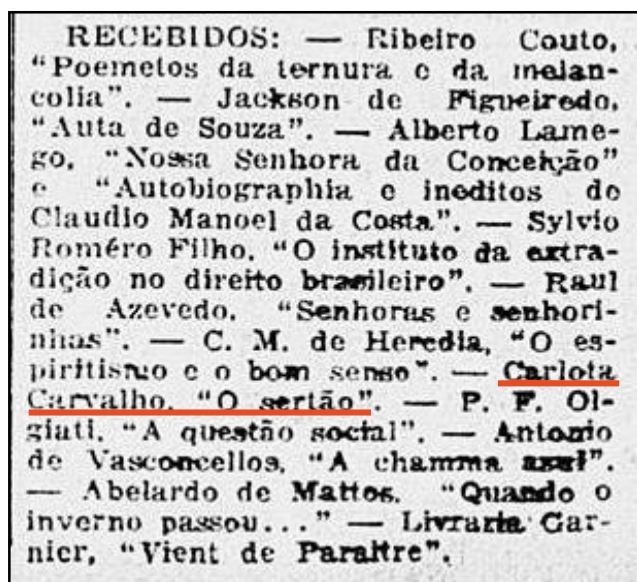
Outro aspecto a ser considerado, a partir do diálogo travado entre Humberto de Campos e o jornalista do *Diário de S. Luiz*, diz respeito ao papel da imprensa no processo de vulgarização das obras. A imprensa pode ser percebida “enquanto [um] vetor cultural” (GOMES, 2014), especialmente, no processo de disseminação de ideias na primeira metade do século XX, período que fez dela um agente de fundamental importância para a divulgação de

²³³ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB04993.0072 - Rótulo: 028002 Nome: O Brasil (RJ) - 1922 a 1927 / Ano 1924\Edição 00845 (1). Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028002&pesq=%20Carlota%20carvalho%22&pasta=ano%20192&pagfis=5051>

obras e autores. Isto tornava os grandes centros urbanos, onde se localizava a grande mídia, representada pelos grandes jornais, atrativos para aqueles que sonhavam com a carreira das letras (VELASQUES, 2000, p. 24). De fato, não há como negar a importância da imprensa na história do livro.

Diante da necessidade de se fazerem conhecidos e de divulgarem seus livros, os jornais eram procurados pelos autores que presenteavam as redações com suas obras, divulgando o conteúdo de seus trabalhos. Isto parece explicar porque os maiores jornais deste período divulgavam constantemente a relação dos livros recebidos e das visitas dos autores. A Figura 57 mostra que a obra “O Sertão”, de Carlota Carvalho constava na relação dos livros recebidos pelo jornal, que foi divulgada pelo *O Jornal (RJ)*, em 3 de agosto de 1924.

Figura 57: Relação de livros recebidas pelo *O Jornal (RJ)*



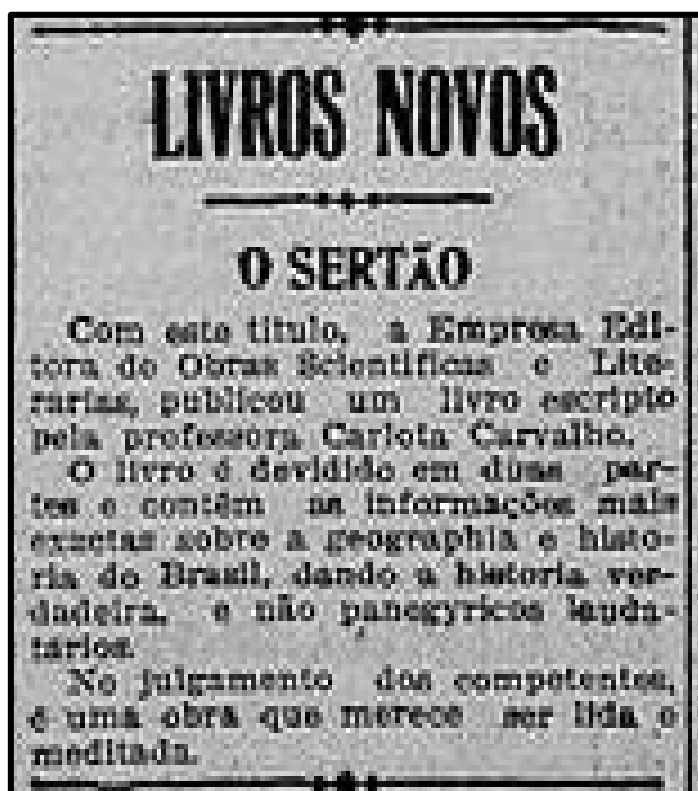
Fonte: O Jornal (RJ), 3 de agosto de 1924, fl.1²³⁴ (grifo nosso)

Percebe-se que havia uma grande expectativa de Humberto de Campos em relação à obra de Carlota, “por se tratar de um livro que vem sendo apresentada em grande estilo”. Além de avalizado pelo grande *Luiz Murat*, que escreveu dois artigos sobre a obra, veiculados no *Jornal do Brasil*, o mais respeitado periódico daquele momento (CAMPOS in DIÁRIO DE S. LUIZ, 27 de junho de 1924, fl.2). De fato, as notícias relacionadas à obra circulavam nos

²³⁴ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00177.0171 - Rótulo: 110523_02 Nome: O Jornal (RJ) - 1920 a 1929 / Ano 1924/Edição 01716 (1). Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028002&pesq=%22Carlota%20carvalho%22&pasta=ano%20192&pagfis=5051>

maiores e mais destacados jornais, tanto da capital da República, como nos estados do Pernambuco e do Maranhão. Em Pernambuco, o segundo maior centro disseminador de ideias e com presença de grandes jornais, a exemplo do *Jornal do Recife*, o *Jornal da Província* e o *Diário de Pernambuco*, foram publicadas matérias sobre o livro “O Sertão” e sua autora. No Maranhão, jornais como o *Diário de S. Luiz*, o *Pacotilha*, o *Jornal do Povo* e o *Imparcial* divulgaram notícias sobre a publicação da obra da maranhense Carlota Carvalho. No Rio de Janeiro “O Sertão” foi divulgado em jornais como o *Jornal do Brasil*, *O Brasil*, *O Jornal*, *Gazeta de Notícias*, *Correio da Manhã* e *O Paiz*, além de ter sido colocado à venda nas principais livrarias da cidade.

Figura 58: Divulgação da obra “O Sertão” nos noticiários do Rio de Janeiro em 1924.



(Transcrição)

LIVROS NOVOS



O SERTÃO

Com este título, a Empresa Editora de Obras Científicas e Literárias, publicou um livro escripto Pela professora Carlota Carvalho.

O livro é dividido em duas partes e contém as informações mais exatas sobre a geographia e historia do Brasil, dando a historia verdadeira, e não panegyricos laudatorios.

No julgamento dos competentes, é uma obra que merece ser lida e meditada.

Fonte: GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ), 7 de agosto de 1924, fl. 5²³⁵

Vale destacar, ainda, que, de acordo com as páginas iniciais de *O Sertão*, o *Jornal do Brasil* trouxe pra si a responsabilidade de divulgação da obra, em atendimento a um pedido expresso do presidente ABI. Sobre a divulgação do trabalho, afirma Carlota que “Cogitou-se

²³⁵ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.:TRB00319.0072 - Rótulo: 103730_05

Nome: Gazeta de Notícias (RJ) - 1920 a 1929 / Ano 1924\Edição 00190 (1). Disponível:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028002&pesq=%22Carlota%20carvalho%22&pasta=ano%20192&pagfis=5051>

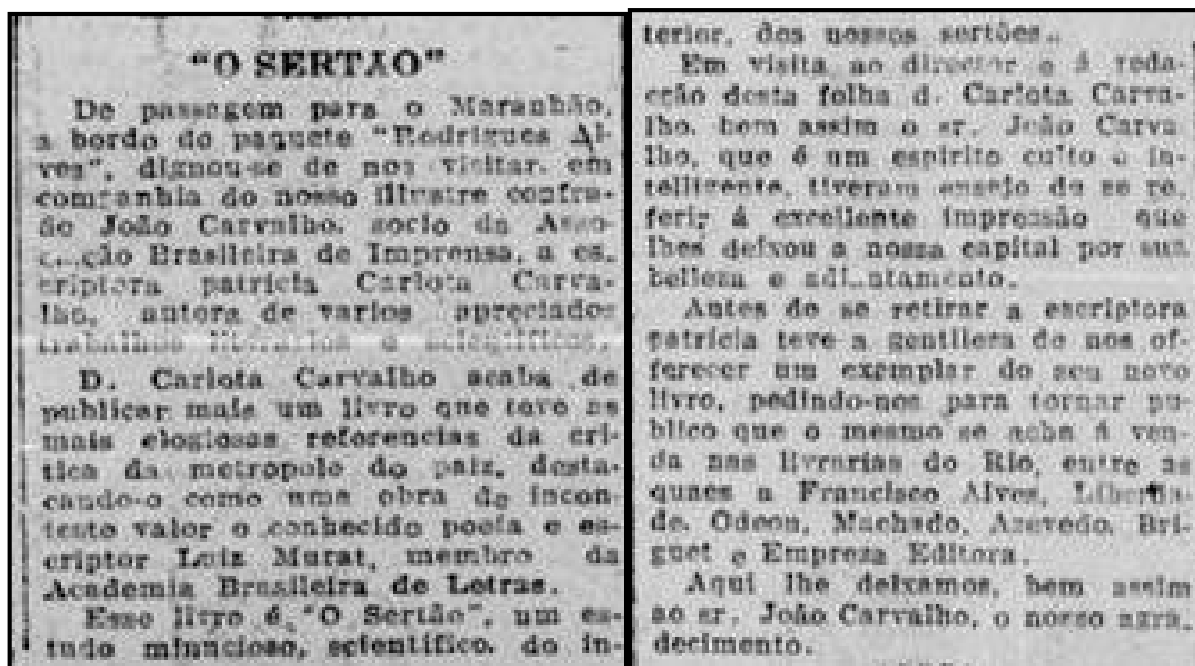
da vulgarização e o ilustre doutor Raul Pederneiras, digno presidente” da Associação Brasileira de Imprensa, “foi de parecer que meu trabalho fosse publicado no ‘Jornal do Brasil’, que, circulando em todo país, levaria o conhecimento a todos os municípios” (CARVALHO, 2011, p. 82). Ademais, percebe-se que o processo de divulgação da obra foi coordenado pela própria Carlota, como é possível se perceber nas notas que localizamos, que não são poucas, e em variados jornais do período. As redações dos periódicos sempre mencionam o fato de terem recebido a visita da escritora, de terem havido conversas a respeito do livro e de terem recebido um exemplar da obra das mãos da própria autora.

Percebe-se que a consciência de que o livro precisava de divulgação nos jornais para se tornar conhecido existia antes mesmo da publicação de “O Sertão”, tanto em Carlota, como na rede de apoio que se constituiu em torno das estratégias de divulgação da obra. Isto pode ser observado na recomendação assinada por Raul Pederneiras, presidente da Associação Brasileira de Imprensa, datada de 7 de janeiro de 1924, na qual solicita a Aníbal Ferreira que a obra seja noticiada no Jornal do Brasil. Como se pôde observar, Carlota recorreu também a visitas às redações dos grandes jornais e à oferta de exemplares do livro à imprensa.

O *Jornal do Recife (PE)*, 9 de setembro de 1924 (fl. 1), informa que, de volta ao Maranhão, Carlota visitou a sede do jornal pernambucano, na companhia do irmão João Parsondas, com o objetivo de fazer a divulgação de seu livro recém publicado. Na oportunidade, além de solicitar ao *Jornal do Recife* que a obra fosse divulgada, ela informa que exemplares d’ “O Sertão” já se encontravam à venda nas livrarias do Rio de Janeiro, dentre as quais estavam *Francisco Alves, Liberdade, Odeon, Machado, Azevedo, Briguet e Empresa Editora* (JORNAL DO RECIFE (PE), 9 de setembro de 1924, fl. 1).²³⁶

²³⁶ Vale ressaltar que as livrarias citadas, de acordo com Gomes (2014) e Velasques (2000), eram as mais destacadas editoras do Rio de Janeiro no período.

Figura 59: Divulgação da obra no *Jornal do Recife (PE)*



Fonte: JORNAL DO RECIFE (PE), 9 de setembro de 1924, fl. 1²³⁷

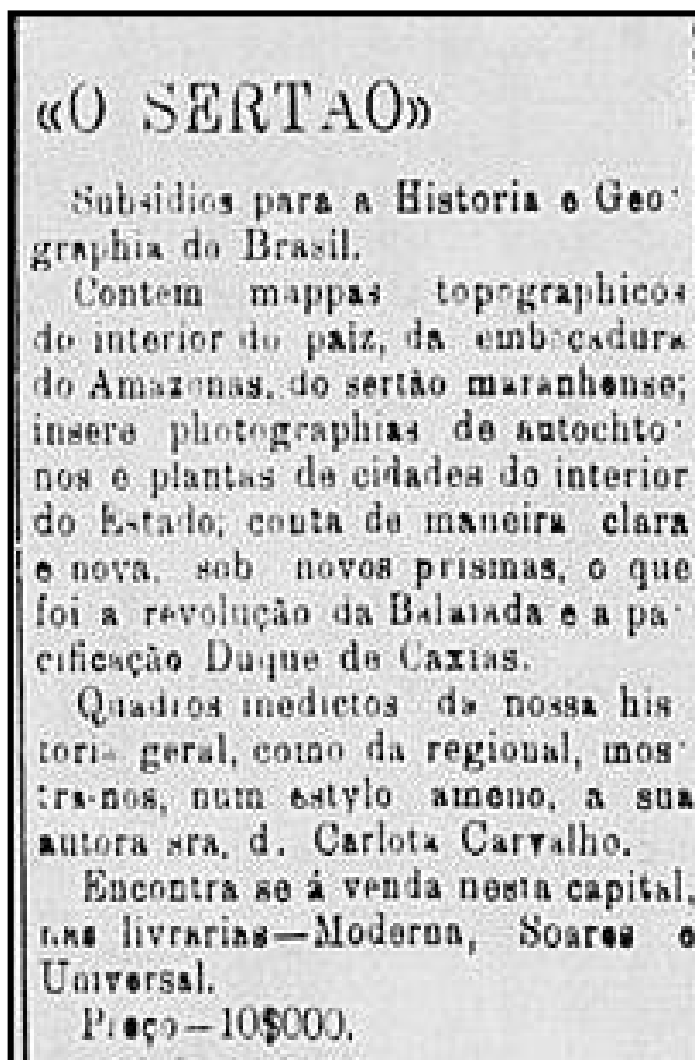
(Transcrição)

“O SERTÃO” De passagem para o Maranhão, a bordo do paquete “Rodrigues Alves”, dignou-se de nos visitar, em companhia do nosso ilustre confrade João Carvalho, asócio da associação Brasileira de Imprensa, a escriptora patriota Carlota Carvalho, autora de vários apreciados trabalhos Literarios e Scientificos. D. Carlota Carvalho acaba de publicar mais um livro que teve as mais elogiosas referencias da critica da metrópole do paiz, destacando-o como uma obra de incontestado valor o conhecido poeta e escriptor Luiz Murat, membro da Academia Brasileira de Letras. Este livro é “O Sertão”, um estudo minucioso, científico, do in-	terior, dos nossos sertões. Em visita ao diretor e à redação desta folha d. Carlota Carvalho bem assim o sr. João Carvalho, que é um espirito culto e intelligente, tiveram ensejo de se referir à excelente impressão que lhes deixou a nossa capital por sua beleza e adiantamento. Antes de se retirar a escriptora patrícia teve a gentileza de nos oferecer num exemplar do seu novo livro, pedindo-nos para tornar publico que o mesmo se acha á venda nas livrarias do Rio, entre as quaes a Francisco Alves, Liberdade, Odeon, Machado, Azevedo, Briguet e Empresa Editora. Aqui lhe deixamos, bem assim ao sr. João Carvalho, o nosso agradecimento.

²³⁷ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB04753.0072- Rótulo: 705110
 Nome: Jornal do Recife (PE) - 1858 a 1938 / Ano 1924 Edição 00209 (1). Disponível:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110&pesq=%22Carlota%20carvalho%22&pasta=ano%20192&pagfis=91784>

Já os jornais maranhenses divulgaram a obra de Carlota Carvalho, acrescentando em seus anúncios uma síntese do trabalho como forma de atrair o público leitor. O *Diário de S. Luiz* apresenta “O Sertão” como uma obra inovadora, não apenas pelo conteúdo, ao oferecer uma nova leitura sobre alguns eventos históricos ocorridos no Maranhão, como a Balaiada, e de apresentar *quadros ineditos da nossa história* por meio de um *estilo ameno*, mas, principalmente, pelos recursos visuais que o trabalho agregou, como mapas, plantas e fotografias. Outro aspecto que merece destaque na divulgação feita pelo *Diário de S. Luiz* é a inclusão da informação sobre os locais de venda do livro, como se pode constatar na Figura 60.

Figura 60: Divulgação de O Sertão no *Diário de S. Luiz*



Fonte: DIÁRIO DE S. LUIZ, 15 de setembro de 1924, fl. 2³⁸

²³⁸ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00146.0170 - Rótulo: 093874
 Nome: Diário de S. Luiz (MA) - 1920 a 1949 / Ano 1924\Edição 00295(1). Disponível:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093874&pesq=%22Carlota%20carvalho%22&pasta=ano%20192&pagfis=4884>

Até as primeiras décadas do século XX, a divulgação dos livros não considerava informações como a qualidade do produto, o seu visual e o preço, porém, após as mudanças operadas no negócio da produção de livros, elas passaram a fazer parte do material que circulava na imprensa. As modificações ocorridas no mercado da produção e de comércio de livros no Brasil²³⁹, nas primeiras décadas do século passado, se deram por iniciativa de Monteiro Lobato (COUTO, 2006, p. 36). Foi, nesse momento, que o país deu os primeiros passos para o verdadeiro nascimento de sua atividade editorial, onde significativas modificações interferiram nas “perspectivas tanto dos autores quanto dos leitores brasileiros” (COUTO, 2006, p. 36).

Na perspectiva de Lobato, o problema mais sério que o país enfrentava naquele momento era o pequeno número de livrarias, o que implicava em uma tiragem muito baixa de exemplares pelas editoras. Esse foi o motivo pelo qual o referido autor e editor passou a considerar a necessidade de comercialização de livros também em outros estabelecimentos comerciais, como, por exemplo, em farmácias (COUTO, 2006, p. 36).

Outra inovação empreendida por Monteiro Lobato foi o emprego da propaganda para a divulgação de livros. Suas ideias em relação a isto eram, aliás, bastante originais, se comparadas com a de seus contemporâneos:

percebendo que não é suficiente depender da recomendação verbal do livreiro a cada freguês potencial, baseada quase sempre no conhecimento íntimo de uma clientela bastante limitada, inicia uma ampla publicidade em jornais. Prática comum de promoção de vendas no século XIX, em 1918, o anúncio em jornais é considerado uma espécie de afronta à dignidade de um livreiro respeitável (COUTO, 2006, p. 36).

As inovações de Lobato não se restringiram ao processo de distribuição e circulação do livro, pois propôs também modificações relacionadas à qualidade do produto, encarando o livro enquanto uma mercadoria. Para Lobato, o livro precisava ser “atraente”, dotado de “aparência externa de sua mercadoria”, razão pela qual “passa a encarar a capa e a aparência interna dos livros como elementos importantes, que precisam ser melhorados” (COUTO, 2006, p. 37).

²³⁹ Até as primeiras décadas do século XX, o Brasil possuía um deficitário parque industrial para a produção de livros, dependendo, potencialmente da importação dos serviços de editoração. As poucas editoras estavam localizadas no Rio de Janeiro, e as gráficas estavam mais ocupadas na produção de jornais, revistas e almanaques. A produção editorial brasileira raramente se aventurava ir além dos “livros didáticos e das obras de Direito e legislação brasileiros, investimentos considerados seguros, e, mesmo assim, resume-se quase a uma atividade secundária das grandes livrarias. Mas as restrições impostas pela guerra mudam significativamente esse cenário” (COUTO, 2006, p. 34). As dificuldades de importação, em consequência do aprofundamento dos conflitos da Primeira Guerra Mundial, levaram as indústrias locais a se fortalecerem, ao ponto que de 1914 e 1920 São Paulo contabilizava um crescimento de 25% ao ano. Em 1920, funcionavam na cidade cerca de vinte editoras, com uma produção de duzentos títulos anuais, e uma tiragem total de 1,9 milhão de exemplares (PAIXÃO, *apud* COUTO, 2006, p. 34).

Essas inovações introduzidas no mercado de editoração no Brasil fizeram com que outras questões se tornassem cruciais para a qualidade dos impressos, como a qualidade do papel²⁴⁰ disponível.

Em relação às formas de divulgação da obra “O Sertão”, foi possível perceber que alguns jornais fizeram muito mais do que propagandear-la. Alguns ofereceram ao leitor uma síntese dos conteúdos abordados e favoreceram o debate em torno das ideias defendidas por Carlota. O texto divulgado na coluna *Publicações* do Jornal *A Província (PE)*, de 24 de setembro de 1924, fl. 1, expõe uma longa reportagem sobre a obra “O Sertão”, em especial, sobre os temas de História do Brasil trabalhados na obra.

Segundo a matéria, o jornal teria recebido a visita da *distincta escriptora patricia, Sra. Carlota Carvalho*, e que haviam tido *a grata oportunidade de sua palestra illustrada e de seu espirito lúcido*, durante a qual haviam tratado de assuntos relacionados aos *factos da nossa história* (A PROVÍNCIA (PE), de 24 de setembro de 1924, fl.1), tais como a guerra da Independência e da Balaiada, o território sertanejo e os indígenas Gavião, que à época viviam em território paraense e maranhense, nas margens do rio Tocantins. As conversas nem sempre eram tranquilas e os enfrentamentos políticos eram inevitáveis, principalmente, quando tocavam em questões polêmicas, como a defesa dos indígenas Gavião e a responsabilização do Estado do Pará pela condição em que se encontravam. De acordo com a matéria, *a inteligente escriptora trata, ainda, factos passados no Pará, quando governador o Sr. Lauro Sodré (...). Ocupando-se dos índios gaviões, a maioria residentes no Tocantins, alem de Boa Vista, Estado do Maranhão. Censurava aquelle governador, por não ter cuidado como mereciam alguns desses índios levados até Belém, tendo em vista a sua mísera condição social* (A PROVÍNCIA (PE), de 24 de setembro de 1924 (fl. 1). A posição de Carlota em defesa dos indígenas é criticada pelo jornal, que, recorrendo à réplica, faz a defesa do governo Lauro Sodré, como demonstrado na Figura 61.

²⁴⁰ O preço do papel era um dos fatores que mais dificultava o avanço do negócio dos livros, a ponto de que “em 1912, o imposto de importação sobre o papel [fosse] superior ao da importação de livros”. Em 1926, o papel para livros passa a pagar um imposto de \$300 por quilo, enquanto os livros estrangeiros (à exceção dos portugueses, não tarifados) em geral continuam a entrar no país com um imposto de \$110 por quilo” (COUTO, 2006, p. 37).

Figura 61: Fragmento da matéria publicado em *A Província (PE)*



Fonte: A PROVÍNCIA (PE), de 24 de setembro de 1924 (fl. 1)²⁴¹

Percebe-se, à medida que as matérias tratavam do conteúdo da obra, que o debate tomava outras proporções. Nesse diálogo travado entre a autora de "O Sertão" e o jornalista de *A Província*, fica bastante evidente uma disputa de narrativa. Uma das características de "O Sertão" é o destemor com que Carlota tocou em assuntos sensíveis da história brasileira, como, por exemplo, a relação que o Estado e a Igreja mantinham com as populações indígenas. Na

²⁴¹ Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00003.0170 - Rótulo: 128066_0 Nome: A Província (PE) - 1920 a 1933/ Ano 1924\Edição 00213 (1) Disponível: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=128066_02&Pesq=%20Carlota%20carvalho%22&pagfis=11928

verdade, a obra “O Sertão” traz para o debate várias questões da realidade política brasileira. Como dizia Murat, “o enredo novo e claro no qual são dispostos os fatos e o dom de despertar cada vez mais a nossa curiosidade pelo o que ocorreu na nossa pátria, nos primórdios da nossa civilização, dão aos *Subsídios para a História e a Geografia do Brasil* um realce notável” (CARVALHO, 2000, p. 49). Este posicionamento será corroborado por Manuel Nogueira da Silva, ao afirmar, nas páginas iniciais de *O Sertão*, que “o livro não tem nada de comum” (...) e a escritora “causa admiração pela coragem de convencida e o desassombro com que narra os fatos e sustenta suas opiniões” (CARVALHO, 2000, p. 53). Em “O Sertão”, Carlota tece duras críticas à ação catequética dos missionários e a política indigenista do estado, afirmando que “a insídia e a perfídia foram sempre meios suaves para conseguirem o aniquilamento dos autóctones. Tripudiaram sobre as leis da Natureza como sobre todos os sentimentos de dignidade, lealdade e filantropia” (CARVALHO, 2000, p. 76). A dureza das declarações de Carlota constitui-se em clara demonstração de sua filiação ao discurso muito comum, entre fins do século XIX e princípio do século XX, pautado pela crítica ao modelo de civilização e de sociedade empreendidos pela Igreja Católica e pelo Governo Português, ao qual o Brasil independente, na sua concepção, havia aderido. Para Carlota, essa ação indigenista patrocinada por essas instituições era um dos principais exemplos da ausência dos “critérios de civilização” (CORMINEIRO, 2013, p. 9).

Pelo que pudemos constatar, a publicação de “O Sertão” repercutiu positivamente nos jornais e periódicos, não apenas pela vontade deliberada da autora em divulgar sua obra, mas pelo impacto que gerou ao tratar de assuntos relevantes para o debate naquele momento da história do Brasil. Ressalta-se, contudo, que a obra em questão tocou em assuntos muito caros para a concepção de Nação proposta pelos teóricos do final do dezenove e início do vinte, provocando debates tanto em torno das temáticas que tratou, quanto pelo formato inovador com que se apresentou. Na sequência, abordamos o significado que teve a obra “O Sertão”, partindo do contexto e dos esforços mobilizados para a sua concepção, escrita e consequente publicação.

4.4.2 A escrita de “O Sertão”

As próprias ideias nem sempre conservam o nome do pai; muitas aparecem órfãs, nascidas de nada e de ninguém. Cada um pega delas, verte-as como pode, e vai levá-las à feira, onde todos as têm por suas.

Em a *Questão dos livros*, o autor Robert Darnton (2010, p. 7) afirma que sua obra nada mais era do que uma “apologia descarada em favor da palavra impressa”. O autor destaca, ainda,

que a palavra escrita tem muita força, devido às ideias que é capaz de movimentar, tanto em torno de quem lê como de quem escreve, de leitores e de autores. Assim, por meio das ideias que carregam, os livros, enquanto “objeto material e trabalho literário” (CHARTIER, 2002, p. 37), precisam ser compreendidos. Para o Darnton (2010, p. 7), pensar o livro, em sua longa trajetória, significa, antes de tudo, “compreender como as ideias transmitidas sob forma impressa e como a exposição à palavra impressa afetou o pensamento e a conduta da humanidade”. Dessa forma, para o autor, o formato no qual uma obra se apresenta (papel ou eletrônico) é importante, mas mais relevante são as ideias transmitidas e aquelas que afetam a humanidade em dado momento. Embora o livro tenha percorrido uma longa trajetória, sofrido muitas mudanças ao longo da história, algumas questões continuam válidas e são cruciais em qualquer formato que ele venha a ter, que é a relação do leitor com o autor. No processo de elaboração de uma obra, há um ciclo de comunicação que passa necessariamente pelo autor, o editor e o leitor, sendo que, “Por influenciar o autor tanto antes quanto depois do ato da escrita, o leitor completa o circuito”. Afinal, “Lendo e se associando a outros leitores e autores, criam noção de gênero, estilo e uma ideia geral de iniciativa literária que afeta seus textos” (DARNTON, 2010, p. 193)

Partindo dessa discussão provocada por Darnton, sobre o ser leitor e o ser escritor, cabem os questionamentos: O que Carlota Carvalho lia? Quais as marcas destas leituras estão presentes em seus textos escritos? Na sua obra, não raramente, Carlota estabelece conexões com escritores e livros que ajudaram a construir a sua percepção acerca de questões políticas e culturais do Brasil.

Na epígrafe desse subcapítulo, o escritor Machado de Assis (1998, p. 39), em sua obra clássica *Esau e Jacó*, afirma que “as ideias nem sempre conservam o nome do pai”. Elas vão se construindo de forma que passam a ser suas, pois o discurso é algo apreendido. Em “O Sertão” ou nos escritos publicados nos jornais, Carlota, além de dialogar com as pessoas do seu grupo de relações, e, conseqüentemente, com os autores que os influenciavam, evidencia as leituras que ela própria fez. Assim, neste subcapítulo, importa destacar e discutir os diálogos que a autora estabeleceu em seus escritos, em especial em “O Sertão”, com os autores que lhe deram suporte ou serviram de referência. Com o objetivo de melhor compreender o processo de escrita da obra, daremos destaque às leituras feitas por Carlota, em especial, àquelas que ajudaram a interpretar a realidade em estudo, a incorporar sentido, a agregar elementos na constituição da histórica de seus textos e a conferir significados.

4.4.2.1 “O Sertão”: o livro

Em artigo denominado *Crônica Histórica*, publicado no jornal *Correio Paulistano* de 7 de julho de 1946, fl. 22, Nelson Werneck Sodré discute a necessidade de revisão histórica proposta pelos intelectuais dos anos finais do século XIX e início do século XX. De acordo com Sodré, *a predominância dos ensaios sobre os demais gêneros, na produção editorial brasileira dos últimos tempos, revela a permanência e agora já a caracterização de um rumo* (CORREIO PAULISTANO, 7 de julho de 1946, fl. 22).

No artigo, além de situar o contexto da política editorial e da grande imprensa brasileira, que, desde antes da “Revolução de 30”, já tinha condições de dedicar-se a soluções internas, Sodré comenta a produção literária brasileira da primeira metade do século XX. Inicialmente, critica a influência exercida por ideias externas, em especial, as francesas, o que impedia de *as atenções [voltarem-se] para a imensa tarefa de se conhecer o país* (CORREIO PAULISTANO, 7 de julho de 1946, fl. 22).

Em seguida, o autor discute a obra *Balaiada*, do maranhense Astolfo Serra,²⁴² publicada pela editora *Bedeschi*, Rio de Janeiro, em 1946, detendo-se em questões relacionadas com “a forma” como são abordados os *problemas históricos* brasileiros. Muitos deles não tinham tido a atenção que mereciam por parte dos *historiógrafos brasileiros*, que pareciam sentir-se satisfeitos com as crônicas expositivas e as narrativas desprovidas de rigores explicativos. Havia, segundo ele, uma preocupação *mais com os acontecimentos do que com suas causas* (SODRÉ in CORREIO PAULISTANO, 7 de julho de 1946, fl. 22). A *Balaiada*, por exemplo, *para muitos historiadores seria coisa do passado, parecia um assunto morto, quando não num assunto secundário*. Nesse sentido, o autor afirma que:

Quem tiver o trabalho de consultar os compêndios de história do Brasil verificará que a Balaiada permaneceu, para eles, quase inexistente, quando não foi totalmente omitida. Alguns cronistas que tratavam o problema, em separado fizeram-no com os rigores expositivos a que nos reportamos, mas sem nenhum critério explicativo. Não há, talvez, na nossa história, episódio

²⁴² Astolfo do Barros Serra (1900-1978) foi um religioso, professor, escritor, jornalista e político brasileiro. Escreveu nos periódicos maranhenses *Folha do Povo*, *Pátria*, *Combate*, *Pacotilha*, *Tribuna* e *Notícia*, do qual era proprietário, além de ter colaborado nos principais jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo, com artigos sobre história, sociologia e geografia humana. Pertenceu à Academia Maranhense de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Publicou os livros *Gleba que canta* (poesia, 1927), *Profetas de fogo* (poesia, 1928), *Terra enfeitada e rica* (1941), *Caxias e seu governo civil na província do Maranhão* (1943), *A vida simples de um professor de aldeia* (biografia, 1944), *A vida vale um sorriso* (1945), *Guia histórico e sentimental de São Luís do Maranhão* (1965), *A balaiada* (história, 1966), *Aspectos de uma campanha*, *Noventa dias de governo*, *Argila iluminada* (poesias), *Manipueira* (poesias), *Caricatura de uma campanha política*, *Depoimentos para a história política do Maranhão e Vértice* (filosofia) <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/astolfo-serra>).

histórico mais deformado nem mais amesquinhado do que a rebelião maranhense (CORREIO PAULISTANO, 7 de julho de 1946, fl. 22).

Além de apontar para a necessária revisão do movimento da Balaiada e de outros ocorridos no território brasileiro, Werneck Sodré discute a metodologia empregada por Astolfo Serra na obra *Balaiada*, fundamentada em autores positivistas dos anos finais do século XIX e primeira metade do século XX. Astolfo Serra teria seguido um roteiro que o aproximava de escritores como *Raimundo Lopes*²⁴³, *Carlota Carvalho* e *Euclides da Cunha*. Teria, por isso, dividido a obra em três partes: *a Terra, o Homem e a História* (CORREIO PAULISTANO, 7 de julho de 1946, fl. 22). Para Sodré,

Ao definir o movimento como revolta de massa deduziu que seria impossível entendê-lo fora da antropogeografia, para afirmar, adiante, ligando-o ao ciclo da Sabinada, da cabanagem, e da rebelião praieira, que as causas derivam das causas do meio-ambiente, as etnias e os influxos psicológicos. (CORREIO PAULISTANO, 7 de julho de 1946, fl. 22).

Essas considerações feitas por Nelson Werneck Sodré sobre as abordagens metodológicas da obra *Balaiada* põem em debate, não apenas a obra de Serra, mas a metodologia empregada em outras obras de referência, dentre as quais o historiador cita “O Sertão”, de Carlota Carvalho. Portanto, por ter tido a obra de Carlota Carvalho como referência, nos interessa, a partir do texto de Werneck Sodré, saber qual o uso que Astolfo Serra fez do referido livro. A exemplo de autores como Euclides da Cunha, ele teria dividido a obra *em três partes*, sendo que na *primeira, afirma que a geografia do Maranhão condiciona a sua História*,

²⁴³ Raimundo Lopes da Cunha (1894-1941) foi jornalista, geógrafo e escritor maranhense. Aos 22 anos publicou *O Torrão Maranhense*, obra que causou grande surpresa entre o meio científico da época, pela aplicação do pleno conhecimento da ciência geográfica. Sua segunda obra, *Uma Região Tropical*, publicada em sucessivos capítulos nos jornais, se constitui, segundo os críticos, no aprimoramento das ideias e das análises apresentadas no seu livro de estreia, inspirado no francês Emmanuel Martone, que entendia a ciência da terra e do homem, amparada pela Física e pela Biologia, e principalmente pela Sociologia. Dedicou-se à pesquisa, de modo geral à Etnografia, à Etnologia, à Arqueologia, à História e à Sociologia. Entre seus inúmeros trabalhos escritos, poderiam ser citados: *Os Fortes Coloniais de São Luís*, *As Regiões Brasileiras*, *Entre a Amazônia e o Sertão*, *O Homem em Face da Natureza*, *Ensaio Etnológico sobre o Povo Brasileiro*, *Pesquisa Etnológica sobre a Pesca Brasileira no Maranhão* etc. Publicou ainda um romance intitulado *Peito de Moça* e seu último livro, *Antropogeografia*, é considerado um verdadeiro compêndio de ciência. Foi Membro da Academia Maranhense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (<http://avhma.com.br/site/raimundo-lopes/>). Com o irmão, Antônio Lopes, criou o primeiro decreto de proteção dos casarões de São Luís, proibindo sua demolição. Criaram também a Comissão Municipal de Patrimônio Histórico, primeiro órgão de preservação ligado ao poder público. Sob sua orientação, o Instituto de Patrimônio Artístico Nacional (Iphan) fez o primeiro tombamento nacional no Maranhão. Trata-se do sítio arqueológico sambaqui do Pindai. De uma família de intelectuais, seu pai Manuel Lopes, bacharelou-se na faculdade de Direito de Recife, foi promotor, juiz, presidente da província e desembargador da suprema corte, seu tio Celso Magalhães da Cunha, foi jurista, jornalista e escritor de grande prestígio e o seu irmão Antônio Lopes, foi um dos fundadores da Faculdade de Direito de São Luís (1918) e do IHGM. (<http://www.academiamaranhense.org.br/o-torrao-maranhense-em-terceira-edicao/>).

fazendo *uso dos estudos realizados por Carlota Carvalho e Raimundo Lopes* (CORREIO PAULISTANO, 7 de julho de 1946, fl. 22).

Essas questões apontadas por Werneck Sodré fazem sentido, considerando o propósito de compreendermos as ideias presentes n' "O Sertão", à luz da formação de sua autora e da conjuntura vivenciada pelos intelectuais que se propuseram a escrever a história do país nas décadas finais do XIX e primeiras do século XX, e na qual Carlota se inseria. Em boa medida, estes intelectuais se filiavam à escola darwinista, se encontrando ligados, principalmente, à "Escola de Recife". Suas obras se caracterizavam, sobretudo, pela forte presença do determinismo geográfico e biológico, característico do pensamento social da passagem do século XIX para o XX (PÁDUA, 2010, p.92).

O pensamento positivista dominou, portanto, o discurso da intelectualidade brasileira do período, mas, longe de compor uma unidade de concepção, deve-se falar em "positivismos" (FONSECA, 2009, p. 144). A despeito dessa pluralidade com que se apresentavam as ideias positivistas no país, surgiram várias agremiações de intelectuais, com destaque para a Escola de São Paulo, a Escola de Recife, o Instituto Manguinhos, entre outras. Essa multiplicidade, de acordo com Schwarcz (1993, p. 22), deixava o "panorama intelectual ainda mais diversificado". Para Fonseca (2009, p. 144), o positivismo é filho do século XIX, "herdeiro do iluminismo que triunfou, do século que acredita no homem de modo incondicionado". Na visão do mesmo autor, "o otimismo em relação ao progresso científico" é marca característica do mundo pós Revolução Francesa, onde "a confiança na capacidade de conhecer, e de se fazer uma ciência de fato pura", mobilizou os intelectuais para debates e estudos diversos, durante o século XIX e parte do XX (FONSECA, 2005, p.144). O positivismo, enquanto pensamento filosófico oitocentista, deve, sempre, ser pensado a partir da teoria liberal, sendo, contudo, possível ver aspectos diferenciados da mesma teoria. Assim, embora houvesse uma "matriz" epistemológica comum, "podemos assinalar a existência de um positivismo filosófico, um sociológico, um jurídico, outro histórico e assim por diante" (FONSECA, 2009, p 144).

Quanto à Escola de Recife, caracterizava-se por ser escola de caráter eclético e o espaço de debate de intelectuais como Tobias Barreto, Clovis Bevilacqua, Silvio Romero, Joaquim Nabuco, entre outros que se destacaram no debate político e cientificista do final do século XIX e início do século XX. Essa escola sofreu uma grande influência do pensamento filosófico alemão, em especial, de Immanuel Kant e de suas visões de mundo relacionadas à total interação entre o homem e a natureza

Vale lembrar que as primeiras décadas do século XX foram um prolongamento do pensamento intelectual brasileiro fortemente vinculado com as ideias ilustradas das últimas

décadas do XIX. Foi na década de 70, “entendida como um marco para a História das ideias no Brasil que se dá a entrada do positivismo-evolucionista” no país (SCHWARCZ, 1993, p.14). Foi nesse contexto que se deu o fortalecimento e o amadurecimento de alguns centros de ensino nacionais, como os museus etnográficos, as Faculdades de Direito e Medicina e os Institutos Históricos e Geográficos, nos quais foram difundidas e repercutiram muitas ideias que ecoaram nos anos finais do século XIX e primeiras décadas do XX.

Para Werneck Sodré, a obra “O Sertão” de Carlota Carvalho (1924), assim como “Os Sertões” de Euclides da Cunha (1902), os escritos de Raimundo Lopes, e a “Balaiada”, de Astolfo Serra (1946) se inserem no mesmo escopo teórico pensado pelos positivistas do final do século XIX, que pensava o homem como submisso às leis da natureza, razão pela qual demonstravam grande preocupação em compreender o espaço geográfico e o homem primitivo que o ocupava. Essa preocupação levou os estudiosos desse período a realizarem estudos sobre o território, com um profundo rigor na aplicação de teorias geológicas e daquelas defendidas por naturalistas alemães e franceses.

Cabe, aqui, destacar o conceito de região elaborado por Kant, que ganhou destaque entre os intelectuais que se ocupavam em pensar o país a partir dos espaços regionais neste período. A geógrafa Juliana Emy Tanaka (2010, p. 59), em artigo intitulado “O espaço em Kant e suas contribuições na definição do conceito de região”, afirma que coube ao filósofo “inserir a geografia na estrutura da filosofia e da ciência”. A primeira contribuição de Kant no campo da geografia foi a de “considerar a indissociabilidade entre as condições naturais e a história humana”. Seria impossível se “conhecer o homem e ignorar o meio”, pois “o espaço é condição de toda a experiência dos objetos, e os objetos, assim como os homens pertencem a natureza, mas também, astronômicos e geométricos, ou seja, nada pode ser representado sem o espaço”, segundo Kant (Kant *apud* TANAKA, 2010, p. 59- 60). Quanto à aplicação do conceito de região pelas ciências que se baseiam na observação, esta se dá, de acordo com Botelho (*apud* TANAKA, 2010, p. 63), a partir do “princípio corológico, de agrupamento das coisas e os acontecimentos” que ocorrem na mesma parte da superfície terrestre, o que podemos chamar de espaço regional. Desta forma é bastante compreensível que os estudos dos acontecimentos regionais realizados por Euclides da Cunha, Carlota Carvalho e Astolfo Serra, tenham se esmerado no estudo geográfico da região, no sentido de compreender o homem e a luta a partir do meio, como previa o teórico alemão e aqueles que o interpretaram à luz da conjuntura social, política e cultural em que viviam.

Outra preocupação marcante apontada pelo texto de Werneck Sodré (1946), e para os escritores filiados ao pensamento cientificista do período, era a urgência de uma revisão que

fosse capaz de reverter o falseamento histórico presente nos compêndios educacionais. Para a teoria positivista a construção de uma narrativa deveria corresponder à “verdade”, possibilitando o “descimento das verdades históricas” (SCHWARCZ, 1993, p. 94). De acordo com essa perspectiva, a verdade é sempre documentável, evidenciada pela comprovação científica, distante de interferência, portanto, neutra. Neste sentido, é ilustrativo o texto publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no ano de 1890, que diz:

Senhores! Achamo-nos em um campo neutro, onde não entra a política com suas trigiversações e subtilezas. Lá fora esbravejam de noite e de dia os ruidosos interesses desencontrados e antagonistas (...). Aqui o silencio de quem medita, a paz e a serenidade de ânimo do que se fadiga por honrar o renome nacional (...). Aqui a calma dos desambiciosos que tudo antepõem ao conhecimento da verdade para a transmitir intacta (RIHGB, 1890 *apud* SCHWARCZ, 1993, p. 99)

A existência de uma verdade histórica marca profundamente o texto de Carlota Carvalho, que se mostrou sempre muito preocupada com “os fatos importantes da história do Brasil ainda não conhecidos ou suficientemente esclarecidos e informações geográficas e geológicas necessárias para a organização de um mapa que fosse de verdade” (CARVALHO, 2011, p. 82). Para tanto, a história precisava ser construída sem interferências espúrias. Neste sentido, para Carlota, até os testemunhos podem ser considerados verdadeiros, quando referidos a acontecimentos de forma “despretensiosa, quase confidencialmente e sem a preocupação de favorecer ou hostilizar alguém” (CARVALHO, 2011, p. 76).

Assim, a crença na ciência, como uma forma de construir uma história nacional verdadeira, associada a uma metodologia própria desta percepção, está presente tanto n’ “*O Sertão*” de Carlota, quanto nas obras dos intelectuais que prefaciaram o livro. Murat, por exemplo, chama “a atenção dos poderes públicos e dos senhores editores para esta obra verdadeiramente notável, obra que, em muitos pontos, corrige a nossa história e a geografia” (CARVALHO, 2000, p. 52), enquanto que Manuel Nogueira da Silva, bibliotecário da Associação Brasileira de Imprensa, também afirma que “a escritora é visceralmente rebelde às imposições do convencionalismo mentiroso” (CARVALHO, 2000, p. 53).

4.4.2.2 A estrutura de “O Sertão”

Para pensar a estrutura de “O Sertão”, vale cotejá-la com a obra “Os Sertões”, de Euclides da Cunha.²⁴⁴ Segundo o Nelson Werneck Sodré (CORREIO PAULISTANO, 7 de

²⁴⁴ Os Sertões” se configura como a mais importante obra de Euclides da Cunha, possibilitando seu ingresso na Academia Brasileira de Letras.

julho de 1946, fl. 22), o livro de Carlota Carvalho se apresenta metodologicamente semelhante à obra de Euclides da Cunha. “Os Sertões” foi publicado 22 anos antes da obra de Carlota, o que possibilitou que a autora de “O Sertão” tomasse contato e lesse a obra de Euclides da Cunha. Carlota Carvalho, não apenas faz referência a “Os Sertões”, como inclui importantes comentários acerca do conceito de sertão apresentado pelo intelectual carioca em sua obra, fato que trataremos mais adiante.

A obra “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, foi considerada, à época, um grande sucesso editorial, tanto por seu conteúdo, que retratava um importante episódio, a Guerra de Canudos, ocorrida na região sertaneja do estado da Bahia, nos anos iniciais da República brasileira, quanto por sua escrita. O autor procurou aproximar a literatura da história e da sociologia, recorrendo a conceitos teóricos da antropogeografia e da etnografia. A obra, sem dúvida, teve um papel fundamental “na ideia de uma cultura literária e científica durante a Primeira República”, tendo contribuído para a construção do “mito da brasilidade sertaneja” (OLIVEIRA, 2002, p. 512).

A referida obra foi pensada metodologicamente a partir do tripé “Terra, Homem e Luta”, segundo o qual, as características humanas e suas formas de lidar com a realidade têm relações com o meio ambiente em uma espécie de causa e consequência. Carlota Carvalho adota a mesma estrutura, realizando um estudo, primeiramente, do território, e, na sequência, do homem e dos movimentos históricos da região sertaneja do Maranhão (PACHECO FILHO, 2016, p. 84).

Essa forma de pensar estruturalmente os trabalhos, muito próprio dos intelectuais desse período, se assentava, de acordo com Teodoro Koracakis (1999, p. 50), no pensamento positivista, que acreditava “não ser possível um conhecimento válido da realidade dissociado do prisma científico”. Neste sentido, vale retomar as palavras de Luiz Murat nas páginas iniciais de “O Sertão”. Nelas, ele afirma que Carlota Carvalho escreveu de acordo com o “cientificismo positivo”, com base em “documentação sobre a nossa história” analisada a partir de métodos “os mais positivos; hauridos em boa fonte” (CARVALHO, 2011, p. 76). Além disso, um dos valores mais decisivos da obra, além de “vazada em documentação irrefutável, quanto à história reconhecidamente autêntica”, era a “parte geográfica”, que vinha substancialmente munida “pela minúcia da investigação pessoal” (CARVALHO, 2011, p. 76).

Assim, “O Sertão” de Carlota Carvalho, publicado no ano de 1924, e, originalmente, composto de 420 páginas, foi estruturado metodologicamente a partir dos três eixos temáticos, o Território, o Homem e a História. Essa perspectiva era utilizada pelos estudos positivistas do século XIX, que analisavam a realidade a partir de um ponto de partida comum, os aspectos

geográficos e naturais. Nas análises positivistas, os aspectos geográficos e naturais eram determinantes das realidades humanas e sociais. Portanto, os estudos da realidade histórica e sociais, a partir dessa perspectiva metodológica, eram antecédidos, necessariamente, um estudo das condições geográficas e naturais (WERNECK SODRÉ *in* CORREIO PAULISTANO, 7 de julho de 1946, fl. 22).

Vale ressaltar, no entanto, que “O Sertão”, tal qual “Os Sertões”, se encontra estruturalmente dividido nas três partes, aqui já mencionadas. Em “O Sertão”, embora, nos primeiros capítulos, a autora dedique um tempo maior às descrições de teorias geológicas e às características geográficas do território sertanejo do Maranhão, debruçando-se sobre o clima, relevo, fauna e flora, é possível afirmar que as questões relacionadas ao território, ao homem e aos acontecimentos históricos são trabalhadas de forma integrada ao longo de toda a obra.

As divisões internas da obra são bem distintas, principalmente, a terceira parte, que dá a entender que possa ter sido feita um pouco depois da conclusão da primeira versão do trabalho. Essa parte corresponde ao momento em que a autora relata a viagem que fez ao Rio de Janeiro, no ano de 1919, quando levou consigo os papéis escritos que viriam a se tornar o “O Sertão”. Nos capítulos que compõem a terceira parte da obra, a autora descreve o percurso da viagem, tecendo considerações relacionadas às características geográficas e históricas de cada lugar do litoral brasileiro nos quais o navio “Acre” aportava. Ele se caracteriza por uma narrativa descritiva das impressões da autora.

A primeira parte da obra, composta de 3 sessões, denominadas, respectivamente, de “Sertão”, “Teoria Geológica” e “Da Independência à Revolução”, é a mais extensa. Nela, como já mencionado, a autora nos apresenta um estudo relacionado ao território, ao homem e aos acontecimentos históricos. Nela, Carlota trata da geografia do sertão (flora, fauna, clima, as formações geológicas do território sertanejo) e, ainda do homem primitivo da região sertaneja do Maranhão, por meio de um estudo antropológico e etnográfico, mediado pelas referências científicas disponíveis no período em relevo. Também se preocupa em historiar o processo de alargamento do território sertanejo, como a formação das fazendas de criação de gado, a conquista, a colonização da região e a formação do território de “Pastos Bons”. Em seguida, ela apresenta os acontecimentos históricos da região sertaneja do Maranhão, desde a ocupação do território, passando pelas lutas pela Independência, a guerra da Balaiada e a luta dos Republicanos.

A segunda parte, denominada “Descrições Locais e História”, refere-se à geografia urbana da região sertaneja, à formação das vilas, à construção dos espaços de convivência, às relações humanas e à história da região sertaneja do Maranhão.

Quadro 6: Estrutura da obra “O Sertão”

O SERTÃO	
Morfografia (Cap.I)	Descrição do território do sertão a partir de estudo geográfico e geológico
Fisiografia (Cap.II)	
Território (Cap.III)	
Os autóctones (Cap.IV)	Estudo antropológico do populações primitivas e o processo e de conquista de seus territórios
A conquista (Cap.V)	Estudo histórico da conquista e alargamento do território sertanejo e o processo de colonização
Colonização (Cap.VI)	
TEORIA GEOLÓGICA	
O Baixão e as Caatingas (Cap.VII)	Estudo geológico e geográfico do território e localização territorial de Grajaú e fundação da Comarca da Chapada
Grajaú (Cap. VIII)	
Fundação (Cap. IX)	
DA INDEPENDÊNCIA À REVOLUÇÃO	
Da Independência à Revolução (Cap. X)	Primeira Sociedade – Imigrações: Ideias novas; ebulições políticas; desterrados; assassinatos dos prisioneiros do navio “São Pedro”
	A Independência – Ação dos desterrados; levante do sertão; cerco de Caxias; capitulação da Junta Governativa; Adesão
	Troca de Papéis- libertadores pedindo libertação
	Fatores Políticos
	A Revolução
	A Imprensa e a Revolução – Influência dos jornais nos acontecimentos; revolução por vezes adiada; rompimento sem ordens dos chefes da capital
	Proposições – Insurretos dizem seus insultos; os chefes do partido oficial opõem-se a que o governo faça concessões; traços biográficos do presidente do Conselho Revolucionário de Caxias
	Atitudes – Deserção dos responsáveis, notas do visconde de Araguaia; juízo da História
	Fase heroica- Situação vitoriosa dos insurretos; pânico na capital; fazendo literatura os insurretos; perdem a oportunidade de vencer; falta unidade e efeitos da dispersão das forças bem-ti-vis
	A jugulação
	O pacificador do Maranhão – Eficiência de sua obra; o Maranhão depois de 1841
Vida intelectual (Cap. XI)	Roda de Amigos, poetas prosadores e obras
	Jornais, jornalistas- cultura intelectual
Vida Econômica (Cap. XII)	Produção do solo – riqueza mineral e vegetal, agricultura, pecuária
	Comércio – vias de comunicação e transporte
DESCRIÇÕES LOCAIS E HISTÓRIA (Parte 2)	
XIII – Imperatriz – Uma vila do Pará no Maranhão; episódio da História nacional	
XIV – Marabá - produtos equatoriais; os campos do Xingu; aventuras romanescas dos Pimentéis; descoberta do caucho; riqueza fantástica	
XV – Lagos do lago Vermelho – Rio mudando de leito por convulsão geológica; residência da Lua; a cava e o estrangulamento dos Martírios	
XVI- Praia da Rainha- Do Lago Vermelho ao Poção – Nações Autóctones; pedidos da civilização; emocionantes aventuras; Raimundo Liart; Alfredo Rocha e Lauro Sodré	

XVII-Tauriri- Momentos de terror; a água da Saúde; o Repartimento, a Capelinha, o Muricisal
XVIII- Itaboca- O Inferno
XIX- Vida Eterna – Divisão em baixo e alto Tocantins - Arumateua
XX – O Pindaré – Problema econômico do Pará, Maranhão e Goiás; Primeiras explorações – Estrada da Sapucaia; fertilidade do solo, cultura do algodão, efeito da guerra de secessão; o café de Bacabateua – Fisiografia do Pindaré e Gurupi
XXI – Arari
XXII – A foz do Amazonas – Nesografia; Escolas; A pororoca- origem do nome Maranhão; Tartarugal – uma excursão dos professores de Bailique
XXIII – Javiré
DO MARANHÃO AO RIO DE JANEIRO (Parte 3)
XXIV – Do Maranhão ao Rio de Janeiro (Notas de Viagem)

Fonte: elaborado pela autora com base nas informações da obra O Sertão

Logo na parte introdutória da obra, Carlota situa o leitor sobre as referências utilizadas na escrita dos capítulos, em especial, aquelas que tratam da morfografia e fisiografia da parte interiorana do país, em especial, dos territórios das regiões norte e oeste do Brasil. Na lista de autores citados, constam cientistas altamente referenciados da Academia europeia, em especial, a francesa e alemã. Entre os autores estrangeiros que faziam muito sucesso entre os intelectuais brasileiros, estão geógrafos e geólogos como Otto Clauss²⁴⁵, Pohl²⁴⁶, Natterer²⁴⁷, Chandless²⁴⁸

²⁴⁵ Otto Clauss (1858-1891) foi um geógrafo, astrônomo e físico alemão. Participou da expedição à região da nascente do rio Batovi, numa viagem de pesquisa coordenada por seu primo Karl Von Den Steinen. Em 1886 a Sociedade de Geografia concedeu-lhe a medalha Carl-Ritter de prata por esse trabalho. “Na primeira expedição, Otto Clauss, geógrafo, costumava ministrar aulas de geografia, explicando tudo que envolvia a ciência a qual estava vinculado” (<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/186379/TCC%20Suzana%20Maria%20Moura%20Bezer%20ra.pdf?sequence=1&isAllowed=y>).

²⁴⁶ Johann Baptist Emmanuel Pohl (1782 -1834) foi médico, geólogo e botânico austríaco. Foi professor de botânica, na Universidade de Praga. Conservador do Real e Imperial Gabinete de História Natural do Imperial Museu do Brasil, em Viena. Integrou a Missão Austríaca ao Brasil entre 1817 e 1822, posterior ao casamento da arquiduquesa Maria Leopoldina de Áustria com o príncipe D. Pedro de Alcântara, futuro imperador D. Pedro I. Veio como encarregado da parte de mineralogia, assumindo depois a de botânica. Desligou-se da expedição e empreendeu uma viagem de quatro anos pelo interior do Brasil, atravessando o Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás. De sua viagem publicou “*Viagem no Interior do Brasil. Empreendida nos Anos de 1817 a 1821 e Publicada por Ordem de Sua Majestade o Imperador da Áustria Francisco Primeiro*” e uma obra botânica, “*Plantarum Brasiliae icones et descriptiones hactenus ineditae*”. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/oprazerdopercorso/bio_pohl.htm.

²⁴⁷ Johann Natterer (1787-1843) foi um naturalista austríaco. Integrou a mesma missão ao Brasil que Emmanuel Pohl. “A coleção etnográfica que Johann Natterer, e, em proporção menor, outros naturalistas austríacos reuniram entre os anos de 1819 e 1835 no Brasil, e que hoje é conservada em sua maior parte no Museum für Völkerkunde de Viena, constitui o acervo mais abrangente de objetos da herança cultural dos povos indígenas brasileiros (e seus vizinhos não-indígenas) da primeira metade do século XIX, e além disso está entre os acervos mais importantes de todos os tempos dedicados ao assunto.” (FEEST, C. Johann Natterer e as coleções etnográficas dos naturalistas austríacos no Brasil. In: AUGUSTAT, C. (Org.). Além do Brasil: catálogo da exposição do Museum für Völkerkunde. Viena, 2012a. p. 21-31.)

²⁴⁸ William Chandless (1829-1896) foi um pesquisador inglês que explorou a bacia do Amazonas por volta de 1860. Há um parque nacional na divisa do Brasil e do Peru que foi nomeado Parque Estadual Chandless em sua honra. (ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY (London). The Geographical journal. Londres: American

e Orville Derby²⁴⁹, que, segundo a autora, desenvolveram estudos importantes sobre o norte e oeste do Brasil, sendo que “concluíram que esta vasta região foi uma planície inclinada para o norte, na qual a erosão da água fez desigualdades que constituem o relevo atual” (CARVALHO, 2000, p. 59). Além dos geólogos citados, a autora refere, ainda, o trabalho de William Lund²⁵⁰ sobre ossadas humanas encontradas na região amazônica, o passado pré-histórico da Amazônia brasileira e a teoria do homem americano²⁵¹. Vale ressaltar que os autores citados gozavam de muito prestígio no espaço intelectual em todo mundo, em especial, na Europa, devido à difusão de ideias científicas desde o final da Revolução Francesa. No Brasil, era grande a repercussão do referido pensamento entre a intelectualidade, propiciando aproximação com as ideias de modernidade representadas pelo “cientificismo das ciências naturais” (GODOY, 2010, p.150).

Nessa parte inicial da obra, no capítulo que Carlota chamou de fisiografia, ela faz uma descrição da rede fluvial do sertão maranhense por meio de uma minuciosa descrição dos dois grandes rios que contornam a região sul maranhense, apresentando-a como a “mesopotâmia do Meio-Norte”, já que, “de um lado o rio Tocantins e seus tributários da margem direita e, do

Libraries, 1893. Disponível em: <https://archive.org/details/geographicaljou05britgoog/page/n6/mode/2up>. Acesso em: 2 set. 2020.)

²⁴⁹ Orville Adalbert Derby (1851-1915) foi um geólogo estadunidense naturalizado brasileiro. “Seus trabalhos sobre Mineralogia e Geologia Econômica perfazem o total de 48 publicações, 10 dos quais sobre a geologia e gênese do diamante. Sobre Geografia Física e Cartografia publicou 42 trabalhos, 32 sobre Geologia em geral, 10 sobre Petrografia, 19 sobre Meteorologia e temas variados, 18 sobre Arqueologia e Paleontologia e 4 sobre temas polêmicos. Em 1915 apresentou o Mapa Geológico do Brasil.” (PIRES, Fernando Roberto Mendes; CABRAL, Alexandre Rafael. Estudos de Orville Derby sobre os depósitos manganêsíferos do Brasil: Edição comemorativa dos 150 anos de nascimento do cientista. Rem, Rev. Esc. Minas, Ouro Preto, v. 54, n. 3, p. 205-209, Jul. 2001).

²⁵⁰ Peter Wilhelm Lund (1801-1880) foi um dos naturalistas dinamarqueses mais notáveis do século XIX, considerado o pai da paleontologia e arqueologia no Brasil. Fez extraordinárias escavações em grutas calcárias no vale do Rio das Velhas, em Minas Gerais, descrevendo minuciosamente a fauna de mamíferos dessa região e as mudanças ambientais que aconteceram desde o Pleistoceno. Durante este trabalho, Lund descobriu os esqueletos fossilizados de cerca de 30 seres humanos, que ficaram conhecidos como os Homens de Lagoa Santa. Em sua obra-prima, *A Origem das Espécies*, Charles Darwin menciona a admirável coleção de ossadas fósseis recolhidas nas cavernas do Brasil por Lund, que se encontra no Museu de História Natural da Dinamarca, em Copenhague. (<https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/06/peter-wilhelm-lund-pai-paleontologia-brasileira>).

²⁵¹ Os estudos acerca do povoamento da América marcaram profundamente o século XIX. Foi nesse período que arqueólogos iniciaram as primeiras escavações no território americano em busca de evidências que pudessem esclarecer ou pelo menos dar pistas confiáveis da origem do homem americano. Duas teorias explicam a presença humana na América e também no Brasil: a teoria de Bering e a teoria Transoceânica, ambas, bastante difundidas nos espaços acadêmicos. Em trabalhos publicados em 1844, Peter Lund formula idéias sobre a origem do homem pré-histórico brasileiro, defendendo a co-existência de animais extintos e homens, pois encontrara ossos de homens e animais misturados. Para ele, o povoamento da América do Sul seria muito antigo, já que “(...) várias espécies animais parecem ter desaparecido da criação viva até o tempo do aparecimento do homem aqui”. Ele conclui que o homem fóssil americano pertenceria à mesma raça que o homem atual. A conclusão era contrária à suposição de que o homem americano teria origem no Velho Continente. Segundo Lund, haveria um vínculo estreito entre a raça mongolóide e a dos indígenas americanos. Ele arriscava a hipótese de que essa raça seria originária das Américas e teria se espalhado para a Ásia (<http://www.historiamais.com/homemamericano.htm>; RODRIGUES, D. Peter Lund: entre o mito e a história. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, R J, v. 20, supl. 1, p. 1426-1429, nov./2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702013000501426&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 de janeiro de 2021).

outro lado, o rio Parnaíba e seus formadores maranhenses” (CARVALHO, 2000, p. XII). A topografia da região sertaneja do Maranhão é apresentada de forma meticulosa quanto ao seu relevo, nascentes e riquezas minerais, com riqueza de detalhes, demonstrando um apurado conhecimento empírico, resultante, não apenas do conhecimento adquirido por meio das viagens e observações, como também da apropriação feita de estudos realizados por viajantes que a antecederam.

Com base nos estudos desses intelectuais, Carlota refuta várias teorias aceitas anteriormente, inclusive, elaborações consagradas no senso comum, como a que referia a existência de uma cordilheira nessa região central do país. Sobre essa possibilidade, ela afirmou: “Fica assim dada a ideia verdadeira do que são as serras e bem demonstrado que nesta região não há nem pode haver cordilheira. É pura fantasia que se vê nos mapas que são cópias de cópias de orografia imaginada” (CARVALHO, 2000, p 65)

Ainda, nessa primeira parte da obra, Carlota trata do território de “Pastos Bons”, justificando que a denominação era “uma expressão geográfica, uma denominação regional geral, dada pelos ocupantes à imensa extensão de campos abertos para o Ocidente em uma sucessão pasmosa em que ao bom sucedia o melhor” (CARVALHO, 2000, p. 68). No terceiro capítulo, ela trata da emigração baiana e pernambucana que deu origem ao processo de colonização da região sertaneja do Maranhão, ocasionando a submissão das populações primitivas à servidão, que as condenou à morte. Para abordar o processo de colonização da região sertaneja do Maranhão e o seu impacto sobre as populações nativas, Carlota recorre aos estudos feitos pelo major Francisco de Paula Ribeiro, “comandante do quartel de Pastos Bons, comissário da demarcação dos limites da capitania do Goiás e do Maranhão em 1815” (CARVALHO, 2000, p. XI).

De acordo com o historiador João Renor F. de Carvalho (2000), o major Francisco de Paula Ribeiro “foi o pioneiro na divulgação das delícias da natureza dos sertões de Pastos Bons”, através do artigo intitulado “Descrição do Território de ‘Pastos Bons’, no sertão do Maranhão”, publicado na revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, em 1847. Na mesma revista, no ano de 1848, seria publicado o “Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da capitania do Maranhão e da de Goiás no ano de 1815, em serviço de S. M, Fidelíssima” (CARVALHO, 2000, p. XII-XIII).

A descrição do sertão maranhense feita por Francisco de Paula Ribeiro, em “Roteiro da viagem às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goiás (1848)”, é, de acordo com a historiadora Wild Muller dos Santos L. Orlanda (2016), associada à ideia de povoamento do sertão por meio da colonização e criação de gado. Para Paula Ribeiro, o sertão maranhense se

constituía dos “mais excelentes e desembaraçados campos para criar gado” (ORLANDA, 2016, p. 26). Observa:

Os seus campos nutridores, o seu ar cômodo, preciosas águas, grande fertilidade seguida ao mais pequeno cultivo, e a sua nunca interrompida verdura, são circunstâncias que fazem com que esse país seja o mais abundante e delicioso: por isso mesmo é que ele chama dos sertões das outras capitanias confinantes os negociantes de gado, que d’ali transportam para manutenção e povoação dos seus infecundos campos a criação de vacas e novilhas” (RIBEIRO, 1849, *apud* ORLANDA, 2016, p. 26).

As informações sobre a composição natural do sertão maranhense divulgadas nas publicações de Francisco de Paula Ribeiro foram utilizadas por Carlota para tratar da cartografia do Maranhão, do processo de expropriação das comunidades indígenas e do mapeamento de seus territórios originais. A linguagem utilizada por Ribeiro, ao tratar das riquezas naturais da região de “pastos bons”, nos quais “o bom sucede o melhor”, é também utilizada por Carlota ao tratar da rica e atraente natureza do sertão maranhense que tanto encantava os colonizadores e viajantes do século XIX. A exuberância da natureza, a abundância de águas e nascentes, a diversidade de frutos nutritivos, a fertilidade do solo e a generosidade do clima são narrados em detalhes, inventariando a grande riqueza da região sertaneja maranhense, sua natureza e sua gente, dando, assim, uma clara noção de sua visão de naturalista sobre esta realidade.

Ainda na primeira parte da obra, Carlota se dedica aos eventos históricos relacionados com a região sul do Maranhão, mais especificamente, começando pelo processo de colonização, definido como uma *horrorosa [...] conquista*. A autora relata o quão cruel foi a relação dos “empreendedores dessa conquista e sua ambição por escravos indígenas”, que, sem nenhuma brandura, “pela pata do cavalo, a pata do boi, o punhal, o terçado e a pólvora abundante” (CARVALHO, 2000, p. XVII - XVIII), foram expropriando, escravizando e exterminando os povos primitivos de seus territórios. A ordem era “limpar” o território para dar lugar às fazendas e à povoação das vilas. Também neste capítulo, Carlota trata da geografia urbana dos sertões maranhenses, da construção das primeiras vilas e da vida política social e econômica das primeiras povoações. Nele, Carlota faz, também, referência aos estudos de José Veríssimo sobre o território amazônico, especialmente, quando trata das questões antropológicas e etnográficas relacionadas ao subcapítulo que denominou de “autóctones”. Um dos mais influentes intelectuais da segunda metade do século XIX, José Veríssimo, autor de *Populações Indígenas e Mestiças da Amazônia* (1886), *Cenas da Vida Amazônica* (1886) e do clássico *Amazônia* (1892), entre outras publicações em livros e em jornais, foi um dos grandes interlocutores do naturalismo e difusores das teses racistas de sua geração. Suas obras refletem um “raciocínio

influenciado pelas teses do racismo científico” (BEZERRA NETO, 1999, p. 4) presentes nos debates científicos da “geração 70”, em especial, pelos integrantes da “Escola de Recife”. Juntamente com “pensadores como Silvio Romero, Tobias Barreto e Nina Rodrigues”, procurou “analisar a realidade brasileira a partir das matrizes “do positivismo, do evolucionismo cultural e do darwinismo social”, “cujo pensamento fazia o elogio à dita superioridade europeia, e para o qual o Brasil estava francamente atrasado” (MORAES, 2015, p. 4). Em sua obra, entre outros temas da vida nacional, defendia a *miscigenação* e a *educação* como saídas para a regeneração das raças inferiores (ameríndios e africanos) e para o *branqueamento* (MORAES, 2015, p. 4).

Além das questões etnográficas e antropológicas presentes na obra de Veríssimo, o autor também serviu de referência quando Carlota tratou do espaço amazônico da região de Bailique, não apenas no “O Sertão”, mas também nos artigos *Desidério* e *Anna de Freitas*, publicados no jornal *Diário de S. Luiz* no ano de 1924. O primeiro deles, *Desidério*, trata de sua vivência na região insular do estado do Pará, hoje estado do Amapá, quando lá esteve como professora, na penúltima década do século XIX. Em *Anna de Freitas*, os estudos realizados por José Veríssimo sobre o ciclo da borracha e o processo de colonização da Amazônia foram de muita valia para a construção textual do artigo. Neles, ela também recorre aos escritos de Euclides da Cunha sobre a Amazônia brasileira.

Em relação à obra “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, Carlota chama a atenção para o conceito de sertão utilizado, afirmando que ele seria reducionista em relação à sua vastidão e pluralidade. O erro de Euclides, de acordo com Carlota, teria sido o de considerar o sertão como único. Ela coloca-se notadamente contra “a generalização do sertão repassada por Euclides da Cunha, que reduz os incontáveis sertões do Brasil a Canudos” (VIEIRA, 2015, p. 23). De acordo com Carlota Carvalho, o território que Euclides da Cunha havia chamado de “sertão” era:

a mínima porção do território brasileiro, “triste desolada, calcinada pelo sol, natureza morta” e a nesga do nordeste, “escassa de água e flagelada pela seca”, não representa o caráter geral do imenso território do Brasil abundante de perenes mananciais, regado de grandes rios e ornado de extensas florestas. Mesmo na Bahia, a Oeste do São Francisco, em Mimas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Maranhão, além do Amazonas, do Araguaia ao Oiapoque, nada há parecido com a terra e a vegetação do Vaza-Barris, tristemente celebrizado pelo acontecimento que Euclides da Cunha chamou de crime de Canudos. De tipo dos sertões brasileiros não pode servir o adusto daquele diminuto trato de terreno (CARVALHO, 2011, p. 131).

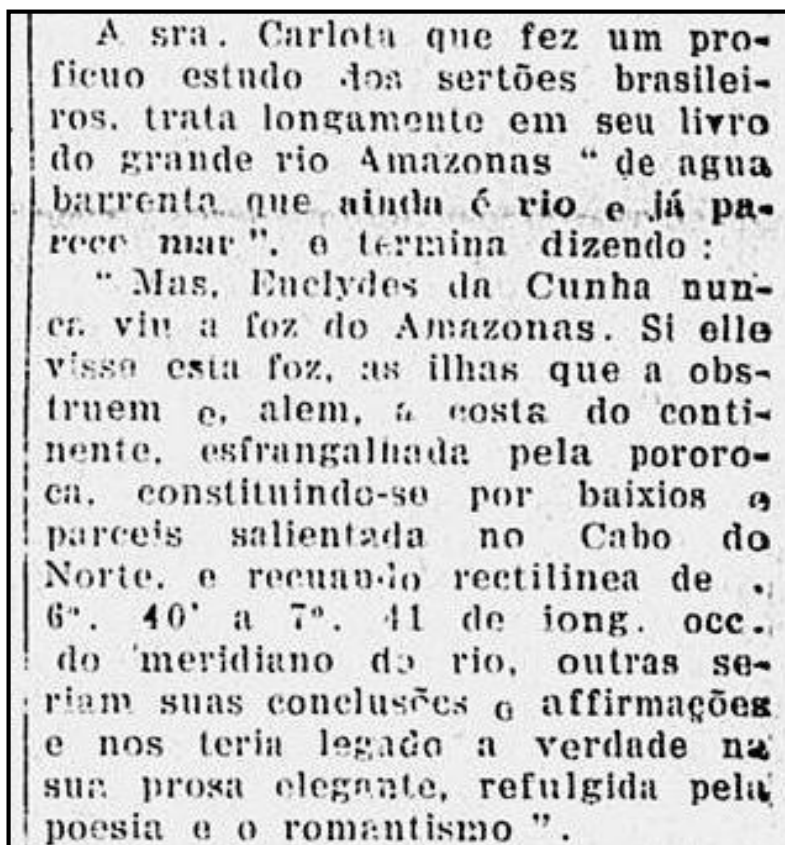
Em relação à sua descrição da caatinga como elemento constitutivo daquela vegetação que Euclides denominou de sertões, Carlota Carvalho critica a visão do autor, afirmando:

O que nos sertões do Maranhão, Goiás e Mato Grosso chamam de caatingas-mato alto constituído por grandes espécies vegetais, como angico, aroeira, ipê

e jatobá, árvores espaçadas, entremeadas de pastagens, não tem semelhança com a raquítica e enfezada vegetação de uma pequenina e única parte do território da Bahia, magistralmente descrita por Euclides da Cunha no livro *Os Sertões* (CARVALHO, 2011, p. 131).

As críticas de Carlota Carvalho à obra de Euclides da Cunha e sua proposição revisionista da guerra da Independência e da Balaiada foram alvo de manifestação na imprensa e repercutiram na recepção que a obra “O Sertão” teve no ano de 1924. Isto fica evidenciado na matéria publicada no jornal *A Província (PE)*, no dia 24 de setembro de 1924, (fl. 1), que traz as críticas feitas por Carlota à obra “Os Sertões” de Euclides da Cunha, especialmente, aquelas relacionadas à geografia sertaneja, à vegetação da região de Canudos, na Bahia, e aos aspectos geográficos da região amazônica. Na figura abaixo, pode-se ler parte do texto publicado no jornal *A Província (PE)*, de 24 de setembro de 1924.

Figura 62: Carlota Carvalho critica o conceito de sertão de Euclides da Cunha



Fonte: A PROVÍNCIA (PE), de 24 de setembro de 1924, fl. 1²⁵².

²⁵² Arquivo da Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira - Cód.: TRB00003.0170 - Rótulo: 128066_0 Nome: A Província (PE) - 1920 a 1933/ Ano 1924\Edição 00213 (1) Disponível: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=128066_02&Pesq=%22Carlota%20carvalho%22&pagfis=11928

Para o historiador João Renor (2000), a obra “O Sertão”, de Carlota Carvalho, possui uma abrangência maior do que “Os Sertões” de Euclides da Cunha. Ao analisar a vida de sertanejos de todo o norte do Brasil, em especial dos estados do Maranhão, Pará, Goiás, Amapá, e até o Piauí, Carlota apresenta um sertão que não se reduz à abordagem geográfica. De acordo com Vieira (2015, p. 36), o sertão para Carlota é um “lugar oposto ao litoral, mas não [...] um espaço despovoado”, pois é “um lugar cujo povo chegou vindo de longe, habitou, trabalhou, prosperou e povoou”.

Outra crítica dirigida por Carlota a Euclides da Cunha diz respeito às questões metodológicas, pois, segundo ela, o autor não teria realizado uma pesquisa aprofundada, optando por se esconder atrás de “uma prosa elegante, refulgida pela poesia e o romantismo” (A PROVÍNCIA (PE), de 24 de setembro de 1924, fl. 1). Vale ressaltar que, no século XX, devido à adesão da intelectualidade ao cientificismo, havia o firme propósito de afastar a escrita histórica daquela que se caracterizava pelo uso de recursos literários (COSTA, 2019, p. 207-208). Assim, ao associar o trabalho de Euclides da Cunha à poesia e ao romantismo, Carlota não só questionava a cientificidade da obra “Os Sertões”, como demonstrava sua inserção na elite intelectual e a apropriação dos procedimentos metodológicos aceitos no período.

Essa inserção de Carlota, assim como a apropriação dos conceitos filosóficos aceitos pela intelectualidade do período em que viveu, foram marcantes na sua trajetória de escritora feminina, que procuramos demonstrar neste capítulo. Situada num período de grandes transformações da história política e cultural do nosso país, é possível se perceber na produção intelectual de Carlota Carvalho, como essas transformações repercutiram significativamente na sua vida e na sua escrita, sempre bastante envolta nos aspectos conjunturais da realidade que compartilhou. Com uma trajetória rica de encontros e desencontros, Carlota marca o seu tempo por meio de uma presença forte e desafiadora muito presente na sua obra.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Mas escrever a vida é outra história.
Inacabamento.*

Paul Ricœur

“Tudo o que foi escrito, até aqui”, “é o começo do que vai vir, toda hora a gente está num cômputo”, afirma Guimarães Rosa (1967, p. 215), em sua magistral *Grande sertão veredas*. Com essas palavras, Rosa, não apenas sinaliza para as grandes incertezas que haviam marcado a trajetória do jagunço Riobaldo, como coloca sob questionamento algumas antigas verdades que se apresentavam conflitantes devido à experiência adquirida através de novos aprendizados. Mais ainda neste contexto, o autor parece nos dar a certa medida do quanto a história sempre nos leva para um eterno começar, nos dando sempre a percepção da não existência de conclusões definitivas. A vida, como propõe Rosa, é sempre contrária a certezas absolutas, quando menos se espera ela faz um “balancê”, tudo muda de lugar e de repente estamos diante de um novo começo.

Ao concluir este trabalho, tenho essa sensação, a de estar diante de um novo “começo”, e de que tudo que foi dito, até então, são “encruzilhadas”, ou seja, novas possibilidades que se lançam, novas perguntas que se insurgem em busca de novas respostas. Afinal, como afirma esse mesmo autor, “o que se aprende, mais”, é fazendo “outras maiores perguntas” (ROSA, 1967, p. 284).

Foi uma profunda inquietação que me moveu a questionar o que estava dito sobre Carlota Carvalho, e a buscar por novas respostas, e foi esse, talvez, o grande feito desse trabalho. Nesta tese, investiguei a trajetória de Carlota Carvalho a partir do enfrentamento de diversas questões relacionadas à sua vida, que incluíam desde sua origem familiar, as relações com o sertão maranhense e a sua atuação enquanto professora e escritora.

As descobertas feitas ao longo da pesquisa foram fundamentais para elucidarmos vários aspectos da vida de Carlota Carvalho e de sua trajetória como mulher, professora e escritora em um momento crucial para a história da nação brasileira. Entendo que esta seja uma das grandes conclusões desse trabalho, a confirmação de uma hipótese: a de que a trajetória de Carlota Carvalho era suficientemente importante para colocar em debate questões sobre o chamado entresséculo, isto é o período entre o século XIX e XX. Dessa forma, o estudo trouxe para o debate temas caros à historiografia brasileira e maranhense, como o sertão, a mulher, a

educação, o trabalho, o intelectual, as práticas de escrita e de leitura, entre outras, fundamentais para o entendimento do contexto no qual se inseria a personagem estudada.

O processo de escrita da Tese pode ser percebido como um caminho repleto de descobertas em relação ao seu objetivo que foi o de investigar a trajetória de uma professora e escritora que viveu no século XIX e primeiras décadas do século XX. A retomada das questões trazidas na parte introdutória do trabalho é de muita valia para o momento de exposição de minhas conclusões. Nesse sentido, ressalto aqui, mais especificamente, as perguntas que busquei responder ao longo da pesquisa, tais como as relacionadas à origem de Carlota Carvalho, à sua formação e atuação profissional como docente e escritora e que incidiram diretamente na construção dos objetivos e organização da pesquisa. Porém, antes de me dedicar às conclusões alcançadas a partir das questões que nortearam a pesquisa, faço algumas considerações quanto à experiência individual resultante da finalização de um trabalho sobre uma trajetória.

Como afirma Guimarães Rosa, estamos constantemente diante de “encruzilhadas”, e essa, sem dúvida, é uma das tantas lições que a sua obra nos proporciona. Na verdade, trazer Guimarães Rosa na parte conclusiva desse trabalho tem a ver com duas questões por ele colocadas, que me parecem bastante acertadas e que poderão muito bem traduzir o significado de concluir um estudo de uma trajetória. A primeira delas é a observação feita pelo autor de que “o mais importante e bonito, do mundo, é [...] que as pessoas não estão sempre iguais”, e que “ainda não foram terminadas” (ROSA, 1967, p. 18).

A outra questão, mais associada aos desafios de se escrever uma história, afirma Rosa, é que “contar é muito, muito difícil”. Vale ressaltar, que essas dificuldades, quando relacionadas a um passado distante, utilizando as palavras do autor, referem-se muito menos “pelos anos que se já passaram” e muito mais “pela astúcia que têm certas coisas passadas [...] de se remexerem dos lugares” (ROSA, 1967, p. 128). Essas palavras de Rosa tem uma expressiva relevância, em se tratando de Carlota Carvalho e do trabalho que ora se encerra. Com o sentido dado pelo escritor, conclui-se que os anos que se “passaram” ou que distanciam essa pesquisa do período vivido pela autora de “O Sertão” foram menos significativos para a elaboração do seu itinerário do que os “ditos” e os “não-ditos”²⁵³ que cercam a sua vida e obra.

²⁵³ O “não-dito”, no sentido em que trata Eni Puccinelli Orlandi, é constituinte, faz parte do discurso que não é palavra. Não tem sentido absoluto, nem é independente e autossuficiente, pois tem uma relação forte com aquilo que é verbalizado. O não-dito diz respeito às diversas facetas da linguagem; perpassa e ultrapassa todo o dito; “[...] é subsidiário ao dito. De alguma forma, o complementa, acrescenta-se”. (ORLANDI, 2015, p. 82). O não dito, para a autora, é uma das facetas do silêncio, que dá sentido ao imaginário, além de também “a função da relação entre linguagem e ideologia”. O “não-dito”, para a autora, “não é o nada, não é o vazio sem história. É o silêncio significante” (ORLANDI, 2015, p. 20).

A ideia introduzida por Guimarães Rosa, de que as pessoas não estão concluídas, apesar de não estar dirigida ao estudo de trajetórias, é suficientemente inspiradora no sentido de pensarmos os indivíduos enquanto sujeitos inacabados e em constante processo de construção. Independentemente do que propõe Rosa, e do contexto de sua intervenção, é possível pensar o processo de construção de um indivíduo como uma experiência que não cabe apenas no período vivido pelo sujeito, mas nas possibilidades de diálogo que esse sujeito pode vir a estabelecer. É a essa possibilidade de diálogo trazido pelos estudos de trajetórias que Darnton chamou de “conversar com os mortos” (1987, p.7). Para este historiador, “auscultar almas mortas e avaliar as sociedades por elas habitadas” é um dos privilégios do ofício de historiador, que consiste em se fazer “perguntas aos documentos e prestando atenção às respostas” (DARNTON, 1987, p.7). Isso me leva a perceber que a escrita de uma trajetória nada mais é do que uma forma deliberada de dar continuidade ao processo de construção de uma vida, ou seja, de considerar o personagem em estudo um sujeito inacabado.

Vale ressaltar que esse é um processo nunca finito, pois a cada nova fonte ou novas leituras e/ou interpretações das fontes conhecidas que surgem, são novas as possibilidades que se abrem e novos os caminhos a serem percorridos (KARSBURG, 2014, p. 399). Isto nos remete ao discurso de reapresentação dos sujeitos recompostos por meio do trabalho dos historiadores, pensada por Michel de Certeau (2011, p.108), segundo o qual, ao se escrever uma trajetória não se está construindo uma história, mas dando vida a um personagem. Para esse autor, o historiador, no contato com as fontes, tais como retratos, textos e fragmentos, e por meio de uma narrativa, articula uma trajetória e recompõe o itinerário dos mortos e o “re-presenta” (CERTEAU, 2011, p.108).

Assim, para Certeau, escrever história é sempre um desafio, pois se trata de pôr em cena o que não mais existe, mas que por meio de itinerário narrativo se reapresenta. Dessa forma, o discurso de incompletude apontado por Guimarães Rosa ganha mais sentido se consideramos a afirmação feita por Certeau, quando se refere ao trabalho do historiador como aquele que, no diálogo com as fontes, recompõe itinerários. Isso, de alguma forma, pode traduzir o meu primeiro sentimento ao concluir esse trabalho, que é o de ter (re)apresentado Carlota Carvalho para além do que estava dito ou daquilo que não havia sido dito, e que, nesse contexto, foi ponto de partida para um diálogo que, mediado pelas fontes, possibilitou conferir-lhe fisionomia e voz.

Pode-se afirmar que construir uma trajetória, com uma experiência de vida variada, como a de Carlota Carvalho, cuja existência é cercada por questionamentos e especulações, foi uma tarefa desafiadora. Esses anos de pesquisa sobre a vida da escritora foram marcados por instigações, construções e aprendizados diversos, porém, o maior deles vai ao encontro do outro grande ensinamento de Rosa, que é o reconhecimento das dificuldades de se escrever uma vida. No caso de Carlota Carvalho, somam-se, ainda, aos “anos que se passaram”, o fato de tratar-se de uma mulher que tinha um estilo de vida itinerante, com registros de passagens, não apenas, em diversos municípios do sul do estado do Maranhão, no norte de Goiás, atual Tocantins, no Pará, em especial Belém e na região insular daquele estado, hoje pertencente ao Amapá, mas, também, no Rio de Janeiro onde fixou moradia por alguns anos.

É em função deste estilo de vida itinerante e da atuação intelectual de Carlota Carvalho, que definimos o título dado à Tese: “Por caminhos de terra e de tinta”. Ele, antes de tudo, põe em destaque aquilo que, mais fortemente, traduz a itinerância de uma mulher que fez da sua vida uma viagem pelos caminhos do sertão e das letras enquanto professora e escritora.

As fontes consultadas apresentaram uma Carlota viajante que, além de ter estabelecido moradia em variados lugares, utilizando os meios que se achavam disponíveis no período e lugar, trilhou caminhos diversos nas regiões por onde passou. Na verdade, são as viagens e os escritos o que mais definem Carlota Carvalho, e seus textos estão permeados de relatos de partidas e chegadas que lhe proporcionaram contatos e aprendizados diversos.

Carlota concebia as viagens como uma experiência necessária para o crescimento pessoal, a forma mais efetiva de adquirir conhecimento e ter contato com a realidade. Ademais, não são raras as vezes em que a autora refere-se à sua escrita como viagens, tanto no sentido de imaginar a realidade, como fez em *Vôos da imaginação*, de rememorar fatos passados e de recordar espaços percorridos, a exemplo de *A rôla ferida* e *Desidério*, entre outros, quanto ao considerar as viagens a matéria prima de seus escritos. Essa forma de ver o mundo, manifesto na vida e na escrita da autora está presente tanto em “O Sertão”, quanto em seus textos publicados no *Diário de S. Luiz*, acessados para a pesquisa.

Carlota Carvalho foi uma mulher multifacetária, alguém que atuou como docente das primeiras letras e escreveu em jornais, além de ser a autora de uma obra de grande valor histórico. Consciente dos limites e espaços possíveis de serem ocupados por mulheres, nossa personagem conseguiu usufruir com apoio e proteção ao se inserir em esferas públicas e atividades marcadas pela significativa presença masculina.

O exercício da docência para Carlota era concebido como uma decorrência natural, uma atribuição inevitável para uma pessoa letrada inserida em uma realidade social em que grassava

o analfabetismo. Além disso, era um compromisso moral, no sentido de dar continuidade a uma tarefa recebida por herança familiar. Pertencente à uma família de professores por várias gerações, Carlota via a docência como parte do legado dos Carvalho, profissão que exercia com satisfação e de forma crítica e propositiva. Esse sentimento foi perceptível em vários momentos de sua trajetória docente, seja nas ilhas Bailique, quando tomou a iniciativa de transferência da escola para Limão de Curuá, seja pelas críticas dirigidas aos compêndios didáticos, à imprecisão de mapas e ao falseamento das narrativas históricas. Nesse contexto, destaca-se, ainda, a forma propositiva com que produziu vários discursos a favor da educação, a exemplo daquele proferido sobre a Escola Normal Rosa Castro. Todas essas proposições, entre outras, apresentadas ao longo desse trabalho, são argumentos suficientes para se afirmar que Carlota exerceu a docência com compromisso profissional e militante.

Carlota exerceu a docência em um momento de grandes mudanças no cenário político e educacional brasileiro, no auge dos debates pela ampliação da oferta de educação e em torno do currículo, e, ainda, pela inserção feminina nos espaços educativos. Assim, a sua itinerância educacional além de marcar substancialmente o seu trajeto pessoal foi, também, pleno de significado para o entendimento da educação brasileira neste momento histórico. Tanto a sua formação professoral na Escola Normal no Pará, como sua nomeação e atuação como docente, resguardadas as suas singularidades, estiveram totalmente inseridas no contexto político e educacional do período em que viveu.

A pesquisa mostrou Carlota Carvalho como uma escritora que teve uma atuação marcante nos espaços de erudição maranhense. Não apenas a publicação de “O Sertão”, sua principal obra, marcou a trajetória da autora, revelando-se bastante produtiva. As fontes que analisei dão conta de uma escritora com uma forte presença nos jornais, seja através dos escritos de sua autoria publicados na imprensa diária ou dos eventos nos quais foi notícia, seja divulgando suas viagens, encontros e novas publicações. Além disso, Carlota frequentou certos espaços de sociabilidade nos quais pôde conviver com outros intelectuais da primeira metade do século XX.

Por fim, nesse espaço destinado às considerações finais, buscarei refletir um pouco acerca do lugar que a história tem reservado para Carlota Carvalho. Vale ressaltar, que há um vazio documental sobre Carlota Carvalho na região onde ela viveu e trabalhou. E este vazio tem dado lugar a diversas informações, a maioria delas distorcidas, carregadas de negatividade e, por vezes, depreciativas, emitidas, quase sempre, com o propósito de refutar as possíveis qualidades da autora. Embora os objetivos deste trabalho não tenham previsto a refutação das ideias, por vezes equivocadas, sobre a vida de Carlota Carvalho, creio que, diante do que

revelou a pesquisa, não há como essas ideias não serem confrontadas. Neste sentido, reafirmo que meu propósito, desde o primeiro momento, foi o de, a partir da bibliografia e das fontes consultadas, enfrentar os desafios e encarar as possibilidades de análise ainda não exploradas.

Ainda no rol das dificuldades e desafios enfrentados durante a escrita deste trabalho sobre a trajetória de Carlota Carvalho ressalto que a expectativa de uma parte significativa de estudiosos, que se ocupam do sertão em relação a uma pesquisa disposta a enfrentar o silêncio a que foi relegado a autora, trouxe consigo a exigência do um rigor redobrado em relação ao objeto pesquisado. Assim, para dar conta dos objetivos que propus e, especialmente, das fontes que levantei, procurei me cercar de uma boa revisão bibliográfica e teórico-metodológica, o que me permite, ao final da tese, fazer uso da máxima de que foi justamente “por estar sobre ombros de gigantes”,²⁵⁴ que pude enxergar além.

Outros desafios, muito mais relacionados ao “silêncio” que cerca a autora, em especial a partir da segunda metade do século XX, foram evidenciados no desenvolvimento da pesquisa. Destaco que, ao lado da quase inexistência de informações sobre Carlota Carvalho nos lugares onde ela teria vivido, há uma recorrente narrativa de que em relação à ela nada mais há a ser dito. Condição que sinaliza fortemente para o que muitos estudiosos, em especial os que se dedicam às questões de gênero, chamam de silenciamento.²⁵⁵ Embora, a princípio, estes desafios tenham parecido de difícil solução, vale destacar que eles não foram impeditivos para a execução da pesquisa, pelo contrário, foram bastante reveladores do silêncio em torno da mulher e intelectual Carlota Carvalho.

Ao longo da pesquisa, o contato com as fontes revelou que por trás do silêncio que cercava a vida da autora havia uma construção ideológica, que só podia ser entendida a partir de uma análise mais apurada sobre a questão da mulher e o seu papel histórico, demonstrando a importância de refletir sobre o silenciamento feminino, mais especificamente, sobre as implicações de as mulheres serem “vistas como [intelectuais] intrusas” ou “historicamente desautorizadas” (RIBEIRO, 2017, p. 28-29).

²⁵⁴ Trecho de uma carta de Isaac Newton para Robert Hooke em 5 de Fevereiro de 1676, baseado numa metáfora atribuída a Bernardo de Chartres. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MTMwMjY/>. Acesso em 20fev. 2021.

²⁵⁵ O silenciamento é uma ação sobre o outro, portanto, uma estratégia para impor o silêncio, que, em se tratando de correlações de força, pode obter êxito ou não. (...) o silenciamento como uma estratégia disciplinar, (...) atua nos jogos de poder. (MATTOS, 2012, p. 3). “O silenciamento das mulheres na história faz parte de um processo de constituição da história como algo masculino, como uma produção discursiva a partir da perspectiva masculina” (MATTOS, 2012, p. 5).

Embora a questão do silenciamento feminino seja um debate longo e permeado de nuances, ressalto que as considerações acerca dos “ditos” e “não-ditos” que cercaram Carlota Carvalho, a partir da segunda metade do século vinte, merecem relevo. Envolve aquilo que Perrot (2005) chamou de “zonas mudas”, quando se referia ao “oceano de silêncio” que historicamente reservou às mulheres o lugar da “obscuridade” e do “inenarrável” (p. 9), Carlota e sua obra atravessaram boa parte do século XX numa espécie de penumbra.

Carlota Carvalho foi uma autora admirada pela lucidez das proposições, com presença constante nos jornais e nos demais espaços de circulação dos intelectuais do seu tempo. No entanto, todo esse protagonismo enquanto escritora, que lhe rendeu o reconhecimento de seus pares e a participação como sócia fundadora do IHGM, não foram impeditivos para ser relegada ao esquecimento. Apesar desse reconhecimento, experimentou, juntamente com sua obra, o silêncio, muitas vezes quebrado por narrativas claramente emitidas na intenção de que “para que se diga algo é preciso que outros dizeres possíveis sejam silenciados” (TFOUNI, 2008, p. 353).

Com base nas proposições de Eni Puccinelli Orlandi (2013), é válido considerar que muitas informações geradas em torno de Carlota Carvalho tem uma relação muito forte com aquilo que não deve ser dito ou que, de alguma forma, se quer esconder ou apagar. Para todo dito existem inúmeros não-ditos ou ditos que precisaram ser esquecidos, apagados ou silenciados (ORLANDI *apud* GARCIA; PEINHOPF, 2020, p. 173). Conforme Perrot (2005), o processo de silenciamento está “ligado à partilha desigual dos traços, da memória e, ainda mais, da História”, que tem, ao longo do tempo, garantido à mulher o lugar do alheamento, mantendo-a “fora do acontecimento” (PERROT, 2005, p. 9). No caso de Carlota Carvalho, diferentemente da profusão de dados contidos nos jornais e periódicos até a primeira metade do século vinte, nas décadas seguintes as informações sobre a autora de “O Sertão” passaram a “oscilar entre as barreiras do encobrimento e do indizível” (GUIMARÃES, 2013, p. 198).

Parafraseando Gérard Namer (1987), Guimarães afirma que “todo silêncio (ou esquecimento) sustenta um projeto ou uma identidade; elimina o passado em favor de um presente” (2013, p. 198). Portanto, além de não gozar de neutralidade, o silêncio está enredado com a versão da realidade que se quer construir. Essas palavras do autor vão ao encontro das formulações de Orlandi (2013), quando ela afirma que “todo dizer” possui “uma relação fundamental com o não dizer”. Assim, o silêncio, como o “não dizer” de forma verbalizada, dar vazão ao “dizer”.

Enfim, todo esse debate acerca do silenciamento em torno da vida e obra de Carlota Carvalho, uma mulher que viveu em um momento histórico de muita importância para a história

das mulheres, confere ao estudo de sua trajetória um singular significado. Para além da visibilidade que proporciona, esse estudo é, ainda, significativo para a luta das mulheres, pois, a despeito da existência de amarras historicamente construídas e dos avanços conquistados, o protagonismo feminino ainda se ressent e busca romper com o “regime de autorização discursiva”²⁵⁶, questão que consiste em desnaturalizar a existência de um discurso que se pretenda universal e “considerar a multiplicidade de vozes” (RIBEIRO, 2017, p. 40, 48). No entanto, apesar de desautorizadas para o discurso, vale ressaltar que muitas mulheres disputaram esse lugar, tido como feudo masculino, e utilizaram o poder da fala, enquanto professoras e escritoras, a exemplo de Carlota Carvalho.

Vale ressaltar, contudo, que esse estudo sobre a trajetória de Carlota Carvalho, objeto central dessa pesquisa, muito mais do que apresentar fatos e ideias acerca da autora, como afirma Del Priore, serve para fazê-la “existir, viver e ser” (2004, p. 11). Ademais, a história de vida da autora, como já mencionado, foi fortemente afetada pelo momento histórico em que viveu, portanto não esteve isenta das imposições que marcaram o período. Dessa forma, ao tratarmos de Carlota Carvalho, as discussões em torno do “lugar não autorizado”, pensado por Djamila Ribeiro, são “de muita valia” (RIBEIRO, 2017, p. 27). Para essa autora, as mulheres, mesmo quando ocupam os espaços de poder, estão sujeitas à condição daquilo que chamou de “forasteira[s] de dentro”²⁵⁷ (RIBEIRO, 2017, p. 27). A partir desse conceito é possível pensar Carlota, mesmo participando dos espaços de circulação de ideias, enquanto professora e escritora, e com presença constante nos jornais e nas rodas de debates, como uma “forasteira”, no sentido de ocupar um lugar não destinado ao feminino. Portanto, um lugar deslegitimado, um “não lugar”.

Como já anunciamos, os anos finais do século XIX e primeira metade do século XX, período vivido por Carlota Carvalho, são de muita importância para a história das mulheres, mais especificamente no que tange à institucionalização do “lugar” e do “não lugar” a elas destinados, conceitos que marcaram os limites historicamente impostos ao feminino. Entendidos pelas relações de poder de uma sociedade fortemente afetada pelo domínio

²⁵⁶ A expressão utilizada pela autora Djamila Ribeiro se filia “à noção foucaultiana de discurso. Ou seja, de não pensar discurso como amontoado de palavras ou concatenação de frases que pretendem um significado em si, mas como um sistema que estrutura determinado imaginário social, pois estaremos falando de poder e controle” (RIBEIRO, 2017, p. 32).

²⁵⁷ O conceito “forasteira de dentro” utilizado por Djamila Ribeiro refere-se ao *outsider within*, cunhado por Patricia Hill Collins, ao falar da importância de as mulheres negras fazerem um uso criativo do lugar de marginalidade que ocupam na sociedade a fim de desenvolverem teorias e pensamentos que reflitam diferentes olhares e perspectivas. Para Djamila, esse conceito é muito importante para entendermos lugares de fala. “Para Collins, a mulher negra dentro do movimento feminista ocupa esse lugar de “forasteira de dentro”, por ser feminista e pleitear o lugar da mulher negra como sujeito político, mas ao mesmo tempo ser “uma de fora” pela maneira como é vista e tratada dentro do seio do próprio movimento” (RIBEIRO, 2017, p.27).

patriarcal, os conceitos de “lugar” e “não lugar” têm uma importância crucial para o debate acerca das deslegitimações impostas ao feminino.

Assim, as mulheres neste período, afirma Perrot, estavam “ligadas à sua condição e ao seu lugar na família e na sociedade”. Cabia às mulheres “a memória do privado, voltada para a família e para o íntimo aos quais elas estão de certa forma relegadas por convenção e posição” (2005, p. 39). Dessa forma, o lugar da mulher era o espaço privado, doméstico, de guardiã da família e das emoções, enquanto que o lugar público era uma reserva masculina. Essa divisão de espaços entre o privado e o público, embora nem sempre consensuado, em especial, no momento em que viveu a autora, tinha delimitações precisas entre o que se concebia ou não, enquanto tarefa feminina.

Carlota, por sua história de vida, ocupou o “não lugar” destinado às mulheres, ou seja, participou do espaço público, a elas desautorizado. Disputou o espaço masculino pelo uso da palavra e da escrita, bem como debateu questões não autorizadas às mulheres de seu tempo. Tratando de assuntos para além da esfera doméstica, ela fez do não lugar, “um lugar de potência” (SILVA, 2018, p. 28), pois escreveu para jornais, publicou livros e conviveu com letrados. Mesmo ciente dos limites impostos, Carlota procurou ultrapassá-los, buscando a proteção, quer do irmão famoso ou, por meio dele, de outros intelectuais, para manter-se nestes espaços.

As fontes mostram uma autora que se articulou e inseriu na intelectualidade masculina de sua época e conquistou o respeito desses. Ao ocupar os espaços tidos como masculinos e ao tratar de temáticas e debates não “autorizados” às mulheres, Carlota sai do lugar comum e enfrenta o risco e, como tantas outras mulheres de seu tempo, se expõe ao conflito. Isso não era pouco, e não é pouco para o atual debate historiográfico, em especial, ao maranhense, no que se refere aos estudos sobre as mulheres intelectuais e professoras na primeira metade do século XX. Dessa forma, não é demasiado afirmar que, no que tange ao debate historiográfico, considera-se que esta tese pode se constituir em uma importante referência para futuros estudos não apenas sobre a escritora maranhense, mas para os estudos sobre mulheres, professoras e intelectuais, e desafios enfrentados pelas mesmas nos espaços públicos, sobre as práticas de escrita e de leitura do início do século XX no sertão maranhense e brasileiro.

Por fim, ao concluir esta tese sobre a trajetória de Carlota Carvalho, uma personagem de um rico protagonismo, meu sentimento é de que este trabalho seja valorizado muito mais por aquilo “que nel[a] não deveu caber” (ROSA, 2001, p. 40). Não apenas pelos aprendizados que ele me possibilitou ao longo dos anos dedicados à pesquisa, mas pelo simbolismo que a personagem representa. Carlota foi uma mulher sertaneja oitocentista, que se sobressaiu no

seleto mundo das letras, tendo sido capaz de iluminar trajetos, inspirar rumos e referenciar projetos, pois, como ela própria afirma: “na memória dos vindouros perdurará o exemplo” (CARVALHO, 2000, p.120). Com escritos inspirados ou fundamentados no conhecimento validado na época em que viveu, Carlota tinha plena consciência dos caminhos de terra e de tinta que percorreu enquanto mulher, professora e escritora para ser reconhecida como intelectual entre os intelectuais de seu tempo.

FONTES DE PESQUISA E ARQUIVOS CONSULTADOS

a) Fontes:

A CONSTITUIÇÃO: órgão do Partido Conservador (PA), 5 de janeiro de 1886; 30 de abril de 1886; 18 de setembro de 1886. Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

A ESCHOLA: Órgão Estudantil, (MA), São Luís (MA), 28 de fevereiro de 1891.
Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

A IMPRENSA (MA), 6 de janeiro de 1858.
Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

A IMPRENSA (MA), 20 de outubro de 1860.
Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

A PROVÍNCIA (PE), 12 de setembro de 1924; 24 de setembro de 1924.
Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

A RAZÃO, 01 de fevereiro de 1920. Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

A REPÚBLICA, 3 de abril de 1890.
Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

A REPÚBLICA, 5 de agosto de 1891.
Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

A REPÚBLICA, 9 de junho de 1892; 1 de dezembro de 1892.
Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO MARANHÃO, 1859. Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO MARANHÃO, 1866. Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO MARANHÃO, 1860. Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO MARANHÃO, 1874. Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

BRAZILEA: mensário nacionalista: sociologia, arte e crítica, RJ, 10 de junho de 1932.
Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

BRAZILEA: mensário nacionalista: sociologia, arte e crítica, RJ, setembro e outubro de 1932.
Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

CORREIO DA MANHÃ (RJ), 2 de fevereiro de 1920; 22 de outubro de 1920; 28 de dezembro de 1920.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

CORREIO DA MANHÃ (RJ), 6 de agosto de 1924.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

CORREIO OFFICIAL DE GOYAZ (GO), 24 de outubro de 1877.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

CORREIO OFFICIAL DE GOYAZ (GO), 09 de abril de 1879; 07 de maio de 1879; 24 de maio de 1879. Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

CORREIO OFFICIAL: *In Medio Posita Virtus* (RJ), 28 de agosto de 1838.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

CORREIO OFFICIAL: *In Medio Posita Virtus* (RJ), 02 de abril de 1840; 12 de dezembro de 1840. Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

CHRONICA MARANHENSE, vol. II, nº134, de 16 de maio de 1839, p. 540.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

CORREIO PARAENSE, Belém (PA), 09 de junho de 1892.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

CORREIO PARAENSE, Belém (PA), 28 de junho de 1893; 23 de dezembro de 1893; 30 de dezembro de 1893. Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

CORREIO PARAENSE, Belém (PA), 09 de janeiro de 1894.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

CORREIO PAULISTANO (SP), 7 de julho de 1946

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

CORREIO DA TARDE: Folha Diária (MA), 13 de setembro de 1911; 11 de outubro de 1911; 28 de outubro de 1911. Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

DIÁRIO DE BELÉM, Belém (PA), 30 de março de 1882.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

DIÁRIO DE BELÉM, Belém (PA), 02 de maio de 1886; 04 de setembro de 1886; 21 de outubro de 1886. Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

DIÁRIO DE BELÉM, Belém (PA), 02 de fevereiro de 1888; 07 de fevereiro de 1888; 09 de março de 1888. Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (PA), Belém (PA), s. d. 1887; 21 de janeiro de 1887.

Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (PA), Belém (PA), 08 de março de 1892.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

DIÁRIO DE S. LUIZ, São Luís (MA), 03 de agosto de 1920.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

DIÁRIO DE S. LUIZ, São Luís (MA), 27 de janeiro de 1921.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

DIÁRIO DE S. LUIZ, São Luís (MA), 31 de março de 1922;

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

DIÁRIO DE S. LUIZ, São Luís (MA), 21 de junho de 1924; 27 de julho de 1924; 13 de setembro de 1924; 20 de setembro de 1924; 02 de outubro de 1924; 10 de outubro de 1924; 11 de outubro de 1924; 16 de outubro de 1924; 20 de outubro de 1924; 03 de novembro de 1924; 04 de novembro de 1924; 05 de novembro de 1924; 06 de novembro de 1924; 08 de novembro de 1924; 12 de novembro de 1924; 13 de novembro de 1924; 18 de novembro de 1924; 19 de novembro de 1924; 20 de novembro de 1924; 21 de novembro de 1924; 22 de novembro de 1924; 24 de novembro de 1924; 25 de novembro de 1924; 26 de novembro de 1924; 28 de novembro de 1924; 29 de novembro de 1924; 05 de dezembro de 1924; 06 de dezembro de 1924; 08 de dezembro de 1924; 10 de dezembro de 1924; 13 de dezembro de 1924; 20 de dezembro de 1924; 23 de dezembro de 1924; 25 de dezembro de 1924.

Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

DIÁRIO DE S. LUIZ, São Luís (MA), 02 de janeiro de 1925; 08 de janeiro de 1925; 27 de janeiro de 1925; 02 de junho de 1925; 02 de julho de 1925; 02 de março de 1925; 06 de março de 1925; 25 de março de 1925; 27 de março de 1925.

Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

DIÁRIO DE S. LUIZ, São Luís (MA), 17 de outubro de 1948.

Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís (MA), 29 de outubro de 1892.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís (MA), 07 de outubro de 1874.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís (MA), 09 de outubro de 1895; 21 de novembro de 1895;

Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís (MA), 19 de fevereiro de 1896; 19 de abril de 1876; 29 de outubro de 1896; 04 de novembro de 1896;

Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís (MA), 27 de dezembro de 1877.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

DIÁRIO DO PERNAMBUCO (PE), 28 de fevereiro de 1867

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

DIÁRIO DO PERNAMBUCO (PE), 7 de setembro de 1924

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

DIÁRIO OFFICIAL DO GOYAS, 24 de outubro de 1877.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

DIÁRIO OFFICIAL DO GOYAS, 09 de abril de 1879; 07 de maio de 1879.

Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

FOLHA DO POVO, São Luís (MA), 24 de setembro de 1924; 02 de outubro de 1924; 10 de outubro de 1924; 18 de outubro de 1924.

Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ), 23 de agosto de 1920

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ), 7 de agosto de 1924

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

GAZETA JURÍDICA (RJ), s.d., 1878, p. 98

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

BOLETIM DA SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DO RIO DE JANEIRO (RJ), 1894.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

BOLETIM DA SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DO RIO DE JANEIRO (RJ), 1924.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

BOLETIM DA SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DO RIO DE JANEIRO (RJ), 1925..

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

JORNAL BAHIA ILUSTRADA (BA), s. d. abril de 1919.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

JORNAL O ESTANDARTE, 8 de fevereiro de 1855.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

JORNAL DE RECIFE (PE), 14 de julho de 1886.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

JORNAL DE RECIFE (PE), 09 de setembro de 1924; 15 de setembro de 1924; 24 de setembro de 1924; 04 de outubro de 1924. Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

JORNAL DO BRASIL, RJ, 21 de julho de 1901.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

JORNAL DO BRASIL, RJ, 19 de janeiro de 1924; 26 de julho de 1924; 19 de janeiro de 1924; 02 de fevereiro de 1924; 26 de julho de 1924; 13 de agosto de 1924; 29 de agosto de 1924;

Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

JORNAL DO COMÉRCIO (RJ), s/d de 1906.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

JORNAL DO COMÉRCIO (RJ), 27 de julho de 1958.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

JORNAL DO COMÉRCIO (RJ), 27 de abril de 1892.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

JORNAL DO COMÉRCIO (RJ), 01 de setembro de 1933.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

JORNAL DO COMÉRCIO (RJ), 31 de maio de 1919.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

JORNAL O IMPARCIAL, São Luís (MA), 9 de agosto de 1927.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

JORNAL O IMPARCIAL, São Luís (MA), 16 de dezembro de 1930; 19 de dezembro de 1930. Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

JORNAL O GLOBO, São Luís (MA), 27 de abril de 1855.

Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

JORNAL O TEMPO (MA), 9 de maio de 1881.

Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

NOTÍCIAS, São Luís (MA), 28 de julho de 1933; 28 de julho de 1933.

Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O CONSTITUCIONAL (RJ), 2 de outubro de 1855.

Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O CONSTITUCIONAL (RJ), 21 de maio de 1863.

Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O BRASIL (RJ), 26 de julho de 1924; 06 de agosto de 1924; 29 de agosto de 1924

Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O DIÁRIO DO GRAM-PARÁ, 12 de abril de 1890.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O DIÁRIO DO GRAM-PARÁ, 08 de dezembro de 1885

Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O JORNAL (RJ), 14 de dezembro de 1919.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O JORNAL (RJ), 03 de agosto de 1924; 25 de setembro de 1924;

Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O LIBERAL DO PARÁ, Belém (PA), 28 de janeiro de 1880; 29 de novembro de 1880.
Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O LIBERAL DO PARÁ, Belém (PA), 17 de fevereiro de 1882; 02 de maio de 1882.
Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O LIBERAL DO PARÁ, Belém (PA), 20 de fevereiro de 1883; 17 de dezembro de 1883.
Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O LIBERAL DO PARÁ, Belém (PA), 15 de janeiro de 1884;
Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O LIBERAL DO PARÁ, Belém (PA), 14 de abril de 1885; 02 de julho de 1885; 10 de outubro de 1885. Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O LIBERAL DO PARÁ, Belém (PA), 04 de setembro de 1886.
Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O LIBERAL DO PARÁ, Belém (PA), 02 de março de 1888; 09 de março de 1888; 08 de junho de 1889; 07 de julho de 1888. Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O LIBERAL DO PARÁ, Belém (PA), 09 de janeiro de 1889; 09 de junho de 1889; 22 de agosto de 1889; 23 de agosto de 1889; 19 de julho de 1889; 20 de setembro de 1889; 21 de setembro de 1889; 10 de outubro de 1889; 30 de novembro de 1889.
Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O NORTE, 03 de dezembro de 1911.
Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O OBSERVADOR (MA), 5 de janeiro de 1857
Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O PAÍZ (MA), 11 de janeiro de 1878; 30 de abril de 1878.
Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O PAÍZ (MA), 30 de abril 1880; 10 de dezembro de 1880.
Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O PAÍZ (MA), 10 de dezembro de 1925.
Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O PAIZ (RJ), 08 de novembro de 1923; 04 de dezembro de 1923.
Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O PAIZ (RJ) de 2 de abril de 1924; de 6 de abril de 1924; de 11 de abril de 1924; de 12 de abril de 1924; de 13 de abril, de 1924; de 17 de abril de 1924; de 20 de abril de 1924.
<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O PUBLICADOR OFFICIAL DO MARANHÃO, 28 de junho de 1837.

<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

PACOTILHA, São Luís (MA), 29 de junho de 1912.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

PACOTILHA, São Luís (MA), 02 de janeiro de 1919; 09 de janeiro de 1919.

Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

PACOTILHA, São Luís (MA), 20 de junho de 1924; 19 de setembro de 1924.

Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

PACOTILHA, São Luís (MA), 21 de janeiro de 1925; 22 de janeiro de 1925; 27 de janeiro de 1925; 28 de janeiro de 1925; 05 de março de 1925; s. d. abril de 1925.

Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

PACOTILHA, São Luís (MA), 03 de junho de 1926; 15 de junho de 1926; 29 de julho de 1926. Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

PACOTILHA, São Luís (MA), 10 de fevereiro de 1935.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

PACOTILHA, São Luís (MA), 15 de julho de 1936.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

PACOTILHA, São Luís (MA), s. d. abril de 1938.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

PUBLICADOR MARANHENSE (MA), 03 de outubro de 1838.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

PUBLICADOR MARANHENSE (MA), 22 de fevereiro de 1843.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

PUBLICADOR MARANHENSE (MA), 11 de dezembro de 1844.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

PUBLICADOR MARANHENSE (MA), 01 de abril de 1847.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

PUBLICADOR MARANHENSE (MA), 06 de julho de 1850.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

PUBLICADOR MARANHENSE (MA), 18 de março de 1863.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

PUBLICADOR MARANHENSE (MA), 06 de novembro de 1865.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

PUBLICADOR MARANHENSE (MA), 18 de novembro de 1867.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

PUBLICADOR MARANHENSE (MA), 20 de dezembro de 1877.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

PUBLICADOR MARANHENSE (MA), 21 de dezembro de 1879.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

TRIBUNA LIVRE: Orgão do Club Liberal de Goyaz (GO), 3 de abril de 1880.

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

TRIBUNA LIVRE: Orgão do Club Liberal de Goyaz (GO), 30 de abril de 1881; 20 de agosto de 1881. Disponíveis: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

REVISTA DA SEMANA (RJ), 11 de agosto de 1901

Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

a) Arquivos

Biblioteca Nacional/ Hemeroteca digital

Biblioteca Pública Benedito Leite/Biblioteca Pública do Maranhão – São Luís (MA)

Arquivo Público do Estado do Pará - Belém (PA)

Cartório de Registro Civil do município de Grajaú (MA)

Cartório de Registro Civil do município de Riachão (MA)

Museu Histórico de Carolina – Carolina (MA)

Livros de Registro da Diocese de Grajaú - Grajaú (MA)

Livros de Registro da Diocese de Carolina - Carolina (MA)

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Dunshee de. **A esfinge do Grajaú**. 2 Ed. São Luís: Alumar, 1993. (Coleção Documentos Maranhenses).

_____. **O Cativoiro**. 2 Ed. São Luís: Alumar, 1992. (Coleção Documentos Maranhenses).

ABREU, João Capistrano de. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Brasília: INL, 1975.

_____. **Capítulos da História Colonial: (1500-1800) & Os caminhos antigos e os povoamentos do Brasil**. 5 ed. Anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues: Soc. Capistrano de Abreu; Brigueit, 1963.

AGULHON, Maurice. As sociedades de pensamento. *In*: VOVELLE, M. **França Revolucionária (1789-1799)**. São Paulo: Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

ALMEIDA, Rodrigo Davi. Ensaio sobre as contribuições teórico-metodológicas de Jean-François Sirinelli, Jean Paul Sartre e Norberto Bobbio para a História, a definição e a função social dos intelectuais. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 5, n. 2, jan-jul., 2012, p. 21-41. Disponível:

<http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/133/110>.

Acessado em: 30set2019.

ALONSO, Ângela. **Ideias em Movimento: A geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 145-151. Disponível: bibliotecadigital.fgv.br. Acessado em: 03nov.2016.

ANDRADE, A. de C. **Laços de compadrio entre escravizados no sul do Maranhão (1854-1888)**. Dissertação(Mestrado). PPGH/UFMA. São Luís(MA), 2017.

ANTONIO FILHO, Fadel David. Riqueza e miséria do ciclo da borracha na Amazônia brasileira: um olhar geográfico por intermédio de Euclides da Cunha. *In*: GODOY, P. R. T. (org.). **História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

ARAÚJO, Adriana de Fátima Barbosa. O regionalismo como outro. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, nº. 28. Brasília, julho-dezembro de 2006, pp. 113-124.

Disponível: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=323127091009>.

Acessado em: 03nov.2019.

ARAÚJO, Adriana Gama de. **Em nome da cidade vencida**. A São Luís republicana em José do Nascimento Moraes (1889 a 1920). Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2011. Disponível: <http://www.edufn.ufrn.br/>. Acessado em: 30jul 2020.

ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. - São Paulo: Contexto, 2004, p. 46-81.

ARAÚJO, Johny Santana de. A imprensa no Maranhão na segunda metade do século XIX: Estado imperial, jornais e a divulgação da guerra do Paraguai para um público leitor.

Dimensões, vol. 33, 2014, p. 360-383. ISSN: 2179-8869.

Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/9110/6416>.

Acessado em: 23 set 2018.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões: entre histórias e memórias**. Bauru São Paulo: EDUSC, 2000.

BARBOSA, Marta Emísia; LIMA, Jorge L. Ferreira. História, Imprensa e redes de Comunicação. **História & Perspectivas**, Uberlândia (39): p. 37-57, jul.dez.2008. Disponível: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/download/19188/10326>

Acessado em: 29jul.2020.

BARROS, Edelvira Marques de Moraes. **Imperatriz, memória e registro**. Imperatriz: Ética editora, 1996.

BARROS, José d'Assunção. **A Expansão da História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **O Campo da História: Especialidades e Abordagens**. 9ª ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **O Teoria da História: Princípios e conceitos fundamentais**. Vol. I, 4ª ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BETTIOL, Maria Regina Barcelos. Mário de Andrade e a especificidade do gênero epistolar: o esboço de uma teoria. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 65, p. 227-236, dez. 2016. Disponível:

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S002038742016000300227&script=sci_arttext

Acessado em: 24jul2020.

BEZERRA, Edimilson Rosa. No Limite: Representações do Sertão Maranhense no roteiro de viagem de Francisco de Paula Ribeiro em 1815 (uma análise introdutória do roteiro). **II Seminário de pesquisa da Pós-Graduação em História – UFG/UCG**. Goiânia-GO, 2009.

Disponível:

http://www.cpgss.pucgoias.edu.br/ArquivosUpload/16/file/Anais_II_Seminario_de_Pesquisa_da_Pos-Graduacao_em_Historia_UFG-PUC_Goias/pdfs/IISPHist09_EdimilsonRx.pdf.

Acessado em: 14 abr 2017.

_____. **O grão e o casco**. Representações e práticas da colonização no sul do Maranhão na primeira metade do século XIX. Dissertação. 183 f. (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás: Goiânia, 2010. Disponível:

<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/3321/1/EDIMILSON%20ROSA%20BEZERRA.pdf>. Acessado em: 14 abr 2018.

BEZERRA NETO, José Maia. José Veríssimo: pensamento social e etnografia da Amazônia (1877/1915). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 539-564, 1999. Disponível:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 04 set.2020.

BITENCOURT, João Batista; GALVES, Marcelo Cheche. (orgs.). **Historiografia Maranhense**: Dez ensaios sobre historiadores e seus tempos. – São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2014.

BLOCH, Marc. **Apologia da História** ou O Ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Elogio da serenidade e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. **Os intelectuais e o poder**. Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

BONATO, Tiago. **O olhar a descrição**: a construção do sertão do nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1783-1822). Dissertação (Mestrado em História), UFPR, 2010. Disponível: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24243/BONATO,%20TIAGO.pdf?sequence=1>. Acessado em: 08ago2018.

BOTO, Carlota. O professor primário português como intelectual: ‘eu ensino, logo existo’. **Revista Linhas**, v. 6, n. 1, 2005, p. 1-45. Disponível: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1249>. Acessado em: 20ago.2019.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 183-191

_____. O campo político. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 5, p. 193-216, Jul. 2011. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100008&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 12Set.2020.

BORRALHO, José Henrique de Paula. Instituto de História e Geografia do Maranhão (IGHM): patrimônio, memória e história como princípios de perpetuação da imagem de um Maranhão grandioso. **Patrimônio e Memória**, UNESP – FCLAs – CEDAP, v.7, n.1, p. 19-37, jun. 2011. Disponível: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/58/58>. Acessado em: 06jan.2020.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**. 2 São Paulo: Ateliê Editorial, 2003

BRAGA, Diogo Ubaldo. O culto pós-moderno aos monumentos: o surgimento de um monumento estórico e o seu valor de cenografia. **Anais XVIII ENANPUR** / Natal 27 a 31 de maio de 2019. Disponível: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais>. Acessado em: 31out.2019.

BURKE, Peter. A República das Letras Europeia, 1500-2000. **Estudos Avançados**, vol. 25, n.72, São Paulo: May/Aug. 2011(p. 277-288). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142011000200021>. Acessado em: 08 ago. 2018.

_____. (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do Gado: Conquista e ocupação do Sul do Maranhão**. São Luís: SIORGE, 1992.

CAETANO, Rodney. Elementos paratextuais na obra de Eça de Queiroz. **Cerrados: Revista do Programa de Pós-Graduação em Literatura**, n. 20, ano 14, 2005, p. 103-114, Disponível: <http://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/download/1192/1035/> Acessado em: 9ago. 2020.

CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. **Revista brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 59-82, 2001.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARATTI, Jônatas Marques. **O solo da liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842 – 1862)**. São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2013.

CARDOSO, Carlos Magno Marques *et al.* Quantificação da matéria orgânica em rios da Amazônia brasileira sob a influência de resíduos da indústria de curtume. **Revista AIDIS de Ingenieria e Ciencias Ambientales: Investigacion, desarrollo y práctica**. Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM. Vol.11, nº 2, 2018, p. 153-166. Disponível: <http://www.journals.unam.mx/index.php/aidis/article/view/58365>. Acessado em: 05ago2018.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). **Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOZO, José Carlos da Silva. **Enredos Tutelares: O Juízo dos Órfãos e a atenção à criança e à família porto-alegrense no início do século XX**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013.

CARRARA, Ângelo Alves. Paisagens de um grande sertão: a margem esquerda do médio-São Francisco nos séculos XVIII a XX. **Revista Ciência & Trópico**, Recife, v. 29, n.1, p. 61-123, jan./jun., 2001. Disponível: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/viewFile/751/489>. Acessado em: 05ago2018.

Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000100004&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 16 Dez. 2019.

CARVALHO, Ana Isabel Silva. **Capa de livro: o objecto, o contexto, o processo**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Belas Artes - Universidade do Porto, 2008. Disponível: <https://mdi.fba.up.pt/investigacao/anacarvalho.pdf>. Acessado em: 22ago2020.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão: Subsídios para a História e a geografia do Brasil**. (Organização e notas de Adalberto Franklin e João Renôr Ferreira de Carvalho) 3 ed. rev. e ampl. - Teresina: EDUFPI, 2011.

_____. **O sertão: Subsídios para a História e a Geografia do Brasil**. (Organização e notas de Adalberto Franklin e João Renôr Ferreira de Carvalho). 2 ed. rev. e ampl. Imperatriz: Ética, 2000.

_____. **O sertão:** Subsídios para a História e a Geographia do Brasil. Rio de Janeiro: Empresa Editora de Obras Científicas e Literarias, 1924.

CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. - São Paulo: Companhia das Letras. 1987.

CARVALHO, João Parsondas. **A Amazônia:** do Gurupi a Balsas (Conferência na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro) Rio de Janeiro, 1901. In: DINO, Sálvio. Parsondas de Carvalho: um novo olhar sobre o sertão. Imperatriz, MA: Ética, 2007.

CASSOL, Paula Durks; DA SILVA, Maria Beatriz Oliveira; DINARTE, Priscila Valduga. “A vida mera das obscuras”: sobre a vitimização e a criminalização da mulher. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 810-831, maio 2018. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25503>>. Acesso em: 25Jan.2020.

CASTANHA, André Paulo. **O Ato Adicional de 1934 e a instrução elementar no Império:** descentralização ou centralização? – (Tese de Doutorado), São Carlos: UFSCar, 2008. Disponível: http://pct.capes.gov.br/teses/2007/969017_5.PDF Acesso em: 24 jan. 2020.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

_____. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998

CHARLE, Christophe. Nascimento dos intelectuais contemporâneos (1860-1898). (Tradução: Maria Helena Câmara Bastos). **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel - Pelotas, v.7, n. 14, p. 141-156, set. 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30225>. Acesso em: 24out.2019.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro:** do leitor ao navegador. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESPI, 1998.

_____. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Portugal: DIFEL, 2002.

_____. **A Ordem dos livros:** Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XVI e XVII. Brasília: Editora UNB, 1994.

_____. **Formas e Sentidos.** Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Campinas, SP (Mercado das Letras) Associação de leitura do Brasil (ABL), 2003 (Coleção História da Leitura).

_____. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, dez. 2011. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/1598/955>>. Acesso em: 03 mar. 2018

_____. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n.11, p. 173-191, São Paulo, jan./abr. 1991. Disponível <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601> . Acessado em: 4 ago. 2018.

_____. **Os desafios da escrita.** São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. **Textos, impressões e leituras.** In: HUNT, Lynn. A nova História Cultural. São Paulo. Martins Fontes, 2001.

CHAUI, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura V. de Castro; HEILBORN, Maria Luíza (Orgs.). **Perspectivas antropológicas da mulher.** Rio de Janeiro: Zahar, 1984. v.4. p.23-62. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000078&pid=S0104-8333200100010000700014&lng=en Acessado em: 4 ago. 2018.

CHIES, Paula Viviane. Identidade de gênero e a identidade profissional no campo de trabalho. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.18. n.2, p. 507-528, maio-agosto/2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v18n2/13.pdf>. Acessado em: 22mar.2020.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio.** Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Unesp, 2006.

CIGALES, Marcelo Pinheiro; ENGERROFF, Ana Martina Baron. A constituição da Sociologia no Brasil e o Direito: a formação dos intelectuais. **Revista Urutágua -Revista Acadêmica Multidisciplinar.** Universidade Estadual de Maringá (UEM). N. 35, dezembro-maio, Ano 2016, p.80-101. Disponível: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/36651/19365>. Acessado em: 8set.2019.

COELHO NETTO, Eloy. **História do Sul do Maranhão:** terra, vida, homens e acontecimentos. Belo Horizonte: Editora São Vicente, 1979.

CONTIERI, Amanda Ágata. Mulheres do campo: análises de representações do feminino em canções sertanejas. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 44 (2): p. 545-558, maio-ago. 2015. Disponível: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/viewFile/993/575>. Acessado em: 4 ago. 2018.

CORACINI, Maria José R. Faria. Escrita de si, assinatura e criatividade. In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro; INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange (Org.). **O discurso na contemporaneidade:** materialidades e fronteiras. 1ed. São Carlos: Claraluz, 2009, v., p. 393-403.

CORMINEIRO Olivia Macedo Miranda. Nos limites da escrita: Língua e civilização em O Sertão de Carlota Carvalho. **XXVII Simpósio Nacional de História/ ANPUH - Conhecimento histórico e diálogo social.** Natal-RN, 22-26 de julho de 2013, p. 1-12. Disponível: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364741070_ARQUIVO_TextoCompletoOliviaMMcormineiro-ANPUHNatal.pdf. Acessado em: 10jan.2021.

CORREIA, Dora Shellard. História Ambiental e Paisagem. **História Ambiental Latinoamericana y Caribeña – HALAC**, Belo Horizonte, v. III, n. 1, p. 47-69, jan./jun. 2012. Disponível: <https://core.ac.uk/download/pdf/27239119.pdf>. Acessado em: 30ago.2020.

CORREA, José Rossini Campos. **Formação Social do Maranhão:** o presente de uma arqueologia. São Luís. SIOGE, 1993.

CORREA, Rubens Arantes. Os Intelectuais: Questões históricas e historiográficas – uma discussão teórica. **Saeculum - Revista de História**, n. 33; João Pessoa, jul./dez. 2015, p.395-410. Disponível: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/viewFile/27733/14914> Acessado em: 30set.2019.

_____. Os Intelectuais e a escrita da História – as contribuições metodológicas de Jean-François Sirinelli. **Escritas - Periódicos UFT**, Vol. 8, n.2, 2016, p. 265-278. Disponível: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/2576> Acessado em: 30set.2019.

COSGROVE, Denis. Observando la naturaleza: el paisaje y el sentido europeo de la vista. Universidad de California, Los Angeles. **Boletín de la A.G.E.** n.º 34 - 2002, págs. 63-89. Disponível: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=660033>. Acessado em: 30ago.2020.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6ed., São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Lourenço Resende da. História e Literatura: um diálogo interdisciplinar. **Todas as musas**, Ano 10, Número 02, Jan – Jun./2019, p. 203-209. Disponível: https://www.todasasmusas.com.br/20Lourenco_Resende.pdf. Acessado em: 9mar2020.

COSTA, Sylvio de Souza Gadelha. **Subjetividade e menor-idade: acompanhando o devir dos profissionais do social**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desportos, 1998.

COUTO, Mia. **Mulheres de cinzas: as areias do imperador: uma trilogia moçambicana**, livro 1. - São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

COUTO, Marina Vargas. **A indústria editorial no Brasil: trajetória, problemas e panorama atual**. 2006. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Habilitação em Produção Editorial) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível: <http://hdl.handle.net/11422/450>. Acessado em: 8ago.2020.

CUNHA, Euclides. da. **Os Sertões: Campanha de Canudos (1902)**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CWIK, Christian. A Disputa sobre os limites entre Guiana Francesa e Portuguesa (1801-1817). **Outros Tempos**, UEMA. São Luís, vol. 12, n. 20, p. 173-189, nov. 2015. Disponível: https://www.researchgate.net/publication/288833859_A_Disputa_sobre_os_limites_entre_Guiana_Francesa_e_Portuguesa_1801-1817. Acesso em: 16 dez. 2019

DARNTON, Robert. **A questão dos livros: Passado, presente e futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987a.

_____. **O grande massacre dos gatos e outros episódios da História Cultural francesa**. 2 ed., Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987b.

DAVIS, Natalie Zemon. **Nas Margens: Três Mulheres do século XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

DEL PRIORE, Mary. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 217-235.

_____. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. - São Paulo: Contexto, 2004.

DIÁRIO DO NORDESTE. Compadrio firmado na fogueira junina. Região. Jun. 2008. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/compadrio-firmado-na-fogueira-junina-1.112008> Acessado em: 12 set. 2020.

DIAS, Carlos Gilberto Pereira. **Costurando vidas: os itinerários de duas professoras: Ana Aurora do Amaral Lisboa (1860-1951) e Júlia Malvina Hailliot Tavares (1866-1939)**. (Tese doutorado). Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS, Porto Alegre – RS, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/56506>. Acesso em: 15jan. 2021.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas Subjetividades na Pesquisa Histórica Feminista: uma hermenêutica das diferenças. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 373, jan. 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16219>. Acesso em: 14 jun. 2019.

_____. Mulheres sem história. **Revista de História** (USP), Departamento de História da FFLCH da Universidade de São Paulo/USP, v. 114, p. 31-45, 1983. Disponível: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/62058/64894>. Acesso em: 14 jun. 2019

D'INCAO, Maria Ângela. A mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. - São Paulo: Contexto, 2004, p. 234-252.

DINO, Sálvio. **Parsondas de Carvalho: um novo olhar sobre o sertão**. Imperatriz, MA: Ética, 2007.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico: escrever uma vida**. 2 ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

DUARTE, C. L. **Nísia Floresta**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores).

_____. O cânone literário e a autoria feminina. In: AGUIAR, Neuma. (Org.). **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro. Record: Rosa dos tempos, 1997, p. 85-84 (Coleção gênero, v. 5). Disponível: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1416/aguiar_neuma_genero_e_ciencias_humanas.pdf. Acesso em: 16 mar. 2019.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas- SP: Ed. Papirus, 14º ed. 2011. Disponível: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/> Acesso em: 6 fev. 2020.

ELMIR, Claudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas do seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPG em História da UFRGS**. Porto Alegre, n. 13, 199

FALEI, Miridan Knox. As mulheres no sertão nordestino. *In*: DEL PRIORI, Mary. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. - São Paulo: Contexto, 2004, p. 253-291.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. *In*: LOPES, Eliana Marta Teixeira. *et al.* (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling; MATHEUS, Marcelo Santos. Sobre Angélica, José Maria e Jacinto: hierarquia social e padrinhos/madrinhas preferenciais escravos no sul do Brasil (1817-1845). *In*: VENDRAME, Maira Ines. *et. al.* (Orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. – São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 99-121.

FERNANDES, Antônio Teixeira. O campo político. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 16, p.41-85, 2006. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/download/2366/2166>. Acessado em: 12set. 2020.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Entrevista Jean-François Sirinelli Rio de Janeiro, 5 de novembro de 2012. Transcrição: Charlotte Riom. Tradução: Anne Marie Milon. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 33, nº 65, p. 407-412- 2013. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v33n65/18.pdf> Acessado em: 12set.2019.

_____. Correspondência familiar e rede de sociabilidade. *In*: GOMES Ângela de Castro. (Org.) **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 380p. 2004, p. 241-255.

FERREIRA, Andréa Tereza Brito. A Mulher e o Magistério: Razões da supremacia feminina (a profissão docente em uma perspectiva histórica). **Revista Tópicos Educacionais**. Recife. v.16. n. 1-3. p.43-61. 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/issue/view/1644> Acessado em: 23 mar. 2020.

FERREIRA, L. A. Decomposição e recomposição: querelas e intrigas nas tramas dos novos partidos no Maranhão (1889 - 1894). **Outros Tempos**, UEMA, volume 01, p.01-20. São Luís, 2014. Disponível em: http://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/article/viewFile/368/303. Acessado em: 8set.2020.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. *In*: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. - São Paulo: Contexto, 2004, p. 147-197.

FLORESTA, Nísia. **Opúsculo Humanitário**. São Paulo: Cortez, 1989.

FLORES, Cláudia Regina. **Olhar, Saber, Representar: Ensaio sobre a representação em perspectiva**. Programa de Pós-Graduação em Educação, UFSC (tese doutorado),

Florianópolis – SC, 2003. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30366236.pdf>. Acessado em: 10 jan. 2021.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. - São Paulo: Contexto, 2004, p. 537-582.

FONSECA, Ricardo Marcelo. O Positivismo, “Historiografia positivista” e História do Direito. **Revista do Programa de Mestrado em Ciência Jurídica da Fundinopi** / Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro. n. 10 (jan-jun) – Jacarezinho, 2009, p. 143-166. Disponível: <http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/issue/view/10>. Acessada em: 31 ago. 2020.

FORTES, Rita Félix. Um diálogo com a tradição nas epígrafes de *Inocência*. **Revista Trama, UNOESTE**, v.1, n.2 - 2º semestre de 2005, p. 217-231. Disponível: <http://131.255.84.97/index.php/trama/article/download/218/153>. Acessado em: 22 ago. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**. Ética, estratégia, poder-saber. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. v. 4

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **O que é um autor?** Lisboa: Vega, 1992.

FRAGA, Andréa Silva de. **Trajetórias de alunas-mestras a professoras intelectuais da Educação no Rio Grande do Sul (1920 a 1960)**. Programa de Pós-Graduação em História - PUCRS (Tese de Doutorado). Porto Alegre, 2017. Disponível: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7670> Acessado em: 16 set. 2019.

FRANÇA, Maria do P. Socorro G.S. Avelino. A Escola Normal da província do Grão-Pará no império. **Revista Cocar**, Belém, Vol. 6, nº 11, jan./ jul, 2012, p 29-40. Disponível em: <https://paginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/issue/view/18/showToc>. Acessada em: 04 out 2015.

FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, João Renôr Ferreira de. **Francisco de Paula Ribeiro: desbravador dos sertões de Pastos Bons: a base geográfica e humana do sul do Maranhão**. Imperatriz, MA: Ética, 2005.

FRANKLIN, Adalberto. **História econômica**. Imperatriz-MA: Ética Editora, 2008.

GATI, Hajnalka Halász. **A educação da mulher no Recife no final do século XIX: ensino normal e anúncios de progresso**. Tese (doutorado)-UFPE, Recife (PE): 2010. Disponível: <https://repositorio.ufpe.br/browse?type=author&value=GATI%2C+Hajnalka+Hal%C3%A1sz> Acessado em: 27 jul. 2019.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A Micro-História e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL, 1990.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989a.

_____. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989b. p. 169-178.

_____. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GIORDANO, Rafaela Boeira. **Do jornal à ciência**: a hemeroteca digital brasileira como fonte de informação para a pesquisa científica. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - Escola de Comunicação/UFRJ. Rio de Janeiro: 2016.

GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Educação, ciência e edição: consagração intelectual dos periódicos às coleções. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 6-15, jan | jun 2014. Disponível: https://www.sbh.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=1930. Acessado em: 26jul.2020.

_____. Essa gente do Rio... modernismo e nacionalismo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. vol. 6, n. 11, 1993, p. 62-77. Disponível: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635095/pdf> Acessado em: 11dez.2019.

_____. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. (org.). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

_____; HANSEN, Patrícia Santos (Orgs). **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política /. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 488 p.

GONÇALVES, Sérgio Campos. O intelectual cortesão e a civilização: Um perfil dos fundadores do IHGB e de sua Revista. In: OLIVEIRA, Maria da Glória de; ARAUJO Valdei Lopes de (org.) **Disputas pelo Passado**: História e historiadores no Império do Brasil. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012, p. 224-248. Disponível: https://www.academia.edu/9212222/Disputas_pelo_passado_hist%C3%B3ria_e_historiadores_no_Imp%C3%A9rio_do_Brasil._Disputed_pasts_history_and_historians_in_the_Brazilian_Empire. Acessado em: 11dez.2019.

GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GÓUVEA, Fátima S. **Culturas políticas**: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. Parte III: cultura política e sociabilidade. p. 259-284.

_____. **O velho vaqueano**: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2006. Disponível: <https://www.academia.edu/26982819>. Acessado em: 24jul.2020.

_____. “Paulo amigo”: amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu. In: GOMES, Â. de C. (org.). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004, p. 163- 187.

GRANGER, Stéphane. O contestado franco- brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia. **Revista Cantareira**, n. 17. UFF, Rio de Janeiro, 2012, p. 21-39. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/cantareira/about>. Acessado em: 16 nov. 2019.

GOTLIB, Nadia Battella. **Clarice, uma vida que se conta**. São Paulo: Ed: Ática, 1995.

GUIMARÃES, Letícia Batista. História e narrativa, memória e silenciamento. **4º Encontro Nacional de Pesquisadores de Periódicos Literários**, 15 a 17/set./2010, Feira de Santana. Anais. Feira de Santana: UEFS, 2013, p. 194-223. Disponível: http://www2.uefs.br/enapel/files/4enapel_anais.p194-203.pdf. Acessado em: 16fev.2021.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. O presente do passado; as artes de Clio em tempos de memória. In: ABREU, Martha; GONTIJO, Rebeca; SOIHET, Rachel (orgs.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Nação e Civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27. Disponível: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074>. Acessado em: 16nov.2019.

GUIMARÃES, Matheus Silveira; ROCHA, Solange P. O papel social de padrinhos e madrinhas na Parahyba oitocentista (1846-1860). **III Seminário Nacional: Gênero e Práticas Culturais: olhares diversos sobre as diferenças**. João Pessoa, PB, 26 a 28 de outubro de 2011. Disponível em: <http://itaporanga.net/genero/3/01/27.pdf>. Acessado em: 08mar.2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. (Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro) 11. ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2006.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. (Org. e Trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

IANNI, Octavio. A metáfora da viagem. In: **Revista de Cultura**, Petrópolis, Vozes, v. 2, p. 3-p.12, 19 mar./abr. 1996.

_____. **Enigmas da Modernidade-Mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

JANOTI, Maria de Lourdes Mônaco. Balaiada: ação e exploração. **Revista de História**, v. 52 n. 103. USP, 1975, p. 343-365. Disponível: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/issue/view/9783>. Acessado em: 14jun.2019.

JESUS, M. G. de. Tempo e melancolia: República, modernidade e cidadania negra nos contos de Astolfo Marques (1876-1918). **Lua Nova**, São Paulo, n. 85, p. 133-185, 2012. Disponível

em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452012000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 10set.2020.

JULIO, Kelly Lislie. Mães Tutoras - os requisitos para o exercício da tutoria e as ações para a educação de seus filhos - comarca de Vila Rica, 1770-1830. **Ateliê de História** UEPG, 4(2): 63-71, 2016. Disponível: www.revistas2.uepg.br. Acessado em: 16nov.2019.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (orgs.) **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2017.

KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luís Augusto. (Orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. – São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 36-52. Disponível em: <http://oikoseditora.com.br/files/Micro-Hist%C3%B3ria%20-%20E-BOOK.pdf>. Acessado em: 08mar.2019.

_____. **O Eremita das Américas**. A odisseia de um peregrino italiano no século XIX. Santa Maria: Editora da UFSM, 2014.

KORACAKIS, Teodoro. Os positivismos e a Faculdade de Direito do Recife. **Logos: Comunicação e Universidade**. UERJ, v. 6, n. 2, p. 50-53, 1999. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/issue/view/65/showToc> Acessado em: 1set.2019.

KULESZA, Wojciech Andrzej. A institucionalização da Escola Normal no Brasil (1870-1910). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 79, n. 193, p. 63-71, set./dez. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000145&pid=S0100-1574200500030000500021&lng=en. Acessado em: 23fev.2020.

LACERDA, Franciane Gama. Entre o sertão e a floresta: natureza, cultura e experiências sociais de migrantes cearenses (1889-1916). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 51, p. 197-225 – 2006. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v26n51/10.pdf> Acessado em: 10nov.2019.

LANNA, M. A estrutura sacrificial do compadrio: uma ontologia da desigualdade? **Ciências Sociais Unisinos**. Volume 45, número 1, jan/abr 2009. Disponível: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/4880/2135 Acesso 17set.2020.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. A imprensa como fonte: apontamentos teórico metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. **Revista de História Bilros**, História(s), Sociedade(s) e Cultura(s). Fortaleza, v. 4, n. 6, p. 11-29, jan.- jun. 2016. Disponível: <http://seer.uece.br/?journal=bilros&page=article&op=view&path%5B%5D=1938> Acessado em: 04set2019.

LECLERC, Gérard. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Mulheres viajantes no século XIX. **Cadernos Pagu**, n.15, p.129-143, 3 jun. 2000.

Disponível: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635570>
Acesso 14jun.2019.

_____. História das mulheres. **Revista USP**, v. 23, 1994, p.56-61. Disponível:
<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33889>. Acesso 14jun.2019.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5 ed. Campinas – SP, Editora da Unicamp, 2003.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 167-182.

LIMA BARRETO, **Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá**. Edição da Revista do Brasil. S. Paulo, 1919.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

LISPECTOR, Clarice. **A paixão segundo G. H.** Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. - São Paulo: Contexto, 2004, p. 467-507.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Esaú e Jacó**. Rio de Janeiro: Globo, 1998.

MADIO, Telma Campanha de Carvalho. A fotografia na imprensa diária paulistana nas primeiras décadas do século XX: O Estado de S. Paulo. **História**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 61-91, 2007. Disponível: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742007000200005&lng=pt&tlng=pt. Acessado em: 19ago2020.

MAGALHÃES, Marcelo Vieira. **Sírios e Libaneses na cidade de São Luís (1885-1930)**: Entre táticas e representações. (Dissertação de Mestrado) - UECE, Fortaleza, 2019.
Disponível: www.uece.br/mahis/index.php/arquivos/doc_download/27-marcelo.
Acessado em: 04nov.2019.

MALHEIROS, Rogério Guimarães. **Formação de Professores na Província do Grão-Pará**: Os discursos de seus administradores acerca da necessidade de se instaurar uma Escola Normal (1838 – 1871). Dissertação de Mestrado, PPGED, ICED, UFPA. Belém, 2012.

_____; ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. A Escola Normal do Pará: o núncio legalista para formação de professores. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 62, p.32-52, mai2015. Disponível: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640492> Acessado em: 3ago.2018

_____. Escola Normal do Pará: aspectos históricos, econômicos e sociais acerca da constituição dos ideais de instrução e formação de professores entre a classe dirigente da província do grão-pará (1850-1871). **Revista Margens (UFPA)**, v. 6, p. 227-246, 2014. Disponível: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/2736> Acessado em: 3ago.2018

MATOS, Maria Izilda Santos de; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho, (Org.). **Cultura, corpo e educação: diálogos de gênero**. São Paulo: Intermeios; Teresina: EDUFPI, 2015. (Coleção Entregêneros).

MATTOS, Zaine Simas. “Bárbara, não vá criar confusão”: silêncios e silenciamentos nas relações de gênero. **IX ANPED SUL- Seminário de Pesquisa em Educação na Região Sul**, UCS, 29 de julho a 1º de agosto de 2012, Caxias do Sul-RS, 2012, p. 1-14. Disponível: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/view/1065/815>. Acessado em: 28fev.2021.

MARTINS, Ângela M. Souza. **Fundamentos da Educação** 3. v. 2 - Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2007. Disponível: <https://canal.cecierj.edu.br>. Acessado em: 24 jan. 2020.

MAZZONI, Vanilda Salignac de Souza. A escrita feminina: em busca de uma teoria. Edufac/UFAC. **Revista Ramal de Ideias**, v. 1, p. 10-18, 2008. Disponível: <http://www2.ufac.br/site/unidades-administrativas/orgaos-complementares/edufac/revistas-eletronicas/revista-ramal-de-ideias/edicoes/edicao-1/caminhos-das-letras/a-escrita-feminina>. Acessado em: 11ago. 2020.

MEDEIROS, Euclides Antunes de. A narrativa jornalística de João Parsondas de Carvalho: memória da violência na região dos vales dos rios Araguaia e Tocantins. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, vol. 10, ano X, nº 2, Julho – Dezembro de 2013, 1-22. Disponível em: www.revistafenix.pro.br. Acessado em: 3 ago 2018.

MEIRELES, Cecília. **Crônicas de viagem 2**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. Madrugada no ar. *In*: **Crônicas de viagem 1**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MELLO, Ana Maria Lisboa de. Deslocamento, Iniciação, Transfiguração em Rakushisha. **Revista Cerrados**, n. 44, ano 26, 2017 (p. 130-140). Disponível em: periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/download/28163/19738 Acessado em: 4 ago 2018.

MELO, Irisnete Santos de. **Palavras nos lábios, armas nas mãos: narrativas, trajetórias e encon(fron)tros no chamado sertão do Maranhão no começo do século XX**. Dissertação de Mestrado/ UFPE. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Recife, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7809> Acessado em: 25 fev 2017.

MENDES, Karla Renata. A viagem em Cecília Meireles: aventuras líricas através da crônica. **Cadernos da Semana de Letras UFPR**, Ano 2012, Volume II, p. 96-105.

Disponível: <https://doczz.com.br/doc/10214/cadernos-da-semana-de-letras-ano-2012-volume-ii-%E2%80%93-trabalhos>. Acessado em: 4ago2018.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MILHOMEM, Augusto de O. **Abrindo Caminhos**. Rio de Janeiro: Artes Gráficas Itaboraí, 1995.

MIRANDA, Anadir dos Reis. Mary Wollstonecraft e a reflexão sobre os limites do pensamento iluminista a respeito dos direitos das mulheres. **Revista Vernáculo**, n. 26, 2º sem./2010, p. 109-164. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/20742/20618>. Acessado em: 31mai2020.

MORAES, Felipe Tavares de. José Veríssimo, intelectual amazônico: a construção de um lugar de produção (Pará, 1877-1892). **XXVII Simpósio Nacional de História/ANPUH**. 27 a 31 de jul. 2015. Florianópolis, SC. Disponível em:

<http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427725471>. Acessada em: 3set2020.

MOTTA, Diomar das Graças. Mulheres professoras maranhenses: memória de um silêncio **Educação & Linguagem**, Ano 11, n. 18, jul.- dez. 2008, p.123-135. Disponível em:

<https://www.metodista.br/revistas/revistas>. Acessada em: 30 jul 2018.

_____. Uma mulher professora nos sertões maranhenses. In: II Congresso Brasileiro de História da Educação, 2002, Natal. **Anais - História e Memória da Educação Brasileira**. Natal - RN. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0549.pdf>. Acessada em: 30 jul 2018.

NICKEL, E. H. **Cyro dos Anjos e Lima Barreto: burocracia e patrimonialismo na literatura**. Dissertação (mestrado). Instituto de Estudos da Linguagem- UNICAMP, Campinas, SP: 2010.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**. A permanência dos lugares. São Paulo: Projeto História, PUC-SP, dezembro de 1993.

OFFROY, Jean-Gabriel. O prenome e a identidade social: do projeto social e familiar ao projeto parental. **Revista Cronos**, v. 5, n. 1/2, 10 jan. 2013. Disponível:

<https://periodicos.ufpr.br/cronos/article/view/3237> Acessado em: 31out. 2019.

ORLANDA, Wild Muller dos Santos Lima. **As primeiras letras nos sertões maranhenses: 1824 – 1841**. Dissertação (Mestrado). História, Ensino e Narrativas, UEMA, São Luís, MA: 2016.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.

PACHECO FILHO, Alan Kardec Gomes. **Varando Mundos: navegação no vale do Rio Grajaú**. São Luís: Eduema, 2016.

_____. Um sertão de águas e letras. **Outros tempos**, v.11, nº17, 2014, p.35-52.
Disponível: www.outrostempos.uema.br. Acessado em: 5ago.2016.

PADOVAN, Regina Célia. **Lugar de escola e “lugar de fronteira”**: a instrução primária em Boa vista do Tocantins em Goiás no século XIX (1850-1896) / Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás/UFG – Goiânia - GO, 2011. Disponível: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tde/1098/1/Regina%20Celia%20Padovan.pdf>. Acessada em: 20out.2019.

PALHANO, Raimundo Nonato. **A Produção da coisa pública**: serviços e cidadania na primeira república ludovicense. v. 3, 2ª edição da Biblioteca Básica Maranhense –São Luís, Ed. Engenho, 2017.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. - São Paulo: Contexto, 2004, p. 292-339.

PENA, Rosinai Amanajás. **O Fenômeno Católico em Foco**: Uma Etnografia da Festa de Nossa Senhora da Conceição Vila do Buritizal/Bailique-AP – Dissertação (mestrado) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2014.
Disponível:<http://www2.unifap.br/ppgmdr/files/2019/06/ROSINAIDISSERTA%C3%87%C3%83OO.pdf> Acessado em: 12fev2018.

PESSOA, Fernando. Cancioneiro. In: **Obra poética**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1990.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história**. Trad. V. Ribeiro. Bauru-SP: Edusc, 2005.

PINSKI, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.

_____; LUCA Tania Regina de (org.). **O historiador e suas fontes**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2017.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível:
<http://www.pgdef.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>.
Acessado em: 4ago2018.

_____. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989. Disponível: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>
Acessado em: 4ago2018.

PRADO, Adélia. **Bagagem**. São Paulo: Siciliano, 1993

PUJOL, Stéphane. Educação e emancipação no horizonte das Luzes. In: **CADERNOS DE ÉTICA E FILOSOFIA POLÍTICA/USP**, nº 25 - São Paulo - 2º semestre de 2014, p. 124-149 (Publicação semestral). Disponível: <https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/100266>.
Acessado em 18fev2020.

QUEIROZ, Doralice Alves de. **Mulheres Cordelistas**: Percepções do universo feminino na

Literatura de Cordel. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Letras – Estudos Literários- UFMG. Belo Horizonte: 2006. Disponível: https://www.academia.edu/8965777/MULHERES_CORDELISTAS_Percep%C3%A7%C3%B5es_do_universo_feminino_na_Literatura_de_Cordel_-_por_Doralice_Alves_de_Queiroz. Acessado em: 13fev2020.

VEIGA-NETO, Alfredo; CASTELO BRANCO, Guilherme (orgs). **Foucault, Filosofia e Política**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 251-257.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

_____. Feminismos e História: um encontro com o passado. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011, p. 1-8. Disponível: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300631785_ARQUIVO_textoanpuh2011.pdf. Acessado em: 13fev2020.

_____. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. - São Paulo: Contexto, 2004, p. 608-637.

REINALDO, Telma Bonifácio dos S.; VAZ, Leopoldo Gil D. (Org.) IHGM: Perfil dos sócios, patronos e ocupantes de cadeiras. São Luís: IHGM, 2013

REIS, Joseni Pereira Meira. **Instâncias Formativas, Modos e Condições de Participação nas Culturas do Escrito: o caso de João Gumes (Caetité-Ba, 1897-1928)**. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte: FAE – UFMG, 2010. Disponível: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-8CLLBM>. Acessado em: 25jul2020.

REIS, Maria Firmina dos, 1825-1917. **Úrsula e outras obras**. – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019. (Série prazer de ler; n. 11 e-book). Disponível: <https://livraria.camara.leg.br/ursula-e-outras-obras-2>. Acessado em: 18ago.2020.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15 n. 45 set./dez. 2010, p. 434 -590. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/03.pdf>. Acessado em: 04 fev 2018.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO. São Luís, IHGM, agosto de 2009. Disponível: <https://issuu.com/leovaz/docs/ihgm-30>. Acessado em: 04nov.2019.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO. São Luís, IHGM, n. 34, setembro de 2010. Disponível: https://issuu.com/leovaz/docs/revista_34_-_setembro_2010. Acessado em: 04 nov 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Francisco de Paula. **Memórias dos sertões maranhenses**. Reunidas aos cuidados de Manuel de Jesus Barros Martins. São Paulo: Editora Siciliano, 2002.

_____. 1848. Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goiás no ano de 1815. **Revista Trimestral de História e Geografia ou o Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo X, 1^a semestre de 1848, p. 5-80.

_____. 1849. Descrição do território de Pastos Bons, nos sertões do Maranhão; propriedades dos seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos, e estado atual de seus estabelecimentos. **Revista Trimestral de História e Geografia ou o Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo XII, 1^a Trimestre de 1849, p. 41-86.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira: organização escolar**. 16^a ed. rev. e ampl. – Campinas, SP: Autores Associados. 2000. (coleção memórias da educação).

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

RODRIGUES, Helenice. François DOSSE. La marche des Idées – Histoire des Intellectuels, Histoire Intellectuelle. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n^o 48, p.355-358 – 2004. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n48/a15v24n48.pdf>. Acessado em: 10nov.2019.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **Braudel, o mundo e o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: veredas**. 5a. edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

_____. **Tutaméia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ROSSO, Mauro. Quem tem medo da literatura feminina/feminista? **Germina-** Revista da Literatura e da Arte, v. 2, n.1, março/2006. Disponível: https://www.germinalliteratura.com.br/literatura_mar2006.htm. Acessado em: 16ago.2020

_____. Escrita feminina. **Carta Maior**- portal da esquerda, março/2004. Disponível: <https://www.cartamaior.com.br/?/editoria/midia/escrita-feminina/12/6355>. Acessado em: 7ago.2020

SABINO, Elianne Barreto. **A assistência e a educação de meninas desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Grão-Pará (1860-1889)**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Educação, Belém, 2012. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9332>. Acessado em: 1jan.2020.

SALDANHA, Lílian Leda. **A Instrução Pública Maranhense na Primeira década Republicana**. Imperatriz- MA: Ética, 2008.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spíndola Silveira Truzzi. **História & Documento e Metodologia da Pesquisa**. 2ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SANCHEZ, Edney Christian Thome. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX**. Dissertação (mestrado) -

Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: 2003. Disponível: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270124>>. Acessado em: 3 ago. 2018.

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes. Dos Lugares de Memória ao Patrimônio: emergência e transformação da 'problemática dos lugares'. **Projeto História**, São Paulo, n. 52, pp. 245-279, Jan.- Abr. 2015.

Disponível: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/21370/18609>
Acessado em: 30out.2019

SANTOS, Flávia Regina Silva dos. **Desenvolvimento e aplicação de compósitos à base de matriz polimérica reforçado com fibras de curauá (Ananás erectifolius) e resíduos de madeiras amazônicas**. (Dissertação de Mestrado), UFAM/PPGEC. Manaus, 2013.

Disponível: <https://tede.ufam.edu.br/> Acessado em: 12jan2020.

SANTOS, Franco Porto; MARQUES, Ana Carolina Oliveira; SOUZA, Lucas Barbosa. Novos tempos e espaços no Brasil Central: reflexões sobre a expansão da agricultura e suas implicações geográficas no Oeste Baiano e arredores. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium**, Ituiutaba, v. 5, n. 2, p. 415-439, jul./dec. 2014. Disponível: www.seer.ufu.br/index.php/braziliangeojournal/article/view/24969. Acessado em: 12 mai 2019.

SANTOS, Paulete Maria Cunha dos. **Leolinda Daltro, a caminhante do futuro: uma análise de sua trajetória de catequista a feminista (Rio de Janeiro/Goiás-1896-1920)**. Tese de Doutorado/ UNISINOS. Programa de Pós-Graduação em História. São Leopoldo- RS: 2014. Disponível:

<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4097/Paulete%20Maria%20Cunha%20dos%20Santos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em: 10jul 2017.

SANTOS, Raimundo Lima dos. **A construção da imagem sertaneja maranhense a partir das leituras de Francisco de Paula Ribeiro**. Tese de Doutorado - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2014.

_____. **A construção da identidade sertaneja maranhense**. Curitiba: CRV, 2017.

_____. O sertão inventado: a percepção dos sertões maranhenses pelo olhar de Francisco de Paula Ribeiro. **Diálogos latino-americanos**, n. 19, 2012, p. 119-145. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16229034005>. Acessado em: 22 jan 2019.

SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos. **O Sertão Maranhense no contexto da Balaiada: conflitos e contradições**. II Simpósio de História do Maranhão Oitocentista. UEMA: São Luís, 2011. Disponível: www.outrostempos.uema.br/anais/pdf/santos2.pdf. Acessado em: 17mai2017.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SARTORI, Maria Ester de Siqueira Rosin. Diário de uma Mulher Viajante do Século XIX: a memória perpetuada na palavra escrita. **VIII Simpósio Nacional de História/Lugares dos historiadores velhos e novos desafios**, 27 a 31 de julho de 2015, Florianópolis, SC.

Disponível: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1436037493_ARQUIVO_CO MUNICACAOANPUH1-2015.pdf. Acessado em: 17 jul. 2019

_____. **Maria do Carmo de Mello Rego**: diário de uma mulher viajante do século XIX, a memória perpetuada na palavra escrita. (Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Campinas, SP: 2018. Disponível: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/332528>. Acessado em: 17 jul. 2019

SAVIANI, Demerval. Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação. **Trabalho, Educação e Saúde**. vol.6 no.2 Rio de Janeiro July/Oct. 2008. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v6n2/02.pdf>. Acessado em: 23nov.2019

_____. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação** v. 14 n. 40 jan./abr. 2009. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>. Acessado em: 23nov.2019

_____. *et al.* O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p. 9-54.

SCALIANTE, Daniele Cristina. Representações do outro: a subjetividade e a constituição do sujeito em cartas de internas. **V Colóquio da ALED Brasil / rALED**, v. 1, n. 1, UFSCar. São Carlos/SP, 29 a 31 de maio de 2014. Disponível: <http://raled.comunidadealed.org/index.php/raled/index> . Acessado em: 27ago.2019.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. de. Práticas de escrita e sociabilidades intelectuais: professores-autores na Corte Imperial (1860-1890). In: Livro de resumos/ O ensino e a pesquisa em história da educação: **5º Congresso Brasileiro de História da Educação**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Universidade Tiradentes, Sergipe, 2008, p. 346. Disponível: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe_2008/. Acessado em: 27ago.2019.

SCOTT, Joan Wallach. O enigma da igualdade O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.1, p. 2-13, janeiro-abril/2005. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a02v13n1.pdf>. Acessado em: 22mar.2020.

_____. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 63-96.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, UFRGS, v. 20, n. 2, julho-dezembro/1995, p. 71-99. Disponível: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acessado em: 22mar.2020

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____, **Lima Barreto**: triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____; STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Introdução. In: RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013, p. 13-21.

SHARPE, Jim. In: BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 39-40

SHARPE-VALADARES, Peggy. Introdução. In: FLORESTA, N. **Opúsculo Humanitário**. São Paulo: Cortez, 1989.

SILVA, Antônio de Pádua Dias da. Ainda sobre a escrita feminina: em que consiste a diferença? **Interdisciplinar**. Ano 5, v.10, jan-jun de 2010, p.29-43. Disponível: <https://seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/view/1252>. Acessado em: 14ago.2020.

SILVA, Marcos Antônio da. (Org.) **República em Migalhas**: História Regional e Local. São Paulo: Anpuh/CNPq; Rio de Janeiro: Marco Zero, 1990.

SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. Nas veredas das tertúlias literárias: uma discussão historiográfica acerca dos espaços de sociabilidade intelectual no Brasil. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, v. 5, n. 1, p. 251-275, 28 out. 2013.

Disponível: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635095>
Acessado em: 11dez.2019

SILVA, Maria Aparecida Moraes. De colona a boia-fria. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. - São Paulo: Contexto, 2004, p. 583-607.

SILVA, Obdália Santana Ferraz. Os ditos e os não-ditos do discurso: movimentos de sentidos por entre os implícitos da linguagem. **Revista entreideias**, Salvador, n.14, p.39-53, jul./dez. 2008. Disponível: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/3007>. Acessado em: 11jan.2021

SILVA, Sulamita Rosa da. Intelectualidade negra em ação: entre o não lugar e o protagonismo na produção de saberes. **Revista Docência e Ciberultura**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 75-91, dez. 2019.

Disponível: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/44995/31785>>. Acessado em: 19mar.2021.

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. da. Mulheres e vida pública em Porto Alegre no século XIX. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.24, n. 1, p. 239-260, Abr. 2016. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2016000100239&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 17Set.2020.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-269.

SOBRINHO, José Augusto de C. Mendes. O Ensino de Ciências Naturais no Currículo da Escola Normal: trajetória inicial. **Revista FSA**, Teresina, v. 11, n. 3, art. 11, p. 268-286, jul./set. 2014. Disponível: <http://www4.fsnet.com.br/revista/index.php/fsa/article/viewFile/604/357>
Acessado em: 04 out 2015.

SOIHET, Rachel. Enfoques feministas e a História: desafios e perspectivas. In: SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHT, Rachel; MATOS, Maria Izilda S. de (Org.). **Gênero em Debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: Educ, 1997a, p. 55-82.

_____. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997b, p. 275-296.

_____. Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas. **Estudos Feministas**. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), n.º 05, 1997. Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12558>. Acessado em: 28out.2016.

SOUSA, Nadiel Cavalcante de. **O corpo na festa junina: reflexões simbólicas e estéticas para a Educação Física**. Dissertação (Mestrado) –UFRN, Natal, RN, 2018. Disponível: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/26169>. Acessado em: 8ago.2020.

SOUZA, Adriana Barreto de; LOPES, Fábio Henrique. Entrevista com Sabina Loriga: A biografia como problema. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 9, p. 26-37, agosto 2012. Disponível: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/issue/view/HH9>. Acessado em: 28out.2016.

SOUZA, Antônia Pereira de. **A prosa de ficção nos jornais do Maranhão Oitocentista**. (Tese Doutorado) - UFPB/ CCHL - João Pessoa, 2017. Disponível: www.cchla.ufpb.br > Acessada em: 8ago.2020.

SOUZA, José Edimar de; GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos. Os primeiros tempos de escola evangélica-luterana em Lomba Grande/RS (1834-1881). **Cadernos de História da Educação**, v.15, n.1, p. 260-274, jan.- abr. 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/34635/18371>. Acessado em: 16out.2020.

SOUZA, Maria Cecília Freitas de. **Memória Sempre-Viva: Território, Conflitos e Modos de existência na Serra do Cipó**. Dissertação (mestrado), Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, 2017. Disponível:https://app.uff.br/slab/uploads/2017_d_Maria_Cec%C3%ADlia.pdf. Acessada em: 9 fev 2019.

TANNÚS, Ricardo Madeira. **Planejamento ambiental da sub-bacia Zutua, Pindaré, região pré-amazônica, Maranhão**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Maranhão - UFMA. São Luís (MA), 2012.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Rev. Bras. Educ.** Rio de Janeiro, n. 14, p. 61-88, agosto de 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 28nov.2019.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. - São Paulo: Contexto, 2004, p. 423-466.

TFOUNI, Fabio Elias Verdiani. O interdito e o silêncio: duas abordagens do impossível na linguagem. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, v. 8, n. 2, p. 353-371, maio/ago. 2008. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/393/413. Acesso em: 16 fev. 2021

TRINDADE, Syomara Assuite; MENEZES, Irani Rodrigues. A educação na modernidade e a modernização da escola no Brasil: século XIX e início do século XX. **Revista HISTEDBR** on-line, Campinas, n.36, p. 124-135, dez. 2009. Disponível em: http://ruipaz.pro.br/textos_pos/educacao_xix_xx.pdf. Acessado em: 23nov.2019

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história**. Rio de Janeiro, Campus, 2002.

_____. Homoerotismo feminino e o Santo Ofício. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. - São Paulo: Contexto, 2004, p. 121-146.

VAZ, Leopoldo Gil Dulcio. Elitismo no IHGM. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão**. IHGM, São Luís, 2009, p. 123-185. Disponível: <https://issuu.com/leovaz/docs/ihgm-30/4?viewMode=magazine> Acessado em: 28nov.2019.

_____; REINALDO, Telma Bonifácio dos Santos (orgs.). IHGM – Ocupantes de cadeiras. São Luís: IHGM, 2013. Disponível: https://issuu.com/leovaz/docs/perfil_dos_socios_-_patronos_-_volu Acessado em: 28nov.2019.

VENDRAME, Maira Inês. **Ares de vingança**: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910). Tese de Doutorado em História, Porto Alegre, PUCRS, 2013.

_____. **O poder da aldeia**: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália). São Leopoldo; Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.

VELASQUES, Muza Clara Chaves. **Homens de letras no Rio de Janeiro dos anos 30 e 40**. Tese de Doutorado em História, Rio de Janeiro, UFF, 2000. Disponível: www.historia.uff.br Acessado em: 29jul.2000.

VENÂNCIO, Giselle Martins. Cartas de Lobato a Vianna: uma memória epistolar silenciada pela história. In: GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004, p. 11-138.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. - São Paulo: Contexto, 2004, p. 198-233.

VERÍSSIMO, José. **Amazonia**. Typographia do Jornal do Brazil, Rio de Janeiro, 1892.

VIEIRA, Layla Adriana Teixeira. A Guerra do Léda: conflito político no alto sertão maranhense. **XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social** /ANPUH. Natal-RN, 22 a 26 de julho de 2013. Disponível: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364694533_ARQUIVO_AGUERRADO_LEDAConflitopoliticonoaltosertaomarahense.pdf. Acessado em: 14jun.2019.

_____. **“Uma comarca fora da lei”: a Guerra do Léda no sertão do Maranhão**. Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2015

VILLELA, Heloísa. **A primeira Escola Normal do Brasil: uma contribuição à história da formação de professores**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

_____. Construtores de uma pedagogia “à brasileira” Felisberto de Carvalho e Francisco Alves, em encontro gerador. **I Seminário Brasileiro sobre o Livro e a História Editorial**. FCRB. UFF/PPGCOM. UFF/LIHEB. 8 a 11 de nov. de 2004. Rio de Janeiro. Disponível: <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/heloisavillela.pdf>. Acessado em: 28nov.2019.

WOLLSTONECRAFT, M. **Reivindicação dos direitos da mulher** (tradução: Ivania Pocinho Motta). - 1. ed. - São Paulo: Boitempo: Iskra, 2016.

WOOLF, Virgínia. **Um teto todo seu**. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Círculo do Livro: 1990.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.271-292, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://teste.periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1368>. Acesso em: 29fev.2020.

ZICHIA, Andrea de Carvalho. **O direito à educação no período Imperial: um estudo de suas origens no Brasil**. (Dissertação Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação/Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2008. Disponível: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-05082008140802/publico/DissertacaoAndreaZichia.pdf>. Acessado em: 24jan.2020.